

ANAIS

XII SEMINÁRIO DO TRABALHO"

**CRISE CAPITALISTA,  
PRECARIZAÇÃO DO  
TRABALHO E  
COLAPSO AMBIENTAL**

Organizador:  
Walkiria Martinez Ferrer

Volume 2



Organizadora  
Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

**Anais do XII Seminário do Trabalho:**  
Crise capitalista, Precarização do  
Trabalho e Colapso Ambiental

VOLUME 2

2021  
Marília/SP

**Projeto Editorial Praxis** é um selo da **Canal 6 Editora** e o projeto editorial da RET – Rede de Estudos do Trabalho ([www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)), dedicado a livros na área de Trabalho e Economia Política da Globalização.

Copyright© Projeto Editorial Praxis, 2021

*Coordenador do Projeto Editorial Praxis*  
Prof. Dr. Giovanni Alves

*Conselho Editorial Nacional*

|                                  |                                       |
|----------------------------------|---------------------------------------|
| Dr. Ariovaldo Santos (UEL)       | Dr. José dos Santos Sousa (UFRRJ)     |
| Dr. André Luis Vizzaccaro (UEL)  | Dr. Marco Aurélio Santana (UFRJ)      |
| Dr. Bruno Chapadeiro (UFTM)      | Dr. Márcio Pochmann (UNICAMP)         |
| Dr. Edilson Gracioli (UFU)       | Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)         |
| Dr. Francisco Luis Corsi (UNESP) | Dr. Roberto Leme Batista (UNESPAR)    |
| Dr. Giovanni Alves (UNESP)       | Dr. Ricardo Lara (UFSC)               |
| Dr. Gaudêncio Frigotto (UERJ)    | Dr. Renan Araújo (UNESPAR)            |
| Dr. José Meneleu Neto (UECE)     | Dra. Vera Navarro (USP)               |
| Dr. José Dari Krein (UNICAMP)    | Dr. Domingos Leite Lima Filho (UFTPR) |

*Conselho Editorial Internacional*

Dra. Ursula Huws (University of London - Reino Unido)  
Dr. Elisio Estanque (Universidade de Coimbra/CES - Portugal)  
Dr. Enrique de la Garza (UAM- México)  
Dra. Adrian Sotelo Valencia (UNAM - México)  
Dr. Júlio César Neffa (CONICET/Argentina)  
Dra. Claudia Figari (Universidad de Luján - Argentina)  
Dra. Ísida Gjergji (CES - Portugal)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Anais do XII seminário do trabalho : crise capitalista, precarização do trabalho e colapso ambiental : volume 1 / organização Walkiria Martinez Heinrich Ferrer. -- 1. ed. -- Marília, SP : Projeto editorial Praxis, 2021.

Vários autores.

ISBN 978-65-995130-8-4

1. Capitalismo 2. Crise econômica 3. Economia 4. Meio ambiente 5. Precarização do trabalho I. Ferrer, Walkiria Martinez Heinrich.

21-74675

CDD-335.412

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Crise do capitalismo : Economia 335.412

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

**Projeto Editorial Praxis**  
Free Press is Underground Press  
[www.editoraprxis.com.br](http://www.editoraprxis.com.br)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil  
2021

## APRESENTAÇÃO

Este é volume 2 dos ANAIS DAS COMUNICAÇÕES DE PESQUISA DO XII SEMINÁRIO DO TRABALHO – CRISE CAPITALISTA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E COLAPSO AMBIENTAL, promovido pela Rede de Estudos do Trabalho (RET) e realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, de 22 a 27 de novembro de 2020. O evento foi realizado por meios virtuais com a live sendo transmitidas para o canal da RET no You Tube e a página da RET no Facebook.. Os artigos científicos enviados pelos inscritos do Seminário do Trabalho estão distribuídos pelos 3 volumes de forma livre, não obedecendo a ordem dos GT's. A recepção dos artigos científicos foi feita com os critérios mínimos exigidos pela comissão organizadora. A riqueza dos material enviado diz respeito à diversidade de importantes temáticas que comõem o mundo social do trabalho no capitalismo global.

Apesar das dificuldades decorrentes da pandemia e dos recursos tecno-operacionais limitados, conseguimos organizar o evento e inovar no que diz respeito às sessões de comunicações de pesquisa, tendo em vista a impossibilidade de fazê-las presencialmente. Deste modo, os inscritos que queriam apresentar sua comunicação de pesquisa nos Grupos de Trabalho, deveriam enviar um artigo científico à título de comunicação de pesquisa. O artigo científico deveria ser publicado num livro que seria registrado pelos pesquisadores como publicação de capítulo de livro. Foi o que ocorreu. Esta experiência de comunicação de pesquisa é bastante inovadora. Ao invés da comunicação oral da pesquisa, a comunicação seria escrita por meio de um artigo científico publicado em livro (ebook e físico), de acordo com as devidas especificações técnicas. A vantagem da publicação do artigo científico é que a sua publicização seria muito maior do que aquela que ocorreria, caso o pesquisador tivesse que apresentar presencialmente sua comunicação de pesquisa.

A Rede de Estudos do Trabalho tem como objetivo, desburocratizar a exposição de resultados de pesquisas pelos jovens pesquisadores do mundo do trabalho. A publicização dos resultados de pesquisa é fundamental para que a sociedade brasileira possa tomar conhecimento do que está sendo pesquisado pelas ciências sociais que investigam o mundo do trabalho. O compromisso ético-político da RET é com a pesquisa crítica e interdisciplinar capaz de dar visibilidade social às problemáticas relevantes do mundo do trabalho. Nosso objetivo desde 2008 nos Seminários do Trabalho é dar oportunidade de manifestação e discussão aos jovens pesquisadores da Iniciação Científica e pós-graduação (mestrado e doutorado) que estudam o trabalho no Brasil e no mundo.

Cada volume dos Anais do XII Seminário do Trabalho contém a riqueza de temas pesquisados pelos participantes, reunindo uma variedade de perspectivas disciplinares tratando do mundo do trabalho no Brasil. Agradecemos a todos que acreditaram na possibilidade de realização virtual do XII Seminário do Trabalho.

Marília, 15 de julho de 2021

Walkiria Martinez Heinrich Ferrer/UNIMAR



# SUMÁRIO

- 9 A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO DEBATE SOBRE O ENVOLVIMENTO DO PAÍS NA GUERRA DA COREIA (1950-1953)**  
*Ricardo Santos da Silva*
- 16 A DINÂMICA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: CRISE ESTRUTURAL, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO**  
*Aline Soares Nomeriano*
- 30 DA BUROCRACIA À INFOCRACIA. A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELOS SINDICATOS DE PROFESSORES EM PORTUGAL**  
*Paulo Marques Alves*
- 42 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: O RAMO DE ATIVIDADE EM QUESTÃO**  
*Tatiane Martins*  
*Esther Luiza de Souza Lemos*
- 51 A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO LIBERAL CONSERVADOR BRASILEIRO: RECUO DA TEORIA E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO**  
*Everaldo José da Silva Lima*  
*Jamerson Antônio de Almeida da Silva*
- 64 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NÃO-DEFINITIVAS ACERCA DO SINDICALISMO BRASILEIRO NO LIMAR DO SÉCULO XXI: IMPASSES E DESAFIOS**  
*Michelangelo Torres*
- 75 REFORMA TRABALHISTA (LEI 14.367/2017): APROFUNDAMENTO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO COMO MEDIDA DE CONTRATENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO.**  
*Élbio Maier Ozorio*
- 87 AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DA MERCADORIA FACEBOOK – UMA AGENDA DE PESQUISA**  
*Luis Henrique do Nascimento Gonçalves*  
*Odair Furtado*

**104 AS REFRAÇÕES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL PARA O TRABALHADOR COM FORMAÇÃO SUPERIOR**

*Juliana Martins*

*Dolores Sanches Wünsch*

**113 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS EM MINAS GERAIS: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM UBERLÂNDIA – A PARTIR DOS ANOS 2000**

*Elizeth Rezende Martins da Silveira*

*Fabiane Santana Previtali*

**120 A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO E O CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990**

*Hubert Cavalca*

**129 CRISE DO CAPITAL E OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA PRODUÇÃO DE CALÇADOS – REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS**

*Haidée de Caez Pedroso Rodrigues*

**142 COMO OS DIREITOS HUMANOS DO TRABALHO PODE GARANTIR UM "TRABALHO DECENTE" EM UM MUNDO DE TECNOLOGIA?**

*Fernanda Barcellos Mathiasi*

**150 DEBATES EN TORNO DE LA LEY DEL VALOR**

*Blanca Estela Melgarito Rocha*

**158 VIOLÊNCIA E TRABALHO ASSALARIADO: REFLEXÕES PARA ALÉM DAS REPRESENTAÇÕES IMEDIATAS**

*Sherry Max de Souza*

*Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva*

**172 FUNDO PÚBLICO E SEGURIDADE SOCIAL: ELEMENTOS PARA COMPREENDER O DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL**

*Leticia de Almeida Rocha*

*Thamiris Siqueira Cunha*

**181 IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO JUDICIÁRIO TRABALHISTA**

*Patrícia Maeda*

*Elinay Ferreira*

**191 INSALUBRIDADE E INTOXICAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO: A RETRATAÇÃO DA LUTA SINDICAL EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR POR MEIO DO HUMOR GRÁFICO**

*Rozinaldo Antonio Miani*

*Rafaela Gil Ribeiro*

**205 INSERÇÃO TECNOLÓGICA PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE**

*Fábio Ferreira Santos*

**216 JUVENTUDE BRASILEIRA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: JOVENS TRABALHADORES NO OLHO DO FURACÃO**

*Bethânia Marques Teles*

**230 NAS RODAS DA LIBERDADE? TERCEIRIZAÇÃO, PEJOTIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO MOTOBOY**

*Stela Cristina de Godoi*

*Mateus Castilho*

**242 O CAPITALISMO E A SUA IDEOLOGIA: DA POSSIBILIDADE DE DOMAR O TRABALHADOR À LIBERTAÇÃO DE SUAS RÉDEAS**

*Carlos Eduardo Krüger*

**255 O DESEMPREGO ESTRUTURAL E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: RELAÇÕES ENTRE BIOPOLÍTICA E BIOPODER.**

*Solange Martins*

*Lourival José de Oliveira*

*Walkiria Martinez Heinrich Ferrer*

**268 O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS.**

*Jefferson Franco Rodrigues*

**278 O MUNDO DO TRABALHO E SUA NOVA MORFOLOGIA NO CAMPO:  
TRANSNACIONALISMO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA 4.0**

*Fabiana Scoleso*

**292 O NOVO MUNDO DO TRABALHO: INOVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO**

*Fabiane Santana Previtali  
Cilson César Fagiani  
Henrique Signori Perone  
Lourenço Pablo Silva Ferreira*

**303 O SETOR SUCROALCOOLEIRO E OS INDÍCIOS DE TRABALHO ANÁLOGO  
À ESCRAVIDÃO: NO SUDESTE NOS ANOS DE 2008 ATÉ 2016**

*Lourenço Pablo Silva Ferreira  
Fabiane Santana Previtali*

**315 O TRABALHADOR POR PLATAFORMA DIGITAL COM  
BASE NA WEB E O DIREITO DO TRABALHO**

*Andrea Cristina Martins*

**324 O TRABALHO DOMÉSTICO NAS CHARGES SINDICAIS: UMA ANÁLISE  
DA COLETÂNEA TRIBUNA METALÚRGICA: 20 ANOS ILUSTRADA**

*Rozinaldo Antonio Miani  
Pamella Cristina Basseti de Souza*

**340 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO TRABALHO CAPITALISTA: OS  
IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO CONTROLE IDEOLÓGICO  
DO ESTADO SOBRE A CONCEPÇÃO DE HOMEM NA ATUALIDADE**

*Rodrigo Roncato Marques Anes*

**354 REFORMA TRABALHISTA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SINDICATOS: REFLEXÕES  
A PARTIR DA REALIDADE DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES**

*Maria Cristina Paulo Rodrigues  
João Marcoyses Carvalho da Silva  
Ana Clara da Silva de Souza*

**366 SINDICATOS: DA CRISE AO RENASCIMENTO**

*Paulo Marques Alves*

**382 SUBJETIVIDADE MANUFATURADA: A FORMAÇÃO DA  
SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0**

*Kaline Oliveira da Cunha  
Hugo Leonardo Fonseca da Silva*

**397 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: TERCEIRIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO  
COM OS ENTREGADORES POR APLICATIVO NO BRASIL**

*Ana Rute Oliveira Duarte*

**411 TRABALHO DECENTE X TRABALHO PRECÁRIO:  
CONCEITOS DE UM MUNDO NEOLIBERAL**

*Fernanda Barcellos Mathiasi  
Thiago Duarte Pimentel*

# A ATUAÇÃO POLÍTICA DOS MARINHEIROS BRASILEIROS NO DEBATE SOBRE O ENVOLVIMENTO DO PAÍS NA GUERRA DA COREIA (1950-1953)

Ricardo Santos da Silva

Doutorando em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho –  
Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília (Unesp). Email: ricardo.santos@unesp.br.

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo investigar a mobilização política dos marinheiros da Marinha de Guerra do Brasil que atuaram no contexto da Guerra da Coreia (1950-1953), quando se debatia no país, se o Brasil deveria participar do conflito asiático. Esta abordagem tem como ponto de partida o pós-guerra e o desencadeamento da Guerra Fria, momento em que este confronto ideológico e multifacetado politicamente ganha contornos de um conflito entre capitalismo x comunismo, e que na ocasião esteve próximo de uma guerra nuclear. Se o perigo comunista havia sido a justificativa do presidente Getúlio Vargas para instaurar a ditadura do Estado Novo; na Guerra da Coreia, o inimigo continuava sendo o mesmo, mas agora na península coreana em que se confrontavam militarmente o norte comunista e o sul capitalista. Esta abordagem tem como objetivo central verificar a hipótese de que um grupo de marinheiros de esquerda e muitos deles pertencentes ao Antimil (Setor Militar do PCB) atuaram e desenvolveram sua ação política com a finalidade de impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia. Em suma, buscaremos entender o processo de luta e mobilização bem como o mecanismo de repressão institucional que se abateu contra os marinheiros na Marinha de Guerra Brasileira, assim como analisar as graves violações aos direitos humanos que lhes foi infligidas como desdobramento de seu posicionamento político da não-participação das Forças Armadas na Guerra da Coreia.

**Palavras-chave:** Marinheiros. Esquerda Militar. Guerra da Coreia.

## INTRODUÇÃO

A Guerra Fria, como é de conhecimento de muitos pesquisadores da área das Ciências Humanas e da Teoria Social, engloba diferentes atores, assim como são diversas as versões. O historiador Eric Hobsbawm trata da Guerra Fria em um dos capítulos de uma de suas obras, a saber, 'Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)<sup>1</sup> ao indicar que tal conflito envolveu os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e que teve início em 1947, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, pontua no contexto da Guerra Fria que uma das características das superpotências, vencedoras da Guerra Mundial, foi a escalada retórica do confronto, ocasião em que aceitaram a distribuição desigual de poder, o que equivalia a um equilíbrio desigual de poder, mas que não era contestado na sua essência. De acordo com o historiador, a URSS passou a controlar uma parte do globo onde exercia ascendência – nas áreas ocupadas pelo Exército Vermelho, tendo influência nas Forças Armadas comunistas após o fim da Guerra; e os EUA passaram a controlar e ter predominância sobre os demais países capitalistas, ou seja, o hemisfério norte, oceanos e “o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais”, além de não intervir na zona de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

Numa outra vertente da Teoria Social, desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Paulo Vizentini, autor de diversos estudos e publicações, nos apresenta o litígio da Guerra da Coreia dentro do contexto da Guerra Fria. Nesse aspecto, ele aponta os EUA como o principal responsável pela grande escalada e proporção do conflito. Após se estabelecerem como um “exército de ocupação” nas áreas limítrofes do território coreano, os EUA tomaram para si a incumbência de dismantelar a guerrilha esquerdista antijaponesa dos coreanos, e ao estabelecer uma divisão com os soviéticos sobre a partilha do território, colocou no poder um dirigente

1 Hobsbawm (1995) assinala que a escalada da Guerra Fria em 1947 por parte dos EUA levou a URSS a mudar os planos de desmobilizar o seu efetivo militar.

de Estado de orientação pró-ocidental Syngman Ree – que viveu 37 de 60 anos na América (VIZENTINI, 2008, p. 205).

Deste modo, a Guerra da Coreia foi um conflito militar desencadeado na península coreana localizada no continente asiático que ocorreu entre os anos de 1950-1953 envolvendo de um lado, o norte, comunista e, por outro lado, o sul, capitalista, situado no longo conflito ideológico e multifacetado conhecido como “Guerra Fria”. Neste aspecto, há considerável número de publicações e trabalhos acadêmicos<sup>2</sup> que abordam a Guerra da Coreia, obviamente, na maioria dos casos, se inclinam, para uma versão mais favorável aos norte-americanos e ao governante sul-coreano Syngman Ree, causando, assim, uma distorção dos fatos, o que leva, muitas vezes, um leitor mais atento a duvidar das posições teórico-metodológicas.

Vizentini (2008) faz um contraponto às versões correntes que abordam o conflito. Em sua visão, a Guerra da Coreia foi ocasionada pelas sucessivas provocações e atos deliberados do governante da Coreia do Sul, Syngman Ree. Ao lançar mão de uma crescente retórica agressiva e confrontadora, além de assassinatos seletivos de emissários do norte, Ree, passou a perturbar a fronteira dos dois países ao autorizar investidas militares no território norte-coreano delimitado pelo Paralelo 38, o que levou as forças do norte da península a reagir. Segundo ele, essa era a “oportunidade de ouro” que os norte-americanos precisavam para criar um fato para poderem interferir em outro Estado. O autor faz um paralelo com Pearl Harbor, para situar o que se “desenhava”. Com tais propósitos, foi desencadeada a Guerra da Coreia entre as forças do norte e do sul da península coreana.

O confronto atendia às pressões da direita norte-americana que passou a dominar o cenário político norte-americano com a eleição de uma numerosa bancada de parlamentares sob a orientação política do Grand Old Party (GOP), a saber, o Partido Republicano. Diante disso, as agressões partem de ambos os lados beligerantes, e os EUA acabaram usando sua influência para se legitimarem em foros internacionais como o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e em uma das oportunidades, os norte-americanos aproveitaram a ausência da URSS, em algumas de suas sessões, para aprovarem duas resoluções que lhes davam poder de força<sup>3</sup>, e ‘legalidade’ para intervir militarmente.

O conflito na península coreana chegou ao Brasil e alimentou o debate político interno em várias entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Clube Militar e a Casa do Sargento do Brasil<sup>4</sup> além das tentativas da imprensa em pautar a discussão sobre a participação ou não do país na Guerra da Coreia. Uma das entidades mais importantes enquanto fórum veio a ser o Clube Militar. Antes, porém, para entendermos a questão seria preciso partir das eleições de 1950<sup>5</sup> na entidade, cujo vencedor foi à chapa Estillac Leal-Horta Barbosa<sup>6</sup>, que se inclinava ideologicamente à esquerda. As discussões acaloradas entre as diferentes facções políticas atraíam a atenção dos formadores de opinião e do público em geral, e a questão acerca da Guerra da Coreia ganhou contornos políticos de amplo alcance com os artigos publicados em algumas edições da Revista do Clube Militar. Há o caso específico de um artigo publicado em julho de 1950,

---

2 Como é o caso do livro *A guerra da Coreia: nem vencedores nem vencidos* da autoria de Stanley Sandler que foi publicado pela Editora Bibliex (Biblioteca do Exército) em 2009.

3 No dia 25 de junho de 1950, os norte-americanos conseguiram passar uma resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas que configurava a ação norte-coreana como agressão, e dois dias depois, no dia 27, uma nova resolução pedia que os países-membros da ONU usassem todos os meios possíveis para reverter a situação na península ao status quo anterior ao ataque norte-coreano. O governo norte-americano, assim, instrumentalizava a bandeira da referida organização visando combater o comunismo (ALVES, 2007, p. 135).

4 Maurício Gomes da Silva trata do debate entre os praças das Forças Armadas ao trabalhar o debate que se realizava na Casa dos Sargentos do Brasil. Para maiores detalhes consultar: Foices, Martelos e Fuzis: *A Militância Comunista na Casa do Sargento do Brasil (1949-1950)*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Centro Universitário Fundação Santo André.

5 Sodré (2010) afirma que antes das eleições no Clube Militar em 1950, já haviam discussões e debates versando sobre pontos de interesse estratégico nacional como o problema do petróleo e das demais riquezas nacionais que eram alvos da cobiça internacional.

6 Alves (2007) aponta que com a eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República em outubro de 1950, a escolha do ministro da Guerra acabou se inclinando para o presidente do Clube Militar – Estillac Leal – que venceria a chapa oposicionista de Cordeiro de Farias/Ribas Júnior.

número 107, com o título “Considerações sobre a Guerra na Coreia” cujos questionamentos podiam ser notados no caráter ilegal da intervenção armada dos EUA (sem consulta prévia do Conselho de Segurança das Nações Unidas) que foi apontada nestes termos por Nelson Werneck Sodré:

Tal intervenção, um dos atos mais caracterizadores de brutalidade imperialista na sequência dos muitos da “guerra fria”, vinha servindo como motivo de pressão sobre os países americanos, no sentido de que enviassem tropas à Coreia. Claro que os Estados Unidos não necessitavam de reforço militar. Pretendiam usar o conflito para submeter à sua vontade os países de sua órbita em que surgiam resistências à ação imperialista. No nosso caso, uma das formas de pressão concretizou-se no alarma geral, compelindo-nos a malbaratar as divisas penosamente acumuladas durante a Segunda Guerra Mundial pelas restrições à importação. (SODRÉ, 2010, p. 379)

O celeuma sobre a publicação do artigo em questão entre os militares foi grande, e gerou uma reação conservadora e de oposição à diretoria do Clube Militar. Ali se confrontaram de um lado, os assim chamados “nacionalistas”, à esquerda do espectro ideológico e contrários à participação brasileira na Guerra da Coreia, e; de outro, os “liberais” ou “conservadores” que eram favoráveis ao envio de soldados brasileiros ao conflito em questão. Estes últimos faziam parte ou eram simpatizantes da Cruzada Democrática<sup>7</sup>, facção alinhada aos interesses norte-americanos. Deste modo, os pleitos no Clube Militar se refletiram nos debates realizados na imprensa brasileira, onde se tomaram posições, muitas vezes extremas e apaixonadas sobre a participação do país no conflito asiático.

O confronto entre as agendas da oposição e da situação no Clube Militar seria alçado a outro patamar com a eleição e posse de Getúlio Vargas para a Presidência da República. Contudo, era bom lembrar, que houve uma repressão do governo Dutra contra membros e simpatizantes alinhados aos nacionalistas na referida associação, ocasião em se fizeram transferências de militares para lugares distantes. Quando Estillac Leal tomou posse como ministro da Guerra, o mesmo não teve força suficiente para cancelar ou impedir as mudanças realizadas no Gabinete anterior. Nelson Werneck Sodré assim relata que as posições do ministro da Guerra em 1951 já estavam se enfraquecendo “na medida em que o dispositivo militar lhe permanecia estranho e em que o governo cedia às pressões internas e externas, recuando excessivamente” (SODRÉ, 2010, p. 387). Para ele, essa disputa entre à esquerda e à direita militar no Clube Militar seria mantida nos anos seguintes e, em 1952, já com a questão do envio de uma força expedicionária asiática resolvida com a decisão de não ir à guerra, a Cruzada Democrática, organizada em março de 1952, vence o pleito e impede à reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa<sup>8</sup>.

## DESENVOLVIMENTO

---

O debate sobre a participação ou não dos brasileiros no teatro de guerra coreano também aconteceu nas associações de classe que reuniam praças como as que ocorriam principalmente na Casa dos Sargentos do Brasil. Os trabalhos do pesquisador Paulo Ribeiro da Cunha e de Maurício Gomes da Silva oferecem pistas sobre a atuação política dos subalternos e apresentam ao público um grupo de militares de esquerda e comunistas que atuavam nas principais corporações militares do Brasil e, mais especificamente, na Marinha de Guerra brasileira, que se reuniam em torno do Antimil, objeto de estudo do Projeto de Doutorado. Tal organização, segundo Cunha (2014) foi fundada em 1929 e pertencia ao Partido Comunista Brasileiro

---

7 Cunha (2014) explica que a Cruzada Democrática era um grupo militar de extrema-direita vinculado a UDN, organizado em 1952 com o objetivo de combater o setor nacionalista e de esquerda no Clube Militar.

8 Para Sodré (2010) a derrota da chapa nacionalista fazia parte de uma agenda em que o debilitamento de Getúlio Vargas e a mudança de governo passavam pelas eleições no Clube Militar. “Dominando os meios de comunicação, a imprensa, o rádio, a televisão, dominando a estrutura econômica e financeira e extensas áreas do poder, restava apenas extinguir o foco de resistência militar, completando tarefa que vinha sendo metodicamente executada” (SODRÉ, 2010, p. 396).



(PCB) e se “manteve praticamente imune às lutas internas que erodiam as demais esferas partidárias”. (CUNHA, 2014, p. 135).

Quanto à atuação do Antimil e grupos de militares de esquerda na Marinha de Guerra do Brasil, Maurício Gomes da Silva (2009, p. 105) também nos oferece importantes contribuições. Entre seus membros que atuavam junto aos marinheiros, haviam sargentos e oficiais; e as células do Antimil funcionavam nas corporações militares e reuniam até 8 pessoas e tinham a características de se manterem estanques, ou seja, eram células separadas que não se comunicavam umas com as outras. Consta que alguns militares atuaram na organização dos marinheiros nas embarcações da Marinha, e o setor era dividido em postos e graduações. Cunha (2002) assinala que a Marinha de Guerra chegou a contar com um número aproximado de 300 marinheiros e suboficiais militantes no PCB, e quase o dobro de simpatizantes. Chegaram a existir núcleos fortes e atuantes em vários navios de guerra onde havia discussões políticas intensas, “muitas reuniões” e que contavam com a presença de assistentes políticos. Sobre a questão do envio ou não de marinheiros para a Guerra da Coreia, o pesquisador indica que:

[...]. Naquela ocasião, houve inclusive uma deliberação do setor Antimil junto aos marujos para que os cruzadores Tamandaré e Barroso, recém-adquiridos e prontos a serem incorporados a armada, não seguissem dos Estados Unidos diretamente para o teatro de guerra coreano, como suspeitava-se acordado na época entre ambos os governos. Em face das fortes pressões internas contra a intervenção brasileira no conflito, abortou-se aquela possibilidade de implementação do acordo. Tudo indica que haveria uma sublevação organizada em contrário daquela ação, se prevalecesse o acordo denunciado para a intervenção. (CUNHA, 2002, p. 249)

Nelson Werneck Sodré indica que após a decisão tomada pelo governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para a Guerra da Coreia foi iniciado um processo de repressão aos militares nacionalistas e de esquerda, e que se voltou contra a tropa e os quartéis acabaram se modificando, tornando-se locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos e tudo com a conivência dos comandantes militares, e que também atingiu os subalternos e os praças da “ultraconservadora” Marinha de Guerra brasileira<sup>9</sup>. As violências contra os militares, portanto, acabaram se espalhando pelas três forças militares, especialmente as direcionadas contra os marinheiros ligados aos grupos de esquerda. Muitos desses relatos constam em processos cujas minutas chegaram ao conhecimento do público como forma de denúncia no documento *Depoimentos Esclarecedores sobre os Processos dos militares* publicados em dois volumes no ano de 1953.

Uma das hipóteses desse trabalho, é que, face a intervenção dos marinheiros, entre outros militares, decorre o posicionamento do governo brasileiro de não enviar uma força expedicionária para lutar no “teatro de guerra” coreano. Porém, a hipótese maior que orienta esta proposta de pesquisa é de que foi este grupo de marinheiros de esquerda pertencentes ao Antimil, que atuaram e desenvolveram sua ação política com a finalidade de impedir que o governo brasileiro enviasse uma força expedicionária para combater na Guerra da Coreia, tendo ainda, entre os demais objetivos da pesquisa:

\* Identificar como os grupos de marinheiros de esquerda se mobilizaram politicamente no contexto do debate da Guerra da Coreia.

\* Investigar as torturas e violações aos direitos humanos cometidas contra os marinheiros punidos entre os anos de 1950-1953.

Nos últimos anos foram produzidos alguns trabalhos acadêmicos de boa qualidade que tem a Guerra da Coreia como objeto de pesquisa. Dentre esses, temos o da autoria de Jayme Lucio Fernandes Ribeiro (2003) que se debruçou sobre a “Campanha pela Proibição das Armas Atômicas” articulada pelo PCB no ano de 1950. O pesquisador indica que tal movimento foi gestado nos encontros dos “Partidários da Paz”, em Estocolmo – Suécia – e, seguiu a linha pacifista do Partido Comunista da União Soviética que buscou

---

9 Paulo Ribeiro da Cunha (2002) aponta que cerca de 1000 militares chegaram a ser presos e, muitos deles, expulsos. Maurício Gomes da Silva (2009) informa com base em entrevistas concedidas por ex-militares que a repressão aos militares se acentuou em 1952.

recolher assinaturas pelos militantes comunistas, divulgar documentos dirigidos à opinião pública, aos governos nacionais e à Organização das Nações Unidas. Ribeiro procurou demonstrar que, mesmo na ilegalidade, os comunistas brasileiros, se articularam e viabilizaram a participação de grupos sociais na campanha pacifista<sup>10</sup>.

Um outro estudo acadêmico de grande envergadura foi a Tese de Doutorado de Edvaldo Correa Sotana, que tratou da problemática da Guerra da Coreia em um dos capítulos de seu trabalho. As fontes de pesquisa utilizadas pelo autor foram os jornais da assim chamada “grande imprensa”, e na questão da atuação dos comunistas brasileiros, o pesquisador indica que os militantes do PCB organizaram atividades como as do:

[...] Manifesto pela Paz na cidade de São Paulo (1949), o movimento Nacional pela Proibição das Armas Atômicas (1950-1951), o Segundo Congresso Brasileiro pela Paz (1950), o Congresso do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz, a coleta de assinaturas para a Campanha em Prol do Conselho Mundial pela Paz (1951 e 1952), o Movimento Carioca pela Paz (1953), a campanha contra a Guerra na Coréia e a atuação dos inúmeros Comitês Pró-paz, como o da cidade de Santos (1952).

As atividades dos comunistas brasileiros na luta pela paz ganharam pouco espaço na imprensa escrita nacional (SOTANA, 2010, p. 226).

No entanto, apesar dessa “suposta invisibilidade” dos comunistas na imprensa brasileira, percebe-se que entre as poucas publicações que davam algum tipo de destaque para o envio ou não de marinheiros para o front coreano, estavam publicações comunistas como a *Voz Operária*, e um jornal clandestino que circulava nas embarcações da Marinha denominado de *Marinha Vermelha*<sup>11</sup>, sem maiores referências. Apesar da importância do tema para a compreensão da conjuntura do pós-guerra, percebe-se que há muito que ser levantado e pesquisado.

Inicialmente, tendo ainda a finalidade de justificar a proposta do Projeto de Pesquisa, nos amparamos na constatação de Antônio Carlos Peixoto sobre os estudos até então realizados sobre a temática dos fenômenos e das intervenções militares ao lado do papel político das Forças Armadas:

[...] os trabalhos que tendem a fornecer uma explicação da intervenção militar são poucos numerosos, sobretudo se considerarem a importância e a complexidade do problema. Seu poder explicativo é desigual e sob muitos aspectos insuficientes. Nenhum deles conseguiu reunir elementos suficientes para esclarecer, simultaneamente, a natureza e as características intrínsecas da instituição militar brasileira, de seu desenvolvimento histórico e de suas manifestações políticas. Todos esses trabalhos indicam certamente a necessidade de maior abrangência nesse tipo de pesquisa, através do aprofundamento dos esquemas explicativos em referência a situações históricas concretas em que a intervenção militar, qualquer que tenha sido seu nível, aparece de forma nítida. [...] Na realidade carecemos de estudos históricos capazes de servir à elaboração de modelos mais consistentes. Isso aponta evidentemente para necessidade de desenvolver a pesquisa histórica, ainda que limitada a momentos e aspectos circunstanciais e parciais do fenômeno militar. (PEIXOTO, 1980, p. 27-28).

Este objeto de estudo procura resgatar a projeção política dos movimentos de grupos militares de esquerda nas Forças Armadas, em especial os marinheiros. Nesse sentido, ao analisar a produção de estudos acadêmicos, Antônio Carlos Peixoto ainda assinala que, o estudo das sucessivas intervenções militares e do papel das Forças Armadas como ator político, levou a construção de um certo número de modelos que procuraram apresentar quadros analíticos explicativos do fenômeno militar. O autor indica que, a despeito das diferentes contribuições, as interpretações realizadas “revela muitas lacunas; ao mesmo tempo, certas questões de primeira ordem foram deixadas de fora do conjunto da reflexão e do quadro analítico proposto” (PEIXOTO, 1980, p. 27).

---

10 Dentre os trabalhos consultados, Ribeiro (2003) parece ter sido o único pesquisador que utilizou, até o momento em se redige esse projeto de pesquisa, os jornais comunistas como fonte de pesquisa.

11 Quem oferece maiores detalhes sobre essa publicação é Cunha (2002).

Contemporaneamente, há várias visões de análise sobre as Forças Armadas, tendo 02 modelos bem consolidados teoricamente, os modelos ‘Institucional-organizacional’ e ‘Instrumental’<sup>12</sup>. O primeiro trabalha com a questão da autonomia da instituição militar, tese desenvolvida por Edmundo Campos Coelho no livro *Em busca da identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Ele apreende as Forças Armadas como uma esfera à parte da sociedade; pauta-a como objetivada mediante seus interesses. O referido autor considera o Exército, particularmente, como uma estrutura monolítica. Essa concepção afirma que os militares atuam de dentro para fora, ou seja, os militares teriam autonomia frente à sociedade. Essas características possibilitam a leitura de que não existe contradição política interna dos militares quando inseridos na política, demonstrando o caráter monolítico da Instituição, principalmente porque a tomada de decisão estaria articulada dentro da hierarquia.

O modelo ‘Instrumental’ é uma concepção que busca nos interesses de classes, grupos, forças políticas e correntes de opinião explicar as motivações das manifestações militares. Sendo assim, estes se apresentariam a partir de estímulos ou influências não somente internas, mas também externas às corporações, inclinando-se a alguns dos grupos ou identificando-se a um deles. Uma leitura à direita é operacionalizada pelo intelectual conservador norte-americano Samuel Huntington, em seu livro mais significativo *O soldado e o Estado*, publicado pela Biblioteca do Exército (Bibliex). Ele reconhece as Forças Armadas como um instrumento de modernização capitalista e de caráter reformador em países mediados por forças políticas oligárquicas. Outra interpretação à esquerda dessa concepção, é oferecida por Nelson Werneck Sodré, oficial do Exército e historiador marxista. Ele apreende as Forças Armadas como originárias da classe média e/ou pequena burguesia e que desenvolveram posições progressistas ao longo da história, conferindo-lhe uma peculiaridade democrática e nacionalista. A fundamentação maior dessa tese e referência de qualquer debate sobre as Forças Armadas apresentam-se em dois trabalhos: *Memórias de um soldado* e *História Militar do Brasil*.

Por essa razão, resolvemos trabalhar com o referencial teórico “Instrumental” para demonstrar que grupos de marinheiros de esquerda e muitos com atuação no Setor Militar do PCB, o Antimil, atuaram politicamente no interior da Marinha de Guerra do Brasil no sentido de evitar que o país enviasse combatentes para lutar no front de guerra coreano. Assim, esse é um dos pontos fundamentais para a proposta de realização da presente pesquisa, que também procura contribuir para a explicação dos fenômenos e das intervenções militares; bem como perceber os marinheiros como atores importantes dentro das Forças Armadas nos acontecimentos da Guerra da Coreia (1950-1953).

Quanto aos métodos a proposta de estudo, a pesquisa<sup>13</sup> ampara-se em fontes como documentos, processos jurídicos, memorandos, jornais, folhetos, relatórios; e o recurso à pesquisa de campo onde procuraremos entrevistar possíveis ex-militares, ex- marinheiros e pessoas que participaram direta ou indiretamente do contexto do debate sobre a participação brasileira na Guerra da Coreia (1950-1953). Quanto às formas de análise dos dados coletados, usaremos as ferramentas da análise do discurso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A Guerra da Coreia (1950-1953) está inserida no rol dos grandes conflitos do século XX e que contou com oponentes militares, políticos e ideológicos que representavam visões antagônicas sobre a geopolítica mundial. Neste aspecto, compreender a dinâmica que envolveu a agenda de enviar uma força

---

12 Há outras leituras que talvez sejam derivadas das concepções Institucional/Organizacional e Instrumental. Assim, a concepção notadamente defendida por Alfred Stepan afirma que os militares exercem o Poder Moderador. A variante defendida por Oliveiros Ferreiros desenvolve o conceito de Partido Fardado, fazendo analogia com a ação unificada da Instituição Militar; a Esquerda Militar e o Partido Militar.

13 Pesquisa documental.

expedicionária brasileira para o conflito é decisivo para a compreensão das implicações resultantes que se inclinaram para repressões e violações aos direitos humanos mais elementares de seus atores políticos, os militares da Marinha brasileira que se inclinavam à esquerda do espectro ideológico.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, V. C. *Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- ALVES, V. C.; AMARAL, P. A. O processo decisório em política externa: a decisão de enviar tropas à Guerra da Coreia. XXVII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1426284607_ARQUIVO_ArtigoANPUH.pdf). Acesso em 22/12/2017.
- CUNHA, P. R. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Militares e militância: uma relação dialeticamente conflituosa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- Depoimentos esclarecedores (Sobre as prisões de militares). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1952.
- Depoimentos esclarecedores: sobre os processos dos militares. v. II. Rio de Janeiro: Editora Associação Brasileira de Defesa dos Direitos do Homem, 1953.
- HOBBSBAWN, E. *A era dos extremos*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACMAHON, R. J. *Guerra fria*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.
- PEIXOTO, A. C. *O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)*. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Exército e política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação*. In: ROUQUIÉ, Alain (Org.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- RIBEIRO, J. F. *Os "Combatentes da Paz": a participação dos comunistas brasileiros na Campanha Pela Proibição das Armas Atômicas (1950)*. 2003. 188f. Dissertação de Mestrado (História), Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- SANDLER, S. *A guerra da Coreia: nem vencedores nem vencidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.
- SILVA, M. G. *Foice, martelos e fuzis: a militância comunista na casa dos sargentos do Brasil 1949-1950*. 2009. 152f. Trabalho de Conclusão de Curso (História), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André, Santo André.
- \_\_\_\_\_. *Militares Militantes: a militância comunista na Casa do Sargento do Brasil e na Casa do Sargento de São Paulo 1947-1952*. 2017. 253f. Dissertação de Mestrado (Ciências Humanas e Sociais), Universidade Federal do ABC, Santo André.
- SODRÉ, N. W. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- \_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SOLANA, E. C. *A paz sob suspeita – representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. 2010. 272f. Tese de Doutorado (História), faculdade de Ciências e Letras de Assis, Assis.
- VIZENTINI, P. G. F. "A guerra fria". In: *O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Daniel Aarão Reis Filho, Jorge Ferreira, Celeste Zenha (Orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, pp. 195-225. (O século XX; v. 2).

# A DINÂMICA CAPITALISTA CONTEMPORÂNEA: CRISE ESTRUTURAL, MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL E FINANCEIRIZAÇÃO

Aline Soares Nomeriano

Universidade Federal de Alagoas  
asnomeriano@arapiraca.ufal.br

**Resumo:** No final da década de 1960, a lógica de autorreprodução expansiva do capital começa se esgotar, e mais precisamente a partir de 1973, as taxas de lucro do sistema como um todo passaram a decrescer de forma contundente. Entre outros fatores, esse decréscimo gerou uma crise sem precedentes na história do capitalismo (distinta de todas as demais), que conforme **Mészáros (2002), trata-se de uma crise de natureza estrutural**. Chesnais (1996) descreve esse novo momento como de “mundialização do capital” e de “finança mundializada”; etapa do sistema capitalista marcada pela financeirização da economia, em que há a passagem de um regime de acumulação do capital centrado na esfera da produção para um regime com hegemonia financeira. Neste sentido, este trabalho trata-se de um estudo bibliográfico baseado na perspectiva histórico-materialista, que teve como principal aporte teórico as contribuições de Chesnais (1996, 2001, 2005, 2015); Mészáros (2002, 2007, 2011); Alves (2016), entre outros.

**Palavras-chave:** Crise Estrutural. Mundialização do Capital. Financeirização.

## INTRODUÇÃO

É por entendermos que a base de sustentação da dinâmica capitalista contemporânea envolve a interrelação entre crise estrutural, movimento de mundialização do capital e financeirização, que se coloca como premente reconhecer que esse debate não pode estar apartado das particularidades da referida dinâmica capitalista.

E como hoje há um protagonismo da forma financeira do capital, que está atrelado a uma transformação estrutural do capitalismo e a um movimento de mundialização do capital, este artigo buscará compreender a articulação entre esses fenômenos.

Para tanto, inicialmente, caracterizaremos o processo de desregulamentação do sistema financeiro; na sequência, analisaremos os elementos constitutivos da crise estrutural do capital; e por fim, daremos destaque ao movimento de mundialização do capital e à marca da financeirização.

### O processo de desregulamentação do sistema financeiro

Entre 1944 e 1971, vigorou o acordo de *Bretton Woods* ou as regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo (44 nações aliadas). Processo esse que ficou conhecido como o de uma “nova ordem mundial”, foi o primeiro exemplo na história, de uma ordem monetária totalmente negociada, a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Bretton Woods definiu o “padrão-dólar” ou um sistema fixo (porém ajustável), em que a moeda americana era fixada em ouro, enquanto as outras moedas corrigiam sua paridade em relação ao dólar, com possibilidade de haver paridades cambiais (ajustes consentidos, majoritariamente, pelos EUA). Na época (fins da Segunda Guerra), os EUA eram a economia credora de praticamente todos os países aliados:

O sistema de Bretton Woods foi baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional com todos os seus atributos [do ouro]. O sistema adotado conferia ao dólar um papel central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando a este. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente. Por sua vez, as taxas de câmbio de todas as outras moedas eram determinadas

tendo o dólar como referência. Essas taxas eram fixas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados (CHESNAIS, 1996, p. 249).

Além dessa obrigação de os países adotarem uma política monetária de câmbio de suas moedas indexada ao dólar, outra estratégia fruto de *Bretton Woods* foi a criação do Banco Mundial, do FMI - Fundo Monetário Internacional, do BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento e da ONU - Organização das Nações Unidas; Outros importantes organismos internacionais foram criados no pós-segunda guerra (sob a liderança ou forte influência dos EUA) com os objetivos principais de tirar esse país da crise, reerguer o sistema do capital, reconstruir a Europa e lutar contra a ameaça do chamado socialismo real (Guerra Fria): GATT (hoje OMC) - Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio; do Plano Marshall - Programa de Recuperação da Europa Ocidental; da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; da OEA - Organização dos Estados Americanos; da Cepal - Comissão Econômica para a América latina e o Caribe; do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento; da Aliança para o Progresso; da Otan - Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O acordo de *Bretton Woods* durou até 15 de agosto de 1971, quando os EUA, unilateralmente, acabaram com a conversibilidade do dólar em ouro, momento em que o país entrou em uma nova recessão. O objetivo era propiciar uma tentativa de recuperação da economia norte-americana, passando-se a adotar o sistema de taxas de câmbio flutuantes (quando as operações de compra e venda de moedas funcionam sem controle sistemático do governo e o valor das moedas estrangeiras flutua de acordo com a oferta e a demanda no mercado). Conforme indicado por Ribeiro (2019):

Durante os anos de ouro do capitalismo – fim da Segunda Guerra Mundial até começo dos anos 1970 – a regulação das operações financeiras esteve ligada a políticas estatais indutoras da demanda nos países de capitalismo desenvolvido, assim como nos países dependentes. Essas vias de valorização foram essenciais para lucros estrondosos, crescimento econômico e taxas de produtividade crescentes [...] Foi somente na década de 1970 que os freios que regulamentavam o mundo das finanças foram soltos e uma nova onda expansiva do sistema de crédito empreendeu o processo de mundialização e financeirização do capital [...] (RIBEIRO, 2019, s/p).

É nesse estágio que se dá o movimento de mundialização do capital e as novas estratégias de acumulação capitalista, que na visão do economista francês François Chesnais (1995; 1996), estão articuladas à teoria da internacionalização, cujo mote principal está no poder das grandes corporações transacionais (incluindo tanto o setor industrial quanto o de serviços).

Em outros textos seus (2001; 2005; 2015), a partir dos anos 2000, o economista passa a reconhecer que o que há de central nesse movimento de mundialização é o protagonismo do capital financeiro, o qual conforme o autor, é uma forma concentrada de capital que hoje domina grande parte do planeta:

Ao término de uma evolução de vinte anos, são as instituições constitutivas de um capital financeiro possuindo fortes características rentáveis que determinam, por intermédio de operações que se efetuam nos mercados financeiros, tanto a repartição da receita quanto o ritmo do investimento ou o nível e as formas do emprego assalariado. As instituições em questão compreendem os bancos, mas sobretudo as organizações designadas com o nome de investidores institucionais: as companhias de seguro, os fundos de aposentadoria por capitalização (os Fundos de Pensão) e as sociedades financeiras de investimento financeiro coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de cliente dispersos (os *Mutual Funds*), que são quase sempre as filiais fiduciárias dos grandes bancos internacionais ou das companhias de seguro (CHESNAIS, 2001, p. 8).

O autor concebe as finanças como algo não autonomizado, isto é, que possui alguma relação com a produção. Além disso, também aponta que o capital financeiro, enquanto uma dimensão contemporânea, não é fruto de um movimento próprio. O Estado teve e tem papel preponderante nas ações de liberalização e desregulamentação do sistema financeiro: “Sem a ajuda ativa dos Estados [...] os investidores financeiros institucionais não teriam chegado às posições de domínio que sustentam hoje e não se manteriam tão à



vontade nessas posições” (CHESNAIS, 2001, p. 11). Processo esse favorecido pelo regime de taxas de câmbio flexíveis ou flutuantes, que em um regime de acumulação com dominância financeira, visa, em grande medida, a valorização fictícia do capital: “[...] Em consequência disso, os processos de desregulamentação, abertura e internacionalização das finanças foram acelerados provocando a chamada *financeirização* [...]” (COGGIOLA, 2012, p. 26, grifo do autor).

O capital acumulado no período dos “30 anos gloriosos” passou a requerer novas oportunidades de realização<sup>1</sup>, e isso provocou o deslocamento da centralização de investimentos (que naquele período estava na esfera produtiva), para a esfera financeira. Conforme análises do economista Chesnais (2015), o setor financeiro do capitalismo mundial possui uma autonomia relativa, na medida em que há uma forte imbricação entre as dimensões produtiva e financeira:

A força econômica e social do capitalismo de investimento financeiro é consequência direta da duradoura falta de ruptura na acumulação. Não se pode esquecer que uma das primeiras causas da reparação deste tipo de capital no fim dos anos 1960 foi o aumento dos lucros não reinvestidos na produção direta de valor e de mais-valia. Era preciso que tais capitais não ficassem ociosos e foi necessário abrir-lhes possibilidade de valorização como capital de empréstimo (CHESNAIS, 2015, p. 246, grifo do autor).

Chesnais (2001), observa que apesar de não ser nova a capacidade de acumulação capitalista no setor financeiro, esta nunca foi tão grande como na referida etapa de mundialização do capital e globalização<sup>2</sup>. Os novos “operadores financeiros” são os mais favorecidos nesse processo. Eles não deixam de se interessar pelos ativos industriais, mas enfatizam os esforços na rentabilidade de seus ativos financeiros. Ademais, chama atenção para a figura do rentista, que cresce muito mais a partir da década de 1970 e cuja prioridade está em aplicações de curto prazo (como papéis, títulos de dívida pública, ações e outros mecanismos desta natureza), que desviam recursos da esfera produtiva, para operar na esfera financeira. Assim como nos alerta para o fato de que as formas assumidas pelo movimento de mundialização e a força do capital monetário deixam pouca “margem de manobra” para soluções reformistas, tanto no tocante a medidas sociais em geral quanto em relação ao desemprego.

Para Chesnais (2001), a extinção do acordo de *Bretton Woods* em 1971 e a consequente liberalização do setor das finanças, fundam a formação de um novo período no regime de acumulação. Ter isso como ponto de partida é fundamental para o entendimento da dominância financeira contemporânea. Segundo o economista, trata-se do primeiro grande momento da mundialização do capital, este da desregulamentação ou liberalização monetária<sup>3</sup>.

A década de 1970 significou, portanto, o que também ficou conhecido como processo de financeirização ou a tentativa do capital financeiro remediar a queda da taxa de lucro e a crise estrutural do sistema. Assim, nos alerta Alves (2016):

Temos salientado que, sob o capitalismo global [...], a *crise estrutural de valorização do capital*, que se manifestou com vigor na crise de 1973/1975, e que aparece como pressuposto fundante e fundamental das crises de hegemonia financeira do capitalismo global nos últimos 30 anos – pelo menos desde 1986 – pode ser explicada pelo *movimento contraditório da ‘lei’ tendencial de queda da taxa média de lucro no plano do mercado mundial*, originalmente exposta por Karl Marx no Livro III de ‘O capital – Crítica da Economia Política’ (ALVES, 2016, p. 33, grifos do autor).

---

1 O fim dos “30 anos gloriosos” (Estado de bem-estar social ou *Welfare State*) significou o fim do período de crises cíclicas e a eclosão da crise estrutural do capital (a ser abordada no próximo tópico). Portanto, o deslocamento de investimentos da esfera da produção industrial para a esfera das finanças teve essa causalidade fortemente objetiva e material.

2 “Nada é mais seletivo que um investimento ou um investimento financeiro que procura rentabilidade máxima. É por isso que a globalização não tem nada a ver com um processo de integração mundial que seria um portador de uma repartição menos desigual das riquezas” (CHESNAIS, 2001, p. 12).

3 Até a entrada dos anos de 1970, esse setor era regulado pelo Estado em todas as economias de mercado. Dessa forma, desde a crise de 1929 (Quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque), os mercados financeiros encontravam-se presos a essa lógica regulatória.

Daí a necessidade de compreendermos as peculiaridades da referida crise, nos apoiando especialmente em Mészáros (2002; 2007; 2011)<sup>4</sup>. A razão para esta escolha é por entendermos que o supracitado autor deu continuidade, de maneira original, à tradição marxiana (de Marx e Lukács<sup>5</sup>) na investigação acerca dos fundamentos ontológicos<sup>6</sup> da ordem capitalista. Além de muito ter contribuído com suas análises sobre o complexo momento histórico contemporâneo das últimas três décadas do século XX.

Na visão de Mészáros (2002), trata-se de uma crise estrutural e sistêmica que afeta tanto o núcleo central do capitalismo (e por conseguinte, o funcionamento da acumulação e da extração da mais-valia) quanto as mais variadas dimensões da vida em sociedade (em termos individuais e coletivos). O referido estágio do capitalismo não mais corresponde aos ciclos de recessão, recuperação e expansão anteriores, mas sim, a um novo ciclo caracterizado por uma depressão crônica e com implicações globais.

Foi, então, com a chegada dos anos 1970 que novas estratégias passaram a ser tomadas pelo sistema do capital, na tentativa de contornar esse outro tipo de crise, de natureza estrutural. Vejamos, a partir do próximo item, quais os elementos constitutivos da referida crise.

### **Elementos constitutivos da crise estrutural do capital**

Até o final dos anos 1960, o que se tinha era a ocorrência de crises parciais, a produção e autorreprodução ampliada do capital, a expansão do consumo e a conquista de novos territórios ou espaços de mercado. Com a entrada dos anos 1970, o que há é uma crise sem precedentes na história do capitalismo, distinta de todas as demais, conforme Mészáros (2002):

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS, 2002, p. 797, grifo do autor).

Na esteira de Mészáros (2002), Antunes (2003), reúne o conjunto de fatores, uns característicos do contexto de inserção da crise estrutural e outros, como tentativa de respostas do Estado: 1- decréscimo da lucratividade do capital global (ou queda das taxas de lucro); 2- esgotamento do modelo produtivo *taylorista-fordista*; 3- hipertrofia da esfera financeira (em detrimento dos padrões de produtividade centrados nos parques industriais); 4- alta concentração de capitais e necessidade de abrir novos nichos de mercado; 5- crise do Estado de bem-estar social e crise fiscal; 6- acentuação no processo de privatizações (além da desregulamentação das leis trabalhistas e da flexibilização das relações de trabalho). Trata-se de um conjunto de ações e reações das forças do capital para tentar mitigar os efeitos de sua crise estrutural.

Ao longo de seu processo de acumulação, a autorreprodução ampliada do capital, por meio da produção abundante, correspondeu ao período de ascendência do sistema. Na concepção de Mészáros (2002), nesse período, houve uma enorme ampliação da riqueza da sociedade como um todo. Totalmente ligada à sua lógica expansiva, significou a fase “civilizatória” do capitalismo:

Sob determinadas circunstâncias históricas, a autorreprodução ampliada do capital e a produção genuína podem *coincidir* num sentido positivo, e enquanto isso ocorre, o sistema do capital pode cumprir seu ‘papel civilizador’ de aumentar as forças produtivas da sociedade e estimular, até um ponto não só possível, mas também ditados por seus interesses, a emergência da ‘industriosidade geral’ (MÉSZÁROS, 2002, p. 699, grifo do autor).

---

4 Assentados em Mészáros, também utilizaremos as análises de Antunes (2003), Paniago (2000) e Alves (2016).

5 György Lukács nasceu na Hungria em 1885 e faleceu em 1971. Filósofo influente e militante, produziu durante cerca de 50 anos, sendo muito conhecido na Europa. Suas obras da maturidade tardia são *A Estética* e *Para a Ontologia do Ser Social*.

6 Ou seja, acerca da natureza e da gênese do capitalismo (na esteira de Lukács e sua ontologia do ser social).



E, realmente, quando comparado com os modos de produção anteriores, apenas o capitalismo conseguiu levar a humanidade a possibilidades antes nunca imagináveis. Mas o fato é que a expansão do capital é o recurso mais utilizado para desobstruir seus canais de ampliação e acumulação crescentes em esfera mundial. E durante sua fase de ascensão, o referido sistema foi compelido, por vezes, a reconhecer conquistas do trabalho, diante da pressão da luta de classes; mas, acentuadamente, porque os ganhos concedidos aos trabalhadores são transformados em vantagens para o próprio capitalismo.

Dentro dessa lógica, foi possível realizar algumas melhorias nas condições gerais de vida da população, as quais serviram como mecanismo de deslocamento de algumas das contradições intrínsecas ao sistema do capital. Assim, como o consumo por parte da classe trabalhadora era altamente necessário ao capital, dada a superprodução, a melhoria do padrão de vida dos trabalhadores reverteu-se em benefício próprio da acumulação capitalista: “O capital teve condições de conceder esses ganhos que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e *integrados* a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 95, grifo do autor). A referida possibilidade sempre esteve limitada pela apropriação desigual dos benefícios produzidos e toda essa evolução nas condições gerais de vida, sempre estiveram associadas a muita destruição, desigualdade e conflitos: “[...] com implicações de largo alcance e consequências dolorosamente reais para o desenvolvimento do movimento da classe trabalhadora” (MÉSZÁROS, 2002, p. 539).

Com a expansão geográfica do capital em todas as possíveis partes do planeta, a partir do momento em que se esgotam os mercados a explorar, na visão do autor,

O bloqueio de novos territórios sobre os quais o capital poderia estender seu domínio e aos quais poderia ‘exportar’ suas contradições, ativa os limites absolutos e a simultânea crise estrutural do sistema. Consequentemente, a necessidade inevitável de assegurar a administração sustentável das condições de controle sociometabólico e da produção no contexto global adequado, se revela como algo irremediavelmente *além do alcance do capital*, não importa até onde e quão perigosamente se extralimite o sistema. É assim que desde o início, a incontornabilidade estrutural inerente do capital, como modo de controle, fecha o seu círculo [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 259, grifos do autor).

Foi assim, com a entrada dos anos 1970, que se esgotou a referida fase expansiva e abriu-se espaço para a crise estrutural do capital, em que o intervencionismo estatal choca-se com: a queda crescente da taxa de lucros, a crise fiscal/financeira do Estado e a alta inflação<sup>7</sup>, o que se soma aos dois choques petrolíferos (aumento dos preços em 1973 e 1979, e o fato de os árabes terem embargado a exportação dessa matéria-prima para o Ocidente). Processo fruto de um período em que há um profundo conflito entre a capacidade de acumulação e exploração do capital. Acerca da responsabilização da referida crise, Paniago (2000) tece essas pertinentes considerações:

O Estado passou [...] a ser responsabilizado sobremaneira pela eclosão da crise, ou seja, por ter se envolvido demasiadamente com os gastos sociais, que acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade estatal de sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores (PANIAGO, 2000, p. 126).

Contudo, fundamentada em Mézáros (2002) e com base no tripé de sustentação do capitalismo (capital-Estado-trabalho assalariado), a autora nos lembra da relação de complementariedade entre Estado e capital (uma verdadeira relação ‘simbiótica’); sendo, portanto, equivocada essa análise liberal que atribui ao Estado a culpa pela eclosão da crise dos anos 1970:

---

7 O aumento do preço do petróleo conduziu a um aumento da inflação e a Europa entra numa fase denominada de estagnação (combinação de recessão com aumento da inflação). Outro agravante daquele contexto e que precedeu a alta do petróleo em 1973, foi a desvalorização do dólar americano (que serviu de referência a todas as economias ocidentais entre 1944 e 1971), quando perdeu a sua paridade relativa ao ouro (CANO, 2000).

O que vemos, portanto, como determinante nos passos iniciais da crise dos anos 1970 não foi a falência do Estado devido à sua incompetência ou desempenho de papéis inadequados, mas sim o esgotamento dos meios utilizados para ampliação da realização do capital, resultando numa crise estrutural agravada pelo acúmulo das contradições e pela ineficácia das medidas remediadoras até então utilizadas (PANIAGO, 2000, p. 127).

Nesse sentido, nos termos do teórico húngaro Mészáros, um dos fundamentos da crise estrutural é o esgotamento das medidas corretivas que o sistema do capital sempre promoveu para responder suas contradições imanentes. Trata-se da ‘tríplice contradição’ ou do trio de dimensões fundamentais<sup>8</sup> do capital em relação à produção: controle, consumo e circulação/distribuição/realização; as quais sempre exigiram (durante a expansão do sistema) ‘remédios’ que restabelecessem o equilíbrio ameaçado a cada crise parcial. Nesse sentido, o modo do sistema do capital

“[...] de lidar com contradições é intensificá-las, transferi-las para um nível mais elevado, deslocá-las para um plano diferente, suprimi-las quando possível, e quando elas não puderem mais ser suprimidas, exportá-las para uma esfera ou um país diferente. É por isso que o crescente bloqueio no deslocamento e na exportação das contradições internas do capital é potencialmente tão perigoso e explosivo (MÉSZÁROS, 2002, p. 800).

De crise em crise cíclica, o conjunto de ações saneadoras e deslocadoras da ‘contradição tríplice’ foi perdendo força e ficando insuficiente ou mesmo inviável, a exemplo de guerras mundiais e da expansão do capital para países da periferia capitalista. Ademais, diferentemente das crises cíclicas, que, enquanto crises apenas parciais, facilmente adiam as contradições próprias do capital, a partir da crise estrutural,

significa simplesmente que a tripla dimensão interna da auto expansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores [...] quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das outras, até mesmo em última análise. A partir deste momento, as perturbações e ‘disfunções’ antagonísticas, ao invés de serem absorvidas/dissipadas/desconcentradas e desarmadas, tendem a se tornar *cumulativas* e, portanto, *estruturais*, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de *deslocamento das contradições* [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 799-800, grifos do autor).

Ainda segundo Mészáros, o sistema do capital, que é orientado para a expansão e movido pela acumulação, não admite restrições e limites impostos ao curso de sua trajetória; apenas aceita ajustes, mudanças provisórias, que não impeçam essa lógica expansiva. As contradições que lhe são inerentes sempre foram postergadas, principalmente durante sua fase de forte expansão.

Todavia, em fins dos anos 1960, mesmo diante de um equilíbrio provisório, fruto das políticas do *Welfare State*, a lógica de autorreprodução iminentemente expansiva do capital começa a esbarrar nos limites do mercado consumidor, do próprio esgotamento de continentes a explorar e, principalmente, do desemprego crônico. O que passa a ocorrer a partir daí, é o abalo na funcionalidade da estrutura do sistema do capital (colocando em risco sua própria existência sóciometabólica). Nessa perspectiva, o filósofo húngaro alerta para a ‘novidade histórica’ dessa crise, reunida em quatro elementos fundamentais:

1) seu *caráter é universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular [...]; 2) seu *alcance é verdadeiramente global* [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países [...]; 3) sua *escala de tempo é extensa, contínua*, se preferir, *permanente*, em lugar de limitada e cíclica [...]; 4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante* [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 796, grifos do autor).

---

8 Conjunto de defeitos estruturais ou no dizer de Mészáros (2002), a contradição entre produção/controle, produção/consumo e produção/circulação. O filósofo marxista húngaro analisa mais detalhadamente essa questão no capítulo 2/parte 1, de sua obra *Para Além do Capital*.

Enfaticamente, Mészáros descreve a referida crise como “[...] representação de um *continuum depressivo*, que exhibe as características de uma crise *cumulativa, endêmica*, mais ou menos *permanente e crônica* [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 697, grifos do autor). Para o autor, diferentemente de todo seu estágio anterior (de ascendência histórica) a partir da crise estrutural, o que o capitalismo passa a viver é uma fase de desintegração histórica. Assim também entende Alves (2016):

Uma dimensão crucial da crise estrutural de valorização do valor é que ela se manifesta no plano da aparência sistêmica, como crise crônica de superprodução – não se trata de mais uma crise histórica de superprodução que caracteriza ininterruptamente a evolução histórica do capitalismo moderno, mas sim, a crise estrutural – crônica e rastejante de superprodução do capital, que lança a sociedade a um estado de barbárie social (crise de civilização) (ALVES, 2016, p. 37).

Voltando a tratar da ‘tríplice contradição’ interna da auto expansão do capital, a disjunção entre produção e controle está na base fundamental desse sistema, uma vez que ela se dá com a perda do controle do trabalhador (produtor real) sobre o processo e o produto do seu trabalho. Acerca disso, Mészáros (2002), assentado em Marx (2013), chama atenção para a separação direta entre quem produz e quem controla a produção, já que os produtores apenas executam e em nada concebem ou planejam sobre o que e o como será produzido. Essa ruptura permitiu ao sistema do capital que suas forças produtivas se desenvolvessem de forma nunca antes vista em nenhum outro modo de produção:

[...] uma vez realizada a separação forçada do trabalhador de seus meios de produção (e autor-reprodução), foi aberto o caminho para um desenvolvimento incomparavelmente mais dinâmico. Dessa forma, os objetivos da produção não mais estão diretamente atados (e subordinados) às limitações do consumo dado, mas podem antecipar-se significativamente a ele, estimulando, na forma de sua nova reciprocidade, tanto a produção como a ‘demanda conduzida pela oferta’ (MÉSZÁROS, 2002, p. 660, grifo do autor).

A partir do momento em que houve a separação radical entre quem produz e quem controla a produção, a decisão do que é produzido passou a ser orientada pela lógica do capital ou pela subordinação do valor de uso dos produtos (úteis às necessidades humanas) ao seu valor de troca. Um outro problema dessa cisão é o fato de que a produção no capitalismo assume uma lógica reprodutiva com ausência de sujeitos autodeterminados, pois ambas as classes (trabalhador e capitalista) estão sujeitas aos imperativos dessa lógica, apesar de exercerem papéis distintos no sistema como um todo. Ou seja, o trabalhador/produtor/sujeito real é alienado (do processo produtivo) e capitalista/dono da produção/sujeito alienador não pode se constituir como sujeito de fato, como bem explica Mészáros:

O sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores. Nesse processo de alienação, o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada – mero ‘fator material de produção’ [...] Para o capital, entretanto, o problema é que o ‘fator material de produção’ não pode deixar de ser o sujeito real da produção. Para desempenhar suas funções produtivas [...] o trabalho é forçado a aceitar um outro sujeito acima de si, mesmo que na realidade este seja apenas um pseudo-sujeito [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 126, grifo do autor).

Assim, o capitalista comanda todo o processo produtivo e reprodutivo do sistema do capital, o que significa que há o controle desse metabolismo social por parte de suas personificações; mas ao mesmo tempo, o capitalismo não consegue resolver suas contradições vitais de forma duradoura, muito menos eliminá-las. Daí decorre uma segunda ruptura, não menos importante, qual seja, entre produção e consumo. Ao não ser guiado pelo atendimento das reais necessidades humanas, no capitalismo, produção e consumo podem ser inteiramente separados, pois, o que simplesmente importa é a lucratividade. Com a “[...] mais desumana negação das necessidades elementares de incontáveis milhões de pessoas” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105), o consumo passa a ocupar lugar determinante no conjunto do ciclo de reprodução do capital.

Então, no quadro de crise estrutural do capital, para além da subsunção do valor de uso ao valor de troca, “[...] consumo e destruição vêm a ser equivalentes funcionais do ponto de vista perverso do processo de ‘realização’ capitalista [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 679, grifo do autor). Ou seja, para dar vazão a sua superprodução, o que há, dos anos 1970 em diante, é uma produção cada vez mais destrutiva.

Em relação à disjunção entre produção/circulação, o filósofo coloca que essa cisão se constitui no sentido de que o grande empreendimento do capital social total é tentar penetrar no domínio da circulação global:

Dessa forma, a necessidade de *dominação e subordinação* prevalece [...] por meio da atuação de cada uma das ‘personificações do capital’ – mas também *fora* de seus limites, transcendendo não somente todas as barreiras regionais, mas também todas as fronteiras nacionais. É assim que a força de trabalho total da humanidade se sujeita [...] aos imperativos alienantes do sistema do capital global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 105, grifos do autor).

Dentro do sistema do capital global, os Estados nacionais em suas fronteiras também nacionais se distribuem em dois padrões, quais sejam, nações metropolitanas/centrais e a periferia subdesenvolvida. Isso significa que se estabelece uma hierarquia que corresponde a um sistema internacional de dominação, exploração e subordinação entre ambos os padrões. Ou no dizer de Mézszáros “em casa [nos países centrais] um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111, grifo do autor).

Nesses níveis de problema, constata-se o que Mézszáros chama de defeitos estruturais do capital: antagonismos que não podem ser eliminados (são insanáveis ou inreformáveis), justamente porque são estruturais, a não ser pela eliminação da raiz do problema – a relação social capital-trabalho. Fato também destacado por Mézszáros é que há uma completa falta de unidade entre as três contradições supracitadas – produção/controle, produção/consumo e produção/circulação – e que nos três casos, o Estado moderno sempre tenta corrigir essa ausência, cumprindo seu papel totalizador de complementariedade em relação ao sistema do capital.

Ainda acerca da ‘tríplice contradição’, Mézszáros chama atenção para a tendência da ‘taxa de utilização decrescente do capital’, cuja lei atinge de forma negativa as três dimensões principais da produção e do consumo no capitalismo: bens e serviços, instalações e maquinaria e a própria força de trabalho. Sobre a primeira delas, uma das faces dessa dimensão destrutiva do capital é a ‘obsolescência planejada’ das mercadorias:

[...] as mercadorias destinadas ao ‘alto consumo de massa’ deixam de ser suficientes [...] Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam *reduzir* a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, *encurtando* deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória ‘obsolescência planejada’, em relação aos ‘bens de consumo duráveis’ produzidos em massa; a substituição, o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o *transporte coletivo*) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 126, grifo do autor).

Ao reduzir a vida útil de um produto ou fabricá-lo de maneira mais frágil, a lógica consumista do capital obriga que os indivíduos comprem (por mais de uma vez) um mesmo tipo de mercadoria (a exemplo de eletrodomésticos); ou nos valendo do forte exemplo dos aparelhos celulares, essa lógica influencia o consumo de modelos mais modernos/tecnológicos; e para cada nova produção de um objeto desse, se extrai ou se destrói mais matéria-prima na natureza.

Isto é, o que existe é a sobreposição das “necessidades da lógica produtiva/destrutiva do capital” às necessidades humanas, a mais desumana negação da satisfação das necessidades reais em nome de um

absurdo consumismo (forçado, manipulado), reflexo de “apetites” artificiais, projetando a imagem de uma “soberania do consumidor”. Com o consumismo manipulado, há um desperdício enorme, tanto dos objetos que são jogados fora (produzindo muito lixo eletrônico), quanto dos recursos naturais, o que aprofunda a degradação ambiental. Tudo para que se dê um “destino” ao capital super produzido, mesmo que por meio de uma produção do desperdício.

Sobre a segunda dimensão (instalações e maquinarias), Mészáros (2002) assevera que a taxa de utilização decrescente se manifesta aqui também sob a mesma lógica de subutilização crônica de máquinas, equipamentos e instalações em fábricas e indústrias, dando destaque à função do Estado como patrocinador direto, subsidiando essa prática, inclusive, em grandes multinacionais. No que concerne à terceira dimensão,

[...] que se refere ao uso ou ao não-uso da força de trabalho socialmente disponível, vem a ser a contradição potencialmente mais explosiva do capital. Pois [...] o trabalho não é apenas um ‘fator de produção’, em seu aspecto de força de trabalho, mas também a ‘massa consumidora’ tão vital para o ciclo normal da reprodução capitalista e da realização da mais-valia [...] a taxa de utilização decrescente da força de trabalho (que se manifesta na forma de desemprego crescente) não pode ser revertida por fatores e medidas conjunturais. De forma desconcertante para o capital, não se pode tratar indefinidamente o trabalho como um mero ‘fator de produção’, nem mesmo explorando ideologicamente a oposição fictícia entre trabalhador e consumidor, de modo a submeter o trabalhador em nome da mítica do ‘Consumidor’, com maiúscula. Pois, em *última análise* [...] ambos são basicamente o mesmo [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 672-673, grifos do autor).

O filósofo húngaro destaca que quando as ações para afastar as contradições da taxa de utilização decrescente referentes às duas primeiras dimensões não surtirem o efeito desejado, “[...] somente então será ativado o mecanismo de expulsão em quantidades maciças de trabalho vivo do processo de produção. Isto assume a forma de desemprego em massa, mesmo nos países mais avançados [...]” (MÉSZÁROS, 2002, p. 674).

Na visão do autor de *Para além do capital*, um dos principais aspectos que torna essa crise diferente de todas as demais, é justamente a substituição do trabalho vivo por máquinas, como nunca visto antes. Segundo Mészáros (2002), o desemprego é uma das expressões dos limites absolutos<sup>9</sup> do capitalismo. Diante de sua crise estrutural, a reprodução do capital se realizou e se realiza à custa de um vertiginoso aumento desse fenômeno do desemprego, que passou a assumir um caráter crônico. Isto é, não mais limitado a um “exército de reserva” como na época de sua ascensão:

Limitado a um ‘exército de reserva’ à espera de ser ativado para o quadro da expansão produtiva do capital, como aconteceu durante a fase de ascensão do sistema, por vezes numa extensão prodigiosa. Agora, a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter *crônico*, reconhecido até mesmo pelos defensores mais acrílicos do capital como ‘desemprego estrutural’ [...] (MÉSZÁROS, 2003, p. 22, grifos do autor).

Dessa forma, Mészáros chama a atenção para o fato de a acumulação do capital não estar diretamente dependente do consumo dos trabalhadores supérfluos. Por meio da produção descartável, o capital encaminha a contradição de ter que excluir do mercado de trabalho uma grande massa de trabalhadores, ao mesmo tempo em que necessita do consumidor. Há, portanto, uma contradição insolúvel, uma vez que o referido sistema precisa manter desemprego e consumo, simultaneamente:

---

9 Assim, com o domínio universal que o capital assumiu e com o advento de sua crise estrutural, as contradições iminentes ao sistema do capital são agravadas e repostas sob o que Mészáros chama de limites absolutos/estruturais. Sobre eles, o autor alerta que “Em primeiro lugar, deve-se enfatizar que a expressão ‘limites absolutos’ não implica algo absolutamente impossível de ser transcendido, como os apologistas da ‘ordem econômica ampliada’ dominante tentam nos fazer crer para nos submeter à máxima do ‘não há alternativa’. Esses limites são absolutos apenas para o sistema do capital, devido às determinações mais profundas de seu modo de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2002, p. 220, grifos do autor). Conforme o autor, esses limites estão expressos num conjunto de quatro antagonismos interligados: o capital transnacional/Estados nacionais, a questão ecológica/ambiental, a emancipação feminina e o desemprego crônico.



Para se desembaraçar das dificuldades da acumulação e expansão lucrativa, o capital globalmente competitivo tende a reduzir a um mínimo lucrativo o 'tempo necessário de trabalho' (ou o 'custo do trabalho na produção'), e assim inevitavelmente tende a transformar os trabalhadores em *força de trabalho supérflua*. Ao fazer isso, o capital simultaneamente subverte as condições vitais de sua própria reprodução ampliada (MÉSZÁROS, 2002, p. 226, grifos do autor).

Nesse contexto, em sua incessante busca pelo lucro, o sistema do capital mantém ou aumenta sua produtividade, mas às custas da redução quantitativa de força de trabalho empregada. Outra característica dessa realidade catastrófica é que se trata de um problema que atinge o mundo do trabalho em todos os lugares, não sendo novidade o desemprego nos países de capitalismo avançado, por exemplo.

Mészáros (2011), em sua visão histórica e sistêmica acerca da crise maior do capital (cada vez mais acirrada), argumenta que, por ser estrutural, ela é cumulativa, crônica e permanente. Indica ainda, como suas expressões mais gritantes, o desemprego estrutural (que atinge a todos os países, mesmo os desenvolvidos), a destruição ambiental (extinção dos recursos naturais e produção excessiva de lixo no planeta) e as guerras (quando fracassam os métodos "normais" de expansão). Assim, o autor evidencia que, no interior de uma crise estrutural, o capital enfrenta seus próprios limites.

Como o sistema do capital não pode admitir as causas das crises (pois teria que questionar sua própria lógica reprodutiva-destrutiva), apenas consegue tentar remediar seus efeitos, assim como ajustar de forma restrita, os problemas gerados por suas próprias contradições.

A incontrolabilidade que tanto empurrou o sistema do capital para o desenvolvimento de suas forças produtivas no passado, dos anos 1970 em diante, e nos tempos atuais, de modo mais agudo, não pode mais encontrar soluções duradouras para as suas próprias contradições. Isto é, houve o esgotamento da fase de ascendência histórica do capital e as implicações não são nada animadoras para o próprio sistema.

### **A mundialização do capital e a marca da financeirização**

Na esteira de Chesnais (1996), esboçamos como se deu a instauração da desregulamentação do sistema financeiro, ocorrida a partir de 1971 (seu primeiro momento, com o acordo de *Bretton Woods*). Dando continuidade às análises do autor, passaremos a abordar as demais etapas desse movimento. Em relação ao segundo momento, Chesnais traz o seguinte:

A segunda etapa, na implementação da mundialização financeira, começa pouco antes do estouro da dívida do Terceiro Mundo, em 1979-1980. Segue-se à chegada de Paul Volcker à chefia do Federal Reserve [Banco Central norte-americano], mas inclui igualmente as medidas tomadas, paralelamente, pelo governo conservador britânico chefiado por Margaret Thatcher, num país que tem duas características importantes, do ponto de vista do assunto que estamos tratando. O Reino Unido abriga a City, que é a mais antiga praça financeira do mundo, e ainda a segunda, se não por seu volume (Tóquio é mais importante), pela variedade e sofisticação de seus instrumentos de colocação. E o Reino Unido é também o país de origem dos maiores fundos de pensão privados do mundo, depois dos EUA (CHESNAIS, 1996, p. 257-258).

Nessa etapa, os bancos perdem totalmente a predominância, frente às novas instituições financeiras como os fundos de pensão e fundos mútuos. Estas instituições passam a ser as grandes concorrentes dos bancos (elemento esse chamado de desintermediação). Consequência das medidas tomadas a partir de 1979, as quais "escancararam" os sistemas financeiros nacionais. Nesse sentido, de 1980 em diante, o processo de mundialização avançou ainda mais rapidamente e conforme Chesnais, foram três os seus elementos constitutivos: a desregulamentação monetária, a desintermediação e a abertura dos mercados financeiros nacionais. Por meio da desintermediação também são favorecidos os mercados de poupança de clientes que passaram a transferir suas reservas ou apólices de seguro para fundos que oferecessem mais rentabilidade.

Com base nas determinações do Consenso de Washington<sup>10</sup>, as medidas adotadas pelo capitalismo central e periférico, frente à grande crise econômica nos anos 1980 (além do ajuste estrutural imposto pelo referido Consenso, mais severamente, aos países subdesenvolvidos) fizeram parte dessa segunda etapa da mundialização financeira (CHESNAIS, 1996). O declínio dos “30 anos gloriosos”, o rompimento do acordo de *Bretton Woods*, e o aumento da taxa de juros por parte dos EUA aos países da periferia capitalista, foram alguns dos condicionantes para a eclosão da referida crise dos anos 1980. Esta etapa também foi caracterizada pela liberalização dos mercados de câmbio<sup>11</sup>, abertura do mercado dos títulos da dívida pública<sup>12</sup> aos operadores estrangeiros do sistema financeiro, além da abertura de Bolsa de Valores às empresas estrangeiras. Chesnais (1996) destaca essas novas instituições financeiras afirmando o seguinte:

Os anos 80 também assistiram ao aparecimento, em primeiro plano, de formas de centralização do capital monetário de instituições financeiras, às vezes de origem bem antiga, mas que até então haviam permanecido em situação subalterna aos grandes bancos e grandes grupos. São os fundos de pensão<sup>13</sup>, isto é, os grandes fundos de aposentadoria anglo-saxões e japoneses; os fundos mútuos, isto é, fundos comuns de aplicação e gestão de carteiras de títulos; bem como as companhias de seguros mais orientadas para os sistemas de seguro de vida e de aposentadoria complementar. A formação e crescimento dessas instituições levou a mudanças importantes, que estão longe de concluídas, nas formas de relações e nas modalidades de entrelaçamento entre as finanças e a grande indústria. Essas instituições financeiras não bancárias comandam massas financeiras tão elevadas, que, perto delas, as dos grandes bancos são pequenas, quando não ‘nânicas’ (CHESNAIS, 1996, grifo do autor).

Outra inovação financeira dessa época diz respeito ao processo de “titularização” ou “secutirização”, que está ligado ao mercado comercial de papéis, cujas operações requerem a emissão de títulos de crédito; isto é, técnicas de financiamento mediante emissão de títulos. Trata-se de uma prática financeira que consiste em agrupar vários tipos de ativos financeiros, convertendo-os em títulos padronizados negociáveis no mercado de capitais interno e externo. A dívida é, portanto, transferida/vendida, na forma de títulos, para vários investidores. Em outros termos, “[...] a securitização consiste em transformar os créditos de posse [uma dívida] das instituições financeiras em títulos negociáveis[...]” (COGGIOLA, 2012, p. 37); títulos esses que podem ser adquiridos diretamente por Bancos, Distribuidoras de Valores ou Fundos de Investimento, como forma de rentabilizar o capital investido. Em relação à terceira etapa da mundialização financeira, o autor destaca que:

A incorporação dos chamados mercados financeiros “emergentes” diretamente às redes de finanças, a partir do começo da década de 90, representa a etapa mais recente da mundialização

- 
- 10 O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visou propagar a política econômica neoliberal (a ser tratada no segundo capítulo desta tese) com a intenção de combater a crise econômica dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina. As referidas medidas ficaram conhecidas por terem se tornado a base do neoliberalismo na periferia do capitalismo, uma vez que depois do Consenso de Washington, os EUA e, posteriormente, o FMI adotaram tais medidas como obrigatórias para negociar as dívidas externas daqueles países. Os ajustes estruturais principais foram os seguintes: **reforma fiscal; abertura comercial;** política de privatizações; **redução fiscal do Estado.** Tratou-se de uma espécie de preparação necessária para que os referidos países pudessem vir adotar, na prática, toda a agenda neoliberal (BATISTA, 1995).
- 11 Os EUA se valeram de sua enorme influência em organismos financeiros multilaterais, como o FMI, para forçar um inédito processo de abertura de mercados e de desregulamentação econômica ao redor do globo.
- 12 Títulos da Dívida Pública são uma das formas de investimento financeiro. Quando o governo (federal, estadual ou municipal) emite um título, ele está contraindo uma dívida por meio do mercado de capitais. Na prática, é como se o governante estivesse pegando dinheiro emprestado e dando uma garantia de que vai pagar, com o objetivo de levantar dinheiro. Qualquer pessoa pode comprar um desses títulos e ao comprar, será remunerado através de juros, enquanto mantiver a posse desse título.
- 13 “[...] O equilíbrio financeiro desses fundos está na dependência de um comportamento das variáveis-chave macroeconômicas que é perverso do ponto de vista do crescimento e do emprego, pois joga no sentido da elevação dos juros básicos, da redução da mão-de-obra formalmente empregada e da queda do rendimento médio dos trabalhadores. A perversidade desse comportamento é parte das contradições inerentes a um sistema que vê diminuir o capital produtivo – que gera renda real – enquanto engorda o capital financeiro – que extrai renda real do sistema e incha ficticiamente nos mercados secundários, exigindo ainda mais renda” (PAULANI, 2006, p. 93).

financeira. Deve-se distinguir esses mercados das praças financeiras mais antigas, como Hong Kong e Cingapura [...] Pode tratar-se aqui de mercados financeiros realmente novos, como em certos países da Ásia e, dentro em breve, na China [...] (CHESNAIS, 1996, p. 265-266, grifo do autor).

O autor indica que na década de 1990, no que concerne aos capitais mundiais, os mercados emergentes asseguravam apenas cerca de 15% de aplicações com alto grau de liquidez. Sendo os EUA, por meio do FMI – Fundo Monetário Internacional – os responsáveis pela abertura desses pequenos mercados domésticos subordinados aos grandes mercados (dos países centrais).

Ainda acerca da desregulamentação dos mercados financeiros, Iamamoto (2015), a divide em duas grandes etapas. A primeira delas, entre 1982 e 1994, teve na dívida pública seu principal fator: “O poder das finanças foi construído com o endividamento dos governos, com investimentos financeiros nos Títulos emitidos pelo Tesouro, criando-se a *indústria da dívida* [...] (p. 117, grifo da autora). Um segundo momento, a partir de 1994, tem como seu principal elemento as bolsas de valores: as instituições financeiras comprando ações dos grupos industriais, para apostar na lucratividade futura dessas grandes empresas. E nessa mesma linha de raciocínio, para Alves (2016), a década de 1980 representou uma reação do capitalismo, no seguinte sentido:

O sistema do capital reagiu na década de 1980 com uma das mais profundas Reestruturações Capitalistas desde a Primeira Revolução Industrial. Primeiro, a ‘globalização’ como mundialização do capital em sua dimensão de mundialização produtiva – o que ocorria desde fins da II Guerra Mundial; e a mundialização do capital como mundialização financeira, o fenômeno histórico efetivo da nova era do capitalismo global [...] No bojo da mundialização do capital manifesta-se a *financeirização da riqueza capitalista* com desregulamentação financeira e a explosão de inovações de produtos financeiros capazes de impulsionar o poder do capital fictício na lógica de acumulação da riqueza abstrata (ALVES, 2016, p. 35, grifos do autor).

O economista Chesnais também ressalta que dos anos 1990 em diante, as referidas inovações financeiras decorrem, em sua maioria, de mercados de caráter exclusivamente financeiro. Ou seja, quando um mesmo crédito pode gerar ganhos ou perdas financeiras em vários mercados, como crédito principal e como derivativo desse crédito. Em uma outra obra, desta vez tendo Chesnais (2005) como organizador, alguns autores (ainda que com sutis diferenças), apresentam um traço em comum ao tratar do tema central e defendido pelo economista francês na década de 1990: atualmente, o sistema capitalista ainda se encontra em sua etapa monopolista/imperialista (assim como Lênin asseverou no início do século XX), mas com uma mudança, qual seja, em uma fase acentuadamente financista.

Chesnais, junto com os demais colaboradores de *A Finança mundializada*, procuram dar destaque à recente alteração no regime de acumulação capitalista e ao forte controle que o capital financeiro tem hoje sobre várias atividades, entre as quais, as que produzem conhecimento, informação e ciência. É por esta razão que o autor aposta na “hipótese da insaciabilidade da finança”, a qual denota o impulso desmedido da esfera de valorização financeira em conflito com a valorização real ocorrida na esfera da produção de mercadorias (CHESNAIS, 2005). Um outro autor que sintetiza magistralmente a hegemonia do sistema financeiro e essa insaciabilidade da finança, é David Harvey (2005):

A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973, foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. Valorizações fraudulentas de ações, falsos esquemas de enriquecimento imediato, a destruição estruturada de ativos por meio da inflação, a dilapidação de ativos mediante fusões e aquisições [...] para não dizer nada da fraude corporativa e do desvio de fundos (a dilapidação de recursos de fundos de pensão e sua dizimação por colapsos de ações e corporações) decorrentes de manipulações do crédito e das ações – tudo isso são características centrais da face do capitalismo contemporâneo (HARVEY, 2005, p. 122-123).



Tratam-se de aspectos que tensionam a economia capitalista mundial, provindos de uma contradição e de uma desproporcionalidade cada vez mais aguda entre o impulso desmedido da valorização na esfera financeira e a valorização real na esfera da produção material. Ou seja, o lucro não reinvestido na esfera produtiva passa a buscar maior rentabilidade na esfera financeira, o que é uma contradição e um risco interno dentro do próprio capitalismo. A esfera das finanças se retroalimenta da produção de riquezas gerada pelo investimento produtivo/industrial, ao absorver parte substancial da mais-valia gerada. Corroborando com os autores já citados, Montaño; Duriguetto (2011) fazem a seguinte análise:

A financeirização é resultado da queda das taxas de lucro dos investimentos na produção e no comércio, o que produziu uma disponibilização de capital na esfera da circulação sob a forma de capital-dinheiro ou capital monetário. Esse *capital-dinheiro* é remunerado através dos *juros* (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão) e não é investido na produção, passando a constituir a fonte crescente de riqueza dos capitalistas rentistas. A financeirização do capitalismo contemporâneo também se sustenta no *capital fictício* (mercado acionário das empresas, propriedade de cotas de fundos de investimento e de títulos de dívidas públicas). O crescimento dos rendimentos advindos desses títulos de propriedade é de caráter nitidamente especulativo (não se aplica na produção, mas circula por onde mais conseguir se valorizar, captando mais juros (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 185-186, grifos dos autores).

O capital excedente que não lograva valorização no modelo tradicional (produção de mais-valia) precisou buscar outro campo (o financeiro). Essa transferência ou deslocamento de riqueza do setor produtivo para o financeiro, com aumento da especulação, parece ser uma tendência em tempos de crise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Crise estrutural, mundialização do capital e financeirização são processos que somente devem ser analisados entre si e de forma articulada à totalidade da relação entre capital e trabalho. A necessidade de mais-valia crescente, cuja origem se dá na esfera da produção, dos anos 1970 em diante, promove uma desvalorização e precarização ainda maior sobre o trabalho. E em função da ligação entre o capital produtivo e o capital financeiro, a este último, também interessa recuperar as taxas decrescentes de lucratividade do sistema como um todo.

As alternativas que o sistema do capital vinha se utilizando para remediar as crises de superprodução envolviam ações que se expressavam por meio de guerras mundiais, destruição do excedente e expansão de mercados; mas desde a década de 1970, essas tentativas vêm se dando mediante novos métodos, como é o caso da utilização predominante do capital financeiro: “A financeirização da riqueza capitalista é uma construção política do capital visando responder à crise estrutural de valorização do valor” (ALVES, 2016, p. 40).

É desse modo que a época hodierna passa por agudas e recorrentes crises financeiras e, nesse processo, a relação entre capital e trabalho é parte ativa, uma vez que a lógica da especulação financeira rebate diretamente sobre a produção exigindo: “[...] alta rentabilidade das empresas, demissões que agradam investidores, cortes de gastos para pagamento da dívida pública, facilidade de crédito bancário e aumento de juros aos empréstimos a trabalhadores, dentre outros” (ANTUNES *et al*, 2017, p. 441). Como parte da mais-valia que se multiplica sem base real e se autovaloriza na especulação de papéis e derivativos, o capital fictício pode levar ao colapso do sistema financeiro, pois se distancia cada vez mais da economia real.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, G. **A tragédia de prometeu**: a degradação da pessoa humana-que-trabalha na era do capitalismo manipulatório. Bauru: Canal 6, 2016.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.
- ANTUNES, C. et al. O tripé vilipendiador do trabalho: reestruturação produtiva, neoliberalismo e financeirização. In NAVARRO, V. L; LOURENÇO, E. A. **O avesso do trabalho IV**: terceirização, precarização e adoecimento no mundo do trabalho. São Paulo: Outras Expressões, 2017.
- BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. et al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CANO, W. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Unesp, 2000.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- ..... (Org.) **A finança mundializada** – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ..... Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, 2001, p. 7-28. Publicado originalmente em Les Temps Modernes, 607, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-02.pdf>. Acesso em: 20/07/2020.
- ..... O fim de um ciclo: alcance e curso da crise financeira. In GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- COGGIOLA, O. **A crise global** - uma abordagem do período de 2007 à 2012. Porto Alegre: Pradense, 2012.
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- IAMAMOTO, M. **Serviço social no tempo do capital fetiche**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ..... **A crise estrutural do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ..... **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe e movimento social**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PANIAGO, C. Neoliberalismo e os antecedentes da “crise” do Estado. **Temporalis**, ano VIII, n. 15, jan-jun/ 2000.
- PAULANI, L M. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In LIMA, j. C. f; NEVES, l. M W. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006.
- RIBEIRO, R. F. A unidade financeirização e autorreprodução do capital: pressupostos marxianos e elementos contemporâneos. **Revista Katálysis**, Vol.22, n. 1, Jan./Apr. 2019 (Epub May 09, 2019 On-line version). Disponível em [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000100171&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000100171&script=sci_arttext). Acesso em: 15/08/2020.

# DA BUROCRACIA À INFOCRACIA. A UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELOS SINDICATOS DE PROFESSORES EM PORTUGAL

Paulo Marques Alves

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa  
paulo.alves@iscte-iul.pt

**Resumo:** A generalidade dos movimentos sindicais vem enfrentando uma crise profunda desde os anos 70. As suas causas são múltiplas, nelas se mesclando fatores que lhes são exógenos com outros endógenos, remetendo para a sua burocratização. Visando revitalizar-se, eles têm vindo a implementar ações diversificadas, onde se conta a adoção das Tecnologias da Informação e da Comunicação e da Internet. Este artigo apresenta os resultados de um estudo sobre a adoção e os usos da Internet pelos sindicatos dos professores em Portugal. Visou-se compreender se esses usos estão a permitir o aprofundamento da democracia organizacional, fator essencial para a revitalização. Concluiremos afirmando que, atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os *websites* oficiais destes sindicatos e ao modo como as plataformas da *Web 2.0* são usadas, se está perante o desperdiçar de uma oportunidade de contribuir para aprofundar as formas democráticas de governo associativo e, por conseguinte, de fortalecer o sindicalismo.

**Palavras-chave:** Sindicalismo, Crise, Internet, Democracia digital.

## INTRODUÇÃO

A generalidade dos movimentos sindicais nacionais vem enfrentando uma profunda crise desde os anos 70, a qual se manifesta sobretudo, mas não só, no refluxo do número de aderentes, expresso no decréscimo das taxas de sindicalização, e na perda de influência social e política dos sindicatos, indiciada, entre outros aspetos, pela perda de poder na negociação coletiva e de influência junto do poder político (ALVES, 2009).

As causas da crise são múltiplas e profundas e as organizações sindicais têm vindo a tentar ultrapassar a situação implementando ações diversificadas visando revitalizar-se (FREGE; KELLY, 2003). Entre elas conta-se a adoção da Internet, uma ferramenta que para alguns autores é essencial para contribuir para a desburocratização dos sindicatos e para romper com as tendências oligárquicas a que não são imunes. Argumenta-se que as suas funcionalidades potenciarão o incremento dos níveis de transparência organizacional e promoverão oportunidades efetivas de participação dos associados, dois pilares essenciais para aprofundar a democracia organizacional.

Após um estudo realizado com os sindicatos com jurisdição no sector da saúde (ALVES, 2015) em que se detetou que, atendendo ao carácter estático e à escassa interatividade que caracterizam os respetivos *websites* e ao modo como as novas plataformas são usadas, esses sindicatos não estavam a trabalhar no sentido de aprofundar as formas democráticas de governo associativo, realizámos um outro estudo, agora entre os sindicatos dos professores, para compreender se este padrão se mantém ou não. As questões colocadas são as mesmas de há cinco anos: estarão estes sindicatos a utilizar a Internet no sentido de conferir uma maior transparência à sua governação? Estarão a possibilitar a participação ativa dos sócios? Numa palavra, estará esse uso a permitir ou não o aprofundamento da democracia interna?

Concluiremos afirmando que a utilização da Internet por este conjunto de sindicatos segue o padrão detetado anteriormente, pelo que também neste caso estamos perante a perda de uma oportunidade de os sindicatos aprofundarem a democracia organizacional, assim contribuindo para a sua revitalização.

## A CRISE DO SINDICALISMO

---

No início da década de 70, os alicerces do poder sindical começaram a ser erodidos, pelo que o sindicalismo entrou numa crise na qual ainda se mantém. Analisando os dados disponíveis para alguns países referentes à evolução da sindicalização a nível agregado entre 1960 e 2017 (ICTWSS, 2019), constata-se a existência de uma tendência contraditória entre as décadas de 70 e de 90, período durante o qual diversos movimentos não só conseguiram resistir como até mesmo crescer enquanto outros já regrediam de uma forma mais ou menos acentuada, a que se seguiu a partir desta última década uma tendência convergente no sentido do declínio, ainda que este seja desigual, ao ser pautado por ritmos e intensidades muito distintos.

Portugal acompanha esta tendência geral, tendo sofrido uma das maiores quebras da sindicalização a nível mundial. Depois de um período de 48 anos de ditadura, durante a qual a sindicalização era obrigatória, com a revolução do 25 de Abril de 1974 entrou-se numa nova fase de sindicalismo livre. Em 1978 a taxa de sindicalização situava-se nos 60,8%, tendo caído para 15,3% em 2016 (ICTWSS, 2019), valor que é idêntico ao de países como a Alemanha, a Austrália, a Holanda, a Espanha ou o Japão e que coloca Portugal uma posição intermédia no contexto dos países do sul da Europa. Entre os dois anos considerados, a taxa de sindicalização caiu 45,5 pontos percentuais, tendo-se perdido 66,7% dos efetivos sindicais. Ainda que a educação continue a ser dos setores mais sindicalizados, não ficou à margem deste refluxo.

## ADOÇÃO E UTILIZAÇÃO DA INTERNET PELOS SINDICATOS

---

Em 1999, o Ad-Hoc Committee on Labor and the Web, afirmava que os sindicatos só muito tardiamente haviam reconhecido o potencial das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), o que não deixará de refletir a atitude inicial de suspeição, em alguns casos mesmo de rejeição destas tecnologias por parte de muitos dirigentes sindicais (ALVES, 1994), o que poderá ser explicado por um baixo nível de literacia digital; pela consideração de que estes instrumentos são uma das principais causas do desemprego; e pelo receio da ação em tempo real, da possibilidade de substituição do modelo verticalizado de comunicação pela comunicação em rede e da alteração das estruturas de poder nas organizações.

Apesar das resistências iniciais, as vantagens oferecidas por estas tecnologias, baseadas na velocidade, na flexibilidade, no custo e no seu maior alcance por comparação com os meios tradicionais de comunicação acabaram, no entanto, por impulsionar os sindicatos a utilizá-las.

Uma vez assumida a importância das TIC, estas encontram-se hoje amplamente disseminadas no mundo sindical, existindo diferenças significativas no que concerne ao modo como são usadas e aos domínios da atividade sindical onde são aplicadas (FIORITO; JARLEY; DELANEY, 2002), dado que podem ser empregues em diversos campos e com objetivos múltiplos. Na comunidade científica existe um amplo consenso sobre a relevância da sua utilização, se bem que estes autores demonstrem que o seu impacto é mais positivo nas questões organizativas do que em termos da eficácia geral.

No caso específico da Internet, as redes de computadores, contrariamente aos media tradicionais, não só possibilitam a informação (cognição) e a comunicação, como potenciam igualmente a produção cooperativa de informação (FUCHS, 2014). Desta forma, os sindicatos podem utilizar a Internet segundo estas três dimensões, para tal recorrendo tanto a plataformas comerciais como a outras alternativas de carácter não comercial.

Na primeira dimensão, através dos respetivos sítios, das plataformas de notícias *online*, ou das destinadas à partilha de vídeos ou de fotografias, bem como das redes sociais *online*, os sindicatos podem difundir livremente os seus pontos de vista sem qualquer tipo de mediação ou constrangimento (AD HOC COMMITTEE, 1999; DARLINGTON, 2000); informar sobre a sua atividade numa perspetiva de transparência organizacional; reforçar os serviços que já prestavam aos seus aderentes, de onde se destaca a difusão

de informação específica sobre as questões que afetam os trabalhadores, como a negociação coletiva ou a legislação aplicável (AD HOC COMMITTEE, 1999; DIAMOND; FREEMAN, 2002), e proporcionar outros novos, como a educação e a formação através de plataformas de *e-learning* (BÉLANGER, 2006). Poderão ainda pesquisar informação necessária à ação sindical e disponibilizar informação que possibilite o recrutamento de novos associados ou promover campanhas de sindicalização. E também organizar os trabalhadores em empresas com políticas antissindicais ou grupos de trabalhadores que não se fixam num determinado sector (DOLVIK, 2002), situações em que a solução pode residir no lançamento de sindicatos virtuais.

No âmbito da segunda dimensão, utilizando as ferramentas anteriores, bem como blogues, *fora* de discussão, *chats*, plataformas de *microblogging*, *mailing lists* ou ainda *sms* via telefones celulares, os sindicatos podem mobilizar os trabalhadores para a ação coletiva ou ganhar a opinião pública durante os conflitos de trabalho (DIAMOND; FREEMAN, 2002).

Na terceira dimensão, a utilização de *wikis*, que implicam trabalho colaborativo, e das redes sociais *online*, que favorecem a formação de comunidades virtuais, pode beneficiar a ação sindical em diversos domínios. Potencialmente permitirão reforçar os laços entre todos os que integram a organização, melhorando a ligação entre bases, estruturas intermédias e cúpulas, para além de possibilitarem o aprofundamento da participação. Mas permitirão igualmente lançar pontes entre o movimento sindical e outros movimentos sociais, reforçando a “solidariedade externa” (LÉVESQUE; MURRAY, 2003), e incrementar a coordenação e a solidariedade no interior dos movimentos sindicais nacionais ou entre os vários movimentos sindicais à escala global (LEE, 1997; DARLINGTON, 2000).

Contudo, dois problemas podem surgir e tornar ineficiente o investimento feito na Internet. O primeiro remete para a existência de uma infoexclusão em resultado da impossibilidade, ou por motivos económicos ou pela falta de conhecimentos, de acesso à Internet por parte dos aderentes; o outro refere-se à resistência que alguns trabalhadores podem eventualmente colocar à sua utilização, mesmo tendo possibilidades de aceder e conhecimentos para o fazer (LUCIO, 2003).

A possibilidade de desburocratização e o aprofundamento da democracia sindical constituem um campo para o qual alguns autores veem um contributo essencial da Internet (DIAMOND; FREEMAN, 2002; GREER, 2002). Afirmam-se que ela possibilita quebrar a lei de ferro da oligarquia e fomentar uma democracia digital, o que passa pelas redes sociais *online* ou pela criação de sítios dinamizados por quem se opõe às lideranças sindicais. A estas não restaria outra alternativa senão divulgar informação pertinente sobre o governo associativo, consultar os aderentes antes da tomada de decisões importantes, implementar ferramentas de comunicação bidirecionais ou, inclusivamente, o voto eletrónico.

Alguns autores chegam mesmo a defender que as TIC e a Internet, contribuem para uma transformação qualitativa dos sindicatos. Novas formas sindicais estariam a emergir no início do século atual, recebendo designações como *cyberunions* (SHOSTAK, 2002), *e-unions* (DARLINGTON, 2000), *open-source unionism* (ROGERS; FREEMAN, 2002), ou sindicalismo 2.0 (GUTIÉRREZ-RUBI, 2009).

## METODOLOGIA

---

Em Portugal, as escolas públicas de ensino não superior perderam quase mais de 46 mil professores no período entre os anos letivos de 2004/2005 e de 2018/2019), sendo que a maioria dos docentes (31 mil) saiu do sistema durante o período da intervenção da *troika*<sup>1</sup>. Paralelamente tem-se vindo a assistir a uma

---

1 A *troika* foi constituída pelo FMI – Fundo Monetário Internacional, pelo BCE – Banco Central Europeu e pela CE – Comissão Europeia. A intervenção deu-se entre 2011 e 2014, com a imposição de políticas de austeridade que tiveram como consequência uma forte desvalorização do trabalho consubstanciada no corte de salários na administração pública, onde a jornada de trabalho também aumentou de 35 para 40 horas semanais, ou no corte de dias de férias e de feriados, abrangendo tanto os trabalhadores do sector público, como do privado.

contínua e profunda desvalorização da profissão, com tradução em vários domínios. Desde logo, no congelamento da carreira dos docentes em 9 anos, 4 meses e 2 dias levada a cabo pelo governo de direita em funções durante o período da *troika*, sendo que o governo posterior do Partido Socialista impôs de forma unilateral a recuperação de apenas menos de três anos desse tempo congelado. Depois, na crescente sobrecarga de trabalho, nomeadamente de carácter burocrático. Esta degradação das condições de trabalho ocorre num contexto de profundo envelhecimento do corpo docente<sup>2</sup>.

O sistema sindical docente encontra-se extremamente fragmentado, de acordo com diferentes linhas político-sindicais e estatutos diversos consoante os níveis de ensino, a que acresce o facto de metade dos sindicatos terem um âmbito regional<sup>3</sup>. Atualmente existem cinco federações e 28 sindicatos<sup>4</sup>.

Tendo em conta o objetivo anteriormente expresso, analisámos os *websites* dos sindicatos de professores, dedicando especial atenção ao seu conteúdo e interatividade. Reteve-se fundamentalmente a sub-dimensão governo organizacional, relativa à dimensão conteúdo, cujos indicadores permitem aferir do grau de transparência organizacional; e as sub-dimensões formas de contacto e funcionalidades de participação, relativas à dimensão da interatividade, cujos indicadores possibilitam a avaliação da promoção de oportunidades efetivas de participação dos sócios dos sindicatos.

No entanto, a presença na Internet assume um carácter multidimensional, pelo que se atentou igualmente em todo um conjunto de plataformas que emergiram na última década e meia e que configuram os *social media*. Estão neste caso as redes sociais *online*; os *social news services*; as plataformas de partilha de vídeos; os blogs; as plataformas de *microblogging*; os *online pinboards* e as plataformas de partilha de fotografias. A observação decorreu durante o primeiro semestre de 2020.

## A ADOÇÃO DA INTERNET PELO MOVIMENTO SINDICAL PORTUGUÊS

---

Em Portugal, as TIC também estão amplamente disseminadas no movimento sindical, acompanhando o alargamento da difusão destas tecnologias na sociedade portuguesa. Efetivamente, de acordo com os dados do INE<sup>5</sup>, se em 2002 apenas 27,4% dos portugueses entre os 16 e os 74 anos utilizavam computador e

- 
- 2 No ano letivo de 2014/2015, 39,5% dos docentes dos níveis 0-4 da ISCED tinha 50 ou mais anos e apenas 1,4% tinha menos de 30 anos. De então para cá a situação agravou-se ainda mais. No ano letivo de 2018/2019, a idade média destes docentes era de 50 anos.
  - 3 As divergências fruto das diferentes linhas político-sindicais e dos estatutos diversos não tem impedido, no entanto, a convergência da maioria das organizações em alguns processos de ação coletiva, como vem sucedendo naquele que visa a recuperação integral do tempo de serviço. Para o efeito foi constituída uma plataforma que agrupa 22 dos 28 sindicatos existentes.
  - 4 Ao longo dos 45 anos de sindicalismo livre, outros sindicatos se formaram, mas foram, entretanto, extintos. A federação mais representativa é a FENPROF – Federação Nacional dos Professores, que engloba oito sindicatos exclusivamente de docentes com uma base regional, sendo filiada na CGTP-IN – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional. Apesar de ter perdido cerca de 10 mil sócios nos últimos anos, o maior sindicato no sector continua a ser o SPGL – Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, que é filiado na FENPROF e na CGTP-IN. A CGTP-IN foi fundada em 1970 numa situação de semi-clandestinidade, sob dinamização de militantes comunistas, católicos progressistas e outros antifascistas, sendo defensora de um sindicalismo de classe. A segunda maior federação é a FNE – Federação Nacional da Educação, composta por dez sindicatos (sete de docentes e três de trabalhadores não docentes), sendo filiada na UGT – União Geral de Trabalhadores, confederação defensora de um sindicalismo de tipo reformista e que foi fundada em 1978 com base num acordo político firmado entre o Partido Socialista, partido filiado na Internacional Socialista, e o PSD – Partido Social-Democrata, um partido liberal.
  - 5 INE – Instituto Nacional de Estatística. O INE apura os dados referentes à utilização de computadores e Internet pelos indivíduos com idades compreendidas entre os 16 e os 74 anos através do Inquérito à Utilização de TIC pelas Famílias. Os indicadores que aqui foram mobilizados são os seguintes: Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram computador nos primeiros 3 meses do ano (%) por Local de residência e Sexo e Proporção de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que utilizaram Internet nos primeiros 3 meses do ano (%) por Local de residência e Sexo. No que se refere à utilização da Internet, existem dados mais recentes, remontando a 2019, que nos indicam uma proporção de utilizadores global na ordem dos 75,3%, ascendendo a 76,8% nos homens e a 74,1% nas mulheres.



19,4% acediam à Internet, em 2017 esses valores já ascendiam, respetivamente, a 66,8% (69,0% nos homens e 64,8% nas mulheres) e 73,8% (76,2% nos homens e 71,6% nas mulheres).

Medindo o acesso dos sindicatos à Internet através da existência de um endereço de *e-mail*, verificamos que a esmagadora maioria das organizações tem ligação à rede. Todas as estruturas de coordenação sindical de carácter territorial (uniões distritais e locais) e todas as estruturas de coordenação setoriais (federações de sindicatos) da CGTP-IN<sup>6</sup> possuem um *e-mail* de contacto. O mesmo sucede no caso da UGT<sup>7</sup>. Tomando como campo empírico os sindicatos individuais, para uma amostra de cerca de dois terços (195 organizações) dos sindicatos atualmente em atividade em Portugal<sup>8</sup>, verificamos que apenas cinco não têm endereço de correio eletrónico.

Já no que respeita à presença na rede com *website*, verificam-se algumas assimetrias relevantes. Enquanto somente 10,0% das estruturas territoriais da UGT e 28,6% das da CGTP-IN têm *website*, atingem-se os 100,0% nas centrais sindicais. No atinente aos sindicatos individuais, os dados relativos à amostra evidenciam uma situação intermédia, pois 56,9% das estruturas têm um *website* (92,9% no caso dos sindicatos da USI; 59,2% no do “universo da UGT” e 50,5% no do “universo da CGTP-IN”). Por sua vez, 70,0% das federações da CGTP-IN e apenas 42,9% das da UGT possuem um *website*. No caso dos sindicatos, a presença varia fortemente consoante o ramo de atividade económica, indo dos 16,7% na agricultura e pescas até aos 91,7% na saúde<sup>9</sup>.

A distinta composição social dos trabalhadores, os seus níveis diferenciados de literacia digital, os diferentes perfis dos dirigentes sindicais e suas estratégias, assim como os recursos dos sindicatos, em particular os financeiros, serão os principais fatores que explicam estas assimetrias.

## 6. OS SINDICATOS DOS PROFESSORES E A INTERNET

### 6.1 A presença na Internet

Os sindicatos de professores estão presentes na Internet em larga escala. 82,1% têm um *website* e/ou encontram-se nas redes sociais *online*. O mesmo sucede com 40,0% das federações. Dadas as elevadas qualificações dos docentes e a feminização da profissão (no ano letivo de 2018/2019, 78,1% dos docentes dos níveis 0-4 da ISCED eram mulheres (os valores variavam entre um máximo de 99,1% no nível 0 e um mínimo de 71,9% no nível 3), percentagem que se reduzia para 45,1% nos níveis 5-8 desta classificação) é expectável que se verifiquem baixos níveis de infoexclusão e elevados níveis de acesso, atendendo a que a informação estatística evidencia que a utilização de computador e o acesso à Internet crescem à medida que a escolaridade aumenta e que, segundo Greene e Kirton (2003), são os trabalhadores com limitações de tempo, sobretudo as mulheres, quem mais beneficia com a sua utilização.

---

6 A CGTP-IN conta atualmente com dez federações de sindicatos e vinte e oito estruturas de âmbito territorial (uniões distritais, uniões locais e coordenadoras regionais).

7 A UGT tem atualmente sete federações sindicais e vinte estruturas territoriais.

8 A amostra foi constituída pelos 105 sindicatos que constituem o “universo da CGTP-IN”, os 76 que integram o “universo da UGT” e os 14 que são filiados na USI – União de Sindicatos Independentes, uma confederação sindical que se situa à direita do espectro político e que não é reconhecida pelo Estado português como parceiro social, pelo que não tem assento na concertação social a nível nacional, se bem que o tenha na Região Autónoma da Madeira. O “universo da CGTP-IN” e o “universo da UGT” refere-se aos sindicatos diretamente filiados nestas duas confederações sindicais, bem como aos que não sendo nelas diretamente filiados, o são de forma indireta por via da sua adesão a federações filiadas nas confederações ou por dirigentes seus integrarem órgãos confederais, ainda que as estruturas a que pertencem e onde são dirigentes não estejam formalmente filiadas.

9 De notar que o facto dos sindicatos não terem *website* não significa que não tenham presença na Internet. Ela pode verificar-se através do *Facebook* e/ou da existência de uma subpágina no *website* de uma federação onde o sindicato se encontre filiado.

Dos 28 sindicatos, 23 possuem um *website* oficial, sendo que a maioria prevê ligações para as redes sociais *online*, em particular o *Facebook*, a única plataforma onde a presença institucional destas organizações é mais alargada, atingindo uma expressão muito elevada, como evidencia o Quadro 1, o que acompanha a tendência nacional (OberCom, 2014).

**Quadro 1:** Classificação da presença dos sindicatos docentes nos *social media* de carácter comercial por tipo de uso (%), em junho de 2020<sup>1</sup>

| Tipo de uso   | Tipos de médias sociais                | Plataformas        | %                 |
|---------------|--|--------------------|-------------------|
| Cognição      | Plataformas de partilha de vídeos      | <i>You Tube</i>    | 32,1 <sup>2</sup> |
|               |  | <i>DailyMotion</i> | 0,0               |
|               |  | <i>Vimeo</i>       | 0,0               |
|               | Blogue                                 |                    | 0,0               |
|               | Online pinboards                       | <i>Tumblr</i>      | 0,0               |
|               |  | <i>Pinterest</i>   | 0,0               |
|               | <i>Social news services</i>            | <i>Reddit</i>      | 0,0               |
|               | Plataformas de partilha de fotografias | <i>Instagram</i>   | 0,0               |
| <i>Flickr</i> |  | 3,6                |                   |
| Comunicação   | Plataformas de <i>microblogging</i>    | <i>Twitter</i>     | 28,6 <sup>2</sup> |
|               | Plataforma de mensagens instantâneas   | <i>Whatsapp</i>    | 3,6               |
|               | Forum                                  |                    | 0,0               |
|               | <i>Chat</i>                            |                    | 0,0               |
| Cooperação    | Redes sociais <i>online</i>            | <i>Facebook</i>    | 64,3 <sup>2</sup> |
|               |  | <i>LinkedIn</i>    | 10,7              |

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

Notas: <sup>1</sup> Adaptado de Fuchs (2014). Antes do encerramento do Google+, três sindicatos possuíam contas ativas nesta plataforma. <sup>2</sup> Para além dos sindicatos também a FENPROF e a FNE estão presentes nestas plataformas. Nenhuma organização está presente em plataformas com carácter não comercial e alternativo, do tipo *Diaspora\** ou *Riseup*.

## Democracia digital?

A *transparência do governo organizacional* e a *participação* dos membros constituem dois pilares essenciais de uma democracia organizacional baseada na tomada coletiva de decisões.

As funcionalidades da Internet permitem fomentar a transparência, ao possibilitarem que os sindicatos deem a conhecer as normas que regulam a sua atividade, através da publicitação dos respetivos estatutos; forneçam informações sobre o modo como se processa o seu governo; ou disponibilizem documentação detalhada que proporcione aos associados ou aos potenciais sócios a oportunidade de discutirem e deliberarem de modo informado.

A análise dos *websites*<sup>10</sup> oficiais permite concluir pela existência de níveis muito baixos de transparência organizacional, que são evidentes no Quadro 2, onde se encontram elencados alguns aspetos fulcrais relativos ao modo de governação dos sindicatos.

10 A comunicação nos *websites* de todos os sindicatos é unidirecional. Na sua maioria, eles acolhem unicamente conteúdos centrados na atividade do sindicato (83,3%). Maioritariamente a forma adotada é extremamente simples (62,5% dos casos), com ausência, por exemplo, do áudio ou do vídeo.



**Quadro 2:** Proporção de websites de sindicatos de professores que fornecem informação relacionada com o governo dos sindicatos (%), 2020

| Informação sobre o governo organizacional                              | %   |
|--|-----|
| Identificação das responsabilidades assumidas pelos membros da direção | 4,3 |
| Informação geral sobre o governo organizacional                        | 0,0 |
| Informação sobre as Assembleias Gerais                                 | 0,0 |
| Informação sobre as reuniões da direção                                | 0,0 |

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

Desde logo, somente 43,5% publicitam quem são os dirigentes sindicais<sup>11</sup>, na maior parte dos casos através de uma simples relação de nomes, que pode ou não ser acompanhada de fotografias. Apenas o SPGL, que procede à indicação dos responsáveis pelo acompanhamento de cada uma das escolas da sua área geográfica de jurisdição; o SPZN<sup>12</sup> e o SPM<sup>13</sup>, que indicam quais são os pelouros dos membros dos seus órgãos mais restritos de direção (Comissão Permanente e Comissão Executiva, respetivamente); e o SNESUP<sup>14</sup>, que acompanha os nomes dos integrantes dos seus órgãos sociais com um pequeno *Curriculum Vitae* disponibilizam uma informação mais detalhada, a qual é relevante para que se possa saber quem é quem no interior da organização sindical..

Por outro lado, nenhum dos *websites* fornece informação sobre a forma como a organização se estrutura nem é publicitado o agendamento das reuniões das direções sindicais. Em relação às assembleias gerais ou outras reuniões associativas, somente pouco mais de um quinto publicita a sua convocatória.

Esta tendência para uma profunda opacidade manifesta-se igualmente na não disponibilização de documentos relevantes para o governo associativo, que remetem para uma prestação de contas aos sócios (Quadro 3).

**Quadro 3:** Proporção dos websites dos sindicatos dos professores que fornecem documentos relevantes sobre o governo das organizações (%), 2020

| Documentos relevantes         | %    |
|-------------------------------|------|
| Atas das reuniões de direção  | 0,0  |
| Atas das Assembleias Gerais   | 3,6  |
| Atas dos processos eleitorais | 7,1  |
| Programas de Ação             | 0,0  |
| Relatórios de Atividades      | 3,6  |
| Orçamento                     | 0,0  |
| Relatórios de contas          | 0,0  |
| Estatutos                     | 52,2 |

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

11 No caso do SIPE – Sindicato Independente de Professores e Educadores, apenas é referida a Presidente da Direção, com fotografia.

12 SPZN – Sindicato dos Professores da Zona Norte, filiado na FNE.

13 SPM – Sindicato dos Professores da Madeira, filiado na FENPROF.

14 SNESUP – Sindicato Nacional do Ensino Superior, sindicato não filiado confederalmente.

Apenas o SNESUP divulga as atas das assembleias gerais, sendo que o SPGL procede à divulgação das moções nelas aprovadas. Estes dois sindicatos são também os únicos que facultam os Relatórios de Atividades das direções, sendo que no caso do SNESUP existe um histórico desses relatórios. Atas dos processos eleitorais surgem igualmente unicamente nos *websites* do SNESUP e do SPN<sup>15</sup>. Nenhum sindicato publicita as atas das reuniões de direção, os seus programas de ação ou o orçamento. Surpreendentemente, os estatutos, a constituição de qualquer organização, são divulgados em apenas pouco mais de metade dos casos (52,2%)<sup>16</sup>. O STOP<sup>17</sup> disponibiliza informação sobre o evoluir de uma campanha de fundos de sua iniciativa, a qual visa financiar a colocação de uma ação contra o Estado português no Tribunal Europeu.

O segundo pilar fomentador da democracia organizacional é a *participação* dos membros na vida associativa e, em particular, nos processos de tomada de decisão. No quadro de um conceito amplo de democracia organizacional a *participação* é encarada como um fator de inclusão, cobrindo um amplo leque de ações que vão dos processos institucionais (por exemplo, realização de eleições) até práticas formais e informais de discussão e de deliberação.

Para obviar à tendência para a burocratização e promover uma democracia organizacional assente na participação, a solução reside na abertura de espaços de intervenção que a estimulem, o que poderá ocorrer através de vários canais. A Internet possui um enorme potencial para possibilitar estas oportunidades atendendo às funcionalidades que propicia.

Desde logo através dos canais de comunicação, em particular as funcionalidades de contacto. Neste campo verificamos que se todos os *websites* providenciam um endereço de correio electrónico geral e muitos deles um formulário para contacto com os mais variados objetivos, como sejam dar uma sugestão, fazer um comentário ou proceder a uma denúncia em relação às condições de trabalho, já a disponibilização de um contacto direto com a direção ou com os departamentos do sindicato através de *e-mail* ou telefone celular se apresenta muito mais reduzida ou é mesmo inexistente.

Realce-se que a facilidade de contacto com a cúpula associativa constitui um importante contributo para a revitalização do sindicalismo, ao permitir potenciar a sua ligação com as bases, enquanto se ela não existir tal constitui um fator de desencorajamento da participação.

No âmbito das funcionalidades de interatividade digital será de enfatizar que a situação se apresenta ainda mais negativa, aparte o facto de que a maioria dos *websites* apresenta uma ligação às redes sociais *online* (60,9%). Todas as restantes funcionalidades ou não existem ou estão presentes num número minoritário de casos (13,0% no que se refere aos *Feeds/RSS – Really Simple Syndication*), como se pode observar no Quadro 4.

**Quadro 4:** Proporção de *websites* dos sindicatos dos professores que possuem ferramentas que permitem a interatividade (%), 2020

|   | %    |
|---|------|
| Blogue                                  | 0,0  |
| Ligações às redes sociais <i>online</i> | 60,9 |
| Chat                                    | 0,0  |
| Forum                                   | 0,0  |
| Feeds/RSS                               | 13,0 |

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

15 SPN – Sindicato dos Professores do Norte, filiado na FENPROF.

16 De ressaltar que alguns *websites* possuem uma área reservada, à qual só os sócios têm acesso, pelo que estes documentos podem estar aí hipoteticamente alojados, o que aconselha a que devamos ter alguma precaução nas conclusões. Mas se assim for, potenciais associados ficam privados do seu conhecimento.

17 STOP – Sindicato de Todos os Professores. Trata-se de um sindicato fundado em 2018 por ativistas que anteriormente dinamizaram movimentos sociais de professores, como o “Boicote e Cerco” surgido em 2013, e/ou militaram no quadro de sindicatos filiados na FENPROF. Não está filiado confederalmente.

Completamente ausentes encontram-se igualmente as funcionalidades que permitem a partilha da informação ou o comentário à informação, o mesmo sucedendo com a inserção de artigos de opinião dos sócios ou com o voto electrónico. Só o *website* da ASPL<sup>18</sup> acolhe um inquérito, que não tem por objetivo escrutinar as políticas da organização, mas antes avaliar o *website*<sup>19</sup> (Quadro 5).

**Quadro 5:** Proporção de websites de sindicatos de professores que fornecem a possibilidade de comentar a informação e/ou a possibilidade dos membros publicarem artigos no website (%), 2020

|  | %   |
|--|-----|
| Sim, diretamente                             | 0,0 |
| Sim, através das redes sociais <i>online</i> | 0,0 |
| Possibilidade de escrever artigos            | 0,0 |
| Inquéritos                                   | 3,6 |
| Voto electrónico                             | 0,0 |

Fonte: Base de dados da presença dos sindicatos na Internet, 2020

E o que sucede nas plataformas que configuram os *social media*? A principal conclusão que se pode retirar da análise do *Facebook* é que os sindicatos que o utilizam fazem-no com objetivos diferenciados. Para uns, como as estruturas filiadas na FENPROF e o STOP, esta plataforma é usada principalmente com intuitos de mobilização, embora não se descure igualmente a dimensão de informação sobre a profissão ou a envolvente em que é exercida, a denúncia de situações, podendo também ser encontradas publicações sobre questões que extravasam o domínio laboral. No caso de outros, em particular os sindicatos da FNE e restantes não filiados, não se descurendo a mobilização, nomeadamente em momentos como os da luta contra o congelamento da carreira, a lógica subjacente é fundamentalmente institucional e de fornecimento de serviços. Estas duas lógicas de utilização podem ser igualmente encontradas nos *websites* oficiais.

A participação nesta plataforma é muito escassa e a interatividade muito reduzida, não se verificando da parte dos sindicatos qualquer preocupação em incentivá-las. Por exemplo, não existem inquéritos de opinião – nem sequer para avaliar o grau de satisfação com o conteúdo da página –, assim como não são introduzidas questões que fomentem o debate nem se reage às dúvidas ou às críticas que são formuladas nas caixas de comentário, as quais ficam invariavelmente sem resposta, excepto no caso do STOP, sindicato que tem a preocupação de responder. É igualmente extremamente raro um sindicato reagir a um comentário feito. Uma vez mais o STOP é a exceção.

Uma participação com um carácter ainda mais restrito ocorre no *You Tube*, plataforma onde as duas federações e sete sindicatos possuem canais próprios, havendo ainda três vídeos carregados por dois outros sindicatos. O número de subscritores dos canais varia entre dois (SPGL e SDPA<sup>20</sup>) e 944 (FENPROF), e o número de visualizações entre 56 no caso do único vídeo do SPLIU<sup>21</sup> e 346 875 para o conjunto dos 1 272 vídeos existentes no canal da FENPROF. O único vídeo do SPLIU não suscitou qualquer reação, enquanto os quatro do SPGL suscitaram três reações de aprovação (todas concentradas num único vídeo), os doze do SDPA suscitaram oito reações também de aprovação e os 35 do SNESUP, vistos 5 585 vezes, originaram apenas 52 *gostos* e um *não gosto* e nenhum comentário. Uma participação idêntica de baixa intensidade regista-se nos restantes canais.

18 ASPL – Associação Sindical de Professores Licenciados, filiada na USI.

19 Existe apenas uma resposta a este inquérito.

20 SDPA – Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, filiado na FNE.

21 SPLIU – Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades. Sindicato não filiado confederalmente.

O mesmo sucede no *Twitter*. Nesta plataforma, menos utilizada do que as duas abordadas anteriormente, o número de *tweets* varia entre os 21 do SEPLEU<sup>22</sup> e os 4 013 da FENPROF. O SEPLEU também tem o menor número de seguidores (apenas três), cabendo à FENPROF o maior número (793). Exemplificando a escassa participação, o SPGL, que tem dezanove seguidores, publicou 177 *tweets* que, no seu conjunto, deram origem a apenas 15 *gostos*, 3 *retweets* e nenhum *reply*.

Em síntese, à escassa interactividade proporcionada pelos *websites*, dada a predominância da comunicação unidireccional, adiciona-se a escassa interactividade existente nas plataformas de *social media*, o que não deixa de colocar uma forte interrogação sobre as implicações relativamente ao aprofundamento da democracia organizacional.

## CONCLUSÃO

---

Por todo o mundo em geral, com particular acuidade em Portugal, os sindicatos chegaram tardiamente à era digital. Contudo, as TIC e a Internet encontram-se hoje amplamente difundidas no movimento sindical português, ainda que no quadro de algumas assimetrias.

Como detetado anteriormente, o que o presente estudo reforçou, o movimento sindical português não está a tirar todo o partido das potencialidades da Internet, o que se expressa logo claramente nos seus *websites*. Estes possuem, no essencial, um carácter estático, restringindo-se a um repositório de informação oficial da organização, enquanto predomina a unidireccionalidade em detrimento da bidireccionalidade promotora de participação.

Simultaneamente, a transparência organizacional assume níveis muito baixos, dado que os documentos relevantes ou as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos quase não são divulgados ou não o são de todo. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a essas informações por outras vias, os potenciais associados não o têm.

Por outro lado, no caso das redes sociais *online*, em particular o *Facebook*, a participação também não é incentivada, daí que acabe por ser escassa. Acresce que a lógica com que ele é utilizado obedece no caso de vários sindicatos ao que Dijk (2000) denomina de “modelo de marketing”, ou seja, essas organizações limitam-se a divulgar os serviços que oferecem ou a fornecer informação considerada pertinente sobre a profissão (por exemplo, os concursos) e a sua envolvente, em detrimento de promoverem a mobilização dos docentes.

O que os *websites* e a utilização de outras plataformas comprovam é que o modelo burocrático de organização acabou por se estender ao mundo virtual, originando uma “infocracia” (ZUURMOND, 1994) assente no reforço dos padrões de comunicação existentes, apenas se procedendo à alteração da forma como se transmite a informação. Esta assume um carácter restrito e não incide sobre aspetos centrais do governo dos sindicatos. Simultaneamente, não se verifica o acréscimo das oportunidades de debate ou do número de participantes ativos e o voto eletrónico não é implementado, ainda que consideremos que este não constitui a panaceia para o renascimento do sindicalismo, como muitos entendem ser.

Numa palavra, a presença destes sindicatos na Internet não está a contribuir nem para um aprofundamento da *transparência organizacional* nem da *participação* dos membros. Por conseguinte, a rede ao invés de estar a propiciar a abertura das organizações, está antes a perpetuar o seu fechamento.

Refuta-se assim o determinismo tecnológico subjacente às teses dos autores que, imbuídos de uma “tecno-euforia” (FUCHS, 2014), enfatizam que a Internet por si só permite a ampla difusão de informação, fazendo crescer a responsabilização dos dirigentes, ao mesmo tempo que faculta a oportunidade de aprofundar a deliberação democrática; que a bidireccionalidade proporcionada por funcionalidades como

---

22 SEPLEU – Sindicato dos Educadores e Professores Licenciados pelas Escolas Superiores de Educação e Universidades. Sindicato não filiado confederalmente.

o *e-mail*, as listas de discussão, os *chat* ou os *fora*, possibilita o acréscimo da participação; e que a constituição de comunidades virtuais favorece o incremento da discussão e da mobilização. Neste caso, como no do estudo de Hindman (2000), a democracia digital parece não passar de um mito.

Se a Internet disponibiliza, de facto, ferramentas que poderão propiciar o aprofundamento da democracia organizacional, esta só se materializará se as lideranças das organizações assim o desejarem, para isso definindo as estratégias apropriadas, uma vez que esse aprofundamento representa um desafio para as estruturas de poder instaladas, como notou Darlington (2000). Subjacentes à presença dos sindicatos na Internet encontram-se processos sociais, que muitos olvidam, os quais influenciam o modo como os *web-sites* são construídos ou o modo como as redes sociais *online* são utilizadas. Dito de outro modo, o uso da Internet é aquele que os dirigentes querem que seja.

Deve-se sublinhar que, no contexto da crise sindical, as TIC em geral e a Internet em particular, por si sós não constituem a solução milagrosa para a ultrapassagem da situação. O potencial que estas tecnologias demonstram possuir só se poderá materializar, e elas só poderão contribuir para a revitalização do sindicalismo, se o investimento realizado for criativo e se inscrever numa estratégia para fortalecer a organização sindical. Esta deve envolver a promoção da inclusão, da participação e da transparência; o acréscimo da capacidade de representação; a intensificação do recrutamento de novos membros e a presença sindical nos locais de trabalho; o aprofundamento da ligação entre os membros e as suas organizações; a mobilização dos trabalhadores ou o dedicar de atenção por parte dos sindicatos a matérias que extravasam o domínio laboral.

Se a adoção destas tecnologias não for enquadrada por este modelo, isso pode conduzir inclusivamente a um desinvestimento da presença física do sindicato junto dos trabalhadores, o que acabará por causar certamente mais prejuízos do que os problemas que aparentemente resolverá.

Esta é uma questão que não é sequer referida, muito menos discutida, pelos defensores do *sindicalismo cibernético* que, numa perspetiva acrítica, fascinados pelo *admirável mundo novo* das TIC, consideram que elas podem substituir eficazmente a presença dos sindicatos nos locais de trabalho. As tecnologias, assumindo grande relevância e podendo abrir uma janela de oportunidade importante para a revitalização do movimento sindical, não podem de modo algum substituir a organização nos locais de trabalho. O sindicato são os trabalhadores. Um sindicato não faz sentido se não estiver ancorado nos locais de trabalho e se os trabalhadores não o puderem contactar de forma direta e aberta através dos seus militantes de base, os delegados sindicais. Se a comunicação mediada por computador é importante, a comunicação face a face continua a ser essencial.

## REFERÊNCIAS

---

AD HOC COMMITTEE ON LABOR AND THE WEB. **Why the Internet matters to organized labor**, 1999. Disponível em: <http://www.mindopen.com/laborweb>. Acesso em: 10 maio 2018.

ALVES, Paulo Marques. **Crise e mudança em Portugal: dilemas sindicais face à inovação tecnológica e organizacional**. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – ISCTE, Lisboa, 1994.

ALVES, Paulo Marques. **Cidadãos e militantes: uma contribuição para as teorias da acção militante sindical**. 2009. Tese (Doutoramento em Sociologia) – ISCTE-IUL, Lisboa, 2009.

ALVES, Paulo Marques; CORREIA, Manuel; AREOSA, João. Os sindicatos e as tecnologias. A adopção das TIC pelos sindicatos. In: CONFERÊNCIA VIAS PARA A REVITALIZAÇÃO DO SINDICALISMO – A UTILIZAÇÃO DAS TIC PELOS SINDICATOS PORTUGUESES, 2011, Lisboa: ISCTE-IUL, 2011.

BÉLANGER, Marc. **A case study of online collaborative learning for union staff in developing countries**. 2006. Tese (Doutoramento em Comunicação) – Simon Fraser University, Burnaby, 2006. Disponível em: <http://summit.sfu.ca/item/7296>. Acesso em: 15 nov. 2020.

DARLINGTON, Ralph (2000). **The creation of the e-union: the use of ICT by British unions**, 2000. Disponível em: [www.rogerdarlington.me.uk](http://www.rogerdarlington.me.uk). Acesso em 10 maio 2018.

- DIAMOND, Wayne. J.; FREEMAN, Richard B. Will unionism prosper in cyberspace? The promise of the internet for employee organization. **British Journal of Industrial Relations**. v. 40, n. 3, p. 569-596, dezembro de 2002.
- DIJK, Jan van. Models of democracy and concepts of communication. In HACKER, Kenneth L.; DIJK, Jan van (org.). **Digital democracy: issues of theory and practice**. Londres: Sage, 2000, p. 30-53.
- DOLVIK, Jon Erik. Launch of virtual union for «labour market nomads» in Norway. **Transfer**. v. 8, n. 3, p. 527-528, Agosto de 2002.
- FIORITO, Jack; JARLEY, Paul; DELANEY, John T. Information technology, union organizing, and union effectiveness. **British Journal of Industrial Relations**. v. 40, n. 4, p. 627-658, dezembro de 2002.
- FREGE, Carola M.; KELLY, John. Union revitalization strategies in comparative perspective. **European Journal of Industrial Relations**. v. 9, n. 1, p. 7-24, março de 2003.
- FUCHS, Christian. **Occupy media! The occupy movement and social media in crisis capitalism**. Alresford: Zero Books, 2014.
- GREENE, Anne-Marie ; KIRTON, Gill. (2003). Possibilities for remote participation in trade unions: mobilizing union activists. **Industrial Relations Journal**, v. 34, n. 4, p. 319-333, outubro de 2003.
- GREER, Charles R. E-voice: how information technology is shaping life within unions. **Journal of Labor Research**, v. 23, n. 2, p. 215-235, junho de 2002.
- GUTIÉRREZ-RUBI, Antoni. Sindicatos y comunicación en tiempos de crisis. **Revista de la Fundació Rafael Campalans**. fevereiro de 2009. Disponível em [www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis](http://www.gutierrez-rubi.es/2009/02/03/sindicatos-y-comunicacion-en-tiempos-de-crisis). Acesso em: 10 nov. 2020.
- HINDMAN, Matthew. **The myth of digital democracy**. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- LEE, Eric. **The labour movement and the internet**. The new internationalism. Londres: Pluto Press, 1997.
- LÉVESQUE, Christian ; MURRAY, Gregor Murray. Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: clés de lecture pour un renouveau. **La Revue de l'IRE**, n. 41, p. 149-176, junho de 2003.
- LUCIO, Miguel Martínez. New communication systems and trade union politics: a case study of Spanish trade unions and the role of the Internet. **Industrial Relations Journal**, v. 34, n. 4, p. 334-347, 2003.
- OberCom. **A Internet em Portugal. Sociedade em rede 2014**. Lisboa: OberCom. Disponível em: [http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet\\_portugal\\_2014.pdf](http://www.obercom.pt/client/?newsId=548&fileName=internet_portugal_2014.pdf). Acesso em: 10 nov. 2020.
- ROGERS, Joel; FREEMAN, Richard B. A proposal to American labor. Let's create "open-source unions," and welcome millions into the movement. **The Nation**. Disponível em <https://www.thenation.com/article/archive/proposal-american-labor/>. n. 24, p. 18-24, junho de 2002.
- SHOSTAK, Arthur B. (ed.). **The cyberunion handbook**. Transforming labor through computer technology. Armonk, NJ: M.E. Sharpe, 2002.
- ZUURMOND, Arre. **The infocracy**. A theoretical and empirical reorientation in Weber's idealtipe of the rational legal bureaucracy in the information age. The Hague: Phaedrus, 1994.

## Fontes estatísticas

DGEEC – Estatísticas da Educação. Disponível em: <https://www.dgeec.mec.pt/np4/estatisticas/>

Acesso em: 3 nov. 2020.

INE – Inquérito à Utilização das TIC pelas Famílias. Disponível em: [www.ine.pt](http://www.ine.pt). Acesso em: 3 nov. 2020.

VISSER, Jelle. ICTWSS Database. version 6.1. Amsterdam: Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ictwss.org/downloads>. Acesso em: 3 nov. 2020.



# A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL: O RAMO DE ATIVIDADE EM QUESTÃO

**Tatiane Martins**

Assistente Social, mestranda da Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *Campus* de Toledo.

**Esther Luiza de Souza Lemos**

Assistente Social, doutora em Serviço Social (UFRJ). Professora da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - *Campus* de Toledo.

**Resumo:** O presente trabalho compreende uma aproximação ao objeto de pesquisa, sendo base da dissertação a ser apresentada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo. Tem como objetivo analisar as determinações apresentadas no processo decisório de suspensão das atividades sindicais do Sindicato dos Assistentes Sociais, caracterizado por sua natureza corporativa e a adesão à tese do sindicato por ramo de atividade, reafirmando as lutas gerais da classe trabalhadora no contexto do novo sindicalismo. Tendo como fundamento teórico-metodológico a análise marxiana e a tradição marxista, o estudo se baseou na pesquisa bibliográfica de produções e autores que discutem a temática. Sustentando a importância para o Serviço Social da organização e fortalecimento dos sindicatos por ramo de atividade, considera-se que a suspensão das atividades sindicais naquele período deixou uma lacuna no movimento de transitoriedade atravessada por alterações na forma de organização da classe trabalhadora cada vez mais precarizada e flexibilizada em detrimento dos interesses do capital. A perspectiva coletiva de incorporação das categorias profissionais nos espaços sindicais de luta geral da classe trabalhadora, apresentada e defendida pela CUT (1986), permaneceu inconclusa, não sendo sustentada em seu desdobramento sócio-histórico no Brasil.

**Palavras-chave:** Classe Trabalhadora, Serviço Social, Organização político-sindical, Novo sindicalismo, Ramo.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho compreende um estudo preliminar e de aproximação com o objeto de estudo sobre a organização político-sindical dos assistentes sociais a partir do novo sindicalismo no Brasil. Esta proposição de pesquisa no âmbito do mestrado em Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social–Mestrado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - *Campus* de Toledo, além do aprofundamento nos processos de orientação da dissertação, parte das experiências vivenciadas em diferentes espaços coletivos de discussão e organização coletiva da categoria profissional no âmbito da defesa do exercício profissional. No cotidiano, percebe-se o desconhecimento por parte de uma fração dos profissionais sobre a tomada de decisão dos assistentes sociais em suspender as atividades sindicais da categoria e incorporar as lutas gerais da classe trabalhadora no contexto do novo sindicalismo. Sendo assim, o problema da pesquisa visa responder a seguinte questão: no contexto de emergência do “novo sindicalismo”, quais foram as determinações apresentadas no processo decisório de suspensão das atividades sindicais do Sindicato dos Assistentes Sociais?

A partir de pesquisa bibliográfica (GIL, 2007), e do levantamento bibliográfico preliminar, a pesquisa é um estudo exploratório, buscando nas produções, autores e documentos que abordam a temática. Num primeiro momento buscou-se a historicidade da organização sindical da classe trabalhadora e depois na especificidade da profissão que rompe com o conservadorismo e constrói um movimento histórico de organização político-sindical hegemônico de incorporação às lutas gerais da classe trabalhadora. Desta aproximação nasceu uma hipótese de trabalho: a organização político-sindical dos assistentes sociais teve um papel fundamental no contexto do novo sindicalismo no Brasil e materializa a perspectiva coletiva

apresentada e defendida pela CUT. Ao mesmo tempo esta tese permaneceu inconclusa, não sendo sustentado seu desdobramento sócio-histórico no Brasil.

A organização político-sindical incorpora os espaços de lutas gerais da classe trabalhadora porém as transformações no mundo do trabalho com o neoliberalismo alterou o perfil dos trabalhadores mais precarizados e os assistentes sociais, sendo também classe trabalhadora e inseridos na divisão social e técnica do trabalho, sofrem os mesmos reflexos de precarização do trabalho, trazendo rebatimentos na forma de organização dos trabalhadores deixando uma lacuna neste movimento de transitoriedade. Esta se refere à sua materialização, levando a manutenção de sindicatos corporativos que apresentam contradições de compreensão quanto a sua natureza, o que possibilita um campo de maior estudo em aprofundar da temática através da pesquisa acadêmica.

## **ORGANIZAÇÃO SINDICAL DA CLASSE TRABALHADORA NO CONTEXTO DO “NOVO SINDICALISMO”<sup>1</sup>**

---

A década de 1970 e 1980 na conjuntura nacional brasileira é marcada por alterações significativas nas formas de produção e reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, provocando a reação do sindicalismo no país França (2013). Para enfrentar suas crises, busca manter um nível cada vez maior de acumulação em detrimento da exploração sobre o trabalho. Este processo gera um intenso movimento de lutas e resistências da classe trabalhadora contra esta forma de sociabilidade e por melhores condições de vida e de trabalho. Nesta breve análise, buscou-se dialogar com interlocutores da tradição marxista que contribuem na discussão das determinações históricas que fundamentam a organização e resistência da classe trabalhadora e o enfrentamento da ofensiva do projeto das classes dominantes sobre as forças produtivas.

Para Motta e Amaral (1998) o contexto econômico, social e político na década de 1970 está abalado com as consequências da crise do Capital também a nível mundial, o qual apresenta um alto índice de desemprego, evidenciando a precarização do trabalho, de salários e da proteção social. Estratégias de flexibilização<sup>2</sup> da produção e da produtividade no trabalho são implementadas, distanciando cada vez mais as relações entre patrões e empregados. Neste período também vai se consolidando o processo de industrialização acabando por gerar um alto índice de urbanização, fazendo com que grande parte da população migre para as cidades, marcando um período de “quebra dos salários, problemas inflacionais, aumento da dívida externa e falta de mercado de trabalho suficiente para sua absorção”. (SILVA e SILVA. 1994, p. 22).

Para os trabalhadores, estas alterações causam perdas irre recuperáveis, enfraquecendo e fragmentando as formas de organização da classe trabalhadora, colocando os sujeitos da história em situação de dificuldades para organizarem-se. A crise trouxe um intenso descontentamento das camadas sociais, tanto no espaço urbano como também no trabalhador rural, que não possuía nenhum amparo legal. Amplia-se assim, o poder reivindicatório dos trabalhadores, estudantes, professores, intelectuais e artistas que lutavam também contra a repressão desenfreada. Neste período, a população, de forma heterogênea, por meio dos sindicatos, das lideranças políticas, dos partidos políticos, movimentos sociais e outras frações representativas da classe trabalhadora passaram a reivindicar o fim da ditadura e a redemocratização do país.

Abramides e Cabral (2005) apontam que a concepção geopolítica de Segurança Nacional difundida, no modelo de desenvolvimento nacionalista, promovida pela ditadura civil-militar, passa a isolar a população dos processos decisórios da vida política e econômica do país. Este enquadramento reduziu drasticamente

---

1 “Compreende o Novo Sindicalismo, no final dos anos 1970, advinha da contraposição ao sindicalismo pelego, de sustentação da ordem do capital e da ditadura. [...] Essa designação passa a ter influência na teoria dos chamados “novos movimentos sociais”, que questionam os movimentos clássicos da classe, o sindicato e o partido.” (ABRAMIDES, 2016, p.463)

2 Ver especificamente Netto (1996, p.91)



as atividades das entidades sindicais a meros órgãos de prestação de serviços, ceifando o potencial histórico e concreto do campo das lutas, consequentemente desestruturando espaços de manifestações e greves.

A publicação em 1977, pelo Banco Mundial, de dados falsificados referentes aos índices do aumento do custo de vida feita pelo ministro Antônio Delfim Neto, contribuiu para o afloramento de vários movimentos sindicais classistas com greves operárias e a maior repercussão nacional foi a dos metalúrgicos do ABC em São Paulo, com forte apoio do movimento de organização dos Estudantes através da UNE – União Nacional dos Estudantes.

Neste período ocorreu um processo de rearticulação das formas de organização da classe trabalhadora e este processo se estendeu para organização de outros movimentos da sociedade civil e classes profissionais, incluindo os assistentes sociais. Neste processo, os profissionais retomaram sindicatos e associações pré-sindicais, muitas destas entidades desativadas no país depois do golpe militar, como instrumento de luta por mudanças societárias. “A concepção e prática sindical expressa neste movimento traços de descontinuidade e diferenças profundas em relação à existente no período anterior e durante a ditadura militar.” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.96-97)

Abramides e Cabral (1995), analisam que surgem as oposições sindicais combativas que se contrapõem às diretorias “pelegas”<sup>3</sup> herdadas do governo de Getúlio Vargas e do documento da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT de 1943, utilizando como referência princípios da Carta Del Lavoro, do Partido Nacional Fascista de Benito Mussolini. Expressava assim, a partir das bases legais, a vinculação e o controle do Estado sob a organização sindical.

Em contrapartida à ação de dominação do Estado em 1980, a classe trabalhadora se organizou em torno da criação do Partido dos Trabalhadores - PT e da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Em 1983 o processo de ajustamento da economia, renegociação da dívida pública gera uma grande recessão no país. O receituário neoliberal tentou ser implantado no Brasil, porém as resistências coletivas não permitiram que esta doutrina fosse implantada naquele período. Neste mesmo ano, acontece a III Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT um avanço na luta pela autonomia e dos sindicatos em relação ao Estado. Assim,

Com relação a crise econômica, a proposta dos trabalhadores aprovada no CONCLAT assim se define: fim da política econômica do governo; rompimento com os acordos com o FMI; liberdade e autonomia sindical; reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; não pagamento da dívida externa; fim da lei de segurança nacional; fim do regime militar e um governo controlado pelos trabalhadores; eleições diretas para presidente da república. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.77-78)

As autoras ressaltam ainda que, a partir do resultado das lutas e pressões populares reivindicando a redemocratização do país através das “Diretas Já”<sup>4</sup> e com apoio de oposições advindas das classes dominantes, estas já não tinham mais interesse em manter o modelo ditatorial no país frente ao esgotamento de ações ineficientes do governo no enfrentamento da crise estrutural no país.

Ocorre então um período de transição para Nova República, que ainda mantém uma política governamental conservadora e submissa aos interesses do Fundo Monetário Internacional – FMI, levando a consequências desastrosas no baixo ou nenhum investimento público nas áreas de saneamento básico, saúde, educação, serviços públicos estes essenciais para toda a população. Ocorreu a implantação da medida de “arrocho salarial” aos trabalhadores tanto em âmbito privado quanto público sob a compreensão de uma política salarial onde os reajustes não acompanhavam a inflação, deixando a desigualdade entre classes cada vez mais profunda e irreversível nesta forma de sociabilidade.

---

3 [...] Os sindicatos sob a direção pelega são instrumentos importantes de controle do Estado, que representa os interesses das classes dominantes da sociedade.” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.97)

4 Sobre Diretas Já: foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido entre 1983 e 1984. A possibilidade de eleições diretas para Presidência da República no Brasil. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas\\_J%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas_J%C3%A1)>. Acesso em: 27/10/2020

Avançando para a década de 1980, pode-se afirmar que este momento histórico marcou um novo tempo para o movimento de ascensão e protagonismo operário e dos movimentos populares. Em 1982 ocorreram as eleições diretas para os governos dos Estados depois de um longo período da ditadura civil-militar e luta pela abertura democrática em todo país culminando no final da década de 1980, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e consequentemente nas eleições diretas para presidente da República no ano de 1989. Todo este movimento foi significativamente a expressão de “uma concepção e prática sindical que luta pelos objetivos imediatos e históricos da classe trabalhadora e tem na Central Única dos Trabalhadores a sua instância máxima de representação”. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.99).

Este processo não foi homogêneo, nem endógeno ou linear. A organização político-sindical da classe trabalhadora se movimenta no contexto mais amplo da luta de classes no Brasil e no mundo, materializando os projetos societários em disputa. As e os assistentes sociais na efervescência da luta de classes, como categoria profissional tomam consciência do projeto coletivo como parte da classe trabalhadora e se movimentam no seu processo de auto organização político-sindical. Passam a questionar e ao mesmo tempo rompem com as bases conservadoras da profissão, reconhecendo-se como parte da classe trabalhadora como profissionais especializados, inseridos na divisão social e técnica do trabalho conforme (Iamamoto, 1982). Na correlação de forças existente na sociabilidade capitalista, particularmente no Brasil, assumem o compromisso ético-político profissional de como classe trabalhadora, aliando-se à luta das classes subalternas.

A partir do processo de definição das deliberações da CUT para inserção das categorias profissionais nas lutas gerais da classe trabalhadora, a categoria assume a decisão de suspensão de seus sindicatos corporativos e consequente inclusão nos sindicatos por ramo de atividade, tese defendida e orientação da Central Sindical no período, sendo uma questão ainda em processo nos dias atuais.

## **TRAJETÓRIA E ORGANIZAÇÃO DE LUTA POLÍTICO-SINDICAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA ESTRUTURA SINDICAL NO BRASIL**

---

O cenário pós-ditadura deixou marcas profundas de recessão econômica na sociedade brasileira, dívida externa, crise do padrão industrial de acumulação em detrimento a superexploração da força do trabalho, trazendo uma nova consciência de classe com maior repercussão a partir de 1978. Tal conjuntura impulsiona a organização dos trabalhadores de forma mais combativa e independente do Estado, mobilizando-se “sob a direção da CUT, com campanhas unificadas para recuperação das perdas salariais, em defesa do salário e do trabalho.” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.95)

Na efervescência da organização política, a inserção como classe trabalhadora permitiu ao Serviço Social, questionar suas bases conservadoras, passando a se reconhecer como trabalhador especializado, na condição de assalariado, inserido na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 1982), sofrendo os mesmos impactos de precarização e exploração do trabalho como classe trabalhadora, acompanhado de outras categorias profissionais, enfermeiros, sociólogos, arquitetos, reconhecidas pelo Estado como profissionais “liberais”<sup>5</sup>. De forma organizada, as e os assistentes sociais passaram a avançar nas pautas de luta e resistência contra o capital e sua forma de sociabilidade. É importante considerar que uma grande fração destes profissionais historicamente está vinculada ao serviço público e que tiveram um protagonismo importante na criação, organização e fortalecimento da CUT. Deste modo podemos afirmar que:

---

5 “Os trabalhadores em serviço público eram proibidos por lei de ter seus sindicatos. Assim, organizavam-se em associações, mas com pouco poder de negociação face ao Estado. A estrutura sindical previa a organização de sindicatos de categorias, dos chamados “profissionais liberais”, aqui entre aspas, posto que, longe de serem liberais, constituem-se fundamentalmente como assalariados; a maioria se encontrava entre os assistentes sociais.” (ABRAMIDES, 2016, p.464)

A participação dessas categorias no interior da CUT é bastante significativa e seus sindicatos têm uma forte atuação na organização dos trabalhadores em serviço público. Isso pelo fato de algumas categorias como os médicos, os assistentes sociais e os enfermeiros possuírem um contingente profissional bastante expressivo na área pública. (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.113)

A partir de 1977 os profissionais assistentes sociais, realizam um intenso trabalho para reativar suas entidades pré-sindicais e sindicais em todo o país, até então desativadas pelo governo ditatorial e repressor. Abramides e Cabral (2019) esclarecem que em 1979 já haviam 22 entidades sindicais e pré-sindicais, as denominadas Associações dos Profissionais Assistentes Sociais - APAS. Através do III Encontro Nacional das Entidades Sindicais de Assistentes Sociais, que aconteceu nos dias 21 a 23 de setembro de 1979 em São Paulo, foi criada a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais – CENEAS (1978-1983), como fórum máximo de deliberações, pois “não era mais possível dar continuidade aos encontros sem criar um mecanismo de articulação que encaminhasse e unificasse as lutas nacionais deliberadas no Encontro das Entidades.” (ABRAMIDES e CABRAL, 1995, p.128). Neste mesmo encontro foi construído um documento crítico à organização extremamente conservadora do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais - CBAS, realizado no Anhembi em São Paulo, sendo um marco no processo organizativo da categoria é conhecido como “Congresso da Virada”.

O Serviço Social, como profissão inserida no modo de produção capitalista é constituído e determinado historicamente por contradições e disputas de projetos profissionais e societários divergentes. Nascendo de um projeto conservador, o Serviço Social historicamente possui uma considerável fração da categoria com orientação político-ideológica conservadora e tecnocrata, em consonância com as propostas oficiais daquele momento, na contramão de um projeto profissional de cunho combativo e crítico. Estes profissionais representavam a defesa do exercício profissional nos CRAS e CFAS<sup>6</sup>, sendo estes responsáveis pela organização do III Congresso Brasileiros de Assistentes Sociais<sup>7</sup>, marcado pela oficialidade do governo ditatorial e distanciado da representatividade ampla da categoria profissional, dos estudantes e dos sindicatos dos trabalhadores e das necessidades reais da classe trabalhadora.

Com a insatisfação de um grupo considerável da categoria e sob a direção do CENEAS, como estratégia política, foi construído um documento expressando a insatisfação e denunciando o caráter conservador do III CBAS o que foi percebido pelo número restrito de participantes insatisfeitos com a estrutura burocrática e principalmente a presença de militares na mesa de abertura. Os dirigentes sindicais coordenados pelo CENEAS alteraram a lógica estabelecida e assumiram a organização do Congresso, expressando de forma pública a direção escolhida pela profissão de ruptura com o conservadorismo, assumindo um projeto profissional comprometido com a classe trabalhadora. O marco do “congresso da virada”, deu-se pela deliberação pela deposição da comissão de honra, sendo eleita uma mesa substituta com a presença de trabalhadores e homenagem àqueles que morreram e lutaram pelas liberdades democráticas no país. Deliberaram que os próximos CBASs seriam organizados de forma conjunta com a participação do CENAS, CFAS/CRAS e ABESS<sup>8</sup>, transformando o Congresso em assembleias de deliberação política da categoria (Abramides e Cabral, 2005, 2016, 2019).

Deste modo o “Congresso da Virada” marca a direção social da profissão,

---

6 A lei vigente desde 1962, ao regulamentar a criação dos Conselhos Profissionais, denominou esta instância de Conselho Regional e Federal de Assistentes Sociais, respectivamente CRAS e CFAS. Com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, as siglas CFAS e CRAS foram substituídas pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e pelo Conselho Regional de Serviço Social (GRESS).

7 I - CBAS (RJ/1974) e II CBAS (PE/1977)

8 ABESS - Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social foi criada em 1946 e em 1998 passa ser denominada como ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, justificada em função da defesa dos princípios da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da articulação entre graduação e pós-graduação, aliada à necessidade da explicitação da natureza científica da entidade. Disponível em: <<http://www.abepss.org.br/historia-7>>, acesso em 01/11/20.

na articulação da Ceneas, sindicatos e Apas com a Abess, que iniciaram a construção de um novo currículo sustentado na teoria social de Marx, na defesa do serviço público de qualidade, na luta pela democratização das instituições, na articulação do projeto profissional ao projeto societário contra a exploração e opressão, na articulação com o movimento estudantil de Serviço Social que se reorganiza, no estabelecimento de uma estratégia entre os assistentes sociais que se inseriram nos sindicatos, movimentos sociais, universidades, praxis profissionais, vinculados à perspectiva marxista, no sentido de disputar as direções dos Cras e CFAS que estavam sob a hegemonia da modernização conservadora e dos tecnicistas; na retomada da articulação latino-americana por meio da Alaets e Celats; na ação conjunta da Ceneas, Abess, Sessune (Subsecretaria de Estudantes de Serviço Social na UNE) no período de 1979 a 1982; na incorporação do conjunto CFAS/Cras no IV CBAS em 1982, já parcialmente renovado pelo processo de democratização, que se ampliou na década de 1990. A esse conjunto de determinações denominamos “direção social da profissão”. (ABRAMIDES E CABRAL, 2016, p.465-466)

Em setembro de 1982 ocorre a IV CBAS, que diferentemente de outros congressos sua pauta de discussão é basicamente sindical sendo deliberado pela realização da primeira Assembleia Nacional Sindical dos Assistentes Sociais que acontece em 1983, sendo fórum máximo de deliberação de ordem sindical da categoria, e neste evento, foi fundada a Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS (1983-1994), como espaço político-sindical de pró-federação e de abrangência nacional, representando um salto na organização político-sindical da categoria profissional, neste momento vinculada à CUT. Cardoso (2003) afirma que a CUT até 1989 tinha mais de 8 milhões de trabalhadores filiados de todos os setores econômicos, sendo sua atuação hegemônica junto a classe trabalhadora em âmbito nacional.

Mudanças significativas estavam a caminho, como aponta Rodrigues (1990) com o II CONCURT - Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores que aconteceu em Julho de 1986, sendo instância máxima de deliberação da CUT, o Congresso aprovou a campanha nacional de lutas e dentre outras teses, cria uma nova estrutura sindical de classe em substituição a estrutura corporativista onde os sindicatos seriam substituídos por ramo de atividade ou produção econômica e substituiriam os sindicatos por categoria, mudando deste modo totalmente seu perfil de organização rompendo com o corporativismo e buscando a autonomia sindical. Nesse contexto a tarefa de implantação de uma nova estrutura sindical de classe cabia aos trabalhadores desde suas bases até as instâncias superiores.

No contexto do Serviço Social, Abramides e Cabral (1995) esclarecem que a tese defendida e orientada pela CUT foi debatida pela categoria profissional na IV ANAS em 1987. Nesta estavam presentes entidades sindicais e pré- sindicatos, as APAS, sendo deliberado por unanimidade a opção em aderir e assumir a grande e complexa tarefa de articular e estabelecer os caminhos para amplo debate e (re)organização em âmbito nacional do processo de transição que significa “implantar a nova estrutura sindical da CUT por ramo de atividade econômica onde a inserção majoritária da categoria se dá no serviço público”. (IV ANAS, 1989, apud ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p.184).

Assim, foi deliberado, de forma unânime, na IV ANAS, que:

O processo de transitoriedade deve ser marcado por: - participação nas lutas específicas dos trabalhadores no serviço público (campanhas salariais, reivindicações, greves, eleições, congressos);- apoiar e estimular os assistentes sociais a participar, construir e se inserir no movimento sindical dos trabalhadores do serviço público; (IV ANAS, 1989, apud ABRAMIDES E CABRAL, 1995, p.185).

Deste modo sob o ponto de vista de Cardoso (2016), esta discussão e orientação foi levada para os espaços de discussão da categoria profissional em todo território nacional sob a compreensão das necessidades de espaços que defendem as condições de trabalho e salário, como também articularem-se às lutas do conjunto da classe trabalhadora, que envolve a conjuntura política nacional e internacional. Este movimento representou um giro na organização político-sindical dos assistentes sociais, que em sua maior parte têm seus vínculos formais de trabalho no serviço público, porém não só, passando a contribuir para criação e fortalecimento da inserção profissional em representações sindicais vinculados à sua área de contratação,

ou seja, por ramo de atividade econômica ou produção, no âmbito da saúde, educação, previdência social, etc, de âmbito municipal, estadual ou federal.

Ao mesmo tempo que se avança na vinculação dos assistentes sociais nas lutas gerais da classe trabalhadora, Abramides e Cabral (1995) pontuam que, ocorreu um grande esvaziamento das entidades sindicais da profissão, compreendendo que não houve uma condução clara que respaldasse a categoria no processo de transição para o ramo de atividade econômica.

Este movimento de articulação e discussões em torno do processo de transitoriedade avançou a década de 1990, significando como deliberação na VI Assembleia da ANAS em 1994 sua extinção como também dos sindicatos de base e incorporação aos sindicatos de ramo de atividade, ocorrendo este processo conforme a realidade regional. Abramides (2009) lembra que em 1988 haviam 28 sindicatos de assistentes sociais em âmbito nacional já em 1994, 23 sindicatos foram fechados não somente pela deliberação da CUT, mas por razões diferenciadas. Ou seja, além da tese cutista o esvaziamento dos sindicatos existentes, suspensão temporária, questões financeiras, dentre outros, levaram à quase extinção dos sindicatos de assistentes sociais no período.

Neste processo de trânsito, permanecem abertos cinco sindicatos de assistentes sociais no final de 1990. No começo do ano 2000, conforme Santos (2007), desconsiderando qualquer orientação coletiva e levando a considerar que existiam direções conservadoras em algumas entidades sindicais com base na visão ultrapassada de manutenção da organização corporativista, os cinco sindicatos remanescentes fundam a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS<sup>9</sup>, apresentando contradições em sua forma de organização até o momento histórico contemporâneo.

Desta forma é possível afirmar que o processo de transitoriedade dos sindicatos de assistentes sociais foi inconcluso, pois não estava descolado do movimento e organização da própria sociedade na década de 1990 na qual o neoliberalismo se fortalece como resposta político-econômica à crise capitalista e à crise do próprio sindicalismo no Brasil. Silva e Silva (1994) enfatiza as profundas modificações no padrão tecnológico e na distribuição de renda no período, bem como se verificou a tentativa de organizar uma nova estrutura, como abertura econômica ao mercado internacional, liberação comercial e privatização, iniciadas pelo governo FHC em 1995. A consequência foi um retrocesso na organização e desregulamentação das relações de trabalho com aumento considerável do desemprego o que levou a uma postura defensiva na organização dos trabalhadores em detrimento da manutenção do trabalho.

Antunes (1985, 1995) analisa que esta inconclusão também está vinculada a própria direção de organização sindical até então hegemônica da CUT. Esta passou a assumir uma postura de sindicalismo da ordem, as negociações junto ao capital, distanciando-se de uma posição radical ousada que a constituiu em sua origem na década de 1980. Enquanto movimento de inspiração anticapitalista com contornos socialistas, estas lacunas dificultaram um avanço qualitativo capaz de superar a elaboração de propostas econômicas, contrárias ao capital e que correspondem às necessidades da classe trabalhadora

Neste contexto Abramides (2009) reafirma a necessidade de construção do ramo de atividade na organização como único caminho para um sindicalismo unificado às demandas e necessidades da classe trabalhadora, rompendo com qualquer forma corporativista que minimize os conteúdos mais classistas e a organização político-sindical como um momento fundamental de organização da classe trabalhadora. Porém, compreende-se que “a luta sindical é uma luta contra os efeitos do capitalismo e não contra as suas causas” (ANTUNES, 1995, p.40). Logo, necessita acompanhar e buscar novas estratégias de resistência e mobilização dos trabalhadores buscando uma luta mais ampla que seja de alteração desta forma de sociabilidade para outra sem divisão de classes.

---

9 FENAS – Federação Nacional dos Assistentes Sociais. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/>. Acesso em 27/07/20



## CONCLUSÃO

---

O caminho vivenciado pelos assistentes sociais no âmbito da organização político-sindical no final da década de 1970 não ocorreu de forma isolada do contexto mundial, especialmente da América Latina. Marcou o rompimento com as bases conservadoras da profissão e publicizou seu compromisso com as necessidades da classe trabalhadora numa perspectiva crítica e emancipadora. É interessante destacar que os assistentes sociais ao longo do movimento de transitoriedade que marca o final dos anos 1980 foi a única categoria profissional que a partir da orientação estabelecida pela tese da CUT em 1986, de forma majoritária, incorporou os sindicatos de trabalhadores por ramo de atividade econômica e efetivou a suspensão de suas atividades construindo a organização político-sindical nesta direção, contribuindo nas lutas gerais da classe trabalhadora, cada vez mais precarizada pela ofensiva neoliberal.

A partir da aproximação neste processo sócio-histórico, com base na análise realizada no processo de investigação do objeto de pesquisa em construção, construiu-se a hipótese de trabalho para direcionamento do estudo em questão: a organização político-sindical dos Assistentes Sociais teve um papel fundamental no contexto do novo sindicalismo no Brasil e materializa a perspectiva coletiva apresentada e defendida pela CUT, a partir do Seminário da CONCUR em 1986, orientando todos os sindicatos profissionais (enfermeiros, médicos, psicólogos, engenheiros, assistentes sociais entre outros) à incorporação nos sindicatos por ramo de atividade e ou produção e não mais por categoria profissional, porém esta tese permaneceu inconclusa não sendo sustentado seu desdobramento sócio-histórico no Brasil, considerando que apenas os assistentes sociais realizaram o processo de transitoriedade, sendo a única categoria profissional que extinguiu 24 sindicatos estaduais e sua organização nacional expressa na Associação Nacional dos Assistentes Sociais - ANAS, que teve vigência de 1983 a 1994. Até o ano de 2000, apenas cinco sindicatos permaneceram ativos, desenvolvendo atividades de forma segmentada e com base na visão ultrapassada de manutenção da organização corporativista quando então, fundaram a Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS.

No processo do novo sindicalismo no Brasil, o período que compreende a década de 1980 e início dos anos 1990 foi marcado pela transitoriedade na organização político-sindical dos profissionais Assistentes Sociais. Estes, através de uma ampla organização nacional passam de forma gradativa a incorporar as lutas gerais da classe trabalhadora. Porém, considerando as transformações no mundo do trabalho com a implantação acirrada do neoliberalismo e o processo de reestruturação produtiva com o objetivo de responder às demandas do capital, buscando alternativas de reversão no novo ciclo da crise estrutural e manutenção das taxas de lucros, ocorrem alterações significativas no perfil dos trabalhadores que se tornam mais flexibilizados e precarizados. As e os assistentes sociais, sendo também classe trabalhadora e inseridos na divisão social e técnica do trabalho, sofrem os mesmos reflexos de precarização do trabalho através de vínculos de trabalho flexíveis, terceirizados, subcontratos, contratos temporários “pessoa jurídica”, tanto na esfera privada quanto na pública, ficando deste modo fora do processo de negociações trabalhistas.

Não se incorporam a qualquer sindicato no sentido da defesa de suas demandas de ordem trabalhista, trazendo rebatimentos na forma defensiva da organização nas lutas sindicais que passam a ser fragilizadas e fragmentadas. Este processo traz novos desafios na organização político-sindical por ramo de atividade econômica, unificando as reivindicações por melhores condições de trabalho. A não implementação deste processo pela CUT, deixa uma lacuna neste movimento de transitoriedade, impedindo sua materialização, levando a manutenção de sindicatos corporativos que apresentam contradições de compreensão quanto a sua natureza. A perspectiva coletiva de incorporação das categorias profissionais nos espaços sindicais de luta geral da classe trabalhadora, apresentada e defendida pela CUT (1986), permaneceu inconclusa, não sendo sustentada em seu desdobramento sócio-histórico no Brasil.

Assim cabe a categoria profissional decidir os rumos destes movimentos inconclusos e conforme Abramides (2016) a partir de um projeto profissional vinculado no projeto societário classista e

emancipatório da classe trabalhadora, com autonomia e independência de classe, na direção do caminho da superação da exploração e das opressões, vislumbrando uma sociabilidade sem classes, justa e igualitária.

## REFERÊNCIAS

---

ABEPSS - **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/historia-7>, acesso em 01/11/20

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Pontes, São Paulo, 1995.

..... **O que é o Sindicalismo**. 19 ed. Coleção Primeiros Passos, 1985.

ABRAMIDES, M. Beatriz C. E CABRAL, M. do Socorro R. **O novo sindicalismo e o Serviço Social: trajetória e processos de luta de uma categoria: 1978-1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

..... **A Organização político-sindical dos assistentes sociais: trajetória de lutas e desafios contemporâneos**. Serviço Social e Sociedade, n° 97, p.85-108 Jan/Mar. São Paulo: Cortez, 2009.

..... **40 anos do "Congresso da Virada"** In. SILVA, Maria Liduína de Oliveira (org). Congresso da virada e o serviço social hoje: reação conservadora, novas tensões e resistências. Várias autores. p. 35-55. São Paulo: Cortez, 2019.

..... **80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo**. Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n. 127, p. 456-475, set./dez. 2016.

..... **O Projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2019.

ABEPSS. **Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**, Disponível em: <http://www.abepss.org.br/historia-7>, acesso em 01/11/20.

CARDOSO, Alberto Moreira. **A década Neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil**. Coleção Mundo do Trabalho. Boitempo. 1ª Edição, 2003.

CARDOSO, Renata de Oliveira. **Notas sobre a Organização Político-sindical dos Assistentes Sociais na atualidade**. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016.

DIRETAS JÁ: **A possibilidade de eleições diretas para Presidência da República no Brasil**. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas\\_J%C3%A1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Diretas_J%C3%A1). Acesso em: 27/10/2020

FENAS – **Federação Nacional dos Assistentes Sociais**. Disponível em: <http://www.fenas.org.br/>. Acesso em 27/07/20

FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil: histórico de uma desconstrução**. São Paulo : Cortez, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2007.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

MOTA, Elisabete, Ana. (Org.) **A Nova Fábrica de Consensos: Ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Ed. Cortez, 1998.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, Ano XVII, n. 50, p. 87-132, abr. 1996.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **CUT: Os Militantes e a Ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SANTOS, Tássia Rejane Monte. **Dilemas e Perspectivas da Organização Sindical dos(as) Assistentes Sociais no Brasil: da redemocratização ao contexto neoliberal**. III Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Artigo. UFMA.

SANTOS, Antonio Raimundo. **Metodologia Científica a Construção do Conhecimento**. 3ª ed. RJ: DP&A, editora, 2000.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social na Conjuntura Brasileira: Demandas e Respostas**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, N° 44, ANO XV, p. 77-113, ABR, 1994.



# A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO LIBERAL CONSERVADOR BRASILEIRO: RECUO DA TEORIA E MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Everaldo José da Silva Lima  
UFPE

Jamerson Antônio de Almeida da Silva  
UFPE

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo analisar a política de formação docente no Brasil nos governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2023), em particular as bases/diretrizes nacionais curriculares construídas e dirigidas pelos setores privados. Considerando a dialética materialista histórica e abordagem do ciclo da pesquisa, investigamos os nexos entre o movimento de reformulação curricular, dos reformadores empresariais da educação e de mercantilização da educação. Os resultados apontam para um processo de desqualificação da formação docente, de disseminação da concepção empresarial na educação, através das competências, e mercantilização e privatização de produtos educacionais.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Formação de Professores e Currículo. Recuo da Teoria. Mercantilização da Educação. Liberalismo Conservador.

## INTRODUÇÃO

Este artigo deriva de uma pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEDU, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, no âmbito do Grupo – GESTOR, Grupo de Pesquisa em Gestão da Educação e Política de Tempo Livre. O objetivo geral deste estudo é analisar a dinâmica de construção e direção hegemônica da política de formação docente. Este objetivo geral demanda pensar objetivos específicos para compreender esta dinâmica.

Dentre outros objetivos específicos demandados pela temática, vamos apresentar um que se propõe a analisar os nexos entre o movimento de reformulação curricular, particularmente a Base Nacional Curricular (BNC) para a formação (inicial e continuada) de professores da educação básica (BRASIL, 2019; BRASIL, 2020), e o movimento de reformadores empresariais da educação representados, sobretudo, pelo movimento Todos Pela Educação – TPE, e o Movimento Pela Base – MPB.

Acreditamos que estas relações entre os empresários e o setor educacional como o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação têm favorecido uma educação de e para o mercado, implicando cada vez mais na privatização da oferta educativa, currículo, gestão, pesquisa, infraestrutura, assim como também constrói uma forma de ocultamento das condições de trabalho docente via processo de internalização das concepções neoliberais e neoconservadoras.

Diante destes elementos iniciais, este estudo fundamenta-se no enfoque epistemológico da dialética materialista histórica na pesquisa educacional, o qual concebe a mesma como postura, método e práxis (ação reflexiva em direção de uma construção de novas sínteses teórico-práticas), e na abordagem qualitativa do ciclo da pesquisa enquanto instrumento técnico que visa interpretar a significação oriunda dos textos (artigos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações) e documentos (resoluções, pareceres, projeto de resoluções, portarias).

Considerando que estamos ao final da primeira fase do ciclo da pesquisa e que ainda haverá uma análise mais aprofundada acerca dos documentos que orientam a formação e trabalho docente a partir de 2016,

concentramos a nossa energia na revisão de textos (artigos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações) que partem da convicção que há em curso um movimento de mercantilização da educação, especificamente a privatização do currículo da formação docente, implicando processos de “desintelectualização” ou “recoo da teoria”, bem como um movimento de desprofissionalização ou “profissional de novo tipo”, “flexibilizado”, “liofilizado”.

Partimos das teses desenvolvidas por estudiosos<sup>1</sup> que, ao analisar as políticas de formação docente das adotadas nas últimas três décadas, apontam a configuração de duas tendências que passaram a caracterizar esse processo. A primeira diz respeito à ampliação das funções e atribuições dos docentes, requerendo a preparação de uma espécie de “superprofessor” ou “superdocente”. Já a segunda tendência é denominada pelos autores de “recoo da teoria”, uma espécie de “retração da teoria sócio-histórica” conformada pelas diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores do magistério da educação básica.

Segundo os referidos estudos, esses processos estão articulados a outros que resultam na “desprofissionalização” e/ou “desintelectualização” de professores da educação básica. Do ponto de vista teórico, as políticas adotadas neste período foram fortemente influenciadas por perspectivas neopragmatistas, pela teoria das competências ou neotecnismo e pela teoria do professor-reflexivo. O contexto em que esse ideário vem sendo aplicado é marcado pela destruição do espaço público, através de diferentes mecanismos de privatização criando, com isso, um mercado de produtos educacionais e garantindo sua mercantilização.

Segundo Shiroma, Moraes e Evangelista (2003), “a política para o ensino superior, no Brasil, ao submeter-se aos critérios de valorização imediata oriundos dos ditames do mercado, condenou a universidade ao esvaziamento de sua função social mais preciosa” (p. 145), isto é, a de um espaço público que articula ações de ensino, pesquisa e extensão. Este tripé está sendo sistematicamente desfeito em virtude da desagregação do ambiente acadêmico, da incitação ao individualismo, da descaracterização das atribuições e funções docentes, assim como o rebaixamento de sua formação inicial e continuada.

Tais processos foram viabilizados pela “criação de consensos” cuja expressão máxima era a articulação com a “agenda globalmente estruturada para educação” (DALE, 2004). Consensos estes que foram circunscritos juridicamente, historicamente e filosoficamente (CIAVATTA; RAMOS, 2012) por organismos multilaterais, instituições e intelectuais orgânicos<sup>2</sup> os quais apresentaram a busca por um “professor-instrumento”, constituído pela multifuncionalidade, polivalência, responsabilidade, flexibilidade, afeto às tecnologias e, principalmente, acrítico em relação às suas próprias condições de trabalho (TRICHES, 2010).

Partimos da compreensão que desde a década de 1990 há um movimento de hegemonização nas políticas de formação de professores no Brasil, no qual a construção e orientação se dão por meio das relações entre Estado e organismos multilaterais, sobretudo pelo Banco Mundial - BM, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura - UNESCO, e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE tendo como “pano de fundo” a agenda liberal conservadora ou neoliberal e o novo sistema produtivo toyotista “flexível”.

Imbuído pela necessidade da criação de uma nova identidade docente, ou seja, de um novo *éthos* para fazer frente às transformações no mundo do trabalho implementadas por esta reestruturação produtiva, o Estado brasileiro implementou diretrizes e bases curriculares nacionais ao longo dessas três décadas visando a formação de “novas” competências em detrimento da sólida formação de professores defendida historicamente pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais de Educação - ANFOPE<sup>2</sup>.

O resultado desta política é, conforme Antunes (2019), uma formação de professores “flexível” e “liofilizada”, ou seja, uma formação docente precária, polivalente, multifuncional, barateada, aligeirada e recuada dos conceitos e categorias da teoria histórico-social, as quais permitem a compreensão dos processos

---

1 Moraes (2003; 2003a; 2003b; 2004), Moraes e Torriglia (2003), Shiroma (2003), Shiroma, Moraes e Evangelista (2003), Evangelista e Triches (2012; 2014) e Triches (2010; 2016).

2 Intelectuais cuja função é a de organizar uma visão de mundo e sobre ela construir um consenso tendo em vista dirigir uma classe em detrimento da política e da orientação de outras classes em presença.

de dominação e das determinações da agenda do capital para a educação. Além disso, esta política permite uma intensa privatização da educação superior e, em particular, da formação de professores via mercantilização de produtos educativos que vão de material didático à bolsa de estudos.

## **REFORMA CURRICULAR COMO REFORMA EMPRESARIAL DA EDUCAÇÃO**

---

Após a destituição de Dilma Rousseff em 2016, através do golpe midiático, jurídico e parlamentar, houve a produção ativa de “novos” consensos ou aquilo que Pablo Gentili (1998) chama de “falsificação do consenso”. Como apresentou Silva (2016), o governo Temer põe em marcha uma ação liberal conservadora que articula a produção do consenso – grande mídia – e da coerção – jurídico-policial –, impondo um “programa de reformas [...] centrado na destruição de direitos trabalhistas e na privatização de serviços públicos essenciais como a previdência social, a saúde e a educação” (n. p).

Segundo Freitas (2018), neste contexto entra em cena uma “nova direita” com velhas ideias, isto é, um bloco composto por uma coalizão centro-direita que remonta a fusão realizada na década de 1990 entre o Partido da Social-Democracia Brasileira – PSDB, e o Partido da Frente Liberal – PFL, hoje denominado de Partido Democratas – DEM. Semelhante ao que aconteceu naquela época, o bloco no poder que entrou com o golpe também reivindica, de forma sistemática e oficial, um programa de reformas que fundamenta-se em “novas” referências ou bases nacionais curriculares.

Porém, elucida Freitas (2018) que diferente da década de 1990, cuja finalidade repousava na questão da consolidação de novas orientações educacionais no mundo, as discussões em relação às referências curriculares nacionais “agora tem lugar em vários países sob a forma de ‘bases nacionais comuns curriculares’, no interior de um movimento global de reforma da educação que pede mais padronização, testes e responsabilização (*accountability*) [...]”. (p. 11).

Segundo Albino e Silva (2019), após o golpe de 2016 houve o retorno da agenda educacional do governo peessedebista de “formação por competências e da criação de um sistema de certificação dos professores da educação”, tendo em vista superar o “modelo de formação pautado na qualificação profissional, centrado em títulos e diplomas [...] para o da formação por competências que teriam que ser adquiridas, validadas e constantemente atualizadas” (p. 145).

Tal configuração, observam Albino e Silva (2019, p. 146), é orientada pela reafirmação e atualização dos princípios “constantes da Resolução nº 1/2002 e na assimilação de estratégias constantes nas Metas 13, 15, 16 e 18 do PNE (2014-2024) relativas a instrumentos de avaliação e processos de certificação”, recontextualizando, assimilando e resignificando um princípio fundamental, a saber: a proposta de uma base comum nacional para a formação de professores do magistério da educação básica.

De acordo com Albino e Silva (2019), ainda merece destaque o fato de o PSDB e o DEM terem grande participação e influência no governo Temer, ocupando cargos e pastas estratégicas como a do MEC. Todo esse movimento trouxe novamente ao governo “profissionais que tinham atuado na definição das políticas de formação do Governo de FHC, como as professoras Guiomar Namó de Mello e Maria Helena Guimarães Castro” (op. cit.).

O retorno desses profissionais e da agenda educacional do governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-2002) está intimamente relacionado com a revisão da Resolução CNE/CP Nº 2, de 1 de julho de 2015, que institui as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica” (2015), e com a construção de uma Base Nacional Comum da Formação de Professores cujos princípios são definidos pelas competências.

Para Bazzo e Scheibe (2019), as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCNs, para formação de professores, aprovadas em 2015, representam um importante avanço para os profissionais da educação, haja vista que seu conteúdo foi amplamente discutido pela comunidade educacional e entendido como uma elaborada síntese das lutas históricas da área. Além disso, as autoras apontam que no documento em tela

“Nada foi esquecido”, chegando a afirmar que “Tudo o que um dia os educadores organizados em suas entidades representativas pensaram e defenderam sobre esse assunto, de alguma forma, foi contemplado” (p. 676).

Bazzo e Scheibe (2019) denunciam a clara tendência de representantes do governo pós golpe em adiar sistematicamente a implementação da Resolução CNE/CP Nº 2/2015, sobretudo, por ela “ter sido muito bem recebida pela comunidade acadêmica, que a entendia como resultado do esforço coletivo dos educadores comprometidos com o tema da formação docente nas últimas décadas” (p. 672). As autoras, citando Aguiar e Dourado (2019), observam que a real finalidade dos adiamentos residia na construção e aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, que se coloca como principal fundamento para a compreensão dos novos contornos das políticas públicas para o setor.

A BNCC, portanto, determinada pela agenda global da manutenção do capitalismo, passou a conduzir e a dominar as discussões e o debate a respeito da formação dos professores para a educação básica. O professor deveria ser formado para atender aos ditames dessa base curricular, [...] modelo de currículo padrão para todo o país, elaborado de acordo com uma visão tecnicista/instrumental, favorável às orientações dos grupos empresariais, interessados em formar um trabalhador que lhes fosse submisso”. (p. 672).

A proposta de novas DCNs e da BNC para a formação de professores, segundo Evangelista, Fieira e Titton (2019), é apresentada no final do governo Temer em 2018 a partir de uma “versão preliminar” intitulada “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica”. Em 2019, já no governo Bolsonaro, foi apresentada uma “terceira versão”, assinada por uma Comissão Bicameral, designada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, composta por vários membros, dentre eles, os que mais se destacam são Maria Helena Guimarães Castro – presidente –, Mozart Neves Ramo – relator –, Antônio Carbornari Netto e Luiz Roberto Liza Curi.

Evangelista, Fieira e Titton (2019) mostram através de um mapa – sociograma – os elos de uma vasta rede de influência cuja maioria dos conselheiros são os representantes institucionais, diretos ou indiretos, do setor privado. Merece destaque alguns desses setores, quais sejam: “[...] Aparelhos Privados de Hegemonia (APH); instituições de ensino superior privado; Aparelhos de Estado; empresas educacionais de capital aberto; Sistema S; movimentos empresariais; Organização Social (OS) [...]” (n.p).

Os autores também apontam para uma permanência de alguns atuais conselheiros no aparelho de Estado desde o governo Cardoso, indicando que isso se deve a sua presença e atuação em vários movimentos empresariais, merecendo destaque o movimento Todos Pela Educação – TPE, que possui cinco conselheiros no CNE, e o Movimento pela Base – MPB, o qual possui oito conselheiros no mesmo (EVANGELISTA; FIEIRA; TITTON, 2019).

Para Evangelista, Fieira e Titton (2019), existe uma clara convergência entre o movimento TPE e o MPB, resultando na centralidade da BNCC, nas DCNs e BNC da Formação de Professores, “orientação que confluirá para a organização do mercado privado das escolas superiores e de materiais didáticos, tecnologias e soluções digitais ligadas à produção da hegemonia burguesa pela via da escolarização” (n.p).

Macedo (2019) ressalta que, a despeito dos conflitos entre as propostas curriculares no processo de construção da BNCC, há um movimento articulado de políticas construídas e dirigidas por vários atores e instituições, sobretudo burocratas do governo e fundações privadas, buscando hegemonizar os sentidos/significado<sup>3</sup> para conceitos relacionados à qualidade da educação. Isto porque os conceitos de qualidade educacional, justiça social e equidade agora fazem parte da bandeira defendida pela perspectiva hegemônica neoliberal de perfil técnico.

Nas palavras de Macedo (2019), guardadas as ressalvas da influência conservadora na BNCC, tanto a construção como a sua implementação estão sendo gestadas por gestores das secretarias de educação dos estados e municípios brasileiros, bem como pelas suas instituições representativas “com forte participação de fundações, *think tanks* e grupos educacionais ligados ao setor privado, assim como de movimentos

sociais organizados por tais atores. [...] A implementação parece, portanto, dominada pelas demandas por *accountability* [...]”<sup>3</sup> (p. 43).

No tocante à definição do conceito de competências expressa na BNCC, carro-chefe da nova proposta, Macedo (2019) constata aproximações significativas com as propostas das Organizações Multilaterais, particularmente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE.

Por meio de propaganda bem estruturada, a OCDE vem difundindo, de forma ‘global, um tipo de racionalidade técnica weberiana como uma demonstração de modernidade de qualquer nação’ [...] Independentemente da importância dos dados obtidos na avaliação para a formulação das políticas nacionais, a participação no Pisa tem ‘legitimando a nova agenda educacional a favor de mais reformas escolares’ [...]. (p. 48).

Complementando esta direção, Neves e Piccinini (2018) mostram que a construção e implementação da “nova” BNCC é a prova da entrada de “um novo conglomerado de forças econômicas para a educação – o Movimento pela Base (MPB) – que inclui, mas transcende o Todos Pela Educação, e é composto por grupos monopolistas de capital financeiro, frações da grande burguesia brasileira”, que objetivam “participar da partilha do mercado interno e do mercado mundial, para o que reformas educacionais, além de outras, são vitais” (p. 190).

## **MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE ACUMULAÇÃO POR ESPOLIAÇÃO E REFORMA CONSERVADORA**

---

A BNCC está no centro dos interesses mercantis desta nova fase de acumulação de capital, conforme aponta Hypólito (2019), visto que, nos dias de hoje, o objetivo repousa no “controle sobre o conhecimento”. Em suas palavras, existe uma agenda globalmente estruturada implicando localmente através de “grupos hegemônicos, nem sempre coesos [...] mas que têm obtido sucesso em impor sua agenda que assume formas múltiplas de atender os ditames do mercado e dos interesses conservadores” (p. 199).

Também aponta Hypólito (2019) que a centralização no controle desse saber visa flexibilizar o trabalho e a formação docente “feita em cursos universitários, baseada no ensino e na pesquisa”, colocando-a em permanente ameaça, uma vez que “poderá ser substituída por outra, realizada em cursos de fato aligeirados e baratos” (op. cit.). Para o autor, “A irresponsabilidade dessas políticas é imensa, pois, diferentemente do que apregoam os reformistas, tais políticas não são baseadas em evidências” (op. cit.).

Para Hypólito (2019) estamos diante de um processo de mercantilização da educação através das “[...] políticas de controle sobre os livros didáticos e uso de variados tipos de materiais de ensino”, que “passam a ser exigidos em escala, a fim de tornar objeto de mercado todos os materiais, inclusive aqueles que são distribuídos pelas redes públicas”. Esta mercantilização dos produtos educacionais se coloca como uma das estratégias de manutenção da taxa de lucro do capital, uma vez que “[...] tais políticas incluem sistemas de gestão que estão muito em uso e são significativamente rentáveis, pois muitos cobram pelo número de senhas utilizadas no sistema” (SILVA apud HYPÓLITO, 2019, p. 195).

Foster (2013), ao analisar o sistema educacional dos Estados Unidos a partir da crise estrutural do capital, identifica que o processo de mercantilização da educação ocorre em um cenário de rápida concentração e monopolização de capital em uma escala global, de financeirização como meio de expansão econômica através das “bolhas especulativas” e de estagnação econômica, sobretudo nos países capitalistas centrais, como também é resultante do próprio movimento de reforma conservadora. Tal estratégia é condição imposta pela recomposição das taxas de lucro frente à crise estrutural do capital, onde “as grandes

---

3 De acordo com Hypólito (2019), *accountability* designa o processo pelo qual atores da educação são “responsabilizados por suas ações e resultados por meio de algum tipo de avaliação com consequência” (p. 190).



corporações que dominam a economia mundial atual são obrigadas a procurar novos mercados para investimento, fora de suas áreas tradicionais de atuação” (p. 85).

O sistema de acumulação capitalista contemporâneo deve ser compreendido a partir da crise originada na década de 1970 que põe em “xeque” as formas pelas quais o modelo fordista-taylorista desenvolveu desde o pós segunda Grande Guerra Mundial (ANTUNES, 2019). Esta crise é resultado, por um lado, da intensificação da competição internacional que condiciona novas relações produtivas, como o toyotismo e, por outro lado, do aumento do conservadorismo que expressa as forças mais antioperariado promovendo o processo de liberalização, desregulamentação e de privatização (CHESNAIS, 2000), como o neoliberalismo.

A estratégia de “acumulação primitiva” ou “acumulação por espoliação” tem como lastro a busca, de forma sócio-metabólica, de uma “prévia à acumulação capitalista” (MARX, 2013, p. 959), isto é, o processo de conversão dos produtores diretos em trabalhadores “livres” – livre proprietário privado de suas condições de trabalho – e o processo de transformação dos meios sociais de subsistência e de produção em capital (ibid).

Isso permite pensarmos a acumulação por espoliação como um processo que impõe a separação entre o trabalhador e os meios – instrumentais, ferramentas e matéria-prima – de produzir sua própria subsistência, forçando sua proletarianização nas indústrias (MARX, 2013) ou em outros setores produtivos mais precários. Tudo isso a partir de vários métodos violentos, terroristas, fraudulentos, no âmbito do Estado, que impõem a dominação e a expropriação de propriedade, bem comum, valores simbólicos e até direitos conquistados historicamente através da luta dos trabalhadores, além da predação e especulação intimidadora através do sistema de crédito e dos imperativos do mercado (HARVEY, 2014; BENSÄID, 2008).

Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram [...] grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório. (HARVEY, 2014, p. 122).

No tocante ao movimento de disseminação ou consenso de uma permanente reforma conservadora, Marx (2011) desvela-o na análise sobre o processo que levou da Revolução de 1848 na França para o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1851. Para o autor, o bonapartismo<sup>4</sup> consiste em uma estratégia da classe dominante, em tempos de crise, que se volta contra suas próprias estruturas, seus próprios princípios liberais. Este regime, que é essencialmente conservador, autoritário e violento, propõe como estratégia a “liquidação da razão liberal democrática”, transformando a irracionalidade em algo “racional”, em relação a objetivação da reforma conservadora.

Marx não chegou a antever com que rapidez e quão próximo o capitalismo chegaria dessa sua possibilidade e como as forças que o detonariam se converteram em instrumentos da sua dominação. Nesse estágio, a contradição entre forças produtivas e relações de produção se tornou tão ampla e tão manifesta que não mais podia ser dominada racionalmente, não mais podia se expressa. Não há véu tecnológico, não há véu ideológico que possa continuar a encobri-la. O único modo de manifestar-se que lhe resta é a contradição nua e crua, a irracionalidade convertida em racionalidade; só uma ciência falsa pode ainda suportá-la, uma consciência que se tornou indiferente à própria diferença entre verdadeiro e falso. [...] Nela fundem-se política e *publicity* [publicidade], negócio e filantropia, informação e propaganda, bom e ruim, a moral e sua eliminação. (MARCUSE, 2011, p. 14-15).

---

4 De acordo com Marx citado por Marcuse no Prólogo da obra “O 18 de brumário de Luís Bonaparte” (2011, p. 11), “A classe dominante se mobiliza para liquidar não só o movimento socialista, mas também as suas próprias instituições, que entraram na contradição com o interesse da propriedade e do negócio: os direitos civis, [...] foram sacrificados a esse interesse para que a burguesia pudesse ‘sob a proteção de um governo forte e irrestrito, dedicar-se aos seus negócios privados [...]’”.



## PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, CONTROLE DO SABER E RECUO DA TEORIA HISTÓRICO-CRÍTICA

---

Na educação superior, além da mercantilização de materiais didáticos, tecnologias e soluções digitais, ocorre a mercantilização e o controle do conhecimento por meio do financiamento privado de pesquisas de interesse de mercado. Conforme aponta Bensaïd (2017, p. 50-51), “Desde o início dos anos 1980, impôs-se a necessidade de legislar práticas científicas (como a manipulação de organismos vivos) em contradição com as definições em vigor no âmbito dos direitos de propriedade”.

A apropriação dos saberes e a proteção do monopólio desses saberes torna-se, portanto, o principal desafio das legislações sobre o novo estatuto da propriedade intelectual. [...] A privatização da pesquisa e dos conhecimentos resultantes, o sequestro desses conhecimentos em prejuízos dos concorrentes, a cultura do sigilo e da busca do monopólio freiam a difusão dos saberes socializados que poderiam beneficiar a maioria da população (BENSAÏD, 2017, p. 51).

Segundo o autor, “A multiplicação espetacular de patentes dos mais diversos tipos faz com que se aventurar num campo de pesquisa seja se arriscar num campo minado de patentes solicitadas para esquadriñar e cercar não só as descobertas, mas também os campos de pesquisa e as descobertas que possam ser realizadas: ‘Private property! No entrance!’” (p. 51-52). Nesse sentido, “As universidades, por intervenção dos financiamentos privados serão cada vez mais restringidas ao papel de subcontratadas a serviço desses novos cartéis do saber”, uma vez que experiências já consolidadas nas universidades dos Estados Unidos e do Canadá mostram que, a partir das cláusulas de confidencialidade, “a empresa que paga “a pesquisa universitária assegura a exclusividade dos conhecimentos produzidos, em prejuízo da livre circulação dentro da comunidade científica” (p. 52).

Bensaïd (2008) mostra que esta “nova” conjuntura expressa na superexploração do trabalho, privatização do conhecimento ou na corrida ao organismo vivo por patentes, possui como imperativo “uma ofensiva planetária do capital contra todas as formas de garantias e de proteção social, em matéria de salário, emprego, habitação, aposentadoria, educação e saúde pública” (p. 17). Ao analisar questões relativas à privatização do saber, à obliteração da posição real dos trabalhadores e à fragmentação do conhecimento disseminada pelo “ceticismo epistemológico” e “ironia complacente” da pós-modernidade, o autor aponta que a sistemática de privatização no globo

[...] não visa mais apenas os recursos naturais ou os produtos do trabalho. Ela cobiça cada vez mais os conhecimentos e os saberes. Desde o início dos anos 1980, impôs-se a necessidade de legislar práticas científicas (como a manipulação de organismos vivos) em contradição com as definições em vigor no âmbito dos direitos de propriedade. Nessa ‘nova economia’, a primeira unidade criada pelos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento custa, muitas vezes, bem mais em capital investido do que a reprodução em série do produto. (BENSAÏD, 2017, p. 50).

Moraes (2003b) observa que as causas aparentes e imediatas indicam efetivação de políticas nacionais e internacionais que incentivam uma prática desprovida de reflexão, respondendo às demandas do mercado e se mostrando pragmaticamente eficazes. Entretanto, em sua gênese estas “propostas que desqualificam a teoria têm origem na convicção da falência de uma determinada concepção de razão: a chamada razão moderna [...]”<sup>5</sup> (p. 155).

---

5 De acordo com Moraes (2003b), a razão moderna iluminista é “emblemática das culturas liberais do ocidente, produto de uma burguesia ainda em luta por sua definição e consolidação em face de seu “outro”, feudal, aristocrático. A racionalidade iluminista abrangia e baliza um conjunto de princípios, ideias e práticas reguladoras que lhe permitia auto-representar-se, possuindo as condições para estabelecer ‘a nítida demarcação entre racional e irracional, entre *episteme* e *doxa*, entre verdade e erro, entre ciência e não-ciência (p. 155).

Para Moraes (2003b), a ação que respondeu a dinâmica mercadológica, em relação ao saber, promoveu uma “sanitarização na racionalidade moderna e iluminista” excluindo “não só as impurezas detectadas pela inspeção crítica, mas o próprio objeto da inspeção” (p. 156). Além disso, esta “sanitarização” não só descartou “os métodos empregados para validar o conhecimento sistemático e arazoado das universidades, mas a verdade, o racional, a objetividade, enfim, a própria possibilidade de cognição do real (op. cit.).

Ainda segundo Moraes (2003b; 2004) o recuo da teoria sócio-histórica ocorreu a partir deste processo, o qual promoveu um mal estar epistemológico que, em seu profundo ceticismo e desencanto, propôs uma agenda abrigando o pós-modernismo, o neoliberalismo, o neopragmatismo, como também colocando em suspensão às concepções tradicionais de conhecimento e de verdade. Contudo, o ceticismo não é apenas epistemológico, mas ético, político. A negação da objetividade associada a ideia de desintegração do espaço público, resultou na impossibilidade de estabelecer uma base de resistência e de enfrentamento da realidade.

Para Gramsci citado por Dias (1996, p. 12), trata-se de saber distinguir na estrutura os movimentos orgânicos – estruturantes – e os conjunturais<sup>6</sup> – estruturados –, visto que na vida social estas formas configuram o campo de possibilidades a ser escrito/reescrito pela intervenção das forças sociais mobilizadas. É a partir daí que se pode analisar tanto a natureza da política e da sociedade, como também o caráter tendencial de suas crises, haja vista que eles podem revelar contradições insanáveis que formam o terreno o qual se organizam as forças e classes antagônicas.

Além disso, Dias (1996, p. 25) revela neste ponto o papel dos intelectuais da classe trabalhadora e de países subalternos para Gramsci, posto que eles devem ser pensados não só como portadores de racionalidade, mas como peso da materialidade da sua situação de trabalhadores assalariados. Gramsci afirma que a relação dos intelectuais na realidade não é imediata, mas sim “mediatizada” em diversos graus, por todo tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários.

As funções exercidas pelos intelectuais enquanto comissários ‘do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político’ [...] são, por um lado, a tentativa de obter o consenso ‘espontâneo que as massas dão à política impressa pelas classes dominantes e, por outro, o uso da coerção estatal para assegurar legalmente a disciplina daqueles “que não ‘consentem’ nem ativa nem passivamente, mas que é constituído por toda a sociedade na previsão de momentos de crise no comando e na direção, quando fracassa o consenso espontâneo. (GRAMSCI apud DIAS, 1996, p. 25).

Esta forma de inserção dos intelectuais no mundo moderno, em si mesmo, já reproduz uma dominação da classe, desqualificando o “saber” e o “fazer” da classe trabalhadora enquanto que se apropria deles. Ao caracterizar o saber das classes subalternas como “prático”, “experencial”, “empírico”, este é transformado por um saber codificado por outra racionalidade ou irracionalidade onde, na maioria das vezes, não estabelece grandes modificações em termos de progresso científico e tecnológico (GRAMSCI apud Dias, 1996, p. 36).

Para Dias (1999, p. 36), a desqualificação do trabalho cognitivo das classes subalternas, pensando suas criações como “práticas empíricas”, significa negar a quem produz conhecimento, cultura, a identidade intelectual. Ao analisar as políticas de formação de professores nos governos Temer e Bolsonaro, especificamente a BNC da Formação de Professores, observa-se um recuo da teoria sócio-histórica em relação a aquisição do saber e uma propagação e internalização da ideologia empresarial na formação docente com vista na mercantilização da educação e na privatização da oferta, currículo, gestão e pesquisa.

---

6 “Conjunto articulado e sobredeterminado das contradições existentes em um dado momento histórico” (GRAMSCI apud DIAS, 1996, p. 12).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Devemos destacar em primeiro lugar a notável atuação de intelectuais das instituições e fundações privadas na construção e implementação da “nova” BNCC e da BNC da Formação de Professores. Em particular o movimento Todos pela Educação e o Movimento pela Base, assimilando e contextualizando as diretrizes dos organismos multilaterais, vêm orientando uma contrarreforma curricular no Brasil as quais remontam a década de 1990.

Nesse sentido, a produção destes documentos novamente carrega as competências ou “germe da comparação” (MACEDO, 2019) como princípio fundamental. Esta perspectiva representa uma visão “tecnicista e instrumental” de formação, como apontou Moraes e Torriglia (2003), fundamentada em um perfil tóxico e empirista das modalidades de aprendizagem – usar, fazer e interagir –, reduzida a produção e consumo de atalho imediato e superficial.

Além disso, a “nova” BNCC e a BNC da Formação propõem uma requalificação, revisão da BNCC – 1ª e 2ª versão – e das DCNs construídas e aprovadas no governo Dilma. A BNCC vem sendo mobilizada, sobretudo, pelo Instituto Inspirare e pela Fundação Lemann as quais substituí o longo debate sobre os “direitos de aprendizagens”<sup>[16]</sup> pelas competências. Macedo (2019) explica que essa mobilização em torno do currículo e da formação docente deixa explícito os vínculos com “um movimento internacional sob a governança da OCDE, vem pondo em práticas avaliações internacionais comparativas” (p. 47).

Já a BNC da Formação de Professores que atualiza os princípios da formação por competências instituídos pela Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, propõe um “ser” docente dócil, adaptável que responda às demandas do cotidiano, além de ser coparticipante do processo que oblitera sua própria prática social gerando uma disciplina em relação à força de trabalho cuja finalidade repousa na introjeção do “controle do controle”<sup>7</sup>.

Tais movimentações ligadas aos organismos multilaterais e instituições e fundações privadas, apontam para a condução de políticas curriculares e de formação de professores que estabelecem maiores padronizações, descentralizações e responsabilizações ou *accountability*. Cabe ressaltar que estas orientações ou recomendações impregnam os governos de vários países do globo e, em particular o do Brasil, a pelo menos três décadas.

Partimos do entendimento que a construção e direção hegemônica nas políticas de formação no Brasil após 2016 possui como finalidade última a mercantilização de produtos educacionais. Como aponta Hypólito (2019), o objetivo é “tornar objeto de mercado todos os materiais, inclusive aqueles que são distribuídos pelas redes públicas” (p. 195). Os grupos monopolistas de capital financeiro que orientam as reformas educacionais no Brasil, afirmam Neves e Piccinini (2018), objetivam participar da partilha do vasto mercado interno e mundial da educação.

Como observamos em Foster (2013), a estratégia de mercantilização da educação é resultante da crise que se arrasta desde 1970 – intensificação da competição internacional condicionando novas relações produtivas como o toyotismo – ampliada e aprofundada pelas crises de 2008 e de 2014. A partir disso, frações burguesas do capital financeirizado no Brasil e no mundo têm mobilizado uma agenda globalmente estruturada visando tornar os direitos essenciais – no caso a educação – em serviços.

Particularmente as reformas educacionais, implementam essa agenda neoliberal que promove tanto a transformação do público em detrimento do privado – privatização –, como também hegemoniza o paradigma liberal ultraconservador e autoritário no plano político e moral. Tal pressuposto é confirmado por

---

7 Para Freitas (2012), o “controle do controle” representa um tipo de racionalidade técnica ou neotecnicista a partir de “expectativas de aprendizagens medidas em testes padronizados, com ênfase nos processos de gerenciamento da força de trabalho da escola (controle pelo processo, bônus e punições), ancorada nas mesmas concepções oriundas da psicologia behaviorista, fortalecida pela econometria, ciências da informação e de sistemas, elevadas a condição de pilares da educação contemporânea” (p. 383).

Hypólito (2019) e Frigotto (2019) quando apontam para a intensificação do movimento de manutenção das taxas de lucro pós crise de 2014 e do movimento de reforma conservadora no país e no globo.

A partir de Marx (2013) observamos que esta estratégia de superação da crise deve ser compreendida como uma “acumulação primitiva” ou “acumulação por espoliação” simbolizada numa política internacionalista de neoliberalismo e privatização, cujas implicações são surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos numa ou noutra parte do mundo” (HARVEY, 2014, p. 148). Este tipo de acumulação de capital, segundo Harvey (2014), impõe “a abertura forçada de mercados em todo mundo mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos [...] de negar acesso ao seu próprio mercado interno aos países que se recusam a dismantelar suas proteções” (p. 147).

Em relação ao movimento de propagação e implementação da reforma conservadora, Marx (2011) chama a atenção para a análise do golpe de Luís Bonaparte na França revolucionária que representa, em tempos de crise, um movimento da classe dominante que se volta contra suas próprias estruturas liberais. Nas palavras de Marcuse (2011, p. 12), “Na sua ascensão, a burguesia mobilizou as massas e reiteradamente as traiu e abateu”. Isso porque, em sua concepção, “[...] as lutas de classe se transformaram e a classe dominante aprendeu a dominar. O sistema dos partidos democráticos foi abolido ou reduzido à unidade que se faz necessária para não pôr em risco a sociedade no que se refere às suas instituições estabelecidas” (p. 14).

Visualizamos em Moraes (2003) que, a despeito das ações implementadas indicar efetivação de políticas nacionais e internacionais que incentivam uma prática desprovida de reflexão, respondendo às demandas do mercado, tais ações surgem dos movimentos e propostas históricas que desqualificam a teoria e que acreditam na falência da razão moderna. A autora defendeu enfaticamente que o relativismo e o ceticismo destes movimentos não são somente epistêmicos, como também éticos e políticos, visto que estão associados a desintegração do espaço público e a qualquer possibilidade de estabelecer uma resistência a realidade atual.

Bensaïd (2008), ao tratar da característica fundamental das propostas que recusam correntemente a dialética da razão moderna, argumenta que na concepção pós-moderna “A política passa diretamente do arco-íris para o monocromo. A cultura do consenso triunfa sobre a do conflito” (p. 83). Segundo o autor, o pós-modernismo não se constitui como uma resposta assertiva para as “desrazões modernas”. Isso porque a negação da razão moderna, “a dissolução da totalidade nas partes, o obscurecimento da universalidade em benefício das origens, das raízes e das propriedades, a estetização despolitizante da política presidem as novas núpcias bárbaras da arte e da técnica” (p. 84).

Ao analisar as políticas de formação de professores, especificamente a BNC da Formação à luz das produções que compõem a revisão da literatura e o referencial teórico desta pesquisa, identificamos: 1) o recuo ou rebaixamento da teoria sócio-histórica no sentido da aquisição do conhecimento científico; 2) a disseminação e internalização da ideologia empresarial fundamentada, sobretudo, nas teorias da competência; e 3) a mercantilização da educação, em particular do ensino superior via a privatização, sobretudo do currículo e da pesquisa.

Desse modo, compreendemos que há vários indícios que a BNC da Formação de Professores representa um movimento de rebaixamento para a formação docente no Brasil, visto que nelas a competência é elevada ao princípio do processo formativo em detrimento dos princípios defendidos historicamente pela ANFOPE, isto é, de uma política global de formação de professores que contemple, ao mesmo tempo, a sólida formação e as condições de trabalho, salário e carreira.

Além disso, entendemos que há na BNC da Formação de Professores um movimento de propagação e internalização das ideias liberais conservadoras defendidas pelos reformadores empresariais da educação e, representadas pelos movimentos Todos Pela Educação e Movimento Pela Base, lançando mão, sobretudo, do ensino universitário com a finalidade de produzir uma formação docente multifuncional, polivalente, flexível, à distância, aligeirada, acrítica, despolitizada e de baixo custo.

Por fim, como resultado das articulações entre o movimento de reformulação curricular, proposto pela BNC da Formação, e o movimento dos reformadores empresariais da educação, especificamente o movimento Todos Pela Educação e Movimento Pela Base, identificamos um terceiro movimento, qual seja: um movimento que vem mercantilizando a educação brasileira através da privatização do currículo e da pesquisa, assim como do controle do que é produzido nesses ambientes.

## REFERÊNCIAS

---

AGUIAR, Márcia A. S.; DOURADO, Luiz F. BNCC e formação de professores: concepções, tensões, atores e estratégias. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, jan./mai. 2019, p. 33-37.

ALBINO, Ângela C. A.; SILVA, Andréia F. BNCC e BNC da formação de professores: repensando a formação por competências. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, jan./mai. 2019, p. 137-153.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL PELA FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (ANFOPE); FÓRUM NACIONAL DE DIRETORES DE FACULDADES/CENTROS/ DEPARTAMENTOS DE EDUCAÇÃO OU EQUIVALENTES DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORUMDIR). Manifesto em defesa da formação de professores. 14/12/2018, 2018

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPEd) et al. Nota sobre a Base Nacional Comum para Formação de Professores. 21/12/2018, 2018. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/nota-sobre-base-nacional-comum-para-formacao-de-professores>. Acesso em: 15 mai. 2020.

BAZZO, Vera; SCHEIBE, Leda. De volta para o futuro... retrocessos na atual política de formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, set./dez. 2019, p. 669-684.

BENSAÏD, Daniel. **Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente**. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. Os despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In: MARX, Karl. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

BRASIL. CNE. **Portaria CNE/CP nº10, de 8 de abril de 2019**. Recompõe a Comissão Bicameral de formação inicial e continuada de professores com o objetivo de acompanhar, monitorar, orientar e apoiar a implementação de diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações articuladas entre o CNE, o Ministério da Educação, as Instituições Ensino Superior, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as entidades de campo, as Secretarias de Educação (seus sistemas e redes), visando a consolidação de política nacional de formação dos profissionais da educação, bem como promover a revisão das licenciaturas de formação de professores. Indicações CP 3/2002, CP 1/2006 e CP 1/2007. 2019.

BRASIL, CNE. **Projeto de Resolução CNE/CP n. XXX/2019**. Diretrizes Curriculares para Formação Inicial de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). 2019b.

BRASIL, CNE. **Projeto de Resolução CNE/CP N° XXX/2020**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. 2020.

BRASIL, CNE. **Resolução n. 1 de 18 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. 2002a.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP N° 1/2002**. Diário Oficial da União, Brasília, 09/04/2002, Seção 1, p. 31. Republicada por ter saído com incorreção do original no D.O.U. de 4 de março de 2002. Seção 1, p. 8.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CP N° 2, de 1 de Julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

BRASIL, MEC. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL, MEC. **BNCC Educação é a Base: Estudo comparativo entre a versão 2 e a versão final**. Brasília: MEC, s/d.

BRASIL, MEC, CNE. **3ª Versão do Parecer (atualizada em 18/09/19)**. Diretrizes Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. 2019a.

BRASIL, MEC. **Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica**. 2018.

BRASIL, MEC, SEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, 2013.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A "era das diretrizes": a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 49, jan/abr, 2012, p. 11-32.

DUARTE, Newton. Conhecimento tácito e conhecimento escolar na formação do professor (Por que Donald Schön não entendeu Luria). **Educ. Soc.**, vol. 24, n. 83, Campinas, 2003, p. 601-625.



EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**. 2009b. Disponível em: <<http://www.dfe.uem.br/texto/Olinda.PDF>>. Acesso em: 29/abril/2010

EVANGELISTA Olinda; FIERA Leticia; TITTON Mauro. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. **Jornal Independente e Socialista**, Universidade À Esquerda – UàE.

FARIA, Carlos A. P. de. A política da avaliação de políticas públicas. **RBCS**, Vol. 20, nº. 59, outubro, 2005, p. 97-109.

FOSTER John Bellamy. Educação e a crise estrutural do capital: o caso dos Estados Unidos. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 31, n. 1, jan./abr. 2013, p. 85-136.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Prefácio. In: Batista, Eraldo Leme; Orso, Paulino José; Lucena, Carlos (Orgs.). **Escola sem partido ou a escola da morada e do partido único a serviço do capital**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. p. 1-10.

\_\_\_\_\_. O enfoque da dialética materialista na pesquisa educacional. In: Ivani Fazenda (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2010, p. 75-100.

GARCIA, R. C.. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília - DF, n. 23, jan./jun., 2001. p. 7-70.

GENTILI, Pablo. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. 8ª ed. – São Paulo : Edições Loyola, 2014.

MACEDO, Elizabeth F. Fazendo a Base virar realidade: competências e o germe da comparação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 25, jan./mai. 2019, p. 39-58.

MAINARDES, Jefferson. Análise de políticas educacionais: breves considerações teórico-metodológicas. **CONTRAPONTO**, Volume 9, nº 1, Itajaí, jan/abr. 2009, p. 4-16.

MARCUSE, H. Prólogo. In: MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2011, p. 9-16.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2 ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008.

\_\_\_\_\_. Posfácio à 2ª edição de O capital. In: \_\_\_\_\_. O capital. **O capital. Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capital. Crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2017.

\_\_\_\_\_. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. 1. ed. – São Paulo : Boitempo, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução, Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MORAES, M. C. M. "A teoria tem consequências": indagações sobre o conhecimento no campo da educação. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 107, maio/ago., 2009, p. 585-607.

\_\_\_\_\_. Ceticismo epistemológico, ironia complacente: indagações acerca do neopragmatismo rortyano. In: MORAES, Maria Célia M. de et al. **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003b, p. 169-198.

\_\_\_\_\_. Proposições sobre produção de conhecimento e políticas de formação docente. In: \_\_\_\_\_. de et al. **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 7-20.

\_\_\_\_\_. O processo de Bolonha vis a vis a globalização de um modelo de ensino superior. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, p. 187-204, 2006a.

\_\_\_\_\_. Os "pós-ismos" e outras querelas ideológicas. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 14, n. 25, p. 45-60, jan./jun. 1996.

\_\_\_\_\_. O renovado conservadorismo da agenda pós-moderna. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 122, maio/ago., 2004, p. 337-357.

\_\_\_\_\_. Recuo da teoria. In: MORAES, Maria Célia M. de et al. **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a, p. 151-168.

\_\_\_\_\_. Recuo da teoria: dilemas da pesquisa em educação. **Revista Portuguesa de Educação**, Minho, PO, v. 14, n. 1, p. 7-25, 2001a.

\_\_\_\_\_; TORRIGLIA, Patrícia Laura. Educação light, que palpite infeliz: indagações sobre as propostas do MEC para a formação de professores. **Teias**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 51-59, 2000.

\_\_\_\_\_; TORRIGLIA, Patrícia L. Sentidos de ser docente e da construção de seu conhecimento. In: Maria Célia Marcondes de Moraes (Org.). **Iluminismo às avessas: Produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 45-60.



MULLER, P. La producción de las políticas públicas. **INNOVAR, revista de ciencias administrativas y sociales**. N° 12, Julio-Diciembre de 1998, p. 65-75.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A Análise das Políticas Públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NEVES, Rosa M. C.; PICCININI, Cláudia L. Crítica do imperialismo e da reforma curricular brasileira da Educação Básica: evidência histórica da impossibilidade da luta pela emancipação da classe trabalhadora desde a escola do Estado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 10, n. 1, mai. 2018, p. 184-206.

OLIVEIRA, Dalila. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educ. soc.**, vol. 25, n° 89, Set./Dez., Campinas, 2004, p. 1127-1144.

RAMOS, Marize N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho-educação**. Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense Niterói, RJ, 2001.

SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano - São Paulo : Boitempo, 2007, p. 9-15.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. rev. e ampl. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SHIROMA, Eneida Oto. O eufemismo da profissionalização. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Iluminismo às avessas: Produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 61-79

\_\_\_\_\_. Implicações da política de profissionalização sobre a gestão e o trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2004, p. 113-125.

\_\_\_\_\_; EVANGELISTA, O. A colonização da utopia nos discursos sobre profissionalização docente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 22, n. 2, 2004, p. 525-545.

\_\_\_\_\_; Maria C. M.; EVANGELISTA, Olinda. Ensino superior em tempos de adesão pragmática. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Iluminismo às avessas: Produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 129-150.

\_\_\_\_\_; Maria C. M.; EVANGELISTA, Olinda. Um fantasma ronda o professor: a mística da competência. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Iluminismo às avessas: Produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003a, p. 81-98.

TRICHES, J. **Organizações multilaterais e curso de pedagogia: a construção de um consenso em torno da formação de professores**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, PPGE/UFSC, 2010, 218p.

\_\_\_\_\_. **A internalização da agenda do capital em cursos de pedagogia de universidades federais (2006-2015)**. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, PPGE/UFSC, 2016, 398p.

# ALGUMAS CONSIDERAÇÕES NÃO-DEFINITIVAS ACERCA DO SINDICALISMO BRASILEIRO NO LIMIAR DO SÉCULO XXI: IMPASSES E DESAFIOS<sup>1</sup>

Michelangelo Torres

professor doutor efetivo do IFRJ

**Resumo:** Assumindo-se que vivenciamos um complexo processo de reestruturação produtiva do capital que articula a crise do sindicalismo contemporâneo com elementos do ideário neoliberal, da fragmentação da classe trabalhadora e da ofensiva reacionária que se projetou no Brasil nos últimos anos, a qual se consolidou com a combinação de políticas econômicas ultra-neoliberais com um autoritarismo obscurantista reacionário, procede-se neste texto a problematização dos impasses e desafios para o movimento sindical no limiar deste século. Ao considerar os limites e as potencialidades da forma-sindicato, busca-se tecer algumas considerações fundamentais para se recuperar e revitalizar o sindicalismo classista na era da devastação dos direitos sociais e da legislação social protetora do trabalho, situação desfavorável à luta dos trabalhadores, mas que coincide com um movimento de reorganização da esquerda no Brasil.

**Palavras-chave:** Sindicalismo; Classe Trabalhadora; Precariedade Laboral; Sociologia do Trabalho.

## INTRODUÇÃO

A fase em que se encontra o complexo processo de reestruturação produtiva do capital, apoiado na financeirização, no parasitismo especulativo e na precarização do trabalho, tem se destacado em seu principal traço distintivo, a saber, seu potencial destrutivo sobre a classe trabalhadora e sua subjetividade. No caso brasileiro, diante da profunda fragmentação e individualização do contexto neoliberal, sobretudo diante da ofensiva reacionária aberta no país desde 2015-6, o presente artigo procura tratar da urgência de se repensar (sem descarte) a temática sindical como um debate crucial de nosso tempo, vislumbrando os limites e as potencialidades do sindicalismo em tempos de situação reacionária. No Brasil e em diversas partes do globo, uma extrema direita parece ter influído sobre o bloco no poder junto às classes dominantes, o que acarreta consequências diretas para o movimento sindical. Nesse sentido, o governo Bolsonaro representa uma coalizão de extrema-direita que articula políticas econômicas ultra-neoliberais com uma ofensiva autoritária reacionária, com evidentes traços anti-sindicais. Resta a pergunta: ainda há espaço para os sindicatos?

Diante da crise do sindicalismo contemporâneo, que deve ser analisada sob a relação consciência e mediação, explanaremos o pano de fundo estrutural que tem contribuído com a dificuldade de expansão do sindicalismo classista no país. Em seguida, a exposição se concentra nos imperativos vitais com os quais o sindicalismo brasileiro deve dialogar para, ao final, tecer considerações fundamentais para se recuperar e revitalizar o sindicalismo classista na era da devastação dos direitos sociais e da legislação social protetora do trabalho, situação desfavorável à luta dos trabalhadores, mas que coincide com um movimento de reorganização da esquerda no Brasil e das ações coletivas diante da situação reacionária aberta nacionalmente, bem como seus desafios.

---

1 Este artigo articula questões desenvolvidas no livro "Trabalho, Sindicalismo e Consciência de Classes", cf: Torres (2020).

## FRAGMENTAÇÃO, INDIVIDUALIZAÇÃO, IDEÁRIO NEOLIBERAL E OFENSIVA REACIONÁRIA

---

O sindicalismo brasileiro passou por uma verdadeira metamorfose entre a década de 1980 e os dias atuais. Mudanças estratégicas nas práticas sindicais vêm sendo operadas desde a explosão do chamado “novo sindicalismo”<sup>2</sup>, perpassando por estratégias sindicais propositivas e neocorporativas, transitando do plano da “confrontação à cooperação conflitiva” (RODRIGUES 1995), atingindo um estágio ora de acomodação (direções majoritárias), ora de ultraesquerdismo (setores minoritários). Simultaneamente observamos mudanças estruturais no mundo do trabalho, de um mercado relativamente estruturado e regulamentado para um novo processo de precarização laboral na etapa flexível de acumulação capitalista. Mas também mudanças táticas no campo sindical vêm sido operadas. Diante de um novo cenário conjuntural desfavorável, como devem atuar os sindicatos?

As transformações sociais oriundas das últimas décadas são de grande monta. O complexo social do mundo do trabalho em seu novo patamar histórico de flexibilidade e corrosão de direitos sociais decorre da ofensiva do capital em desmontar o trabalho enquanto força social resistente e dotada de proteção social e solidariedade de classe. Para tanto, emerge o ideário neoliberal (com estímulo a “eficiência” das metas individuais e da meritocracia<sup>3</sup>), como o individualismo exacerbado e a fragmentação de classe (BERNARDO 2000) enquanto dimensões subjetivas. A política do sindicalismo de massas, tal como se constituiu ao longo do século passado, está em evidente crise. O movimento tendencial que se verifica nos últimos anos aponta para o sindicalismo com abandono progressivo de estratégias sindicais de classe, com predomínio de interesses setoriais e corporativos, apresentando posturas sindicais neocorporativas de cariz propositivo (ALVES 2000). Essa crise do sindicalismo moderno, em tempos de mundialização do capital, não se revela apenas pelo abandono de buscas de organização coletiva para problemas sociais, como o declínio de representação sindical e esvaziamento de fóruns e assembleias ordinárias, mas sim tanto em seus aspectos socio-institucionais quanto em elementos político-ideológicos.

Conforme lembra Rodrigues (1992), existem diversas variáveis que contribuem nesse sentido: a dispersão industrial e desconcentração de trabalhadores no local de trabalho ou região, novas tecnologias poupadoras de força de trabalho, novas modalidades de gestão empresarial, acirrada competitividade no local de trabalho, flexibilização, terceirização e outras modalidades precarizadas de trabalho, alta taxa de rotatividade, individualização dos salários, promoções e benefícios, nova composição do setor operário e de serviços, fim dos regimes do Leste Europeu e crise das políticas do tipo Estado de Bem-Estar, declínio de valores igualitários e coletivistas, avanço das ideologias individualistas, desgaste de lideranças sindicais, descrença e desinteresse, burocratização das organizações sindicais e distanciamento das direções de suas bases, além da dificuldade de representar a heterogênea composição do proletariado atual.

O sindicalismo tem encontrado profunda dificuldade em mobilizar os novos setores do proletariado de serviços e os precarizados (ANTUNES 2018). Conforme aponta Antunes (1995 p.62), “a fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive- do-trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora”. Nesse contexto de crise, o sindicalismo tem se limitado claramente ao estreito horizonte da mercadoria, procurando assegurar o melhor preço da venda de força de trabalho, com dificuldade em mobilizar e

---

2 Os dados quantitativos de greve impressionam: “Em 1978 foram deflagradas 118 greves, e dez anos depois elas passaram a somar 2.188. O número anual de grevistas aumentou sessenta vezes e, entre esses mesmos anos, o número de jornadas não trabalhadas (o indicador síntese de greves) pulou de 1,8 milhão para 132 milhões” (NORONHA 1991 p.95).

3 A meritocracia, neste contexto, projeta um ideário segundo o qual a saída para os problemas sociais está na ação individual. Um conjunto de “valores, expectativas e utopias de mercado” (ALVES 2011) têm orientado o novo “espírito” do sistema do capital, exigindo valores existenciais ao indivíduo. Não é a toa que a literatura de auto-ajuda impregnou o discurso empresarial. O capitalismo manipulatório tem operado por meio de um processo de manipulação da subjetividade alinhada ao ideário do capital e da flexibilização, compatíveis com a ideologia neoliberal de rechaço ao sindicalismo ou associativismo.

aglutinar os trabalhadores a fim de se preservar o poder de resistência de classe diante da ofensiva do capital no mundo do trabalho. São muitas variáveis que explicam este fenômeno. Outro elemento que podemos observar tem sido o crescente abandono de bandeiras de transformação social e a incapacidade de agregação com lutas sociais extra-sindicais. Mais recentemente, o que tem emperrado as direções sindicais é qual a tática a se adotar para o sindicalismo diante do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro?

A incapacidade de dimensão estratégica dos sindicatos se combina ao desafio de mediar as necessidades imediatas e mais intensamente sentidas pela classe com aspectos estruturais. Como dissemos anteriormente, a relação entre consciência e mediação é decisiva no sindicalismo e na luta de classes. Partir da consciência imediata e fenomênica à dimensão de classe e à esfera da totalidade. Essa é a dimensão das metamorfoses da consciência de classes, a qual os sindicatos precisam estar atentos.

Acrescentemos, em tempos de endurecimento político pós golpe parlamentar no país (em verdade se trata de um golpe de novo tipo), vivenciamos uma verdadeira ofensiva reacionária de tentativa de desmonte do sindicalismo e de devastação do trabalho regulamentado e dotado de direitos, como servem de exemplificação as reformas ultraliberais, o novo vilipêndio representado pela terceirização irrestrita e total, prevalência do negociado sobre o legislado, desmonte do Ministério do Trabalho, desregulamentação da legislação protetora do trabalho via reforma trabalhista, legalização do trabalho intermitente, dentre tantos ataques a organização coletiva dos trabalhadores. Ou seja, predomina a precarização do trabalho como regra em tempos pós-conciliação de classes e de contrarreformas em período do que podemos, talvez, denominar por novo estado de exceção.

O fato é que o sindicalismo brasileiro se encontra numa encruzilhada. Se mirarmos a superestrutura, ou seja, as direções sindicais e suas centrais, observamos: por um lado, um sindicalismo negocial atrelado ao patronato (sindicalismo de resultados); no meio do caminho – e aqui se constitui o setor majoritário do sindicalismo brasileiro – notamos um sindicalismo que se originou das lutas sociais do trabalho e dos movimentos sociais nos anos 1980, mas que se acomodou a ordem, se metamorfoseou, sendo incapaz de colocar a classe em movimento autônomo e combativo (representado pela órbita sindical em torno da direção majoritária da CUT); na outra ponta, temos um sindicalismo minoritário que corretamente não se deixou cooptar nos anos 2000 e se manteve independente dos governos social-liberais do PT, mas que tem apresentado um desvio ultraesquerdista no último período que o isola das massas.

Conforme se anuncia, o sindicalismo brasileiro, além de ter encontrado dificuldades em representar os interesses da classe trabalhadora diante dos ataques estruturais a seus direitos historicamente construídos, tem sido, ainda, incapaz de incorporar um enorme contingente do assalariado precarizado e do subproletariado da economia informal. Diante de uma classe trabalhadora heterogênea, diversificada, complexificada e, sobretudo, fragmentada (ANTUNES 2008), os limites do sindicalismo são evidentes, sobretudo no que se refere a capacidade de sua dimensão estratégica.

Diante do exposto, é evidente uma crise contemporânea do sindicalismo, com implicações na materialidade e subjetividade dos trabalhadores. Essa crise manifesta-se (1) na *individualização* nas relações de trabalho, intensificada com a desregulamentação e flexibilização do mercado de trabalho; (2) na incapacidade dos sindicatos incorporarem os *segmentos não estáveis* da força de trabalho e que vêm deixando de serem “atípicos” para se tornarem parte significativa do proletariado (elementos disso são conferidos pela diminuição das taxas de sindicalização; o crescimento do trabalho parcial, terceirizado, temporário, precário e informal; expansão do setor de serviços e aumento da feminilização e da juventude no mercado de trabalho; notadamente pós-reforma trabalhista); (3) *esgotamento* dos modelos sindicais vigentes (ausência do pertencimento de classe; caráter fragmentado e heterogêneo da classe trabalhadora; presença do sindicalismo de empresa subordinado a patronal – novo corporativismo sob a lógica de conciliação e concertação); perda substancial do caráter político transformador dos sindicatos; redução e desmontagem de direitos e negociações mais vulneráveis e corporativas; predomínio da ação sindical no plano defensivo; (4) *burocratização* das entidades sindicais; (5) ofensiva da ação ideológica *anti-esquerda* e crise de representatividade (e identidade) de instituições políticas. Como elemento (6), acrescentemos, uma *situação reacionária desfavorável* ao sindicalismo somada a um *acúmulo de desgastes e derrotas políticas* no campo da esquerda progressista.

A classe dominante brasileira parece ter levantado seu punho direito, autocrático e antissindical, com apoio social dos setores médios girados à direita, das forças do Judiciário, do Parlamento e da mídia corporativa. A ordem empresarial e das forças políticas hegemônicas pretendem demolir quaisquer resquícios de elementos classistas da representação dos trabalhadores. Nem mesmo a conciliação de classes está em seus planos<sup>4</sup>. Tempos duros virão para os sindicalistas, ativistas e militantes de esquerda. A barbárie se anuncia. Diante da hipótese bonapartista e de intensa escalada autoritária no regime, haverá espaço para os sindicatos?

## UM OLHAR PARA AS TÁTICAS DO MOVIMENTO SINDICAL E SUAS CENTRAIS LOCALIZADAS NO CAMPO DA ESQUERDA DIANTE DA OFENSIVA REACIONÁRIA

---

Se pudermos traçar, em termos didáticos, um panorama dos ciclos históricos do movimento operário-sindical no Brasil, pode-se dizer que no início do século passado a força política dirigente dos sindicatos livres e autônomos foi representada pelos anarquistas, com epicentro na greve geral de 1917 e arrefecimento nos anos 1920. A partir da década de 1930, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi o principal articulador, até os anos 1960, do movimento sindical, tendo o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) seu ponto alto, e diluição com o regime militar. A reorganização do movimento se deu no final de 1970 e início de 1980, capitaneada pela direção do PT/CUT. A hegemonia lulista passa a entrar em crise nas primeiras duas décadas dos anos 2000, ainda que seu ciclo histórico ainda não tenha se findado. Atualente, o país vivencia um processo de reorganização da esquerda e do movimento sindical, ainda em aberto, cujos traços mais evidentes apenas começam a se contornar.

A atualidade do presente debate se justifica devido a relação entre a subjetividade da esquerda e o impacto da ofensiva reacionária no plano das consciências. Em tempos duros, de crise e turbulência nas alturas, em que elementos reacionários se intensificam na realidade política nacional, as incertezas emergem no horizonte de cada sindicalista. No último período, vivenciamos a transição para uma conjuntura reacionária, com elementos bonapartistas no regime, escalada autoritária e retirada de direitos historicamente constituídos. No limite, as forças reacionárias buscarão impor uma derrota histórica na classe trabalhadora, com destruição de todas as formas de organização partidária, sindical e social independente. As ameaças às liberdades democráticas e à própria democracia se coloca em risco diante do perigo da ameaça neofascista<sup>5</sup>: nas urnas e nas ruas. A pergunta que não quer calar: como fortalecer o sindicalismo e desenvolver a consciência de classe em condições tão adversas?

Apoiados na interessante síntese de Arcary (2019), as atuais táticas de atuação diante do governo Bolsonaro que dividem as direções sindicais localizadas no campo político da esquerda podem ser resumidas em três fórmulas, com nuances: A) a **tática quietista** consiste apoiar o discurso de oposição no Congresso a fim de disputar o espaço de oposição e, sem apostar na mobilização popular, aguardar as eleições 2022. Até lá, não há como realizar qualquer política de enfrentamento político direto à influência de Bolsonaro, que apesar de ter um mandato legítimo poderia a qualquer momento assumir tendências bonapartistas. Por isso, é cabível unidade e alianças com partidos do centrão a partir de pontos comuns; B) a **tática da ofensiva permanente** nega a existência da abertura de uma situação reacionária e identifica Bolsonaro como mais um governo burguês como os precedentes, sustentando que há amplos movimentos de resistência, tendo a consigna “Fora Bolsonaro” na ordem do dia, uma vez que, nesta caracterização, há condições reais de derrubada do governo à esquerda a partir da organização progressiva da classe

---

4 Referência ao processo político em que a burla jurídica denominou por *impeachment*, o qual, em verdade, pode ser interpretado como um golpe de novo tipo, em que as classes dominantes (internacionalizadas e financeirizadas) descartaram o governo Dilma e romperam com o ciclo de conciliação do PT iniciado por Lula.



trabalhadora; C) a **tática da acumulação de forças e da construção da Frente Única** admite que vivenciamos uma situação reacionária e uma conjuntura desfavorável, e, portanto, pretende desgastar o governo Bolsonaro e sua política em conflitos parciais, sem aventuras ultraesquerdistas, pretendendo acumular forças até que se crie condições de sairmos de uma situação defensiva e desfavorável para uma contra-ofensiva favorável aos trabalhadores e à esquerda classista até que se derrube este governo e se conquiste vitórias progressivas. Nesse marco, a defesa é a tática da Frente Única da esquerda para situações defensivas, que não descarta unidade de ação com setores mais amplos em torno de pautas específicas.

Este artigo parte da ideia de que é preciso que o sindicalismo compreenda a centralidade das lutas sociais e ações coletivas em busca de frentes unificadas e espaços de unidade de ação. Por outras palavras, o sindicalismo pode não apenas se contrapor a contrarrevolução aberta (o que, por si só, já é um desafio), com formas de resistência capazes de assegurar direitos historicamente conquistados, mas contribuir junto a demais forças políticas da sociedade a se vislumbrar um outro modo de vida e um sistema sociometabólico para além do capital? Esse é o grande desafio do caminho à emancipação do trabalho diante do capital.

O funcionalismo público, por exemplo, está vivenciando um dos períodos de maiores ataques a sua estabilidade e manutenção de direitos. O conjunto das contrarreformas estruturais e das medidas provenientes da ofensiva reacionária da burguesia tem colocado o movimento sindical e o funcionalismo na defensiva. O papel de recuo das principais direções burocráticas das centrais sindicais tem contribuído com esse processo. Mas também existe o medo de organização no local de trabalho, as ameaças e perseguições políticas, o corte de ponto de grevistas, o avanço anti-esquerda no plano jurídico, dentre outros elementos subjetivos. Uma vez consolidados os ataques do capital em curso, como a eventual aprovação da reforma sindical (posto que a trabalhista fora recentemente aprovada, a qual, dentre tantos aspectos, na prática, revoga a CLT, como o pressuposto da prevalência do negociado sobre o legislado), todo o serviço público estará em cheque, notadamente a partir da ofensiva pela aprovação da proposta de Reforma Administrativa, e o movimento sindical terá seu peso político diminuído (há propostas de contrarreformas sindicais em curso).

Para tomarmos o exemplo dos sindicatos que compõem o funcionalismo público, suas lutas devem superar o plano imediato e corporativo (as pautas específicas), deve-se conectar às pautas nacionais e estruturais da classe trabalhadora em conexão com suas demandas corporativas. Retomar a radicalidade das lutas em sintonia com todo as pautas intensamente sentidas das categorias, em construção de calendários unificados de lutas. Mas além da revisão tática do movimento sindical, faz-se necessário retomar o sindicalismo classista e vinculá-lo à estratégia emancipadora. Para isso, tanto o oportunismo quanto o ultraesquerdismo são desvios sindicais.

Apesar da importância da unidade de ação e de se rechaçar o desvio ultraesquerdista sectário, o sindicalismo de orientação marxista precisa se desvencilhar (à esquerda, e não à direita) do passado cutista que aprisiona e imobiliza valiosos combatentes sindicais não atrelados a sua tendência política majoritária. Como fornece pistas Arcary “esperar que a CUT possa vir a ser este ponto de apoio [para estimular a vanguarda nas lutas sindicais], como nos anos 1980 é um delírio. Acreditar que por dentro da CUT se pode afirmar esse polo com visibilidade é uma ilusão”. Especialmente transcorridos três governos petistas – nos quais esta central serviu como correia de transmissão da política petista – e um quarto interrompido no plano federal, em que tem pesado de modo significativo o peso do imobilismo da maior central sindical do país em períodos de lutas de resistência, como as tentativas de construção de greves gerais recentes. Apesar da importância estratégica de superar a CUT, o movimento sindical classista e independente não tem como a curto e médio prazo se distanciar dessa central – e é preciso calibrar na unidade de ação, de modo não sectário, a tática de exigências e denúncias a sua direção majoritária, sem se apartar de sua base social. Afinal, o inimigo político é bem mais complexo quando estamos diante da possibilidade de uma escalada do neofascismo.

No plano geral, as perspectivas ideológicas majoritárias presentes na direção sindical e política que influi sobre a classe trabalhadora brasileira consistem no reformismo (colaboração de classes) e na perspectiva neoliberal de modernização das relações trabalhistas. E o fato é que, em época histórica de crise



do capital e ofensiva da burguesia em escala global, a margem para reformas não-conservadoras é cada vez menor. O período de hegemonia lulista foi correspondente ao “reformismo quase sem reformas” – e é preciso fazer o balanço histórico segundo o qual a maioria da esquerda brasileira, e não me refiro apenas aos satélites petistas, se converteu em alguma variante do reformismo nesse período, com honrosas exceções<sup>5</sup>. Com a derrubada jurídico-parlamentar pela direita do governo Dilma Rousseff, em 2015, as pautas reformistas se realocizam no campo da “oposição” e tornam a seduzir parcela expressiva dos trabalhadores e da vanguarda, sobretudo no plano eleitoral, o que evidencia que o ciclo petista não se encerrou. Contudo, neste ano de 2018 observamos que setores consideráveis romperam com o petismo mas giraram à direita. O antipetismo tornou-se uma potente ideologia fortalecedora de um projeto político de extrema-direita. E aqui, naturalmente, localiza-se o perigo do neofascismo e da aversão ao sindicalismo, não como indiferença e descrença política, mas como um movimento esquerdista a ser combatido.

Por sua vez, o sindicalismo brasileiro não tem sido capaz de apresentar uma alternativa de mobilização viável para os trabalhadores – apesar de importantes iniciativas embrionárias e minoritárias –, para além do plano do discurso autoproclamatório e, por vezes, isolacionista, como nos parece ser o caso da política sindical apresentada pelo setor majoritário da CSP- Conlutas. Por mais que esta central sindical (que agrega também movimentos populares) tenha cumprido um assertivo papel de independência de classe diante dos governos petistas e apresentar elementos embrionários de um novo movimento sindical, os quais devem ser valorizados. Apesar de em algum momento ter sido dinâmica, esta é uma central minoritária na classe trabalhadora e que, no último período, tem apresentado graves problemas de direção. Se nos últimos anos esta central sindical teve o mérito de tecer críticas a burocratização sindical e não ter se dobrado à política de conciliação de classes e aos limites reformistas de negociar dentro da ordem do capital em momento de crise e se deixar absorver por cargos ministeriais, apresenta, simultaneamente, uma política com pouco potencial de mobilização e diálogo orgânico com o conjunto da classe trabalhadora, o qual permanece iludida com suas direções reformistas ou com o ideário neoliberal. Perspectivas muito embrionárias também são expressas por outras centrais sindicais, como a Intersindical.

O movimento sindical, enquanto uma Frente de lutas e resistência organizada, deve ser capaz de se constituir enquanto polo aglutinador dos trabalhadores e dispor de dinamicidade em retomar a luta unificada de resistência aos ataques dos governos e do capital, atuar conjuntamente com as distintas categorias profissionais e movimentos sociais em luta, recompor a ampla unidade entre as centrais sindicais (e aqui não basta o denunciamento das direções burocráticas majoritárias), criar condições de lutas gerais (como calendários unificados e construção de greves gerais nacionalizadas), combater tanto o erro oportunista quanto os desvios sectários e autoproclamatórios das correntes políticas dirigentes, zelar pelo seu funcionamento democrático e apresentar uma alternativa para além dos limites da luta sindical: uma alternativa de esquerda socialista e um programa mínimo, anticapitalista, discutido em suas bases e construído coletivamente, partindo das necessidades mais intensamente sentidas pela classe trabalhadora (o plano imediato) com mediação com a totalidade da vida social e a estratégia socialista. Requer que dissemine uma visão de mundo que dialogue com a linguagem dos diversos e heterogêneos trabalhadores. Deve adquirir caráter e influência de massas. Para tanto, o sindicalismo – e o papel das centrais sindicais aqui é decisivo – deve unificar todos os setores da classe que lutam e batalhar pelo fortalecimento de uma concepção sindical plural, democrática, de luta (de confronto, e não de negociação propositiva-defensiva), classista (e não apenas cidadão) e internacionalista. Será decisivo resgatar os imperativos vitais que apontaremos a seguir.

---

5 Exemplo emblemático foi a política de paralisia de sua direção majoritária diante dos desdobramentos do impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff na Presidência da República, processo transitado entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, sequer caracterizado como golpe parlamentar por esta entidade.

## ALGUMAS INDICAÇÕES EM PROL DA RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DOS SINDICATOS CLASSISTAS NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

---

O sindicato tem o papel político de mobilizar os trabalhadores e de elevar sua consciência classista, ao mesmo tempo de representa-los diante do governo e dos patrões, prestando-lhes todo auxílio disponível. Em termos organizacionais, o desafio do sindicalismo está em combater o burocratismo e se enraizar nos locais de trabalho, fomentando espaços democráticos de funcionamento interno.

É sabido que a assessoria jurídico-sindical e a negociação com as instâncias decisórias governamentais e institucionais são importantes. Mas o atendimento da entidade sindical não deve se limitar às importantes demandas corporativas e assistenciais da categoria setorial que representa em termos imediatos. Deve, simultaneamente, conectar-se com as lutas mais abrangentes da classe trabalhadora e colocar-se contra toda forma de exploração e de opressão em todas as partes do mundo. É oportuno posicionar-se e articular-se intersetorialmente com outros sindicatos e outras lutas da classe trabalhadora em geral e do movimento popular autêntico, prestando apoio e solidariedade internacionalista.

Um dos perigos do sindicalismo é a adaptação social de seus dirigentes. O controle sobre a imprensa operária, a administração do aparato, das finanças e de seus funcionários, assim como a possibilidade do exercício de privilégios políticos, exercem pressões alheias a nossa classe e podem representar o perigo da burocratização e adaptação social (desde o uso de telefones corporativos e de carros oficiais ao distanciamento da base por parte dos dirigentes, e demais vantagens sindicais ou materiais)<sup>6</sup>. Igualmente é importante se combater as práticas de aparelhamento político de seus dirigentes para suas organizações políticas.

Para tanto, medidas concretas de combate aos **desvios burocráticos** das entidades devem ser tomadas, como controlar os privilégios políticos e restringir os privilégios materiais dos dirigentes, uma fraterna discussão com os setores que negam qualquer atividade “política” dentro dos sindicatos, reflexão constante sobre a vinculação estrutural do aparelho sindical com o Estado, construção de forte organização nos locais de trabalho, zelar pelo funcionamento democrático das tomadas de decisão e controle da base sobre as direções, dentre outros.

O **combate ao machismo** deve assumir centralidade e ser outro elemento de contraponto cotidiano aos velhos vícios sindicais, como o personalismo de figuras masculinas nas direções ou nas assembleias. A formação permanente de quadros feministas não é secundária se quisermos revitalizar os sindicatos. Os sindicatos devem igualmente reconhecer que a **luta contra as opressões** é parte da luta contra a exploração rumo à emancipação social. O combate ao machismo, ao racismo, a LGBTfobia e a xenofobia devem ser princípios, as bases sobre as quais uma organização sindical se constrói. Deve-se ampliar a discussão sobre o tema das opressões em perspectiva transversal em sua própria prática política, incentivando-se o protagonismo de mulheres, negros e negras e pessoas LGBT nos espaços sindicais. Isto é, o sindicalismo classista precisa compreender a importância das clivagens entre gênero, raça e etnia no mundo do trabalho contemporâneo brasileiro, ainda que sem abandono do corte de classe que os estruturam.

O sindicalismo combativo deve estar sob controle ativo da classe trabalhadora. Para tanto, deve preservar sua **independência de classe** diante de governos ou entidades patronais, combatendo-se qualquer forma de aparelhismo artificial ou mal funcionamento dos organismos da estrutura sindical. Suas direções devem zelar pela transparência financeira e controle patrimonial pela base, por meio de uma política financeira claramente definida e votada pela categoria, preservando a democracia proletária nas instâncias decisórias de seu funcionamento. Por **democracia proletária** na instância sindical, entendemos a luta contra o funcionamento burocrático e monolítico, sob a garantia da ampla democracia interna e participação da base.

---

6 A adaptação social refere-se à utilização de recursos materiais do sindicato em proveito próprio pelo dirigente da entidade bem como as consequências desses privilégios, ou seja, o estabelecimento de relações materiais entre o dirigente e a entidade trazem, quando não contidos, o distanciamento da direção em relação à base, acarretando adaptação nas negociações patronais. Trata-se do sindicalismo adaptado aos aparatos.

Fomentar o debate tanto sobre temas que afligem sua categoria – o que vai de questões como carreira e campanha salarial a questões como assédio moral e adoecimento laboral – até temáticas políticas estruturais do funcionamento da sociedade e da conjuntura nacional e internacional. Seus dirigentes devem ser capazes de formular um programa coletivo anticapitalista (não deslocado da realidade) em conexão com as necessidades corporativas e imediatas da categoria. Estabelecer pontes entre essas duas dimensões. Mas, sobretudo, deve-se combater o personalismo e a centralização das atividades em poucos dirigentes – o que leva ao burocratismo –, o distanciamento das direções sindicais da base a qual representa. As diretorias devem dispor de caráter colegiado e mecanismos estatutários de controle pela base, com previsão de rodízio dos dirigentes sindicais e formação permanente de novos quadros, especialmente entre as mulheres, conforme dito acima – tradicionalmente excluídas das decisões sindicais. Os trabalhadores devem ser livres para auto se organizarem e os marxistas devem lutar para que os sindicatos de base (daí a importância de construir oposições unificadas contra o peleguismo e a burocracia sindical) ganhem características unitárias e massivas.

O sindicalismo, em seu cotidiano, requer, ainda, ampla **campanha de filiação e de formação político-sindical permanentes**, e as decisões fundamentais devem ser deliberadas em caráter de assembleias democráticas, que assegure todas as posições em disputa, especialmente as das oposições sindicais. O conflito interno pode ser propositivo e encarado fraternalmente, e não silenciado ou esmagado pelas direções sindicais. É chegada a hora da esquerda aprender a conviver em meio às divergências de ideias e de correntes políticas. Para tanto, os sindicalistas devem ser mais solidários e tolerantes uns com os outros.

O tratamento **de tolerância política com as oposições e respeito as posições minoritárias** é pedagógico. Em política sindical, valores e referências não são secundários. A tolerância e o respeito devem estar acima de nossas convicções. Isso é sadio para o funcionamento democrático da entidade. No mesmo sentido, a **defesa de compromissos éticos e da moral militante** requer uma urgente revisão do vale-tudo estalinista segundo o qual, na política sindical, fins e meios são indivisíveis. Os sindicalistas não precisam formar um clube de amizade com as correntes sindicais adversárias, mas é preciso manter a generosidade e a lealdade, zelar pelos laços de confiança entre a camaradagem, assim como travar um bom combate com os adversários sem abandono da maturidade e da honestidade, contexto em que as ações devem ser guiadas pelos princípios. É imperioso combater o método de falsas acusações entre companheiros e a tática de destruição de reputações pessoais motivadas por divergências políticas. A esquerda neoestalinista que opera com base nos falsos denunciamentos vêm crescendo no interior dos sindicatos, aprisionam-se a aquilo que no plano do discurso um dia procuraram refutar, a saber, a política da extrema-direita e das *fake news*.

O tema da **formação sindical** é de suma importância para construção de trabalho de base e politização e educação do proletariado. Investir em atividades formativas, como seminários permanentes, debates, cursos, encontros regionais, dentre outros. Igualmente fundamental é o sindicato consolidar a **comunicação como um elemento estratégico** da ação sindical, e não meramente divulgação de informações. A contratação de profissionais do setor, sites e uso das novas redes sociais com matérias periódicas, jornais impressos e eletrônicos, boletins informativos, murais do sindicato nos locais de trabalho, folders, materiais impressos que impulsionem campanhas ou divulguem informações fazem de um sindicato um canal de comunicação dinâmico com a base de trabalhadores.

Por fim, um desafio importante ao movimento sindical é **incorporar os setores mais explorados da classe**, como é o caso dos trabalhadores terceirizados. Se dentro das empresas existe a clivagem entre trabalhadores de primeira e segunda classe, efetivos e terceirizados, os sindicatos devem ajudar a organizar os segundos em seu local de trabalho. Simultaneamente, é importante construir uma política sindical para dialogar com os desempregados e o subproletariado da economia informal.

O sindicalismo classista deste século deve adquirir caráter e influência de massas. Para tanto, o sindicalismo – e o papel das centrais sindicais aqui é decisivo – tem como tarefa o esforço unificar todos os setores da classe que lutam e batalhar pelo fortalecimento de uma concepção sindical plural, democrática, de luta (de confronto, e não de negociação propositiva-defensiva), classista (e não apenas cidadão) e internacionalista.

A dificuldade em se construir uma posição que supere tanto o oportunismo (reformista ou de direita) quanto o isolacionismo sectário ultraesquerdista está na ordem do dia. Será capaz o movimento sindical de negociar dentro da ordem e gerenciar a crise do capital ou construirá, numa perspectiva renovada, sólidas estratégias (articuladas à flexibilidade tática) de se apresentar contra o ordenamento do capital a partir de um programa formulado sob a ótica dos trabalhadores? Conseguirá superar a atuação estreita de cariz neocorporativa (restrita ao “egoísmo de fração”, nos termos de Gramsci, ou “consciência contingente”, nos termos de Mészáros) e consolidar laços políticos com a luta pela emancipação social e econômica do trabalho? Como coloca Antunes (2008 p.172), será capaz o sindicalismo de “responder às reivindicações imediatas do mundo do trabalho, mas tendo como horizonte uma organização socioetária fundada nos valores socialistas e efetivamente emancipadores”?

A ofensiva do sistema do capital em todas as partes do mundo reforça a hipótese de um período de contrarrevolução burguesa de amplitude global, com processo de expansão das direitas (governos e ideologias como força social, de clivagem liberal a extrema-direita e profascistas), seja nos planos de austeridade e ajuste fiscal, quanto no projeto do imperialismo de recolonização de países semiperiféricos, como é o caso regional da América Latina. A financeirização da economia globalizada (mundialização do capital e seu traço financeiro como hegemônico), em contexto de crise estrutural, pleiteia recuperar a taxa de lucro dos capitais via o aniquilamento da legislação protetora do trabalho e o desmonte das conquistas democráticas. No Brasil, isso parece ser mais do que evidente, com significativos impactos no campo sindical. O projeto em curso, de caráter golpista, materializado na PEC dos gastos (PEC 55), na Reforma da Previdência (PEC 287), na Reforma Trabalhista e na Lei da Terceirização Irrestrita (PL 4302), na Reforma Administrativa, dentre tantas outras medidas, constituem mudanças qualitativas e sem precedentes. O PLS 116/2017 que ameaça a estabilidade no serviço público, a Emenda Constitucional 95/2016 e seus impactos, a tramitação de programas com pautas conservadoras em todas as áreas sociais os cortes orçamentários e privatizações, o anúncio de Plano de Demissão Voluntária (PDV) e incentivo ao afastamento não-remunerado, dentre tantas medidas de desmonte do trabalho regulamentado, do funcionalismo e do serviço público.

Ao fim e ao cabo, tudo indica que adentramos na era de degradação estrutural do trabalho em escala global, cujas diferenciadas formas de precarização adentram em escala acelerada nos serviços públicos. Talvez a insegurança nas condições de trabalho, a ameaça do desemprego ou a prática de instauração de salários flexíveis, bem como o emprego (com vínculos precários e cada vez menos dotado de direitos) como condição contingente possam vir a se constituir não mais como fenômenos “atípicos” no serviço público, mas como um traço dominante das relações de trabalho na contemporaneidade. Assim, o simbolismo metafórico da “espada de Dâmocles” passa, lamentavelmente, se tornar uma condição universal no âmbito das relações conflituosas envolvendo capital-trabalho, caracterizando, de tal modo, uma sensação de insegurança e instabilidade diante de um perigo iminente que está reservado ao proletariado que sequer se identifica com sua condição de classe, cuja representação coletiva encontra-se cada vez mais ameaçada.

Sem parecermos repetitivos, é preciso que o sindicalismo compreenda a centralidade das lutas sociais e ações coletivas em busca de frentes unificadas e espaços de unidade de ação. Por outras palavras, o sindicalismo pode contribuir junto a demais forças políticas da sociedade a se vislumbrar um outro modo de vida e um sistema sociometabólico para além do capital? Esse é o grande desafio do caminho à emancipação do trabalho diante do capital.

Em síntese didática, a despeito do que já foi dito acima, em tal situação mundial, os principais desafios dos sindicatos, enquanto imperativos vitais, passarão por:

a-) Recuperar e revitalizar o sentido/pertencimento de classe. Um sindicalismo classista mas não limitado a sua forma de atuação típica do fordismo do século XX. Para tanto, é fundamental a compreensão da nova morfologia do trabalho, bem como articular dimensões decisivas do sentido amplo da classe, como a tríade gênero-geração-etnia (a incorporação das mulheres em suas fileiras decisórias e diretivas, bem como o segmento negro) e dos arranjos das novas lutas sociais neste século XXI;

b-) Libertar-se do corporativismo ou neocorporativismo, da ideia do sindicalismo negocial limitado a categoria profissional que representa juridicamente. Articulado às necessidades imediatas das categorias

de que representam, os sindicatos devem ampliar seus conteúdos marcadamente classistas, combater o individualismo e cultivar os interesses solidários e coletivos.

c-) Como desdobramento do item anterior, articular uma sólida organização no local de trabalho e procurar consolidar uma organização sindical ampliada. Além de fortalecer a sindicalização e a organização coletiva nos locais de trabalho, propor ações imediatas e conectadas com setores não formalizados no mundo do trabalho, tanto os informais quanto os trabalhadores intermitentes, em tempo parcial, precarizados, subempregados e desempregados, cujo mote deva ser o rechaço ao trabalho na informalidade sem direitos e proteção permanente aos desamparados;

d-) Constituir referência de apoio, acolhimento e combate à lógica do gerencialismo da era flexível, o qual pressupõe o assédio moral como estratégia de gestão e a promoção de variadas formas de adoecimento, sobretudo psíquico. Afinal, o tempo histórico que nos coube viver corresponde à sociedade dos adoecimentos do trabalho, onde a individualização e a solidão no local de trabalho se impõem como “naturalização”. Nessa serara, os sindicatos devem ser o principal organismo de referência da classe trabalhadora em defesa de sua saúde e suas condições de existência.

e-) Obter domínio das novas tecnologias da informação, convertendo-as em mecanismos tanto educativos (formativos) quanto informativos (de perfil crítico e de contestação do ideário neoliberal), com práticas inovadoras de atuação nas redes sociais, visando fortalecer os setores comprometidos com os interesses das forças sociais do trabalho e dos movimentos sociais (e, aqui, o sectarismo e o isolacionismo político auto-proclamatório não são bem vindos); Apropriar-se da tecnologia visando a emancipação social;

f-) Conectar-se as novas lutas sociais para além do sindicalismo, isto é, aprender com a experiência dos movimentos sociais (e de suas bandeiras de luta, como a luta por moradia, a defesa ecológica anti-capitalista, o imperativo da luta feminista e das lutas anti-racismo e LGBTfóbica), e expandir sua solidariedade de classe em ações efetivas e carregadas de sentido, notadamente as ações de auto-organização periféricas;

g-) Incorporar-se em espaços de Unidade de Ação com setores progressistas da sociedade em defesa das liberdades democráticas e dos direitos sociais, bem como empenhar-se na construção de uma Frente Única dos trabalhadores unificados em torno de seus interesses, puperando, sem sectarismo, a política de conciliação de classes.

h-) Retomar a importância da ideia de “res-pública” (coisa pública) e o sentido público dos serviços públicos não lucrativos, isto é, uma batalha contra-hegemonica de desmercantilização dos serviços essenciais na sociedade;

i-) Recuperar a firmeza ideológica da necessária luta por um outro modo de vida, reinventando sua forma de ação, sem se desconectar do questionamento da propriedade privada dos meios de produção de um modo que dialogue com o estágio de consciência dos diversos segmentos que compõem a classe trabalhadora, sem nenhum ultimato ultraesquerdista apartado das massas, mas que saiba acionar a flexibilidade tática apoiada na firmeza estratégica do socialismo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Neste tenso período histórico que estamos vivendo, de avanço das pautas reacionárias e de escalada autoritária do regime, o projeto político dos setores de extrema-direita no país é de tentar impor uma derrota histórica à classe trabalhadora e seus organismos de representação. Com a reflexão levada a cabo neste artigo, nos esforçamos em iluminar a nebulosa indagação: haverá espaço para o sindicalismo?

Conforme expusemos, a ferramenta sindical, criada pelas forças sociais do trabalho no período da Revolução Industrial precessada na Inglaterra dos séculos XVIII/XIX, ainda é imprescindível na defesa de direitos. No Brasil, a despeito de suas deformações históricas e descaminhos, ainda constitui a maior organização coletiva dos trabalhadores na luta por seus direitos. Apesar de reconhecermos a crise do sindicalismo brasileiro não estamos entre aqueles que defendem o descarte sindical, concebendo-os como



pertencentes mais ao passado do que ao presente. Não descartamos uma ferramenta política enquanto não construímos ferramentas melhores. Os sindicatos são instrumentos essenciais de nossa classe para proteção e resistência diante da devastação dos direitos sociais e trabalhistas, ao mesmo tempo que constituem elementos potenciais, ainda que insuficientes, para a emancipação dos trabalhadores e elevação da sua consciência política. Afinal, os sindicatos ainda têm muito a cumprir e apresentam inúmeros desafios nesse momento histórico tão difícil. Procuramos, neste artigo, oferecer algumas pistas, imperativos vitais a partir dos quais os sindicatos podem (e devem) recuperar seu pertencimento de classe e se revitalizarem no novo cenário brasileiro.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Giovanni. O novo (e precário) mundo do trabalho. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e Subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ARCARY, Valério. Um reformismo quase sem reformas: uma crítica marxista do governo Lula em defesa da revolução brasileira. São Paulo: Sundermann, 2011.
- \_\_\_\_\_. Três táticas dividem a esquerda diante do governo Bolsonaro. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/rede/tres-taticas-dividem-a-esquerda-diante-do-governo-bolsonaro/> (acessado em 12/11/2020).
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2008.
- \_\_\_\_\_. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2000.
- NORONHA, Eduardo. A Explosão das Greves na Década de 80. In: BOITTO Jr. Armando (org). O Sindicalismo Brasileiro nos anos 1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, Iram Jácome. O sindicalismo brasileiro: da confrontação à cooperação conflitiva. São Paulo: Revista São Paulo em Perspectiva, v.9, n.3, jul/set/1995.
- TORRES, M.M. Trabalho, Sindicalismo e Consciência de Classe. Marília-SP: Lutas Anticapital, 2020.



# REFORMA TRABALHISTA (LEI 14.367/2017): APROFUNDAMENTO DA FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO COMO MEDIDA DE CONTRATENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO.

Élbio Maier Ozorio

Graduando do último semestre do Curso de Ciências Econômicas/UFRGS. E-mail: elbiozorio@gmail.com

**Resumo:** O presente trabalho visa estudar e analisar a origem e as consequências da Reforma Trabalhista de 2017. Partindo da hipótese de que as alterações promovidas pela Lei nº 14.367/2017 atendem os interesses da classe empresarial e sua implementação está diretamente vinculada à queda da taxa de lucro, busca relacioná-la às contratendências da queda da taxa de lucro apresentadas por Marx. Com o intuito de qualificar a compreensão deste conjunto de medidas, é realizado uma breve retrospectiva das modificações nas relações trabalhistas a partir da década de 1990 no Brasil, momento em que a flexibilização do trabalho e o neoliberalismo ganham força no país. Através de uma revisão da literatura que versa sobre o tema, é explorado às raízes do neoliberalismo e da acumulação flexível, bem como a conjuntura mundial de 1970, momento em que estes dois fenômenos ganham espaço no cenário mundial. Conclui-se que a contrarreforma de 2017 está inserida em uma tendência histórica de retirada de direitos trabalhistas, de flexibilização do trabalho que, na prática, representa uma precarização do trabalho, com intuito de elevar os lucros dos empregadores em detrimento da diminuição da remuneração e dos direitos trabalhistas que garantem maior estabilidade e segurança para os trabalhadores.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista. Reestruturação produtiva. Flexibilização do trabalho.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é uma adaptação do trabalho de conclusão de curso (TCC) do autor e, tem como objetivo, analisar a relação da Lei nº 13.476/2017 com a queda da taxa de lucro no Brasil e a tendência histórica — a nível mundial — de flexibilização do trabalho, a qual ganhou força com a reestruturação produtiva na década de 1970 (HARVEY, 2008). De acordo com Carcanholo (2010), a crise mundial daquela década está relacionada à queda da taxa de lucro e a superprodução de capital. Concomitantemente à reestruturação produtiva, o neoliberalismo se apresenta como uma nova ideologia que defende organicamente a: flexibilização do trabalho, abertura comercial, desregulamentação financeira, privatizações, etc. No Brasil, este duplo movimento, referente à reestruturação da produção (NAVARRO, 2010) e o avanço neoliberal (KREIN, 2013), ganhou contornos mais nítidos a partir da década de 1990.

A reforma das leis trabalhistas, realizada através da implementação da Lei 14.367/2017, é analisada a partir do contexto histórico mundial acima apresentado e das particularidades que o desenvolvimento deste processo irá possuir na conjuntura socioeconômica brasileira. Seus germens são encontrados na década de 1990, como aponta o documento da Confederação Nacional da Indústria (1994, p. 36) citado por Filgueiras (2019, p. 18, grifo do autor) “a criação de empregos requer ações em várias frentes (...). A primeira é a flexibilização do mercado de trabalho brasileiro, criando, ao contrário do que existe hoje, incentivos para a contratação de mão-de-obra”. A demanda dos empresários permaneceu viva, e é reforçada em um “novo” documento da CNI, intitulado *101 Propostas Para Modernização Trabalhista*, publicado em 2012, onde é apontado que

[...] o sistema trabalhista do país não atende às necessidades da sociedade brasileira contemporânea. Calcada em um regime legalista rígido e com pouco espaço para negociação, a regulação tem escassa conexão com a realidade produtiva. (CNI, 2012, p. 11).

É possível notar que o discurso utilizado para defender as modificações nas leis trabalhistas em 2017 já existia de modo semelhante na década de 1990. Entretanto, Krein (2007) afirma que a realidade do país,

inclusive na década de 1990, já era marcada pela frágil regulação do trabalho, com um embrionário sistema de proteção social, em comparação com os países desenvolvidos.

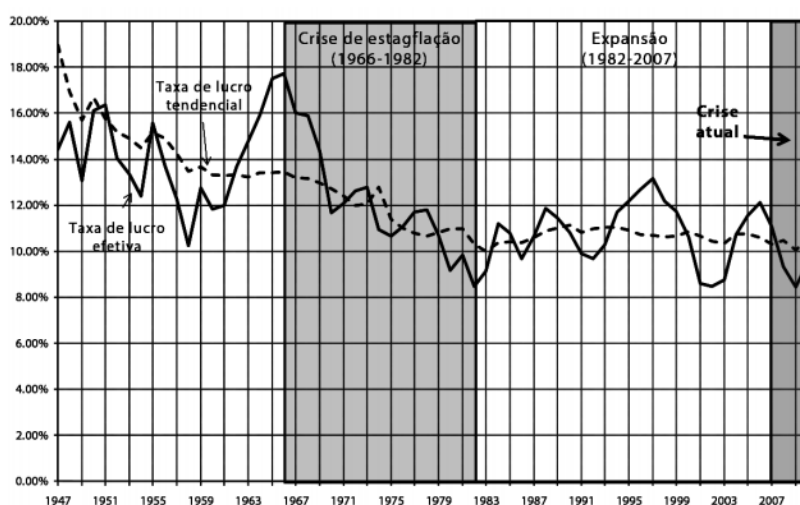
Dessa forma, com o intuito de qualificar o entendimento da contrarreforma trabalhista de 2017, a análise irá partir da crise mundial de 1970, observando os seus desdobramentos e impactos nas relações de trabalho, através da reestruturação produtiva de caráter flexível e o surgimento do neoliberalismo. Por último, será examinado o desenvolvimento deste processo no Brasil, o qual ocorre de forma tardia, a partir da década de 1990, compreendendo a reforma trabalhista de 2017 como um aprofundamento da flexibilização do trabalho no país e como uma medida de contratendência à queda da taxa de lucro.

## CRISE DE 1973, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO

A predominância da forma fordista de produção que, de acordo com Harvey (2008), atingiu sua maturidade em 1945, começou a demonstrar alguns sinais de esgotamento ao longo da década de 1960, sendo colocada em xeque com a crise do petróleo. A partir deste momento é intensificado o processo de reestruturação produtiva, hegemonizado pelo método toyotista de organização da produção. Alves (2011) afirma que o Sistema Toyota de Produção, no seu processo de mundialização, assumiu um novo significado, para além daquele específico relativo ao seu desenvolvimento no Japão (que estava restrito às particularidades sócio-históricas daquele país), alcançando um valor universal para a acumulação de capital.

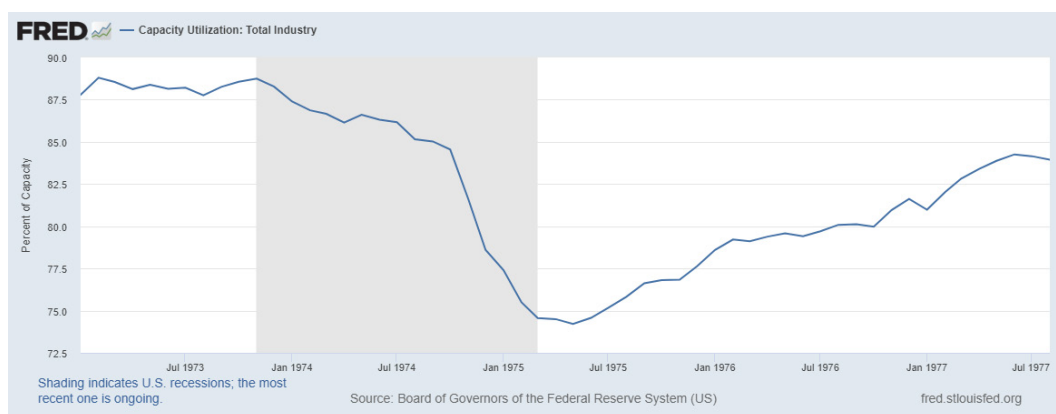
Os problemas encontrados pelo fordismo que se tornaram mais evidentes a partir da metade década de 1960, foram escancarados pela crise de 1973, são resumidos por Harvey (2008, p. 135) em uma palavra, “rigidez”. De acordo com o autor, a superação desta questão esbarrava “na força aparentemente invencível do poder profundamente entrincheirado da classe trabalhadora - o que explica as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968-1972.”. A taxa de lucro calculada por Shaikh (2018) para as empresas americanas não financeiras caiu de aproximadamente 18% em 1966, para um pouco menos de 9% em 1982 (ver gráfico 1), o que significa uma queda próxima de 50%. Para além disto, quando estourou a crise (com o aumento de 300% no preço do petróleo entre outubro/1973 e março/1974) a capacidade excedente não-utilizada da indústria americana cresceu consideravelmente (ver gráfico 2). A articulação da queda da taxa de lucro e o aumento da capacidade não-utilizada intensificou o ambiente de competição entre as empresas e “isso as obrigou a entrar num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho (caso pudessem superar ou cooptar o poder sindical)” (HARVEY, 2008, p. 137, grifo do autor).

Gráfico 1: Taxa de lucro das empresas não-financeiras, Estados Unidos, 1947-2009.



Fonte: Shaikh (2018, p. 61).

**Gráfico 2:** Capacidade utilizada da indústria estadunidense, Estados Unidos, jul/1973 - jul/1977.



Fonte: Federal Reserve Bank of Saint Louis.

Desde 1967 a taxa de lucro apresentou uma nítida tendência de queda que perdurou até 1982/83, quando se estabilizou. Assim, deve-se questionar o que sucedeu para reverter esta tendência. De acordo com Shaikh (2018), a recuperação está assentada na elevação da produtividade do trabalho acima do aumento dos salários reais. A reestruturação produtiva e o neoliberalismo possibilitaram a ampliação do grau de exploração dos trabalhadores, impactando diretamente a taxa de lucro, o que só foi possível, de acordo com o autor, por causa do abrandamento da evolução dos salários, principalmente a partir da década de 1980, quando a trajetória de crescimento dos salários deixou de acompanhar os ganhos de produtividade.

Shaikh (2018, p. 63) conclui que “[...] a repressão dirigida contra os trabalhadores, iniciada na época de Reagan, teve um propósito claro: alimentou a expansão na parte final do século vinte.”. Esta mudança demonstra uma transformação que está ocorrendo na correlação de força entre o capital e o trabalho. A reestruturação que ganhou força a partir da década de 1970, através da universalização do toyotismo para outros setores e países, está diretamente relacionada às problemáticas apresentadas por Shaikh sobre a recuperação da taxa de lucro, assentada no aumento da exploração da classe trabalhadora.

[...] o mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os padrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. [...] Mesmo para os empregados regulares [...] jornadas de trabalho que têm em média quarenta horas semanais ao longo do ano, mas obrigam o empregado a trabalhar bem mais em períodos de pico de demanda, compensando com menos horas em períodos de redução de demanda, vêm se tornando mais comum (HARVEY, 2008, p. 143).

O nível de emprego impacta diretamente o tamanho do exército industrial de reserva que, de acordo com Marx (2013), é um dos principais determinantes do nível salarial dos trabalhadores, pois, interfere diretamente na correlação de força da classe trabalhadora com o capital, já que um número maior de desempregados ou subempregados, influencia a capacidade de reivindicação dos trabalhadores. O antigo conselheiro de Margaret Thatcher, Alan Budd, afirmou que a política econômica adotada pela Inglaterra nos anos 80 para combater a inflação era uma maneira de aumentar o desemprego e reduzir a força dos trabalhadores, de acordo com ele, “o que foi construído, em termos marxistas, foi uma crise para recriar um exército industrial de reserva (*reserve army labour*), que possibilitou os capitalistas lucrarem mais do que nunca.”<sup>1</sup> (HARVEY, 2000, p.7).

1 No original, “What was engineered, in ‘Marxist’ terms - was a crisis in capitalism which re-created a reserve army of labour, and has allowed the capitalists to make high profits ever since” (HARVEY, 2000, p.7).

As políticas macroeconômicas adotadas pelos governos de Margaret Thatcher (1979-1990), na Inglaterra, e Ronald Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos, são caracterizadas ideologicamente como neoliberais. Os resultados para a classe trabalhadora, como apontado por Harvey (2000; 2008) e Shaikh (2018), foram nefastos: aumento do desemprego (e dos subempregos), desmonte das organizações trabalhistas e desaceleração do crescimento do salário real (quando há), apesar do aumento do aumento da produtividade. O caráter dessas políticas parece estar fortemente relacionado às mudanças que estão ocorrendo no chão de fábrica da economia mundial, através da propagação do toyotismo, ou seja, da reestruturação produtiva (denominada de flexível) que está em andamento.

Dessa forma, o avanço da reestruturação flexível produziu modificações estruturais que também impactaram a superestrutura da sociedade capitalista. Por exemplo, o desenvolvimento neoliberal que diz respeito às transformações na superestrutura (ao âmbito político, jurídico e da consciência) nos Estados Unidos e na Inglaterra na década de 1980, está assentado e articulado com o avanço da reestruturação flexível da década de 1970.

O toyotismo é uma ferramenta eficaz na redução dos custos com a força de trabalho, por isso, sua propagação para a totalidade da economia mundial não é uma questão de escolha para os capitalistas, mas de necessidade. Por outro lado, a velocidade e o grau que isto sucedeu, não foi idêntico para todos os países, pois, depende de vários fatores, como: a capacidade de organização da classe trabalhadora em resistir às modificações impostas, o desenvolvimento das forças produtivas naquele país, em aspectos culturais, na integração do país com o mercado mundial, etc. Assim, compreende-se que a reestruturação flexível e o neoliberalismo são duas faces da mesma moeda e, estão relacionados à uma transformação global do capitalismo, o qual não teve sua essência alterada, nem superou as contradições inerentes deste sistema de acumulação, pois, ele permanece alicerçado na necessidade de reprodução do capital em escala ampliada, na exploração da força de trabalho, na busca ininterrupta por mais-valor e, quando encontra obstáculos para isto, incorre em crises.

## **A SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO ANTES DA REFORMA TRABALHISTA**

---

A incorporação da “agenda da flexibilização” ocorre tardiamente e de forma particular no Brasil. Tardia, pois, aparece com força a partir dos anos 1990; particular, porque possui uma estrutura econômica-social singular (KREIN, 2013, p. 19). Este processo é permeado por contradições e não segue uma trajetória linear, porque depende da correlação de força<sup>2</sup> entre as classes sociais, a qual varia ao longo da história e é fruto da organização e da ação coletiva.

Os determinantes do processo de reestruturação são, de acordo com Antunes (2010): a necessidade das empresas brasileiras competirem internacionalmente; a importação das subsidiárias das empresas transnacionais de novas técnicas e tecnologia inspiradas no toyotismo e na flexibilização da produção; por último, a urgência das empresas brasileiras enfrentarem o avanço do novo sindicalismo.

As políticas econômicas adotadas na década de 1990 modificaram a relação econômica do Brasil com o mundo, aumentando o grau de abertura do país aos produtos estrangeiros. Isto exigiu, por parte das empresas instaladas no Brasil, para sua sobrevivência, produtos com preços mais competitivos. Em conjunto com a abertura comercial, foram realizadas algumas políticas de caráter recessivo, tais medidas conduziram a um forte movimento de transformação nos processos produtivos das empresas. O objetivo desta transformação, em grande medida, era aumentar a produtividade do trabalho e reduzir custos, que resultaram na

---

2 Por correlação de força, compreende-se a capacidade de uma classe ou força social em impor seus interesses em uma determinada conjuntura (HARNECKER, 2012).

intensificação da atividade laboral, na ampliação da informalidade, na redução do valor dos salários e no aumento da precarização do trabalho (NAVARRO, 2010).

No âmbito da mediação jurídica entre o trabalho e o capital, as modificações pautadas estão atreladas às políticas de reorganização econômica e do papel do Estado. A reforma trabalhista que entra em cena surge com o discurso e com o objetivo de fortalecer a regulação privada do trabalho através da ampliação da livre negociação (acordos coletivos) e da predominância do negociado sobre o legislado. Isto possibilita uma certa descentralização, pois, permite que as normas sejam estabelecidas de acordo com as necessidades de cada empresa, na perspectiva de reduzir custos. Naquela década, principalmente a partir do Plano Real, a negociação coletiva sofre um momento de inflexão e deixa de ser um sinônimo de fortalecimento dos direitos trabalhistas. Em diversos setores, são instaurados mecanismos de flexibilização da remuneração, através da vinculação de parte do salário com o lucro da empresa e, com o crescimento das horas extras (KREIN, 2013).

Na década de 1990 (e na seguinte), as leis que regulam as relações de trabalho não tiveram sua estrutura alterada, apesar de terem sofrido mudanças importantes. Dessa forma, como aponta Filgueiras (2019), a estrutura de regulação do trabalho no Brasil foi mantida, e a necessidade de alterá-la, como apontado no documento da CNI de 1994, não desapareceu.

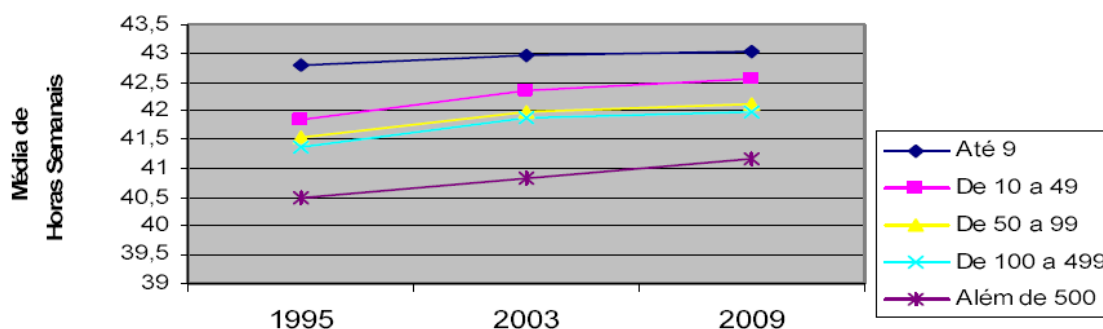
Sobre as modificações nas leis trabalhistas ao longo da década de 1990 que ampliaram a flexibilização do trabalho, deve-se destacar: a expansão do PLR, as contratações por tempo determinado, a ampliação da terceirização no serviço público, liberação do trabalho ao domingo no comércio e a introdução do banco de horas. Para além destas, cabe mencionar a Reforma da Previdência de 1998, que instaurou idade mínima para os servidores públicos, 48 para as mulheres e 53 para os homens; também estabeleceu o fator previdenciário, com o intuito de penalizar os trabalhadores do setor privado que se aposentarem mais cedo (KREIN, 2013).

No período seguinte, a partir da eleição de Lula (2003-2011), no que diz respeito ao mercado de trabalho, de acordo com Krein et al. (2011), ocorre um movimento contraditório da flexibilização do trabalho, pois, houve uma melhora progressiva no mercado de trabalho, entretanto, o autor também destaca que é perceptível o movimento de reforço da tendência de flexibilização, via aumento das remunerações variáveis, da jornada flexível e da ampliação das formas de contratação com maior flexibilidade.

Acerca das modificações que foram prejudiciais aos trabalhadores, consta: a Emenda Constitucional 41/2003, que reformou a previdência, aumentando a idade de aposentadoria dos servidores públicos, bem como a implementação da contribuição de dos servidores inativos e a criação dos fundos de pensão; a Lei nº 11.101/2005 que implementou uma nova regulamentação para a falência e recuperação judicial das empresas, concede maior proteção às instituições financeiras em detrimento de direitos trabalhistas; a nova regulamentação do trabalho intelectual e das atividades de transporte rodoviário de cargas, respectivamente, de acordo com as Leis nº 11.196/2005 e nº 11.442/2007, as quais contribuem para o avanço da “pejotização” dos trabalhadores (KREIN, et. al., 2011).

Por último, é possível constatado um aumento na jornada de trabalho, como é possível visualizar no gráfico abaixo:

**Gráfico 3:** Evolução da jornada de trabalho de acordo com o número de trabalhadores por estabelecimento, setor urbano, privado, Brasil, 1995-2009.



Fonte: Krein et. al. (2011)

Por outro lado, também é possível identificar ações do governo Lula que beneficiaram a regulação pública do trabalho. Acerca destas medidas, é possível citar a valorização do salário mínimo, a ampliação do seguro-desemprego na crise de 2008/2009, o aumento da formalização do trabalho e o estímulo para incluir o autônomo na seguridade social. A valorização do salário mínimo certamente merecesse ser destacada, essencialmente por dois motivos: o aumento real de aproximadamente 45% entre 2003-2010 e o forte impacto disto para o reajuste dos salários do conjunto da classe trabalhadora. De acordo com Krein, et. al. (2011, p. 13),

A política de valorização do salário mínimo foi a medida mais importante pelo papel na estruturação do mercado de trabalho, no combate à pobreza e na melhora dos rendimentos dos trabalhadores com menores salários, dos aposentados e dos beneficiários dos Benefícios de Prestação Continuada. Ela é responsável por parte expressiva da melhora de indicadores sobre distribuição pessoal da renda e tem relação com o aumento real do salário mínimo. O salário mínimo também é extremamente importante para determinar a elevação das remunerações de base e influencia as negociações dos pisos salariais das categorias profissionais.

Também é necessário citar as ações do governo impediram a ampliação da flexibilização do trabalho, como: o projeto que previa a prevalência do negociado sobre o legislado, arquivado a pedido do presidente; o veto à Emenda nº 3 da Super Receita, que proibia o auditor fiscal de multar empresas que estabelecessem a relação de emprego disfarçada (KREIN, et. al., 2011).

A continuidade do governo petista foi concretizada pela vitória de Dilma (2011-2016) sobre Serra. Em relação às políticas realizadas, é possível notar um certo grau de semelhança com o seu antecessor, pois, permanece a contradição da aplicação de leis que, por um lado, retiram direitos trabalhistas e, por outro, ampliam os direitos.

Acerca das leis que são situadas dentro de uma perspectiva pró-trabalho, podemos citar, de acordo com Moraes (2013): Lei nº 12.506/2011: aumentou o tempo exigido para comunicação do aviso prévio, de acordo com o tempo de serviço prestado em uma mesma empresa; Lei nº 12.551/ 2011: reconheceu o teletrabalho como uma relação de emprego; Emenda Constitucional nº 72/2013: ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos, como estabelecimento de carga horária semanal de até 44 horas, remuneração maior da hora-extra e seguro-desemprego.

Em contraposição, deve-se destacar a Lei nº 12.618 que alterou a aposentadoria dos servidores públicos, estabelecendo o mesmo teto para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e o Regime Geral de Previdência Social. Para além disso, instituiu o Regime de Previdência Complementar, vinculando parte do valor da aposentadoria dos servidores à dinâmica do mercado financeiro.

No final do primeiro mandato de Dilma, após a vitória de sua reeleição, são editadas duas medidas provisórias nitidamente contrárias aos interesses da classe trabalhadora, as MPs 664 e 665. Através destas



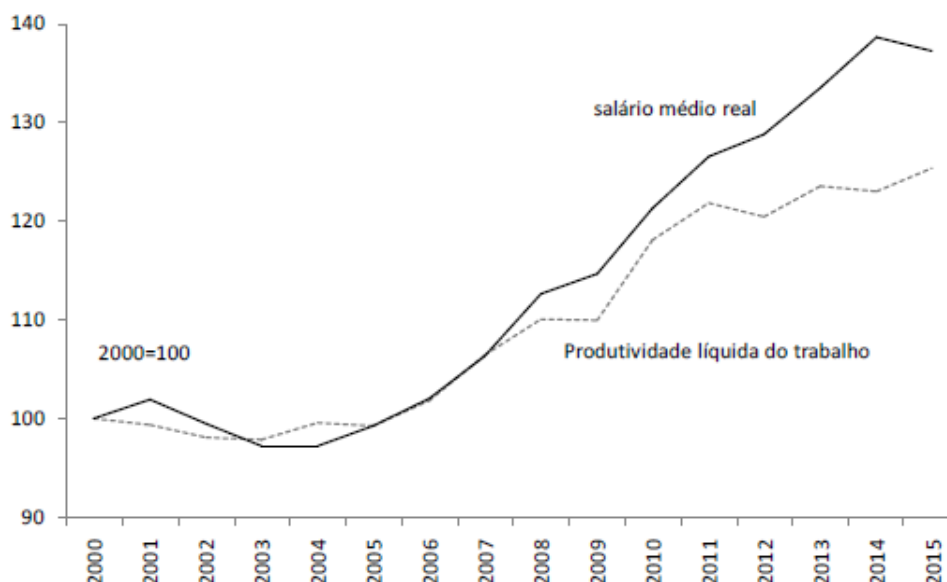
ocorre a alteração de diversas regras que dizem respeito ao seguro-desemprego, pensão por morte, auxílio-doença, abono salarial e do auxílio reclusão (DIEESE, 2015).

A conjuntura econômica que o país se encontrava em 2014 era de forte desaceleração econômica, como é possível visualizar no crescimento de 0,5% do PIB. Dessa forma, o governo justificava o ajuste com o objetivo de garantir um superávit fiscal, pois, estas medidas, supostamente, garantiriam uma economia de R\$ 18 bilhões. Entretanto, deve-se lembrar que as medidas de apoio ao setor empresarial implementadas pelo próprio governo Dilma, como a diminuição das alíquotas do IPI e as desonerações representaram uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 200 bilhões (DIEESE, 2015).

Por detrás das modificações com conteúdo contrário aos interesses trabalhistas no âmbito da legislação, está ocorrendo o declínio da taxa de lucro que, como apontado anteriormente, é um importante indicador do momento do ciclo econômico. De acordo Marquetti et al. (2016), a taxa de lucro atinge seu menor valor no ano de 2014 (ver gráfico 5). Em decorrência disto, também diminui consideravelmente a taxa de acumulação. Segundo a teoria marxista, os elementos determinantes da taxa de lucro, são: composição orgânica do capital (relação entre capital constante e capital variável) e a taxa de mais-valor (ou o grau de exploração do trabalhador). Dessa forma, inicialmente, é possível supor que a queda da taxa de lucro ocorreu em virtude da articulação do aumento da composição orgânica do capital e da queda da taxa de exploração dos trabalhadores.

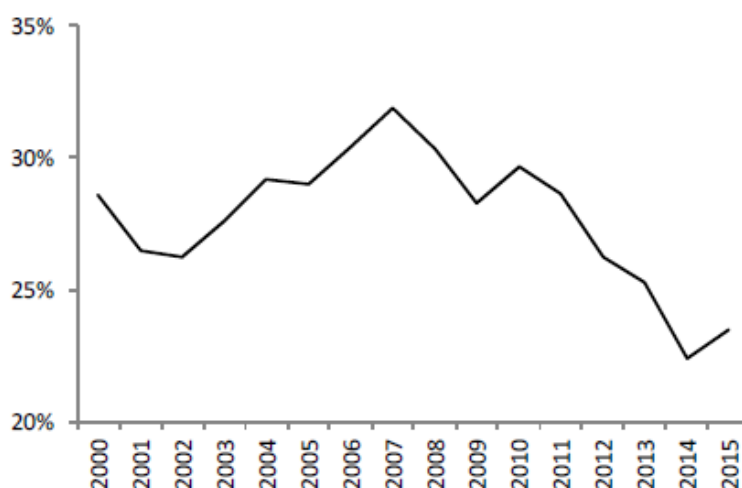
No caso brasileiro, ao longo do ciclo econômico em que o Partido dos Trabalhadores esteve no comando do Poder Executivo, o salário médio real e a produtividade líquida do trabalho tiveram um comportamento semelhante até 2008 (como pode ser visto no gráfico 4). Entretanto, a partir deste ano é possível notar que o crescimento dos salários passou a ser maior do que o aumento da produtividade. Ou seja, o aumento da produtividade do trabalho que, deve ser compreendida (pelo menos em parte) em virtude do aumento da composição orgânica do capital, está crescendo a uma taxa menor do que o aumento médio dos salários, com isto, parece correto supor que existem dois fatores pressionando a taxa de lucro para baixo: aumento da composição orgânica do capital e a queda da taxa exploração (ocasionada pelo crescimento dos salários a uma taxa maior do que da produtividade).

**Gráfico 4:** Salário médio real e a produtividade líquida do trabalho no Brasil, 2000-2015



Fonte: Marquetti et al. (2016).

Gráfico 5: Taxa de lucro líquida no Brasil, 2000-2015



Fonte: Marquetti et al. (2016).

O movimento da taxa de lucro mostra duas direções distintas ao longo dos governos petistas, o primeiro, de ascensão, atingindo o pico em 2007 (início da crise mundial) e, a partir deste mesmo ano, entra em queda, chegando ao vale em 2014. Tanto as desonerações fiscais praticadas por Dilma, como a implementação das MPs 664 e 665 devem ser compreendidas a luz destes fatos.

Em 2012, a Confederação Nacional da Indústria (uma organização que representa os interesses da burguesia industrial brasileira) organizou um documento intitulado 101 Propostas para Modernização Trabalhista, propondo a modificação de diversas leis, ou seja, a realização de uma reforma nas leis trabalhistas, pois, “o sistema trabalhista do país não atende às necessidades da sociedade brasileira contemporânea. Calcada em um regime legalista rígido e com pouco espaço para negociação, a regulação tem escassa conexão com a realidade produtiva.” (CNI, 2012, p. 11). Assim, o documento propõe, dentre outras coisas: fortalecer a negociação coletiva; ampliar a negociação individual para os trabalhadores com altos salários (que não sejam “hipossuficientes”); redução do intervalo intrajornada; alteração do entendimento das horas-extras; permitir, através das negociações coletivas, jornadas de 12 horas diárias (respeitando o intervalo legal mínimo inter-jornada); negociação individual sobre o banco de horas; permitir o trabalho aos domingos e feriados para todas as categorias, via de acordo coletivo; tornar legal a realização de horas-extras nos contratos de regime sob tempo parcial (até 25 horas por semana); definir que o tempo de deslocamento entre a portaria e o local de trabalho não configure como tempo de trabalho; extinção do regime de sobreaviso; regulamentar a contratação de pessoas físicas sem vínculo empregatício; ampliação da terceirização para atividades fim; fracionamento do PLR em 4 parcelas, etc.

É válido destacar que as 101 propostas têm um elemento em comum: reduzir o custo do trabalho, através da diminuição da remuneração (salários) e com a retirada de direitos trabalhistas. O objetivo, portanto, parece ser reverter a queda da taxa de lucro, através do aumento do grau de exploração dos trabalhadores. Estas medidas só foram implementadas em 2017, deste modo, é possível ampliar o entendimento de Krein et. al. (2011) sobre a tendência contraditória da flexibilização do trabalho no governo Lula para o governo Dilma, pois, segundo o autor, a principal atuação por parte do governo (Lula) contra a ampliação da flexibilização do trabalho foi através do veto de certos pontos e com a retirada de determinados projetos que ampliassem ainda mais a flexibilização do trabalho; de modo semelhante, isto seguiu com Dilma até o final de 2014, momento em que a tendência de flexibilização do trabalho ganha mais corpo no governo, ficando nítido a partir de 2015, quando é realizado uma política de ajuste fiscal e ocorre a implementação das medidas provisória 664 e 665.

Em 2015, para dimensionar o impacto das MPs para o conjunto dos trabalhadores, é importante destacar que elas vieram em conjunto com o ajuste fiscal do governo. Além da desaceleração econômica que já era perceptível, o governo atuou com a implementação de um ajuste fiscal, contribuindo para a piora do

desempenho econômico. Neste contexto, a MP 665, que versa sobre o seguro-desemprego, abono salarial e seguro-defeso (pago aos pescadores artesanais), ganha uma dimensão mais preocupante, pois, no momento de crise econômica, ocorre, também, o crescimento considerável do desemprego. Dessa forma, ao restringir o acesso ao seguro-desemprego, através da alteração do tempo de trabalho necessário, elevando de 6 meses para 18 meses no primeiro acesso e, para 12 meses no segundo (permanecendo 6 meses no terceiro), significa uma precarização da vida dos trabalhadores que perderam seus empregos e do conjunto de suas famílias que dependem da renda do trabalho para sobreviver.

Segundo os dados fornecidos pelo Ministério da Economia, obtidos pelo Painel de Informações do Seguro-Desemprego<sup>3</sup>, o total de requerentes passou de 8,80 milhões em 2014, para 8,19 milhões em 2015, 7,56 milhões em 2016 e, 6,84 milhões em 2017; no mesmo período, o número de trabalhadores desocupados subiu de aproximadamente 6,3 milhões em 2014 para, aproximadamente 12 milhões em 2017. Em suma, enquanto os pedidos de seguro-desemprego caíram 22%, o desemprego quase dobrou. Este cenário foi agravado pelo alto nível de rotatividade do trabalho no Brasil que, conforme DIEESE (2015, p. 10)

A alta rotatividade no emprego não permitirá que uma proporção razoável de trabalhadores cumpra as exigências para o primeiro acesso ao Seguro-Desemprego, uma vez que quase metade (43,4%) da mão de obra é demitida antes de seis meses no mesmo emprego.

O ajuste fiscal realizado por Dilma e a retirada dos direitos trabalhistas discutidos acima, não foram suficientes para acalmar os ânimos das classes dominantes, nem reverter a tendência de queda da economia. Em 2015, com a aplicação de uma política pró-cíclica, a retórica defendida pelo governo e pelo mercado, era da necessidade de um ajuste fiscal que, de acordo com as expectativas do governo, ocorreria uma retração econômica nos primeiros trimestres do ano, com recuperação a partir do último trimestre<sup>4</sup>. Entretanto, com a aproximação do último trimestre, as expectativas de recuperação econômica tiveram de ser reajustadas.

Ainda em 2015, o ajuste fiscal realizado pelo governo já era criticado e colocado como insuficiente para retomada do crescimento econômico. Em outubro do mesmo ano, é lançado o documento “Uma ponte para o futuro”, produzido pelo MDB (na época PMDB, partido do vice-presidente) e pela Fundação Ulysses Guimarães, com um diagnóstico sobre a situação da economia brasileira e um conjunto de propostas para a estabilização econômica. No documento, é reforçado a necessidade de um ajuste fiscal, pois

Essas reformas legislativas são o primeiro passo da jornada e precisam ser feitas rapidamente, para que todos os efeitos virtuosos da nossa trajetória fiscal prevista produzam plenamente seus efeitos já no presente. Será uma grande virada institucional e a garantia da sustentabilidade fiscal, que afetarão positivamente as expectativas dos agentes econômicos, a inflação futura, o nível da taxa de juros e todas as demais variáveis relevantes para a estabilidade financeira e o crescimento econômico. (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 16).

Também é destacado a necessidade de mudanças na previdência e na área trabalhista, com intuito de “permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos.” (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2015, p. 19). Entretanto, em nenhum momento é especificado o que seriam esses “direitos básicos”.

Em meio à crise econômica, a pressão por mudanças parece ter aumentado por parte da classe empresarial brasileira. A Confederação Nacional da Indústria (2016), lançou um novo documento intitulado “Negociação Coletiva: o que é e por que valorizá-la”, onde reforçou a valorização da negociação coletiva e a necessidade de flexibilizar as leis trabalhistas. Apesar disto, em documento enviado ao Congresso Nacional

---

3 Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoizjUxMWE0NjgtN2VhMS00MWJmLWlwZGQtOWYyZjU4NDkxNDYyYiwiid-C16lmNmODdjOTA4LTRhNjUtNGRlZS05MmM3LTExZWE2MTVjNjMyZSIsImMiOjR9>

4 <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/12/como-se-chegou-a-pior-recessao-desde-os-anos-90.html>

(Mensagem ao Congresso Nacional) em fevereiro de 2016<sup>5</sup>, o governo não apontou a disponibilidade de realizar uma reforma nas leis trabalhistas, o que só vai ocorrer após o golpe institucional concretizado em agosto de 2016, quando o vice-presidente Michel Temer assume definitivamente como presidente da república e envia ao Congresso Nacional em dezembro do mesmo ano, a proposta de reforma das leis trabalhistas, via PL 6787/2016.

## **A REFORMA TRABALHISTA COMO MEDIDA DE CONTRATENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO**

---

A Lei 14.367/2017 foi colocada para a sociedade brasileira em um momento de conjuntura econômica recessiva, problemas fiscais nas contas do Estado, enfraquecimento dos sindicatos, elevado índice de desocupação e subutilização da força de trabalho. A proposta defendida pelo governo Temer e o conjunto da classe empresarial, propagandeada pela grande mídia, apontava que as leis trabalhistas tornaram o mercado de trabalho brasileiro demasiadamente rígido, motivo pelo qual a economia não saía do lugar e o desemprego permanecia tão elevado.

Ela estaria também ultrapassada à luz das mudanças promovidas na dinâmica do capitalismo internacional a partir das últimas décadas do século XX: a difusão de um novo padrão de industrialização baseado em empresas enxutas, em novas formas de organização e gestão da força de trabalho, em um processo de fragmentação das cadeias produtivas e no acirramento da concorrência internacional exigiria a adaptação da regulação estatal às condições de um mercado cada vez mais 'globalizado'. Nesse contexto, a regulação estatal teria que perder sua rigidez excessiva, para se tornar mais ágil e flexível. (CESIT, 2017, p. 40).

Em resposta aos problemas da sociedade, a flexibilização das leis trabalhistas atenderia um suposto interesse comum à classe trabalhadora e ao conjunto dos empresários, fornecendo maior liberdade e autonomia para a negociação entre as duas classes e, inclusive, entre o empregado (indivíduo) e o empregador. Desta forma, com a aprovação da reforma, seriam gerados mais de 6 milhões de empregos e a economia voltaria a apresentar um crescimento econômico consistente<sup>6</sup>, como consta na fala do ministro da Fazenda, Henrique Meirelles que, na época, disse que não seria uma surpresa se a economia brasileira crescesse acima dos 3% em 2018.

Um ano depois, o desemprego permaneceu praticamente o mesmo, enquanto a contratação de trabalhadores intermitentes aumentou, de 61 mil em 2018, para 156 mil em 2019, e em tempo parcial, de 175 mil para 417 mil, no mesmo período, conforme o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) de 2019. Para além disto, também resultou no enfraquecimento dos sindicatos e reduziu o número de ações na Justiça do Trabalho.

As alterações promovidas pela contrarreforma trabalhista resultaram na modificação de mais de 200 artigos da CLT, os quais, de acordo com Cesit (2017, p. 61-62) podem ser resumidos em seis pontos:

1. novas formas de contratação mais precárias (terceirização, temporário, intermitente, autônomo, parcial);
2. flexibilização da jornada de trabalho (ampliação do banco de horas, diminuição do intervalo de almoço, parcelamento das férias, extensão da jornada de 12 horas por 36 para todas as categorias);
3. rebaixamento da remuneração;
4. alteração das normas de saúde e segurança, restrição a fiscalização;

---

5 Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/mensagem-ao-congresso/mensagem-ao-congresso-nacional-2010-2016/mensagem-ao-congresso-nacional-2016.pdf>

6 <https://valor.globo.com/politica/noticia/2017/10/30/reforma-trabalhista-vai-gerar-6-milhoes-de-empregos-diz-meirelles.ghtml>

5. fragilização sindical, alteração da negociação coletiva, fim do imposto sindical obrigatório;
6. limitação para acessar a Justiça do trabalho e de seu poder.

Estas mudanças constituem a alteração da estrutura de regulação do trabalho no Brasil. Diferentemente daquelas realizadas pelos governos Collor, FHC, Lula e Dilma, as quais apresentaram um caráter limitado e pontual, a contrarreforma trabalhista de 2017 atinge a estrutura da legislação trabalhista, pois, modifica simultaneamente mais de 200 artigos, os quais dizem respeito: ao uso da força de trabalho, à forma de contratação, remuneração, acesso à Justiça do Trabalho e, a saúde e a segurança do trabalhador.

Antes de adentrar nas contratendências à queda da taxa de lucro e relacioná-las com a reforma trabalhista, é importante demonstrar os determinantes da taxa lucro. Conforme Marx (2017), esta taxa é a razão entre mais-valor ( $m$ ) e capital total adiantado (capital constante e capital variável, ou seja,  $c + v$ ). Por conseguinte, ela pode ser apresentada em função da taxa de mais-valor ( $m'$ ) e a composição orgânica do capital ( $q$ ). Portanto:

$$l' = \frac{m}{c + v}$$

Ou,

$$l' = \frac{m'}{q + 1}$$

Marx (2017, p. 232-240) elenca seis contratendências à queda da taxa de lucro; destas, duas estão diretamente relacionadas à contrarreforma. A primeira, diz respeito ao aumento do grau de exploração da classe trabalhadora, alicerçado na elevação da jornada de trabalho e na intensificação do trabalho; a segunda está relacionada ao exército industrial de reserva que, “a grosso modo”, como Marx (2013, p. 864) afirma, as variações salariais ao longo do ciclo industrial são causadas pelas variações no exército industrial de reserva. Por exemplo, quando diminui o tamanho da superpopulação relativa em momentos de expansão do ciclo, os salários tendem a subir, o contrário também verdadeiro, pois, quando os trabalhadores liberados superam numericamente aqueles que estão sendo absorvidos, alargando a camada do exército industrial de reserva, os salários tendem a ser pressionados para baixo. Dessa forma, o aumento do exército industrial de reserva é um elemento que indiretamente pressiona os salários para baixo.

A partir da síntese da contrarreforma em seis pontos, demonstrada acima, fica nítida a sua relação com o aumento do grau de exploração da classe trabalhadora. Pois possibilita o aumento da jornada de trabalho, a redução da remuneração de forma direta ou indireta, através da retirada de direitos, da restrição ao acesso à Justiça do Trabalho, às modificações na segurança do trabalho. Em relação as reclamações trabalhistas, é perceptível o “sucesso” da reforma, pois, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, entre janeiro e setembro de 2017, foram recebidas aproximadamente 2 milhões, enquanto entre janeiro e setembro de 2018 foram recebidas 1,3 milhão de reclamações, uma queda próxima de 35%<sup>7</sup>.

A relação da reforma com a superpopulação relativa também é evidente, pois, Marx (2013) aponta que o exército industrial de reserva pode se materializar em três estratos distintos, dos quais dois guardam relação direta com a contrarreforma: a) superpopulação flutuante, composta pelos trabalhadores dos diferentes ramos de produção que, ora estão empregados, ora estão desempregados, flutuando de acordo com o ciclo do capital; b) superpopulação estagnada, formada pela força de trabalho ativa, entretanto, com uma ocupação instável e precária, marcada por jornadas de trabalho com uma grande quantidade de trabalho, baixíssima remuneração com pouca estabilidade no emprego.

As novas formas de contratação estabelecidas pela reforma, denominadas de “cardápio de contratos precários” pelo DIEESE (2017, p. 2), irão fomentar a expansão da superpopulação flutuante e estagnada. Isto se deve, em grande medida, pela relação dos contratos mais precários com uma maior taxa de rotatividade do trabalho, trabalhos com pior remuneração e carga de trabalho mais alta.

---

7 Conforme matéria elaborada pelo Tribunal Superior do Trabalho, disponível em: [http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset\\_publisher/89Dk/content/primeiro-ano-da-reforma-trabalhista-efeitos](http://www.tst.jus.br/noticias/-/asset_publisher/89Dk/content/primeiro-ano-da-reforma-trabalhista-efeitos)

Ao contrário dos que os apologistas da reforma trabalhista defendem, este conjunto de alterações que reestruturam a regulação do trabalho no Brasil não servem para atender os interesses da sociedade, pelo contrário, objetivam satisfazer o imperativo do lucro da classe empresarial em detrimento da diminuição do rendimento da classe trabalhadora, de forma geral.

Por último, percebe-se que a contrarreforma está inserida em uma conjuntura mais ampla de retirada de direitos e de avanço do capital sobre o trabalho. Com raízes na década de 1970, momento em que a reestruturação produtiva ganhou ímpeto e, também, vinculada ao movimento de expansão do neoliberalismo, os tempos modernos para a classe trabalhadora, a nível mundial, significam, como apontado por Basso (2018), o retorno das jornadas antigas.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório**. O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. Estudos do Trabalho, ano V, n. 8, p. 1-31, 2011.
- ANTUNES, R. **Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil**. In: O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 13-24.
- BASSO, P. **Tempos modernos, jornadas antigas**: vidas de trabalho no início do século XXI. São Paulo, Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.
- CARCANHOLO, M. D. **Dialética do desenvolvimento periférico**: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. Rev. Eco. Contemp., v. 12, n.2, p. 247-272, 2008. Disponível em: [shorturl.at/buDLS](http://shorturl.at/buDLS). Acesso em 05 nov. 2020.
- CESIT. **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas: CESIT/IE/Unicamp, 2017.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **101 propostas para modernização trabalhista**. Brasília, 2012. Disponível em: [shorturl.at/czKY6](http://shorturl.at/czKY6) /. Acesso em 05 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_. **Negociação coletiva: o que é e porque valorizá-la**. Brasília, 2016. Disponível em: [shorturl.at/oEFQ9](http://shorturl.at/oEFQ9). Acesso em 05 nov. 2020.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Considerações sobre as medidas provisórias 664 e 665 de 30 de dezembro 2014**. 2015. Disponível em: [shorturl.at/rOW34](http://shorturl.at/rOW34). Acesso em: 05 nov.
- FILGUEIRAS, V. **As promessas da reforma trabalhista**: combate ao desemprego e redução da informalidade. In: Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Campinas, Curt Nimuendajú, p. 13-52, 2019.
- HARNECKER, M. **Estratégia e Tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. São Paulo: Loyola, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Spaces of hope**. University of California Press. Berkley, 2000.
- KREIN, J. D. **As relações de trabalho na era do neoliberalismo no Brasil**. Campinas: LTr, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil**: 1990-2005. 2007. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: [shorturl.at/kmuK3](http://shorturl.at/kmuK3). Acesso em: 05 nov. 2020.
- \_\_\_\_\_.; SANTOS, A. L.; NUNES, B. T. **Trabalho no governo Lula**: avanços e contradições. Revista Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho (ABET), v. 10, n° 2, p. 30-55, 2011.
- MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. **Lucratividade e distribuição**: a origem econômica da crise política brasileira, 2016. Disponível em: [shorturl.at/xBDS3](http://shorturl.at/xBDS3). Acesso em 05 nov. 2020.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital (e-book). São Paulo: Boitempo, 2013.
- \_\_\_\_\_. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3: O processo global da produção capitalista (e-book). São Paulo: Boitempo, 2017.
- MORAES, W. S. **Regulação trabalhista no Brasil** - governo Dilma segue a tendência de Lula ou de Fernando Henrique?. Congresso Latino-Americano de Ciência POLÍTICA (Alacip), 2013.
- NAVARRO, V. L. **A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP)**. In: O avesso do trabalho. Expressão Popular, 2010. p. 67-126.
- PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015. Disponível em: [shorturl.at/fzO18](http://shorturl.at/fzO18). Acesso em: 06 nov. 2020.
- SHAIKH, A. **Uma introdução à história das teorias da crise**. 2018. Disponível em: [shorturl.at/zAS14](http://shorturl.at/zAS14). Acesso em: 06 nov. 2020.



# AS DIMENSÕES SUBJETIVAS DA MERCADORIA FACEBOOK – UMA AGENDA DE PESQUISA

**Luis Henrique do Nascimento Gonçalves**

Doutorando, bolsista CNPQ na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no PPG em Psicologia Social e pesquisador no Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Ação Social (NUTAS).  
Email: luishng72@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4226-4189>.

**Odair Furtado**

Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Professor associado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no PPG em Psicologia Social. Email: odairfurtado@pucsp.br.

**Resumo:** Neste capítulo ressaltaremos o fato de que serviços como o Facebook são mercadorias. Como tais, independentemente de suas desafiantes peculiaridades, podem ser compreendidas pelo materialismo histórico-dialético e pela teoria do valor-trabalho. Mas, para isso, argumentaremos ser preciso trazer os estudos materialistas da subjetividade para dentro desse debate. Faremos isso nos apoiando na categoria da dimensão subjetiva da realidade e na teoria marxista das necessidades, e reforçando o papel dos fenômenos psicossociais da reificação, do estranhamento e do fetiche da mercadoria nesse contexto. Também analisaremos teorias do neuromarketing e pesquisas empíricas sobre as motivações do uso do Facebook, apontando o caráter ideológico de suas abordagens e conclusões. Ao mesmo tempo, lhes extrairemos *insights* úteis e sintetizaremos esses tópicos em hipóteses preliminares que apontam a necessidade de uma agenda de pesquisa interdisciplinar sobre psicotecnologias digitais e a subjetividade.

## INTRODUÇÃO

O controle da subjetividade que perpassa as relações entre os serviços de rede sociais (SRS) como o Facebook e seus usuários é hoje um tema de debate incontornável. A que tipos de necessidades esses serviços se relacionam, o que somos capazes de fazer para satisfazê-las, como justificamos esse processo e que tipo de transformações subjetivas e objetivas ocorrem a partir da nossa relação com essas mercadorias? Mudanças nas formas de produção, apropriação e concentração de riquezas, transformações no comportamento e no sociometabolismo, além da polarização, persuasão e controle social, acentuação do individualismo e da reificação da sociabilidade, alterações na capacidade de interpretar a realidade e certos sofrimentos psíquicos são alguns dos principais exemplos dessa discussão.

Embora esse debate não seja recente, há muito ainda a ser revelado e compreendido. Neste capítulo, discutiremos alternativas de análise e propostas de uma agenda de pesquisa possível a partir de um conjunto de categorias oferecidas pelo e desenvolvidas através do método materialista histórico-dialético e da teoria do valor-trabalho. Partiremos da abordagem da cisão do trabalho e suas consequências sob a perspectiva da dimensão subjetiva da realidade, desenvolvida pela psicologia social sócio-histórica, articulada com e pelas categorias da alienação e estranhamento, ideologia, pseudoconcreticidade, significado e sentido, base e superestrutura, materialidade social e necessidades humanas dentre outras. Esse exercício nos possibilitará avançar sobre o debate proposto para além dos despistamentos e mistificações do liberalismo, da sociofísica, do neobehaviorismo e seu solucionismo tecnológico (MOROZOV, 2018). Junto a isso e em aproximação ao tema específico do capítulo, pretendemos também fazer um diálogo com outras investigações críticas da relação entre SRS e subjetividade.

A partir dessa contextualização, buscaremos reforçar o fato de que o Facebook é uma mercadoria e que por isso (e independente das peculiaridades dos serviços-mercadoria digitais aparentemente gratuitos), ele se estrutura psicossocialmente a partir do seu fetiche. Nele, a plataforma se apresentaria como um objeto externo útil, desvencilhado da história das suas relações de produção, com um valor de troca implícito e

capaz de efetivar e mediar (de forma aparentemente autônoma e autômata) nossa sociabilidade e individualização. Com isso, esperamos contribuir com um debate que é interdisciplinar, interessando às áreas como psicologia social, sociologia, comunicação, economia política das tecnologias da informação e comunicação (EPTIC) e ciências cognitivas dentre outras.

## AS CISÕES DO TRABALHO E A DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE

---

Em *O Capital*, Marx (2011; 2017) nos deixa pistas de que os nexos sociais presentes no modo de produção capitalista não existem exclusivamente na sua objetividade. Ele se apoia em expressões como “se apresenta”, “se representa”, “assume a forma”, “objetividade fantasmagórica”, “sensível suprassensível”, “metamorfoses”, “mera ‘existência social’” e “modo de representação capitalista” dentre outras, cujos significados nem sempre são objeto de discussão aprofundada. Por certo, esses nexos ocorrem cotidianamente a olhos nus, na concreticidade social – dirigindo as formas como o ser social transforma a natureza – e, por isso, não são fenômenos mera e exclusivamente mentais.

Mas, olhando mais atentamente, podemos observar que o ser-em-si da materialidade do ser social parte das causalidades por ele objetivadas, cujo movimento é convertido de forma limitada pela consciência dos indivíduos em representações nas quais eles projetam alternativas para transformá-la de acordo com suas necessidades; que essas abstrações (signos, significados, apresentações, representações etc.) são *matéria social* – pois, mesmo limitadas, elas ganham crescente complexidade, precisão e autonomia, tanto por meio das extensões da consciência (régua, inteligência artificial, *big data*), quanto pelo “lado ativo” do ser social, o poder intencional e imaginativo de modelar o real adquirido por ele neste processo; que o ser social tentará pôr essas alternativas em prática a partir da atividade pensada – o trabalho; que este pode mesmo operar como mediação do pôr-do-fim de outro ser social – classes e a divisão social do trabalho; que o seu resultado é outra objetivação (machado, algoritmo, lei, obra de arte) que, por sua vez, se incorporará à rede de mediações com as quais o ser social se relaciona com o concreto, criando novas significações num fluxo ininterrupto. Portanto, a materialidade humano-social existe biunivocamente na objetividade e na subjetividade; *pensamento, atividade e externalização são tanto mediações quanto formas de ser do ser social* (VYGOTSKY, 2001; LUKÁCS, 2018; LESSA, 2012; TONET, 2013; FURTADO, 2011; GONÇALVES, 2020). E, por fim, podemos observar que a reificação, o fetiche da mercadoria, o estranhamento e a ideologia são formas e consequências necessárias aos processos de subjetivação racionais-formais dessas/nessas relações sociais sob o capitalismo. Como máscaras conceituais, elas acrescentam e substituem significados sobre o que se faz, o que se vê e o que se sente, normalizando e reproduzindo as relações de exploração capitalista. (LUKÁCS, 2018; MÉSZÁROS, 2011; KOSIK, 2002; ATAIDE, 2020).

Dito isso, podemos adentrar numa breve discussão sobre as cisões do trabalho no capitalismo. A alienação é o resultado do processo de cisão do trabalho em dois significados, duas formas sociais contraditórias – a sobrevivência e o valor – que, entretanto, andarão sempre juntas. Nelas, a venda da força de trabalho para a produção de mercadorias se apresentará como a única condição da sobrevivência dos trabalhadores. E a sobrevivência, ou as condições “para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida” (MARX, 2011), se *representará*, em cada nexo da produção, em diferentes *abstrações reais* (SOHN-RETHEL, 1978) como capital-variável, tempo de trabalho socialmente necessário e o salário na forma-dinheiro<sup>1</sup>.

---

1 Para Marx (2011 [1957]), “O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrelaçamento de indivíduos indiferentes entre si. A troca universal de atividades e produtos, que deveio condição vital para todo indivíduo singular, sua conexão recíproca, aparece para eles mesmos como algo estranho, autônomo, como uma coisa” (p. 105-106).

No outro pólo da contradição, o trabalho concreto, ao se tornar “forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (MARX, 2011), será então apresentado na forma autônoma do valor – “um ‘sujeito’ que se arvora em ‘substância’” (GRESPLAN, 2019) –, sendo por sua vez representado em cada momento da produção nas formas sócio-abstratas do mais-trabalho, mais-valor, valor de troca, capital e por fim a forma-dinheiro. O trabalho, ao ser ressignificado como valor, torna-se um tipo de “poder que cada indivíduo exerce sobre a atividade dos outros ou sobre as riquezas sociais” (...). Ele carrega consigo no bolso o poder social e o nexos com a sociedade” (MARX, 2011). Além disso, segundo Furtado e Svartman (2009), a apresentação do trabalho como mercadoria impossibilita uma abstração realista do processo produtivo por parte do trabalhador. E isso desloca os nexos sociometabólicos e suas significações, da produção (trabalho) para o consumo (dinheiro/mercadoria).

Forjadas entre as relações e forças de produção capitalista, essas contradições então se deslocam e se expressam na mercadoria, agora persistindo na contradição interna entre valor de uso e valor (MARX, 2011; GRESPLAN, 2019). No capitalismo, porções crescentes dos objetos úteis de que necessitamos e que somos capazes de produzir só poderão ser objetivados e apropriados se eles *também* puderem ser significados socialmente como “corpos de valor”. E são muitas as deformações que daí se sucedem. As possibilidades e características dos valores de uso (físicos ou digitais) passam a ser subordinadas às determinações do valor de troca. Como exemplo, as atualizações do sistema operacional dos *smartphones* da Apple e da Samsung<sup>2</sup> propositalmente prejudicam a performance dos hardwares para forçar a compra de modelos novos, numa nova versão da já conhecida obsolescência programada – ou uma “tendência decrescente de utilização do valor de uso” (MÉSZÁROS, 2002; ALVES, 2018). Também, como veremos a seguir, na medida em que o consumo do valor de uso do Facebook concorreria para o aumento do seu valor como mercadoria e mídia publicitária (FUCHS, 2015; DANTAS, 2019; GONÇALVES e FURTADO, 2021), esse uso seria estimulado intensivamente através de psicotecnologias digitais<sup>3</sup>, distorcendo seu sentido de utilidade (FUCHS, 2012; TERRANOVA, 2012).

## **POR QUE O FACEBOOK PRECISA DE NÓS?**

---

O Facebook é um serviço de redes sociais (SRS) que oferece ao menos três principais utilidades: a conectividade dos usuários propriamente dita, a publicidade a eles dirigida e, por trás dela e determinando todo o circuito, a aceleração da circulação de capital (DANTAS, 2019). A luta concorrencial entre capitalistas que investem na produção e comercialização de mercadorias tanto contribui para a queda tendencial da taxa de lucro, como também desenvolve formas contratendências e fundamentais de circulação do capital, em especial através da sua aceleração (MARX, 2017). A busca ativa pelos consumidores dessas mercadorias por meio da publicidade é, dentre outros, o exemplo dessas formas de aceleração e a que aqui nos interessa.

Até o final da década de 1990, em geral, a publicidade convencional era de massas, com os portadores de mercadorias pagando pelo uso de espaços e tempos de veículos de comunicação para anunciá-las em busca de consumidores potenciais. Apesar dos esforços mitigadores e otimizadores do setor, o investimento em publicidade de massas incorre na aceitação de grandes perdas financeiras por parte dos anunciantes.

---

2 Para o caso da Apple, conferir: <https://www.bbc.com/news/technology-514137240>. Para a Samsung, conferir: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/09/tecnologia/1541771036\\_210342.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/09/tecnologia/1541771036_210342.html). Acessos: 10/11/2020.

3 As psicotecnologias digitais serão tratadas aqui de forma experimental como um amplo conjunto de tecnologias (*hardwares, softwares* e abordagens que se liguem a essas mediações), que tanto operem como extensões mnemotécnicas da consciência humana, como – principalmente – tenham a capacidade de intervir nela, configurando intenções de engenharia psicossocial e afins. Elas podem ser bem observadas em disciplinas como a captologia (FOGG, 1998), o *design* da experiência do usuário (UX) e da interface do usuário (UI) e no neuromarketing dentre outros. O uso dessa terminologia não está sedimentada na produção acadêmica, o que abre espaço para a possibilidade de elaborarmos a partir dela compreensões acerca da relação entre tecnologias digitais e subjetividade, em especial a partir da psicologia social sócio-histórica.

Isso porque, por serem de massas, esses veículos atingem, além dos compradores efetivos, outros consumidores com diferentes necessidades e perfis de consumo.

Entretanto, hoje corporações como o Google e o Facebook se apresentam como mídias publicitárias muito mais eficientes, pois afirmam ter a capacidade não apenas de conhecer como ninguém seus usuários, mas também de entregar a eles a publicidade relativa às mercadorias de que realmente desejariam (FACEBOOK, 2020). Isso encurtaria o tempo em que o capital investido e o mais-valor criado, por exemplo, na produção do *smartphone* Xiaomi Redmi Note 8<sup>4</sup> fica congelado nesta mercadoria, pois esse tipo de busca ativa pelo seu comprador seria mais assertiva, ágil e também mais barata.

Como resultado, hoje cerca de 54% da verba mundial de publicidade é aplicada nesses meios digitais, ficando 35,1% nas mãos da Google e 20,8% com o Facebook.<sup>5</sup> Respectivamente, a publicidade corresponde a 70,9% e 98% dos seus faturamentos.<sup>6</sup> Também é importante ressaltar que a utilidade publicitária dos SRS não se restringe a mercadorias físicas, como no caso dos *smartphones*. As TIC oportunizaram o desenvolvimento e consumo de inúmeras mercadorias e serviços digitais, comprados e consumidos exclusivamente pela internet e invariavelmente publicizados em redes sociais. Por exemplo, o videogame Hitman Sniper foi o aplicativo pago mais baixado da Play Store do Google em 2020 (10 milhões de *downloads*).<sup>7</sup>

Então, para cumprir sua oferta e manter sua posição concorrencial, os SRS como o Facebook precisam de dados sobre seus usuários capazes de serem processados por seus *hardwares* e *softwares* gerando as microsegmentações desejadas. Esses dados são inseridos nesses sistemas basicamente de duas formas necessariamente combinadas: o Facebook compra dados de empresas especializadas (*data brokers*), de parceiros e até de concorrentes<sup>8</sup> e também os produz internamente, a partir do uso que seus usuários fazem da rede social (FACEBOOK, 2020). As práticas de sociabilidade mediadas pelo Facebook, ao serem viabilizadas pela sua formalização enquanto entradas de dados digitais (cliques em ícones específicos, inserção de textos e imagens também formalizados digitalmente) produziram, ao mesmo tempo e de modo previamente idealizado, dados e metadados sobre as personalidades e perfis de consumo potenciais dos seus usuários (GERLITZ e REIDER, 2018; d'ANDRÉA, 2020). Tal combinação de dados modela os perfis oferecidos aos anunciantes, em especial na forma de anúncios na linha do tempo dos usuários (FUCHS, 2015; DANTAS, 2019; SILVEIRA, 2017).

Na medida em que a alta lucratividade e a dominação concorrencial são características centrais desses mercados, tanto o crescimento contínuo de usuários, quanto a intensificação da produção e processamento de dados a partir do seu engajamento são vitais neste modelo de negócios. Portanto, torna-se crucial o desenvolvimento e aplicação de estímulos psicotecnológicos que retenham esses usuários. Os 9 milhões de anunciantes do Facebook (como Disney, Donald Trump, ou Candy Crush Saga<sup>9</sup>) necessitam dominar e explorar esses recursos psicotecnológicos para se destacarem de seus concorrentes, como veremos mais adiante.

Surge, então, uma série de significações acerca do valor de uso dos dados digitais (e do direito à sua apropriação) resultantes do consumo dos SRS. Em 2010, Clay Shirky cunhou o termo “excedente cognitivo” para a quantidade de informações produzidas durante o consumo desses valores de uso e que (ainda) não representavam valor de troca. Neste sentido, Morozov (2013) em sua crítica a Shirky, nos traz um exemplo

---

4 De acordo com o site Zoom, o Xíami Redmi Note 8 foi o celular mais vendido no Brasil até julho de 2020. Disponível em: <https://mobizoo.com.br/opiniao/celulares-mais-vendidos/>. Acesso: 10/11/2020.

5 Projeções do Relatório Insider Intelligence, eMarketer. Disponível em: <https://www.emarketer.com/content/global-digital-ad-spending-update-q2-2020>. Acesso: 10/11/2020.

6 Receita de publicidade do Google (2001 a 2019). Disponível em: <https://bit.ly/3sYjB6C>. Acesso: 10/11/2020. A receita de publicidade do Facebook (2001 a 2019). Disponível em: <https://bit.ly/2YpVoll/>. Acesso: 10/11/2020.

7 Fonte: AppBrain. Disponível em: <https://www.appbrain.com/apps/popular/paid/>. Acesso em 20/11/2020.

8 Segundo The Washington Post Journal (2019), empresas como Azumio Inc., Flo Health, Move/News Corp compartilharam dados de milhões de usuários com o Facebook. Disponível em: <https://bit.ly/3pl2ols>. Acesso em: 1/10/2020.

9 Anunciantes no Facebook (1º trimestre, 2016 ao 2º trimestre, 2020). Disney, Trump e Candy Crush estão entre os 10 maiores do Facebook no período. Disponível em: <https://bit.ly/3ilOV5m/> Acesso em: 20/11/2020.

interessante. Traduções de textos públicos online realizadas por estudantes de línguas eram excedentes cognitivos “desperdiçados” todos os dias (objetos úteis sem valor de troca). À época, a empresa de notícias populares BuzzFeed e a de cursos de línguas Duolingo resolveram a questão, com a segunda inserindo trechos de notícias de propriedade do primeiro como exercícios de tradução para seus estudantes. Assim, a atividade de aprendizado tornou-se, inadvertidamente, trabalho intelectual. E o seu produto cognitivo (tradução socialmente combinada de notícias) foi realizado pelos usuários do Duolingo (como contrapartida ao uso gratuito do serviço) e o BuzzFeed poderia usá-lo para ampliar seu mercado em países não-anglófonos, em troca de um pagamento ao aplicativo – bem inferior ao preço de mercado de uma tradução profissional.

Com o tempo, esses entendimentos e práticas dominaram a produção e oferta de valores de uso digitais, como no caso do Facebook, que gera diariamente cerca de 4 petabytes (ou 4.000 gigabytes) de “excedente cognitivo” em dados produzidos pela interação entre seus usuários (ROY, 2020). Então, se esses dados eram apresentados como excedentes, sobras de outro processo, ao lhes atribuir utilidade para a microsegmentação, eles poderiam ser tornados ainda mais excedentes e poderiam ser reapresentados socialmente como valores de troca e gerar lucro. O excedente cognitivo deixaria de ser uma decorrência livre do consumo de certos valores de uso e se interverteria em resultado de atividade que produz valor. Ao mesmo tempo, esse processo ocorreria assumindo formas sociais que se apresentam ora como gratuitas, lúdicas, justas e empreendedoras. Como se os valores de uso ofertados só fossem possíveis graças à ação do capital de que tais produtos seriam suporte. Na verdade, se interverteria e se despistaria a relação de produção ali estabelecida, ressignificando-a: a produção de valor excedente (mais-valor) na forma de dados brutos, que são cedidos pelos seus produtores (os usuários) em troca do direito de uso do *software* Facebook, uma propriedade intelectual do Facebook Inc<sup>10</sup>. Ou, como a empresa claramente explicita em seus Termos de Serviço:

(...) o conteúdo que você compartilha (...), pode ser protegido por leis de propriedade intelectual. (...) No entanto, para fornecer nossos serviços, precisamos que você nos conceda algumas *permissões legais (conhecidas como “licença”)* para usar esse conteúdo. (...) Especificamente, quando você compartilha, publica ou carrega conteúdo protegido por direitos de propriedade intelectual em nossos Produtos ou em conexão com nossos Produtos, você nos concede uma *licença não exclusiva, transferível, sublicenciável, isenta de royalties e válida mundialmente* para hospedar, usar, distribuir, modificar, veicular, copiar, executar publicamente ou exibir, traduzir e *criar trabalhos derivados de seu conteúdo* (...). (FACEBOOK, 2020; grifos nossos).

O que queremos suscitar com isso é uma premissa e uma hipótese que delinham a agenda de pesquisa que este capítulo propõe. A premissa é a de que o Facebook é “um objeto externo”, resultado do trabalho previamente idealizado e socialmente combinado e que, “por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas”, provenham elas “do estômago ou da imaginação” (MARX, 2011). Ou seja, ressaltamos que *o Facebook é, num sentido marxiano, uma mercadoria*, ainda que seja consumida como um serviço, que “nada mais é do que o efeito útil de um valor de uso, seja da mercadoria, seja do trabalho” (op. cit.). No passado, *softwares* como o Microsoft Office eram mais perceptíveis como mercadorias porque os “comprávamos” numa loja, vinham em CD, dentro de caixas que projetavam todo o seu fetiche. Entretanto, conforme descrito nos contratos que nunca lemos<sup>11</sup>, a mercadoria não era propriamente o CD, que apenas era o suporte físico de uma cópia (não editável) do *software* em questão. O que na verdade adquiríamos, tal qual fazemos hoje com o Facebook, era uma licença de uso de uma propriedade intelectual, um estado jurídico distinto que a informação pode assumir no capitalismo (DANTAS, 2014; 2019). De forma mais ou menos clara para nós usuários, Microsoft Office, Duolingo, Photoshop ou Facebook são diferentes tipos de ferramentas digitais que satisfazem distintas necessidades humanas, seja “como meio de subsistência, isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção” (op. cit.). Entretanto, a forma de acesso a tais objetos mudou com o tempo. Eles saíram dos CDs e suas caixas e agora se encontram nas metafóricas

10 Detalhamos este debate em “The fake simple exchange between Facebook and its prosumers” (GONÇALVES e FURTADO, 2021).

11 Para mais informações: Bakos et al (2009), Marotta-Wurgler (2011); Obar e Oeldorf-Hirsch (2018).



nuvens da internet. Com isso, elas embaralham novamente a sua materialidade e o seu acesso, fazendo sua significação social oscilar de “mercadoria” (CD) para “serviços” (no sentido de serem coisas distintas). E, a partir da sua aparente gratuidade, esses serviços-mercadoria passam a ser apresentados como dádivas do solucionismo tecnocapitalista. Entretanto, eles continuam sendo o que sempre foram: um conjunto articulado de códigos de programação, imagens e dados que tem algum valor de uso.

Mas como alguns desses objetos podem continuar sendo mercadoria se não pagamos nada por eles? Temos aqui nossa hipótese, que buscamos “descriptografar” neste tópico. A dádiva do grátis do Facebook se apresenta como paga pelos anunciantes. Ou seja, seu lucro (98%) resulta da captura de parte do valor alienado na produção das mercadorias que são expostas na linha do tempo dos seus usuários, arrendadas aos seus capitalistas na forma de anúncios (BOLAÑO E VIEIRA, 2015; MARQUES, 2018; VALENTE, 2019). Entretanto, a razão pela qual estes fazem isso é a microsegmentação publicitária, que *só pode existir* se, além do trabalho assalariado sobre a maquinaria digital dentro do Facebook, os usuários produzirem os dados brutos que são a matéria-prima dessa utilidade (DANTAS, 2019).

Ainda que precisemos de mais debates e pesquisas, supomos que, nestes casos, haja um novo tipo de troca entre capital e trabalho que precisa ser melhor entendido. Nela, a força de trabalho que (re)produz a plataforma como mercadoria e mídia publicitária é, em parte, fornecida pelos usuários que, ao invés de um salário, recebem um valor de uso (e de troca) diretamente na forma da mercadoria Facebook<sup>12</sup>. Por fim, nesta hipótese, as relações sociais da reificação e do seu estranhamento poderiam, de alguma forma, tecer novas dimensões subjetivas dessa realidade. Este é o fenômeno que aqui nos interessa. O desenvolvimento dessa hipótese, entretanto, depende de compreendermos certas questões subjacentes. Por que precisamos da mercadoria Facebook? Como se dá o processo psicossocial do seu fetichismo?

## A TEORIA DAS NECESSIDADES EM MARX

---

Para que o Facebook seja útil para o capital nos termos aqui indicados, é preciso que antes ele seja útil aos seus usuários. Para investigarmos essas possibilidades, vamos contextualizar aqui (de modo simplificado) a forma como empregamos a categoria necessidade<sup>13</sup>.

Segundo Heller (1976), “a satisfação da necessidade material não é apenas a primeira condição da vida fundamental do homem; o refinamento dessas necessidades também é um sinal do [seu] ‘enriquecimento.’”<sup>14</sup> Isso porque, o capitalismo contraditoriamente “impede o trabalho para além dos limites de sua necessidade natural e cria assim os elementos materiais para o desenvolvimento da rica individualidade” (MARX, 2011). Além disso, para a autora, “a necessidade do homem e o objeto da necessidade estão em correlação”; “a necessidade e seu objeto são ‘momentos’, ‘lados’ do mesmo conjunto”, cuja “primazia corresponde ao momento da produção: é a produção que cria novas necessidades” (HELLER, 1976).

Como já apontado, isso torna a sociedade cada vez mais exigente e complexa, pois a própria noção de necessidade se expande, desde o metabolismo com a natureza até um campo de possibilidades inteiramente humano-social. Assim, o “pressuposto da riqueza ‘humana’ constitui apenas a base para o livre fluxo de todas as capacidades e sentimentos humanos (...). *A necessidade como categoria de valor não é nada além da necessidade dessa riqueza*” (MARX, 2004); “o homem rico é, ao mesmo tempo, o homem ‘necessitado’ de uma totalidade da exteriorização vital humana”; e tais necessidades e seus produtos detém “qualidades heterogêneas”, diversificando nosso campo de possibilidades, nos enriquecendo. Um exemplo contrário (qualidades homogêneas) pode ser observado nos algoritmos do Facebook, Google ou Amazon que, usando

---

12 Ver nota 12.

13 Idem nota 14.

14 Considerando-se aí também as “necessidades espirituais” (arte, lazer etc.) que, em muitas medidas, ocorrem mediante algum tipo de objetivação (instrumentos artísticos etc.) (HELLER, 1976; MARX, 2004).



o eufemismo de “conteúdos relevantes”, nos mostram apenas variações do que já consumimos (dado que este é o objetivo, como já discutido). O mesmo pode ser observado na Netflix e no Spotify, onde filmes e músicas passam a ser produzidos orientados pelos “gostos” manifestados no passado pelos usuários<sup>15</sup>.

Entretanto, com a cisão do trabalho, por um lado as possibilidades do trabalhador regridem à luta pela sua sobrevivência e, por outro, as necessidades do capital resumem-se a sua autovalorização. Neste sentido, Marx (2011) e Heller (1976) identificam as *necessidades necessárias* (“para manter o indivíduo trabalhador como tal em sua condição normal de vida” – ou seja, para que ele disponha da sua mercadoria força de trabalho). Elas são principalmente ligadas ao metabolismo do indivíduo com a natureza e mediadas em sociedade – alimentação, vestimenta, habitação, medicina etc. Mas elas também recebem certas extensões de caráter sócio-histórico em seus inúmeros subgrupos sociais (como o terno para o culto ou o álcool para o lazer). Tais extensões repercutem na formação do valor da mercadoria força de trabalho, lhe conferindo uma determinação objetiva e subjetiva<sup>16</sup>. Assim, como já havíamos sustentado,

(...) se algo provocar um estado de carência no trabalhador ao ponto de determinar sua condição normal de vida (independente da sua consciência e do grau de objetividade dessa necessidade), e se sua satisfação for significada na forma do valor de uso de uma mercadoria, esta poderá integrar o conjunto de itens que expressam o valor da força de trabalho média num dado contexto sócio-histórico numa sociedade capitalista (GONÇALVES e FURTADO, 2021).

Por sua vez, na medida em que “produzir valor é, em parte, subsumir e produzir necessidades para media-las através das mercadorias” (op. cit.), as *necessidades artificiais* (HELLER, 1976), são aquelas desconexas tanto ao metabolismo indivíduo-sociedade-natureza, quanto à “exteriorização vital humana”. E, ao mesmo tempo em que essas necessidades, que demandam a produção dos seus respectivos objetos, são externas a tais determinações (correspondendo, na verdade, à necessidade de valorização do valor), esses produtos se fixam e se generalizam na sociedade – bem como necessidade por eles. Ou seja, temos aqui uma situação contraditória na qual pouco importaria se uma análise crítica identificasse uma necessidade como “artificial”, se, distorcida pela reificação e o fetichismo, ela passasse a ser significada como “necessária”. Assim, não é incomum que o(a) trabalhador(a) nos diga “eu não vivo sem carro”, “eu não sou ninguém sem maquiagem”, ou que assistir filmes por *streaming* em modo acelerado “é a única forma que eu tenho para dar conta do que está sendo lançado. É questão social.”<sup>17</sup> Aqui, “as necessidades qualitativas são quantificadas; as necessidades como fins são transformadas em necessidades como meios e vice-versa”. E, por fim, para a autora, na *necessidade de possuir* (sobretudo com intenção de distinção social, caso de um iPhone que custa R\$14.000,00<sup>18</sup>), o que prevalece não é a necessidade “do uso e do gozo imediato”; a posse implica na sua insaciabilidade como necessidade, é indiferente às qualidades concretas do objeto; e “o que possuo não ‘desenvolve’ nenhum tipo novo e heterogêneo de necessidade em mim, mas, pelo contrário, as mutila” (op. cit.).

## REIFICAÇÕES DIGITAIS

---

É importante ressaltar que essas diferentes formas de necessidade são ainda mediadas por fenômenos decorrentes da reificação: o fetichismo da mercadoria, a pseudoconcreticidade, o estranhamento, além da ideologia dentre outros. No caso do *smartphone*, eu toco em imagens num retângulo de metal e vidro e um

---

15 Sobre a Netflix, ver: <https://bit.ly/3iW5M41>. Sobre o Spotify: <https://bit.ly/3ptQNAo>. Acessos em 20/11/2020.

16 Ver nota 12.

17 “Vídeo acelerado é nova mania para maratona em uma sociedade da eficiência”. Disponível em: <https://bit.ly/3pd9w3c?>. Acesso em 20/11/2020.

18 “Apple confirma preços do iPhone 12 no Brasil: até R\$ 14 mil”. Disponível em: <https://bit.ly/3sXMfEy>. Acesso em 12/1/2021. A título de comparação, no Brasil o seu concorrente direto, o Xiaomi Mi 10T, custa a partir de R\$ 5.449,00. Disponível em: <https://bit.ly/3iMaOQn/>. Acesso em: 12/1/2021.

carro, uma pessoa, um objeto (físico ou digital) aparecem na minha frente para que, mediado pela relação social da mercadoria, eu possa realizar com eles algo que desejei previamente. Todas as relações sociais e de produção ali envolvidas são despistadas, omitidas e ressignificadas pelas interfaces e pela ideologia do individualismo e do solucionismo tecnológico. No fetichismo das mercadorias digitais, o poder social do intelecto geral contido em nossa mente estendida (GONÇALVES, 2020) – servidores, *big data*, IA etc., produzidos pela força de trabalho de mineiros, operários, engenheiros, psicólogos, programadores, *designers*, moderadores de conteúdo e usuários dentre outros – é transferido (alienado) psicossocialmente para *hardwares*, aplicativos e suas marcas. Imaginária e ideologicamente antropomorfizados (Alexa, Siri, Google Assistente), tais objetos tornam-se, crescentemente, meio e centro da própria sociabilidade e da criação e satisfação de necessidades. As formas e leis desses fenômenos precisam ser melhor entendidos e este é um item-chave da agenda de pesquisa desenhado neste capítulo.

No mesmo processo, o ser social também é reificado, tornado equação matemática – “somos feitos de dados”, segundo Harari (2016). E em termos epistemológicos, essas (antigas) reificações e fetichismos recebem do amplo campo das Ciências Cognitivas uma série de “*upgrades*”. A partir de teorias como a sociofísica de Pentland (2014) e Anderson (2008), o homem e sua sociedade são apresentados, em última instância, como “entidades” determinadas pelas leis da física. A consciência e a inteligência (e a atividade), ao serem ideologicamente alienadas do ser social e atribuídas metafisicamente ao “universo”, seriam então por nós acessadas de forma meramente semiótica, cognitiva e ainda bioquímica. E “a subjetividade aparece como contingência, fonte de erros (o ruído que é absolutamente necessário eliminar)” (MORIN, 1994). Assim, a forma de desembarçarmos nossa cognição das suas limitações ontológicas seria sua redução “à forma de inferência válida” (PEIRCE, 1997) através do nosso acoplamento à maquinaria digital que, no concreto, são as mercadorias digitais (GONÇALVES, 2020). Aliás, talvez por causa desse fetichismo, alguns vão nos parear a tais máquinas, chamando-as de “atores” (LATOURE, 2011).

Com essas inversões, a dinâmica social seria a e se resolveria na imediaticidade, no micro-momento,<sup>19</sup> interfaces projetadas pela *big techs*. O mundo e as relações sociais seriam como se parecem: a relação entre as mercadorias aplicativos, dados, cartões de crédito e afins. Na pseudoconcreticidade, agora digitalizada, o concreto das relações sociais de exploração são apagadas, por vezes revestidas com a ideologia do empreendedorismo e, então, “democratizadas” pelo solucionismo tecnológico – todos podemos satisfazer nossas necessidades explorando a mão de obra mal-paga e desregulamentada dos entregadores de aplicativos, chamando isso de “admirável mundo novo”.

Entretanto, nesse sistema de necessidades, o mesmo ocorreria com o estranhamento, o fenômeno psicossocial no qual o trabalhador é auto-objetivado (“torna-se a si mesmo como instrumento da produção”), é fragmentado (não mantém relação com o que está produzindo) e é retido num mundo onde consciência e atividade estão dissociadas (FURTADO e SVARTMAN, 2009). Como na produção alienada, também na vivência das mercadorias digitais renova-se para o ser social “o desenvolvimento de uma atitude contemplativa frente às máquinas” e, no seu consumo, reproduz-se o “mundo estranhado, de certa forma impenetrável as suas potencialidades e habilidades”. Daria-se aqui “um deslocamento (que é artificial e precisa de justificativa forte – uma dimensão subjetiva da realidade – para se apresentar como verdadeiro) (op. cit.). Com isso, “as necessidades de qualidades heterogêneas não podem se desenvolver, os prazeres dos homens permanecem ‘brutos’ e ‘brutais’, e algumas de suas necessidades tornam-se ‘fixas’” (HELLER, 1976).

---

19 Segundo o Google, “Hoje, a batalha pela conquista de corações, mentes e dinheiro é vencida ou perdida em micro-momentos - minúsculos momentos de intenção de tomada de decisão e formação de preferências que ocorrem durante a jornada do consumidor”. Disponível em: <https://bit.ly/3a1ozqf>. Acesso: 12/1/2021.

## O QUE (DIZEM QUE) OS USUÁRIOS QUEREM?

---

No modo de produção capitalista, como expressão da unidade contraditória entre valor de uso e valor, todas as diferentes formas de necessidades acima citadas coexistem, se sobrepõem e disputam espaço nas mesmas mercadorias. No caso do Facebook, por exemplo, seus recursos nos permitem a emoção do contato com parentes e amigos distantes, obtenção de trabalho e reputação e a expressão da livre de opinião, tanto quanto, em busca de audiência lucrativa, seus algoritmos podem polarizar os usuários, causando efeitos exatamente contrários.

Ainda assim, somos cerca de 2,74 bilhões de usuários dessa rede social.<sup>20</sup> Então, quais necessidades buscamos saciar no consumo dessa mercadoria? Em sua própria definição, a plataforma “cria tecnologias e serviços para que as pessoas possam se conectar umas às outras, criar comunidades e expandir seus negócios” (FACEBOOK, 2020). Além disso, muitas pesquisas e suas revisões vêm sendo feitas e, mesmo considerando seus limites<sup>21</sup> (e considerando que apenas iniciamos esses estudos), elas nos fornecem informações e *insights* que, analisados criticamente, estão alinhados com as reflexões anteriores.

Nadkarni e Hofmann (2012) desenvolveram uma revisão de literatura de referência no assunto, concluindo que as pessoas buscam o Facebook principalmente pelas necessidades de pertencimento e autoapresentação. Segundo os autores, “fatores demográficos e culturais contribuem para a necessidade de pertencimento, enquanto neuroticismo, narcisismo, timidez, autoestima e autovalorização contribuem para a necessidade de apresentação pessoal”. Já a metapesquisa de Gadekar (2017), além de se aproximar dessas conclusões, também observou outras motivações, tais como entretenimento e tédio, mercado (de produtos e trabalho), comparação social, atração sexual, além da natureza amigável do aplicativo.

As revisões de Aljasir et al. (2017), Yushi (2020), também não fugiram significativamente das mesmas conclusões, mas ressaltam marcadores metodológicos interessantes ao debate. Dentre uma variedade de teorias psicológicas utilizadas, as pesquisas por eles avaliadas buscaram avaliar as motivações dos usuários a partir da chamada Teoria dos Usos e Gratificações<sup>22</sup>. De pronto, observa-se que essa abordagem reflete tanto um objeto, quanto um olhar estranhado sobre ele. Isso porque, por um lado, ela desconhece as possibilidades do “homem ‘necessitado’ de uma totalidade da exteriorização vital humana”. Por outro, nela só cabem as necessidades homogêneas, necessárias, artificiais e quantificadas. Reproduzindo o mundo pseudoconcreto, tal teoria reflete e normaliza o ser social estranhadamente gratificado, que estabelece com a mídia e seu conteúdo uma relação pragmática e efêmera de um cliente em busca de uma troca razoável (audiência e dados em troca da gratificação de um valor de uso mercadorizado).

De qualquer modo, em busca de pertencimento e autoapresentação, o usuário interagiria com pessoas e grupos com as quais quer (ou precisa) se sentir integrado e, na medida em que estes interagem com ele (ao menos de forma não negativa), essa expectativa poderia ser realizada. Por exemplo, se a obtenção do pertencimento pode oferecer desafios aos mais tímidos em interações mais diretas, o Facebook apresenta-se como uma mediação na qual há recursos para uma interação controlada. Ao invés dele apresentar-se apenas presencialmente e sem necessariamente possuir um gancho favorável, ou ter de disputar a atenção no grupo, na plataforma ele pode “editar” a forma como será percebido. (NADKARNI E HOFMANN, 2013). Nesse sentido, a revisão de Yushi et al. (2020), ao medir a sociabilidade com a régua do “capital social”, relata que “pessoas com baixa autoestima obtêm mais benefícios do Facebook”. Já os mais “ricos” em capital

---

20 Fonte: <https://bit.ly/3ptSii0/>. Acesso em 20/9/2020.

21 Ainda que o detalhamento desses desafios caiba ao tópico seguinte, aqui é conveniente apenas antecipar que a maioria das pesquisas analisadas por essas revisões são antigas, considerando-se o tempo de existência do Facebook e a velocidade das suas transformações. A questão crítica aqui é que muitas refletem um alcance majoritariamente estadunidense e europeu da plataforma, sendo anteriores a predominância global da rede.

22 “Em termos gerais, a teoria relaciona as necessidades psicológicas ao uso da mídia (ou uso de um meio específico) e postula que o público usa conscientemente um meio específico para buscar certas gratificações a fim de satisfazer suas necessidades psicológicas” (GADEKAR, 2017).

social tornariam-se ainda mais ricos, dado o poder de amplificação da autoapresentação e pertencimento da plataforma – o que, em casos específicos, poderia estimular o exibicionismo como forma de investimento, circulação e acumulação de capital social<sup>23</sup>. Também na mesma perspectiva, para Aljasir et al. (2017), a autoapresentação poderia ocorrer aos poucos, com os usuários tendendo “a manter camadas externas protetoras em torno de um núcleo central que significa seu eu interior até obter recompensas que os levam a correr o risco de revelar mais sobre si mesmos”. Por fim, Torbin et al. (2013), ao observarem os comportamentos de espreita (*lurking*) e ostracismo, reforçam as conclusões anteriores, ao afirmarem que a reiterada comparação social dos usuários pobres em capital social no Facebook tenderia a diminuir seu bem-estar. Entretanto, o FoMO (*fear of missing out*, ou medo de ficar de fora) dentre outros fatores, contribuiria para reter tais usuários no aplicativo e nestes hábitos<sup>24</sup>.

Então, a partir dos aportes críticos já trazidos, podemos ir além do que os precários dados empíricos dessas pesquisas puderam nos mostrar. Primeiramente, poderíamos nos perguntar se, assim como em qualquer tipo de mercado, a *timeline* do Facebook também *não é* o espaço onde oferta, demanda e concorrência se equilibram harmoniosamente. Segundo Aljasir et al. (2017), “há um aumento linear tanto na amplitude quanto na profundidade da autorrevelação quando os indivíduos esperam resultados favoráveis”. Mas quais são os resultados “favoráveis” formalizados nos algoritmos, métricas e interfaces do Facebook? Tomando-se emprestado de Barnes (2006) o conceito de paradoxo da privacidade<sup>25</sup>, sabemos que a velocidade desse processo sobre sua amplitude e profundidade não são controlados pelos usuários. A necessidade de valorização do capital social através da autorrevelação poderia fazer com que o usuário sintasse induzido a lançar mão de registros sensíveis da sua vida em busca de *feedback* positivo. As próprias modificações nos algoritmos do Facebook, realizadas a partir de 2016, aumentando o alcance de postagens que expõem a vida pessoal dos seus usuários,<sup>26</sup> caminham nesse sentido e aquecem esse mercado de *likes*.

Como as relações sociais da reificação não estão comprometidas com “o livre fluxo de todas as capacidades e sentimentos humanos”, incluindo nossas personalidades tais como são, a valoração dessas características, principalmente quando mediadas diretamente por mercadorias, seguem outros critérios de valor. Quando Nadkarni e Hofmann afirmam que “os perfis do Facebook podem refletir a persona pública dos usuários, que parece ser moldada e motivada pela necessidade de apresentação pessoal”, isso pode significar, na verdade, que os usuários poderiam ser impelidos a externalizar *selfs*-mercadoria, personalidades estranhas ao seu próprio ser, ou numa intensidade para além de um interesse autêntico. Neste sentido, quando Heller (1976) nos diz que, neste sistema de necessidades “não posso possuir de tal maneira que chegue ao ponto de não querer possuir ainda mais”, isso está em acordo com Grosser (2014), ao afirmar que a autoavaliação por meio de SRS está sujeita “a um desejo profundamente arraigado por mais: um estado de ser onde mais troca, mais valor ou mais comércio é igual a mais valor pessoal”.

Ainda segundo Grosser, um marcador importante da metrificação das necessidades dos usuários são as notificações em vermelho no canto direito da barra de navegação principal da plataforma (local de visão inicial de uma interface, segundo Don Norman, 2008) – que enumeram os pedidos de amizade, mensagens, “curtidas” etc. Após o *login* e durante uma sessão, “os usuários examinam repetidamente esses ícones, procurando reações ao conteúdo que postaram. Em ambos os casos, a presença de um número vermelho e

---

23 Segundo o site [assuperlistas.com](https://assuperlistas.com), em fevereiro de 2020, Neymar tinha 60.026.019 seguidores no Facebook, enquanto, por exemplo, Bolsonaro teria 9.981.148. Disponível em <https://assuperlistas.com/2020/02/18/os-50-brasileiros-com-mais-likes-no-facebook/>. Acesso: 10/6/2020.

24 Optamos, por hora, não considerar pesquisas focadas nos chamados “usos problemáticos” do Facebook. Primeiro, porque a própria definição de usos problemáticos é problemática, dadas as críticas aqui discutidas. Segundo que, mesmo se as considerássemos válidas, as pesquisas apoiadas pelo Facebook (mais precisas experimentalmente) afirmam que essas ocorrências são minoritárias e transitórias (BURKE et al., 2020; ERNALA et al., 2020). Como desconfiamos desses resultados e seus pressupostos, voltaremos a esta questão em estudos posteriores, mesmo correndo o risco de apresentar aqui aspectos parciais e preliminares do debate.

25 Refere-se aos “usuários que afirmam estar preocupados com sua privacidade online, mas ainda divulgam uma quantidade considerável de informações pessoais em seus perfis” (ALJASIR et al., 2017).

26 Ver “Building a Better News Feed for You”, disponível em: <https://bit.ly/3ogsKUg>. Acesso em 20/11/2020.

branco sugere sucesso métrico”, e a quantificação “nos leva à enumeração como a qualidade primária que distingue os usuários uns dos outros”, “um método de separação que distingue o popular do impopular” (GROSSER, 2014).

Essas metrificações, segundo Grosser, aumentariam a pressão social sobre os usuários por mais autoapresentação e engajamento a partir de quatro estratégias: competição, manipulação emocional, reação e homogeneização. Essas estratégias, por sua vez, parecem se relacionar com a Matriz de Manipulação de Nir Eyal (2014), psicólogo e investidor do Vale do Silício. Tomando o fetichismo da mercadoria como um fenômeno positivo, sua matriz parte da ideia de que o sucesso comercial depende justamente não da oferta de objetos que satisfaçam as necessidades (no sentido helleriano), mas que apenas “coçam” as “coceiras” que a necessidade provoca em nossos estados neuropsicológicos, criando uma espécie de “consumo-coceira”. Nas palavras do autor, trata-se da produção de “comportamentos automáticos desencadeados por pistas situacionais: coisas que fazemos com pouco ou nenhum pensamento consciente” (op. cit.) – tudo mediado pela forma-mercadoria. Para Terranova (2012), essas abordagens, expressadas nas interfaces dos usuários, capturam e deformam o processo de significação das necessidades e utilidades que estão em jogo. Através dessas psicotecnologias, a interpretação semiótica e afetiva evitaria a estimulação das atividades neuronais do hipocampo – “onde os neurocientistas geralmente localizam atividades como raciocínio focado e memória de longo prazo” – e seria induzida para o córtex pré-frontal – “que seria ocupado por tarefas rotineiras e memória de curto prazo” (op. cit.).

A Matriz de Manipulação de Nir Eyal se origina a partir de uma série de “conclusões” que, de várias formas, se relacionam ao chamado neuromarketing. Kahneman (2012) sugere que, grosso modo, nosso cérebro tem dois sistemas de cognição. No sistema 1, as decisões são mais baseadas em padrões passados, é mais heurística e rápida. O sistema 2 exigiria maior racionalidade, além da incorporação e processamento de mais informações, exigindo mais esforço cognitivo. Segundo Cialdini (2007), tais características poderiam ser reconhecidas e utilizadas de forma persuasiva em vendas, vida pessoal e carreira profissional. Tal como Eyal, ele prescreve um sistema de criação de gatilhos, reforços, distrações e hábitos para o condicionamento do consumidor em relação às marcas. Fogg (1998), professor de Eyal e de alguns dos principais dirigentes das *big techs*, apoiado no e atualizando o behaviorismo, trás essas abordagens para os dispositivos digitais. Ele cria a Captologia (estudo dos computadores como tecnologias persuasivas), contribuindo indiretamente com o sucesso do Facebook e do Instagram dentre outros<sup>27</sup>.

Normann (2008), Krug (2006) e Nodder (2013) levaram esses princípios para o *design* de interface dos usuários dos dispositivos digitais. Declaradamente movidos pela ambiguidade entre valor de uso e valor das mercadorias (e, com isso, também pela luta concorrencial entre capitais), esses *designers* argumentam que a experiência do usuário precisa ser conduzida pelo sistema 1 de Kahneman. Isso porque o sistema 2 cansa o usuário, aumentando o “custo” desse vínculo, que a qualquer momento poderia ser substituído por uma mercadoria concorrente mais fácil e simples de usar. Consequentemente, a luta concorrencial empurraria a todos para a ativação do córtex pré-frontal, mas não só para ele.

Apoiados por pesquisas das chamadas neurociências, esses cientistas-marketeiros assimilaram o fato de que as decisões humanas nem sempre são racionais. Assim, suas dimensões natural-metabólica (fome, abrigo etc.) e emocional (medo, raiva etc.), ligadas aos sistemas límbico e reptiliano respectivamente (segundo o discutível modelo de MacLean), deveriam ser ressaltadas para o sucesso das vendas. De diferentes formas para esses autores, essa manipulação do sistema de necessidades e da sua significação seria capaz de ativar as recompensas, coçadas e gratificações através da produção de substâncias como a dopamina em nosso sistema nervoso. Como se o consumo e o sucesso concorrencial fossem, em última instância, uma questão de controle sobre a bioquímica cerebral e não um processo sócio-histórico. Assim, decisões e atividades que poderiam envolver trabalho intelectual digital e troca de valores (como a propriedade intelectual de dados pessoais) – dos quais decorreriam consequências concretas ao usuário (como saúde mental e o

---

27 Conforme citado pelo autor em seu site. Disponível em: <https://www.bjfogg.com/>. Acesso em 15/10/2018.



grau de apropriação de riquezas sociais – seriam executadas pelo indivíduo como tarefas heurísticas, gamificadas, divertidas, e não como decisões plenamente conscientes.

Mas as coisas podem não ser exatamente assim. Em 1996, Mithen (2002) fez um profundo e exaustivo levantamento de estudos paleontológicos e paleoantropológicos da evolução da consciência humana e da evolução cerebral dos antropóides até os humanos modernos, cotejando o estado da arte das principais produções científicas até então realizadas. A conclusão categórica é da fluidez cognitiva dos humanos, o que significa que *não há compartimentalização das funções cerebrais*; que o cérebro humano moderno funciona holisticamente; e uma de suas vantagens é a linguagem e a consciência – como antecipado por Vygotsky há um século. Apesar disso, não surpreendentemente, os estudos de Mithen (e de Vygotsky) não são citados por Kahneman, Cialdini ou Eyal.

Ainda que precisemos seguir dando clareza a esse embate, realçando os vínculos entre esse “neuro-mantismo” (SHORE, 1996) e o tecnocapitalismo, e desconstruindo suas premissas a partir da psicologia social sócio-histórica, acreditamos que algumas conclusões já possam ser exploradas. Assim, tais “teorias mercadológicas” sobre as funções cerebrais não passam da busca por justificar o injustificável, dando lustro científico a uma teoria que parte do mundo pseudoconcreto para mantê-lo exatamente reificado nessa condição. Ou seja, a manipulação das subjetividades resultaria mais de recursos ideológicos (travestidos de científicos) do que das características neuropsicológicas alegadas. Por exemplo, o alegado acesso ao sistema límbico (medo, raiva) como forma de persuadir um indivíduo a consumir uma mercadoria (pistola Taurus 9mm<sup>28</sup>) depende da significação, do ilusioamento de uma falsa ameaça como sendo verdadeira para que o indivíduo se comporte “emocionalmente” no ato da compra. Portanto, o desvelamento de tais manipulações deve ser encontrado no sociometabolismo capitalista e não no metabolismo cerebral – e este é um dos desafios da nossa agenda de pesquisa.

De qualquer maneira, nas SRS tais manipulações são amarradas por um *design* de experiência do usuário (*user experience*, UX) capaz de manter nossa atenção retida por estímulos visuais e recompensas intermitentes behavioristas. A UX seria então uma “meticulosa articulação de estímulos e recompensas e da escolha, hierarquia, apresentação e navegação de conteúdos”, além de certas atividades e seus produtos (incluindo os “excedentes cognitivos”), cujo objetivo “é garantir que o usuário permaneça o máximo de tempo e frequência conectado e engajado” em dispositivos digitais (GONÇALVES, 2018). Roger McNamee (2019), investidor de risco e um dos primeiros acionistas do Facebook, admite que “cada pixel em cada tela de cada aplicativo de internet foi ajustado para o máximo de persuasão”. Terranova (2012), a partir de Stiegler (2008), desnuda esse processo afirmando que os SRS e sua UX e operariam

(...) como ‘retenções terciárias’ ou ‘tecnologias mnemotécnicas’ que concretizam modos de ‘psico-poder’ afetando a relação do *self* com o *self* e do *self* com os outros. Atenção é o nome dessa relação entre ‘retenções’ e ‘protenções’, isto é, entre o movimento da consciência que retém o traço do que acaba de passar e sua expectativa do que está por vir. Para Stiegler, nas sociedades modernas, a relação entre retenções e protenções é mediada por aquelas instâncias específicas de retenções terciárias que são as mídias como psicotecnologias.

Por sua vez, Steve Jobs sintetiza a complexidade psicossocial da interface do usuário, ao afirmar que o “*design* não é apenas a aparência e a sensação. *Design* é como a coisa funciona”<sup>29</sup>. Ou seja, a interface do usuário operaria como um *novo outro* meio de sociabilidade, trabalho, construção da realidade e de dimensões subjetivas e externalidades do ser social; como campo e pletor de signos, significados e ideologias de reprodução social. E esses cientistas, psicólogos e marketeiros “atuariam como intelectuais orgânicos das ciências cognitivas, força de trabalho cuja habilidade seria a de coproduzir mercadorias digitais que

28 A Taurus afirma ter vendido 102 mil armas no primeiro semestre de 2020 no Brasil, mais do que o dobro das 50 mil unidades vendidas no mesmo período de 2019, sendo as mais vendidas as pertencentes ao chamado grupo G2 (pistolas ponto 40 e 9mm). Fonte: <https://glo.bo/39hWUck>. Acesso: 18/11/2020.

29 Livre-tradução do autor para “Design is not just what it looks like and feels like. Design is how it works”. Disponível em: [https://www.goodreads.com/author/quotes/5255891.Steve\\_Jobs](https://www.goodreads.com/author/quotes/5255891.Steve_Jobs). Acesso: 20/11/2020.



atuariam também como mediações de segunda ordem<sup>30</sup> (GONÇALVES, no prelo). Nelas, a consciência é isolada em partes funcionais, “podendo assim ser estressadas e instadas, como uma coceira (...) nos orientando, por exemplo, a uma compra, uma ação política, um estado emocional”<sup>31</sup> (op. cit.).

Numa outra leitura crítica, e em acordo conosco até aqui, Bruno, Bentes e Faltay (2020) descrevem essas intenções e sua convergência no que chamam de três camadas da Economia Psíquica dos Algoritmos: a econômica (trabalho e circulação de capital e mercadorias através dos dados), a epistemológica (crenças neopositivistas e “produção de conhecimento sobre indivíduos e populações”), e a gestão e controle comportamental. Nesta última, esses autores, a partir de Seaver (2018), apontam para uma “virada captológica”, onde o foco deixa de ser apenas o desenvolvimento da capacidade de previsão comportamental. “O aumento da capacidade e velocidade de monitoramento e processamento (...) das ações dos usuários *online* torna dispensável a previsão, permitindo que os algoritmos atuem de modo ainda mais performativo”, retendo os usuários-*prosumers*<sup>32</sup> na atenção interativa nos dispositivos e aplicativos (op. cit., 2020). Machado (2019), por exemplo, conseguiu visualizar essa virada em seu estudo de patentes do Facebook. Nelas, a empresa delinea as estratégias captológicas, através de técnicas específicas de recomendação de ação, formas de decidir pelo usuário e predição e inferência mais relacionáveis à modulação comportamental – parte do que Silveira (2017) chama de “modulação algorítmica”.

Com tudo isso, esses sistemas de necessidades e recompensas (ou gatificações) seriam transformados em formas de produção de valor e, conseqüentemente, em trabalho invisível. Chama atenção o paradoxo embutido nessas psicotecnologias digitais, que partem da construção de uma visão de mundo que se configura como dimensão subjetiva da realidade (realidade profundamente reificada). Este é uma *realidade* que resulta da relação entre base e superestrutura como forma de manutenção das relações de produção, através do convencimento de que o mundo funciona assim porque é assim, naturalizando as relações sociais e suas expressões de sociabilidade. *O paradoxo consiste em buscar, nesta condição particular e historicamente determinada, através das manifestações singulares da reação dos indivíduos, a justificativa de suas possíveis necessidades e desejos de consumo.* Na realidade, a liberdade de escolha é limitada à perfumaria oferecida como objeto de consumo para a manutenção da produção capitalista e seu modo de produção. É assim que a participação nas nos SRS se insere no sistema do fetiche da mercadoria e se converte em mercadoria.

## **POR UMA AGENDA SÓCIO-HISTÓRICA PARA A PESQUISA DAS PSICOTECNOLOGIAS DIGITAIS**

---

Por fim, podemos agora fazer uma breve conclusão que aponte para os próximos passos dessas indagações. Especificamente, no sentido do mapeamento e estudo dos elementos mais determinantes da totalidade da mercadoria Facebook e seus similares – e, ainda mais, que contribua com a iluminação das totalidades nas quais elas se inserem. Assim, neste trabalho apontamos que as capacidades do método materialista histórico-dialético para o enfrentamento da relação-mercadoria na era digital, como em todas as outras, depende, em boa parte, da compreensão de que o nexos do mundo humano-social se dá na relação biunívoca entre sua objetividade e sua subjetividade. De forma introdutória e exploratória, buscamos trazer a subjetividade para dentro do debate sobre os SRS, problematizando a categoria necessidade e seus desdobramentos no modo de produção e representação capitalista. E reforçamos o papel dos fenômenos

---

30 Uma boa discussão sobre tecnologias digitais e intelectualidade orgânica pode ser conferida em Alves, Gonçalves e Casulo (2020).

31 Como exemplo dado pelo próprio Facebook, conferir: “Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks” (KRAMER et al., 2013).

32 Em 1980, Alvin Toffler cunhou o amplo termo *prosumers* para os consumidores que, de alguma forma, coproduziam o valor de uso que consumiam.

psicossociais da reificação, do estranhamento e do fetiche da mercadoria nesse contexto. Analisando pesquisas e teorias de cunho neopositivista, buscamos problematizar suas abordagens e conclusões, ao mesmo tempo em que buscamos extrair-lhes *insights* úteis, além de sintetizar todos esses tópicos em hipóteses preliminares. Mas, em especial neste último movimento, a crítica teórica a essas abordagens não é, por si, suficiente para a afirmação de perspectivas científicas emancipatórias.

Hipóteses requerem pesquisas, se não quiserem se limitar ao papel de manifesto. Portanto, neste último tópico, proporemos desafios e agendas genéricas para a continuidade dessa discussão. Reiterando que mesmo essas propostas, dada a etapa inicial da nossa própria pesquisa, provavelmente terão deixado de fora possibilidades e considerações importantes – o que só ressalta o caráter coletivo desse esforço.

Quando havíamos nos referido ao caráter precário das citadas pesquisas sobre os usuários do Facebook<sup>33</sup>, estávamos falando, em parte, de dilemas e limites conhecidos das pesquisas qualitativas, tão caras às ciências sociais. Intencionalmente, vamos iniciar deixando que fale o campo metodologicamente oposto, o das ciências de dados. Segundo Lupton (2015), Gadekar (2017) e Moira Burke (cientista social do Facebook), tais pesquisas nem sempre são bem-sucedidas ao tentarem adaptar metodologias convencionais às mediações digitais. Elas “baseiam-se principalmente em autorrelatos das atividades *online* de uma pessoa, que são difíceis de relatar com precisão, em detalhes e sem serem influenciados por outras questões na mesma pesquisa” (BURKE, CHENG e GANT, 2020). Além disso, a amostragem tenderia a ser problemática, pois geralmente é recortada entre estudantes universitários (no caso, do norte global) e em quantidade longe de ser representativa (dezenas ou menos). Ao contrário, as pesquisas patrocinadas pelo Facebook partem de amostragens alegadamente representativas (milhares, ou milhões), proporcionalmente divididas em sua demografia e se centrariam principalmente nos dados gerados pelo próprio *big data* da plataforma. Outros autores, como os citados Pentland (2014) e Anderson (2008) (que não especificamente se referem ao Facebook), reforçam o poder sobre-humano dos dados digitais apontando seu uso como a nova fronteira das ciências sociais (ou sua própria extinção). Embora este não seja o espaço, basta dizer (1) que as próprias pesquisas do Facebook reconhecem uma série de limites dessa abordagem (ERNALA et al., 2020); e (2), independente do poder financeiro e computacional das ciências de dados, ao não serem obviamente capazes de introduzir dados representativos da totalidade humano-social (uma utopia levada a sério nessa área), todas as suas afirmações, a despeito do seu impacto probabilístico, sempre serão enviesadas e tenderão, na verdade, a reproduzir preconceitos sociais (LUPTON, 2015; FJELLAND, 2020; SVENSSON E GUILLEN, 2020; GROHMANN, 2019; FUCHS, 2017). Ademais, o campo de dados produzido pela plataforma, além de sempre ser acessado com restrições pelos pesquisadores, não está, por óbvio, disponível a todos.<sup>34</sup>

Entretanto, o que realmente queremos fazer aqui são algumas provocações: é possível observarmos empiricamente manifestações da reificação, do estranhamento e do fetichismo relacionados às mercadorias digitais e à datificação do ser social? A aplicação direta da teoria marxista (e, dentro desta, da psicologia social sócio-histórica) na análise de dados secundários é metodologicamente suficiente? Mesmo considerando (e desconstruindo) o fetichismo das ciências de dados e seus limites concretos, devemos descartar o *big data* como corpus de pesquisa, ou os algoritmos e a IA como recursos metodológicos? Ou nossa resposta a essas ciências seria a mera transposição de metodologias qualitativas aos novos desafios de pesquisa ligados às mercadorias e sociabilidade digitalizadas? Haveria aí um ponto de equilíbrio, ou melhor, um método científico dialético capaz de nos ajudar a saber o que perguntar, como apreender e como analisar dados digitais? Isso pode ser feito em combinação com métodos qualitativos? Como? E como isso atualiza nosso campo epistemológico?

Concluimos argumentando que é no citado paradoxo das psicotecnologias digitais que essas perguntas podem, ao menos em parte, começarem a ser melhor compreendidas. Com isso, reproduzimos abaixo o esboço para uma agenda de pesquisa multidisciplinar, apresentada no III Simpósio Nacional Psicologia e Compromisso Social realizado pelo Instituto Silvia Lane em dezembro de 2020. A saber:

---

33 Ver também a nota 22.

34 Para conhecer as pesquisas realizadas sob apoio do Facebook, consultar: <https://research.fb.com/>.

1) Leitura da Teoria do Valor-Trabalho a partir da Psicologia Social: Como a Psicologia Social, ao ajudar a compreender os nexos psicossociais das mediações da relação-valor indicadas por Marx, pode, com isso, melhor compreender como a alienação, o estranhamento, e o fetiche da mercadoria influenciam os objetos de suas pesquisas em geral e em especial no caso das psicotecnologias digitais?;

2) Economia Política das TIC: Da mesma forma, assim como os arranjos econômicos organizados pelas indústrias das TIC podem ser melhor compreendidos com a contribuição dos estudos materialistas da subjetividade, estes também podem ser favorecidos pelos estudos dessas condições objetivas da reprodução social;

3) Epistemologias das Ciências Cognitivas: Quais os fundamentos epistemológicos e teóricos implícitos nas psicotecnologias digitais? Como as ciências cognitivas e o behaviorismo se integram e como contribuímos para sua crítica? Por outro lado, o século XXI é o tempo da IA, da mente estendida. Que tipo de humanização isso pode nos trazer?;

4) Psicotecnologias digitais em si: Revisitar o conceito de psicotecnologias, atualizando-o para o contexto digital. Construir uma perspectiva crítica na Psicologia Social acerca da relação humano-máquina e perceber tal relação a partir de categorias como externalização/reificação, mediação, ideologia e hegemonia dentre outras;

5) Metodologias de pesquisa: Acompanhar e participarmos das discussões metodológicas acerca das pesquisas em ciências sociais, não apenas sobre o impacto das tecnologias digitais, mas do uso delas (como e com que perspectivas) em procedimentos científicos.

## REFERÊNCIAS

---

ALJASIR, Shuaa; Bajnaid, Ayman; Elyas, Tariq; Alnawasrah, Mustafa. **Users' Behaviour on Facebook: A Literature Review.** International Journal of Business Administration, Vol 8, No 7, 2017.

ALVES, Giovanni. **Duplo negativo do capital:** ensaio sobre a crise do capitalismo global. Bauru: Canal 6, 2018.

ANDERSON, Chris. **The end of theory:** the data deluge makes the scientific method obsolete. Science. Wired, 2008. Disponível em: <https://www.wired.com/2008/06/pb-theory/>. Acesso em: 20/11/2020.

ATAIDE, Glauber. **O conceito de reificação em história e consciência de classe, de Georg Lukács.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.

BARNES, S. B. **A privacy paradox:** Social networking in the United States. First Monday, 11(9). <https://doi.org/10.5210/fm.v11i9.1394>, 2006.

BOLAÑO, César RS; VIEIRA, Eloy S. **The political economy of the internet:** Social networking sites and a reply to Fuchs. Television & New Media, v. 16, n. 1, p. 52-61, 2015.

BRUNO, F. G., BENTES, A. C. F., & FALTAY, P. **Economia psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma:** mercado, ciência e modulação do comportamento. Revista FAMECOS, 26(3), e33095, 2019.

BURKE, Moira; CHENG, Justin; GANT, Bethany de. **Social Comparison and Facebook:** Feedback, Positivity, and Opportunities for Comparison. In CHI Conference on Human Factors in Computing Systems (CHI '20), 2020.

CIALDINI, Robert. **Influence:** The Psychology of Persuasion. Nova Iorque: HarperBusiness, 2007.

d'ANDRÉA, Carlos. **Pesquisando plataformas online:** conceitos e métodos. Salvador: EDUFBA, 2020.

DANTAS, Marcos. **Mais-valia 2.0:** produção e apropriação de valor nas redes do capital. Revista Eptic Vol.16 n.2 p.89-112 mai-ago. 2014.

----- **The Financial Logic of Internet Platforms:** The Turnover Time of Money at the Limit of Zero. Triple C. Vol 17 No 1, 2019.

EYAL, Nir. **Hooked:** how to build habit-forming products. New York: Penguin, 2014.

ERNALA, Sindhu Kiranmai; BURKE, Moira; LEAVITT, Alex and ELLISON, Nicole B. **How Well Do People Report Time Spent on Facebook?** An Evaluation of Established Survey Questions with Recommendations. CHI Conference on Human Factors in Computing Systems, 2020.

FACEBOOK. **Termos de Serviço.** Disponível em: <https://www.facebook.com/terms>. Acesso em 26/10/2020.

FJELLAND, R. **Why general artificial intelligence will not be realized.** Humanit Soc Sci Commun 7, 10, 2020.

FOGG, BJ. **Persuasive Computers: Perspectives and Research Directions**. CHI '98 Proceedings of the Conference on Human Factors in Computing Systems. P. 225-232, 1998.

FUCHS, C. **The Political Economy of Privacy on Facebook**. Television & New Media Volume: 13 issue: 2, page(s): 139-159, 2012.

-----, The Digital Labour Theory of Value and Karl Marx. In: Fisher E., Fuchs C. (eds). **Reconsidering Value and Labour in the Digital Age**. Dynamics of Virtual Work Series. Palgrave Macmillan, London, 2015.

-----, **From digital positivism and administrative big data analytics towards critical digital and social media research!** European Journal of Communication. V. 32 issue: 1, page(s): 37-49, 2017.

FURTADO, Odair. **Trabalho e Solidariedade**. São Paulo: Cortez, 2011.

FURTADO, Odair e SVARTMAN, P. Bernardo. Trabalho e alienação. In: BOCK, Ana M.B.; GONÇALVES, M. Graça M. (Org.). **A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica**. São Paulo: Cortez Editora, 2009. cap. 4, p. 73-115.

GADEKAR, Rahul; KRISHNATRAY, Pradeep. **Gratifications of Facebook: A Literature Review**. Online Journal of Communication and Media Technologies, V. 7, Issue: 1, 2017.

GERLITZ, C., & RIEDER, B. **Tweets Are Not Created Equal: investigating Twitter's client ecosystem**. International Journal of Communication : IJoC, 12, 528-547, 2018.

GONÇALVES, Luís HN. **O lugar do homem no mundo da mente estendida**. São Paulo: Cognitio-Estudos, v. 17, n. 1, 2020.

-----, **Economia da Atenção** – nova forma de produção de valor, alienação e controle social. Projeto de Doutorado. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.

GONÇALVES, Luís HN e FURTADO, Odair. **The fake simple exchange between Facebook and its prosumers**. Palermo: Socioscapes, V.2, N° 1, 2021.

GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

GROHMANN, Rafael. **Os rastros digitais na circulação de sentidos: pela desnaturalização e contextualização de dados na pesquisa em comunicação**. São Paulo: Galáxia, n.42, pp.150-163, 2019.

GROSSER, Benjamin. **What Do Metrics Want?** How Quantification Prescribes Social Interaction on Facebook. Computational Culture 4, 2014.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus: uma breve história do amanhã**. Tradução Paulo Geiger. São Paulo: Companhia das Letras, 2016

HELLER, A. **Theory of Need in Marx**. London: Allison & Busby, 1976.

YUSHI, Jiang; Naqvi, Mishal Hasnain; Abbas Naqvi, Muhammad Hasnain: **Psychological predictors of Facebook use: A literature review**. Jersey City: International Journal of Management, Economics and Social Sciences, Vol. 9, Iss. 2, pp. 113-130, 2020.

KAHNEMAN, Daniel. **Rápido e devagar: duas formas de pensar**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

KRUG, Steve. **Don't Make Me Think! A Common Sense Approach to Web Usability**. Berkeley: New Riders, 2006.

LATOUR, Bruno. [3] **Networks, Societies, Spheres** – Reflections of an Actor-Network Theorist] – Keynote Lecture, Annenberg School of Design, Seminar on Network Theories, February 2010, published in the International Journal of Communication special issue edited by Manuel Castells Vol 5, 2011.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social**. 3a edição, São Paulo, Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social I**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

LUPTON, Deborah. **Digital sociology**. New York: Routledge, 2015.

MACHADO, Debora Franco. **Modulações algorítmicas no Facebook: analisando tecnologias de orientação de comportamento a partir de suas patentes**. Revista Eptic v. 22, n.2, 2020.

MARQUES, R. M. **Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo**. **Trabalho & Educação**, [S. l.], v. 27, n. 3, p. 111-130, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9784>. Acesso em: 26 out. 2020.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

----- **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

----- **O Capital**. Volume 1, 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

----- **O Capital**. Volume 3, 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MCNAMEE, R. **Zucked: Waking Up to the Facebook Catastrophe**. Nova York: Penguin Press, 2019.

- MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- . **Estrutura social e formas de consciência II**: a determinação social do método. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MITHEN, S. **A Pré-História da mente**: uma busca das origens da arte, da religião e da ciência. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- MORIN, Edgar. Noção de sujeito. In: In D. F. SCHNITMAN (Org.). **Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade**. Editora Artes Médicas Sul Ltda, 1994.
- MOROZOV, Evgeny. **The Virality of Evil** - How BuzzFeed's translation project will hurt foreign news. Slate, 2017. Disponível em: <https://slate.com/technology/2013/10/duolingo-buzzfeed-partnership-the-translation-project-is-terrible-for-foreign-news.html>. Acesso em 20/11/20.
- . **Big Tech**: A ascensão dos dados e a morte da política. São Paulo: Ubu Editora, 2018.
- NADKARNI, A., & HOFMANN, S. G. **Why Do People Use Facebook?** Personality and individual differences, V.2, 52(3), p. 243–249, 2012.
- NODDER, Chris. **Evil by Design**: Interaction design to lead us into temptation. Indianapolis: John Wiley & Sons, Inc., 2013.
- NORMAN, Donald A. **Design emocional**: por que adoramos (ou detestamos) os objetos do dia-a-dia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Collected Papers of Charles Sanders Peirce**, Volumes 1-2. New York: Thoemmes Continuum, 1997.
- PENTLAND, Alex. **Can we use Big Data to make society better?**. Spiegel-Online vom 26.05.2014.
- ROY, Ankush Sinha. **How does facebook handle the 4+ petabyte of data generated per day? Cambridge Analytica** - facebook data scandal. Medium, 2017. Disponível em: <https://medium.com/@srank2000/how-facebook-handles-the-4-petabyte-of-data-generated-per-day-ab86877956f4>. Acessado em 22/11/2020.
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Tudo sobre tod@s**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições SESC, 2017.
- SHIRKY, Clay. **Cognitive Surplus**. New York, Penguin Books, 2010.
- SOHN-RETHEL, A. **Intellectual and Manual Labour**. London: Humanities Press, 1978.
- SHORE, Bradd. **Culture in Mind**: Cognition, Culture, and the Problem of Meaning, Oxford University Press, pp. 141, 143-4, 1996.
- STIEGLER, B. **Within the limits of capitalism, economizing means taking care**. Ars Industrialis, 2008. Acessível em: <http://www.arsindustrialis.org/node/2922>. Acesso: 10/12/2020.
- SVENSSON, J., & POVEDA GUILLÉN, O. **What is Data and What Can it be Used For?** Key Questions in the Age of Burgeoning Data-essentialism. Journal of Digital Social Research, 2(3), 65–83, 2020.
- TERRANOVA, Tiziana. **ATTENTION, ECONOMY AND THE BRAIN**. CULTURE MACHINE VOL 13, 2012. Disponível em: <https://culturemachine.net/wp-content/uploads/2019/01/465-973-1-PB.pdf>. Acesso: 10/12/2020.
- TONET, Ivo. **Método científico : uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- Tobin, Stephanie J.; Vanman, Eric J.; Verreynne, Marnize; Saeri, Alexander K. **Threats to belonging on Facebook**: lurking and ostracism. Social Influence, 10:1, 31-42, 2015.
- VALENTE, J. **Tecnologia, Informação e Poder**: das plataformas online aos monopólios digitais. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- VYGOTSKY, L.S. **A Construção do Pensamento e da Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



# AS REFRAÇÕES DA ACUMULAÇÃO DO CAPITAL PARA O TRABALHADOR COM FORMAÇÃO SUPERIOR

Juliana Martins

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Dolores Sanches Wünsch

Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS e Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da UFRGS.

**Resumo:** Esse artigo aborda as refrações do atual processo de acumulação do capital para o trabalhador com formação superior. Evidencia características das novas formas de acumulação que incidem na precarização do trabalho, bem como demonstra aspectos da mercantilização e precarização do trabalhador com formação superior na intrínseca relação da educação como mercadoria. Aponta que o atual contexto torna-se exponencialmente agravante para todos os trabalhadores, em especial os inseridos de forma precarizada no mercado de trabalho. Bem como, quando essa realidade se particulariza nos trabalhadores com formação superior constata-se a dupla forma de acumulação do capital, quer seja na venda da educação com mercadoria quanto na subsunção desse trabalhador à precariedade do mercado de trabalho, que não absorve esse contingente de trabalhadores qualificados. Exponenciando dessa forma, a degradação das condições de trabalho, de vida e de sociabilidade humana.

**Palavras-chave:** Precarização do Trabalho, Formação Superior, Saúde do Trabalhador.

## INTRODUÇÃO

Em tempo de capitalismo global surgem novas formas de organização da produção e reprodução do capital que rebatem diretamente nos processos e relações de trabalho. Essas expressam o aumento progressivo da precarização do trabalho e refletem-se na concorrência pelo mercado, assim como, no aumento da lucratividade em contrapartida do enxugamento dos postos de trabalho. Também incidem na intensificação da exploração do trabalhador através da ampliação da jornada e precarização das condições de trabalho que passa a hipersolicitar os profissionais, exigindo polivalência, especialização e reivindicando a sua subjetividade como parte do processo de reestruturação produtiva e da ideologia neoliberalismo.

O processo de precarização demonstra de maneira avassaladora o rompimento causado pela impetuosidade do capital das barreiras que a classe trabalhadora construiu ao longo dos anos através de lutas históricas. Se expressa na perda de direitos conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos. Hoje, se intensifica e se manifesta também nos conceitos de precarização salarial e precarização existencial.

De acordo com Alves (2013), a vigência do trabalho flexível que altera as condições do estatuto salarial (contratação salarial, remuneração e jornada de trabalho) e a maneira como as novas formas de gestão do trabalho incidem no metabolismo social do homem que trabalha. Diante desse cenário, considerando as atuais formas de organização do trabalho, evidencia-se que a predicação do capital alude à “flexibilidade” a qual incide diretamente no mercado de trabalho, na remuneração da força de trabalho, nos direitos sociais e trabalhistas conquistados.

No que se refere à flexibilidade nas modalidades de contratação, essas tornam-se fetiches para os trabalhadores com a promessa de “maior liberdade e autonomia” inclusive na negociação com o empregador. Na realidade é uma forma de fortalecer o capital. São contratações precarizadas que favorecem as empresas, desresponsabilizam-as para como o trabalhador, desmobilizam a coletividade tornando o trabalhador mais precarizado e vulnerável aos ditames do capital. Pois o processo de precarização do trabalho, que se manifesta pelo o aumento da exploração e na perda de direitos, também vai se revelar no aumento do



contingente de trabalhadores desempregados evidenciando assim a condição de precariedade social atual que se expressa numa precarização existencial (ALVES, 2007).

Tal realidade pode ser analisada tendo como referência trabalhadores com formação superior, que acabam sendo fortemente atingidos pelas refrações do atual processo de acumulação do capital, estes passam a compor uma nova camada social: os precariados. Um contingente de jovens com alta qualificação que não são absorvidos pelo mercado de trabalho. São parte da investida do capital na mercadorização da educação, em especial a de nível superior. O afã pela qualificação como possibilidade de melhor colocação no mercado de trabalho é também reflexo da fetichização do capital. Ao mesmo tempo em que lucra com a inserção das pessoas no ensino superior, desvaloriza a força de trabalho, não absorvendo essa camada qualificada de trabalhadores. Contribuindo assim, para aumentar o número de trabalhadores desempregados, que necessitam se submeter a trabalhos sem condições materiais e com condições humanas degradantes incidindo na saúde desses trabalhadores.

Este artigo, portanto, discute o atual processo de acumulação do capital e as formas de precarização para o trabalhador com formação superior, evidenciando num primeiro momento características centrais desse processo. E num segundo momento aponta aspectos da mercantilização do trabalhador com formação superior na intrínseca relação da educação como mercadoria

## **O CAPITALISMO ATUAL: NOVAS FORMAS DE ACUMULAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

---

A reestruturação produtiva, que iniciou na década de 70, com a imposição do toyotismo e de novos modelos de gestão, incidiu diretamente nas relações de produção e de determinação da vida humana com a “captura” objetiva e subjetiva do trabalhador. Transformando também as formas de precariedade, que se converte em precariedade salarial e precarização a qual se configura enquanto precarização existencial.

A flexibilização das relações de trabalho e o acirramento da precarização do trabalho, ganhou força a partir da década de 1990, com a hegemonia do neoliberalismo que acirra as contradições impostas pelo capitalismo global e naquele momento o discurso governamental era de que havia

[...] a necessidade de flexibilizar as relações de trabalho para enfrentar o problema do desemprego e da informalidade, pois se fazia necessário ajustar a regulamentação do trabalho às transformações tecnológicas e de competição contemporâneas. (KREIN, 2018, p.81)

Nesse sentido, visivelmente há um processo de desregulamentação do trabalho com a tendência à flexibilização e diminuição da proteção social caracterizado pela redução do papel do Estado e da fragilização das lutas sociais e papel dos sindicatos, com expressão do ideário neoliberal. O contexto atinge fortemente as relações de trabalho, pois verifica-se a ampliação de contratos temporários associados a redução dos custos e a maior facilidade das empresas em dispensarem os trabalhadores; despadrãoização da jornada de trabalho; remuneração variável; e redução da proteção social com atenção maior ao seguro desemprego e na previdência social. (KREIN, 2018). A lógica é manter o trabalhador em níveis cada vez maiores de insegurança e vulnerabilidade, para que ele mantenha-se na concorrência do mercado de trabalho sujeitando-se às imposições do capital.

Em 2017, foram sancionadas as Leis 13.467 e 13.429 que configuram a Reforma Trabalhista, no Brasil. A primeira altera diversos pontos da Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT enquanto a segunda regulamenta e libera a terceirização do trabalho, inclusive para atividade fim que se expressa em diferentes tipos de contratação como pejetização, contrato de trabalho temporário, trabalho autônomo e cooperativa de trabalho. Essa nova configuração das relações de trabalho que alude à flexibilidade “enfeitiça” os trabalhadores com promessa de “liberdade”, uma vez que o discurso é de que com a reforma o trabalhador estaria

sob comando dele mesmo, com a possibilidade de tomar decisões por si mesmo e de decidir quando, onde e como trabalhar.

Contudo, os trabalhadores que são destituídos dos meios de produção, jamais serão “donos de si”. O feitiço da flexibilidade do trabalho esconde o agravo da captura da subjetividade, pois o tempo de vida, da família, do lazer, torna-se tempo de trabalho. Afinal, o trabalhador necessita manter-se no mercado de trabalho para satisfazer suas necessidades de sobrevivência e a flexibilidade traz consigo um alto poder de descartabilidade do trabalhador. Para além, enaltece a individualidade, a competitividade enfraquecendo a coletividade dos trabalhadores e, portanto, sua construção enquanto classe trabalhadora capaz de superar o modo de produção vigente.

O toyotismo e o espírito da flexibilidade se apropriaram da vida social, de forma cruel e contraditória, pois

[...] o sujeito que colabora se estressa com a intensificação da manipulação visando à produção de necessidades supérfluas (vida “capturada”), sendo interpelado, com recorrência, para aquisitividade de mercadorias. O tempo de vida torna-se perversamente tempo de consumo manipulado como consumismo. (ALVES, 2013, p.242)

Assim, o capitalismo reivindica toda a energia do trabalhador na medida em que exige trabalhadores qualificados, polivalentes e disponíveis às suas imposições. Na era da flexibilidade e do acirramento da individualidade, concorrência e da descartabilidade, torna-se simples ao capital a substituição de um trabalhador por outro. Assim, os trabalhadores são regidos pelo medo e a precarização do trabalho se constitui como precarização existencial.

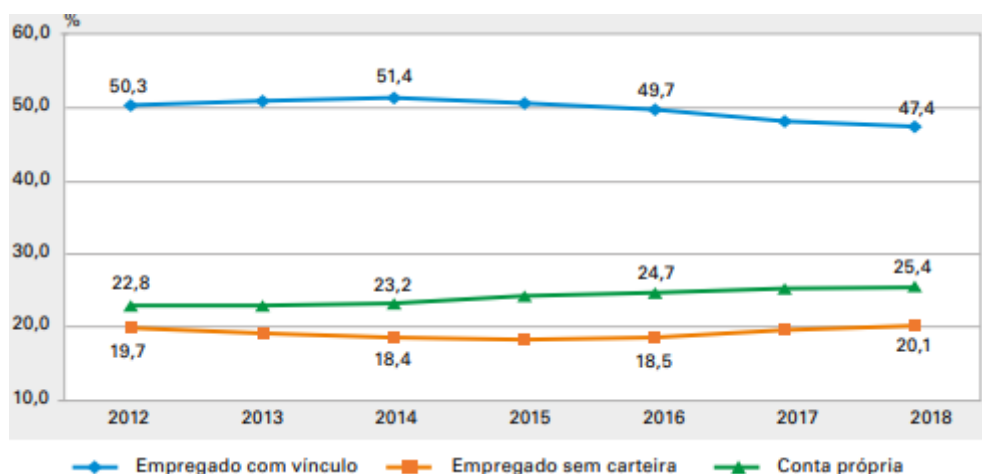
O relatório do IBGE de 2018, que sintetiza os indicadores sociais da PNAD realizada entre os anos de 2012 a 2017 traz que “[...] o nível de instrução é uma das características que contribuem para diferenças na inserção na força de trabalho”, pois quanto maior o nível de instrução, maior também é o nível de participação no mercado de trabalho. Porém revela que a partir de 2014 houve um aumento das taxas de desocupação e subutilização da força de trabalho, inferindo que grande parte do contingente de trabalhadores que estavam inseridos no mercado de trabalho passaram a fazer parte da população desempregada ou subutilizada.

Assim, também indica que esse fator influenciou a degradação das condições de trabalho daqueles que se mantiveram vinculados ao mercado de trabalho. Ainda de acordo com a pesquisa, as pessoas com ensino superior foram as menos afetadas, porém o rendimento habitual do trabalho das pessoas mais escolarizadas decaiu a partir de 2015. O que sugere que as “[...] vagas que requerem maior qualificação tendem a ser mais preservadas em cenário de crise econômica, mas também que há mais pessoas escolarizadas ocupando vagas com pior remuneração”. (IBGE, 2018, s/p.)

Ou seja, para manter-se “úteis” e ativas economicamente, o trabalhador termina por submeter-se a qualquer trabalho, mesmo que esse não seja a sua área de formação. Pois “a ocupação, uma arte quase instintiva da humanidade, em si e para si irrepreensível, torna-se, em virtude do excesso de trabalho, destruidora do homem” (MARX, 1996, p. 370)

Tem-se observado, portanto, que os trabalhadores que foram “descartados” pelo mercado formal de trabalho, procuram alternativas para manterem-se ativos, evidenciado pelo aumento da informalidade e pela diminuição de trabalhos com carteira assinada, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Participação dos trabalhadores com 14 anos ou mais de idade em categorias de posição na ocupação definida - 2012 a 2018



Fonte: IBGE, 2019

Cabe ressaltar que as transformações nas configurações do trabalho, impostas pela reestruturação produtiva, associadas ao contexto neoliberal faz com que o contexto atual seja marcado pelo o aumento da concentração de renda e, conseqüentemente, as desigualdades sociais (WÜNSCH; MENDES, 2014). Dessa forma, há uma reconfiguração nessas desigualdades sociais, que se apresentam como fatores econômicos, sociais, culturais e de saúde.

Da mesma forma, ampliam-se as exigências do trabalhador, o qual necessita ser cada vez mais polivalente, multifuncional, o que pode impactar na sua saúde dos mesmos tendo em vista essa hipersolicitação dos serviços. Assim, além de ter o acúmulo de trabalho, tem-se a necessidade de responder ao maior número de demandas em menor tempo, sujeitando a realização de um trabalho mecanizado, alienado e fragmentado.

Essa “nova” realidade torna-se exponencialmente maior aos trabalhadores que realizam atividades sem vínculos trabalhistas ou como autônomos, pois a precarização das condições de trabalho é mais evidenciada nesses contextos. Nessas “modalidades” o trabalhador geralmente está desprotegido socialmente, possui salários reduzidos e são absorvidos pelo sistema como “coisas”. Para o sistema capitalista, essas pessoas possuem a força de trabalho com menor valor de mercado e estão ainda mais sujeitos às artimanhas e exigências impostas pelo contexto do mundo do trabalho.

Bem como esses trabalhadores estão expostos a uma ampliação do processo de alienação, que pode ser demonstrado, por exemplo, pelos trabalhadores que prestam serviços através dos aplicativos de entrega, que são obrigados a comprar a *bag* própria da empresa, muitas vezes precisam alugar o meio de transporte (bicicleta ou motocicleta) e ainda são submetidos a várias viagens carregando peso nas costas. Esses trabalhadores possuem condições de trabalho extremamente precarizadas. Uma vez que não possuem salários, ganham conforme a quantidade de entregas que realizam. Não obstante, ainda realizam esse trabalho sem condições humanas, assim como condições materiais disponibilizadas pelas empresas no que condiz a um local onde possam descansar, usar banheiro, comer.

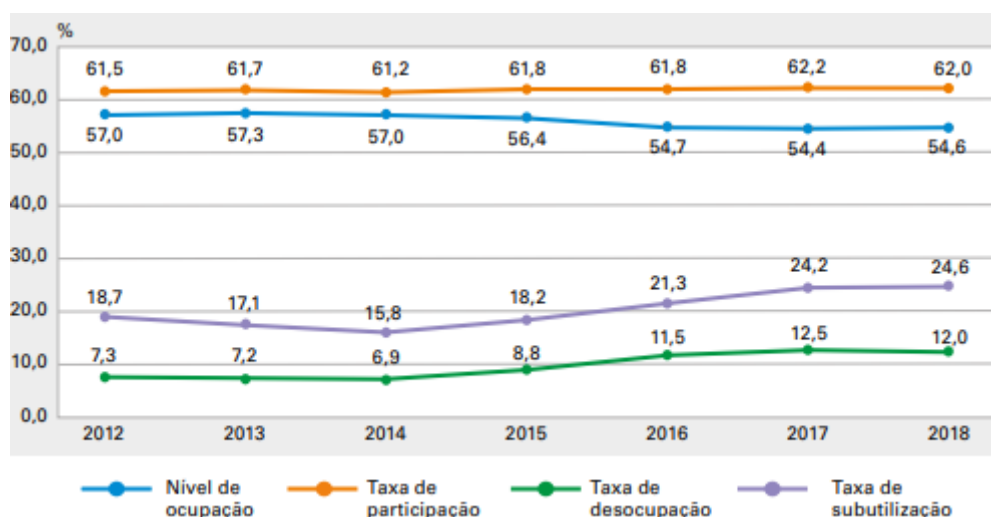
Essa organização do modo de produção com suas novas e velhas formas de degradação humana, causa impactos nos modos de vida e conseqüentemente na saúde do trabalhador uma vez que as condições de trabalho são cada vez mais precarizadas e a exigência do sistema, no que condiz ao trabalho e a necessidade de produção dos sujeitos, faz com que não se tenha mais separação do tempo de vida e tempo de trabalho. O nível de precarização evidenciado pela barbárie social exposta, reflete no processo saúde-doença dos trabalhadores onde o nexo causal entre o adoecimento e o trabalho deve ser evidenciado. Sobre isso Marx reflete:

O capital não tem, por isso, a menor consideração pela saúde e duração de vida do trabalhador, a não ser quando é coagido pela sociedade a ter consideração. À queixa sobre degradação física e mental, morte prematura, tortura do sobretrabalho, ele responde: Deve esse tormento atormentar-nos, já que ele aumenta o nosso gozo (o lucro)? (MARX, 1996, p.383)

Ou seja, qual é o interesse do capital em reconhecer o nexo causal entre adoecimento e trabalho quando esse fator impacta diretamente no seu lucro? Ora, vivemos na era da descartabilidade dos trabalhadores. A máxima aqui é a (re)produção, a exploração e a mais-valia. O trabalhador só atinge patamar de importância enquanto peça fundamental para esse processo, ademais considerando outras condicionalidades, a futilidade do capitalismo o torna descartável.

Antunes refere que o exponencial crescimento do “[...] processo tecnológico-informal-organizacional eliminará de forma crescente uma quantidade incalculável de força de trabalho que se tornará supérflua e sobranete, sem empregos, sem seguridade social e sem nenhuma perspectiva de futuro”. (ANTUNES, 2018, p.43). Isso se torna evidente a partir do gráfico a seguir que mostra o aumento da taxa de desocupação e da taxa de subutilização nos últimos anos.

Gráfico 2: Indicadores selecionados do mercado de trabalho – Brasil 2012 - 2018



Fonte: IBGE, 2019

Essas novas configurações do trabalho, atingem todos os trabalhadores incluindo os que possuem formação superior uma vez que, com as novas leis trabalhistas, há um aumento no processo daquilo que Antunes (2018) chama de “pejotização das profissões”, como por exemplo, médicos, advogados, psicólogos, entre outras que atuam como autônomos na prestação do serviço.

Denota-se uma era de intensos retrocessos, onde a precarização do trabalhador, no que condiz sua vida, seu trabalho e proteção social, expande-se para uma precarização social e que incide em outras instâncias a favor do capital.

## A MERCANTILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHADOR COM FORMAÇÃO SUPERIOR E A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA

O cenário de precarização do trabalho e sua manifestação sobre a sociabilidade e condições materiais da classe trabalhadora, subjuga o conjunto dos trabalhadores a venderem sua força de trabalho direta ou indiretamente uma vez que necessitam satisfazer suas necessidades básicas para a manutenção da vida.

Uma expressão dessa realidade são os trabalhadores com formação superior que se encontram inseridos de forma precarizada nesse mercado de trabalho. Alves versa sobre uma nova camada da classe social dos proletariados, são os chamados “precarizados”. “[...] constituída especificamente por jovens adultos altamente escolarizados imersos em relações de trabalho e emprego precário”. (ALVES, 2013, p. 241)

Esse fato expressa que o precariado representa um grande contingente de jovens altamente qualificados que são desperdiçados pelo capital, uma vez que o mercado não tem condições de absorvê-los. Alves reflete que essa “é uma camada social caracterizada especificamente pela frustração com suas expectativas de carreira profissional e realização profissional”. (ALVES, 2013, p.242)

Atrelado ao capitalismo manipulatório que traz consigo a ilusão de compatibilização entre a “[...] economia de mercado nas condições da mundialização financeira com bem-estar social numa sociedade democrática de direitos” (ALVES, 2013, p.243) Ou seja, é um projeto de educação que tem na sua pedagogia de escolarização superior a lógica do capital, na qual os jovens precisam desenvolver certas habilidades e aptidões, adaptar-se à lógica just-in-time, em um mundo do trabalho que não lhe garante a absorção no mercado de trabalho. Mas, no entanto, válida a disponibilidade e resistência desse jovem de adaptar-se a diferentes trabalhos, de ter trajetórias de trabalho intermitentes e muitas vezes precarizadas. (ALVES, 2013)

Aqui reside o caráter perverso do capital, pois o precariado já vive com o fantasma da não absorção da sua força de trabalho pelo mercado de trabalho e, portanto, se vê obrigado a submeter-se a trabalhos precarizados uma vez que necessita satisfazer suas necessidades básicas, para manutenção da sua sobrevivência. Tal realidade que atinge trabalhadores com formação superior, é parte da investida do capital na mercadorização da educação, em especial a de nível superior.

### **Reflexos da Mercadorização do Ensino Superior.**

Como já assinalado, vive-se um período de grande retrocesso social no que tange às políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do país. São medidas que assolam a seguridade social e que também atravessam o trabalho e a educação refletindo processos de precarização em todas as instâncias. Da mesma forma, demonstra a tensão entre os projetos societários em disputa e evidencia um projeto de governo que vai ao encontro dos interesses das classes dominantes.

Denotando o exposto acima, Maciel (2019) realizou um compilado de medidas e posições tomadas pelo governo atual que vão desde a educação infantil até a educação superior, as quais corroboram com o processo de intensificação da precarização da educação. Entre elas estão:

[...] redução do financiamento da educação [...] 2) retração dos recursos das agências de fomento [...]; 3) recolhimento de bolsas no âmbito da pós- graduação stricto sensu seguido da devolução de parte delas, a partir de um critério exclusivamente meritocrático, ou seja, para os Programas com notas mais elevadas; 4) desmonte institucional de órgãos e políticas educacionais (com destaque para os que se propunham a enfrentar as desigualdades e assimetrias educativas); 5) promoção e valorização de programas e iniciativas com conteúdo ideológico conservador [...]; 6) e desconsideração pelos órgãos que se destinam a diagnosticar e monitorar os indicadores educacionais do país [...] (MACIEL, 2019,p. 01)

Essas ações denunciam o momento conservador em que estamos vivendo e a tentativa de desmonte das políticas e instituições públicas, uma vez que o sucateamento delas “justificaria” a ascensão do privado sob o público. Com relação à educação superior não é diferente, são tempos obscuros em que há uma ameaça constante à universidade pública, gratuita e de qualidade. São tempos em que os projetos como o Future-se, que possibilita as parcerias de organizações sociais com as instituições de ensino públicas, colocam em xeque a liberdade didática com que se desenvolve a integração entre ensino, pesquisa e extensão na produção e difusão dos conhecimentos construídos. Iamamoto (2012) defende a preservação de

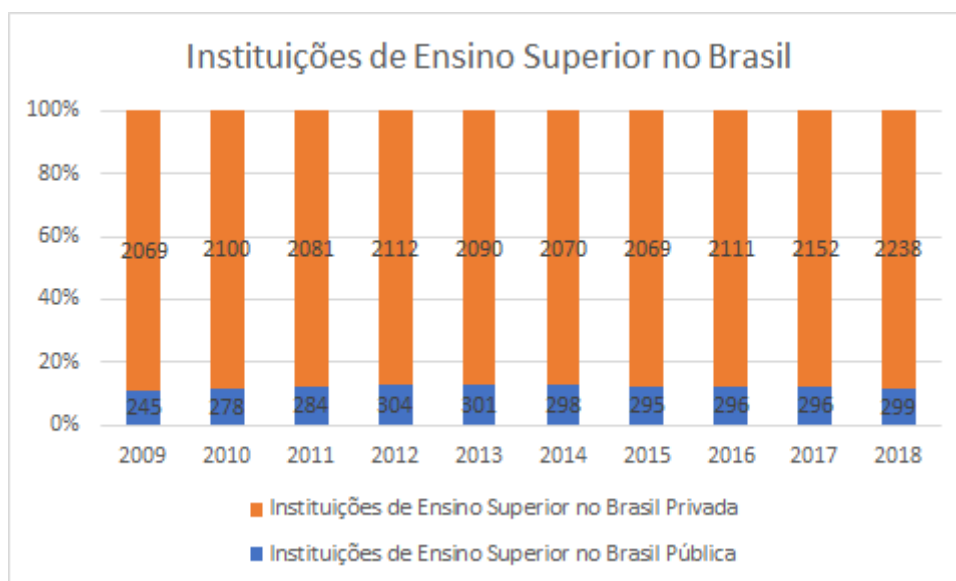
[...] uma universidade que seja um centro de produção de ciência, de tecnologia, do cultivo de artes e das humanidades; também uma instituição voltada à qualificação de profissionais com

alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado. A universidade que se defende é aquela que cultiva razão crítica e o compromisso com valores universais, coerente com sua função pública, não limitada e submetida a interesses particulares de determinadas classes ou frações de classes [...] (IAMAMOTO, 2012. p 432)

Porém atualmente, cresce significativamente o número de instituições privadas ofertando cursos de ensino superior e/ou tecnólogos com o intuito de formar mão-de-obra qualificada. Segundo a autora, a política utilizada pelos últimos governos é de conferir a lógica mercantil e empresarial às universidades brasileiras, o que estimula e justifica a sua privatização. A ideia é de poder compatibilizar os resultados das pesquisas dentro das universidades com a financeirização do capital. Tornando tudo o que é produzido e empregado na produção, fonte de lucro para as empresas “parceiras”. (IAMAMOTO, 2012)

Esse é um movimento sorrateiro, mas que aos poucos vêm ganhando espaço dentro da política de educação. Haja vista o número a razão entre o número de instituições de ensino superior públicas e privadas

**Gráfico 5:** Instituições de Ensino Superior no Brasil

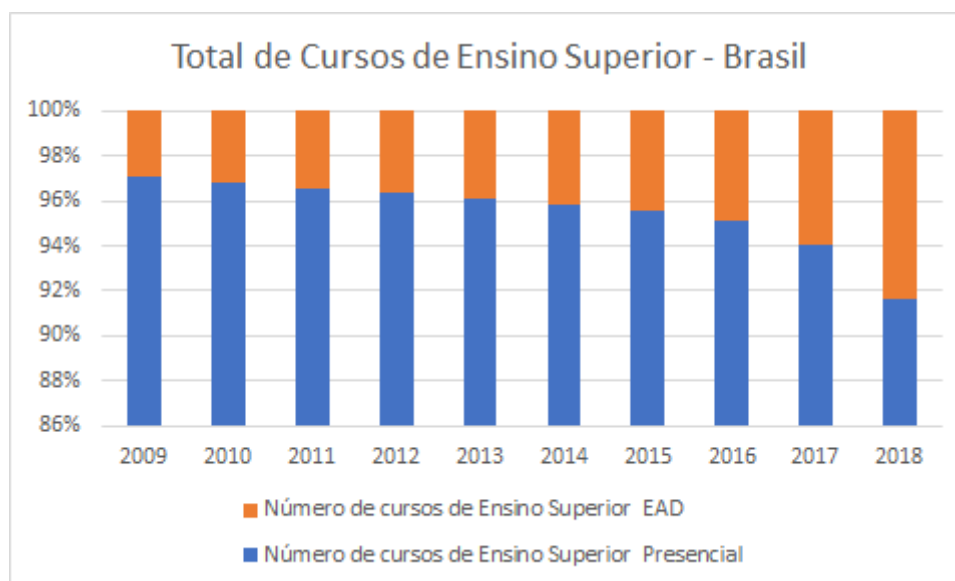


Fonte: Censo da Educação Superior 2018

A lógica mercantilista da educação superior e a privatização do mesmo estimulam para que as Universidades tornem-se operacionais e que sejam orientadas ao alcance de resultados e objetivos como dita o capital. Perde-se assim o caráter crítico, a luta pela autonomia do conhecimento e a politização dentro da formação profissional. Assim como, perdem-se pessoas que estejam alinhados com o desenvolvimento da sociedade e das classes subalternas. A transformação das universidades em “centros de treinamento” abriu caminho para a expansão dos cursos em EAD no país, que aumentam a cada ano, como mostra o gráfico a seguir.



Gráfico 6: Total de Cursos de Ensino Superior no Brasil



Fonte: Censo da Educação Superior 2018

O que se observa é um relativo aumento da oferta de cursos em EAD e a diminuição da oferta de cursos presenciais. A mercantilização do ensino superior possibilita o aumento do número de pessoas que conseguem acessar o ensino superior, o que pode ser um avanço no desenvolvimento do país. O que se critica são as condições e a qualidade dessa educação ofertada. Bem como, a lógica para que/quem ela está servindo? Observamos um aumento no número de cursos ofertados pelas instituições, que contribuem para a elevação de pessoas com nível superior na sociedade, mas será que o mercado de trabalho consegue absorver essas pessoas? Quais tipos de qualificações interessam ao mercado de trabalho? E ainda, qual é a relação de trabalho que as pessoas com formação superior estão estabelecendo dentro do mercado?

Essas questões denotam que o surgimento dessa nova camada social de *precarizados* também é reflexo desse período de grande retrocesso social que vivemos e que assola as políticas públicas essenciais para o desenvolvimento do país. São medidas que devastam a seguridade social e que atravessam o trabalho e a educação refletindo processos de precarização em todas as instâncias. Da mesma forma, demonstra a tensão entre os projetos societários em disputa e evidencia um projeto de governo que vai ao encontro dos interesses das classes dominantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações nas configurações do trabalho, impostas pela reestruturação produtiva, associadas ao contexto neoliberal incide diretamente nos trabalhadores de forma objetiva e subjetiva. Ampliam-se as exigências do trabalhador, o qual necessita ser cada vez mais polivalente e multifuncional. Isso pode impactar na sua saúde dos mesmos tendo em vista essa hipersolicitação dos serviços.

Essa “nova” realidade torna-se exponencialmente maior aos trabalhadores que realizam atividades sem vínculos trabalhistas ou como autônomos, pois a precarização das condições de trabalho é mais evidenciada nesses contextos. Nessas “modalidades” o trabalhador geralmente está desprotegido socialmente, possui salários reduzidos e são absorvidos pelo sistema como “coisas”. Para o sistema capitalista, essas pessoas possuem a força de trabalho com valor “flexível”, ou seja de acordo com o mercado e estão ainda mais sujeitos às artimanhas e exigências impostas pelo contexto do mundo do trabalho.

A organização do modo de produção com suas novas e velhas formas de degradação humana, causa impactos nos modos de vida e conseqüentemente na saúde do trabalhador. As condições de trabalho são cada vez mais precarizadas, a exigência do sistema no que condiz ao trabalho e a necessidade de produção dos sujeitos, faz com que não se tenha mais separação do tempo de vida e tempo de trabalho.

Tais configurações do trabalho atingem todos os trabalhadores incluindo os que possuem formação superior uma vez que com as novas leis trabalhista há um aumento no processo daquilo que Antunes (2018) de “pejetização das profissões”. Evidencia-se, nesse sentido, uma estratégia do capital de mercadorização do ensino superior com o surgimento de inúmeras instituições de ensino superior e a exigência de alta qualificação para a ocupação de cargos no mercado de trabalho formal. Assim, o que acontece é a fetichização de que a qualificação garante a inserção no mercado de trabalho formal. O que ocorre é o aumento expressivo do contingente de profissionais com formação superior e altamente qualificados que não são absorvidos pelo mercado de trabalho formal e conseqüentemente impelidos a submeter-se a qualquer tipo de trabalho.

Ou seja, a perversidade do capital se expressa na lucratividade por duas vias no que tange esse contexto, uma vez que lucra com a mercadorização do ensino superior, lucra também com o aumento do exército industrial de reserva, atingindo a classe trabalhadora com a degradação das condições de trabalho, de vida e de sociabilidade humana. Vive-se uma era da *barbárie social* que leva a refletir e se interrogar sobre o limite do capitalismo na relação com o trabalho humano.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios da sociologia do trabalho. 2 ed. Londrina: Praxis; Bauru: canal 6, 2007.
- ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho – a questão social no século XXI. Revista Textos e Contexto, Porto Alegre, v.12, n.2, 2013, p. 242
- ALVES, Giovanni. Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho, Bauru: Canal 6, 2013, p. 241-243.
- ANTUNES, Ricardo. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços da era digital. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2018, p.43 (recurso eletrônico)
- BRASIL. Lei 13.267 de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 10 de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/Lei-13467-2017.htm> Acesso em 20 jun 2019.
- BRASIL. Lei 13.429 de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei no 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13429.htm) Acesso em 20 jun 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa. Sinopse Estatística da Educação Superior. 2017 – 2019.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 432.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. n.39, 2018
- INSTITUTO BRASILEIRO DE PESQUISA E ESTATÍSTICA. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2019
- KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: conseqüências da reforma trabalhista. Tempo Social. USP. v 30. n. 1. 2018. p. 81, 97
- MACIEL, Ana Lúcia Suarez. A conjuntura atual da Pós-Graduação no Brasil: Rebatimentos nas humanidades e no Serviço Social. In: Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília - DF. nov, 2019
- MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. v.1, livro primeiro, tomo I. São Paulo: Nova Cultura. 1996, p. 370, 383
- WÜNSCH, Dolores Sanches; MENDES, Jussara Maria Rosa. Processos de trabalho e a instrumentalização do trabalho profissional nas dimensões da competência profissional. In: LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sergio Antonio (Org.). Supervisão de Estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente. Porto Alegre: PROEXT/UFRGS, 2014, p. 69-82

# AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL E AVALIAÇÕES EXTERNAS EM MINAS GERAIS: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE NA REDE ESTADUAL DE ENSINO EM UBERLÂNDIA – A PARTIR DOS ANOS 2000

Elizeth Rezende Martins da Silveira

UFU, elizethrm@yahoo.com.br

Fabiane Santana Previtali

UFU, fabiane.previtali@gmail.com

Apoio Fapemig e CNPq

**Resumo:** O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza teórica, em andamento, no âmbito do programa de Doutorado na Universidade Federal de Uberlândia. Busca analisar as políticas de Avaliação externa e Avaliação do Desempenho Individual docente, como novas formas de regulação e controle do trabalho docente na Educação Básica da rede pública de Minas Gerais, na cidade de Uberlândia/MG. O objetivo é compreender como se materializam essas ferramentas avaliativas no trabalho dos docentes da Rede estadual. A partir desses processos avaliativos o governo tem imposto diferentes demandas e intenso controle sobre o fazer docente, promovendo muitas interferências no seu cotidiano pedagógico e nas condições de trabalho. Realiza-se uma aproximação com relação ao tema trabalho e as novas formas de controle sobre o trabalho docente na educação básica da rede pública. Recorre-se às pesquisas bibliográfica – recuperação e análise de produções científicas (teses, dissertações e artigos científicos) – e documental. Faz-se a análise dos documentos governamentais e institucionais encontrados no site oficial da SEE/MG e órgãos relacionados, legislações estaduais e nacionais que regem a área de educação no Brasil e demais textos de suporte teórico à pesquisa. Tem-se como **tese** que as exigências postas pelo Estado frente às reformas educacionais ocorridas, a partir dos anos 1990, tem implicado em acréscimo de funções e maior controle do capital sobre o trabalho do professor, gerando efeitos negativos sobre o seu fazer docente e a dinâmica escolar. Estabeleceu-se como **hipótese** que a partir da expansão das avaliações da qualidade do ensino básico e das avaliações do desempenho profissional docente, enquanto ferramentas de controle tem conduzido à precarização e à intensificação do trabalho docente. Nesse viés, pretende-se analisar as novas configurações que o trabalho docente vem assumindo a partir das transformações no mundo do trabalho, em consequência de fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que se processam nos últimos anos. Tem como premissa instigar debates sobre o tema e suscitar mais reflexões à medida que apontará elementos em torno das condições de trabalho atuais, do grau de expropriação e a precarização do trabalhador em geral, e dos docentes, num contexto de grande controle gerencial sobre o trabalho docente.

**Palavras-chave:** Trabalho docente. Avaliação de desempenho individual. Reformas educacionais.

## INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1990 a agenda política passou a ser mundializada, portanto, houve a incorporação de reformas educacionais voltadas à lógica gerencial, em busca de um modelo a partir do qual os processos regulatórios de controle do trabalho, usados no mercado, seriam implementados no setor educacional.

Face ao excesso de cobranças nos processos de avaliação do docente, a organização e o trabalho docente na escola pública do estado de Minas Gerais têm sido reconfigurados, sobretudo a partir da instalação de programas de avaliações padronizadas, gerando um processo de intensificação, na medida que os profissionais acumulam frequentemente mais responsabilidades quanto ao cumprimento de metas, incentivadas, algumas vezes, por premiações e bonificações. Diante disso, parte do trabalho tem sido realizado fora do horário de trabalho, tais como: planejamento de aulas, preparo, execução e participação em reuniões administrativas e de pais, treinamentos, entre outras demandas de caráter burocrático e/ou administrativo.

Ressalte-se que avaliação docente na Educação básica vem se transformando no fio condutor das políticas educacionais, por meio das quais se exerce o controle do trabalho de professores, gestores e escolas.

Estas novas formas de avaliação e monitoramento do trabalho docente impactam a subjetividade dos profissionais gerando adoecimento físico e mental, estresse, medo e angústia, até a Síndrome de Burnout resultante do esgotamento profissional físico, uma vez que estes profissionais tornam-se apenas executores de ações e programas educacionais desgastantes e que demandam muita responsabilidade, sendo ainda exercidos de forma unilateral. Os docentes sofrem pressões constantes devido a necessidade de atuar com eficiência e produzir resultados satisfatórios.

Hypólito (2010) também acrescenta que, face às novas responsabilidades apresentadas aos docentes, introduz-se um processo de alteração e fabricação de subjetividades docentes. Ademais, há uma clara valorização do individualismo em detrimento das formas colaborativas e atividades profissionais não pragmáticas, que se voltam para questões gerais acerca da prática e das finalidades da Educação, são desestimuladas.

Em razão de tais processos, professores e professoras, tem enfrentado a intensificação do trabalho que ocorre devido ao acúmulo de tarefas e a cobrança que se dá por meio dos programas de controle de qualidade impostos pelo governo Mineiro. Nesse sentido, insere-se o nosso interesse em viabilizar essa pesquisa acerca das novas formas de avaliação e controle do trabalho docente na rede pública de educação básica.

Nesse sentido, conforme Ball (2002) ainda ressalta que a própria sociabilidade docente modifica-se nesse contexto: em uma cultura que valoriza o desempenho e a performance, o individualismo, a competitividade e a individualização do trabalho tornam-se crescentes. O autor interpreta que “[...] as tecnologias políticas da reforma da Educação não são simplesmente veículos para a mudança técnica e estrutural das organizações, mas também mecanismos para reformar professores e para mudar o que significa ser professor.” (BALL, 2002, p. 5).

Parte-se do pressuposto que, a partir das reformas educacionais implementadas, a partir dos anos 1990, houve um acelerado processo de precarização e intensificação do trabalho docente que, ligado aos novos modelos de regulação educativa impõem um rígido monitoramento sobre os resultados, a saber: a Avaliação de Desempenho Individual (ADI) e Avaliações externas. Entre os anos 2000 à 2006 estas últimas foram implementadas no âmbito de Minas Gerais. Já a Avaliação de desempenho Individual enquanto política regulatória foi implantada, em 2003, como umas das ações da Reforma Gerencial do governo, assim denominada *Choque de Gestão*.

A Avaliação de desempenho individual faz parte de uma política de recursos humanos que visa estimular e avaliar a produtividade docente na rede estadual Mineira. Vem sendo utilizada enquanto ferramenta de gestão cuja ênfase recai no estabelecimento de metas e resultados pré-estabelecidos por meio de exigências legais. Por esse viés de análise, é sugestivo apontar que por meio da ADI, mede-se o resultado entre o esperado e o alcançado pelos servidores no âmbito das organizações escolares estaduais. A citada Avaliação de Desempenho Individual (ADI) é aplicada aos servidores estáveis ocupantes de cargo de provimento efetivo, detentores de função pública e detentores, exclusivamente, de cargo de provimento em comissão. Conforme exposto, diante da cultura de desempenho que vem sendo instalada, por meio da qual está substancia a ADI, os professores e a escola tem que se adequar às novas definições com vistas a melhorar a sua produtividade para que não sofram punições, ao não atingirem as metas de produtividade padronizadas. Dentre estas punições, conforme a Lei Complementar nº 71, de 30 de julho de 2003, em seu artigo 8º, estabelece que, nos casos de servidor com desempenho insatisfatório, há o instituto da perda do cargo (MINAS GERAIS, 2003). De acordo com art. 2º dessa lei, será considerado insatisfatório o desempenho dos servidores que obtiverem resultado inferior a 50% da pontuação máxima atribuída na avaliação.

Dentre os objetivos da Avaliação de desempenho individual destacam:

- I: valorizar e reconhecer o desempenho eficiente do servidor;
- II: identificar ações para o desenvolvimento profissional do servidor;
- III: aprimorar o desempenho do servidor e dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, contribuindo para a implementação do princípio da eficiência na Administração Pública;
- IV: ser instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais. (UBERLÂNDIA, 2018, p. 7-8).

A cobrança por produtividade dos docentes tem sido mais definida e desmedida com a realidade educacional por parte do governo estadual Mineiro, entretanto, sem oferecer-lhes os insumos e condições de trabalho adequados e compatíveis com a execução da maioria das tarefas monitoradas no decurso da avaliação de desempenho, de forma anual. Assim, professores e professoras tem sido subordinados ao aumento significativo de atividades em razão de práticas administrativas controladoras que figuram com a extensão da sua jornada de trabalho e a diminuição da autonomia. Todos esses fatores apontam para um rígido processo de precarização e intensificação do trabalho que se traduz em efeitos negativos sobre o educação na rede pública. A partir destas questões é preciso problematizar os princípios preconizados nas citadas avaliações e os evidenciados na prática docente. Isso será analisado no presente estudo com vistas a compreender como se materializam na organização escolar e no trabalho docente da educação básica de Minas Gerais.

Face a estas questões tem-se como *objetivo geral* no presente estudo em andamento: Analisar e compreender os efeitos das políticas de avaliação e controle do trabalho docente, em particular a Avaliação de Desempenho Individual (ADI) e avaliações externas na Rede Estadual Mineira na cidade de Uberlândia, a partir da década de 2000.

## **A REESTRUTURAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: IMPLICAÇÕES NO TRABALHO DOCENTE NA REDE PÚBLICA BÁSICA**

---

As transformações observadas no mundo do trabalho, nos últimos anos, associadas às mudanças tecnológicas e à reestruturação produtiva, têm produzido efeitos nas instituições escolares da rede pública de educação básica. O processo de reestruturação produtiva promoveu diversas mudanças na esfera social e, a partir da imersão do trabalho docente na rede pública nesse contexto, sofre significativas mudanças, sobretudo estruturais uma vez que se insere no âmbito do setor público.

Nesse viés, Charlot (2005) aduz que a sociedade passa por mudanças e rupturas advindas da globalização neoliberal que implicam em transformações no sujeito e influenciam também a educação, que passa a ser articulada sob a lógica econômica e de preparação para o mercado de trabalho, propondo currículos e investimentos adaptados à demanda do mercado. Nessa perspectiva, o trabalho ganha uma configuração negativa.

O cenário encontrado é tecido pelo processo de precarização das condições de trabalho dos trabalhadores em geral e dos docentes, aqui compreendidos na categoria geral de trabalhadores. Tais processos afetam a organização do trabalho escolar e as condições sob as quais ele se realiza, com possíveis desdobramentos na saúde física e mental dos docentes.

Tendo em vista tais questões, o debate sobre a relação entre trabalho e saúde docente tem sido ampliado. Estudiosos que abordam essa questão argumentam sobre motivos que podem levar os professores a adoecerem no exercício da profissão. Assis (2006), por exemplo, em recente estudo sobre o adoecimento docente na educação básica, afirma que a sala de aula em escolas públicas é um ambiente insalubre. Essa autora argumenta que os professores têm sido acometidos pela Síndrome de *Burnout* resultante do desgaste físico, emocional e psicológico entre o indivíduo e o seu trabalho. Vários docentes apontaram, durante a pesquisa da referida autora, grande desinteresse pela profissão, além de faltas constantes ao trabalho por conta de problemas ligados à saúde. Entretanto, grande parte dos adoecimentos são escamoteados.

Por meio de levantamento estatístico acerca da saúde ocupacional e de afastamentos de docentes em Uberlândia, em 2011, já sinalizava para um grande percentual de professores afastados em razão de doenças ligadas ao trabalho, como transtornos psicológicos, sendo que mais de 90% dos servidores licenciados são ligados à área da educação. Face a esse levantamento, as doenças que comumente afetam os docentes são: Lesão por Esforços Repetitivos (LER); Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho (DORT), equiparada à LER; disfonia; e Síndrome de *Burnout* (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 2011).



Atualmente, da forma como as políticas públicas são instaladas, exigem-se que os professores exerçam o trabalho em sala de aula de forma controlada e intensificada, pois assumem várias outras atividades, não só de caráter pedagógico e intrínseco à sala de aula, mas também assumem tarefas administrativas, imbuindo-os de maior senso de responsabilização. Há uma individualização das formas de controle do trabalho, como é o caso de Minas Gerais. Diante disso, Oliveira (2004, p. 1132) afirma que o trabalho docente compreende “[...] a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação”. Daí percebe-se a amplitude do trabalho docente nos dias atuais.

Apesar das contradições, o trabalho é uma questão central da vida porque diferencia os seres humanos das outras espécies e, por isso, torna-se um desafio dotar-lhe de sentido, para que a vida fora dele também o seja. Se, por um lado, ele é necessário, reconhece-se seu potencial emancipador, mas é preciso também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social (ANTUNES, 2005). O trabalho é fonte de produto, prazer, realização profissional e um compromisso vital.

Para Linhart (2007, p.43), ele permite e organiza o encontro com o outro, constituindo “[...] uma ocupação. É um meio de lutar contra a monotonia da vida, de encher o vazio, de passar o tempo”. Nesse sentido, tal aspecto é essencial para a autonomia dos indivíduos, a construção de identidades e o reconhecimento social.

Linhart (2011) salienta ainda que o sofrimento humano tende a se refletir no desempenho dos professores, sinalizando aspectos crescentes da “precarização subjetiva” que os acomete e é tida como correlata da precarização objetiva, representada pelas formas deterioradas de contratação e de exercício funcional. No caso dos docentes da educação pública mineira, são preocupantes os problemas de saúde vivenciados por docentes diante do cumprimento de duplas ou triplas jornadas, em razão da baixa remuneração, que não atende às suas necessidades básicas, e das intervenções que sofrem no trabalho cotidiano por meio de reformas e programas instalados.

Constata-se que a docência exerce importante papel social, pois vai além da mera exposição de conteúdos da grade curricular. Reconhecida como profissão de suma importância para a sociedade e seu desenvolvimento (OIT; UNESCO, 1984), presencia-se entre os professores brasileiros uma realidade que vai do sentimento de derrotismo ao adoecimento físico e mental que leva à incapacidade laboral e à loucura. Isso ocasiona a “[...] desistência na escola e da escola” (PAPARELLI, 2009, p. 340).

A precarização permeia as condições de emprego e salário, assim como o seu sentido subjetivo, e atinge também consciência dos trabalhadores. De acordo com Mancebo (2007), em geral, a pressão por produtividade inibe o potencial inovador do professor, e os resultados tornam-se menos expressivos. A sociedade capitalista transforma o conceito de trabalho, que passa a ser assalariado, alienado e fetichizado; por conseguinte, ele “[...] não se satisfaz no labor, mas se degrada [...] e se desumaniza” (ANTUNES, 2009, p.232).

Portanto, conclui-se que para investigar tais processos, apoia-se em um referencial teórico consistente e uma análise crítica que aponte possíveis soluções para a problemática em questão. Sabe-se que tal processo avaliativo tem gerado vários questionamentos na sua aplicabilidade prática e principalmente no que se refere aos efeitos no trabalho dos docentes.

## **METODOLOGIA DA PESQUISA**

---

Com o objetivo realizar uma aproximação com relação ao tema trabalho e as novas formas de controle sobre o trabalho docente na educação básica da rede pública, recorreu-se às pesquisas bibliográfica – recuperação e análise de produções científicas (teses, dissertações e artigos científicos) – e documental. A pesquisa bibliográfica se deu no Brasil, em Portugal e Espanha no período compreendido entre 2007 a 2017.

Destaque-se que a escolha de Portugal e Espanha, para fins da referida pesquisa bibliográfica, deu-se pelo fato de serem países no norte europeu, membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). E, assim como o Brasil, implementaram a reforma de Estado introduzindo os princípios



da nova gestão pública, a partir de reformas realizadas nas últimas décadas, num contexto em que políticas neoliberais tendem a convergir em todos os países, impondo cada vez mais exigências aos setores da educação. Já o Brasil, por posicionar-se como um país periférico na Divisão Internacional do Trabalho e ser a sede em que esta pesquisa está sendo desenvolvida.

Far-se-á ainda a análise dos documentos governamentais e institucionais encontrados no site oficial da SEE/MG e órgãos relacionados, legislações estaduais e nacionais que regem a área de educação no Brasil e demais textos de suporte teórico à pesquisa, apoiando-se na pesquisa bibliográfica acerca da produção acadêmica que trata do tema dessa pesquisa.

Com relação ao levantamento bibliográfico, consideramos imprescindível, uma vez que nos possibilita analisar a problemática pesquisada, a partir do contexto macro para o micro, bem como captar os pontos de avanço ou lacunas no conhecimento, além de conhecer a evolução científica acerca da temática pesquisada. Como nas palavras de Severino (2016), a pesquisa bibliográfica, consiste no levantamento de pesquisas registradas, por meio das quais o pesquisador utiliza os dados enquanto fontes que contribuem de forma analítica para o seu estudo.

Numa perspectiva de análise mais global, objetiva-se o entendimento de autores que tragam a compreensão dos elementos necessários à crítica sobre o objeto de estudo proposto, buscando as confluências entre as temáticas evidenciadas. Será feito um estudo analítico das políticas, ações e programas que vêm sendo implementados no tocante às ferramentas de controle do trabalho docente, de forma a identificar elementos compatíveis ou não com a tese do estudo.

Para o cumprimento dessa citada etapa foram previamente definidos: as fontes de pesquisa, a escolha dos descritores de busca, o recorte temporal visando realizar a seleção das produções.

A coleta de dados foi realizada no período de maio a setembro de 2019. Como critérios de inclusão adotou-se o recorte temporal de 2007 a 2017, ou seja, eventuais produções publicadas fora desse período não foram contempladas, com vistas a manter o rigor durante o processo da pesquisa. Os termos elencados para recuperar as publicações foram determinados a partir da análise do tema da pesquisa e de artigos de referência a respeito do trabalho docente, tais como: reestruturação produtiva, reformas educacionais, avaliação externa e avaliação de desempenho docente, além de se observar a sua estreita relação com o objeto de pesquisa, combinados com a expressão “educação básica”.

Dentre os termos usados, destacaram-se *Accountability*; “avaliação externa de escolas”; “avaliação em larga escala”; Simave; “controle do trabalho docente”; gerencialismo; “Reforma da educação básica”; “Reforma educacional”; “Intensificação do trabalho docente”.

Foram selecionadas enquanto fontes de pesquisa: a biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e Google Acadêmico. No que se refere à coleta de teses e dissertações, optamos pela BDTD do Ibict e o Google Acadêmico e o levantamento de periódicos acadêmicos da área de educação foi realizado na SciELO e no Google acadêmico. Ressalte-se que a escolha destas bases de dados justifica-se pelo fato de serem mais utilizadas no âmbito da pesquisa científica, pelo seu rigor científico e credibilidade.

As buscas por termos específicos da temática desejada foram realizadas nos campos título, resumos e palavras-chave e os documentos recuperados foram organizados por blocos temáticos afins, de modo a contemplar apenas as produções científicas que, de algum modo, apresentassem relação direta com o objeto investigado para compor a nossa análise ao final da pesquisa. Foram então recuperadas um total de 27 produções acadêmicas sendo 22 do Brasil, 4 de Portugal e 1 da Espanha, destes, 09 são artigos científicos, 3 teses e 15 dissertações, publicadas no período de 2007-2017. Focou-se em textos contemporâneos publicados no campo da avaliação de desempenho docente e avaliações externas no âmbito da escola pública de nível básico.

Faz-se relevante destacar que, nos últimos anos, há um debate crescente entre pesquisadores acerca da relação entre trabalho e educação, mais especificamente acerca do trabalho docente na rede pública. Os maiores destaques sobre o tema se dão sobre os mecanismos de avaliação, centrados nos modelos de

gerenciamento do trabalho docente, pautados em ferramentas de gestão empresarial, no entanto sobre os impactos disso sobre o trabalho desse profissional e a dinâmica escolar ainda carecem de estudos.

Nessa perspectiva, de acordo com Gil (1999, p. 65), a pesquisa bibliográfica “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Tal método pressupõe a análise da literatura produzida e ainda não interpretada totalmente ou que ainda carecem de ser reavaliadas com objetivo de novas constatações e posicionamentos.

Já “[...] os documentos constituem evidências que fundamentam as informações e declarações do pesquisador, além de representarem uma fonte ‘natural’ de informação. Não são apenas fontes contextualizadas, dado que surgem num determinado contexto e fornecem dados sobre ele.” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 39, grifo dos autores). Nesse sentido, a pesquisa documental e bibliográfica é considerada importante fonte durante a coleta de dados.

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, a partir da qual todos os fenômenos serão analisados e compreendidos recorte temporal e espacial definidos previamente. Preocupa-se, portanto, com o universo dos significados, das ações e das relações humanas, reconhecendo os envolvidos na investigação como capazes de elaborar conhecimentos e de produzir práticas para intervir nos problemas ora identificados. Nesse viés, entendemos que o pesquisador exerce um papel essencial no sentido de identificar criticamente os problemas e propor estratégias relevantes para a mudança do cenário encontrado.

Visando subsidiar esse estudo, as atividades estão sendo executadas sistematicamente seguindo um caminho metodológico permeado por meio uma prévia organização do pensamento reflexivo-investigativo, numa abordagem qualitativa, que se alinha com o tema proposto.

Segundo González Rey (1998, p. 42), “[...] a investigação qualitativa substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação”. Dessa maneira, busca-se conhecimento a partir das perspectivas e dos diferentes pontos de vista dos participantes, e o investigador entra no campo da investigação. Tal atividade não se encerra no desenho metodológico das informações direcionadas e relacionadas ao objeto de estudo, uma vez que há a emergência do novo nas ideias do pesquisador – isso promove a integração e contradição da realidade com o marco teórico, além de diversificar o curso da produção teórica.

Nessa direção, a metodologia assumida busca responder aos objetivos propostos na pesquisa e garantir o espaço de reflexão crítica, além de apontar caminhos para o campo de estudo em questão. Assim, a tese está sistematizada e estruturada em *quatro etapas complementares e sucessivas*, a saber: *a)* revisão da literatura correspondente ao tema da pesquisa; *b)* pesquisa documental sobre a regulamentação do ensino básico na esfera estadual e nacional, tais como: Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996; Resoluções, documentos institucionais e governamentais do Poder Executivo estadual e Federal, além de cartilhas que versam sobre a avaliação de desempenho docente e as avaliações externas implementadas em Minas Gerais e websites ligados à SEE/MG que contemplam dados acerca do objeto de pesquisa; *c)* pesquisa bibliográfica com vistas a recuperar a produção acadêmica nacional e internacional (Brasil, Portugal e Espanha) no período compreendido entre 2007 a 2017 e, por fim, a síntese analítica do conteúdo das produções acadêmicas recuperadas (teses, dissertações e artigos científicos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Entendemos que a presente pesquisa, por meio da pesquisa documental e bibliográfica com vistas a recuperar a produção acadêmica nacional e internacional (Brasil, Portugal e Espanha) contribuirá no sentido de suscitar um aprofundamento das produções em torno do tema, apontando caminhos para superação do atual cenário educacional no contexto de regulação e foco nos resultados qualitativos e direcionar algumas lacunas no conhecimento e propostas consubstanciadas na melhoria do cenário em curso.

## REFERÊNCIAS

---

- ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, R. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In:
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. (Orgs.) **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ASSIS, F. B. **Síndrome de Burnout**: um estudo qualitativo sobre o trabalho docente e as possibilidades de adoecimento de três professoras das séries iniciais. 2006. 146 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.
- BALL, Stephen J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade.
- Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.
- CHARLOT, B. **Relação com o saber, formação de professores e globalização**: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CORREIO DE UBERLÂNDIA. **Doenças afastam 14% dos professores em Uberlândia**. Cidade e região, 9 out. 2011. Disponível em: <<http://www.correiodeuberlandia.com.br/cidade-e-regiao/doencas-afastam-14-dos-professores/2011>>. Acesso em: 19 maio 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. **Psicología & Sociedad**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 32-52, jul./dez. 1998.
- HYPÓLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e regulação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010.
- LINHART, D. Para uma perspectiva do trabalho. In: LINHART, D. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LINHART, D. Entrevista: Danièle Linhart. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 149-160, mar./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v9n1/v9n1a11.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2015.
- LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- MANCEBO, D. Trabalho docente: subjetividade, sobreimplicação e prazer. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, 2007.
- MINAS GERAIS. Avaliação de desempenho individual. In: **Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais**. 2015. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/gestao-governamental/gestao-de-pessoas/politica-de-gestao-do-desempenho/avaliacao-de-desempenho-individual-adi>> Acesso em 20 jun 2015.
- MINAS GERAIS. **Lei Complementar Estadual nº 71, de 30 de julho de 2003**. Institui a avaliação periódica de desempenho individual, disciplina a perda de cargo público e de função pública por insuficiência de desempenho do servidor público estável e do detentor de função pública na administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo e dá outras providências. Belo Horizonte, 30 jul. 2003b. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js\\_textoOriginal#texto](http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LCP&num=71&comp=&ano=2003&aba=js_textoOriginal#texto). Acesso: 15 jun. 2015.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 44.559, de 29 de junho de 2007**. Regulamenta a avaliação de desempenho individual do servidor estável ocupante de cargo efetivo e do detentor de função pública da administração pública direta, autárquica e fundacional do poder executivo estadual. Belo Horizonte, 29 jun. 2007a. Disponível em: <[http://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto\\_44559.pdf](http://www.ipism.mg.gov.br/arquivos/legislacoes/legislacao/decretos/decreto_44559.pdf)>. Acesso: 25 jun. 2015.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. **Choque de gestão**. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/estrategia-de-governo/choque-de-gestao>>. Acesso em: 15 jun. 2015.
- OLIVEIRA, D.A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22614>>. Acesso em: 27abr. 2016.
- OIT; UNESCO. **A condição dos professores**: recomendação internacional de 1966. Genebra, 1984.
- PAPARELLI, R. **Desgaste mental do professor da rede pública de ensino**: trabalho sem sentido sob a política de regularização de fluxo escolar. 2009. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24 ed. rev. São Paulo: Cortez, 2016.
- UBERLÂNDIA. Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia. **Cartilha da avaliação de desempenho**: SRE Uberlândia. Uberlândia: SRE, 2108.

# A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO E O CAPITALISMO PERIFÉRICO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

Hubert Cavalca

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP/Marília.

**Resumo:** A década de 1990 foi marcada pela recessão, mudança de moeda, planos econômicos abusivos, alta inflação, fortalecimento da política neoliberal com a abertura da economia e pelo início da flexibilização dos direitos trabalhista como forma de atrair empresas interessadas na mão-de-obra barata, aumentando a produtividade para recuperação econômica. Nesta pesquisa, utiliza-se a metodologia revisão bibliográfica. Conclui-se, que a flexibilização do direito do trabalho se ampara na forma de reduzir direitos e garantias trabalhistas, implicando no trabalho precário, agravando ainda mais as desigualdades sociais, retrocessos descredibilizando a classe trabalhadora, acarretando sérios prejuízos aos trabalhadores e, conseqüentemente, à economia como um todo. Os resultados foram percebidos com índices crescentes de desemprego, queda salarial e a geração de novos empregos ainda mais precários do que os que deixaram de existir, culminando em um grande retrocesso e desproteção social.

**Palavras-chave:** Flexibilização trabalhista; direito do trabalho, década de 1990, capitalismo e neoliberalismo econômico.

## INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo demonstrar como as relações do trabalho, seus direitos e suas garantias - tão fundamentais para o equilíbrio das desigualdades, para a dignidade e função social do trabalhador - vem sendo flexibilizada e atacada desde sua Consolidação, destacando a década de 1990 com a política econômica de abertura comercial, privilegiando mudanças para favorecer a produtividade aumentando a competitividade no cenário internacional, com o início do neoliberalismo econômico no Brasil.

A legislação trabalhista brasileira tem sido apontada por parte dos especialistas em questões de mercado de trabalho como um empecilho à maior absorção de mão-de-obra pelas empresas no Brasil. O diagnóstico é que a combinação de custos extra-salariais elevados com a influência da Justiça do Trabalho na vida das empresas desencoraja a contratação de empregados, fazendo com que as empresas procurem se ajustar a aumentos de demanda mediante a contratação de horas extras ou o crescimento da produtividade por hora trabalhada. Sem querer negar a importância dessa discussão, cabe salientar, contudo, que, em primeiro lugar, isso afeta mais o mercado de trabalho formal que o nível de emprego como um todo e, em segundo, que a legislação trabalhista não se tornou mais rígida nos últimos anos, motivo pelo qual é pouco provável que ela seja a causa principal do aumento do desemprego depois de 1995 (RAMOS E REIS, 1997).

Para compreendermos melhor a importância destas alterações, quais sejam, a flexibilização das normas laborativas, faz-se necessário um breve apanhado histórico sobre como se deu a Consolidação das Leis Trabalhistas no Brasil durante a chamada Era Vargas.

A Era Vargas foi marcada por conquistas no direito do trabalho, com a criação do Ministério do Trabalho, que gerou as reformas que garantiam aos trabalhadores direitos antes inexistentes. As conjecturas deste período (1930-1945) culminaram em avanços e retrocessos. Considerando-se as várias fases e problemáticas apresentadas antes deste período, desde o término da escravatura em 1888, onde as relações laborais sofreram e clamaram por uma organização, passando pela industrialização do país, organização dos trabalhadores refletida nos movimentos sindicais contra a exploração e clamor pelas questões sociais vieram a finalmente culminar em 1943 com o arcabouço da Consolidação das Leis Trabalhistas.

Segundo Silva (2019), após a saída de Vargas do poder passamos por período curto de democracia facultado o poder a governos populistas. Em seguida, passa o Brasil pela fase ditatorial de governo, onde já ocorreram importantes retrocessos no ordenamento jurídico trabalhista, como a proibição do direito a greve. Em 1985, iniciou-se no Brasil o processo de redemocratização que teve como ápice a Constituição Federal de 1988. Os movimentos populares tinham uma efervescência grande, inclusive com fervorosa participação na elaboração da referida Constituição.

Para Almeida (2011), do final dos anos 1970 até a Constituição de 1988, o movimento sindical buscou regulamentar algumas novas conquistas, além da legislação trabalhista do período Vargas. Após a promulgação da Constituição 1988, o movimento sindical e os partidos de esquerda enfrentaram as iniciativas dos governos Collor, Itamar e FHC, e demais representantes do capital, que buscavam eliminar as garantias conquistadas pelos trabalhadores. Ao longo dos anos 1990, com o avanço do neoliberalismo, o movimento dos trabalhadores passou a enfrentar, uma nova situação no mercado de trabalho, com a precarização das condições e relações de trabalho. Estabelece-se uma situação cada vez mais adversa à luta dos trabalhadores, com o aumento do desemprego estrutural, do trabalho informal, novas tecnologias, desindustrialização e estagnação econômica.

## DÉCADA DE 1990

---

Como dito anteriormente, a década de 1990 ficou marcada como o período de avanço da política neoliberal no Brasil.

Conforme Fernandes (2009), surgiu como modelo de desenvolvimento do mundo capitalista e foi radicalizado como projeto societário nas sociedades periféricas, onde assumiu o discurso, e obviamente a ação, de “desregulamentação” das relações sociais, fundamentando a sua ação política, em relação ao Mundo do Trabalho, na brutal intervenção, embora seu discurso fosse de “soltar as amarras que impedem o desenvolvimento”, que se traduziu, e se traduz na retirada de direitos dos trabalhadores e em um processo de transformação do papel de sujeito, em papel de ator.

A política neoliberalista alcança o cenário nacional no Brasil a partir do final do governo de José Sarney (1985 - 1990). Contudo, foi na década de 1990, após a posse do governo de Fernando Collor, implantou-se uma política econômica de inserção subordinada na globalização que, entre outras medidas, marcaram a introdução de um projeto neoliberal em nosso país. O cenário era devastador, na economia, a recessão era sentida de forma violenta. Não diferente estavam os âmbitos sociais, de saúde e educacional.

O progressivo avanço dos preceitos neoliberais foram interrompidos com o *impeachment* do então presidente Collor, somente retomado no governo de Fernando Henrique Cardoso (SILVA, 2019; BUSNELLO, 2013).

A década de 90 se inicia com o Plano Collor, que se utilizou da sistemática de bloqueio de ativos financeiros poupados para controle inflacionário, agravando mais ainda a já problemática incerteza sobre os rumos da economia brasileira. O Plano Collor II, em 1991, adotou novamente o instrumental do congelamento de preços e salários e extinguiu o referencial de indexação de preços, o Bônus do Tesouro Nacional fiscal, utilizando a Taxa Referencial Diária. O instrumental usado conduziu à substituição do Presidente (AOUN, 2004).

Ao longo das duas últimas décadas do século XX, o Brasil utilizou instrumentos de política econômica compatíveis com os objetivos propostos. Na década de oitenta, a atenção foi marcada principalmente no aspecto interno da economia, com a preocupação de reduzir os problemas do emprego, diante de crise externa severa. Na década de 1990, ênfase maior foi dada aos aspectos externos da economia e aos impactos internos sobre a estabilidade. De comum às duas décadas foi o crescimento moderado à espera de um novo modelo de desenvolvimento.



Para Campana (2000), no governo Itamar Franco<sup>1</sup>, a hiperinflação mostrou-se conveniente para produzir o espaço em que o projeto neoliberal prosperaria. Além de indicar a solução para a inflação alta, passou-se então a considerar a figura do Estado do bem-estar social como ineficiente e corrupto, diferente do Estado neoliberal, ágil e eficiente.

A maior exposição da economia à concorrência internacional induziu à reestruturação produtiva<sup>2</sup> das empresas brasileiras, até então voltadas especialmente para o mercado local, reforçado por Fernando Henrique Cardoso a partir da implantação do Plano Real (1994) visando estagnar a política de recessão econômica evidenciada durante o governo de Collor, valorizando a moeda nacional de frente às moedas dos parceiros comerciais mantendo elevadíssimas taxas de juros no mercado doméstico, reforçou as tendências de reestruturação produtiva. O quadro transpunha um contexto preocupante. Assistia-se o início das privatizações das empresas públicas, com a demissão de uma grande massa de trabalhadores, Vale do Rio Doce e Telebrás são exemplos clássicos do processo de privatização. As empresas ficam, neste momento, desobrigadas para comprarem os insumos de empresas brasileiras, também germinava do parâmetro apresentado o processo de terceirização, a liberalização comercial e financeira, bem com as reformas trabalhista, previdenciária e outras (SILVA, 2019; POCHMANN *apud* BUSNELLO, 2013).

Em 1994 é implementado o Plano Real, programa de estabilização bem-sucedido, que reduziu as taxas de inflação por um período prolongado. No Plano Real, criou-se uma moeda virtual atrelada ao dólar, a Unidade Real de Valor (URV). Através disso, o governo adotou a lógica da dolarização, usando as âncoras cambiais ou metas cambiais. No regime de âncora cambial para a estabilização monetária, a taxa de juros passa a ser o instrumento de política monetária mais importante (AOUN, 2004).

Durante quatro meses, a taxa de câmbio, os preços básicos, os salários dos funcionários públicos, salário mínimo, pensões e tarifas públicas foram compulsoriamente convertidos em URVs. O setor privado foi adaptando seus preços a essa sistemática. Após os 4 meses, foi convertida na nova moeda, o Real. Toda base monetária da velha moeda foi substituída por novas cédulas e moedas.

Aoun (2004), explica que houve firme determinação em manter baixa a taxa de inflação, até que em fins da década de noventa foi implementada a sistemática de metas de inflação, um instrumento de controle de preços, que substituíram as metas cambiais. Para fixar as metas de inflação, utiliza-se uma medida que procura captar a tendência dos preços, desconsiderando os distúrbios temporários de choques de oferta, como os resultantes de fatores climáticos ou sazonais. Sua utilidade é a de orientar a política monetária a identificar e diagnosticar os choques que afetam a inflação.

Busnello (2013), diz que como parte da nova política econômica, o governo Fernando Henrique Cardoso propõe mudança do sistema nacional de relações de trabalho, a fim de permitir maior liberdade e autonomia no estabelecimento das condições de trabalho. O conjunto das medidas adotadas e propostas contém uma alteração significativa dos direitos inscritos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e em outras leis trabalhistas, possibilitando assim que os mesmos sejam objeto de negociação entre as partes (os atores sociais) envolvidas.

Para Silva (2019), os impactos trazidos pelas reformas neoliberais no governo de FHC intensificam-se nos fatores desencadeados pela diminuição dos gastos sociais e a eliminação dos direitos sociais, o que afirmou os princípios neoliberais que já estavam presentes, como na desregulamentação da disciplina fiscal e do enxugamento dos gastos públicos. Cresce nesta época o emprego informal reflexo dos reportes da política econômica que simplesmente buscava reduzir o número de trabalhadores.

---

1 Foi o 21.º Vice-presidente do Brasil durante o governo de Fernando Collor e, após o titular ter sido afastado da presidência por um processo de impeachment, assumiu como o 33.º presidente do Brasil, tendo governado entre 1992 e 1995.

2 A reestruturação produtiva é o processo de consolidação do modelo flexível do trabalho industrial. A Reestruturação Produtiva emergiu a partir da década de 1970, em função da grande crise do capitalismo e da derrocada do paradigma fordismo/taylorismo em meio ao processo de produção e acumulação industrial (PENA, 2020).



Ainda Silva (2019), aponta que o fortalecimento da proposta de FHC era sentida na injeção do capital estrangeiro, redução do Estado que a cada dia parecia estar mais distante de atender as necessidades dos indivíduos, excluindo as medidas protecionistas. Não havia mais uma avaliação da origem, ou como eram fabricados os produtos consumidos. O objetivo precípua era a concentração de riqueza que provocava o aumento da exclusão e da miséria. É necessário expor, entretanto, que as propostas construídas por FHC não eram frutos de proposituras imediatistas. As proposituras neoliberalistas iniciadas no governo de Collor foram implementadas por FHC ganhando, para tanto, uma nova roupagem, a qual expunha a fragilização dos trabalhadores, e, por conseguinte a usurpação de direitos trabalhistas (SILVA, 2019).

Como exemplos de medidas adotadas por FHC encontramos vínculo com o chamado “Consenso de Washington”: ajuste fiscal; redução do tamanho do estado, fim das restrições ao capital externo (eliminar todo e qualquer empecilho ao capital especulativo vindo do exterior), abertura do sistema financeiro (fim das restrições para que as instituições financeiras internacionais possam atuar no país em igualdade de condições com as do país); desregulamentação (diminuição das regras governamentais para o funcionamento da economia); reestruturação do sistema previdenciário.

As rápidas e profundas transformações do sistema capitalista em curso estariam induzindo à formação de um consenso, ou próximo disso, quanto a necessidade de adaptação do direito trabalhista nacional às demandas de maior produtividade e competitividade. Segundo uma interpretação, que estaria se aproximando de um senso comum, a inserção internacional do Brasil no processo de globalização estaria sendo dificultada, senão obstada, pela rigidez da regulamentação das relações de trabalho. Neste sentido, define-se o direito de trabalho como incapaz de atender as demandas e dinâmica do mercado. Para superar a mencionada rigidez, em face da inflexível adaptação do país aos padrões de concorrência internacional, era necessário flexibilizar direitos trabalhistas, permitindo assim um significativo aumento na capacidade dos empresários em determinar arbitrariamente a utilização da força de trabalho (ALMEIDA, 2011; SIQUEIRA NETO *apud* BUSNELLO, 2013).

Dimensionando assim, a ação da classe trabalhadora à conquista de direitos, ou melhor, à manutenção do que foi conquistado na legislação do Estado, onde se apresenta uma dinâmica de intervenção mínima na garantia dos direitos e de máxima ação na garantia da reprodução do capital sob as bases do neoliberalismo.

Para Silva (2019), a legislação trabalhista sofreu golpes do cenário socioeconômico e político. O modelo de Estado imposto traduzia o pensamento incrementado a economia e a própria política, sucumbiam ideais conservadores e antidemocrático. Não havia, neste momento, abertura para o debate, a participação popular diante da conjuntura era nula. O governo governava por meio de emendas constitucionais e medidas provisórias. As transformações eram evidentes e bastante significativas trazendo mudanças sucessivas na estrutura do direito do trabalho afetando assim as relações trabalhistas.

Almeida (2011), afirma que a crise do mercado financeiro passa a ser consequência de uma grande crise da economia real. Uma crise que decorre do fato da taxa de crescimento da produtividade da mão-de-obra, mais a taxa de crescimento dessa própria mão-de-obra, estar superando, na imensa maioria dos países, as respectivas taxas de crescimento econômico, levando à trágica expansão do desemprego e a degradação dos salários que, simultaneamente, em todo mundo capitalista, desacelera a economia real e potencializa a esfera financeira.

O contexto demonstrava um verdadeiro desmonte da máquina pública e dos trabalhadores em geral. A precarização do trabalho nos remontava aos tempos difíceis vivenciados nos primórdios do século XX. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) apresentou, para tanto, uma trajetória onde impunha ao trabalhador uma nova dinâmica do trabalho, a flexibilização.

De acordo com Almeida (2011), temos uma histórica e esmagadora diferença de forças entre patrões e empregados, e ainda diversos setores governamentais que implementaram várias políticas de desenvolvimento econômico e social extremamente tendenciosas e desfavoráveis à classe trabalhadora, no caso do Brasil, já tão sofrida pelos salários aviltados por tentativas até agora frustradas de chegar-se ao tão esperado “equilíbrio econômico”. A gestão do Ministro do Trabalho Francisco Dornelles, durante o governo FHC foi marcada pela preocupação com a reforma do direito trabalhista. O princípio geral de sua proposta era que “o negociado prevalece sobre o legislado”

## FLEXIBILIZAÇÃO

---

Permitir-se a flexibilização na sua forma mais gravosa é admitir que uma única medida legislativa ou administrativa extinga a conquista de séculos. É aceitar o assolamento da dignidade da pessoa humana – através da destruição de direitos sociais – pelo simples discurso da necessidade de crescimento econômico, sem que isso seja garantido na prática (NASIHGIL e DUARTE, 2015).

Segundo Martins *apud* Ghisleni (2015), várias causas podem ser determinantes na flexibilização das condições de trabalho, entre elas: desenvolvimento econômico, globalização, crises econômicas, mudanças tecnológicas, encargos sociais, aumento de desemprego, aspectos culturais, economia informal e outras causas sociológicas.

A globalização, determina a competição econômica internacional, empresas são levadas para o espaço geográfico que lhes proporcionar mais lucros e menos empecilhos legais na contratação de mão-de-obra, não havendo fronteiras como limites, mas a busca pelo melhor retorno. “O próprio desenvolvimento natural do capitalismo, em face da constante necessidade de maximização dos lucros, empurrou o sistema para além das fronteiras nacionais”(GHISLENI, 2015).

A globalização gera uma competitividade inversa, em proporcionar mão-de-obra mais barata, o que exige flexibilidade nas normas trabalhistas, menor rigor no cumprimento de leis, menos compromissos por parte dos aplicadores externos. O objetivo das empresas que investem em um país periférico é sempre maior lucratividade, maior ganho de capital, sem nenhuma garantia, pois ela é livre para sempre buscar o que mais lucro lhe oferecer.

Segundo Arruda *apud* Ghisleni (2015), essa forma de economia corrói a identidade dos povos, a soberania das nações, o princípio de autoridade, a Constituição, os direitos sociais, a nacionalidade da empresa, a indústria, o mercado, a informação livre, a consciência, a liberdade, a cidadania, a legitimidade da opinião, a base do contrato social, o fundamento da segurança jurídica.

Essa forma de vislumbrar o “desenvolvimento econômico” é justificada por alguns, que veem as normas de proteção do trabalhador como economicamente “pesadas” e “inflexíveis”; fator que, segundo os empresários, aumenta o “custo” da produção, inviabilizando a competitividade das empresas e a própria manutenção de postos formais de trabalho, dada a suposta “alta” carga tributária e para-fiscal (KRIEGER e HASSON *apud* NASIHGIL, 2015).

Já os que contestam a flexibilização das leis trabalhistas entendem que as relações de emprego são um ponto essencial para o crescimento interno, desenvolvimento e segurança jurídica do país. A Consolidação das Leis do Trabalho uma conquista dos trabalhadores e constituída com base em suas reais necessidades, a fim de atender a todos os seus ideais. O que há de ser esclarecido é que o trabalho não pode ser mais um objeto de comercialização, ou seja, não podemos admitir que a classe trabalhadora brasileira, passe a ser objeto de barganha e negociações, que não levem em consideração as verdadeiras necessidades e os reais direitos do trabalhador. (KRIEGER e HASSON *apud* NASIHGIL, 2015).

Vale destacar que os direitos trabalhistas são afetados também pela eventual emergência de um novo paradigma produtivo. Segundo Busnello (2013), devemos pensar as estratégias de reestruturação produtiva, que são guiadas para a obtenção da maior flexibilidade na utilização do capital e do trabalho com vistas à redução máxima dos custos, da ociosidade dos meios de produção e dos riscos determinados pela instabilidade e manutenção dos mercados.

No Brasil, as medidas macroeconômicas em curso desde 1990 mostraram-se, até o momento, muito mais eficazes na desestruturação de parte significativa da estrutura produtiva. Na verdade, a abertura comercial não foi acompanhada de uma política industrial que preparasse a indústria nacional para a concorrência internacional. Pode-se dizer, sucintamente, que a desarticulação no interior de várias cadeias produtivas tem levado à maior desestruturação do parque produtivo, com a reestruturação produtiva das empresas de setores de ponta e o retraimento ou fechamento de outras.

Para Krein (2013, 2018), com a inserção no processo de globalização financeira sob o neoliberalismo, FHC busca na flexibilização das relações de trabalho o argumento de enfrentamento frente ao desemprego e informalidade, ajustando a nova estrutura produtiva, reconfigurando o modelo brasileiro, especialmente com a introdução da prevalência do negociado sobre o legislado, mas não teve força política para aprovar uma reforma global. Entretanto, foram introduzindo uma série de medidas pontuais que afetaram os elementos centrais da relação de emprego, tais como o avanço de formas de contratação atípica (contrato por prazo determinado, contrato parcial, ampliação do período para utilização do contrato temporário), a flexibilização da jornada (banco de horas, liberalização do trabalho aos domingos), a remuneração variável (o fim da política salarial, o fim dos mecanismos de indexação do salário mínimo, a introdução do programa de Participação nos Lucros e Resultado e liberação do salário utilidade) e a introdução de mecanismos privados de solução de conflitos (mediação, arbitragem e Comissão de Conciliação Prévia). É uma agenda que se consolidou, inclusive sendo objeto de negociação de grande parte do movimento sindical. No entanto, três importantes proposições apresentadas não foram viabilizadas politicamente: a liberalização da terceirização, a prevalência do negociado sobre o legislado e a reforma no sistema de organização sindical. Como resultado houve uma modificação de elementos centrais da relação de emprego, sem que houvesse uma desestruturação formal do arcabouço legal e institucional existente no país.

José Dari Krein (2004), conclui que o conjunto das medidas tomadas na década de 1990 sinalizava claramente para uma tendência de desregulamentação de direitos e de flexibilização das relações de trabalho, apesar de elas terem sido pontuais, não alterando o sistema de representação sindical e os procedimentos formais de negociação coletiva e de terem sido, na sua maioria, implementadas em dois momentos particulares da vida política e econômica do país: a introdução e consolidação do Plano Real (1994-1996) e o enfrentamento do crescente desemprego (1998).

O autor se aprofunda no termo flexibilização e caracteriza as suas diversas formas de flexibilidade utilizadas pelos governos da década em estudo, demonstrando o evidente aumento da precarização do trabalho. Para Krein (2004) o termo flexibilização engloba uma série de medidas as quais o autor classifica:

Flexibilidade numérica ou quantitativa, consiste na ampliação da liberdade das empresas para empregar e demitir de acordo com as suas necessidades de produção, dentro de uma estratégia de diminuição de custos. Ela pode acontecer tanto para trabalhadores já empregados, com a terceirização e sub-contratação, como para trabalhadores novos, através de contratos “atípicos” (trabalho temporário, parcial, auto-emprego, consultoria, a domicílio, tele-trabalho) e ilegais (sem registro em carteira), ou pelo aumento do trabalho clandestino não registrado (trabalho estrangeiro, escravo e em casa).

Flexibilidade numérica “medidas que objetivam incentivar o processo de contratação e demissão através da redução de custos e da criação de facilidades para o desligamento de trabalhadores da empresa, tais como: o contrato por prazo determinado, as cooperativas de trabalho, o contrato parcial, a suspensão do contrato por até 5 meses e a denúncia da convenção 158 da OIT”.

Flexibilidade funcional: “flexibilidade introduzida no mercado interno de trabalho com o objetivo de possibilitar o ajuste do uso da força de trabalho, o que pode ocorrer de forma independente e paralela à alteração via negociação coletiva ou lei”(KREIN, 2004).

Assim como buscam flexibilizar a forma de remuneração e do uso do tempo do trabalho, por meio de: a) Flexibilidade da jornada e das funções, que permite sincronizar o nível de produção com a demanda de trabalho e fazer ajustes para uma administração dos horários, da modalidade das tarefas e evolução das responsabilidades, tendo presentes os objetivos da empresa. Com isso, a empresa procurar livrar-se das horas extraordinárias e racionalizar a utilização do tempo de trabalho durante uma jornada anualizada; b) Flexibilidade salarial, que permite a flutuação do salário em função da produtividade do trabalho e de outros mecanismos (prêmios, sugestões etc.), com tendência de descentralização e individualização de sua determinação. Geralmente procura-se estabelecer uma remuneração fixa mais baixa, ficando uma parte importante dos vencimentos na dependência do cumprimento de metas pré-estabelecidas.

No caso atual, são classificadas como de flexibilidade funcional as medidas que mexem na determinação do tempo de trabalho (banco de horas e liberação dos trabalhos aos domingos) e na

determinação da remuneração, particularmente a PLR (participação nos lucros ou resultados), o fim da política salarial e a desindexação dos índices de reajuste salarial.

Por flexibilidade procedimental são entendidas as iniciativas que facilitam um deslocamento das definições na forma de determinação do uso e da remuneração do trabalho e de solução dos conflitos, proporcionando maior poder às empresas em detrimento dos espaços públicos e estatais. Neste tópico, como medidas que dão instrumentalidade para a efetivação material dos direitos, destacam-se as Comissões de Conciliação Prévia (CCPs), o rito sumaríssimo, o afrouxamento da fiscalização por parte do Ministério do Trabalho e o incentivo à adoção da mediação e arbitragem privada (KREIN, 2004).

Após quase três décadas da reestruturação produtiva<sup>3</sup> nos países capitalistas de industrialização avançada, onde as mudanças produtivas e organizacionais ainda se fazem sentir com certa intensidade, observa-se a deterioração crescente das condições institucionais do mercado de trabalho. Há um conjunto de fenômenos que continua presente em quase todos eles. Acentuou-se a tendência ao desemprego estrutural, ao desemprego de longa duração, ao aprofundamento das desigualdades sociais e à precarização do emprego (trabalho sem carteira assinada, em tempo parcial, em tempo determinado, elevada rotatividade etc). Esses fenômenos geraram, entre outros efeitos, um forte dualismo entre trabalhadores que ainda contam com garantias legais e aqueles que estão sujeitos a relações precárias, além do declínio do emprego no setor industrial, afetando assim o movimento sindical<sup>4</sup>.

Mostrando coerência com o programa de governo de FHC, que pretende buscar uma “modernização” da sociedade e da economia brasileira através de uma inserção competitiva no mercado global, estas medidas estão no bojo de um programa mais geral de reformas (do Estado brasileiro, da economia, da previdência, etc). Além disso, a necessidade da flexibilização é defendida pelas entidades empresariais como parte do processo de mudanças tecnológicas e organizacionais das empresas, em um contexto de maior competitividade.

Especialmente durante o Plano Real, tornam-se evidentes os indícios de um aprofundamento da desregulação das normas do trabalho e uma flexibilização das relações de trabalho no Brasil, o que se expressa tanto pelas mudanças institucionais como pela dinâmica dos atores sociais em um contexto marcado pela desregulação comercial e financeira, pelas inovações tecnológicas e organizacionais, pelo medíocre e instável desempenho da economia, pela crescente elevação do desemprego e pelo crescimento da precarização do trabalho. Neste contexto de reorganização econômica e produtiva, o conceito de flexibilidade, segundo Forrester (1996 *apud* KREIN, 2000), que poderia soar como algo agradável, na verdade, para os trabalhadores, se torna qualquer coisa feroz, inflexível, sinônimo de livre demissão. Em outros termos, na prática, a “flexibilização” tem se constituído em sinônimo de aumento da precarização do trabalho (Uriarte, 2000 *apud* KREIN, 2000).

Segundo Dedecca (1999), a estabilização das relações de trabalho não pôde mais ser sustentada quando a instabilidade dos mercados, o acirramento da concorrência intercapitalista e a incorporação mais rápida do progresso técnico passaram a exigir das empresas uma flexibilidade produtiva compatível com as novas condições de acumulação capitalista. A discussão da alteração do sistema brasileiro de relações de trabalho,

---

3 No Brasil, o processo de reestruturação produtiva vislumbra no final dos anos 1970, com a crise do modelo de desenvolvimento baseado na “substituição das importações” e se intensifica nos anos 1990, com a política neoliberal e a abertura econômica, acarretando transformações no processo produtivo, na gestão e organização do trabalho, bem como no espaço, produzindo “novos espaços industriais”(GOMES, 2007).

4 A experiência recente de alguns países que buscaram a maior flexibilização e desregulamentação dos direitos trabalhistas, rompendo, portanto, com o caráter heterônomo, isto é estatal, do sistema nacional de relações de trabalho, não aponta resultados positivos quanto à geração de empregos. A Espanha e a Argentina, por exemplo, que promoveram importantes reformas na legislação trabalhista, no início dos anos 90, ainda convivem com elevadas taxas de desemprego. No caso da Espanha, o desemprego, atualmente, se encontra na faixa dos 22% da força de trabalho. Já na Argentina, mesmo com as alterações promovidas nos contratos de trabalho, o desemprego atinge cerca de 17% da população economicamente ativa (DIEESE *apud* BUSNELLO, 2013).

então, passa a ser um elemento do ajuste econômico e da redefinição do papel do Estado na sociedade brasileira.

Os combatentes da flexibilização dos preceitos trabalhistas, apontam que, na prática, os resultados alcançados pelos países que desregulamentaram as normas laborais não foram os prometidos pela doutrina flexibilizante. O modelo defendido tem trazido sérios prejuízos aos trabalhadores e, conseqüentemente, à economia como um todo. Os índices de desemprego continuam altos, o nível salarial tem decaído muito e os empregos têm um grau de precariedade extremamente maior do que os que deixam de existir, culminando em um grande retrocesso social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Não há contradições em concordar com medidas que satisfaçam o capitalismo em discursos neoliberais que buscam o desenvolvimento econômico, geração de empregos, geração de renda e estabilidade. Porém não é salutar nem admissível que continuemos buscando estes objetivos utilizando ferramentas que destroem direitos dos trabalhadores, conquistas sociais e valorizam a desigualdade como resultado aceitável na busca do bem de um País.

Por meio desta pesquisa, foi possível a análise da conjuntura em que se deu a Consolidação das Leis Trabalhista, a marcante presença da política neoliberal na década de 1990 no Brasil, utilizando-se da flexibilização dos direitos trabalhistas como estratégia de crescimento econômico e geração de emprego, em tempos de crise econômica. Foi demonstrado que embora pese sobre a CLT o discurso de que ela colabora para a crise econômica, nenhuma medida de flexibilização e desregulamentação de direitos trouxe reflexos positivos, pois o fenômeno da crise econômica é parte do sistema de produção capitalista, pautado no aumento ilimitado de produção e lucro sacrificando a proteção social e direitos trabalhistas da classe menos favorecida em uma sociedade, produzindo desigualdade e insegurança para a sociedade.

## REFERÊNCIAS

---

ALMEIDA, G.R. De Collor à Lula: Estado, hegemonia e reformas no movimento sindical. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. ANPUH: São Paulo, julho, 2011.

**AOUN, S. Política econômica no Brasil nos últimos vinte anos do século XX. Secretaria da Agricultura e Abastecimento: IEA. São Paulo, 2004.**

BUSNELLO, R. Reestruturação produtiva e flexibilização dos direitos trabalhistas. **Revista Direito Em Debate**, 9(14). <https://doi.org/10.21527/2176-6622.2000.14.%p>

CAMPANA, P. O impacto do neoliberalismo no Direito do Trabalho: desregulamentação e retrocesso histórico. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília a. 37 n. 147 jul./set. 2000.

FERNANDES, F.L.V. **As reformas sindical e trabalhista na sociedade brasileira neoliberal: ampliando a escuridão na "câmara escura"**. UNB: Brasília, 2009.

GHISLENI, M.S.D.V. Flexibilização do direito do trabalho. Disponível em: [www.univates.com.br](http://www.univates.com.br)

GOMES, M.T.S. **O Debate Sobre A Reestruturação Produtiva No Brasil**. Curitiba, Departamento de Geografia –UFPR, 2007.

RAMOS, L; REIS, J.G.A. Emprego no Brasil no anos 90. **IPEA**: Rio de Janeiro, 1998.

KREIN, José Dari. A reforma trabalhista de FHC: análise de sua efetividade. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, Campinas, SP, n. 24, p. 270-299, jan./jun. 2004.

NASIHGIL, A.A.N.; DUARTE, F.C. A flexibilização do direito do trabalho como instrumento de desenvolvimento econômico em conflito com o princípio da vedação do retrocesso social. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC**. v. 35.2, jul./dez. 2015.

PENA, Rodolfo F. Alves. Reestruturação produtiva. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/reestruturacao-produtiva.htm>. Acesso em 09 de novembro de 2020.

POCHMANN, Marcio. Desestabilização do trabalho. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. sp e 3, p.67-77, Nov. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000700067&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000700067&lng=en&nrm=iso)> Acessado em: 02 Nov. 2020.

SILVA, S.A. **Reformas Trabalhistas**: Uma visão panorâmica pelos governos Getúlio Vargas e Fernando Henrique Cardoso. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 2019.

TREVIZANI, D.M. Flexibilização das leis trabalhistas e as consequências para o trabalhador. **Revista de iniciação científica da Faculdade de Direito de Franca**. ISSN 2675-0104 – v.2, n.2, dez. 2017.



# CRISE DO CAPITAL E OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA PRODUÇÃO DE CALÇADOS – REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS

Haidée de Caez Pedroso Rodrigues

Doutora em Serviço Social, atualmente é Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato através do e-mail: haideerodrigues@yahoo.com.br

**Resumo:** O presente artigo é fruto dos debates teóricos e pesquisa de campo realizada junto aos sindicatos e empresas na produção de calçados na região do Vale dos Sinos/RS. O foco desta investigação voltou-se às principais conexões econômicas e políticas existentes entre as grandes empresas, as médias e pequenas empresas (MPEs) e os sindicatos de trabalhadores. Os resultados da pesquisa nos levam a reflexões sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações de produção locais, principalmente no que tange às manifestações da questão social frente à interiorização e descentralização da produção. Partimos do pressuposto marxiano de que a análise do capitalismo não é somente o estudo das leis tendenciais do seu modelo econômico, mas também das relações sociais que o conformam e que lhe dão sustentação, o que inclui desafios para organização sindical na atualidade.

**Palavras chave:** reestruturação produtiva, micro e pequenas empresas, questão social, sindicato.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de acúmulos teóricos e empíricos de pesquisa realizada junto aos sindicatos e empresas na produção de calçados na região do Vale dos Sinos, localizada no estado do Rio Grande do Sul (RS). O foco desta investigação voltou-se às principais conexões econômicas e políticas existentes entre as grandes empresas, as médias e pequenas empresas (MPEs) e os sindicatos de trabalhadores. É consenso na literatura acadêmica que o atual estágio do desenvolvimento do capitalismo tem cada vez mais acirrado as contradições entre classes, refletindo as principais expressões da questão social<sup>1</sup>, tanto em seus aspectos econômicos, sociais e culturais<sup>2</sup>. Uma das consequências de expansão do capital tem se voltado à flexibilização da produção, através das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) que, por sua vez, impõe desafios à resistência dos trabalhadores, em um contexto de aprofundamento das formas da terceirização e subcontratação da força de trabalho no Brasil.

Nossos estudos têm como base a teoria marxiana que parte do pressuposto teórico-metodológico de que a análise do desenvolvimento do capitalismo não é somente o estudo das leis tendenciais do seu modelo econômico, mas também das relações sociais que o conformam e que lhe dão sustentação. Marx (1979) nos ensina que para apreensão dos fenômenos e do seu movimento é necessário partir do concreto, porque o concreto é a síntese de múltiplas determinações e, portanto, a unidade do diverso. Torna-se o concreto o

---

1 A questão social aqui compreendida enquanto “[...] as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento enquanto classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através da legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação de serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social” (IAMAMOTO, 2005, p. 77).

2 Os debates centrais sobre os impactos do desenvolvimento do capitalismo e o aumento das desigualdades sociais vamos encontrar entre os principais pesquisadores reconhecidos nacional e internacionalmente, de diversas áreas do conhecimento, a exemplo de Alves (2010), Antunes (2006; 2005, 2002), Chesnais (1996), Chossudovsky (1999), Harvey (2014), Iamamoto (2007), Mézáros (2011; 2009), Mota (2008), Pochmann (2012), entre outros.

ponto de partida, ainda que limitada do ponto de vista de suas determinações e contradições, mas ainda assim é o ponto de partida da intuição e da representação necessárias ao desenvolvimento da investigação.

As principais questões que serviram de ponto de partida para nossa pesquisa foram: Qual a relação produtiva entre as MPEs e as grandes empresas? Quais as estratégias de gestão do trabalho por parte das MPEs? Quais as implicações políticas, econômicas e sociais dessa divisão do trabalho? Quais são as particularidades do desenvolvimento das cadeias produtivas a partir das MPEs na atualidade?

Este estudo teve por objetivo central contribuir para o acúmulo teórico da discussão sobre o mundo do trabalho no cenário contemporâneo e das atuais expressões da questão social, investigando as principais conexões da produção na realidade das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) e suas relações com as grandes empresas e associações de classe, principalmente no que se refere à gestão do trabalho nas MPEs, em um contexto social, político e econômico da terceirização e da flexibilização do trabalho no Brasil.

Creemos que tal estudo tende a contribuir de diferentes maneiras. A contribuição central está no avanço teórico em torno da forma como se organiza e se relaciona a grande empresa com as MPEs do ponto de vista da gestão do trabalho. Nesse sentido, dado o processo de intensificação das modalidades de contratação via terceirizações, visa contribuir na desmistificação dessas relações, dando sequência a um conjunto de estudos que vem sendo desenvolvidos a partir da teoria social crítica sobre o mundo do trabalho em diferentes áreas do conhecimento.

Além da pesquisa teórica também realizamos pesquisa bibliográfica sobre o histórico da produção de calçados na região do Vale dos Sinos/RS e efetuamos entrevistas junto a segmentos institucionais de referência, como sindicatos de trabalhadores e MPEs, através de questionário com perguntas abertas.

Buscaremos, na primeira parte do artigo, apresentar o debate teórico sobre a crise do capital e as estratégias de reorganização produtiva que impactaram o mundo do trabalho. Num segundo momento, abordaremos um breve histórico da constituição da produção de calçados na região do Vale dos Sinos/RS bem como as atuais estratégias da produção flexível via interiorização e descentralização produtiva. Tal conteúdo nos fornece elementos para a elaboração de síntese analítica sobre os principais resultados encontrados que conformam a correlação de forças entre as classes sociais na atualidade. Por fim, seguem nossas considerações finais e principais referências bibliográficas.

## **CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E OS IMPACTOS À CLASSE TRABALHADORA**

---

O sistema capitalista, ao longo de seu desenvolvimento, vivencia e supera crises que não possuem uma única causa, sendo se tratar do resultado da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. Existem diversas possibilidades de ocorrência de crises, e que há a propensão em produzir graves tensões no processo de acumulação. Tendem a ter o efeito de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação.

Embora saibamos que tenham ocorridos crises em diferentes países nas últimas décadas, há de se destacar que a crise do capital vivenciada desde os anos de 1970 é fundamentalmente uma crise estrutural que atingiu de forma particular as relações políticas e econômicas mundiais (MÉSZÁROS, 2011). Manifestou-se em quatro aspectos fundamentais:

- a) Seu caráter universal. Ou seja, a crise atual não está restrita a uma esfera particular, mas ao capital em sua totalidade.
- b) Sua abrangência é global, pelas próprias características contemporâneas do capitalismo, em lugar de restringida a um conjunto particular de países.
- c) Sua “escala de tempo” é extensa, contínua, permanente, em lugar de limitada como foram todas as crises anteriores.

- d) Em comparação aos grandes cataclismos e colapsos de crises passadas, seu modo de operar poderia ser chamado de “rastejante”. Ou seja, esta é uma crise longa e de caráter estagnante que opera em sentido silencioso, com a possibilidade que tenhamos erupções explosivas no futuro.

Por isso alguns limites imediatos de expansão do capital são rearranjados cujo papel do Estado torna-se fundamental nesse processo. É necessário articular as estruturas jurídicas segundo as necessidades do capital, seja por meio da adoção de medidas liberalizantes, reformistas e repressivas que facilitem a concentração de capital e bloqueiem ainda que, temporariamente, a crise estrutural. Portanto, o capital atinge um nível de desenvolvimento que fica impossível a correção de sua crise estrutural, restando apenas falsear suas contradições (MÉSZÁROS, 2006).

Também é necessária à expansão capitalista a redução nos custos de realização e circulação, porque quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual de mais-valor (HARVEY, 2005). O capitalismo tem sido considerado: “por contínuos esforços de redução dos tempos de giro, acelerando assim processos sociais, ao mesmo tempo em que diminui os horizontes temporais da tomada de decisão significativa” (HARVEY, 2014, p. 210).

O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução das barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produções eficientes (organização serial e a divisão detalhada do trabalho, sistemas de fábrica e de linha de montagem, divisão territorial do trabalho e aglomeração em grandes cidades), redes de circulação (sistemas de transportes e comunicação) e de consumo (formas de uso de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades) (HARVEY, 2014, p. 212).

Notemos que há a necessidade de criar aglomerados produtivos que visem minimizar os custos de circulação e o tempo de giro do capital a partir da descentralização produtiva e de uma maior racionalização da produção territorial. Viabilizando com maior rapidez os tempos de giro de produção, na troca e no consumo, a partir da ruptura das barreiras espaciais para maior exploração por parte do capital, possibilitando o aproveitamento de diferenciações locais.

As diferenças locais de capacidade de empreendimento, capital para associações, conhecimento técnico e científico e de atitudes sociais também contam, enquanto as redes locais de influência e de poder e as estratégias de acumulação das elites dirigentes locais [...] as elites dirigentes locais podem, por exemplo, implementar estratégias de controle da mão de obra local, de melhoria de habilidades, do fornecimento de infraestrutura, de política fiscal, de regulamentação estatal, etc., afim de atrair o desenvolvimento para o seu espaço particular (HARVEY, 2014, p. 266)

E isso ocorre porque “a crise afeta o processo de trabalho e eleva seu grau de intensidade, constituindo-se assim num mecanismo imprescindível para a recomposição do crescimento e a acumulação do valor” (DAL ROSSO, 2013, p. 44). Portanto, a diminuição do tempo de ciclo do capital é fundamental para a aceleração da produção, o que é mais vantajoso quando há a concentração da produção em determinadas localidades que se especializam na produção de mercadorias específicas.

As estratégias para a superação da crise estrutural articularam medidas políticas e econômicas que tanto no âmbito da reestruturação produtiva, financeirização da economia e políticas neoliberais. Tais medidas não espantaram a “onda longa recessiva”, que mesmo retomando as taxas de lucratividade não conseguiu retomar o crescimento das décadas anteriores. Também elas não se deram de forma linear e sequencial, mas compuseram, ao longo das últimas décadas, uma série de ações de cunho social, econômico e político a depender das particularidades das relações de classes de cada país.

As medidas decorrentes da liberalização financeira e reformas do Estado, principalmente via medidas neoliberais, comprometeram os gastos públicos com o capital financeiro em detrimento do investimento público. As estratégias de reestruturação produtiva que marcaram a fase de internacionalização dos mercados produziram, de forma ágil e rápida, a mundialização e externalização das etapas do processo produtivo

intensificando os métodos de exploração da força de trabalho e a concentração de capitais em um número menor de capitalistas.

Ao que se refere especificamente à reestruturação produtiva, as principais mudanças voltaram-se à instauração de processos produtivos inovadores tanto na produção como nas relações de trabalho, sob forte influência do modelo japonês ohnista/toyotista. As principais características desse modelo são: instituição da polivalência do trabalhador, na medida em que o trabalhador passa operar várias máquinas simultaneamente e num nível máximo de intensidade; importação de técnicas de gestão tipo *just in time* e *kanban* tanto para as empresas “mãe” quanto para as subcontratadas, o que significa produzir somente o necessário e no menor tempo/ reposição de produtos somente depois de sua venda; introdução de incrementos tecnológicos, provocando a extinção de milhares postos de trabalho; flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados e dos padrões de consumo, em contraposição aos modelos de produção em massa que predominou as formas de produção durante décadas; transferência da base industrial dos países desenvolvidos para localidades onde o custo da força de trabalho é mais barato (ANTUNES, 2006).

A noção de flexibilidade da reestruturação produtiva tem relação com: flexibilidade da produção, que tange a necessidade de ajustar a produção às demandas do mercado; flexibilidade na capacidade dos trabalhadores em trocarem de posto associado à noção de polivalência; flexibilidade nas formas de contratação do trabalho; flexibilidade na formação dos salários, que poderiam ser revistos conforme as conjunturas históricas, desemprego e produtividade; flexibilidade que possibilitaria a redução dos encargos e regulamentação social (SALERNO, 1993).

A externalização da produção para as subcontratadas acarretou destruição de postos de trabalho na “empresa-mãe” e recriando outros vinculados às atividades terceirizadas. Em geral, esses novos postos de trabalhos são piores que os anteriores, tanto em termos de condições de trabalho, remuneração, segurança de trabalho ou de direitos sociais. Mesmo que as taxas de ocupações permaneçam quase que as mesmas, ocorre uma clara precarização das ocupações (SILVA, 2012).

Tais mudanças na esfera da produção impactaram também a subjetividade do trabalhador visando a adesão dos trabalhadores às propostas de acumulação capitalista. O que envolve estratégias de subjetivação de alguns valores e práticas em que se misturam “repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm que ser organizados não somente no local do trabalho como na sociedade como um todo” (HARVEY, 2014, p. 119).

Por isso um dos focos das estratégias da reestruturação produtiva foi o enfrentamento à capacidade combativa dos sindicatos. No caso japonês da Toyota houveram vários mecanismos de desmoralização das greves e forte repressão aos líderes sindicais. As empresas passaram a se aproveitar da desestruturação dos sindicatos e criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês na era toyotista: “o sindicalismo de empresa, o sindicato-casa, atado ao ideário do universo patronal” (ANTUNES, 2006, p. 33). E nesse sentido, buscaram “proporcionar falsas soluções para a oposição de interesses entre trabalhadores e capitalistas, almejando uma disfarçada harmonia no interior das empresas” (WELLEN; WELLEN, 2010, p. 46).

Devido à descentralização produtiva, aos processos flexíveis de subcontratação e terceirização, cresceu o número das Micro e Pequenas Empresas (MPes) criadas. Muitas delas, inclusive, formadas por trabalhadores que foram expulsos das grandes empresas e que passaram a fornecer serviços para as mesmas só que sob a condição de pessoa jurídica e não como trabalhador assalariado.

No Brasil, os números de representatividade das MPes sob a contratação da força de trabalho são de fato impactantes. Por exemplo, de 2000 a 2008 as MPes foram responsáveis por aproximadamente 54% dos empregos formais do país e em 2008, os pequenos negócios respondiam por 51% da força de trabalho urbana empregada no setor privado. Como resultado, as MPes foram responsáveis por aproximadamente metade dos postos de trabalho formais criados entre 2000 e 2008 (MADI; GONÇALVES, 2012).

E é o segmento que possui o maior número de horas trabalhadas (KREIN, BIAVASCHI, 2012) e que conta com altos índices de rotatividade (FRACALANZA; FERREIRA, 2012).

Portanto, é necessário analisar as MPEs não somente do ponto de vista da sua gestão e financiamento, mas principalmente particularizá-las dentro da sua inserção na divisão social e técnica do trabalho para que possamos avançar no estudo da situação concreta das principais razões pelas quais elas estão sendo convocadas a se tornarem a “saída” para o desemprego, a partir de suas características flexibilizadoras, bem como suas limitações diante da monopolização do capital em diferentes ramos produtivos.

Vejamos a seguir as particularidades da produção na região do Vale dos Sinos/RS que expressam a adoção de medidas flexíveis como a exemplo da substituição da produção de uma empresa por várias pequenas unidades, as MPEs, interligadas por rede e expansão do trabalho em domicílio com remuneração por peça/produção<sup>3</sup>.

## **FORMAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO RAMO CALÇADISTA NO VALE DOS SINOS/RS**

---

Segundo a Associação Brasileira de Indústria de Calçados<sup>4</sup> (ABICALÇADOS, 2016) a origem da produção de calçados no Brasil ocorre no Rio Grande do Sul através dos colonizadores em 1824, em sua maioria de origem alemã, que se instalaram na região do Vale do Rio dos Sinos<sup>5</sup>. Possuíam já experiência na confecção de artigos de selaria e modelos rudimentares de calçados, como botas e sapatos, feitos principalmente com sobras de couro e outros utensílios.

Apesar da forte característica econômica da região ser a criação de gado – através da comercialização do charque – o couro também tinha seu mercado, ainda que secundário na economia gaúcha, voltado aos portos estrangeiros onde em geral era remetido à Europa. Até o final do século XIX a produção de calçados já existia, mas se constituía apenas como o subproduto do couro processado e atendia às necessidades do mercado regional (HENRIQUES, 1999).

A colônia de São Leopoldo, além de ser a primeira, foi a que mais se desenvolveu porque obteve sucesso na agricultura, atingindo um dos objetivos que era o de abastecer a capital. Assim, os imigrantes puderam se dedicar também ao artesanato:

O gado existia em larga quantidade na província, iria fornecer a matéria-prima para fabricação de artigos de couro, cuja demanda, numa época em que não se produziam sintéticos, era muito grande. Do couro (matéria-prima disponível), da habilidade dos colonos (mão-de-obra qualificada) e das necessidades da população (mercado existente) surgiria a produção organizada do couro curtido e de seus artefatos no Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 1986, p. 20).

- 
- 3 O salário por peça é rebaixado na mesma proporção em que cresce o número de peças produzidas durante o mesmo tempo, isto é, em que diminui o tempo de trabalho empregado na mesma peça. Essa variação do salário por peça, enquanto puramente nominal, provoca lutas contínuas entre capitalista e trabalhador. Ou porque o capitalista aproveita o pretexto para rebaixar realmente o preço do trabalho, ou porque o aumento da força produtiva do trabalho é acompanhado de um aumento da intensidade do mesmo. Ou porque o trabalhador toma a sério a aparência do salário por peça, como se lhe pagassem seus produtos não sua força de trabalho, e por isso se opõe a um rebaixamento do salário, que não corresponde ao rebaixamento do preço da venda da mercadoria (MARX, 1988, p. 138).
  - 4 A ABICALÇADOS é a entidade que representa a indústria calçadista nacional atuando na esfera comercial. Foi fundada em 1983 e se encontra sediada em Novo Hamburgo (RS). Possui em seu quadro de associados empresas calçadistas de todos os portes e estados brasileiros. Fonte: [www.abicalcados.com.br](http://www.abicalcados.com.br), acesso em 24/04/2018.
  - 5 O Vale dos Sinos abrange os seguintes municípios do estado do Rio Grande do Sul: Capela de Santana, Campo Bom, Estância Velha, Esteio, Nova Hartz, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Riozinho, Rolante, São Leopoldo, Sapiranga, Sapucaia do Sul e Taquara.



Os artefatos em couro feito pelos imigrantes em geral estavam relacionados à montaria, ao chamado lombrião, que substituiu a sela comum. Também eram fabricados artigos de uso pessoal como botas, botins e sapatos.

Faziam inicialmente para o consumo interno e desenvolviam esse artesanato como atividade complementar às atividades agrícolas. Com o desenvolvimento da manufatura na capital e posterior divisão do trabalho artesanal, se ampliou o comércio de calçados. Mas a produção de sapatos no Vale dos Sinos/RS ainda era muito residual, o que mais se comercializava ainda no mercado eram os artigos vindos da Europa.

Uma característica dos alemães que contribuiu para o desenvolvimento do setor de calçados na região é que eles não admitiam realizar os trabalhos agrícolas sem sapatos, ao contrário dos escravos. Portanto, eles usavam as sobras dos couros que eram utilizadas para fazer a montaria para fabricar seus sapatos.

São Leopoldo se desenvolveu tanto que em 1843 contava com engenhos de cachaça, de serrar madeira, de mandioca, cortumes, fábricas de azeite de mamona, etc. Em 1846, um ano após a Revolução Farroupilha, a colônia foi elevada à condição de vila.

Foi-se ampliando o número de cortumes e de artesãos na região e em regiões próximas. Era forte a importância do couro para a fabricação de arreios, selas, lombinhos, bainhas de faca e calçados. Fazendo surgir inúmeros estabelecimentos familiares que trabalhavam com o beneficiamento do couro, que passaram a fabricar manufaturas em um processo basicamente artesanal. A primeira fábrica especializada em calçados ocorreu em 1888 e contava com um cortume e uma fábrica de arreios (HENRIQUES, 1999).

Mesmo após a instalação das primeiras indústrias no setor dos calçados que utilizavam energia térmica, o que representava um avanço para a época, ainda permanecia o trabalho artesanal<sup>6</sup>. Muitas empresas cadastradas como indústrias ainda possuíam a característica das oficinas à base da cooperação simples ou da divisão manufatureira do trabalho que em geral contratavam empregados que levavam o trabalho para casa, ou seja, que realizavam o trabalho em seus domicílios (CARNEIRO, 1986).

As mudanças tecnológicas e no setor de transportes que ocorreram no início do séc. XX impulsionaram a fabricação de calçados, mas ainda com a forte presença do trabalho artesanal (CARNEIRO, 1986). Ao final dos anos de 1950, o mercado nacional estava consolidado e apontava sinais de saturação. Foi o período em que começou o investimento na exportação da produção local e a região do Vale dos Sinos/RS se especializou na produção de calçados femininos. Nos anos de 1960 a organização da produção ainda permanecia com forte conteúdo artesanal, de intensivo emprego de força-de-trabalho e com o predomínio de pequenas e médias empresas subcontratadas (COSTA, 2004).

O incremento dessas novas tecnologias, como o exemplo dos trilhos de transporte de calçados, inaugurou uma produção sob a gestão taylorista/fordista neste segmento. Sendo criado em 1972 o Centro Tecnológico do Couro, Calçados e Afins para fornecer assistência técnica, realizar controle de qualidade e desenvolver pesquisas na área de produção (CARNEIRO, 1987).

Uma grande transformação no setor calçadista veio a se institucionalizar quando houve o desenvolvimento da produção de calçados injetáveis de plásticos e solados injetados diretamente no cabedal (que é a ligação da sola com a parte de cima do sapato) (REICHERT, 2004).

Do ponto de vista industrial, o calçado de plástico apresentava algumas vantagens: era produzido em série, com custos mais baixos, e utilizava pouca mão-de-obra, permitindo lucros maiores. Inicialmente, sua produção seria destinada ao mercado interno, mas nos anos de 1980 começou a atingir também o mercado internacional (CARNEIRO, 1987, p. 141)

Os anos 1970 marcaram a internacionalização da produção e sua diversificação. Constituindo-se como um novo impulso ao seu crescimento. A incorporação dos métodos tayloristas-fordistas propiciou ganhos de escala e produtividade no trabalho e também expulsaram um número expressivo de trabalhadores das fábricas gerando bolsões de miséria nas periferias das cidades. Entre o período dos anos 1980 a 1990 muitas

---

6 O trabalho artesanal é uma característica que ainda compõe a produção de calçados também na atualidade, só que sob o comando das grandes empresas e não mais como trabalho do artesão individual.



das pequenas e médias empresas fecharam, sendo o mercado monopolizado pelas grandes indústrias (HENRIQUES, 1999).

Um grande número de trabalhadores desempregados formaram pequenas empresas, as “fabriquetas”, onde os trabalhadores, que já sabiam o ofício da fabricação do sapato, produziam sapatos artesanais. Posteriormente, a maioria desses trabalhadores viraram subsidiários das grandes empresas, em geral de maneira informal e de caráter domiciliar, principalmente para realizar a costura do sapato (COSTA, 2004).

Em seguida esses mesmos trabalhadores das “fabriquetas” passaram a fornecer insumos às grandes empresas, já que possuíam qualificação necessária para produzir, mas sob condições de trabalho precarizadas. A remuneração ocorrendo por peça/produção e as responsabilidades trabalhistas ficavam a cargo deles, que futuramente comporiam o conjunto das de Micro e Pequena Empresa (MPEs) brasileiras.

Na década de 1990 ocorreram significativas mudanças econômicas que impactaram a comercialização dos calçados em escala mundial, principalmente com a concorrência direta dos produtos asiáticos, em especial a China. A valorização da taxa de câmbio prejudicou a competitividade das exportações de calçados e barateou a importação dos mesmos, afetando o setor calçadista (HENRIQUES, 1999). Com o ingresso nos anos 2000 o mercado estava dividido entre os produtores de calçados de menor valor agregado que ficou a cargo dos países asiáticos, enquanto que os países tradicionais, como a Itália, ocupavam nichos de mercado com marca e design sofisticados, mesmo externalizando grande parte de sua produção em direção ao Leste Europeu, em especial à Romênia. (CAMPOS; CALANDRO, 2009).

O rearranjo do mercado nacional contou com alguns desafios próprios das particularidades brasileiras que implicaram em: rápidas respostas às mudanças da moda, incluindo a incorporação de materiais sintéticos no lugar do couro; substituição da produção em escala para produção flexível; diminuição espacial das estruturas de produção visando maior agilidade produtiva; redução expressiva de empregos; diversificação de múltiplos mecanismos de distribuição; adequação da dinâmica de vendas (ROSA, 2015).

Diante deste cenário, abriu-se ainda mais espaço para as terceirizações e flexibilização do processo produtivo na região do Vale dos Sinos/RS, principalmente via descentralização da produção e subcontratação de força de trabalho em especial nas zonas rurais, onde encontravam trabalhadores em abundância e sem organização sindical. A região do Vale do Rio dos Sinos/RS, então, consolidou-se, ao longo dos tempos, enquanto uma cadeia produtiva, agregando fábricas de calçados, cortumes, indústrias químicas, de componentes para calçados, de máquinas e equipamentos para couros e calçados, além de empresas especializadas com exportação. Também estão presentes universidades e centros tecnológicos que contribuem para a formação de trabalhadores especializados para atender as demandas da indústria calçadista.

## **MANIFESTAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL FRENTE A INTERIORIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DE CALÇADOS NA REGIÃO DO VALE DOS SINOS/RS**

---

As estratégias de interiorização e descentralização da produção de calçados no Vale dos Sinos/RS é fruto das intervenções de reestruturação produtiva e estendeu para as microrregiões vizinhas com o objetivo de terceirizar partes da produção de calçados. As empresas de produção verticalizadas foram substituídas por uma gestão horizontalizada com o predomínio de redes de subcontratação, que ocorre da seguinte forma:

A subcontratante (em geral, representada por uma empresa de grande porte), solicita à outra, a subcontratada (representada às vezes por empresas pequenas, às vezes por indivíduos isolados ou conjunto deles), a elaboração ou beneficiamento de um produto inteiro ou de parcela dele, sob

---

7 Na linguagem local, os “ateliês” são chamados os lugares onde se realiza a costura e as “fabriquetas” onde produzem todo o sapato.

a forma de peças ou componentes, ou até mesmo um serviço que vai compor de algum modo seu produto final. Essa relação pode ser formalizada via contrato convencional ou por acordo verbal (RUAS, 1993, p. 26).

A reestruturação produtiva no ramo dos calçados assumiu características heterogêneas, mesclando métodos tayloristas-fordistas com criação de unidades flexíveis horizontalizadas. Ampliando a formação de redes de subcontratação, principalmente no incentivo à promoção de Micro e Pequenas Empresas (MPEs) para o fornecimento de insumos e produtos às grandes empresas.

O processo de terceirização, em muitos dos casos, passa também pela quarteirização, em que a pré-fabricação é transferida para as MPEs que por sua vez, deslocam parte das tarefas para os ateliês de menor porte ou para o trabalho nos domicílios. Um dos impactos sociais mais expressivos desse processo foi o reforço ao ocultamento das situações de trabalho infantil historicamente já existentes, além do envolvimento de idosos na produção.

Esses ateliês (que tanto podem ser domésticos ou dentro das MPEs) realizam as atividades de costura, a pré-fabricação, a forração dos saltos e palmilhas, os enfiados e de cartonagem (caixa de sapatos) além da costura do cabedal (SCHNEIDER, 2004).

A interiorização da produção permitiu a contratação precária de trabalhadores das zonas rurais, pois a característica econômica e social da região é marcada pela forte presença da agricultura familiar de origem colonial e sem histórico de organização sindical (SCHNEIDER, 2004). Além de ser possível a remuneração desses trabalhadores por peça/produção. Condições que contribuem para a informalização do setor.

A parcialização da produção só pode ser realizada dessa maneira porque no ramo dos calçados as várias etapas do processo produtivo podem ser executadas de forma independente umas das outras. Além do que necessitam de poucos investimentos em capital fixo; demandam contratação de força de trabalho em abundância que em geral é de baixa qualificação; possibilita a fragmentação do processo produtivo, favorecendo o surgimento de empresas especializadas em um ou mais partes da produção. Portanto, é um setor que possibilita a coexistência de empresas modernas de grande porte com pequenas empresas de produção artesanal (SOUZA, et. al., 2012).

O trabalho artesanal é uma característica do ramo de calçados desde suas origens e que permanece até hoje. Embora atualmente exista a tecnificação de etapas do processo produtivo, o trabalho artesanal não deixou de existir e inclusive se intensificou a partir da interiorização dessas empresas, principalmente através do trabalho em domicílio:

Nos ateliês domiciliares da indústria de calçados a relação é, geralmente, e, sobretudo, predatória. Sem o apoio das empresas contratantes, os padrões de gestão desses ateliês continuam precários, prejudicando, na própria base, o aprimoramento dos níveis de eficiência, qualidade e rapidez da produção de calçados. Em lugar de colaboração, o que se observam são relações marcadas pela desconfiança e oportunismo de parte a parte. Segundo gerentes entrevistados em pesquisa recente, o principal interesse das empresas contratantes é, ainda, a redução nos custos de produção e a transferência para terceiros dos problemas de controle e disciplina da mão-de-obra e dos pagamentos dos benefícios sociais (RUAS, 1993, p. 40).

A associação do trabalho em domicílio com a cultura de desmobilização política nas zonas rurais enfraquece a capacidade de luta, resistência e organização dos trabalhadores em defesa de seus direitos. O trabalho em domicílio traz como resultado o isolamento e individualização dos trabalhadores já que não estão mais reunidos no mesmo espaço produtivo. A principal consequência é a submissão dos trabalhadores às necessidades imperativas das empresas pelas quais prestam serviços. Torna-se elemento fundamental para o desenvolvimento do capitalismo uma vez que um dos objetivos da gestão do trabalho a partir da reestruturação produtiva foi a tentativa de eliminação do poder de contestação da classe trabalhadora (MATOS, 1993).

Essas precárias condições de trabalho também impactam a saúde desses trabalhadores e suas famílias. Quando ocorre o trabalho em domicílio é o constante cheiro da cola no ambiente, o pó do couro,

equipamentos improvisados para o desenvolvimento de suas atividades, o ruído das máquinas que não cessam nem mesmo nos fins de semana (NAVARRO, 2006). As doenças mais comuns são as Lesões por Esforço Repetitivo (LER), e é frequente a automedicação, uma vez que esses trabalhadores necessitam continuar produzindo mesmo com a dor senão não serão remunerados, o que inclui o uso constante de analgésicos e anti-inflamatórios. Outras queixas de problemas de saúde são cefaleia, dor de estômago, problemas na coluna e adoecimento mental (principalmente casos como depressão) (LOURENÇO, BERTANI, 2009).

Apesar dessas condições precárias do trabalho em domicílio, as empresas veem nessa dinâmica ainda a potencialidade do trabalho feminino uma vez que transfere aos domicílios parte da produção que pode ser “conjugada” com as demais tarefas domésticas, por ser “flexível”. Portanto, observamos a forte presença das desigualdades de gênero tanto no âmbito privado quanto no emprego formal. Neste, os homens em geral são profissionais qualificados e encontram-se em uma posição favorável diante da empresa; as mulheres, quando vinculadas formalmente às empresas, em geral possuem menor qualificação e se encontram em uma posição ainda mais subordinada (ABREU, SORJ, 1993).

Essa “rede” de subcontratação ou de fornecedores está no modelo de desenvolvimento da produção flexível, uma vez que a forma de organização mais recomendada é a de pequenas unidades flexíveis, interligadas e organizadas de forma horizontal. Nesse sentido, a terceirização significa incluir outras empresas como parceiras na cadeia de criação de valor, mas sob o controle e comando das grandes empresas monopolizadoras do mercado (REICHERT, 2004, p. 59).

Pudemos observar, a partir da pesquisa realizada no Vale dos Sinos/RS, que a formação dessa “rede” de produção antecede as determinações da reestruturação produtiva, pois foi criada pelos próprios trabalhadores que, de forma cooperada, iniciaram a produção de calçados na região de maneira manufaturada e posterior desenvolvimento de empresas familiares. Esse “caldo” cultural preservado ao longo de gerações é visto pelas grandes empresas como uma potencialidade a ser explorada.

Trata-se da presença constante da “atmosfera industrial” (GARCIA, 1996), o que significa dizer que há uma forte influência na comunidade de valores tradicionais e de instituições que garantem a formação voltada às necessidades da produção das empresas na localidade, estimulando valores dirigidos à cultura do trabalho como dignificante, ainda que sob condições precárias. Essa cultura tende a ser mais reproduzida de maneira informal do que profissional tanto nas instituições sociais, na família quanto nos demais espaços de sociabilidade. Tornando-se algo comum e corriqueiro o estabelecimento de contratos informais de trabalho sem grandes questionamentos por parte dos trabalhadores.

No entanto, este cenário histórico também foi marcado por contradições entre classes, principalmente pela atuação política do movimento reivindicatório dos trabalhadores. Em nossos estudos e pesquisas identificamos que, embora haja o arrefecimento das lutas sociais na atualidade, nem sempre foi este o processo. A intervenção política dos sindicatos dos sapateiros emergiu na região nos anos de 1930, caudatários de um contexto político de organização dos trabalhadores em âmbito nacional<sup>8</sup>. Ampliaram sua mobilização nos anos de 1940 e 1950 com a criação do sindicato de vestuário além dos já existentes de sapateiros. E hoje contam com sindicatos dos vestuários, sapateiros e componentes para calçados abrangendo um número maior de trabalhadores em outros municípios.

A formação dessas entidades surgiu a partir da necessidade de representação política dos trabalhadores principalmente para lutar por piso salarial e melhores condições de trabalho de trabalhadores formalizados. A queda no número de trabalhadores sindicalizados ocorreu nos anos de 1990 quando também acontece a crise econômica no setor, gerando o aumento do desemprego devido ao fechamento de muitas fábricas e crescimento da subcontratação.

Como vimos anteriormente, as medidas para a superação da crise do capital impactaram sobremaneira a classe trabalhadora, tanto do ponto de vista das suas condições materiais de vida, mas também na perspectiva das lutas sociais. Ainda assim, os trabalhadores na região do Vale dos Sinos/RS contam atualmente

---

8 Uma leitura mais aprofundada sobre a formação histórica dos sindicatos no Brasil indicamos os pesquisadores Badaró (2009), Carvalho (2011) e Gomes (1979).

com sindicatos dos sapateiros que reivindicam direitos trabalhistas principalmente através de mecanismos de convenções coletivas junto ao segmento patronal. O foco dessas reivindicações continua sendo a garantia de piso salarial e condições de trabalho para os trabalhadores formalizados nas grandes empresas e MPEs. Não abrangendo os trabalhadores informais.

A organização desses sindicatos se vincula à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias dos Calçados e do Vestuário no Rio Grande do Sul (FETICVERGS) e/ou à Federação Democrática dos Trabalhadores na Indústria de Calçados do Rio Grande do Sul e em termos nacionais junto à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo de Vestuário (CNTRV). É com as Federações que se busca realizar um trabalho de maior mobilização junto aos trabalhadores não sindicalizados e, assim, contribuir para a formação de outros sindicatos, principalmente para as zonas rurais.

Destacamos que, apesar dos acordos coletivos serem entre o sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal, os mesmos não são cumpridos na sua integralidade, sendo muitas vezes “flexibilizados”, especialmente na relação com as MPEs. Nestas, a violação dos acordos coletivos são prática recorrente principalmente no que se refere às condições de trabalho.

As MPEs alegam que não possuem as mesmas estruturas das grandes empresas para o cumprimento das determinações contidas nos acordos coletivos. Portanto, quando questionadas sobre o não cumprimento das medidas, as mesmas alegam que se efetivarem todas as determinações do acordo coletivo implicará na possível demissão de funcionários.

Observamos em nossa pesquisa que os representantes dos sindicatos dos sapateiros intervêm na relação entre trabalhadores e gestores das MPEs a partir de uma espécie de “negociação local” quando as MPEs não conseguem viabilizar as garantias preconizadas no acordo coletivo. Na prática, os sindicatos são convocados para agir quando há resistência por parte de trabalhadores em aceitar que as MPEs flexibilizem direitos preconizados na convenção coletiva. As lideranças sindicais atuam junto aos trabalhadores no sentido de estabelecimento de consensos entre as classes, sob a justificativa de que a flexibilização é necessária para permanência de empregos nas MPEs, ainda que violem as garantias sociais conquistadas coletivamente.

As MPEs constituem o segmento que mais emprega a força de trabalho na região, devido às estratégias de subcontratação. Tal característica faz com que as mesmas disponham de forte peso econômico e político local.

O piso salarial negociado entre o coletivo dos trabalhadores e o coletivo empresarial é aplicado a todas as empresas, sejam elas grande ou MPEs. Atualmente o piso do sapateiro é de R\$ 1.163,00 ou 5,29 a hora. O salário das outras categorias como costureira, cortador, montador, etc. é de livre negociação com a empresa. Historicamente, os sindicatos dos sapateiros lutaram por aumento salarial que atendessem às perdas inflacionárias mais o crescimento real. Mas diante da forte crise na organização sindical e os impactos da reestruturação produtiva, a possibilidade de negociação tem sido cada vez mais reduzida. Exemplo é que no ano de 1985 o percentual de aumento salarial chegou a 83% e em 1989 a 85% no ano de 1996 esse valor caiu para próximo a 10%, sendo que em 2017 foi a menor taxa histórica: 2,5%<sup>9</sup>.

Destacamos que os sindicatos dos trabalhadores realizam demais ações como a atuação voltada à saúde do trabalhador e também políticas focadas às mulheres em fase de amamentação, auxílio para estudantes e apoio funeral. Realizam cursos de qualificação em parceria com projetos governamentais e privados que abrangem demais qualificações além da fabricação dos calçados, como cursos de informática, corte e costura, técnico na área farmacêutica, eletricitista, vendas, entre outros. Ainda possuem outros cursos oferecidos pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

Os sindicatos que contam com um maior número de filiados disponibilizam serviços médicos aos mesmos que inclui várias especialidades: consulta com clínico geral, dentista, ginecologista, pediatra, exames e auxílio às famílias. Percebemos nas entrevistas realizadas com lideranças sindicais, que a possibilidade do provimento dessa assistência à saúde é vista com muito orgulho por eles e por isso não tecem críticas quanto às políticas públicas de saúde que são destinados aos trabalhadores em geral.

---

9 Informações obtidas através do site <http://sindparobe.org/>.

As convenções coletivas são os principais mecanismos de negociação com o segmento patronal no lugar das greves para tentar manter os empregos, ainda que defendendo residualmente as mobilizações no interior das fábricas. Há pouca adesão dos trabalhadores às assembleias e a estratégia tem sido realizar reuniões informais, incluindo a formação de Comissões de Fábrica.

O trabalho de mobilização para novas sindicalizações permanece<sup>10</sup>, mas cada vez mais esporádico. Ainda assim, os sindicatos dos trabalhadores têm tentado realizar atividades de mobilização e filiação aos sindicatos locais dos trabalhadores informais que trabalham em domicílio nas zonas rurais. No, entanto, os resultados são incipientes inclusive porque muitos têm aderido à modalidade de Micro Empreendedor Individual (MEI) que não se vinculam aos sindicatos e/ou instituição representativa, o que contribui para a ampliação da desmobilização, crescimento da subcontratação e do trabalho precário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Pudemos perceber, ao longo da explanação, que as estratégias de superação da crise do capital impactaram sobremaneira as condições materiais e subjetivas dos trabalhadores, principalmente no que se refere à capacidade organizativa dos mesmos para a garantia dos seus direitos sociais. Na produção de calçados na Região do Vale dos Sinos/RS também não foi diferente, pois tais medidas intensificaram a subcontratação já existente e ampliaram parte considerável da produção para a modalidade de trabalho em domicílio nas zonas rurais.

Embora o sindicato tenha conseguido manter, apesar das diferentes conjunturas, o espaço da negociação coletiva com o segmento patronal, prevalecem constantes ataques do capital à classe trabalhadora, ainda que sob formas veladas ou dissimuladas, configurando-se em formas contemporâneas de expressão da questão social. Exemplo disto, mencionamos que as ações dos sindicatos junto às MPEs é restrita, pois possibilita a violação de garantias contidas nas negociações dos acordos coletivos sob o argumento de garantia de empregos.

Portanto, é necessário resgatar a luta histórica da classe trabalhadora para recompor as estratégias de luta e mobilização social com o intuito de ampliação da consciência de classe frente à conjuntura adversa, o que do nosso ponto de vista deve incluir a participação dos trabalhadores informais.

A manutenção do espaço das negociações coletivas é uma conquista histórica para os trabalhadores, mas devem ampliar a pauta política tanto para incluir as desigualdades de gênero de forma mais contundente, quanto avançar em demais pautas que possam barrar os processos de terceirização que intensificam as formas de precarização da força de trabalho.

## REFERÊNCIAS

---

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA DE CALÇADOS (ABICALÇADOS). **Relatório Setorial Indústria de Calçados 2016**. Novo Hamburgo/RS: ABICALÇADOS, 2016.

ABREU, Alice; SORJ, Bila. **Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas – uma revisão da literatura recente**. In: ABREU, Alice; SORJ, Bila. *O trabalho invisível – estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.

ALVES, Giovanni. **O novo (precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.

---

10 As entrevistas com os sindicatos dos sapateiros foi realizada no início de 2018 quando estava sendo inicialmente implementada a Lei 13.467, de 13 de Julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas. Ainda não havia entre os sindicatos uma avaliação mais contundente sobre os impactos desta Lei para os trabalhadores na região por se constituir em processo recente. No entanto, havia uma clara preocupação à situação do imposto sindical.



- ..... **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- ..... **Os sentidos do Trabalho ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ..... **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
- ..... A substância da crise e a erosão do trabalho. In: SAMPAIO JR, Plínio A. (Org.) **Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise econômica mundial.** São Paulo: Editora Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.
- ..... A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i)materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II.** São Paulo: Boitempo, 2013.
- AZEVEDO, B. "Sem Lenço, sem Documento": notas sobre o trabalho fabril em domicílio. In: **Revistas Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1988, 9(1): 126-135.
- CAMPOS, Sílvia; CALANDRO, Maria L. **Nova configuração do mercado internacional de calçados e os impactos sobre a indústria calçadista gaúcha.** In: Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 30, Número Especial, p. 517-546.
- CARNEIRO, Lígia. **Trabalhando o couro: do serigote ao calçado "made in Brazil".** Porto Alegre: L&PM; CIERGS, 1986.
- CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil.** 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital.** Trad. Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial.** Trad. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Moderna, 1999.
- COSTA, Achyles. **A trajetória competitiva da indústria de calçados no Vale dos Sinos.** In: COSTA, Achyles; PASSOS, Maria Cristina (Org.). A indústria calçadista no Rio Grande do Sul. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2004.
- DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.** São Paulo: Boitempo, 2008.
- FRACALANZA, Paulo Sérgio; FERREIRA, Adriana N. Micro e Pequenas Empresas: Rotatividade da força de trabalho e implicações para o desenvolvimento no Brasil. In: **Micro e Pequenas Empresas: Mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- GARCIA, Renato de Castro. **Aglomeramentos setoriais ou distritos industriais: um estudo das indústrias têxtil e de calçados no Brasil.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. Campinas, 1996.
- GUERRA, Oswaldo; TEIXEIRA, Francisco. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Revista de Economia Política**, vol. 30, n.º 1, (117), p. 124-139, janeiro-março, 2010.
- GOMES, Ângela m. Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2 ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** 25. ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- HENRIQUES, Luiz Felipe. **A análise da competitividade da indústria calçadista no Vale dos Sinos: uma aplicação da metodologia de Michael Porter.** Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia. 1999, 148p.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.
- ..... **Relações Sociais e Serviço Social.** 18. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.
- KREIN, José D.; BIAVASCHI, Magda. Condições e relações de trabalho no segmento das Micro e Pequenas Empresas. In: SANTOS, Anselmo; KREIN, José; CALIXTRE, André (Orgs.) **Micro e Pequenas Empresas: Mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- LINHART, Danièle. **A desmedida do capital.** Trad. Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOURENÇO, Edvânia; BERTANI, Iris. A relação trabalho e saúde no setor calçadista de Franca, São Paulo. In: **Revista Katálysis**, v. 12, n. 2, p. 152-160, jul/dez, 2009.
- MADI, Maria Alejandra C.; GONÇALVES, José Ricardo B. Produtividade, financiamento e trabalho: aspectos da dinâmica das Micro e Pequenas Empresas (MPes) no Brasil. In: In: SANTOS, Anselmo; KREIN, José; CALIXTRE, André (Orgs.) **Micro e Pequenas Empresas: Mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** Livro I. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ..... **Para uma crítica da economia política.** Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global Editora, 1979.
- ..... **O capital: crítica da economia política.** v.1. e v. 2. 3 ed. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988.



- MATOS, Maria Izilda. **Trabalho domiciliar – trabalho de agulha: um estudo sobre a costura domiciliar nas indústrias de sacaria para o café (1890-1930)**. In: ABREU, Alice; SORJ, Bila. **O trabalho invisível – estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.
- MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- \_\_\_\_\_. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.
- \_\_\_\_\_. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: SILVA, Luiz Antônio. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias do entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- MONTAÑO, Carlos. **Microempresa na era da globalização: uma abordagem histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MOTA, Ana Elizabete. Questão social e serviço social: um debate necessário. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social**. 2ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2008.
- NAVARRO, Vera. Indústria de calçados no turbilhão da reestruturação. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil** (Org.). São Paulo: Boitempo, 2006.
- PINTO, Geraldo. **A máquina automotiva em suas partes: um estudo das estratégias do capital na indústria de autopeças**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- POCHMANN, Marcio. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- REICHERT, Clovis. **A evolução tecnológica da indústria calçadista no Sul do Brasil**. In: COSTA, Achyles; PASSOS, Maria Cristina (Org.). A indústria calçadista no Rio Grande do Sul. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2004.
- ROSA, Helton R. **Reestruturação industrial no Brasil: o caso da indústria brasileira de calçados após os anos de 1990**. In: CADERNAU-CADERNOS do Núcleo de Análises Urbanas, v.8, n.1, 2015, p. 95-114.
- RUAS, Roberto. **Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição**. In: ABREU, Alice; SORJ, Bila. **O trabalho invisível – estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1993.
- SALERNO, Mario S. Modelo japonês, trabalho brasileiro. In: HIRATA, Helena (Org.). **Sobre o “modelo” japonês**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.
- SANTOS, Anselmo L.; KREIN, José D.; CALIXTRE, André B (Org.). In: SANTOS, Anselmo; KREIN, José; CALIXTRE, André (Orgs.) **Micro e Pequenas Empresas: Mercado de trabalho e implicação para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA, 2012.
- SCHNEIDER, Sérgio. **O mercado de trabalho da indústria coureiro-calçadista do Rio Grande do Sul: formação histórica e desenvolvimento**. In: COSTA, Achyles; PASSOS, Maria Cristina (Org.). A indústria calçadista no Rio Grande do Sul. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2004.
- SEBRAE. **Modelo de Encadeamento Produtivo em Grandes Empreendimentos – Parceira entre Pequenas e Grandes Empresas – Caso Odebrecht**. Rio de Janeiro: 2015.
- SILVA, Luiz Antônio. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias do entendimento. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo. **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- WELLEN, Henrique; WELLEN, Héricka. **Gestão organizacional e escolar: uma análise crítica**. Curitiba: Ibpx, 2010. (Série Processos Educacionais).

# COMO OS DIREITOS HUMANOS DO TRABALHO PODE GARANTIR UM “TRABALHO DECENTE” EM UM MUNDO DE TECNOLOGIA?

Fernanda Barcellos Mathiasi

Universidade Federal de Juiz de Fora  
fernandabarcellosmathiasi@gmail.com

**Resumo:** Entender as transformações do trabalho, identificando o que é um “bom trabalho”, “trabalho ruim” ou “trabalho precário” é fundamental para a regulamentação e proposição de direitos que garantam cada vez mais uma vida digna, numa perspectiva de direitos humanos do trabalho e consequentemente a valorização do “trabalho decente”, conceito da Organização Internacional do Trabalho. O objetivo deste artigo científico é uma discussão teórico-bibliográfica de autores nacionais e internacionais que definem socio-juridicamente os atributos do trabalho na sociedade contemporânea que tem a tecnologia como um dos elementos fundamentais de transformações sofridas neste mercado nos últimos anos. Assim surge a pergunta central da pesquisa: como os direitos humanos do trabalho pode garantir um “trabalho decente” em um mundo de tecnologia e trabalho precário? Para isso, num primeiro momento haverá uma reconstrução histórica dos direitos humanos até a ideia dos direitos humanos do trabalho, englobando o “trabalho decente” e suas características. Num segundo momento, uma construção bibliográfica dialogando com os conceitos de trabalho “bom”, “ruim” e “decente”, fazendo um contraponto ao “trabalho precário” (forma de atividade remunerada com piores condições para o trabalhador), para assim finalizar, sustentando a tese central de que a regulamentação dos direitos humanos do trabalho, dentro de uma sociedade globalizada, é um instrumento para alcançar uma sociedade mais justa através do “trabalho decente”, afastando os impactos ruins da tecnologia que muitas vezes gera o “trabalho precário”. Metodologicamente a pesquisa parte de um estudo bibliográfico, apresentando alguns dados qualitativos e quantitativos de relatórios da OIT, como forma de construir melhor o objeto e argumentação lançada a debate. Os resultados leva-nos a compreender que diante do desafio das transformações das relações de trabalho pela tecnologia, a regulamentação do direito do trabalho, afinada com os princípios da promoção dos direitos humanos do trabalho, numa perspectiva internacional, atentando-se para o “trabalho decente”, se apresenta como solução para a busca da justiça social, diminuição das desigualdades econômicas e sociais, além de proporcionar garantias mínimas aos trabalhadores. Este trabalho faz parte da tese doutoral da autora, ainda em andamento, que discute mais profundamente as mudanças e regulamentação do mercado de trabalho.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos -Trabalho Decente-Trabalho Precário-Tecnologia-Relações de Trabalho

## INTRODUÇÃO

Este *paper* surge da investigação doutoral da autora na temática das reformas trabalhistas no mundo e a precariedade no trabalho, principalmente impactando os salários, jornadas de trabalho e direitos sociais e trabalhistas do empregado num contexto social em que a tecnologia é um elemento cotidiano do mercado de trabalho.

Baixo uma análise das bibliografias e documentos foi encontrado o Informe Mundial sobre Salários da OIT de 2017, atualizado a cada ano, de que no ano de 2017 houve uma diminuição nos salários no nível global porém em contrapartida os países do G20 tiveram um taxa de aumento salarial maior que nos últimos 10 anos (OIT, 2017). Como conclusão dos dados o relatório afirma aqui essa desigualdade salarial acontece por três fatores sociais: a pressão do mercado financeiro para transferir os lucros das empresas para investimentos e não na produção, a debilidade das instituições trabalhistas e a tecnologia dentro de um mercado globalizado (OIT, 2017).

Encontrar afirmação de que os problemas de desigualdade são fundamentados e sustentados pelos três fatores anteriores fez surgir a pergunta deste trabalho de investigação: como os direitos humanos do trabalho pode garantir um “trabalho decente” em um mundo de tecnologia e trabalho precário? Os direitos humanos do trabalho como proposta de regulamentação e instituição trabalhista, capaz de normatizar, regulamentar e fiscalizar o cumprimento em prol da diminuição da desigualdade no mercado de trabalho

no mundo e da geração do trabalho decente (conceito da OIT), a partir do reconhecimento do contexto social da globalização e da tecnologia, transformando as características do trabalho.

Para isso há uma investigação bibliográfica para debater os conceitos de trabalho em suas características, como bom, ruim e precário em contraposição do trabalho decente para logo reconhecer a importância das instituições laborais como a OIT, Justiça do trabalho, Ministérios do trabalho e fiscais, auditores, no papel de fazer cumprir e a regulamentação por intermédio da ideia de direitos humanos no trabalho como forma de garantir uma condição digna aos trabalhadores.

Por tanto será feita uma reconstrução histórica dos direitos humanos até a ideia dos direitos humanos do trabalho, englobando o “trabalho decente” e suas características segundo autores nacionais e internacionais, para finalizar com o conceito da OIT, que é aquele capaz de gerar possibilidade de emprego, que o emprego tenha um salário decente/remunerador/satisfatório, condições dignas de trabalho em jornada, higiene e saúde, férias, 13º e etc), seguro social, liberdade sindical e não discriminação, negociação coletiva e democracia sindical e econômica).

Há também em seguida uma construção bibliográfica dos conceitos de trabalho “bom”, “ruim” e “trabalho precário” (forma de atividade remunerada com piores condições para o trabalhador), aclarando a ideia de que tanto a tecnologia como a debilidade das instituições do trabalho podem dificultar ao trabalhador um acesso a uma vida digna laboral.

Como a proposta de trabalho é um debate teórico e propositivo de pensar as instituições do trabalho como guardiã do “trabalho decente” no desenvolvimento de uma regulamentação, inclusive internacional, para fortalecer a ideia de que há características do trabalho que fazem parte de um escopo mínimo de proteção e dignidade dentro dos direitos humanos, direitos humanos do trabalho, a pesquisa parte de um estudo bibliográfico, apresentando alguns dados do Informe Mundial de salários da OIT, como forma de construir melhor o objeto e justificar argumentação do debate.

Se conclui que que a regulamentação dos direitos do trabalho numa perspectiva de direitos humanos é um desafio global de fomento ao “trabalho decente” num contexto de globalização e tecnologia.

## **DIREITOS HUMANOS NO TRABALHO E O PAPEL DA OIT**

---

No final do século XVIII, com as ideias da Revolução Francesa e o surgimento do pensamento jurídico-filosófico do *iusnaturalismo*, é reconhecido um rol de direitos denominado “Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos”.<sup>1</sup> Há uma elucidação das categorias legais entendidas como fundamentais para o desenvolvimento humano. (GHAI, 2003; GIL 2017).

O advento dos pensamentos revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade foram as bases para as lutas por reconhecimentos de direitos dos séculos seguintes, com a formação da ideia de cidadania na evolução da demanda por direitos civis, políticos, sociais e coletivos (MARSHALL, 2001).

O reconhecimento e o avanços de demandas por mais direitos foi fundamental para a percepção de que independente de nacionalidade, idioma, cultura, religião, cor da pele, idade, etnia, estado civil, posição política, gênero, sexualidade, patrimônio, há um núcleo mínimo de direitos que devem ser promovidos e preservados pela comunidade internacional, que foi também regulamentado pelos Direitos Humanos (MONTEJO, 2006).

Os direitos trabalhistas surgindo de demandas sociais das greves e participações políticas (MARSHALL, 2001), positivados em diversas constituições ao redor do mundo no início do século XX como direitos

---

1 Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano de 1789. Francia: Asamblea Nacional Francesa, Disponible en: <<https://www.conseil-constitutionnel.fr/es/declaracion-de-los-derechos-del-hombre-y-del-ciudadano-de-1789>>. Acceso em: (15/01/2020)

mínimos dos cidadãos para promoção e desenvolvimento da dignidade humana (MONTEJO, 2006), também foram base de apoio a compreensão e fortalecimento dos direitos humanos no trabalho.

Os direitos humanos no trabalho são aqueles princípios inerentes à condição do ser humano que lhe proporcionam condições de dignidade no trabalho (GIL; 2017) para o desenvolvimento coletivo rumo à redução da pobreza, moradia, alimentação, saúde, segurança e não discriminação, além da liberdade de pensamento, filiação e capacidade do indivíduo para crescer suas habilidades.

Há portanto um seleto grupo de direitos e princípios trabalhistas que devem ser observados por todos os países que são: 1) liberdade a proibição da escravidão e a proibição do trabalho forçado ou obrigatório; 2) o direito ao trabalho; 3) proteção contra o desemprego; 4) proteção contra despedir o trabalhador; 5) a proibição de discriminação no emprego e na ocupação; 6) igualdade de remuneração por trabalho; 7) a proibição de discriminação contra pessoas com deficiência; 8) direito a condições de trabalho justas, equitativas e satisfatórias (a jornada de trabalho, a vida familiar, a saúde e segurança no trabalho, o direito a horário máximo de trabalho, descanso semanal pago, repouso pago e férias periódicas pagas); 9) o direito a uma remuneração mínima; 10) o direito à formação profissional; 11) o direito à informação e consulta no âmbito da empresa e em procedimentos de demissão; 12) o direito à proteção dos créditos, em caso de insolvência de seu empregador; 13) liberdade de associação; 14) o direito à proteção da representantes dos trabalhadores; 15) o direito à negociação coletiva; 16) o direito à greve; 17) o direito à previdência social (assistência social assistência médica, benefícios em dinheiro ou seguro de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice e outros casos, benefícios para acidentes de trabalho e doenças associações profissionais, benefícios de maternidade, etc.); 18) proteção especial para menores, trabalhadoras, trabalhadoras migrantes e deficientes (MONTEJO, 2006).

São uma série de direitos trabalhistas consagrados em instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos que reconhecem universalmente o ser humano como objeto e titular destes direitos para alcançar a dignidade e desenvolvimento pleno por satisfação das necessidades básicas no mercado de trabalho (MONTEJO, 2006).

A Organização Internacional do Trabalho criada em 1919, pelo Tratado de Versalhes, tem um papel fundamental neste contexto internacional de luta e reconhecimento de direitos para criação e fiscalização de princípios e normas para a regulamentação do mercado de trabalho. A OIT já em sua constituição tem três objetivos principais: paz, justiça e competição econômica de forma equitativa (GIL, 2017).

Em 1998 a Organização Internacional do Trabalho, OIT, publicou seus princípios na “Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho”, o papel dos direitos fundamentais do trabalhador<sup>2</sup>, posteriormente rebatizados por eles de condições dignas de trabalho, normas: os direitos de negociação coletiva e liberdade de associação, a rejeição ao trabalho forçado e ao trabalho infantil e, finalmente, a busca da não discriminação no emprego (SAMOVIA, 2014).

Dentro desta ideia de promoção de direitos e divulgação das condições de trabalho no mundo, a OIT anualmente divulga relatórios informando sobre questões centrais no mercado de trabalho e um deste é o “Informe Mundial sobre Salários” que em 2017 publicou que houve uma redução significativa no poder de compra ou valor de compra dos salários em nível mundial, entretanto nos países “desenvolvidos” do G20, por exemplo, os salários aumentaram de 0,2% em 2012 para 1,7% em 2015, com a maior taxa dos últimos 10 anos. No ano de 2015 nos Estados Unidos o crescimento real dos salários teve um aumento de 2,1%; 1,5% no Norte da Europa, e 1,9% nos países da União Europeia (EUA). Mas por que esses resultados? De acordo com a OIT (2017),

---

2 “[...] os princípios relativos aos direitos fundamentais que são objeto destas convenções, nomeadamente: (a) a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva; (b) a eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório; (c) a abolição efetiva do trabalho infantil; e (d) a eliminação da discriminação em matéria de emprego e profissão. (OIT, 1998).

Isto deve-se provavelmente a uma combinação de fatores, incluindo a globalização, competências tecnológicas, instituições do mercado de trabalho fracas e uma pressão crescente dos mercados financeiros para transferir excedentes gerados por grandes empresas para investimento (OIT, 2017, p. 2).

Outra conclusão do Relatório Salarial Mundial Global de 2017 é que a estagnação dos salários devido à questão social, a diferenciação entre crescimento econômico e o não crescimento dos salários, implica uma insatisfação da sociedade, pois o trabalhador não percebe melhorias em sua vida e em sua família (OIT, 2017). Além disso, na questão econômica, não aumentar os salários significa que os trabalhadores consumirão menos, e que o crescimento econômico diminuirá (OIT, 2017).

O relatório conclui com sugestões de políticas públicas para tentar reduzir as diferenças salariais entre trabalhadores com diferentes funções, gênero, etnia e capacidade, mas acima de tudo a ideia é central para a importância da regulamentação estatal, além de os países também observarem as regulamentações e propostas feitas pela OIT sobre questões trabalhistas, redução da desigualdade e logo a promoção do trabalho decente.

## **MAS ENTÃO QUE É UM TRABALHO DECENTE?**

---

Neste olhar para as mudanças das características do trabalho no mundo contemporâneo existem diversos autores e instituições que procuram tratar o tema com conceitos diferentes, como é o caso da categoria “Trabalho Decente” que foi desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho e tem como finalidade apresentar fatos sociais que devem ser o objetivo de cada Estado-nação para proporcionar um desenvolvimento econômico igual digno de condições de vida para os trabalhadores.

Quando a OIT estabelece o trabalho decente como um quadro jurídico fundamental, o reforço dos direitos humanos no trabalho (GHAI, 2003), seus princípios e normas a serem implementados pelos países, é mais uma das formas de alcançar a justiça social.

Um dos atributos de organizações internacionais como a OIT é a criação de normas que permitam o estabelecimento de condições mínimas de um nível de trabalho de qualidade, o que se reflete no conceito de “trabalho decente”. Isto tem sido utilizado para definir o objetivo das normas e políticas públicas que devem ser seguidas pelos Estados nacionais.

Este conceito é suficiente para definir condições mínimas ou mais simples que todos os trabalhadores devem ter, incluindo aqueles que são informais, autônomos, assalariados ou temporários, em outras palavras, todos eles.

O conceito de trabalho decente baseia-se num conjunto de atributos que permitem identificar um nível mínimo de dignidade em termos de condições de trabalho. Há seis atributos de trabalho decente: (1) empregabilidade; (2) emprego remunerado; (3) condições de trabalho (remuneração, horário de trabalho, férias, saúde e segurança, etc.); (4) segurança social; (5) direitos humanos (liberdade e democracia dos sindicatos, não discriminação); (6) diálogo social (negociação coletiva, democracia econômica) (GHAI, 2003).

Preocupados em determinar critérios mais objetivos para a identificação empírica de condições de trabalho decente, Anker et al (2003) consideram que os pontos da busca por trabalho decente podem ser mais claramente definidos nos seis pontos: a) oportunidades de trabalho; b) trabalho em condições de liberdade; c) trabalho produtivo; d) equidade no trabalho; e) segurança no emprego; e f) dignidade no trabalho. Mas, como se pode ver, estes são ainda muitas vezes factos sociais muito amplos e difíceis de medir. Por isso, foi estabelecida uma medição do conceito de trabalho decente com nove categorias de análise: (a) oportunidades de emprego; (b) trabalho inaceitável (esta é a ideia de trabalho em condições de liberdade); (c) remuneração adequada e trabalho produtivo (isto dá a ideia de trabalho produtivo); (d) tratamento



justo no trabalho; (e) conciliação do trabalho com a vida familiar; (f) diálogo social e relações laborais; (g) equidade e dignidade no trabalho; (h) segurança no trabalho; (i) proteção social, estabilidade e segurança no emprego.

Os indicadores podem parecer mais abrangentes ou analíticos, e os dados estão muitas vezes relacionados com a política governamental sobre condições de trabalho, como no caso do indicador “empregabilidade” ou “condições de trabalho”, que é como a legislação laboral de cada país influencia e determina a intervenção do Estado para equalizar a desigualdade negocial entre trabalhadores e empregadores.

Mas a questão aqui é reconhecer a importância de condições mínimas de trabalho para um mercado de trabalho que gere empregos decentes e depois um espaço social sob a ideia de promover os direitos humanos no trabalho.

## **A TECNOLOGIA TRANSFORMANDO AS CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO: O TRABALHO BOM, RUIM E PRECÁRIO?**

---

A primeira observação a ser feita é sobre o atual sistema econômico neoliberal, no qual o livre comércio é um valor fundamental, irrevogável e imbatível. Ou seja, reconhecemos que estamos sob “regras” econômicas de mercado sem regras, que para funcionar ocupa a desigualdade e a acumulação de capital, mas que já apresenta os sinais de exaustão, então, para que não haja um colapso na economia, é importante que as instituições intervenham para regular esse mercado, que a desigualdade exista para que o capitalismo liberal funcione, mas não tanto que invalide o próprio sistema. Assim, o papel da regulamentação do direito do trabalho é fazer uma tentativa de diminuir a desigualdade social entre os atores do mercado, os trabalhadores e os empregadores.

A ideia de limitar o Estado Neoliberal no sentido de regular as condições mínimas de trabalho (VASAPOLLO, 2003) tem três objetivos importantes: A primeira é garantir aos empregadores que todos cumpram a lei e os direitos dos trabalhadores, porque assim, todos terão o mesmo custo na produção e assim a concorrência no mercado entre as empresas não será injusta (GIL, 2017); a segunda é garantir que o próprio trabalhador tenha condições para comprar e movimentar o mercado consumidor, “virar” a economia; e o terceiro ponto é a própria competição entre as empresas de diferentes países, que, mais forte após a globalização, metade do século XX até agora, em que a legislação entre diferentes países gera custos diferentes para os empresários, portanto, eles competem de forma “desigual”, por essa razão a ideia de uma legislação “comum” ou similar para facilitar o próprio poder do capital (VALENCIA, 2015).

A regulação dos mercados pelo Estado está a diminuir face ao crescimento da acumulação de capital pelo mercado, pelas elites econômicas nacionais e internacionais que cada vez mais influenciam as políticas do Estado para reduzir a intervenção na economia e especialmente em relação à regulação do trabalho (VASAPOLLO, 2003).

A tecnologia por tanto é utilizada também como instrumento do Estado neoliberal para acumulação de capital por diminuir os postos de trabalho e como ferramenta do discurso empresarial de necessidade da flexibilização dos direitos.

Assim a tecnologia muitas vezes passa a ser vista neste mundo globalizado como algoz ou causadora do desemprego, pois é usada contra o trabalhador numa regulamentação neoliberal e não como propulsora de um trabalho mais eficiente, digno, em que há maior chances de trabalho, por todos trabalharem menos horas. Parafraseando Paul Lafargue, que haja possibilidade de que trabalhem menos para trabalhar todos. Obviamente com regulamentação para que este trabalho seja decente e garantidor dos direitos humanos laborais.

A questão do trabalho precário começa por reconhecer que existem diferentes ideias e características que devem existir em uma atividade de trabalho, o que pode torná-la um bom emprego (Kallenberg, 2011), decente ou digno, mesmo um trabalho com más características, tornando-o precário.



Para Howell, D. R., & Kalleberg, A. L. (2019) a qualidade do emprego é muito difícil de ser quantificada em atributos, pois depende, sobretudo, do contexto econômico de cada país, das oportunidades de emprego, da previdência e benefícios sociais e das leis trabalhistas locais, mas uma questão fundamental é a remuneração econômica, que também será diferente em cada país, mas é um dos fatores mais importantes para identificar um emprego qualificado como bom.

O salário é, portanto, um dos primeiros fatores para identificar um emprego como bom ou ruim. Obviamente, quanto maior a capacidade de consumo, melhor é o trabalho, mas é necessário promover condições dignas de consumo, possibilitando moradia, alimentação, saúde, treinamento/educação, atividades de lazer, vestuário, transporte e manutenção doméstica.

Mas, além da questão econômica, qualificar um emprego como bom é reconhecer que existe uma limitação temporal na jornada de trabalho que diz respeito à quantidade suficiente de renda que será recebida diariamente, ou seja, um dia diário que proporcione ao trabalhador outras atividades de interesse, tais como família, esportes, lazer criativo, sendo que o salário dessas horas diárias é suficiente para uma vida familiar digna.

Também é importante que os trabalhadores tenham estabilidade no trabalho, que sintam que podem fazer planos de longo prazo para o consumo familiar, pois terão trabalho e perspectivas econômicas. Em outras palavras, é o trabalhador que se sente seguro no trabalho, mesmo que não o tenha ou se, por infortúnio ou crise econômica, o perca, que o Estado lhe forneça a seguridade social temporária.

Mesmo com a ideia da responsabilidade do Estado para com os trabalhadores e a qualidade do trabalho, o seguro saúde é importante para todos, trabalhadores formais e informais e suas famílias, pois é também um fator de segurança emocional e uma condição mínima de dignidade no trabalho.

A previdência social acrescenta a ideia de demissão, de proteção à saúde do trabalhador e da família, bem como a questão de um sistema de aposentadoria digno, para que, desde o início de sua vida profissional, o empregado conheça as condições de aposentadoria, que devem ser providas e garantidas pelo Estado, com um salário capaz de manter a mesma qualidade de consumo.

Outra característica de um bom trabalho é que é possível alcançar melhores oportunidades de conhecimento, estudo, assim como promoções e reconhecimento para estimular e recompensar a força de trabalho.

Deve haver um ambiente de trabalho saudável, condições de higiene e saúde suficientes para não colocar em risco a vida dos trabalhadores, por isso devemos ter ferramentas de trabalho, padrões, monitoramento das empresas, para o desenvolvimento das atividades mais perigosas.

Arne Kalleberg (2009) mostra que a OIT, Organização Internacional do Trabalho, distingue sete qualidades de trabalho precário, ou seja, existem características que caracterizam um trabalho tão precário. Ao contrário, deve-se notar que o autor identifica a semelhança entre precariedade e insegurança como sinônimos. As sete características são definidas da seguinte forma:

- 1) falta de oportunidades de emprego;
- 2) a incerteza do trabalho;
- 3) horário de trabalho insuficiente ou exaustivo
- 4) más condições de higiene e saúde ocupacional;
- 5) falta de oportunidade de treinamento profissional;
- 6) insegurança de renda;
- 7) ausência de direitos individuais e representação sindical coletiva; (Kalleberg, 2009, p. 25).

Finalmente, para garantir um bom emprego, é importante que a empresa ou o órgão empregador esteja cumprindo todas as normas nacionais, o Direito do Trabalho Federal e as normas internacionais da OIT. Na medida em que contribui mais do que as leis trabalhistas, melhor é a percepção do trabalhador em relação ao trabalho que realiza. Por esta razão, é fundamental que os órgãos governamentais acompanhem o trabalho.

## CONCLUSÃO:

---

Assim, a tecnologia no mercado de trabalho globalizado dentro do contexto neoliberal não é utilizada como promotora do trabalho decente no sentido de gerar qualidade, eficiência e capacidade de aumento do emprego, mas pela escolha política do sistema para acumulação do capital, é ferramenta para aumento de trabalhos mal pagos, com jornadas pequenas ou exaustivas, diminuição de benefícios e direitos sociais, na chamada flexibilização trabalhista.

Os resultados leva-nos a compreender que diante do desafio das transformações das relações de trabalho pela tecnologia, a regulamentação do direito do trabalho, afinada com os princípios da promoção dos direitos humanos no trabalho, numa perspectiva internacional, é a possibilidade de atender a demanda social por um trabalho decente, pela justiça social, diminuição das desigualdades econômicas e sociais, para proporcionar garantias mínimas aos trabalhadores.

## REFERÊNCIAS

---

- ABRAMO, Laís. Trabajo decente y equidad de género en América Latina (pp. 978-92). Oficina Internacional del Trabajo, 2006.
- ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos direitos humanos do trabalhador. A Organização Internacional do Trabalho e a proteção aos direitos humanos do trabalhador, 2007.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Boitempo Editorial, 2015.
- BOYER, R., & SAILLARD, Y. Regulation Theory: the state of the art. Routledge, 2005.
- BRAGA, Ruy. A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CUEVAS VALENZUELA, H. Precariedad, Precariado y Precarización. Un comentario crítico desde América Latina a The Precariat. The New Dangerous Class de Guy Standing. Polis. Revista Latinoamericana, (40), 2015.
- DARCANCHY, Mara. O "decent work" na globalização socialmente inclusiva do direito internacional do trabalho. Revista Jurídica, 2012, vol. 2, no 29, p. 164-184.
- DE LA GARZA, Enrique (Ed.). Tratado latinoamericano de sociología del trabajo. FLACSO México, UAM, FCE, 2003.
- DE TEJADA MUÑOZ, Victoria Fernández. Derechos humanos y relaciones laborales. Netbiblo, 2010.
- FRIEDMANN, G. et al (1973). Tratado de sociologia do trabalho. Editora Cultrix.
- GAJST, Natalia. La escuela francesa de la regulación: Una revisión crítica. Visión de futuro, 13(1), 2010.
- GALEAZI, Irene. Precarização do trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006.
- GHAI, D. Trabajo decente. Concepto e indicadores. Revista internacional del trabajo, 122(2), 125-160, 2003.
- GIL, Jose Luis. Trabajo decente y reformas laborales. Revista Derecho social y empresa, (7), 21-78, 2017.
- Gorz, Andre (2001). Crítica da divisão do trabalho. São Paulo: Martins Fontes.
- GORZ, Andre. Adeus ao proletariado: para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados. Outubro, (15), 11-43, 2007.
- KALLENBERG, Arne. Good jobs, bad jobs. New York, 2011.
- KALLENBERG, Arne. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21, 2009.
- MARSHALL, T.H. (2001). Cidadania, classes sociais e status. 1967.
- MARX, K. Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MASCARO, A. L. Estado e forma política. Boitempo Editorial, 2015.
- MAY, Tim. Pesquisa social. Questões, métodos e processos, v. 3, 2004.

MONTEJO, MIGUEL F. CANESSA. Los derechos humanos laborales: el núcleo duro de derechos (core rights) y el ius cogens laboral. Revista del Ministerio de Trabajo y Asuntos sociales, 2008, vol. 8, p. 111.

MONTEJO, Miguel Francisco. Los derechos humanos laborales en el derecho internacional. 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Direito contemporâneo do trabalho. Editora Saraiva, 2017.

OIT (1999). Trabajo decente. Memoria del Director General a la 87ª reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo. Ginebra. Recuperado de <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>

OIT. (2017). Informe mundial sobre salarios 2016/2017. Los salarios y el crecimiento equitativo.

OIT. (2018). Informe mundial sobre salarios 2018/2019. Los salarios y el crecimiento equitativo.

RAMOS, Guerreiro. Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento. Conselho Federal de Administração, 2009.

ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim. Novo Conceito de Proteção-Direitos Humanos no Trabalho. 9ª EDIÇÃO-ANO IV-JANEIRO A JUNHO DE 2013, 2013, p. 122.

SENeN, Amartya. Trabajo y derechos. Revista internacional del trabajo, 119(2), 129-139, 2000.

STANDING, Guy. O precariado e a luta de classes. Revista Crítica de Ciências Sociais, 103, 2014.

STANDING, Guy. O Precariado: A nova classe perigosa. 1. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2014.

STANDING, Guy. The Precariat and Class Struggle. RCCS Annual Review [Online], 7, 2015, Online since 01 October 2015, connection on 29 January 2016. Disponível em: <<http://rccsar.revues.org/585>>.

TILLY, Charles. Durable inequality. Berkeley: University of California Press, 1998.

VALENCIA, Adrián. El precariado: ¿nueva clase social?. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Posgrado en Estudios Latinoamericanos, 2015.

WRIGHT, Erik Olin. Understanding Class (Is the Precariat a Class?). Ed. University of Wisconsin. Madison, 2015.

# DEBATES EN TORNO DE LA LEY DEL VALOR

Blanca Estela Melgarito Rocha

Facultad de Economía/Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

**Resumen:** La crisis del trabajo abstracto en el capitalismo del siglo XXI, pone de relieve la vigencia y expansión de la ley del valor. La superación de la sociedad capitalista cuyo fundamento es la apropiación privada del plus trabajo, implica la construcción de una sociedad que erradique la división jerárquica del trabajo, esto implica una ruptura con el orden social y una construcción social democrática.

**Palabras clave:** ley del valor, trabajo abstracto, transición.

## INTRODUCCIÓN

---

La sociedad capitalista tiene como fundamento la apropiación privada del excedente del valor creado por la fuerza de trabajo. De ahí que las relaciones sociales capitalistas lleven esta impronta y configuren al conjunto de formas jurídicas, políticas y culturales que integran la vida social. De esta cuestión fundamental, la apropiación privada del plus trabajo, se deriva el conflicto y antagonismo inherente a una sociedad dividida en clases con intereses radicalmente distintos. Por ello, la reflexión entorno del antagonismo capital-trabajo en el que entran en confrontación el trabajador colectivo y el capital social es relevante en la sociedad actual.

A pesar de que las tendencias del mundo del trabajo actual muestran que el capital pretende sortear su propensión a la crisis a través de distintas formas de apropiación de trabajo impago, estas tendencias han sido interpretadas como el “fin del trabajo” y la “desaparición del sujeto revolucionario”, como consecuencia teórica, se niega la vigencia de la ley del valor. En el presente ensayo se exponen algunas notas para reflexionar acerca de la vigencia de la ley del valor en el capitalismo del siglo XXI, y recupera algunos de los debates entorno a su superación. El interés por la cuestión está en la convicción de que el sostén de las relaciones de producción capitalistas está en la dominación del trabajo por el capital, y, por tanto, en el hecho de que sin el trabajo abstracto, sustancia de valor, éste no podría sostenerse.

En ese sentido, la presente exposición se divide en dos partes, en la primera se recuperan algunas anotaciones acerca de la realidad actual y la vigencia de la ley del valor, en la segunda se sintetizan algunos elementos del debate acerca de la superación del trabajo abstracto y la ley del valor.

## VIGENCIA DE LA LEY DEL VALOR

---

El desarrollo científico y tecnológico que deriva de la competencia entre capitales por la apropiación de ganancias extraordinarias, genera el aumento en la composición orgánica del capital, esto es, disminuye el capital variable en términos *relativos* mientras el capital constante aumenta, por tanto, disminuye en términos relativos la fuerza de trabajo necesaria para tornar operativas a las empresas, lo que tiene como consecuencia una disminución de la tasa de ganancia.

El proceso tiende a su profundización en tanto que la competencia capitalista reduce el tiempo durante el cual las innovaciones tecnológicas orientadas hacia la apropiación de plusvalía extraordinaria por un capitalista individual pueden permanecer limitadas a un capitalista antes de que se socialice con el resto (Marini, 1996). Para compensar sus pérdidas, los capitalistas recurren a mecanismos a través de los

cuales pretenden contrarrestar la caída de la tasa de ganancia, entre estos está al aumento del grado de explotación y el pago por debajo del valor de la fuerza de trabajo o superexplotación de la fuerza de trabajo (Marini,1978), así como a otras formas de apropiación de trabajo impago.

Estas tendencias han sido interpretadas desde los años setenta y más notoriamente en los años ochenta como “el fin del trabajo” (Sotelo,2012, p.34). Los teóricos del “fin del trabajo”, confunden el trabajo concreto y abstracto, no integran en su análisis la subordinación del trabajo concreto al trabajo abstracto propia de la forma capitalista de producción, y por tanto, no comprenden que es el trabajo abstracto el que está en crisis. Estas teorías descartan la centralidad del trabajo en la reproducción de la vida social actual y desestiman el papel fundamental de la clase trabajadora en el mundo actual.

En realidad lo que sucede es que el trabajo abstracto aparece como trabajo muerto, pretérito o condensado, y se generan nuevas formas de *valorización del valor* que integran nuevos mecanismos generadores de trabajo excedente. Aumenta la intensidad y productividad del trabajo, se amplía el trabajo intelectual abstracto al interior de las fábricas modernas y se generalizan las formas de trabajo precario en su forma manual e intelectual, se propaga la empresa flexible y la desverticalización productiva; por lo que aumenta el trabajo tercerizado, a tiempo parcial, entre otras formas.

Ricardo Antunes demuestra que si bien las y los trabajadores se reducen en la industria “tradicional”, al mismo tiempo aumenta el número de trabajadores asalariados y subordinados, especialmente en el sector servicios, aunque estos permanecen dependientes de la acumulación y de la capacidad de las industrias para realizar la plusvalía en los mercados mundiales. De esta forma las y los trabajadores son desplazados de la economía formal a la informal, se reducen derechos, se expande la precariedad, crece el desempleo estructural, se amplía el ejército industrial de reserva, y todo ello presiona los salarios y los derechos a la baja al tiempo que se reduce la calidad de vida de la clase que vive de su trabajo. Todo ello es ejemplo de la vigencia, e incluso ampliación de la ley del valor, pues estas formas de trabajo permiten *ampliar* la extracción de *plusvalor* (Antunes, 2018, p.61)

El sesgo eurocéntrico de las teorías de “el fin de trabajo” les impide observar el desarrollo desigual en el centro y la periferia, centran su mirada en la forma del ser del trabajo en la industria “tradicional” propio de la forma que toma el capitalismo en los países centrales, pero no comprenden la relación de esta dinámica con la forma de ser del trabajo en los países periféricos, motivada por el específico patrón de reproducción del capital (Osorio, 2004: 37). Asimismo, esta perspectiva pierde de vista que, en el conjunto de la producción capitalista, la reproducción del ciclo del capital implica las actividades de trabajadores y trabajadoras en la distribución y circulación de mercancías, quienes aportan para la valorización y reproducción del capital formas variadas de trabajo no remunerado dentro y fuera de industria, incluso dentro de los espacios considerados como “privados” como es el trabajo reproductivo.

Otro aspecto que deriva de la tendencia decreciente de la tasa de ganancia es el fenómeno contradictorio de la desmedida del valor, en el que el tiempo socialmente necesario para la producción de las mercancías tiende a reducirse conforme se incrementa la capacidad productiva por el desarrollo de las fuerzas productivas materiales de la sociedad, lo que impacta en la reducción de plusvalía, por lo que se dificulta la medición del valor por el tiempo de trabajo. Esto no implica que aumente la riqueza con menos trabajo, sino que el capital pretende sortear la tendencia inherente a la caída de la tasa de ganancia a través del aumento del trabajo no remunerado, gracias al desarrollo científico y tecnológico.<sup>1</sup>

La real superación de la ley del valor solo es posible a través del aniquilamiento del trabajo abstracto, esto es, del trabajo social y colectivo bajo condiciones capitalistas, orientado no a la satisfacción de necesidades sociales sino a la generación de ganancias que son apropiadas por el capital. Para Marx, esta forma particular que adquiere el proceso material de producción “solo perderá su místico velo neblinoso cuando, como producto de hombres libremente asociados, estos le hayan sometido a su control planificado y consciente”. István Mészáros agrega: “mientras la dependencia del trabajo por parte del capital es absoluta

---

1 Crisis capitalista y desmedida del valor, enfoque desde los Grundrisse. México: UNAM/ITACA, 2010, 56-61

—puesto que el trabajo no es nada sin el trabajo que explota de modo permanente— la dependencia del capital por parte del trabajo es relativa, creada históricamente e históricamente superable” (Sotelo, 2012, p.36).

## **SUPERACIÓN DEL TRABAJO ABSTRACTO Y LA LEY DEL VALOR**

---

La superación del trabajo abstracto implica la ruptura radical con el orden existente por lo que uno de los desafíos mayúsculos implica la superación de la división jerárquica del trabajo. Esto ha sido planteado por Mézsáros en crítica a los procesos del denominado “socialismo realmente existente” y la concepción ahistórica de la ley del valor. Mézsáros aporta un elemento relevante al debate acerca de la transformación de las relaciones sociales del capital, explica que se trata de un proceso largo y profundo porque implica transformar el sistema del metabolismo social del capital, en ese sentido, no basta con transformar los mecanismos económicos para superar al capital, sino que como modo de reproducción metabólica social multifacético y omniabarcante, éste se encuentra presente en todas las esferas de la vida social, política, y cultural (Mészáros, 2009, p.256).

En los años sesenta, con la revolución cubana, se debatía acerca de la posibilidad de hacer un “uso inteligente de la ley del valor”, así, mientras para algunas corrientes del pensamiento esto era fundamental para elevar la productividad y sostener la revolución, para otros autores esto no es posible porque el socialismo no solo es lo contrario al capitalismo sino que es un sistema radicalmente opuesto, por ello, es necesario romper con las diversas expresiones del capital presentes en la vida social, de ahí la necesidad de aniquilar la ley del valor a fin de poner los cimientos de la nueva cultura de la sociedad.

El denominado socialismo realmente existente,<sup>2</sup> operó bajo la configuración de la ley del valor, no solo explotó por medios políticos la fuerza de trabajo existente, sino que al mantener la división jerárquica del trabajo y la disciplina fomentada por el capital, se mantuvo el dominio del capital, obstruyó su propuesta, y construyó el camino para el retorno capitalista propiamente dicho. La escasa participación democrática de la clase trabajadora en los procesos fundamentales de producción y la planificación no permitió generar en ellos una experiencia que los formara en la producción con los nuevos valores de la sociedad como la conciencia y responsabilidad en el trabajo, a esto se opusieron las decisiones impuestas por la burocracia.

Para Mézsáros, (2009) mantener las estructuras heredadas del sistema jerárquico del capital, fue uno de los grandes errores del socialismo del siglo XX, pues se mantuvo también el imperativo del tiempo del capital en la temporalidad del proyecto socialista; se mantuvo la extracción de plus trabajo, ahora no por medios dados solo por el mercado sino por medios políticos, lo que no permitió transformar la estructura de mando jerárquica, explotadora y alienante del capital, este elemento ha sido fundamental en su fracaso, y en la reestructuración del orden existente a favor del capital, y de esta forma, el capital continuó dominando la reproducción social.

De esta experiencia se deriva el aprendizaje que explica que es una necesidad imperante la mediación *dinámica* entre “la inmediatez del orden establecido y el futuro que se desenvuelve”, pues no puede darse una transformación socialista exitosa sin una reestructuración radicalmente distinta; en caso contrario, el proyecto será “subvertido por la inercia del pasado y las determinaciones del presente”. Por ello, para Mézsáros, lo central en el proyecto socialista es la “restitución de las alienadas fuerzas de control metabólico social a los productores asociados” El proyecto socialista necesita del control del metabolismo social mediante el agente humano *consciente y autodeterminante* y para ello es necesario salir del marco estructural del capital y sus determinaciones en la vida social (Mészáros, 1995, p.114-115).

---

2 Para el autor, no es posible denominar como “sociedades de socialismo realmente existente “ a los procesos que se dieron bajo la permanente “emergencia” y estado de emergencia”, porque “el futuro compatible con su temporalidad decapitada es la temporalidad restauradora del capital” (Mészáros, 1995, p.115)



Para él, en el proyecto socialista, no puede haber espacio para la vigencia de la teoría del valor, la transformación socialista implica necesariamente abolir la división jerárquica del trabajo y transformar al conjunto del sistema “solamente podremos hablar de socialismo cuando la gente tenga el control de su propia actividad y de la distribución de sus frutos para sus propios fines”, esto es, con la “autoactividad y el autocontrol de la sociedad por parte de los “productores asociados” (Mézsáros, 2009, p.97)

Mézsáros, coincide con Ernesto Guevara de la Serna en la necesidad no solo de construir una lógica contraria al capital,<sup>3</sup> sino radicalmente diferente y capaz de superarlo en sus formas más profundas de alienación, a fin de que se generen nuevos cimientos que avancen frente a la posible reversión futura del proceso, de forma en que no se vuelva al mismo lugar sino que éste vaya un poco más adelante (Mézsáros, 2009, p.30).

Ernesto Guevara, reflexiona críticamente la sistematización del pensamiento marxista por los manuales soviéticos, en los que sostiene su crítica a la idea del “uso inteligente o consciente de la ley del valor”. Para Guevara “el cálculo económico” que operaba en la URSS, representaba al capitalismo premonopolista, y su desarrollo en los países soviéticos, establecía relaciones de producción “retrógradas” frente a las que aspira a construir el socialismo”, pues el socialismo no es solo una cuestión económica sino una forma de vida capaz de hacer frente a la cultura del capitalismo “porque la sociedad socialista debe ser capaz de crear al hombre nuevo” (Guevara, 2009, p. 273-274).

Para Guevara, regresar a regir la economía por la ley del valor es “ir hacia atrás”, explica que por ese camino se avanza en que la sociedad se dirige hacia la conformación de una sociedad colectiva, pero al mismo tiempo, el avance es reducido porque “el hombre que se desarrolla es el hombre del estímulo material, el hombre individualizado”. En ese camino, el estímulo material debe funcionar de forma subordinada al estímulo moral y debe tender a perecer porque representa el “estigma de una sociedad que debe desaparecer” (Guevara, 2009, p. 274). Por todo ello, sostiene que en el camino hacia la construcción de la sociedad comunista, no es posible hacer “uso consciente de la ley del valor”, esto es, la ley del valor opera pero debe tender a desaparecer, para ello, resulta necesario crear formas nuevas y *radicalmente* distintas a las heredadas de la época anterior:

Para resumir nuestras divergencias: consideramos la ley del valor como parcialmente existente, debido a los restos de la sociedad mercantil subsistentes, que se refleja también en el tipo de cambio que se efectúa entre el estado suministrador y el consumidor; creemos que, particularmente en una sociedad de comercio exterior muy desarrollado, como la nuestra, la ley del valor en escala internacional debe reconocerse como un hecho que rige las transacciones comerciales, aun dentro del campo socialista y reconocemos la necesidad de que este comercio pase ya a formas más elevadas en los países de la nueva sociedad, impidiendo que se ahonden las diferencias entre países desarrollados y los más atrasados por la acción del intercambio. Vale decir, es necesario hallar fórmulas de comercio que permitan el financiamiento de las inversiones industriales en los países en desarrollo, aunque esto contravenga los sistemas de precios existentes en el mercado mundial capitalista, lo que permitirá el avance más parejo de todo el campo socialista, con las naturales consecuencias de limar asperezas y cohesionar el espíritu del internacionalismo proletario (el reciente acuerdo entre Cuba y la URSS, es una muestra de los pasos que se pueden dar en este sentido). *Negamos la posibilidad del uso consciente de la Ley del valor*, basado en la no existencia de un mercado libre que exprese automáticamente la contradicción entre productores y consumidores; negamos la existencia de la categoría *mercancía* en la relación entre empresas estatales, y consideramos todos los establecimientos como parte de la única gran empresa que es el Estado (aunque, en la práctica, no sucede todavía así en nuestro país). *La ley del valor y el plan son dos términos ligados por una contradicción y su solución*; podemos decir que la planificación centralizada es el modo de ser de la sociedad socialista, su categoría definitoria y el punto en que la conciencia

---

3 Mézsáros considera a Guevara como “un gran ser humano del siglo XX”, recupera su visión antiimperialista y su pensamiento acerca de necesidad de combatir los antivalores del capital, así el llamado a la conciencia de la humanidad, dice: “Guevara no vaciló en proclamar con gran claridad su desacuerdo principista con el curso de la acción seguido en la Unión Soviética —indicando proféticamente que apuntaba en dirección a la restauración capitalista— aunque ese desacuerdo en voz alta acarrió que se le tildara de hereje y hasta de aventurero” .

Mandel coincide en que no se trata de negar de la ley del valor porque esta sigue operando en la transición, pero considera que durante el periodo de transición se presenta una “lucha tenaz y a largo plazo entre el principio del plan consciente y el juego ciego de la ley del valor”, y considera que durante esta lucha, el planificador “puede y debe utilizar conscientemente la ley del valor” pero a diferencia de las posturas que consideran que en el socialismo ésta debe permanecer, para Mandel, el uso de esta es solo *parcial* y con un claro fin: “combatirla mejor en forma global” (Mandel, 2013, p.374). Advierte acerca de los riesgos del uso de la ley del valor para guiar las inversiones ya que esto haría que se conserve en lo esencial la estructura económica desequilibrada heredada del capitalismo.

Para Mandel, si bien se puede avanzar en la producción por estos medios, también es posible que se presenten injusticias en el sistema de racionamiento dada; se generen distorsiones y especulación que amenazarían la producción y desorganizarían el plan; de la generación de dos sistemas de precios se derivarían perturbaciones adicionales que no permitirían el funcionamiento armonioso porque se generaría una tentación permanente para las empresas por desviar una parte de la producción destinada al mercado racionado hacia el “mercado libre (Mandel, 2013, p.377). La lógica de precios “libres” que se determinan por la oferta y la demanda presionarán a que la prioridad de las inversiones se determinen por la amplitud de la demanda insatisfecha, lo que recrea la lógica económica del capitalismo, esto es, inversiones determinadas por la ganancia derivada de la demanda solvente; mientras en el socialismo, las inversiones deben determinarse por prioridades “conscientemente elegidas según los criterios socioeconómicos socialistas”, a partir de la planificación socialista, en donde el cálculo no se limita a la rentabilidad de cada unidad financiera sino que la rentabilidad está pensada a escala de la nacional (Mandel, 2013, p.378).

Para Mandel, en la construcción de una economía que favorezca el aumento de la productividad del trabajo en el marco de un sistema que determina centralmente los precios, salarios, inversiones y el plan socialista, pueden conjugarse la organización interna del trabajo en la empresa y la cuestión del estímulo material y moral, individual y colectivo. En el primer caso, el autor considera fundamental “perseguir el fin” de colocar la dirección en manos de los trabajadores, ya que no se puede concebir el socialismo – y mucho menos el comunismo – sin este “ejercicio de las funciones dirigentes por todos los trabajadores”, de ahí la necesidad de determinar las etapas que conducirán a esto teniendo en cuenta el nivel de conciencia y de calificación técnica de los trabajadores. Siguiendo a Lenin, el autor considera la necesidad de que los sindicatos “se transformen en órganos de educación, de trabajo socialista, de toda la masa trabajadora, sin excepción, de modo tal que la experiencia práctica de la participación en las funciones administrativas se extienda, bajo el control de la vanguardia obrera, a las capas obreras más atrasadas”. En cuanto a la segunda cuestión, Mandel manifiesta su confianza en que a partir de la *práctica* es posible maximizar la “capacidad creadora y organizativa de la clase obrera” la que constituye una “fuente de aumento de la productividad del trabajo de la clase obrera asociada (Mandel, 2013, p.378).

Respecto al debate entre estímulos materiales y morales, Mandel resuelve pensando a partir de la dialéctica de fines y de medios, rechaza el uso de estímulos que no conducen al fin pero considera útil el uso de estímulos materiales que son de naturaleza educativa y permiten elevar y no reducir la conciencia socialista de los trabajadores, tal es el caso del estímulo al esfuerzo por el estudio a través de escalas sucesivas o el estímulo material colectivo de distribución entre todos los trabajadores de una parte de los recursos suplementarios obtenidos por mejorar rendimientos (Mandel, 2013, p.378).

Con respecto de estos debates, y recuperando la experiencia chilena, Theotonio Dos Santos se pregunta: ¿Cuándo comienza la transición al socialismo? Para Dos Santos, solo se habla de transición al socialismo desde el momento en que “el poder pasa a la clase obrera”<sup>4</sup>. Explica que en Chile, durante el gobierno de

---

4 “Es un periodo excepcionalmente democrático en que se crean las condiciones para una democracia total”. (Dos Santos, 2009, p.79)

la Unidad Popular, no se alcanzó un estado obrero, pero la encarecida lucha de clases logró la participación de obreros y campesinos, así como del pueblo en los barrios, lo que “puede convertirse en algún momento en un poder alternativo al estado burgués. Es necesario señalar que hasta ahora no se ha convertido el tal, que no ha asumido ese carácter, pero indudablemente se trata del *germen* de este poder alternativo” (Dos Santos, 2009, p.81).

Estos autores coinciden en la consideración del trabajo y de la conciencia que del trabajo surge a partir de la *experiencia* de clase trabajadora en la sociedad de transición como central para la conformación de la sociedad comunista. De ahí que si bien refieren la necesidad de que exista una organización central y nacional, esto no significa que esta organización central pueda suplantar a las masas. Es el conjunto social quien debe tener la posibilidad de dirigir su destino, y son las masas las que marcan las coordenadas del plan y asegura que la organización central apoyada en la técnica lo cumpla.

Desde estos planteamientos, el trabajo es la actividad que abre la posibilidad de construir la sociedad comunista, y es ésta misma actividad la que desarrolla la conciencia del socialismo (Guevara, 2009. p. 85). Para Guevara, el trabajo en la sociedad en transición debe estar motivado por la moral y no solo por la necesidad material del salario necesario para la reproducción de las familias, esto es fundamental porque en el periodo de transición la vieja sociedad se mantiene en la conciencia de los trabajadores, de ahí la importancia del trabajo en la formación de la nueva cultura, nos dice: “el trabajo ejercido día a día con entusiasmo creador, desarrolla en todos nosotros la conciencia del socialismo; productividad, más producción, conciencia, eso es la síntesis sobre la que se puede formar la sociedad nueva” (Guevara, 2009, p.85-92).

Sostener y expandir la revolución son las preocupaciones que motivan y cruzan las aportaciones teóricas de Guevara, por ello, en sus observaciones está presente la importancia del elemento *subjetivo* en la transformación radical de la sociedad y en el desarrollo de la conciencia respecto del trabajo:

*El socialismo económico sin la moral comunista no me interesa. Luchamos contra la miseria, pero luchamos al mismo tiempo contra la alienación. Uno de los objetivos fundamentales del marxismo es eliminar el interés, “interés individual” y el lucro de las motivaciones psicológicas. Marx se preocupa tanto de los factores económicos como de su repercusión en el espíritu, llama a esto “hecho de conciencia”. Si el comunismo se desinteresa de los hechos de conciencia, podrá ser un método de distribución, pero no será jamás una moral revolucionaria. (énfasis propio). (Guevara, 2013b, p.243)*

Para tornar esta noción operativa, refiere la necesidad de fomentar en los trabajadores el interés por el trabajo a través de la formación técnica y política, invita a quienes trabajan en las empresas a aprender a conocer lo que “tiene de interesante” o lo que “tiene de creador” su trabajo, a “conocer el más mínimo secreto de la máquina o del proceso en el que nos toca trabajar” (Guevara, 2009, p.93). La importancia que tiene cada persona en el campo y la ciudad en la lucha por sostener la revolución y transformar la realidad es fundamental, por ello, el trabajo de cada uno es una “trinchera de la revolución”, el trabajo y la formación técnica y política son las armas de defensa de la revolución y “el laboratorio experimental en donde la clase obrera se prepara para las grandes tareas futuras de la conducción integral del país” (Guevara, 2009, 175).

Guevara restituía a los factores *subjetivos*, a la conciencia y a la voluntad de las mujeres y hombres políticamente organizadas/os y de diversas luchas sociales, el carácter dinámico que les corresponde en la transformación social (Suárez, 2013, p.42). Para Guevara, las esperanzas del sistema cubano están “apuntadas hacia el futuro, hacia un desarrollo más acelerado de la *conciencia* y, a través de la *conciencia* de las fuerzas productivas” (Guevara, 2004, p.335). Esta es una de las grandes aportaciones al pensamiento latinoamericano por parte de Guevara, posicionar la importancia del sujeto en la historia y la importancia del *sujeto* en la lucha de clases.

Para Guevara la *conciencia* del sujeto es fundamental en la construcción del comunismo, porque al fin y al cabo, son hombres y mujeres quienes hacen la historia, de ahí la importancia de la nueva cultura en el socialismo y la indisoluble relación entre el «El socialismo y el hombre nuevo». Este elemento está presente

también en el pensamiento de Martínez Heredia para quien la transición socialista implica la participación decidida y el cambio de las vidas de las mayorías (Martínez, 2018, p.752).

Martínez Heredia explica que el socialismo, o mejor dicho, la transición al comunismo, no surge de la evolución progresiva del capitalismo. Para el autor esto no es posible puesto que el capitalismo engendra más capitalismo; mientras que el socialismo solo puede existir por la “voluntad y de la acción capaces de crear nuevas realidades”, en ese sentido, el socialismo implica necesariamente la *práctica* revolucionaria. Nos dice:

El carácter de una revolución no está determinado por la medición de la estructura económica de la sociedad, sino por la práctica revolucionaria. En las condiciones desventajosas de la mayoría de los países del mundo, la transición socialista y la sociedad a crear están obligadas a ir mucho más allá de lo que su “etapa de desarrollo” supuestamente les permitiría, y a ser superiores a la reproducción esperable de la vida social: deben realizar simultáneas y sucesivas revoluciones culturales que las vuelvan invencibles. Es preciso acometer la creación de una nueva cultura, que implica una nueva concepción de la vida, las relaciones entre las personas y el mundo, al mismo tiempo que se cumplen las tareas imprescindibles, inmediatas, urgentes e ineludibles (Martínez, 2018, p.889).

Así, la transición es “el ejercicio de comportamientos públicos y no públicos de masas organizadas y conscientes que toman el camino de su liberación total” (Martínez, 2018, p.747). Ésta debe estar orientada hacia el comunismo desde sus inicios, para ello es fundamental la participación de las personas y el poder del pueblo, por lo que debe predominar la ampliación de la participación de las personas, es necesario que estas conozcan y formen parte de la política en la dirección de los procesos sociales.

Para el autor esto es fundamental a fin de que el proceso no pierda su naturaleza, de lo contrario no será posible construir el socialismo y el comunismo. Enfatiza que, a diferencia de la construcción del socialismo en los países centrales, lo fundamental en la periferia es la participación decidida y el cambio profundo de las vidas de las mayorías (Martínez, 2018, p.752). Se trata de un proceso largo, por ello la necesidad de incorporar factores objetivos y subjetivos, entre ellos, la nueva ética socialista, porque el socialismo es un cambio de cultura (Martínez, 2018, p.748).

En Martínez Heredia, socialismo no puede separarse de la noción comunismo, es, por tanto, transición al comunismo, es construcción de una sociedad diferente y opuesta al capitalismo (Martínez, 2018, p.749). La transición es una época prolongada en tiempo, consisten en cambios profundos y sucesivos de las relaciones e instituciones sociales, y de los seres humanos que van transformándose y apropiándose de las relaciones sociales, es, por tanto, un poder político e ideológico cuyo objeto es la realización del proyecto revolucionario que consiste en elevar a la sociedad por *encima* de las condiciones de reproducción social existentes, y no solo para que sus miembros se adecuen a las condiciones hasta entonces existentes. Así, y a pesar de la rigidez con que algunas interpretaciones piensan la noción de socialismo, desde la perspectiva latinoamericana de Martínez Heredia, esta es una noción *inclusiva* pues permite pensar un amplio arco de situaciones y posibilidades no capitalistas (Martínez, 2018b, p.749).

## **EPÍLOGO:**

---

Como se ha expresado a lo largo de esta exposición, el trabajo abstracto es una construcción históricamente determinada y por tanto históricamente superable. Su aniquilación supone la transformación radical de la sociedad, lo que implica un proceso social en el que la participación social democrática es fundamental. En ese sentido, recuperado la frase de Ernesto Guevara “El socialismo económico sin la moral comunista no me interesa”.

## BIBLIOGRAFÍA:

---

- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018
- DOS SANTOS, Theotonio. **¡Bendita crisis!**. Caracas: El perro y la rana, 2009
- GUEVARA de la Serna, Ernesto. La teoría es indispensable para el desarrollo de la revolución, pero debe estar siempre unida a la práctica, pp. 29-40. In ARIET Maria del Carmen (ed) **Retos de la Transición socialista en Cuba**. México: Ocean Sur, 2009.
- ..... **Obras**, Santiago de Chile: Centro de Estudios Miguel Enríquez- Archivo Chile, 2004
- ..... Planificación socialista, su significado, pp.386-395. In: ARICÓ José (ed) **El socialismo y el hombre en Cuba**. México: Siglo XXI, 2013.
- ..... El comunismo debe ser también una moral revolucionaria, pp.240-244. In **El socialismo y el hombre en Cuba**, México: Siglo XXI, 2013b.
- MANDEL, Ernest. Categorías mercantiles en el periodo de transición, pp.354-385. In **El socialismo y el hombre en Cuba**, Aricó José (ed). México: Siglo XXI, 2013
- MARINI, Ruy M. **Procesos y tendencias de la globalización capitalista” en La teoría social latinoamericana**. In Cuestiones contemporáneas, México: UNAM-FCPyS- CELA, 1996
- ..... **Las razones del neodesarrollismo. (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra)**. In Archivo de Ruy Mauro Marini. Publicado en Revista Mexicana de Sociología, número especial. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales- UNAM, 1978.
- MARTÍNEZ Heredia, Fernando, Socialismo, pp. In SANCHEZ Quiroz, Magdiel(ed), **Fernando Martínez Heredia. Antología Esencial**, Buenos Aires: CLACSO, 2018
- ..... Independencia y socialismo en Nuestra América, pp. In
- MÉSZÁROS, István. **El desafío y la carga del tiempo histórico: el socialismo del siglo XXI**. Caracas: Fundación editorial El perro y la rana, 2009.
- ..... **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- ..... **Más allá del capital. Hacia una teoría de la transición**. La Paz:1995
- OSORIO, Jaime, **Crítica de la economía vulgar. Reproducción de capital y dependencia**, México: Universidad Autónoma de Zacatecas/ Porrúa, 2004.
- SOTELO, Adrian, **Los rumbos del trabajo. Superexplotación y precariedad social en el siglo XXI**. México: UNAM/Miguel Ángel Porrúa, 2012
- Suárez Luis, **La estrategia revolucionaria del Che. Una mirada desde los albores de la segunda década del siglo XXI**. La Habana: Ediciones Tricontinental, 2013

# VIOLÊNCIA E TRABALHO ASSALARIADO: REFLEXÕES PARA ALÉM DAS REPRESENTAÇÕES IMEDIATAS<sup>1</sup>

Sherry Max de Souza

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Educação/UFG.

Dr. Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Professor Adjunto da Faculdade de Educação Física e Dança/UFG e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Educação.

**Resumo:** Este artigo tem o intuito de abrir novas frentes de investigação sobre a temática da violência na sua relação com o capital, a partir dos princípios da historicidade, totalidade e a multideterminação. Neste sentido, parte-se do fenômeno na realidade, como ele se apresenta na ordem do dia, para em seguida demonstrar que para além da aparência, existe uma base, historicamente, constituída que fundamenta essa expressão do real, ao mesmo tempo em que é por ela determinada. A partir destes pressupostos, compreende-se que a violência é um evento complexo, de difícil conceituação e que percorre a história da humanidade. Sendo assim, entre outros aspectos, buscou-se apresentar uma concepção de violência que compactue com os princípios anteriormente apresentados, relacionando violência, sistema do capital e trabalho assalariado.

**Palavras-chave:** Violência, sistema do capital, trabalho assalariado.

## INTRODUÇÃO

Os eventos e fatos considerados violentos já viraram rotina no nosso dia a dia. Devido a isto, entre outros fatores, é muito difícil conceituar o que é violência, principalmente, quando se considera a forma como ela se apresenta e muitas vezes pelo fato de seu aspecto corriqueiro, ela acaba passando despercebida, normalizada, naturalizada e banalizada. Neste contexto, o que se manifesta a todo momento é o líder indígena assassinado por grileiros, mulheres violentadas, repressão policial na periferia, extermínio dos negros, atuação de grupos milicianos, brigas entre alunos na porta da escola e por aí vai-se construído nossas experiências em relação ao cotidiano violento do capitalismo tardio pandêmico<sup>2</sup>.

Apesar desta nossa proximidade com o fenômeno, poucas são as oportunidades em que se aprofunda na discussão sobre o tema, explicitando suas características, fundamentos, relações, nexos causais e determinantes, principalmente nos dias atuais, em que, ao mesmo tempo, vários fenômenos podem ser considerados violentos e outros, que o são de fato, acabam passando despercebidos ou mesmo, escamoteados.

Neste sentido, compreende-se que, ao imergir neste objeto de análise, parte-se de uma estrutura social, em que o real se apresenta e se organiza de maneira a ocultar a essência da realidade. Partindo deste pressuposto, acredita-se na coerência de um proceder científico, pautado em uma “totalidade rica de muitas determinações e relações” (Marx, 2011, p.54), na historicidade e na ontologia, que possibilite a constituição de uma epistemologia que procure elucidar a trama, que apresenta a realidade de uma maneira em que o

1 Este artigo se constitui em um extrato de uma pesquisa que está em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Goiás, na linha Processos Psicossociais e Educacionais, sob o título “Violência e trabalho: possibilidades e implicações na subjetividade do trabalhador docente”.

2 Neste contexto, em que estas linhas estão sendo escritas, a banalização da violência faz com que ela se torne ainda mais imperceptível, já que, todas as tensões perpetradas pelo modo de vida desenvolvido pelo sociometabolismo do sistema capitalista são escancaradas e legitimadas, em nome da máxima de que a economia não pode parar. Sendo assim, a partir de um olhar mais atencioso, as desumanidades que nos deparamos neste momento, no Brasil, só encontram ressonância no capitalismo europeu do século XIX. Ou seja, um período em que todo processo violento de exploração do capital é amplamente escancarado.



real transparece de forma invertida ou desconfigurada, influenciando assim, todas as esferas da vida. Esta forma aparente do real, faz com que a realidade objetiva, em determinadas condições históricas, presente, entre outros aspectos, as relações sociais de maneira fetichizadas ou reificadas<sup>3</sup>. Portanto, falsas, mas, reais. Ao conceber estas premissas, parte-se do concreto, considerando que este, seja uma síntese de múltiplas determinações, “[...] unidade da diversidade. Por essa razão, a realidade objetiva aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida [...]” (Marx, 2011, p.54). Por conseguinte, ao tentar não incorrer em “robinsonadas”<sup>4</sup> analíticas, buscou-se trabalhar com uma concepção de ciência que parta do mais desenvolvido para o menos desenvolvido<sup>5</sup>, que não opere com soma de partes, com simplismos de causa e efeito, com sujeitos isolados e independentes, visando o compromisso com a práxis histórica. Visto que, exatamente no momento em que se exalta o indivíduo fora da coletividade, “é justamente a época das relações sociais (universais desde esse ponto vista) mais desenvolvida até o presente” (Marx, 2011, p. 40).

## AS REPRESENTAÇÕES IMEDIATAS DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO

---

As relações de violência têm se tornado tão comuns, que já se tornaram um problema de saúde pública mundial (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014). No Brasil, além de você se deparar com situações de violência na sua casa, no seu setor ou na sua cidade, existe todo um aparato jornalístico que se beneficia de páginas “manchadas de sangue”, marcadas por homicídios, latrocínios, agressões, estupros, atropelamentos, assaltos, entre outros. Deste modo, o que não falta é pauta para essa temática e o público, aparentemente, se deleita com esse tipo de notícia. Inclusive, as manhãs, tardes e noites da Tv aberta no Brasil, estão recheadas desta programação, seja no âmbito regional ou nacional, com altos índices de audiência.

[...] trata-se de um conjunto de programas que dão extrema visibilidade à violência presente em nossa sociedade. Alguns dos programas mais característicos que seguem essa linha seriam, portanto, o *Brasil Urgente*, da Rede Bandeirantes, o *Cidade Alerta* e o *Balanço Geral* da Rede Record, e os extintos *Repórter Cidadão* da Rede TV!, *Linha Direta* da Rede Globo, *Cadeia Alborgheti*, da TV Gazeta e *Aqui Agora* do SBT (Romão, 2013, p.32).

Nestes programas, apresentadores que mais parecem caricaturas (personagens grotescos), apresentam noticiários policiais permeados por discursos com bordões espetaculares e sensacionalistas, que resolveriam o dilema da violência com mais violência e o que balizaria estes jargões seria a cultura do medo que foi construída na contemporaneidade (OLIVEIRA, 2016). Segundo Teixeira (2016), edificou-se um mito

- 
- 3 A ideia de fetiche da mercadoria ou reificação, em linhas gerais, no pensamento marxiano, seria o fato de os homens diante das relações de produção capitalistas e da vida, se veem como valores, que se equiparam somente nas trocas, porque na vida real o dispêndio de força de trabalho, qualitativamente e quantitativamente, jamais se igualaria entre um pedreiro e um padeiro. Nesse quiproquó, os produtores de mercadorias (trabalhadores) se encontram cada vez mais perdidos na produções destas, pois entre outros fatores, não dominam toda a produção, nem o planejamento do processo, ficando cada vez mais reféns de como as mercadorias e a produção se apresentam na realidade imediata. Neste contexto, assim como, os homens desaparecem ou se reconfiguram em outras coisas, nas relações reificadas, tem-se a ressignificação e a existência de seres humanos que são subjugados a elas.
  - 4 Nas críticas proferidas por Marx e Engels a seus adversários, seja no campo da filosofia ou da economia política, a expressão “robinsonada” é usada em várias obras, no sentido de dizer que eles estão desenvolvendo análises equivocadas, que não compreenderiam a realidade como ela é, que estavam incorrendo em idealismo, na perspectiva de a realidade só existir na cabeça dos indivíduos, ou seja, não condiz com a realidade objetiva.
  - 5 Segundo Lukács (2013, p.43), ao vislumbrar desenvolver um estudo a partir do método marxiano, não se pode perder de vista que “a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual em estágio mais primitivo pode ser reconstruído – intelectualmente – a partir do estágio superior, de sua direção de desenvolvimento, das tendências de desenvolvimento”.

da ênfase em violência na perspectiva do senso comum, que justifica a tomada de medidas restritivas de liberdade extremamente violentas, por parte do Estado. Neste contexto, podemos nos deparar no cotidiano como os seguintes axiomas: “Estamos em Guerra”, “Bandidos estão cada vez mais perigosos”, “A sociedade atual é mais insegurança”, “A ampliação das penas reduz a violência”, “Jovens estão mais violentos”, “Os movimentos sociais são perigosos e violentos”, “Direitos humanos devem ser apenas para ‘humanos direitos’”, “Bandido bom é bandido morto”, “Temos que defender o homem de bem” (Idem, p.45). E desta forma o fenômeno vai se configurando na nossa realidade. Ao observar este contexto, começa a transparecer que em uma sociedade marcada pela violência, é possível acompanhar seus rastros em amplos setores sociais, como no próprio meio jornalístico, no entretenimento, no esporte, na religião, na educação, etc., o que pode contribuir para uma certa naturalização da realidade, conseqüentemente da violência.

Neste contexto, vale destacar que no último pleito eleitoral, caracterizado pela ascensão de uma onda conservadora no Brasil<sup>6</sup>, muitos candidatos, fizeram campanha e foram eleitos, a partir de discursos violentos, de armar a sociedade, matar “bandidos”, inclusive o próprio presidente da república entonou esta verborreia. E essa postura, ele já tinha antes de ser eleito representante máximo do executivo federal, como aponta Severo (2019):

Disse em público que preferia um filho morto do que um filho gay. Exortou o encarceramento e a morte de seu adversário de campanha; fez gestos simulando “fuzilar a petralhada” durante um comício. Seu símbolo de campanha foi a morte: o gesto apontando arma de fogo (paginação irregular).

Partido desta realidade, ao que tudo indica, esta violência não fica só nos programas televisivos, nos discursos, pois, existem levantamentos que apontam o quanto é violenta a sociedade brasileira. Pois, o Brasil é um país que se localiza na região considerada a mais violenta do planeta, que é a América Latina, e não por acaso é o 9º colocado neste quesito<sup>7</sup> a nível mundial. Para tentar compreender esta colocação basta levantar apenas a taxa de pessoas que perderam suas vidas por mortes violentas (homicídios, suicídios e acidente de trânsito) no país, em que os dados de 2018, apontam para um quantitativo equivalente a países que estão em estado de guerra (Folha de São Paulo, 2018). Segundo a mesma matéria, 553 mil pessoas tiveram suas vidas interrompidas por esse motivo no últimos 11 anos, superando os 500 mil mortos da guerra da Síria nos últimos 07 anos. O *Atlas da Violência 2016*, registrou uma elevação na taxa de homicídios no país, batendo um recorde com 62.517 mortes, o que caracteriza 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes.

Já o *Atlas da Violência de 2020*, apresenta uma queda no números de mortes por motivos violentos, no entanto, o próprio documento destaca que alguns fatores podem contribuir para esta diminuição, entre eles está a elevação de não detecção das causas das mortes por parte do Estado, ou seja, nos últimos dois anos aumentaram o número de pessoas que não tiveram as causas das mortes registradas. Outro fator é a política manipulação ou não fornecimento da dados oferecidos pelas secretarias de segurança públicas dos estados federados. Inclusive o próprio estado de Goiás, de onde se fala, desde o início de 2019, é o único ente que se nega a divulgar os dados relativos ao número de mortos pela polícia.<sup>8</sup>

Até aqui, inicialmente, falou-se de apenas um tipo de violência, a tipicamente física. Outros tipos de violência são mais difíceis de se obter levantamentos, pois muitas vezes não são registradas, nem classificadas

---

6 Segundo Cioccarri e Persichetti (2019), o congresso brasileiro, bom como as assembleias estaduais, de 2014 para 2018, caracterizou-se pela inserção de políticos com discursos conservadores, permeados por ódio aos seus opositores, bem como, a ideia de resolução prática do problema da violência, “houve aumento de 25% no número de ex-policiais eleitos como deputados estaduais ou federais. O Diap mostra um aumento, na nova composição do Congresso Nacional, no número de parlamentares ligados a segmentos mais conservadores – entre eles, militares, policiais, religiosos e ruralistas. Esses parlamentares defenderam, em sua grande maioria, a revisão do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioria penal e a criação de leis mais rígidas para punir crimes” (Cioccarri e Persichetti, 2019, p.202).

7 Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (2019).

8 O Estado de Goiás, desde o início de 2018 não tem atualizado o número de pessoas mortas por violência policial e ainda se recusa a divulgar os dados atualizados de 2019 (G1, 2020).

como violência ou mesmo silenciadas. Só para se ter uma ideia da dimensão do problema, o Instituto Maria da Penha, a partir da Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006, tipifica a violência contra a mulher em: física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. Destes cinco tipos desdobram-se em 46 atos considerados, dentro destes parâmetros, como violentos, como por exemplo, “causar danos propositais a objetos da mulher ou dos quais ela goste”, “acusar a mulher de traição”, “desvalorizar a vítima pelo seu modo de se vestir”, etc. E isto é apenas um exemplo entre tantos, como no que diz respeito à criança e adolescente, idoso, violência na escola, que na verdade são um reflexo da que ocorre na sociedade, e por aí vai.

Ainda no contexto da violência tipificada como física, outros eventos que colocam o Brasil no rol dos mais violentos estão relacionados à violência contra a mulher<sup>9</sup>, contra negros<sup>10</sup>, LGBTQ+<sup>11</sup>, política de encarceramento<sup>12</sup>, violência contra professores, entre outros.

## **A VIOLÊNCIA REAL, APRECIADA NO PLANO DAS IDEIAS**

Ao processar os números, anteriormente, apresentados já se pode ambientar um panorama e perceber como a violência flutua por amplos setores da sociedade. Diante deste contexto, é notável, e chama a atenção, a forma de se compreender a violência que se apresenta na realidade. Pois, uma noção deste entendimento pode ser notada, ao analisarmos os programas e projetos de redução dela e como estes se propõe a solucionar o “problema”. Não obstante, muitas vezes, o que se observa é a tomada de exemplos práticos, a partir de manuais (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2014), (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2003) que apresentam uma concepção de violência superficial, negando assim, as especificidades regionais, a historicidade e a multideterminação do fenômeno, o que recai na maioria das vezes em implantação ou implementação de soluções repressivas e violentas, como no caso das Unidade de Polícia Pacificadora (UPP’s)<sup>13</sup>, nas favelas do Rio de Janeiro, ou mesmo o estabelecimento dos colégios militares no estado de Goiás<sup>14</sup>, como antídoto para a solução do problema. De acordo com Teixeira (2016), além cometer uma série de irregularidades, que não condizem com o que se espera de uma instituição escolar, os consagrados colégios militares do Estado de Goiás, excluem os estudantes mais pobres, pois, estes não têm como se manter no colégio, devido ao alto custo das despesas, como mensalidades e uniformes, por exemplo. Segundo Teixeira (2016), em seu levantamento realizado em seis (06) colégios militares, não havia nenhum estudante com renda inferior a um (01) salário mínimo e os que ganham até um salário mínimo, correspondem a 5% do total de estudantes. Para se ter uma noção do que está sendo afirmado, nas instituições civis do Estado essa porcentagem (dos que ganham até um salário mínimo) é de 16%.

Um bom exemplar de manual que cai nesta análise reducionista da questão, pode ser observado no “*Programa de Prevenção à Violência nas Escolas*” publicado pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, sob autoria de Mirian Abramovay, que é referência em estudos sobre a violência nas escolas no Brasil (ABRAMOVAY, 2002). Neste sentido, ao analisar-se o texto referido, várias passagens apontam para

---

9 Ver reportagem da Rádio Globo CBN (2019).

10 De acordo o *Atlas da Violência 2020*, 75,7% das vítimas de homicídio são pretos ou pardos.

11 Segundo Bortini (2018), o Brasil é o país que mais se assassina homossexuais no mundo.

12 A população carcerária no Brasil triplicou desde o ano de 2000, totalizando hoje 773.151 mil. Ficando atrás apenas dos EUA e China em números de presos (BORGES, 2020). As condições que eles se encontram dentro dos presídios requer um estudo da violência voltado apenas para a temática, pois, segundo Borges (2020), toda essa quantidade de detentos está encarcerada em ambientes que possuem uma capacidade total de apenas 461 mil vagas. Sobre este dado, ver também Velasco e Reis (2019).

13 De acordo com Betim (2018), as experiências de Unidades de Polícia Pacificadoras não deram certo, após a instalação de 38 UPPs, na cidade do Rio de Janeiro, “o modelo que representou nos últimos anos a esperança de um Rio mais seguro se mostra esgotado, após colecionar uma série de fracassos e escândalos nos últimos anos” (paginação irregular).

14 O Estado de Goiás conta atualmente com 60 escolas militarizadas que são referência para a implantação em todo o país (3ºSGT., 2020) e (MOREIRA, 2018).

a construção de uma concepção de mundo, de sociedade, de escola, de ser humano e de violência que não corresponde com a realidade objetiva na sua verdadeira constituição. São análises superficiais, que não superam a aparência da realidade, que recaem na pura descrição do real, na forma como ele se apresenta de imediato, desconsiderando a contradição, ou seja, o próprio homem (MARX, 2009). Ao examinar o texto de Abramovay (2002), transparece que as formas de violência destacadas (microviolência – xingamentos, insultos, palavrões, etc., racismo, agressões físicas, homofobia, entre outros) brotassem do chão da escola, e não fossem praticadas por sujeitos reais em uma vida social permeada por contradições. Este olhar da autora se contrapõe, a forma como a vida coletiva se organiza, adversando sua real constituição que é coletiva e histórica. Seria o homem negando a si mesmo.

Dando continuidade, a nossa análise, logo no início do texto, a autora apresenta sua concepção de escola, que segundo ela é “[...] lugar de amizade, de prazer de busca de aprender e conhecer” (Abramovay, 2015, p.07). Aí está a representação de uma escola bastante idealizada, pois, ela nega, entre outros aspectos, toda uma estrutura social contraditória, que levam os sujeitos a frequentar ou não, esta instituição, por diversos motivos, sejam eles, conflitos no bairro, a diversidade social, os interesses pessoais, etc. e é claro, a luta de classes. Em um modelo social excludente, algumas pessoas vão à escola para ter sua única refeição do dia, outros vão para vender drogas, outros vão para passar o tempo, outros vão por que os seus responsáveis têm que ir trabalhar e não têm com quem deixar a criança, etc.

Mesmo a escola sendo o “céu na Terra”, segundo a autora, a violência escolar é promovida pela própria forma de organização da instituição, com normas e regras rígidas que acabam contribuindo e não evitando conflitos.

É comum que, convivendo-se durante várias horas por dia e fazendo atividades, nem sempre prazerosas para todas as partes, algumas relações se tornem mais complicadas. Tal fato não é em si um problema, mas pode se tornar caso o conflito gere relações violentas. A escola é um local onde indivíduos são obrigados a conviver todos os dias, obedecendo a horários e a normas em comum (Idem, p. 08).

No início a escola era “lugar de prazer”, agora, nem sempre tão prazerosa. E, ela vai além, pois, afirma que tipos de violência relacionadas ao racismo e homofobia são causadas por conta da omissão da escola. “A discriminação na escola não é apenas uma prática individual entre os alunos. São, principalmente, ações e omissões do sistema escolar que podem contribuir para prejuízos na aprendizagem do aluno, influenciando negativamente seu processo de construção” (Idem, p.10). Está aí, a ideia de que se criar um sistema mais punitivo inibe a prática da violência. Ela está sendo influenciada pelo mito da violência apontado, anteriormente, por Oliveira (2016), “A ampliação das penas reduz a violência”.

Mais adiante ela descobre a roda: “A discriminação a que são submetidas as pessoas em situação de maior pobreza compromete a construção de um sistema educacional igualitário no sentido amplo” (Idem, p.12). Aqui, ela atribui à discriminação social, ou seja, o fato de os filhos da classe trabalhadora serem excluídos por serem pobres e não pelas condições objetivas reais (ter que trabalhar pra ajudar a família, passar fome, não ter dinheiro pra comprar roupa, caderno, chinelo ou tênis, pra ir pra escola, não ter acesso à internet, etc.), como se a discriminação social, a exclusão, o preconceito de classe, a qual estão sujeitos os indivíduos da periferia do sistema, não partissem das próprias condições reais em que eles sobrevivem. E ainda, a perspectiva de sistema educacional da autora esbarra no reformismo, pois como criar um sistema educacional igualitário se a sociedade em que os sujeitos estão inseridos é desigual?

Para a autora, todas as formas de violência que ocorrem na escola acabam favorecendo a construção de uma “cultura da violência”. Parece que quando não se quer aprofundar, esmiuçar ou explorar um situação, e apresentar a realidade como ela é, não como aparenta, ou seja, escamoteá-la, é só colocar a palavra “cultura” na frente da questão e está resolvido. Desta forma tem-se a “cultura do pobre”, “cultura da periferia”, “cultura da violência” como se a cultura se explicasse por si só, abdicando assim, de toda a situação real objetiva que constrói a vida. Como se a cultura determinasse a produção da vida em sua totalidade. Essa forma de conceber a realidade, seria como construir uma casa começando pelo telhado, não compreendo

este, como elemento fundamental que constitui um todo, e ainda, desarticulado de um conjunto que funda a casa. Neste olhar, o sujeito é tido “Não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história” (Marx, 2011, p.40).

O caçador e o pescador, singulares e isolados, pelos quais começam Smith e Ricardo, pertencem às ilusões desprovidas de fantasia das robinsonadas do século XVIII, ilusões que de forma alguma expressam, como imaginam os historiadores de cultura, simplesmente uma reação ao excesso de refinamento e um retorno a uma vida natural mal-entendida. Da mesma maneira que o contrato social de Rousseau, que pelo contrato põe em relação e conexão sujeitos por natureza independentes, não está fundado em tal naturalismo. Essa é a aparência, apenas a aparência estética das pequenas e grandes robinsonadas. Trata-se, ao contrário, da antecipação da “sociedade burguesa”, que se preparou desde o século XVI e que, no século XVIII, deu largos passos para sua maturidade. Nessa sociedade da livre concorrência, o indivíduo aparece desprendido dos laços naturais etc. que, em épocas históricas anteriores, o faziam um acessório de um conglomerado humano determinado e limitado (Idem, 2011, p.39).

Partindo desta maneira de conceber a cultura, quando se fala em “cultura da violência”, dentro deste contexto, proposto pela autora, o que nos vem à mente é sua “contraposição”, a “Cultura de Paz”. A “Cultura de Paz” foi apresentada como um projeto da ONU (Organização das Nações Unidas), que é uma instituição internacional, que surgiu no período pós-Segunda Guerra Mundial, no intuito de promover a paz, em contraposição à barbárie praticada no referido conflito. Sua sede é nos Estados Unidos, bem com, o peso de suas decisões e seus interesses circunscrevem aos ditames do capital.<sup>15</sup> Através da UNESCO (sigla em inglês para Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a “cultura de paz” é propagandeada pelo mundo através de projetos educacionais que visam a promoção desta concepção de paz (UNESCO, 2003), (DEBARBIEUX & BLAYA, 2002). Inclusive a própria Abramovay, tem trabalhos financiados por estes programas da ONU (ABRAMOVAY, 2002; ABRAMOVAY, 2006) e foi consultora do Banco Mundial e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Neste contexto, este é o ponto de partida em que vão se delineando os conceitos de violência e de paz que é proposta pela autora no seu manual contra violência. Concepção esta que é a expressão real de como a questão se põe na ordem do dia. No entanto, quando se examina com critérios que vão para além da aparência imediata, percebe-se que a realidade proposta pela autora tem um viés de falseamento, ocultamento das determinações mais determinantes, pois parte de um realidade que está na cabeça dos seres humanos e na aparência da realidade. Por isso, para compreendê-la é preciso distorcer a inversão que está na representação do real. E não pura e simplesmente na cabeça dos homens. Pois, ela propõe o fim da violência a partir da cultura, ou seja, criando uma nova cultura, cria-se uma nova forma de delinear a realidade. Quando Marx (2011), discute a relação entre produção, consumo, distribuição e troca, ele procura enfatizar que a realidade se constitui de uma totalidade que possui meios ou elementos que não são idênticos em questão de importância, mas são fundamentais na estruturação do todo. Sendo assim, dentro desse aglomerado, existem elementos que são mais determinantes e preponderantes, ou seja, “diferenças dentro de uma unidade” (Idem, p.53).

A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre os outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É autoevidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes da produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca, e uma distribuição determinados, bem como *relações determinadas desses*

---

15 Incoerentemente, a cultura de paz é proposta pela UNO e seu nomeado Conselho de Segurança é composto por EUA, China, Rússia, Reunido e França. Estes países, sob a hegemonia norte-americana concorrem entre si o direito de dominar e subjugar econômica e belicamente os países que estão na periferia do sistema. Para Lindgren-Alves (2019), é uma piada de muito mau gosto acreditar que a promoção dos princípios dos Direitos Humanos sejam propagados pelos EUA.



*diferentes momentos entre si. A produção, por sua vez, certamente é também determinada, em sua forma unilateral, pelos outros momentos (Idem, p. 53).*

Dando continuidade às “robinsonadas” da autora, analisemos a sua ideia de “furto”, que para ela, está relacionado ao “fruto do desejo”, “desordem pública”, “impunidade”, “quebra da cidadania”, com estas denominações, pode-se entender que a violência dentro da escola não tem as mesmas motivações que ocorrem fora dela. Nesta ótica, a violência incorre de maneira individualizada, em que a culpa de todo o processo, cai no sujeito. Como se todos os indivíduos da escola fossem ladrões potenciais e estivessem esperando a oportunidade para que o sistema falhasse. Na visão hobbesiana da autora, o homem é mal por natureza<sup>16</sup>. A violência seria um produto da subjetividade estática e naturalista do ser humano.

Quando a autora traz a discussão para o campo da cidadania, em que a violência romperia com vida coletiva permeada pelo conceito: “quebra a cidadania”, ruptura com “convivência cidadã”, intencional ou não, o conceito de cidadania, escorre pelo ralo, pois a condição de cidadão já existe desde o nascimento de qualquer indivíduo, no entanto, ele não garante a apropriação do que é construído coletivamente, já que, vive-se em um modelo social de classes, que excluem os sujeitos da apropriação do que é construído pelo homem como ser genérico. Portanto, o fato de existência de uma escola que garantisse o exercício pleno da cidadania burguesa, não garantiria o que Marx (2009), chamou de “emancipação humana” em contradição à “emancipação política”, que se restringe à manutenção do direito à propriedade privada. Assim sendo, a cidadania representa os interesses da emancipação política, carrega a ideia abstrata de coletivo, mas, na verdade, garante valorização do homem individualizado, do homem egoísta que é “membro de uma soberania imaginada, é roubado de sua vida individual real e repleto de uma universalidade irreal” (Marx, 2009, p. 51).

Em outras palavras esta cidadania que a autora vislumbra, e que segundo ela mesma, não se efetiva pela violência na qual a escola se encontra submersa, é a garantia de efetivação da democracia burguesa, em que o

[...] homem (não só um homem, mas cada homem) passa por ser *soberano*, por ser supremo, mas é o homem no seu fenômeno insocial, incultivado, o homem na sua existência contingente, o homem tal como anda e está, o homem tal como (por toda a organização da nossa sociedade) está corrompido, perdeu a si mesmo, se alienou, se encontra dado sob a dominação de relações e de elementos inumanos – numa palavra, o homem que ainda não é um ser genérico real (Marx, 2009, pp.58-59).

Diante deste homem individualista, egoísta, ela ainda ousa falar em uma educação que acaba desviando seus sentidos de “implicações éticas”. Como é possível, falar de ética pra que está passando fome? Para quem está sofrendo despejo de sua casa porque não tem condição de pagar o aluguel? Falar em ética para um sujeito que puxa a carroça de materiais para a reciclagem no lugar do cavalo, numa sociedade em que ele é tido como inferior ao cavalo? Neste caso, edifica-se a casa a partir do telhado, pois desconsidera as premissas da existência humana, “[...] a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais” (Marx, 2007, pp.32-33). Portanto, para se chegar, a questionar uma postura ética dos alunos, tem-se que aspirar, ao menos, a construção de uma trajetória histórica que rompa com a “pré-história” em que estes sujeitos se encontram, inclusive os que já têm essas condições mínimas de sobrevivência, do contrário, estar-se-á diante de uma situação “[...] na qual o filho gera o próprio pai – coisa que já acontecia em Hegel” (Marx & Engels, 2011, p.22).

---

16 Thomas Hobbes, teórico europeu da segunda metade do século XVI, que na sua obra “Leviatã”, apresentou suas ideias que justificava o Estado Absolutista, pois, acreditava que os seres humanos eram naturalmente maus e que só um Estado autoritário e absoluto poderia ordenar os interesses egoístas dos homens, através de um contrato social no qual os interesses dos homens seriam administrados pelo Estado, evitando assim a guerra entre eles (Hobbes, 2003).



Outro elemento que corrobora com o debate é a discussão em torno do uso de armas de fogo na escola. E aí, novamente são classificados os motivos de seu uso pelos estudantes: “masculinidade”, “poder”, “bandido herói”, “se proteger”, “insegurança”. Ao contrário destas abstrações que são reais, mas falsas. O primeiro ponto que se analisa é a circulação de armas em nosso país, por isso, retornamos ao *Atlas da Violência 2020*. Este documento traz uma discussão sobre a violência causada por armas de fogo. Segundo o documento, a partir de 2019, houve um movimento de flexibilização das normas de acesso às armas e munições. Esta facilidade de acesso criou um aumento de 200% na venda de armas e 24% na de munições de janeiro a maio de 2020 (CERQUEIRA, D., BUENO, S., ALVES, P. P., LIMA, R. S., SILVA, E. R. A., FERREIRA, H., ... FIGUEREDO, T. S. 2020). Deve-se considerar que esta realidade não condiz com o período em que a autora produziu seu texto, no entanto, este exemplo serve para ilustrar que, independentemente, do que se pensa a respeito de um estudante levar uma arma para dentro da escola, em um modelo de sociedade onde, a circulação de armas é grande, mais cedo ou mais tarde, você irá se deparar com uma pessoa armada, seja na escola ou não. O que ela pretende fazer com a arma é outra história. E novamente a culpabilidade da violência recai no sujeito. É como atribuir a culpa da bomba de atômica, simplesmente ao piloto do avião que a despejou. E diante de todo esse caos em que a escola está inserida, a autora questiona o fato de ela se apresentar como um local “desprotegido”, “que demonstra permeabilidade”, se nos bancos que têm vigilância armada, monitoramento 24h, porta com detector de metais e mesmo assim, pessoas armadas adentram. O que dizer da escola, neste contexto? E, no mais, quem está protegido nesta sociedade?

Por fim, ela conclui “brilhantemente” seu manual contra a violência na escola, propondo a elaboração de projetos pedagógicos, a partir de um diagnóstico da instituição, para melhorar o ambiente da escola e evitar os conflitos. Aqui, conflito se confunde com violência. Retiremos os seres humanos da escola!

Quando se verifica a existência de um programa como este, e existem muitos outros, que velam a violência, e impõem uma realidade controversa, o que se está produzindo é outra violência. Pois, cria uma cortina, na potencialidade de pessoas que poderiam questionar o seu próprio sofrimento. Este tipo de visão de mundo, contempla a vida em uma estrutura social que, o tempo todo nega a constituição do sujeito a partir de determinações objetivas que reverberam na subjetividade e *vice-versa*, ou seja, a realidade construindo o sujeito e o sujeito construindo a realidade, em condições historicamente produzidas. E assim, vai-se delineando uma compreensão de violência, em contraposição ao que ela é, verdadeiramente. Como a realidade se desenvolve encortinando sua forma de ser, os fenômenos sociais, se expressam como algo intrínseco a natureza humana, recaindo no sujeito, que aparentemente é cindido da genericidade humana. Neste sentido, corroborando com a “cultura de paz”, se a violência é algo que nos aflige, basta pensar na paz, falar de paz, inculcar nos indivíduos que é suficiente “ser generoso” e “rejeitar a violência”, e “como num passe de mágica” teremos a realidade modificada.

## **A VIOLÊNCIA FUNDADA NAS RELAÇÕES PRODUTIVAS**

---

Partindo dos elementos da violência apontados anteriormente, tentaremos demonstrar que eles se solidificaram a partir uma base fundada, desde sua gênese, em relações violentas. Neste sentido, na perspectiva de apreender esta realidade, a sua dinâmica, bem como os determinantes mais determinantes deste fenômeno, nos deparamos com os estudos históricos e antropológicos de Engels (2015), em que o autor apresenta uma concepção de violência com base nos princípios do materialismo histórico-dialético. Assim sendo, o pensador alemão (prussiano) efetiva sua elaboração a partir, da discussão de poder, tomando a violência como um meio. Na verdade, o que ele almeja é provar e evidenciar o papel da violência na história do ser humano, em detrimento da não centralidade do poder político como determinante dos rumos da humanidade, noção essa que “dominou a concepção passada de história” (Engels, 2015, p.188), portanto, sua pretensão é apresentar uma nova concepção de história que conceba os fatos históricos como produto

de um emaranhado de determinações que vão para além dos poderes políticos, ou seja, toma por base determinadas condições históricas.

Por este ângulo, refutando assim, uma história que seria produto da vontade dos governantes, pura e exclusivamente, “(...) o poder não é simplesmente ato de vontade, mas requer condições bem reais para sua consecução, principalmente *ferramentas*” (Idem, p.194). Assim, ao ampliar e perseguir uma nova dinâmica para a história, como ciência e não como ideologia<sup>17</sup>, Engels (2015), vai desenvolvendo sua concepção de história, a partir da qual pode-se extrair uma concepção de violência, como elemento que se efetiva a partir do princípio da mediação com o aspecto econômico de determinada sociedade.

Para Marx e Engels (2007, p.44), a concepção de história, apresentada pelo sr. Dühring (ENGELS, 2015), se constitui a partir de um caráter ideológico que limita a história humana no sentido de enaltecer apenas “ações políticas dos príncipes e dos Estados, lutas religiosas e simplesmente teóricas e, especialmente, que tenha de compartilhar, em cada época histórica, da ilusão dessa época”. Neste sentido, contrariando a perspectiva Dühringniana, Engels (2016), afirma que existem alguns determinantes mais preponderantes que constituem a realidade e o movimento da história da humanidade, que neste caso seria o fator econômico. Neste cenário, ele desenvolve a sua “Teoria da violência”, argumentando que esta, não de forma determinista, tem sua origem nos processos de desenvolvimento da economia e que a violência é um desdobramento desta, e não o contrário.

Assim pois, antes de se instituir a escravidão, para que seja mesmo possível, é essencial que a produção tenha alcançado já um certo grau de progresso e que, na distribuição, tenha sido atingido um certo grau de desigualdade. E, para que o trabalho dos escravos possa converter-se em regime de produção predominante em toda sociedade, é preciso, que nesta, a produção, o comércio e produção de riquezas tenham se desenvolvido num grau muito superior. Nas primitivas comunidades naturais, organizadas sobre o regime da propriedade coletiva do solo, ou não pôde a escravidão existir, sob nenhuma forma ou, então, desempenhou esta instituição papel muito secundário. Acontecia o mesmo na antiga Roma, quando esta era uma cidade de camponeses. Mais tarde, ao converter-se em uma “cidade universal”, e ao concentrar a propriedade privada do solo da península itálica, cada vez mais intensamente nas mãos de uma classe pouco numerosa de proprietários de terra riquíssimos, a primitiva população de camponeses cedeu lugar a uma população de escravos (Engels, 2016, p.21).

Após esta afirmação, no intuito de não cair em uma análise determinista, primeiramente, deve-se considerar que, assim como, a economia põe outras instâncias da vida, a vida põe a economia, sem deixar de ressaltar que o aspecto econômico que constitui determinada sociedade, no âmbito do pensamento marxiano, compreenderia as formas pelas quais os sujeitos se organizam nesta, para produzir os bens materiais e imateriais necessários a sua sobrevivência, bem como, a produção e reprodução do sistema em que estes estão inseridos.

A partir do que foi apresentado, compreende-se que a violência possui um caráter, exclusivamente humano (Vásquez, 2011), e, é produto das relações homem-natureza e homem-homem, não se limitando a subjetividade ou objetividade, ou seja, em sua constituição existe uma relação de inerência, entre estes elementos. Pois, acredita-se que o que é da subjetividade, é determinado pela objetividade, assim como, o que é objetivo é produto da subjetividade. Partido desta lógica, acredita-se que a violência do homem para com outro homem não é algo intrínseco à natureza do ser humano especificamente, visto que, considera-se a constituição do homem na sua integração entre natureza e sociedade, biológico e social (cultural).

---

17 A concepção de ideologia que se trabalha aqui é a apresentada por Marx e Engels (2007), (2010), em textos como “*A sagrada família*” e “*A ideologia alemã*”, em que, os autores apresentam uma relação entre ciência e ideologia, na qual, esta última apresenta a realidade naturalizando-a no sentido de ocultamento de sua essência, em um processo de falseamento do real, que é concreto e objetivo, mas devido a este caráter se apresenta disforme. Já a ciência, teria um compromisso com a verdade apanhando todo o desenvolvimento histórico da realidade, verificando seus nexos causais e suas tendências de desenvolvimento, buscando apresentar a realidade como ela realmente é.

Ao analisarmos a relação entre violência e modo de produção capitalista, em vários momentos é notável que ela é negada, velada ou mesmo invertida devido ao caráter ideológico inerente ao processo de produção e reprodução do capital. Neste sentido, vamos destacar apenas alguns elementos que corroboram com essa afirmação. O primeiro que nos deparamos é a relação de exploração de trabalho assalariado, que aparentemente é tida como uma relação entre equivalentes (empregado e empregador) e não como uma relação de exploração do homem pelo homem, portanto, extremamente violenta e que é velada pela forma como a realidade se apresenta. Na verdade, o que transparece na objetividade é que o empresário ou o investidor são figuras que contribuem para o bem-estar da população em geral, pois, eles seriam os responsáveis por ofertar empregos a ela, etc. A forma do trabalho sob a égide do assalariamento, na verdade se constitui em uma forma de escravidão moderna. Pois, se assenta em uma relação de produção que põe o trabalhador na forma de objeto, máquina ou animal (coisa), assim como, o escravo, seja na antiguidade ou na era moderna com a escravidão dos negros africanos.<sup>18</sup> “A taxa mais baixa e unicamente necessária para o salário é a subsistência do trabalhador durante o trabalho, e ainda [o bastante] para que ele possa sustentar uma família e [para que] a raça dos trabalhadores não se extinga” (Marx, 2010, p.24). Quanto mais o capital se acumula e com a maior divisão do trabalho, menos autonomia e mais dependência e alienação, pois,

[...]o trabalhador torna-se mais puramente dependente do trabalho, e de um trabalho determinado unilateral, maquinal. Assim como é, portanto, corpórea e espiritualmente reduzido à máquina – e de um homem [é reduzido] a uma atividade abstrata e uma barriga – assim também se torna cada vez mais dependente de todas as flutuações do preço de mercado, do emprego dos capitais e do capricho do rico (Idem, p.26).

Consequentemente, maior imersão no processo de fetichização, pois, novamente os seres humanos são colocados como coisa. Essa é a condição de ser do sujeito pautado pela relação do trabalho assalariado. Neste sentido, o trabalhador se torna uma mercadoria e consequentemente, um ser totalmente dependente do empresário que tem em suas mãos poder de determinar a sua existência, ou seja, escolher entre levar uma vida de sacrilégio, ou a própria morte. Estas são as opções violentas do trabalhador assalariado.

*A procura por homens regula necessariamente a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria. Se a oferta é muito maior que a procura, então uma parte dos trabalhadores cai na situação de miséria ou na morte pela fome. A existência do trabalhador é, portanto, reduzida à condição de existência de qualquer mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele conseguir chegar ao homem que se interesse por ele. E a procura, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico capitalista (Idem, p.24).*

Desdobrando esse entendimento, pode-se afirmar que a relação social do assalariamento, aliena o sujeito da condição humana, subtrai sua forma de ser, obriga-o a levar a vida para obter um salário, seja no fim do mês, por semana, por hora, por entrega ou corrida, como é mais comum hoje em dia, se torna um sacrifício, um morticínio parcelado. Segundo Marx (2010), na relação de trabalho assalariado “O trabalhador sofre em sua existência” (p.25).

Dessa peleja em que o trabalhador se enrosca, surge uma relação de dependência em que quando a condição é favorável ao capital, ou seja, maior ganho deste, o trabalhador disfruta sofrimento, quando a coisa aperta e os ganhos do capital reduzem, o que sobra pra ele é miséria.

E isto é real, no entanto, o emaranhado deste contexto não é evidenciado ou desvelado. O que acaba não transparecendo a realidade como ela realmente é, o que representa um momento do processo de dominação que compõe o aparato ideológico.

A partir deste mecanismo, muitas vezes, a violência tem sido dissimulada, pois, segundo Vásquez (2011), em uma sociedade de classes, como a capitalista, a violência pode se manifestar de modo real e

---

18 Para não incorrerem em um anacronismo histórico, deve-se considerar os contextos em que se constituíram a escravidão na antiguidade, na era moderna e nos dias atuais.

efetiva de maneira indireta e natural, com o caráter alienante e explorador das relações produção. Portanto, ela é escamoteada como recurso de dominação, pois, “na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência” (MARX, 2013, p.786). No sistema de classes do capital não seria diferente.

Um segundo elemento que selecionamos como expressão da violência do sistema é perceptível ao investigarmos a formação do sistema do capital, em que Marx (2013), expôs o processo de acumulação primitiva que foi um período extremamente violento, no qual, as bases do capitalismo foram estruturadas, passando assim a evidenciar a preponderância de relações de produção que já existiam, como o trabalho assalariado, a propriedade privada somada a estruturação do Estado, que agora é burguês. Estas “novas” estruturas aparentam modernidade e um caráter de superação das formas anteriores consideradas atrasadas e obsoletas. Portanto, quando se sobrepõem as demais, em um primeiro momento, são tidas como menos violentas que as anteriores. No entanto, o que é desvelado pela realidade histórica, nos demonstra uma outra conjuntura, mas da forma que é transparecido pela economia política e a historiografia burguesa, os elementos que deram sustentação para a ascensão do novo modelo produtivo e da nova classe dirigente, seriam modernos e humanizadores.

Como foi dito anteriormente, no capitalismo, principalmente sob carapuça do trabalho livre, em contraposição à servidão e à escravidão, o trabalhador se apresenta como proprietário de si mesmo, transparecendo uma relação de indivíduos iguais, sujeitos que vão ao mercado com os mesmos interesses e relações de força.

E foi assim que,

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todas as revoluções que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas acima de tudo, os momentos em que grandes massas são despojadas súbita e violentamente dos seus meios de subsistências e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres (Idem, p.787).

A violenta expropriação e expulsão dos camponeses de terras que não tinham escrituras (comunais) ou endividadas, no chamado processo de *cercamentos e clareamentos*<sup>19</sup> contribuiu diretamente para que um excedente de mão de obra se constituísse nos meios urbanos. Este evento “fez da Grã-Bretanha um país de alguns grandes proprietários, um número moderado de arrendatários comerciais e um grande número de trabalhadores contratados (...)” (Hobsbawm, 2017, p. 89). Depois de sair da opressão do *Ancien Régimen*, os servos, agora transformados em trabalhadores livres, são introduzidos em uma sociedade, na qual, as formas de violência, na realidade são muito mais incisivas na perspectiva da subjugação.

Estes fatos, contribuíram diretamente para a constituição de um exército de reserva, do qual, os capitalistas poderiam disfrutar a seu bel-prazer, explorá-los e acumular capital. Para a sua efetivação, foram implementadas violentas condições históricas de exploração, no intuito de perpetuar do movimento do capital, uma delas é chamada de “lei geral da acumulação do capital”, que se baseia no fato de quanto mais o capital se acumula, mais trabalhadores pobres e empobrecidos se verifica. Num movimento que tende a expandir o próprio capital, conseqüentemente, o capital variável<sup>20</sup> e a “superpopulação relativa” de potenciais trabalhadores. No entanto, a implementação do capital variável não representa proporcionalmente o aumento de trabalhadores empregados, e sim a intensificação da exploração dos que já estão nos postos de trabalho e a

---

19 Esses movimentos foram formas de expulsar os camponeses da terra, inicialmente, estes eram violentamente expulsos das terras, que do dia para noite eram cercadas e através de esquemas “legais” eram apropriadas por pessoas abastadas. Os clareamentos como diria Marx (2013), foram uma forma de varrer os seres humanos do campo, e substituí-los por ovelhas. Ambos foram muito comuns na Inglaterra dos séculos XVI ao XIX.

20 Segundo Marx (2013), o capital no seu movimento de reprodução, especificamente, no momento da produção ele se converte em meios de produção (matéria-prima, instrumentos, máquinas), esta parcela ele denominou capital constante, pois, “não altera sua grandeza de valor no processo de produção” (Idem, p.286). Uma outra parte do capital se metamorfoseia em força de trabalho. Esta parcela “não só reproduz o equivalente do seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias” (Idem, p.286). Daí a ideia de capital variável.

utilização de forças de trabalho menos remuneradas, como mulheres e crianças. Daí o que se obtém com a acumulação de capital é a pura expressão da violência, pois, se de um lado apropria-se riqueza, “ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital” (Marx, 2013, p.721). E quanto mais riqueza a classe trabalhadora produz, pior as condições de vida dos produtores. Marx (2013) e Engels (2010), verificaram e ilustraram muito bem essa situação dos trabalhadores, onde o capitalismo estava mais desenvolvido na Europa do seu período, na Inglaterra.

O que é verdadeiro para Londres também é para Manchester, Birmingham e Leeds – é verdadeiro para todas as grandes cidades. Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção de lei; e tudo isso tão despidamente e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentados sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando (Engels, 2010, p.68).

Com o desenvolvimento e expansão do capitalismo, o processo de violência não se encerra na exploração do trabalho, toda uma estrutura de dominação e submissão de classe foi implementada. A rápida transformação de uma sociedade agrária e campesina em modelo urbano, também acarretou sofrimento a classe trabalhadora. Neste sentido, Engels (2010), enfatiza o que já foi apontado anteriormente, “certa feita, percorri Manchester em companhia de um desses burgueses e falei-lhe da má arquitetura, da insalubridade, das condições horríveis dos bairros operários e disse-lhe que jamais vira uma cidade construída em piores condições” (Idem, p.308). Como formas de ampliação desta realidade decadente acrescenta-se a prostituição, o alcoolismo, o roubo e a exploração desenfreada da mão de obra de mulheres e crianças que viviam em condições subumanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A partir deste contexto, da história, o que se sabe, com o estabelecimento da burguesia como classe dominante, é violência para se manter no poder e para a realização do violento ciclo do capital e o que temos é a continuidade da “pré-história da humanidade”. Fundamentado nesta base violenta, a partir do século XX, esse “homem pré-histórico” será submetido e cometerá uma série de atrocidades, em que o fim é exclusivamente a manutenção da sociedade do capital. Entre outros eventos pode-se destacar duas grandes Guerras Mundiais, Revolução Russa, Cubana, Guerra Fria, implantação de ditaduras na América latina, África, Oriente Médio, etc. Tudo isso, acompanhado de crises cíclicas do sistema, onde o fardo mais pesado está, na maioria das vezes, no lombo da classe trabalhadora. Além do mais, para o sistema se restabelecer, métodos e modelos de ampliação de mais-valia<sup>21</sup> são implantados e implementados como Taylorismo, Fordismo, Toyotismo e neoliberalismo.

Essas formas de violência mais recentes do capital (Toyotismo e Neoliberalismo)<sup>22</sup> serão responsáveis pela constituição de um “novo homem produtivo”, produto de uma ideologia orgânica do capital, “capaz de

---

21 A mais-valia, segundo Marx (2013), se compõe da parte do valor produzido pelo trabalhador que é usurpada pelo capitalista, ou seja, no processo produtivo, de tudo que é criado pelo produtor da riqueza (trabalhador), apenas o valor mínimo, suficiente para a subsistência (trabalho necessário) é devolvido ao produtor da riqueza. Ou seja, pago ao trabalhador na forma de salário. O restante é apropriado pelo proprietário dos meios de produção na figura do capitalista. Não obstante, Marx (2013), afirmar que a mais-valia se configura em um roubo, portanto, violência.

22 A partir da lógica de reconfiguração do capital, ou seja, esse sistema que, diferentemente dos modos de produção que o antecederam, diante de uma crise, até agora, tem conseguido se reestruturar, com a crise do modelo de produção taylorista-fordista entre os anos 1960-1970, um novo modelo de gestão da produção, mais eficaz, no sentido da exploração, passou a ser implementado com o toyotismo e suplementado político-ideologicamente, com as medidas neoliberais.



dar respostas as novas necessidades do capital” (Alves, 2011, p.98). Nesta perspectiva, a objetividade e subjetividade da classe trabalhadora que já havia se modificado com o fim do feudalismo, com o capitalismo revigorado, agora aponta-se para um processo de “captura da subjetividade”. “É a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados em conformidade com a racionalização da produção” (Alves, 2011, p.111). Essa nova forma de imposição do capital sobre o trabalho, acabou cooptando a capacidade de reação dos trabalhadores, e o que temos é a intensificação do processo de alienação e de exploração da classe trabalhadora.

A partir destes pressupostos, um aspecto da violência que é característico, mais efetivamente desta segunda metade do século XX, é que além da violência física, temos a violência que atinge a subjetividade do indivíduos, alterando a sua forma de ser, de se relacionar com o real. Não obstante, ao se considerar a inerência entre objetividade e subjetividade, toda e qualquer forma de exploração do trabalho irá implicar em sua formação ou deformação, no entanto, nos modelos produtivos atuais há uma incidência mais direta que coaduna a resistência do trabalhador à lógica do sistema. Nestas condições foi possível construir um ambiente totalmente favorável à valorização do capital, aliado a uma dependência vital e subserviente da classe trabalhadora e produtora de riqueza, na relação capital  $\times$  trabalho. Nesta nova estrutura social observa-se a existência do trabalho assalariado, convivendo com outras formas, entre elas a própria escravidão e uma busca constante de modos mais eficientes de exploração da força de trabalho, ou seja, maior incidência de violência na relação que norteia a nossa vida na atualidade, que é a do capital  $\times$  trabalho.

## REFERÊNCIAS

- 3ºSGT, T. Estado com maior número de Colégios Militares do Brasil, Goiás é primeiro lugar no IDEB. *Polícia Militar do Estado de Goiás*. 2020. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/noticias/estado-com-maior-numero-de-colegios-militares-do-brasil-goias-e-primeiro-lugar-no-ideb> Acesso em: 22 jul. 2020.
- ALVES, G. *Trabalho e subjetividade: o espírito do toytismo na era do capitalismo manipulatório*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ABRAMOVAY, M. *Escola e Violência*. Brasília: Unesco, 2002.
- \_\_\_\_\_. (Org.). *Cotidiano das escolas: entre violências*. Brasília: Unesco, 2006.
- \_\_\_\_\_. Programa de prevenção à violência nas escolas. *Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais*. 2015. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=violencias-nas-escolas-programa-de-prevencao-a-violencia-nas-escolas> Acesso: 19 jun. 2020.
- BRASIL. Lei 11.340 de 07 de Agosto de 2006. Presidência da República. Secretaria-Geral/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm) Acesso em 04 jul. 2020.
- BORGES, L. População carcerária triplica em 20 anos: déficit de vagas chega a 312 mil. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/populacao-carceraria-triplica-em-20-anos-deficit-de-vagas-chega-a-312-mil/> Acesso em 15 jul. 2020.
- BORTINI, L. Brasil é país onde mais se assassina homossexuais no mundo. 2018. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-homossexuais-no-mundo> Acesso em: 22 Ago. 2020.
- CERQUEIRA, D., Bueno, S., Alves, P. P., Lima, R. S., Silva, E. R. A., Ferreira, H., Figueredo, T. S. *Atlas da Violência 2020*. Brasília: IPEA, 2020.
- CERQUEIRA, D., Ferreira, H., Lima, R. S., Bueno, S., Hanashiro, O., Batista, F., Nicolato, P. *Atlas da Violência 2016*. Brasília: IPEA, 2016.
- CIOCCARI, D., Persichetti, S. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. 2019 *Revista Alterjor*. (Ano 09, Vol. 02) Disponível em <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/download/144688/141608/> Acesso em: 24 Ago. 2020.
- DEBARBIEUX, É., Blaya, C. *Violência nas Escolas: dez abordagens europeias*. 2002. Brasília: UNESCO. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000128722> Acesso em: 16 Mai. 2020.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. *O papel da violência na história*. São Paulo: Edições Iskra, 2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Total de mortes violentas no Brasil é maior do que o da guerra na Síria. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/06/total-de-mortes-violentas-no-brasil-e-maior-do-que-o-da-guerra-na-siria.shtml> Acesso em: 22 Jul. 2020.



- G1. Goiás é o único estado do país a não divulgar o número de mortes por policiais. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/04/16/goias-e-o-unico-estado-do-pais-a-nao-divulgar-o-numero-de-mortes-por-policiais.ghtml> Acesso em 11 Jul. 2020.
- HOBBS, T. *Leviatã: ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil*. São Paulo: Marins Fontes, 2003.
- HOBBSAWN, E. J. *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- LINDGREN-ALVES, J. A. Direitos universais ou americanização total? *Lua Nova*. n.108. 2019. São Paulo. <https://doi.org/10.1590/0102-017043/108>
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. *Para a questão judaica*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ....., *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ....., *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ....., *O capital: crítica da economia política. Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ....., *A sagrada família, ou, a crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ....., *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, A. P. "Como funcionam as escolas militares que são referência no ensino público de Goiás". 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/como-funcionam-as-escolas-militares-que-sao-referencia-no-ensino-publico-de-goias-1j3bk-5c2wmfydt0p2wcz7ktb/> Acesso em 18 Jun. 2020.
- OLIVEIRA, D. D. As escolas militares: o controle, a cultura do medo e da violência. In Oliveira, I. C., & Silva, V. H. V. F. (Orgs.), *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*, (pp.41-52). Aparecida de Goiânia, G: Escultura produções editoriais, 2016.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. *Lidando com a Violência nas Escolas: O papel da Unesco/Brasil*. 2003. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ue000079.pdf> Acesso em: 13 Jul. 2020.
- Organização Mundial de Saúde. Relatório mundial sobre a prevenção da violência. ONUDC. 2014. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf> Acesso em: 14 Ago. 2020.
- Rádio Globo CBN. Brasil lidera número de mulheres assassinadas na América Latina. 2019. Disponível em <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/283037/brasil-e-o-pais-na-america-latina-que-registra-o-m.htm> 16/11/2019 Acesso em 12 Set. 2020.
- ROMÃO, D.M.M. *Jornalismo policial: indústria cultural e violência*. (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo). 2013. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/publico/romao\\_corrigida.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-30072013-113910/publico/romao_corrigida.pdf) Acesso em: 26 Ago. 2020.
- SEVERO, V.S. Jair Bolsonaro traz discurso de ódio como fala oficial da presidência. *Revista Carta Capital*. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/jair-bolsonaro-traz-discurso-de-odio-como-fala-oficial-da-presidencia/> Acesso em 16 Jun. 2020.
- TEIXEIRA, R. S. A exclusão dos alunos mais pobres nos Colégios Militares. In Oliveira, I. C., & Silva, V. H. V. F. (Orgs.), *Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas*, (pp.67-70). Aparecida de Goiânia, G: Escultura produções editoriais, 2016.
- VÁZQUEZ, A. S. *Filosofia da práxis*. São Paulo: Expressão popular, 2011.
- VELASCO, C., & REIS, T. Com 335 pessoas encarceradas a cada 100 mil, Brasil tem taxa de aprisionamento superior à maioria dos países do mundo. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/04/28/com-335-pessoas-encarceradas-a-cada-100-mil-brasil-tem-taxa-de-aprisionamento-superior-a-maioria-dos-paises-do-mundo.ghtml> Acesso em: 28 Jul. 2020.

# FUNDO PÚBLICO E SEGURIDADE SOCIAL: ELEMENTOS PARA COMPREENDER O DESMONTE DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL

**Leticia de Almeida Rocha**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso e atualmente Assistente Social residente do primeiro ano do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso com Ênfase em Atenção Cardiovascular (PRIMSCAV) do Hospital Universitário Júlio Müller da Universidade Federal de Mato Grosso; E-mail: leticiaalmeidarocha12345@gmail.com

**Thamiris Siqueira Cunha**

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso e atualmente Assistente Social residente do segundo ano do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Adulto e do Idoso com Ênfase em Atenção Cardiovascular (PRIMSCAV) do Hospital Universitário Júlio Müller da Universidade Federal de Mato Grosso; E-mail: thamirisiqueira@hotmail.com

**Resumo:** O presente texto apresenta elementos teórico-analíticos sobre o orçamento das políticas da seguridade social como forma de subsidiar a reflexão no campo particular da saúde. Assim, levantamos reflexões sobre o padrão de financiamento público e os gastos com serviços sociais. Pode-se observar que cada vez mais o Estado tem drenado receitas da saúde, previdência e assistência para honrar o pagamento com serviços da dívida pública, ocasionando abalos catastróficos na proteção social. O artigo está dividido em três partes: a primeira tratará sobre a categoria fundo público e as disputas pelo orçamento estatal; a segunda discorrerá sobre os impactos da financeirização sobre os direitos da seguridade social; e, por último, a terceira visa expor o quadro crônico de subfinanciamento estrutural do sistema único de saúde. Argumenta-se que o sistema único de saúde no Brasil tem ficado cada vez mais refém das ofensivas privadas, abalando fortemente o Projeto de Reforma Sanitária e invertendo a lógica entre o campo público e privado: o segundo deixa de ser complementar e passa a ocupar o lugar do SUS na provisão dos serviços relativos à atenção a saúde da população. Defendemos, todavia, que um SUS 100% público, estatal e de qualidade é possível, razão pela qual não caímos no discurso falacioso neoliberal de que os recursos disponíveis são incompatíveis com os direitos sociais universais.

**Palavras-chave:** Fundo Público. Orçamento Público. Seguridade Social. Sistema Único de Saúde.

## INTRODUÇÃO

Vivemos em um contexto histórico de grandes desafios para a universalização dos direitos sociais em todo o planeta. Trata-se de um período marcado pela entrada do capitalismo em uma onda longa de caráter recessivo (Mandel, 1982) que impõe sobre a sociedade medidas regressivas, conservadoras e contrarrefor-mistas. Desde os anos 1970, esse fenômeno tem ficado cada vez mais evidente, levando-se em consideração a queda das taxas de lucro, em especial dos países do centro capitalista<sup>1</sup>, e de uma tímida elevação das taxas de crescimento nos anos posteriores. Tal fato desencadeou reações das burguesias que, atemorizadas pelo receio de perder seu poder de dominação, direcionaram sua atuação na reestruturação produtiva, valendo-se da ideologia neoliberal e garantindo os meios para financeirizar a economia (Netto; Braz, 2012), o que tem gerado fortes impactos sobre os direitos sociais e as condições de vida da *classe-que-vive-do-trabalho* – na expressão de Antunes (2015)

Evidentemente, a classe trabalhadora não se manteve passiva diante das consequências abertas pelas chamadas medidas de “ajuste estrutural”. Aqui, “[...] nos encontrávamos em uma correlação de forças não

1 Os dados apresentados por Netto e Braz (2012, p. 225) entre os anos 1968 e 1973 relativos a taxa de lucro das principais potências capitalistas são figurativos nesta direção: entre esses anos “ela cai, na Alemanha Ocidental, de 16,3 para 14,2%, na Grã-Bretanha, de 11,9 para 11,2%, na Itália, de 14,2 para 12,1%, nos Estados Unidos, de 18,2 para 17,1% e, no Japão, de 26,2 para 20,3%”.

totalmente desfavorável aos trabalhadores, um momento de ascenso das lutas operárias e sindicais, no contexto da ditadura militar que transitou para [democratização]” (Iasi, 2017, p. 23). Assim, depois de intensas lutas, conquistamos um sistema de Seguridade Social – locus estrutural da proteção social brasileira – inscrita na Constituição Federal de 1988, reservando aos trabalhadores a garantia no acesso a políticas sociais relativas à saúde, previdência social e assistência social.

No entanto, os direitos cravados na Carta Magna de 1988 tem sofrido as investidas do grande capital, em especial do capital que porta juros e suas múltiplas formas, como a dívida pública. As mudanças recentes no capitalismo tem imposto sobre o orçamento público a lógica de seus interesses, com fortes pressões sobre o orçamento da seguridade social. Assim, as classes trabalhadoras se vêem em uma disputa pelo fundo público. Como veremos esta disputa se dá tanto em sua conformação (extração) quando em sua distribuição (alocação) e estão expressos no orçamento: peça que possibilita visualizar o resultado da correlação de forças entre as classes sociais

O artigo está cindido em três partes: a primeira, além de expor mais detalhadamente o fenômeno que acabamos de aludir, visa por em relevo os elementos para compreensão do padrão de financiamento público e das políticas sociais; a segunda irá tratar sobre os impactos da financeirização na totalidade da seguridade social; e, por fim, a terceira objetivou apresentar o quadro de subfinanciamento estrutural do sistema único de saúde – SUS e, diante das investidas recentes, seu atual desfinanciamento. Concluímos que é necessário lutar pela implementação do orçamento para as políticas sociais, sobretudo as do tripé da seguridade social.

No campo da saúde, a luta tem sido fortalecida por frentes e fóruns que acreditam que um SUS 100% público, estatal e de qualidade é possível. A finalidade deste artigo é defender este posicionamento e, mais, desvelar a vulgata neoliberal que insiste em afirmar que os direitos sociais universais são incompatíveis com os recursos disponíveis.

## **O FUNDO PÚBLICO ENTRE AS DEMANDAS DO CAPITAL E DO TRABALHO: A DISPUTA PELO ORÇAMENTO ESTATAL.**

---

A Constituição Federal de 1988, além de determinar que o orçamento fiscal também financiará as políticas de previdência, saúde e assistência, assegurou receitas vinculadas para a seguridade social provenientes de tributação específica sobre receitas e sobre faturamento de empresas, as chamadas contribuições sociais. Em nossa acepção, isso é um avanço em relação a lógica securitária que prevalecia anteriormente, pois permitiu que os recursos para a seguridade social não ficassem a depender única e exclusivamente da folha salarial, abrangendo maior número de pessoas, visto que no Brasil o emprego nunca foi a regra no que diz respeito o mercado de trabalho (Boschetti, 2008).

Entretanto, estudos têm apontado que a política fiscal conduzida pelo Estado desde os anos 1990 tem causado efeitos perversos sobre o financiamento da seguridade social (Salvador, 2010, 2012; Gentil, 2019, Boschetti e Teixeira, 2019). Em outras palavras: há um intenso processo de desfinanciamento deste sistema de proteção social a partir de políticas de ajustes fiscais que priorizam o pagamento dos serviços da dívida pública (juros + principal), tanto interna quanto externa.

No campo da administração orçamentária e financeira, a dívida pública compõe as despesas financeiras do Estado, que se refere a todos os encargos relativos às finanças, canalizando a maior parte da execução de verbas na totalidade do Orçamento Geral da União (OGU). No campo das despesas primárias, está todo o rol de encargos que possibilita a oferta de serviços públicos à população, com destaque para as políticas sociais. O governo realiza essa divisão para organizar, planejar e fiscalizar as contas públicas com maior eficiência, efetividade e eficácia. Em nosso país a esfera orçamentária está determinada da seguinte maneira: Orçamento Fiscal - Orçamento da Seguridade Social - Orçamento de Investimento.

Segundo Evilásio Salvador (2010, p. 49), “[...] o orçamento público é a materialização da ação planejada do Estado para a manutenção de suas atividades e execução de seus projetos, assim, permite a visualização do direcionamento das ações e de suas efetivas prioridades. ” O orçamento é a chave que permite estimar receitas e fixar despesas dentro do planejamento governamental tendo como regência os princípios orçamentários que norteia a administração dos recursos extraídos da sociedade de modo a aumentar a transparência das contas públicas e o seu controle social. Portanto, “[...] é a expressão mais visível do fundo público” (Salvador, 2012).

Em nossa acepção, o fundo público se caracteriza enquanto categoria que deve ser compreendida pelo método marxiano da crítica da economia política a fim de desvelar o seu movimento e os desdobramentos sobre a política social (Behring, 2010). Nesse sentido, concordamos com a tese defendida por Francisco de Oliveira (1988, p. 09), segundo qual o fundo público possui lugar estrutural e insubstituível no capitalismo contemporâneo. Dessa forma, “[...] o fundo público é [...] um *ex-ante* das condições de reprodução de cada capital particular e das condições de vida, em vez de seu caráter *ex-post* típico do capitalismo concorrencial”. Ou, se quisermos ir além, seu caráter *in-flux* (Behring, 2010).

O fundo público se forma a partir de uma punção compulsória – na forma de impostos, contribuições e taxas – da mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e que é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções. [Assim], atua na reprodução do capital [...], e na reprodução da força de trabalho. (BEHRING, 2010, p. 20)

Na esteira da reflexão apresentada por Behring (2010) e Oliveira (1988), entendemos que o fundo público envolve relações sociais e disputas, tanto em sua conformação (extração) quando em sua distribuição (alocação), o que envolve lutas de classes. Na medida em que o orçamento é a manifestação mais visível do fundo público, ele deve ser compreendido não apenas como mecanismo de “[...] estruturação contábil, [pois reflete] a correlação de forças sociais e os interesses envolvidos na apropriação dos recursos públicos, bem como a definição de quem vai arcar com o ônus do financiamento dos gastos orçamentários.” (Salvador, 2012).

A ferramenta da punção compulsória é o sistema tributário e não diz respeito apenas ao mais-valor manifesto na forma trinitária (lucro, juro e renda da terra), mas também o *quantum* de trabalho socialmente necessário declarado no salário. Em sistemas onde prevalecem a tributação sobre os produtos e serviços, isto é, com incidência no consumo, o fundo público é majoritariamente composto pelo trabalho necessário. Este tipo de tributação regressivo permite com que o capitalista transfira o ônus para os trabalhadores na ponta da comercialização, elevando o preço relativo de suas mercadorias, ou seja, há uma insidiosa “exploração tributária” dos trabalhadores (O’Connor, 1977). Cabe destacar que, inobstante os generosos abatimentos, dividendos e gastos tributários concedidos largamente pelo Estado ao setor privado, inexistem no Brasil a tributação sobre grandes fortunas que, embora esteja prevista constitucionalmente, mofa no Congresso Nacional há mais de 30 anos.

Buscamos apresentar elementos fundamentais para o conhecimento do financiamento das políticas sociais brasileiras a partir do fundo público e de sua principal expressão: o orçamento. Fica claro que este envolve disputas que perpassa os interesses das classes sociais. Ao passo que as forças ligadas ao trabalho reivindicam o orçamento para a atenção de suas necessidades humanas, os grupos ligados ao capital visam canalizar vultosos recursos para sustentar a acumulação de capital, com destaque para o capital portador de juros que assume a forma fictícia buscando “[...] ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira” (Chesnais, 2005). A seguir, vamos expor os principais mecanismos de ajuste fiscal, sustentáculos da atividade rentista que retiram recursos da seguridade social brasileira. Logo após, vamos nos debruçar sobre os impactos no sistema único de saúde (SUS).

## SEGURIDADE SOCIAL E FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA: A DÍVIDA PÚBLICA E OS IMPACTOS NAS POLÍTICAS SOCIAIS.

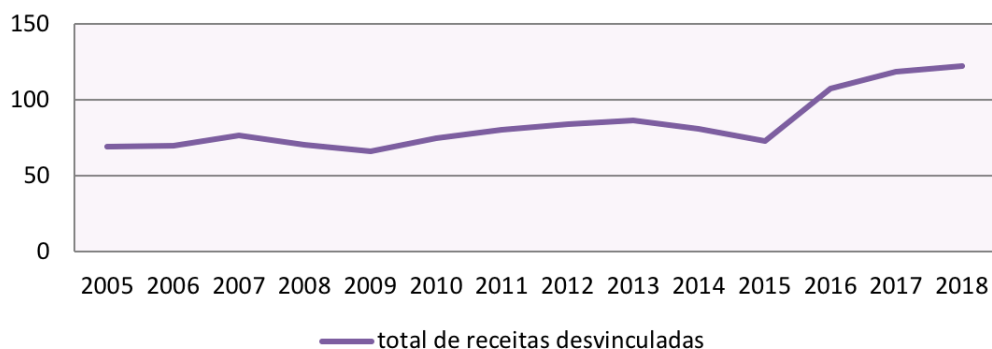
Desde os anos 1990 o Brasil tem priorizado o pagamento com os serviços da dívida pública, comprometendo-se a realizar constantes superávits primários no orçamento fiscal brasileiro, onde os governantes têm maior maleabilidade administrativa. Desta forma, todos os governos de lá para cá têm imposto sobre os direitos sociais “ajustes fiscais” que visam equilibrar as contas públicas. Entretanto, defendemos que tais políticas de austeridade visam, na verdade, sustentar a atividade rentista <sup>2</sup>que, desde a década de 1970, está “[...] localizado no centro das relações econômicas” (Chesnais, 2005, p. 36).

Um dos mais relevantes mecanismos de extorsão das receitas da seguridade social tem sido a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Antigo Fundo Social de Emergência (1993) e, depois, Fundo de Estabilização Fiscal (1996), a DRU recebeu este nome no ano 2000, tendo sido prorrogada sucessivas vezes com algumas modificações. Em 2016 houve a aprovação da, agora, Emenda Constitucional nº 93 que adia o fim da DRU até 2023 e aumenta alíquota de 20% do total de receitas para 30%, passando a incidir também em taxas. São recursos que deixam de compor o orçamento da seguridade social e que, uma vez desvinculadas, são direcionadas para os detentores dos títulos da dívida pública.

O gráfico 1 a seguir foi elaborado por nós com base nos dados do relatório divulgado anualmente pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais (ANFIP, 2018) sobre a seguridade social no Brasil. Os dados estão deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, a preços de dezembro de 2018. Entre os exercícios de 2007 a 2009, o montante de verbas drenado para o orçamento fiscal permaneceu em queda, com um aumento tímido em 2010, que totalizou 74,5 bilhões. De 2011 a 2014, a média foi de 83 bilhões em receitas desvinculadas, com uma queda expressiva no montante em 2015, que neste ano somou 72,5 bilhões. Contudo, fica visível o aumento da rapinagem de receitas a partir de 2016 que, entre este ano e 2018, totalizou uma média de aproximadamente 116 bilhões de recursos surrupiadados.

Gráfico 01

### Total de Receitas Desvinculadas do Orçamento da Seguridade Social Entre os Anos 2005 e 2018



Fonte: ANFIP, 2018. Elaboração Própria.

O que contribuiu para a pilhagem das receitas que deveriam subsidiar as políticas sociais da seguridade social, além da prorrogação da DRU, foi a aprovação do Novo Regime Fiscal – NRF instituído pela Emenda

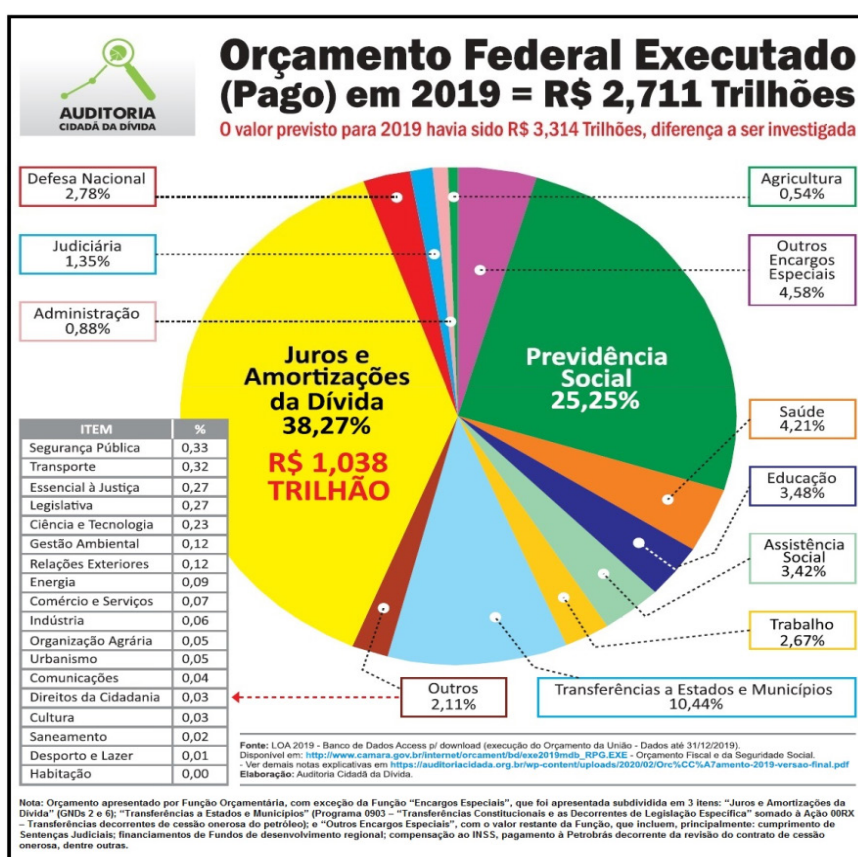
2 Diante da queda de rentabilidade do capital investido na indústria por conta da crise capitalista desenfreada nos anos 1970, os capitalistas se lançaram a caça de nichos de valorização para o capital retido em caixa. Estes capitalistas, denominados “investidores institucionais”, utilizaram o lucro não reinvestido e a poupança disponível em aplicações financeiras que rendiam juros e dividendos a partir do êxito da especulação financeira.



Constitucional 95. Tal medida estabeleceu um teto para o conjunto das despesas primárias da União durante 20 exercícios. Ela incide tanto no orçamento da seguridade social quanto no orçamento fiscal, o que significa que ela amplia a restrição orçamentária para outras políticas sociais, como habitação, educação, meio ambiente e cultura. EC 95, ao deixar as despesas financeiras livres de qualquer teto, sinaliza a perseguição do superávit primário, o que ocorre em detrimento da universalização do acesso a importantes benefícios sociais, além de contribuir para o sucateamento e a precarização dos serviços públicos.

Anualmente, a Auditoria Cidadã da Dívida – uma associação sem fins lucrativos que milita em prol da auditoria da dívida pública brasileira com participação popular – divulga gráficos acerca da execução orçamentária da união. No gráfico 02 é possível ver claramente que o montante de verbas para a saúde, previdência social e assistência social, mesmo que somadas, fica aquém do pagamento com encargos da dívida pública que, em 2019, consumiu 38,27% do orçamento total, equivalente a 1,038 trilhão.

Gráfico 02



Fonte: Auditoria Cidadã da Dívida, 2019.

A dívida pública brasileira não tem diminuído nos últimos anos. Pelo contrário, ela tem aumentando significativamente e, neste movimento, tem exigido por parte do Estado mais recursos. Segundo os dados do gráfico, a função previdência social consumiu 25,25% do montante, sendo o segundo maior dispêndio dos cofres públicos. Isso se deve ao fato de ser uma política de caráter contributiva regida por legislações mais rígidas, o que a coloca no centro das contrarreformas. Ainda segundo o gráfico, nota-se que as transferências aos entes subnacionais tem consumido 10,44% do orçamento, isso porque o pacto federativo brasileiro prevê a descentralização fiscal de recursos visando garantir maior democratização da gestão pública e melhor fornecimento de serviços. No que se refere a assistência social, vemos que das políticas de seguridade ainda é a que possui menos recursos. Com 3,42%, ela continua se afirmando como uma política focalizada cujos efeitos sobre os usuários têm fomentado procedimentos vexatórios para o acesso aos benefícios, seja de transferência de renda condicionada ou serviços sociais. O caso da saúde, com 4,21% é



dramático, tendo em vista que o avanço dos seguros de saúde tem invertido a lógica do SUS, colocando este sistema como complementar, quando na verdade a constituição prevê o oposto. Vejamos como tem se dado as contrarreformas no sistema único de saúde.

## **A COMPLEMENTARIDADE INVERTIDA: O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NA MIRA DO GRANDE CAPITAL.**

---

Uma das grandes conquistas da classe trabalhadora na Constituição Federal de 1988, foi a institucionalização de um sistema único de saúde público, universal e gratuito. Este sistema, o SUS, traz proposta para a universalização dos serviços de saúde, sendo radicalmente distinto do que tínhamos anteriormente. Nesse sentido, foi fundamental o papel do movimento de Reforma Sanitária que, gestado no seio da ditadura empresarial-militar, questionou a natureza da política de saúde no Brasil, à época vinculada as contribuições previdenciárias.

Segundo Áquilas Mendes e Leronardo Carnut (2020), a trajetória do SUS no Brasil tem sido marcada pela persistência em reduzir os montantes de seus recursos, levando-os a concluir que existe um subfinanciamento estrutural deste sistema. Os autores nos lembram que o art. 55 das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de 1988 assegura a aplicação de 30% das receitas destinadas a seguridade social para a saúde, infelizmente nunca concretizado no país.

Trata-se de reconhecer a histórica fragilidade financeira do SUS, de forma mais ampla, por meio de insuficiência de recursos e do baixo volume de gastos com recursos públicos; de indefinição de fontes próprias para a saúde; de ausência de maior comprometimento do Estado brasileiro com alocação de recursos e com melhor distribuição de recursos no interior do Orçamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social); das elevadas transferências de recursos ao setor privado via recursos direcionados às modalidades privatizantes de gestão (OSs, Oscips, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e Fundações Estatais Públicas de Direito Público/Privado com contratos celetistas). Todas incentivadas pela implementação da Lei de Responsabilidade Fiscal <sup>3</sup>(em vigor há 19 anos) que limita o aumento do gasto com pessoal, favorecendo o incremento das despesas com serviços de terceiros. (MENDES; CARNUT, 2020, p. 24)

De acordo com Bravo, Pelaez e Pinheiro (2018, p. 9 - 10), existem disputas que visam direcionar os caminhos da saúde pública no Brasil. Os autores identificam três projetos que tem travado lutas pela hegemonia neste campo da proteção social: 1) *o Projeto de Reforma Sanitária*, edificado a partir das bases de lutas populares sindicais “[...] pelo direito à saúde, [com] posicionamentos críticos às limitações do modelo médico assistencial previdenciário”; 2) *o Projeto Privatista*, que brotou do regime empresarial-militar que perdurou durante 21 anos, “[...] tem sua lógica orientada pelas regras de mercado e fundamentada na exploração da doença como sua principal fonte de lucros”; e, por último, 3) *o Projeto de Reforma Sanitária Flexibilizada* que, orientado pela política fiscal macroeconômica das agências multilaterais, como o Banco Mundial, “[...] adquire contornos próprios em meio às contradições inerentes à implementação do SUS no contexto de reconfiguração do Estado brasileiro e progressivo desmonte e subfinanciamento das políticas públicas.”

Os autores destacam que este último projeto tem ganhado fôlego nos últimos anos, o que tem invertido o papel do SUS pela sua subsunção total ao mercado. Este fenômeno tem sido denominado

---

3 A controversa Lei Complementar nº 101 de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, tem dividido opiniões entre os analistas das finanças públicas e das ciências humanas. Na impossibilidade de discorrermos sobre este importante mecanismo de controle dos gastos em todas as esferas da gestão pública, destacamos apenas que se trata de uma ferramenta que visa a realização de poupança com o objetivo de honrar os serviços da dívida pública, tendo sido criada no governo Fernando Henrique Cardoso no contexto de ajuste fiscal sob tutela do Fundo Monetário Internacional. Assim, a LRF condiciona a direção do orçamento geral da união desde sua vigência elencando o que deve ou não ser priorizado.

“complementaridade invertida” em que o SUS passa a ser complementar e os planos privados a referência principal na atenção as demandas da população. Ou seja, “[...] não há interesse de acabar com o SUS, mas modificar sua lógica” (BRAVO; PELAEZ; LIMA; SOUZA, 2019, p. 142).

De fato, quadro do SUS ganha contornos dramáticos diante de seu subfinanciamento sistemático. Mendes e Carnut (2020) ressaltam que as renúncias fiscais concedidas aos planos privados de saúde e as entidades privadas sem fins lucrativos (organizações sociais, organizações não-governamentais e organizações da sociedade civil de interesse público) vêm aumentando consideravelmente nos últimos anos, agravando o subfinanciamento crônico do SUS. O total de recursos que deixam de compor o orçamento do SUS, passou de R\$ 8,6 bilhões em 2003, para R\$ 32,3 bilhões em 2015, um aumento de 23,7 bilhões (Mendes; Carnut, 2020, p. 25).

De acordo com o relatório da ANFIP (2018), como forma de inverter esta grave queda de volumes aplicados no SUS, foi aprovado em 2015 a EC nº 86, determinando que, a partir de 2016, a União estava obrigada a se comprometer na ampliação do montante de verbas até que fosse alcançado 15% da Receita Corrente Líquida – RCL a partir de 2020. A aplicação das receitas viria dos royalties do pré-sal e seriam destinadas exclusivamente para o subsídio do SUS. Contudo, tal medida somente aprofundou o subfinanciamento do sistema, pois modificou a base de cálculo para 13,2% em 2016, bem menor que o percentual alcançado no ano anterior. Mendes e Carnut (2020) indicam que houve uma perda de 9,2 bilhões naquele ano em decorrência desta medida.

Em 2016, como expusemos anteriormente, foi aprovado o Novo Regime Fiscal, e não poderíamos deixar de retomar este ponto, tendo em mente tratar da peculiaridade que tal medida enseja sobre o SUS. Em breves linhas, o teto de gastos previsto para as despesas primárias da união acabou com os pisos constitucionais para as políticas de educação e saúde. Ou seja, durante os próximos 20 anos não haverá investimento real nessas políticas, que passam a ter a base de cálculo de seus recursos determinada pelo orçamento do exercício anterior corrigido pela inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, medido pelo IBGE). Dessa maneira, “[...] o subfinanciamento do SUS passou a ser transformado num processo de *desfinanciamento*, configurando um quadro de aniquilamento, ‘a conta-gotas’ das tentativas de construção de nosso sistema universal” (Mendes; Carnut, 2020, p. 20. *Grifos nossos*).

Ainda que possa haver elevação das taxas de crescimento da economia brasileira nas próximas duas décadas, a EC 95 impede que isso se converta em investimentos nas despesas primárias. Se levarmos em consideração que haverá um aumento populacional nos próximos anos – o que evidentemente aumentará a demanda para a saúde pública – podemos concluir que teremos um verdadeiro estrangulamento do SUS: ocorrerá um choque entre uma maior pressão da população usuária pelos serviços, que não poderão arcar com as despesas de um plano de saúde privado, e a falta de recursos orçamentários provenientes da austeridade do Novo Regime Fiscal e da Desvinculação de Receitas da União.

De acordo com a argumentação de Rossi e Dweck (2016), não havia a necessidade de instituir uma emenda na Constituição Federal para estabelecer uma regra fiscal que impusesse restrições orçamentárias nos gastos com serviços públicos – medida de austeridade implementada por nenhum outro país. Para os seguintes analistas, o foco de tal medida, “[...] é a desvinculação das receitas destinadas à saúde e educação. Isto é, o Novo Regime Fiscal não precisa de emenda constitucional, o que precisa de mudança constitucional é a desvinculação de receitas para saúde e educação” (Rossi; Dweck, 2016, p. 2). Fica, pois, claro, que a EC 95 objetivou drenar as verbas asseguradas constitucionalmente para essas políticas sociais. Combinado a essa rapinagem, temos visto concomitantemente uma ofensiva brutal do setor privado de saúde e educação e a devastação completa de outros direitos sociais, tudo sobre aval do Estado.

Ainda de acordo com os autores, a EC 95 não pode ser compreendida como um plano de estabilização das finanças públicas, como quer difundir o discurso neoliberal, mas uma redução drástica do Estado que, ao nosso olhar, configura-se como desresponsabilização deste na provisão de serviços básicos essenciais à população. No plano macroeconômico, acrescenta os analistas, tal emenda impedirá o crescimento econômico e automatizará o ajuste fiscal permanente, tornando-o rígido a mudanças que, por eventuais oscilações de ordem econômica e social, serão imprescindíveis para a nação.

## BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Nosso objetivo ao longo do texto foi apresentar elementos que pudessem subsidiar reflexões acerca do padrão de financiamento público e os gastos com a política sociais e como estes têm sido drenados para os serviços da dívida. Além de se extrair recurso de forma desigual da sociedade pela via do sistema tributário regressivos que temos – embora esta não seja a única, mas a principal – a distribuição desses recursos não tem sido direcionados para suprir as necessidades da classe trabalhadora.

Embora tenhamos conquistado um sistema de seguridade social que avança na lógica de seu financiamento, e que inscreve em seu interior três políticas sociais: saúde, previdência social e assistência, estudos tem demonstrado que a política de ajuste fiscal conduzida pelos governantes tem causado a ruína da proteção social brasileira. Contudo, como buscamos aludir, a política de ajuste fiscal não visa equilibrar as contas públicas, mas diminuir a ação estatal junto as necessidades do campo do trabalho e, assim, garantir largo terreno para atuação rentista. Tal atividade ganhou proporções gigantescas diante da crise do capital detonada nos anos 1970, favorecida pela liberalização financeira. Esta conjuntura, colocou países inteiros na mão dos chamados “investidores institucionais”, capitalistas que vivem de aplicações financeiras, em especial nos títulos de propriedade do Estado.

O impacto da atividade rentista tem tido efeitos devastadores para os direitos sociais e na vida de contingentes populacionais inteiros, determinando a vida de milhões de pessoas que vivem da venda de sua força de trabalho. No campo da saúde brasileira, vemos crescer o espaço de atuação dos seguros privados de saúde que, não obstante vender os serviços que deveriam ser gratuitos pelo SUS, também se utilizam dos recursos retidos em caixa em aplicações financeiras de todo o tipo na busca incessante por liquidez e valorização de seu capital.

Como não é objetivo do grande capital dar fim ao SUS, mas inverter a lógica da complementaridade. Os últimos governos têm apresentados propostas módicas de planos de saúde para a população de baixa renda, além dos diversos tipos de microcrédito. O governo ilegítimo de Michel Temer, por exemplo, que subiu ao poder a partir de um golpe jurídico, midiático e parlamentar, apresentou os planos de saúde acessíveis, direcionados para famílias de menor poder aquisitivo, incentivando o descrédito do SUS e seu papel. Destacamos também a revisão da Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) que excluiu a participação do Conselho Nacional de Saúde e a sociedade civil dos espaços de decisão<sup>4</sup>.

Tamanho ataque a saúde pública, em especial ao seu orçamento, levou o Conselho Nacional de Saúde – CNS a reprovar o Relatório Anual de Gestão – RAG, do exercício de 2016. As razões que levaram a inédita ação dizem respeito ao descumprimento da aplicação mínima de 15% da RCL, não pagamento dos restos a pagar de 2015, além de outros itens. No que tange a EC 95, o CNS estima que a saúde perdeu 20 bilhões de recursos em 2019<sup>5</sup> decorrentes da limitação estabelecida pelo teto de gastos.

O governo Bolsonaro não rompe com a tendência descrita acima. Lembremos que em 2019 a cúpula tentou manobrar os repasses de recursos *fundo-a-fundo* para os municípios com base na população cadastrada pelas equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária<sup>6</sup>. Poderíamos citar inúmeras outras medidas que visam atacar o direito a saúde pública universal garantida pelo SUS. No entanto, o que estamos evidenciando é que o desmonte deste importante sistema é, sem dar lugar a dúvida, um projeto. Trata-se, do projeto privatista que, nas artimanhas da política, visa no máximo conciliar com propostas flexíveis. O cerne está em transferir a responsabilidade em atender a população com equidade, igualdade e gratuidade,

---

4 Para um balanço das contrarreformas na política de saúde no governo Temer, ver (BRAVO; PELAEZ; LIMA; SOUZA, 2019) e (BRAVO; PELAEZ; PINHEIRO, 2018)

5 Ver: <<https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1044-saude-perdeu-r-20-bilhoes-em-2019-por-cao-da-ec-95-2016>> Acesso em 07.09.2020.

6 Ver: < <https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/2019/12/nao-e-boato-bolsonaro-corta-recursos-sus/>> Acesso em 07.08.2020.

para o setor privado, seja mediante a política de ajuste fiscal, apresentando propostas para planos acessíveis, ou ainda, entregando a gestão para as organizações sociais.

Neste tempo tão nebuloso de recrudescimento, barbarização e militarização da vida, é necessário apontar o projeto de Reforma Sanitária como alternativa contra-hegemônica. Devemos fortalecer a luta pelos princípios do movimento sanitário popular junto à população usuária e outros movimentos sociais. A Frente Contra a Privatização da Saúde – composta por fóruns estaduais que aglutinam a luta por um SUS 100% público, estatal e de qualidade – tem cumprido importante papel nesse horizonte. Cabe a nós somarmos na luta nos diversos espaços e defendermos este direito conquistado a muito custo. É preciso dizer: um SUS universal é possível, lutemos por ele!

## REFERÊNCIAS

---

ACD, Auditoria Cidadã da Dívida. **Gráfico do Orçamento Federal 2019**. Disponível em: < <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/>>. Acesso em 07.09.2019.

ANFIP, Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. **Análise da Seguridade Social 2018**, Brasília, ANFIP, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Cortez Editora, São Paulo, 2015.

BEHRING, Elaine. **Crise do Capital, Fundo Público e Valor**. In: Boschetti, Ivanete [et. al.] (orgs). **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos**. Cortez Editora, São Paulo, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social e Trabalho**. Editora UnB, LetrasLivres, Brasília, 2008.

BOSCHETTI, Ivanete; TEIXEIRA, Sandra. **O Draconiano Ajuste Fiscal no Brasil e a Expropriação de Direitos da Seguridade Social**. In: SALVADOR, Evilásio [et. al.] (orgs). **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. Cortez Editora, São Paulo, 2019.

BRAVO, Maria Inês; PELAEZ, Elaine; LIMA, Marcela; Souza, Rodriane. **Avanço das Contrarreformas na Saúde na Atualidade: o SUS totalmente submetido ao mercado**. In: SALVADOR, Evilásio [et. al.] (orgs). **Crise do Capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. Cortez Editora, São Paulo, 2019.

BRAVO, Maria Inês; PELAEZ, Elaine; PINHEIRO, Wladimir. **As Contrarreformas na Política de Saúde do Governo Temer**. Revista Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 9-23, jan/abr, 2018.

CHESNAIS, François. **O Capital Portador de Juros: acumulação, internacionalização e efeitos econômicos**. In: CHENNAIS, François (org). **A Finança Mundializada**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2005.

GENTIL, Denise Lobato. **A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira**. Mauad X, Rio de Janeiro, 2019.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e Ideologia na Trama Conjuntural**. ICP, São Paulo, 2017.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Abril Cultura, São Paulo, 1982

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. **Capital, Estado, Crise e a Saúde Pública Brasileira: golpe e desfinanciamento**. Revista SER Social, Brasília, v. 22, n. 46, jan/jun, 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, São Paulo, 2012.

O'CONNOR, James. **USA: A Crise do Estado Capitalista**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Surgimento do Antivalor: capital, força de trabalho e fundo público**. Novos Estudos CEBRAP N° 22, p. 8-28, outubro de 1988.

ROSSI, Pedro; DWECK, Esther. **Impactos do Novo Regime Fiscal na Saúde e Educação**. In: Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 32, n. 12, p. 1-5, 2016.

SALVADOR, Evilásio. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. Cortez Editora, São Paulo, 2010.

SALVADOR, Evilásio. **Financiamento Tributário da Política Social no Pós-Real**. In: SALVADOR, Evilásio [et. al.] (orgs). **Financeirização, Fundo Público e Política Social**. Cortez Editora, São Paulo, 2012.

# IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO JUDICIÁRIO TRABALHISTA

**Patrícia Maeda**

Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região

**Elinay Ferreira**

Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

**Resumo:** O neoliberalismo e a reestruturação produtiva conformam as relações de trabalho como um todo, que se tornam temporárias, precárias, com a lógica de competição em detrimento da cooperação. O stress ocupacional foi cientificamente constatado no início dos anos 2000 para juizes do trabalho. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva impactam na forma de organizar o serviço público à superposição de princípios da celeridade e da eficiência sobre princípios como acesso à justiça e direito de ação constitucional. Assim, para muitos, a atividade jurisdicional deixa de ser criativa e realizadora para se tornar algo mensurável quantitativamente. A ideologia da produtividade numérica, o controle constante por meio eletrônico e a concorrência entre unidades judiciárias são fatores da nova organização do Poder Judiciário Trabalhista que propiciam um ambiente favorável ao assédio moral e ao adocimento de juizes e servidores.

## CONTEXTO HISTÓRICO

---

A violência moral no trabalho sempre existiu. No entanto, os primeiros estudos específicos sobre assédio moral no trabalho surgiram na década de 1990, quando Leymann conceituou-o como sendo um terror psicológico no local de trabalho (Barreto, 2013). Nossa hipótese é a de que as transformações nas formas de organização do trabalho nas últimas décadas no contexto global potencializaram a propagação do assédio moral.

No período pós-Segunda Guerra Mundial até meados da década de 1970, o capitalismo experimentou uma fase de quase pleno emprego e crescente taxa de lucro, chamada de “Trinta anos Gloriosos”. Por diversos motivos, cuja explanação extrapola este capítulo, a taxa de lucro passou a diminuir e um marco histórico dessa crise do capitalismo foi a crise do petróleo iniciada em 1973. As transformações no mundo do trabalho nessas três últimas décadas refletem justamente a ofensiva do capital mundial em retomar a taxa de lucro no movimento que conhecemos como neoliberalismo, ditado pelas recomendações do Consenso de Washington.

A ideologia neoliberal tomou força no Brasil a partir dos anos 1990, trazendo consigo as propagandas da modernidade e da flexibilização como fundamento para “repensar o direito do trabalho”, o que, no concreto, significava destruir a ideia de proteção do trabalhador como se fosse algo necessário ou até mesmo inevitável para o aumento de produtividade ou de competitividade no cenário global. Além disso, o papel do Estado também é colocado em xeque para promover a ideia de um “Estado enxuto” e eficiente. Essa, digamos, reforma do Estado social para o Estado neoliberal privilegia a questão fiscal sobre a social e o interesse do capital financeiro sobre os interesses e necessidades da população.

Dentro dessa lógica mercantil, em 1996, o Banco Mundial chegou a fazer propostas para a Reforma do Judiciário aos Estados da América Latina e Caribe “para aprimorar a qualidade e eficiência da Justiça, fomentando um ambiente propício ao comércio, financiamentos e investimentos”, alegando que “O Poder Judiciário, em várias partes da América Latina e Caribe, tem experimentado em demasia longos processos judiciais, excessivo acúmulo de processos, acesso limitado à população, falta de transparência e previsibilidade de decisões e frágil confiabilidade pública no sistema. Essa ineficiência na administração da justiça é



um produto de muitos obstáculos, incluindo a falta de independência do judiciário, inadequada capacidade administrativa das Cortes de Justiça, deficiência no gerenciamento de processos, reduzido número de juízes, carência de treinamentos, prestação de serviços de forma não competitiva por parte dos funcionários, falta de transparência no controle de gastos de verbas públicas, ensino jurídico e estágios inadequados, ineficaz sistema de sanções para condutas antiéticas, necessidade de mecanismos alternativos de resolução de conflitos e leis e procedimentos enfadonhos”. (DAKOLIAS, 1996, p. 7).

O Poder Judiciário deixa de ser concebido como instrumento para o exercício de justiça, cidadania e democracia, ainda que ideologicamente, para ser pensado como instrumento para viabilizar investimentos externos. Isso tem reflexos profundos na forma como a jurisdição é exercida, como veremos.

A própria Justiça do Trabalho é vítima e alçoz dessa ideologia neoliberal. Ao atender aos interesses supramencionados com, por exemplo, decisões de restrição ao direito de greve ou de negação ao direito constitucional de ação, além de incondicional fomento à política conciliatória - com ampla divulgação de números e sem levar em conta a renúncia de direitos que muitas vezes está subjacente aos acordos homologados, a Justiça do Trabalho deu forte contribuição para a expansão do ideário neoliberal. Com o decorrer do tempo, ela passou a provar de seu próprio veneno, sofrendo, digamos, assédio moral (CARELLI, 2016), com recorrente desqualificação de sua função na promoção de justiça social. Essa destruição da imagem e da própria estrutura da Justiça do Trabalho se deu de diversas formas: desde notícias falaciosas imputando aos juízes do trabalho o elevado número de processos, como se fossem eles os atores sociais que descumprem as leis; até o discurso de parlamentar que defende o corte orçamentário da Justiça do Trabalho “como forma de estimular uma reflexão sobre a necessidade e urgência” de mudanças na legislação trabalhista<sup>1</sup> no sentido de redução de direitos, cujo preço político o próprio Poder Legislativo não tinha interesse em arcar até 2016.

Por que esse tipo de discurso encontra eco numa sociedade em que há tanta desigualdade social?

Para além dos limites do território nacional, podemos afirmar que as relações de trabalho em escala global têm se deteriorado nas últimas décadas, sob o disfarce da flexibilização, uma inversão semântica do neoliberalismo. Flexibilização, nesse contexto, não é tornar algo flexível, mas sim reduzir ou destruir direitos. No Brasil temos, como vimos, um modelo ordinário de contrato de trabalho, o da “carteira assinada”, o “celetista”, que nada mais é que o contrato de trabalho firmado entre empregado e empregador por prazo indeterminado com direitos reconhecidos por lei, partindo da premissa da desigualdade material e social entre as partes contratantes, trabalhador e empregador.

No entanto, a ideia que se propaga é a de que a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) limita a liberdade, tornando necessário “modernizá-la”, pois seu modelo contratual seria obsoleto. De acordo com esse discurso, o contrato de trabalho deve adaptar regras às necessidades especiais de cada empregador, cabendo às partes – trabalhador e empregador – negociarem livremente as cláusulas do contrato, prevalecendo o “negociado sobre o legislado”.

O fundamento teórico em que se baseiam tais ideias é o de que “o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio” (HARVEY, 2014). A partir dessa falaciosa liberdade e suposta igualdade entre as partes, o direito do trabalho passou a ser visto como entrave à lógica do mercado mundial e vem sofrendo ataques desde então. Isso se reflete nas relações de trabalho, de modo que se tem verificado na reestruturação produtiva pós-fordista uma forte tendência à precarização do emprego e das condições de trabalho.

De um lado, podemos falar em precarização do emprego, pois as reestruturações ditas “flexíveis” normalmente afastam o trabalhador do seu real empregador, desvirtuando a forma de contratação pela subcontratação por meio de terceirização, quarteirização e pejotização. Outra forma de tornar o contrato precário é celebrá-lo por tempo determinado ou como contrato temporário em atividades permanentes da

---

1 Ver em Relatório Geral ao PL nº 7, de 2015 (PLOA 2016), p. 19. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1427235&filename=RLF+1+CMO+%3D%3E+PLN+7/2015+CN](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1427235&filename=RLF+1+CMO+%3D%3E+PLN+7/2015+CN)>. Acesso em: 16 mai 2017.

empresa. De outro, as condições de trabalho também são precarizadas pela redução de direitos sociais; pela normalização da prorrogação da jornada; pela intensificação do ritmo de trabalho, com uso de tecnologias, por exemplo, que extirpam todo “tempo morto” nos processos de trabalho (processo judicial eletrônico e trabalhador multifuncional); pela densificação do trabalho, com a imposição de metas e métodos de avaliação individual.

No Brasil, esse quadro de reestruturação produtiva é somado à falta de proteção contra a dispensa arbitrária e à ameaça constante de desemprego, reforçados ainda pela gradativa redução de direitos trabalhistas, como no caso da Lei n. 13.467/2017. Nesse contexto, temos a dimensão estrutural que propicia o assédio moral e prejudica a cooperação entre os trabalhadores e sua mobilização como classe social.

Além disso, a forma de gestão atual privilegia a produtividade à continuidade da relação. A empresa deseja extrair a maior produtividade possível do trabalhador, sem se preocupar em torná-lo leal à organização. Chama-o de colaborador, tentando apagar sua condição de trabalhador assalariado e subordinado numa tentativa de envolvimento manipulatório, porém, não preserva sua capacidade produtiva futura, pois o objetivo é obter os melhores resultados a qualquer custo. Nessa racionalidade, o que importa é a saúde da organização, ainda que à custa da saúde do trabalhador, sobretudo o temporário e terceirizado, que corresponde à expectativa da lógica de investimento a curto prazo. A ele tudo é efêmero e nada é garantido: o emprego, os benefícios sociais, o futuro...

## **CONCEITO DE ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL**

---

Freitas, Heloani e Barreto (2008, p. 37) conceituam assédio moral como sendo “uma conduta abusiva, intencional, frequente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psiquicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional”.

Dito de outra forma, assédio moral é forma de abuso do poder do empregador e decorre de políticas nocivas de gestão empresarial. O sofrimento psicológico no trabalho e o abuso emocional são fenômenos sociais que sempre existiram, mas foram recentemente intensificados em razão das crises econômicas. Verificam-se distúrbios da saúde mental de trabalhadores relacionados com as condições de trabalho nas mais diversas atividades e nos mais diferentes níveis sociais. O modo de agressão à dignidade do trabalhador pode variar, desde as formas mais explícitas até as mais veladas, sutis, silenciosas e mascaradas.

Barreto (2013) ressalta que no assédio moral no trabalho sempre há a interação entre o meio ambiente de trabalho e as pressões, ameaças, constrangimentos, discriminações, que podem ocasionar uma situação de ansiedade, de estresse e adoecimento em atividades prolongadas e extenuantes, além do medo de perder o emprego. São fatores de risco que potencializam o assédio moral: prazos rigorosos, aumento do ritmo de trabalho, atividades extenuantes, diminuição de número de trabalhadores, rotatividade, afastamentos e adoecimentos, entre outros.

O assédio moral exterioriza-se de várias formas (NUNES et al, 2013), a saber: por meio da deterioração das condições de trabalho; isolamento e recusa de comunicação; atentado contra a dignidade ou violência verbal, física ou sexual. Além disso, os mesmos autores afirmam que o assédio moral pode se dar em vários níveis: vertical descendente (praticado pelo superior hierárquico); vertical ascendente (praticado pelo subordinado em face do superior hierárquico); horizontal ou paritário (praticado pelos pares, pelos colegas sem relação hierárquica), sendo a forma combinada destes denominada de assédio misto. Pontuam ainda que o assédio moral é expressão das relações competitivas, que são estimuladas em detrimento das relações solidárias. Contudo, destacam que o assédio não está relacionado única e exclusivamente à produtividade, mas também às disputas de poder, porque é utilizado para manter-se no poder ou obter mais poder. Fazem também uma distinção entre o assédio no setor privado e no setor público. No primeiro, apesar de mais fácil de identificar, tende a cessar mais rapidamente, com a demissão do empregado, enquanto que no setor

público perdura por mais tempo, por conta do laço de estabilidade do servidor público (aqui entendido em sentido *lato*, incluindo os juízes), sendo ainda mais perceptível a luta pelo poder e por ditar as regras.

Outros estudiosos acrescem outra classificação, fazendo distinção entre assédio moral interpessoal e organizacional (MANSUR, 2016). No primeiro, o assédio tem como destinatário indivíduos ou grupo de indivíduos de forma ascendente, descendente ou mista. No segundo, os ataques advêm de uma estratégia de gerenciamento de uma determinada organização, ou seja, no assédio interpessoal são ataques ao indivíduo, com mensagens ao coletivo. No assédio organizacional, a violência é utilizada estrategicamente pela organização. Contudo, não são modalidades excludentes, podendo acontecer concomitantemente no mesmo cenário. “Interações entre o indivíduo e a organização ou a administração da empresa, as quais utilizam da violência e da hostilidade, de forma continuada e crônica, na formulação de procedimentos e políticas organizacionais, na forma de mecanismos de gestão abusivos sem necessariamente existir um agressor personalizado”. (SOBOLL; HORST, 2013, p. 189)

Por conta disso, Soboll e Horst (2013) defendem que, diferentemente do assédio interpessoal, os ataques no assédio organizacional não tem objetivo pessoal e sim administrativo. No entanto, a busca deste “ideal de excelência” mediante a “padronização de subjetividades” tem efeitos tão deletérios aos indivíduos a eles submetidos, como aquelas vítimas de assédio interpessoal, acometidos que ficam de “patologias de sobrecarga e violência”. LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteoarticulares Relacionadas ao Trabalho) e Síndrome de *Burnout* são exemplos de patologias de sobrecarga. O assédio moral e o suicídio, exemplos de violências.

## **ASSÉDIO MORAL ORGANIZACIONAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO**

---

Em estudo recente sob a perspectiva da sociologia do trabalho acerca da saúde e qualidade de vida dos magistrados trabalhistas no Brasil, Alves (2015) destaca que a precarização do trabalho não é apenas um fenômeno mundial, mas um fenômeno universal que permeia em sua tríplice dimensão - precarização salarial, precarização existencial e precarização da pessoa que trabalha - a totalidade viva do mundo do trabalho no Século XXI. De modo que não apenas operários ou empregados assalariados propriamente ditos, mas também trabalhadores públicos altamente qualificados, como os magistrados, tornam-se suscetíveis à precarização laboral em decorrência da proletarização das condições de trabalho e, conseqüentemente, vítimas do assédio moral e organizacional.

Antes mesmo de pensarmos o assédio moral organizacional na Justiça do Trabalho, o *stress* e a qualidade de vida dos magistrados já haviam sido objeto de pesquisas. O trabalho seminal de Lipp e Tanganelli (2002) constatou o *stress* ocupacional para os juízes do trabalho, ou seja, com nexo de causalidade com o exercício da atividade judicante. O *stress* é definido nessa pesquisa como “uma reação muito complexa, composta de alterações psicofisiológicas que ocorrem quando o indivíduo é forçado a enfrentar situações que ultrapassem sua habilidade de enfrentamento” (LIPP; TANGANELLI, 2002, p. 538). Trata-se, portanto, de um conceito bem abrangente e cujo processo se divide em três fases: alerta ou alarme, resistência e exaustão, sendo que os sintomas se diferenciam dependendo da seriedade do *stress*.

Uma das conclusões da pesquisa foi a de que 71% dos magistrados tinham sintomas significativos de *stress*, sendo que 68% foram avaliados na fase de resistência, caracterizada pelo “cansaço físico e mental, dificuldades com a memória e uma maior vulnerabilidade a que doenças geneticamente programadas ou infecciosas ocorram devido à baixa no funcionamento do sistema imunológico. A produtividade pode também ser reduzida devido aos sintomas que aparecem. Se o organismo não consegue reverter o processo, a pessoa entra na fase de exaustão quando ela fica quase que impossibilitada de exercer suas funções”. (LIPP; TANGANELLI, 2002, p. 543)

Na fase de resistência, as juízas (81,6%) representaram percentual bastante superior aos juízes (55,6%), o que revela um forte componente de gênero nessa condição, ao que as pesquisadoras atribuem a tripla

jornada de trabalho. “A jornada tripla de trabalho se refere ao fato de que muitas mulheres além das funções regulares de esposa / mãe, exercem posições profissionais de destaque e após a família ir descansar ou dormir elas iniciam uma terceira jornada, cuidando de projetos ou tarefas que trouxeram para terminar em casa e que não puderam concluir até tarde por terem de cuidar da família. A terceira jornada se constitui em uma sessão de trabalho que se estende até altas horas da noite, em cujo caso a pessoa deixa de dormir o número de horas necessário para seu bem-estar e pode entrar em um processo de agravamento do stress já existente ou desencadeamento do *stress* em si”. (LIPP; TANGANELLI, 2002, p. 543)

Desde 2002, portanto, as pesquisadoras já apontavam para “a necessidade premente de se avaliar as condições de trabalho tão difíceis com as quais se confrontam aqueles que atuam na área da Magistratura”, sendo que as fontes de *stress* mais mencionadas pelos juízes avaliados foram a sobrecarga de processos, a solidão no ato de julgar e conflitos entre valores profissionais e pessoais. Sugeriram ainda que “as medidas centradas no autodesenvolvimento, utilizadas como única estratégia para lidar com o stress, não são suficientes, pois os dados indicam uma necessidade grande de uma ação mais ampla de modificação das condições de trabalho a fim de se promover uma redução dos estressores ligados ao exercício da Magistratura. Ações preventivas, de caráter mais amplo, são também indicadas no que se refere às juízas, uma vez que as condições estressantes inerentes ao seu cargo possivelmente sofram um efeito somatório com as condições sociais às quais estão sujeitas no seu dia-a-dia.” (LIPP; TANGANELLI, 2002, p. 545)

No entanto, a predominância do discurso dos critérios eficiência e celeridade em detrimento de outros, como os próprios objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, CF), é a base para a implementação de controle de produtividade e imposição de metas no Poder Judiciário. Como veremos, a introdução da lógica de produtividade, importada das técnicas de gestão das grandes empresas privadas, tem colocado em concorrência por performance juízes e unidades de trabalho, tornando oportuna a seguinte reflexão: “No entanto, é exatamente essa atenção exacerbada que se tem dado à atuação dos juízes, no sentido de padronizá-la, de impregná-la da lógica produtiva e da concorrência de mercado, que acaba constituindo, paradoxalmente, uma oportunidade para que se façam reflexões críticas sobre o alcance e os objetivos da profissão. Seria a magistratura uma máquina de produzir números? Que números? Números para quem e para quem? E se não são os números que interessam, o que, de fato, “produzem” os juízes?” (SOUTO MAIOR, 2015, p. 495)

A imposição de metas no Poder Judiciário com base apenas em números é uma questão sobre a qual devemos refletir, sobretudo sobre o que se espera desse tipo de controle. Para além das metas sugeridas pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) nacionalmente, há casos em que os próprios tribunais traçam objetivos a serem alcançados. Isso não seria um problema, se estivessemos falando de um planejamento estratégico democrático com vistas ao aprimoramento da prestação jurisdicional. No entanto, a prática de criar critérios para classificar magistradas e magistrados, bem como as unidades judiciárias (varas do trabalho, neste caso), tem servido como forma de exercer pressão sobre o trabalho de juízes e servidores.

Imaginemos que tal classificação fosse baseada em critérios arbitrariamente escolhidos, sem qualquer participação dos trabalhadores (juízes e servidores), e fossem aplicados retroativamente. Além disso, imaginemos que, ao aplicar tais critérios, fosse elaborada uma planilha em que constassem todas as varas do trabalho de um Tribunal, classificando-as e apresentando-as nas cores verde, amarelo e vermelho de acordo com seus resultados e que a nota de corte para as cores fosse concebida para sempre “colocar uma certa pressão”, de modo que todos os trabalhadores fossem impelidos constantemente a dar “um passo a mais”. Imaginemos que os critérios estabelecidos possam ser alterados sem prévio aviso, gerando demandas por novas “boas práticas”, numa lógica de descontinuidade. E a partir dessa planilha, todas as unidades jurisdicionais *rankeadas* passam a pautar seus procedimentos de forma a melhorar seu questionável desempenho, criando um ambiente de comparação e competição entre todas elas, sem a necessidade de um agente assediador claramente identificado. O assédio é organizacional, mas pode ser também interpessoal, se pensarmos que cada magistrado é convertido num “gestor” e passa a administrar a vara do trabalho em que atua. E imaginemos, por fim, este modelo ser reproduzido no nível nacional, colocando todas as Varas do Trabalho em concorrência, sem considerar especificidades locais. “Quando se pensa tudo isso

na perspectiva da prestação jurisdicional o problema aumenta sensivelmente, pois o que se vislumbra é a preocupação precípua de transformar juízes em meros gestores que, inclusive, seriam induzidos a utilizar o seu “poder” não para impor o cumprimento da ordem jurídica, mas para atemorizar os servidores no cumprimento das metas, sendo certo que uma vez que assumem esse papel passam a ser reprodutores da lógica econômica e empresarial tanto na forma dos julgamentos, cada vez mais pragmáticos no sentido do alcance das metas, que também lhe são direcionadas, quanto nos próprios conteúdos das decisões.” (SOUTO MAIOR, 2015, p. 493)

A ideia de se “fazer mais com menos” é também copiada do modelo de gestão na iniciativa privada, sobretudo no modelo pós-fordista. No entanto, seria tal modelo adequado para nortear a gestão de serviços públicos, dentre eles a prestação jurisdicional? Ao fazer prevalecer o critério quantitativo sobre o qualitativo, que tipo de justiça se pretende distribuir?

A decisão rápida nem sempre será a melhor, porém, a partir do momento que o magistrado é medido por sua “eficiência” em gerenciar processos, prazos e pautas, a qualidade da decisão deixa de ser relevante. Passa-se a incentivar “boas práticas” que acelerem o procedimento ou reduzam rotinas, o que às vezes pode significar até mesmo agir contra preceitos éticos e de justiça.

Essa competição somada às condições de trabalho, no contexto de restrições orçamentárias, nos dá a dimensão que propicia o assédio moral organizacional. As condições de trabalho podem ser precarizadas pela redução de direitos sociais (como no caso das chamadas reformas previdenciária e trabalhista); pela normalização da prorrogação da jornada; pela intensificação do ritmo de trabalho, com uso de tecnologias, por exemplo, que extirpam todo “tempo morto” nos processos de trabalho (processo judicial eletrônico e trabalhador multifuncional); pela densificação do trabalho, com a imposição de metas e métodos de avaliação individual. Portanto, as condições para o assédio moral organizacional no Poder Judiciário se apresentam de maneira similar à de outros trabalhadores.

Por tudo o que foi dito acima, restam claros os motivos pelos quais o Poder Judiciário tornou-se um local propício para o assédio moral, quer interpessoal, quer organizacional, de modo que, pode atingir o servidor isoladamente, ou em conjunto, assim como juízes isoladamente ou uma categoria de juízes.

Vale sublinhar, ainda, que, pela própria estrutura organizacional, os magistrados são, ao mesmo tempo, vítimas e algozes do assédio, seja pela via da autoridade (luta pelo poder), seja para a obtenção de metas e resultados (produtividade).

Como bem leciona Alves (2015), a passagem do Judiciário da condição de instituição social, pautada pelo ato de julgar como arte, técnica e reflexão (como diria Hannah Arendt em *Responsabilidade e Julgamento*), à de organização, pautada pela lógica gerencialista, se insere na mudança geral da sociedade capitalista, sob os efeitos da nova forma de produção do capital (o que denominamos maquinofatura) (ARENDRT, 2004; ALVES, 2013). O Judiciário operacional marca o predomínio da forma-organização, regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual.

A tecnocracia associada a esse modelo é aquela prática que julga ser possível dirigir a organização do Judiciário segundo as mesmas normas e os mesmos critérios com que se administra uma montadora ou um supermercado do modo como se administra, por exemplo, a Justiça, a USP (Universidade de São Paulo), a Volks, o Walmart, a Vale do Rio Doce, tudo da mesma maneira, porque tudo se equivale.

Importando tais conceitos para o cenário do Poder Judiciário, observamos a precarização das condições do trabalho (de juízes e servidores), a imposição cada vez mais agressiva de metas, gestão por resultados (e-gestão), a informatização do processo (PJE), o incentivo da concorrência entre juízes, entre servidores, entre Tribunais, com distribuição de prêmios por resultados numéricos. Além do crescente número de afastamentos por licença saúde e aposentadorias por invalidez.

A pesquisa realizada em 2013/2014 pelo sociólogo do trabalho Giovanni Alves com mais de 400 magistrados do trabalho nos revela dados importantes, como, por exemplo, 74% dos magistrados trabalhistas concordaram que houve aumento da produtividade no Judiciário. O tempo de trabalho é extenso, pois de



acordo com a pesquisa quase 50% dos magistrados trabalhistas dedicam mais de 50 horas semanais para o exercício da jurisdição trabalhista (35% se dedicam mais de 40 a 50 horas semanais), sendo que 63% dos magistrados trabalhistas salientam que trabalham além da jornada de 8 horas, e 60% dizem que trabalham quase sempre nos finais de semana.

No tocante à intensificação do trabalho, 41% dos entrevistados acreditavam que ela se originava do aumento do número de processos, embora 36% concordassem com um conjunto de causas (metas, competitividade, novas tecnologias informacionais etc.). Perguntados sobre os fatores mais prejudiciais para a saúde do juiz, 81% dos magistrados trabalhistas responderam que a intensificação do trabalho e as longas jornadas de trabalho contribuem para a degradação da qualidade de vida e saúde dos juízes. Frise-se que dentre os entrevistados 73% responderam que, sim, apresentaram algum sintoma de adoecimento que se relacionasse ao trabalho nos últimos 5 anos.

O processo judicial eletrônico (PJE), ao ser implementado, como todo processo de mudança, trouxe consigo aspectos positivos e negativos. De um lado, apresentou vantagens do ponto de vista econômico e ambiental, ao eliminar o papel e permitindo maior agilidade aos operadores do direito ao suprimir os “tempos mortos” do processo físico. Do ponto de vista ergonômico, evitou o carregamento de peso com processos e ainda o trabalho maçante e repetitivo de numerar, furar e autuar. Além de facilitar a tarefa de advogados e estagiários, diminuindo deslocamentos desnecessários e um maior acesso aos autos pelo jurisdicionado.

De outro lado, incentiva a lógica, cada vez mais recorrente, de decisões repetidas e do trabalho mecanizado e em série. Propicia ainda a centralização dos controles de gestão, o que poderia ser muito positivo para diagnósticos e planejamento, mas que na realidade contribui especial, se não unicamente, para o aumento da pressão por metas. Portanto, as vantagens acima elencadas se tornam insuficientes para reconhecer o PJE como uma ferramenta que veio proporcionar melhoras na qualidade do trabalho desempenhado no Judiciário Trabalhista. Afinal, na prática, as inconsistências do sistema, como a exigência de diversos passos sem qualquer funcionalidade para o universo do processo do trabalho, ocasionam gargalos que desembocam, em sua maioria, nas “caixas” da juíza ou do juiz (pastas em que os processos eletrônicos aguardam decisão) ou de servidores (para providências). Isso favorece o elastecimento da jornada mediante o teletrabalho, seja por juízes, servidores ou advogados, pois as caixas são alimentadas por demandas 24 horas por dia. Sem contar que transfere a terceiros (advogados e jurisdicionados) tarefas que eram essencialmente do Estado, somente ratificando a absorção, na esfera pública, de conceitos utilizados pelo capital para fomentar a disputa e o distanciamento dos indivíduos, como na iniciativa privada, a exemplo do que acontece na terceirização.

Tudo isso representa uma fonte inesgotável de angústias, com impactos severos na saúde dos operadores, com queixas na visão e ergonômicas, bem como o aumento da ansiedade e do *stress*. Assim, a grande questão que se coloca ao juiz do trabalho na atualidade se dá na contradição instalada entre o que pretende o indivíduo ao escolher este ramo do Poder Judiciário, alicerçado, ao longo de sua história, na tentativa de redução das desigualdades sociais, como um instrumento efetivo de paz social; e o que a instituição (ou organização) passou, ao longo do tempo, a exigir-lhe, como cumprimento de metas e resultados, o conhecimento cada vez maior de ferramentas tecnológicas, para reduzir seus prazos e solucionar suas demandas, mais no campo de tecnologia da informação e administração do que do direito propriamente dito.

Diante dessa pressão, com o passar do tempo, este indivíduo se vê – muitas vezes inconscientemente – abdicando dos valores que defendia no início de sua carreira. Pouco a pouco, passa a reduzir a quantidade de laudas de suas decisões e suas fundamentações, bem como “enxugando” a instrução processual – muitas vezes indeferindo oitiva de testemunhas e perguntas formuladas por partes e advogados –, tornando-se cada vez mais mal-humorado durante as audiências, bem como com seus pares e servidores. Todavia, esta mudança no seu estilo do trabalho não é suficiente para estancar o volume de trabalho a ele direcionado, na medida em que o problema não está, via de regra, na forma como o juiz organiza o seu trabalho, mas nos rumos que a instituição tomou para exigir o trabalho de seus juízes e servidores, muito mais preocupada com números e quantitativos de desempenho – cada vez mais parecida com as instituições privadas – do que com a entrega da prestação

jurisdicional célere, adequada e eficaz. Tanto é assim que, há notícias que Tribunais vêm implementando políticas, através de suas Corregedorias regionais, de cobranças de passivos de sentenças em atraso, inclusive no período em que os juízes se encontram licenciados para tratamento de saúde, o que inclui as licenças maternidades das juízas, casos típicos em que a prestação de serviços (o trabalho) estaria interrompida, o que somente reforça o comportamento assediante que tomou conta do Judiciário trabalhista.

Essas impressões foram registradas na Pesquisa do CNJ (2015), intitulada “Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional”, ao tratar da magistratura do trabalho. “Todavia, muitas vezes, o que prevalece na categoria, no que diz respeito à relação com os colegas, é a competição exacerbada, reforçada pelo modo como é organizado o trabalho e como o desempenho é avaliado. Acreditam que há uma grande polarização entre os juízes, algo que fica explícito em um posicionamento ideológico que dificulta o diálogo tanto no que diz respeito a questões de sociedade, como no que tange à profissão propriamente dita. Alguns percebem esta polarização como uma fuga ao debate efetivo quanto ao seu papel na sociedade.”

O fato de haver colegas que pensam diferente, que defendem pontos de vista distintos lhes causa sofrimento. Isto porque este posicionamento é feito de modo muito agressivo por todos, é como se tivessem que manter uma posição e combater as outras, defendendo-se de um debate mais profundo, coalhado de autojustificações. Reforçam que esta atitude agressiva leva muitos ao silêncio, a evitar discutir, a não buscar explicitar suas opiniões. Este tipo de posicionamento, principalmente naquilo que alguns definem como uma cisão entre os que defendem o capital e outros que defendem o trabalho, não corresponderia à realidade, uma vez que ao julgar, todos buscam tratar da melhor forma possível as evidências do processo, mesmo que tenham uma maior ou menor tendência a proteger uma das partes. Este debate também está presente nas listas de discussão da AMATRA<sup>2</sup>, onde posições são ferrenhamente defendidas. O que também os incomoda muito é a atitude extremamente agressiva de alguns, quando a discussão cai de nível, quando não se trata mais de argumentos, mas de desrespeito ao colega. Há ainda um grande desconforto com aquilo que não é dito claramente, quando se trata de fomentar boatos sobre os outros e sobre o modo como agem. “Fica a impressão que o fato de haver uma espécie de “interdição” de refletir e de debater sobre essa temática seria um forte indício defensivo, isto é, uma maneira de evitar uma reflexão mais profunda com relação às suas práticas e às dos colegas. Isto piora o sentimento de desagregação e reforça o isolamento”. (SZNELWAR, 2015, P. 84)

Diante dessas constatações, torna-se cada vez mais latente que, sem enfrentarmos esses problemas de frente, sem questioná-los, inclusive expondo a fragilidade dos juízes enquanto indivíduos carregados de subjetividade, não conseguiremos encontrar uma solução adequada para esse dilema que somente se intensifica entre a atividade jurisdicional e as exigências organizacionais no Poder Judiciário, adoecendo-nos física e psicologicamente.

Como bem lembra Pinto (2013), ao longo do processo de aprimoramento da exploração do sistema capitalista, o trabalho se manteve como base da sobrevivência humana e, mesmo no atual estágio de nossa sociedade, ainda detém o papel central na constituição das classes sociais que a compõe, sendo que, no interior destas, está a base de formação de seus indivíduos. E importando suas impressões para o ambiente organizacional do Poder Judiciário Trabalhista, para onde se tenta de maneira insensata transferir os modelos gerenciais da iniciativa privada, urge contrapor-se com veemência a este modelo e propor a descoberta de um terceiro caminho, que equacione o respeito à subjetividade e regramentos acessíveis para o cumprimento do mister de julgar, considerando diversas variáveis ora não observadas nos planejamentos de metas e resultados, especialmente o caráter criativo e artesanal da atividade do juiz. Por conta disso, não podem ser trazidas, para essa seara, as teorias que sobrepõem a acumulação do capital, a precarização da vida e a coisificação do trabalho sem qualquer criticidade, pois os juízes, ainda que cumprindo papel essencial para a reprodução do capitalismo – uma vez que desempenham tarefas típicas de Estado – e não sendo considerados assalariados típicos, sofrem os demais revezes de tais imposições em seu psiquismo e no

---

2 AMATRA é a sigla para Associação de Magistrados da Justiça do Trabalho. A Justiça do Trabalho é constituída de 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRT), existindo uma AMATRA para cada TRT.

prazer que deve encontrar no trabalho, o que tem acarretado, inclusive, mudanças significativas no perfil de pessoas que agora buscam a magistratura como fonte de trabalho. Afinal, a importância que o trabalho tem na vida em sociedade, por sermos seres eminentemente sociais, não é diferente com os juízes. Como bem destaca Dejours (2004, p. 18): “A tese conhecida como ‘centralidade do trabalho’ mostra que o trabalho desempenha um papel essencial de formação do espaço público, pois trabalhar não é tão só produzir: trabalhar é ainda viver junto. Ora, viver junto não é produto de geração espontânea; pressupõe uma atenção em relação ao outro, um respeito pelo outro e contribuições extremamente complexas por parte de todos, na luta contra o poder dos interesses privados. O trabalho é mesmo, certamente, o *locus* principal em que se realiza o aprendizado da democracia. Mas, se a renovação do viver junto fracassa, então o trabalho pode se tornar uma perigosa força de destruição da democracia e de difusão do cinismo e do cada-um-por-si. (...). O individualismo é uma derrota e não um ideal.”

Assim, a descaracterização cada vez mais acelerada do ato de julgar, tornando os magistrados mero cumpridores de metas e resultados, afastando-os paulatinamente dos ideais que os levaram a escolher essa profissão, utilizando-se das mais variadas formas de sobreviver às pressões das novas formas de organização do trabalho, proporciona grande sofrimento aos indivíduos que compõem a instituição, com efeitos indelével às suas percepções da realidade, do ato de trabalhar, de si mesmos. Acerca do tema Lacman (2014, P. 29) pondera: “O trabalho é mais do que o ato de trabalhar ou de vender sua força de trabalho em busca de remuneração. Há também uma remuneração social pelo trabalho, ou seja, o trabalho como fator de integração a determinado grupo com certos direitos sociais. O trabalho tem, ainda, uma função psíquica: é um dos grandes alicerces de constituição do sujeito e de sua rede de significados. Processos com reconhecimento, gratificação, mobilização da inteligência, mais do que relacionados à realização do trabalho, estão ligados à constituição da identidade e da subjetividade.”

Enfim, o enfrentamento do problema é bastante complexo, mas se torna urgente. Assim, autores defendem atuação a longo prazo, com envolvimento de todos, principalmente da alta cúpula do Poder Judiciário, com ações que envolvam não só a ampla divulgação e teorização da questão, mas a aplicação de métodos e projetos que favoreçam que os magistrados adoecidos se sintam seguros de procurar a instituição para resolver o problema de forma conjunto (Ferreira, 2015). Infelizmente tem se verificado um nível tal de incompreensão do assédio organizacional e de tudo o que levantamos nesse estudo, chegando ao ponto de a organização, por meio de sua corregedoria, impor àquele juiz ou àquela juíza que se afastar por mais de 60 dias por motivos de licença maternidade, licença saúde, por motivo de doença em família, para estudos ou por mandato em associação de classe, uma “compensação” posterior, com recebimento do número equivalente de processos levados a julgamento no período de afastamento. O normativo que prevê essa compensação evidencia um total desrespeito à dignidade humana da pessoa do juiz ou da juíza, que terão de compensar parte do que “produziriam” durante o afastamento.

Ao contrário disso, há que se olhar para juízes e servidores antes de tudo como pessoas e não máquinas produtoras de números. É preciso debater qual o papel do Poder Judiciário na sociedade contemporânea e como compatibilizar uma boa e célere prestação jurisdicional com os recursos de que dispomos, sem que isso resulte em uma afronta a direitos e garantias daqueles que devem justamente aplicar o direito no caso concreto.

Para isso, torna-se indispensável a presença de equipe multidisciplinar das áreas de saúde e social, com experiência no tema, como psicólogos, psiquiatras, sociólogos e assistentes sociais, entre outros, para que, respeitando a individualidade e subjetividade dos sujeitos envolvidos nas questões possam apresentar sugestões de melhoria nas condições de trabalho no Judiciário Trabalhista.

Paralelamente a isso também se faz necessário que a instituição passe a adotar mecanismos de escuta da base para a cúpula para que os planejamentos das metas levem em consideração a singularidade dos indivíduos e as diversas unidades jurisdicionais espalhadas por todo o país, dotando-as de recursos humanos e administrativos para que possam, efetivamente, entregar o resultado desejado sem que, para isso, penalize a saúde das pessoas que dispensam sua força do trabalho no local, deixando de lado a escuta apenas a tecnocratas preocupados em números e resultados e que se distanciam cada vez mais do olhar ao ser humano.

Apontar, ainda que breves, algumas reflexões sobre atividade da magistratura do trabalho diante do assédio organizacional no qual está inserido é, portanto, a pequena contribuição deste capítulo. Afinal, a vida é um ato ético político. Isso implica produzir ações de resistência, mobilização e enfrentamento dessas situações tão graves, caracterizando-se como sérias ameaças e paralisias às formas de vida no mundo do trabalho; exigindo o permanente movimento de construção de uma ética viva, de uma ética na qual as ações estejam voltadas efetivamente para a proteção da vida - e não declarações vazias jogadas nos códigos de ética e de conduta ou nos belos discursos (Ferreira, 2015). Enfim, um fazer ético que qualifique os espaços de fala e de transformação, nos quais as vidas não se percam em tantos anos de espera, silêncio e solidão, resgatando o espírito de solidariedade que deve imperar no convívio social.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da reestruturação produtiva – ensaios de sociologia do trabalho*. Bauru: Canal 6. Londrina: Práxis, 2007.
- \_\_\_\_\_. Precarização Do Trabalho, Qualidade De Vida E Saúde Dos Magistrados Trabalhistas No Brasil. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região / Escola Judicial do TRT - 15ª Região*; n. 47. Campinas: jul./dez. 2015. p. 243 e ss. Disponível em: <<http://portal.trt15.jus.br/documents/124965/2647700/R+47-2015.pdf/812615c9-d15b-4211-8979-6fdffdebo8d1>>
- BARRETO, Margarida. Assédio moral: trabalho, doenças e morte. In: SEMINÁRIO COMPREENDENDO O ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DE TRABALHO. [Trabalhos apresentados]. Coordenação técnica de Cristiane Queiroz Barbeiro Lima, Juliana Andrade Oliveira e Maria Maeno. Anais... São Paulo: Fundacentro, 2013, p. 16 e 20.
- BATISTA, Paulo Nogueira, *O Consenso de Washington*. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos, Cartilha nº 7, São Paulo: Consulta Popular, 2005.
- BRAGA, Ruy. Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia. In: *Novas Tecnologias*. Crítica da atual reestruturação produtiva. São Paulo: Xamã, 1995.
- CARELLI, Rodrigo L. A Justiça do Trabalho sob assédio moral: um caso de vida ou morte. In: Jota. Publicado em: 19 out 2016. Disponível em: <<https://jota.info/artigos/justica-trabalho-sob-assedio-moral-um-caso-de-vida-ou-morte-19102016>>. Acesso em: 10 mai 2017.
- DAKOLIAS, Maria. DOCUMENTO TÉCNICO NÚMERO 319: O SETOR JUDICIÁRIO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE - elementos para reforma. Tradução de: Sandro Eduardo Sardá. Washington, 1996. Disponível em: <https://www.anamatra.org.br/attachments/article/24400/00003439.pdf>. Acesso em: 10 mai 2017.
- FERREIRA, João Batista. Quantos anos de solidão? Violência, assédio moral e paralisia das formas de vida no trabalho. *Assédio moral e organizacional: novas modulações do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas*. Bruno Leal Farah, organizador. São Paulo: LTr, 2016.
- FREITAS, Ester; HELOANI, Roberto; BARRETO, Margarida. *Assédio moral no trabalho*. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2008.
- HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução de Adail Sobral. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014. p. 12.
- HELOANI, Roberto. Assédio moral no trabalho. In: Seminário Compreendendo o assédio moral no ambiente de trabalho. Op. cit., p. 34.
- LIPP, Marilda E. Novaes; TANGANELLI, M. Sacramento. Stress e qualidade de vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: diferenças entre homens e mulheres. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 15, n. 3, p. 537-548, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722002000300008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722002000300008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 15 mai 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722002000300008>
- \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Stress Ocupacional de Magistrados da Justiça do Trabalho*. Estudos Jurídicos - Cidadania e Direito - Ano 3 - N. 1. Campinas: EMATRA 15, julho de 2006.
- MAEDA, Patrícia. O discreto charme da flexibilidade: o que o trabalhador tem a temer?. Disponível em: <<http://www.justificando.com/2016/05/24/o-discreto-charme-da-flexibilidade-o-que-o-trabalhador-tem-a-temer-/>>. Acesso em: 3 ago 2016.
- \_\_\_\_\_. Assédio moral no trabalho: uma abordagem tridimensional. In: SIMESP. (Org.). *O que os médicos precisam saber sobre seus direitos*. 1ed. São Paulo: Sindicato dos Médicos de São Paulo, 2016, v. 1, p. 127-132.
- PINTO, Geraldo Augusto. *A organização do trabalho no século XX: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo*. 3ª Ed. São Paulo. Expressão Popular, 2013.
- SZNELWAR, Laerte [et al.] (Coord.). *Trabalhar na magistratura, construção da subjetividade, saúde e desenvolvimento profissional*. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.
- VITOVSKY, Vladimir Santos. O atuar ético na formação contemporânea de juizes e o assédio moral na magistratura. *Assédio moral e organizacional: novas modulações do sofrimento psíquico nas empresas contemporâneas*. Bruno Leal Farah, organizador. São Paulo: LTr, 2016.

# INSALUBRIDADE E INTOXICAÇÃO NO LOCAL DE TRABALHO: A RETRATAÇÃO DA LUTA SINDICAL EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR POR MEIO DO HUMOR GRÁFICO

Rozinaldo Antonio Miani

rmiani@uel.br

Rafaela Gil Ribeiro

rafaela.ribeiro@uel.br

Universidade Estadual de Londrina

**Resumo:** Dentre as várias áreas da atuação sindical no Brasil, a luta em defesa da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho é particularmente contundente em algumas categorias trabalhistas. No ramo químico, os trabalhadores enfrentam diariamente as péssimas condições do ambiente de trabalho, marcados por insalubridade e pela presença de agentes químicos que produzem intoxicação e danos gerais à saúde. Nesse contexto, o movimento sindical se utiliza de várias estratégias para denunciar a precariedade dessa realidade, bem como para orientar e mobilizar os trabalhadores para a luta em defesa da saúde e da própria vida; dentre essas estratégias, destacamos a produção comunicativa e, nela, a utilização do humor gráfico. O objetivo desse artigo é analisar a produção chágica referente à luta em defesa da saúde do trabalhador e contra as péssimas condições do ambiente de trabalho - particularmente, no ramo químico - utilizando como metodologia a análise do discurso chágico. Por sua natureza crítica e dissertativa, as charges contribuem de maneira decisiva para a promoção de reflexão por parte dos trabalhadores quanto às suas reais condições de trabalho, aos riscos a que estão expostos e às ações necessárias na luta em defesa da saúde e da vida.

**Palavras-chave:** Saúde do trabalhador; luta sindical; humor gráfico; charge.

## INTRODUÇÃO

A área da saúde do trabalhador e segurança no trabalho se constituiu como uma das principais frentes da luta sindical no Brasil, principalmente, após a retomada do movimento sindical combativo em fins da década de 1970 com a emergência do “novo sindicalismo” (ANTUNES, 1995; BOITO JR., 1999; MARQUES, 2005).

Mesmo com a crise do “novo sindicalismo” (ALVES, 2000; CRUZ, 2000; FRANÇA, 2013) que, segundo Giovanni Alves (2002, p.6), implicou na “perda de um horizonte de classe, no sentido de consciência necessária, para além do capital”, algumas importantes lutas específicas permaneceram vigorosas, dentre as quais destacamos a luta em defesa da saúde do trabalhador.

No contexto da reestruturação produtiva no mundo do trabalho e da intensificação dos processos de acumulação flexível baseado no toyotismo (ALVES, 1999; MIANI, 2005), as condições de trabalho foram profundamente alteradas, tanto em relação às “novas” conformações estabelecidas para as relações de trabalho (trabalhadores estáveis, informais, terceirizados, temporários, “uberizados”) e às formas de remuneração que se tornaram mais flexíveis (principalmente, pela intensificação das estratégias de bonificação por produtividade com as políticas de participação nos lucros e resultados), quanto em relação às condições do ambiente de trabalho que, além de permanecer insalubre e perigoso para os trabalhadores em vários setores produtivos, ainda sofreu os impactos de um avanço progressivo da precariedade no ambiente ocupacional e de uma degradação generalizada nas relações sociais de produção.

Tudo isso implicou em uma realidade ainda mais perversa para os trabalhadores em relação aos impactos produzidos em sua saúde, tanto física quanto mental. As consequências decorrentes dessa realidade ainda devem ser consideradas em sua extensão mais ampla, afinal os agravos à saúde do trabalhador - em



alguns casos, inclusive, resultando em invalidez permanente ou morte - repercutem de maneira direta e inevitável nas famílias e grupos sociais dos quais os trabalhadores fazem parte.

Nesse sentido, as lutas sindicais em defesa da saúde do trabalhador e da melhoria das condições de segurança nos ambientes de trabalho é, literalmente, uma luta pela vida. Em matéria produzida por Daniel Gatti <sup>1</sup> (2019) para a Rel-UITA, o jornalista apresenta dados dramáticos da realidade das mortes por acidentes de trabalho no Brasil:

De acordo com o último documento do ODSST [Observatório Digital de Saúde e Segurança no Trabalho], de final de abril passado, entre 2012 e 2018 morreram 17.200 pessoas no Brasil como resultado de acidentes ou doenças relacionadas com sua atividade de trabalho. Claramente, uma média de 2.866 pessoas por ano, ou, em outras palavras, uma morte a cada três horas e quarenta minutos (GATTI, 2019, p.1).

Se tomarmos as estatísticas referentes aos acidentes de trabalho - que incluem, para fins previdenciários, os acidentes envolvendo os trabalhadores no exercício de suas funções cotidianas, os acidentes sofridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho e as doenças ocupacionais contraídas durante o desempenho das atividades laborais - os números são ainda mais assustadores. Érico Ramos (2020) nos apresenta uma boa radiografia dessa realidade:

No Brasil, a cada minuto que passa, um trabalhador sofre um acidente enquanto desempenha as funções para as quais foi contratado. Em 2018, a Previdência Social registrou 576.951 acidentes de trabalho, mas essa marca abrange apenas os empregados com carteira assinada, já que a definição legal de acidente de trabalho se restringe à ocorrências que envolvem os segurados do Regime Geral de Previdência Social. Porém, um estudo realizado pela Fundacentro - fundação ligada ao Ministério da Economia especializada na pesquisa sobre questões de segurança do trabalho - estima que, se forem considerados os trabalhadores informais e os autônomos, esse número pode ser até sete vezes maior, se aproximando de 4 milhões de acidentados todos os anos (RAMOS, 2020, p.1).

Para que possamos dimensionar a gravidade dessa realidade que representa os acidentes de trabalho no Brasil, a partir de referenciais que se tornaram balizadores dos tempos atuais, Ramos apresentou um comparativo entre o número de acidentes em relação ao total de trabalhadores com emprego formal no Brasil (estimado em 38 milhões em 2018) com a incidência de contaminação pelo novo coronavírus na Itália, um dos países mais afetados pela pandemia; o referido autor chegou à seguinte constatação:

Ao confrontar esses dados [38 milhões de empregados formais no final de 2018] com o número de acidentes, chegamos a uma relação de 15 mil casos para cada milhão de trabalhadores. Para se ter uma ideia do que isso representa, na Itália, um dos países mais afetados pela pandemia de Covid-19, a incidência da doença na população foi de aproximadamente 3 mil pessoas infectadas para cada milhão de habitantes. Isto é, se os acidentes de trabalho no Brasil fossem uma doença infecciosa, sua capacidade de contágio seria cinco vezes maior do que a do coronavírus (RAMOS, 2020, p.1).

Diante de estatísticas como essas, mesmo que as lutas sindicais atualmente no Brasil estejam longe de representar uma perspectiva de ruptura com a lógica sistêmica do capitalismo - lutas essas levadas a cabo por um movimento sindical neocorporativista e de concertação social (ALVES, 2000) -, a defesa da saúde do trabalhador e as reivindicações por segurança no trabalho como expressões de lutas por cidadania se revelam vitais diante de uma realidade que flerta com a barbárie.

Nesse sentido, apresentamos como objetivo principal para este artigo analisar a produção chárstica e demais modalidades do humor gráfico no âmbito da comunicação sindical no contexto do sindicalismo operário do ramo químico, com o propósito de refletir sobre como são retratadas e denunciadas as péssimas condições do ambiente trabalho que afetam os trabalhadores do referido ramo industrial, permeadas

---

1    Jornalista uruguaio e colaborador do site da Regional Latinoamericana de la UITA (Rel-UITA).

por insalubridade e pela presença de agentes químicos que produzem intoxicação e agravos gerais à saúde dos trabalhadores. Também nos interessa verificar como são apresentadas, por meio do humor gráfico, as estratégias de resistência e de ação sindical a serem desenvolvidas pelos trabalhadores em suas lutas em defesa da saúde e da segurança no ambiente de trabalho.

Para tanto, iniciaremos nossa reflexão apresentando algumas breves considerações sobre o debate referente à saúde do trabalhador e segurança no trabalho e de como esse tema tem sido tratado pelo movimento sindical brasileiro. Na sequência, apresentaremos algumas experiências comunicativas produzidas no contexto sindical, particularmente, do ramo químico, selecionando e analisando, por meio da metodologia da análise do discurso chárstico, algumas charges ou outras ilustrações representativas dos processos de denúncia e de luta das respectivas organizações políticas dos trabalhadores em relação à saúde e segurança no trabalho.

## **A SAÚDE DO TRABALHADOR E A SEGURANÇA NO TRABALHO PELAS LENTES DO MOVIMENTO SINDICAL**

---

Para iniciar essa breve reflexão referente à saúde do trabalhador, consideramos necessário apresentar a conceituação que irá subsidiar toda a nossa compreensão do referido campo de conhecimento. Nesse sentido, tomamos como referência as contribuições de Carlos Minayo Gomez, Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos e Jorge Mesquita Huet Machado (2018) que apresentam a seguinte definição:

A saúde do trabalhador configura-se como um campo de práticas e de conhecimentos estratégicos interdisciplinares - técnicos, sociais, políticos, humanos -, multiprofissionais e interinstitucionais, voltados para analisar e intervir nas relações de trabalho que provocam doenças e agravos. Seus marcos referenciais são os da Saúde Coletiva, ou seja, a promoção, a prevenção e a vigilância (GOMEZ, VASCONCELLOS, MACHADO, 2018, p.1964).

Partimos dessa perspectiva conceitual, porém reafirmamos a ênfase que se deve atribuir à “interlocução com os próprios trabalhadores - depositários de um saber emanado da experiência e sujeitos essenciais quando se visa a uma ação transformadora” (GOMEZ, VASCONCELLOS, MACHADO, 2018, p.1964), reconhecida pelos próprios autores como uma “premissa metodológica” e, portanto, constitutiva da práxis do movimento político dos trabalhadores, representado, principalmente, pelo movimento sindical.

Nesse sentido, em se tratando do debate e das lutas referentes à saúde do trabalhador no contexto do sindicalismo faz-se necessário retroagir historicamente às primeiras ações caracterizadas como manifestações de luta em prol da defesa do direito de um ambiente de trabalho mais seguro e menos insalubre. Como ressaltam Kátia Reis de Souza e Jussara Cruz Brito (2012), as organizações e movimentos de trabalhadores ganharam força a partir da Revolução Industrial, especialmente na Inglaterra, que se consolidou como um marco na transformação da sociedade moderna, produzindo mudanças nos sistemas de produção, na formação do pensamento do trabalhador e provocando o surgimento do proletário como classe social e do operário como sujeito político e socioeconômico.

A partir da crescente difusão de reivindicações políticas e econômicas, os operários passaram a se opor às complexas (e já precárias) condições de trabalho e de vida, intensificando os processos de sindicalização e adotando formas de resistência, como a greve. Algumas das reivindicações que prezavam por condições mais adequadas e suportáveis de trabalho incluíam melhores condições de higiene e de prevenção contra doenças e acidentes. Segundo René Mendes e Elizabeth Costa Dias (1991) é também nesse contexto que surge a Medicina do Trabalho como especialidade médica.

É notório que desde a Revolução Industrial o trabalhador tem sido exposto a condições precárias e pouco dignas de trabalho que, de uma forma ou de outra, acaba afetando sua integridade. Desde aquela época é comum que os acidentes de trabalho resulte na perda de membros ou que provoque alguma seqüela nos trabalhadores, isso quando não ocasiona a sua própria morte; além disso, as péssimas condições higiênicas

do referido período levou o trabalhador a contrair doenças infecciosas ou a se contaminar de alguma forma. Nesse sentido, desde então, podemos afirmar que a defesa da saúde do trabalhador se apresentou como uma das principais demandas dos trabalhadores que passaram a se organizar de forma mais efetiva para conquistar e assegurar direitos relacionados ao bem estar físico e psicológico nos ambientes de trabalho.

No Brasil é possível reconhecer que os trabalhadores têm se envolvido em discussões e reivindicações sobre questões de saúde e segurança no trabalho desde o início do século XX. Contudo, foi só a partir do final da década de 1970, quando os sindicatos começaram a agir mais ativamente em relação à questão da saúde do trabalhador, que ações e estratégias passaram a ser articuladas e encaminhadas.

De acordo com Laura Soares Martins Nogueira e Rosa Elizabeth Acevedo Marin (2013), na década de 1970 o movimento operário italiano - a partir do tensionamento e do estímulo provocado por diversos movimentos sociais da Itália - transformou a demanda da saúde do trabalhador em um de seus principais focos e bandeiras de luta. As reivindicações eram um reflexo da constante luta dos trabalhadores por ambientes seguros e mais justos e dignos de trabalho. Questionamentos como a não monetização dos riscos (relacionados ao recebimento de adicionais de insalubridade) combinados com a validação do saber dos trabalhadores, baseados em estudos independentes sobre ambientes, condições de trabalho e processos de adoecimento, estavam presentes nas discussões.

Como ressalta Francisco Antonio de Castro Lacaz (2007) a experiência do movimento operário italiano produziu reflexos no Brasil. Com a vinda de Giovani Berlinguer ao país em 1978, as propostas e reivindicações do referido movimento acabaram influenciando diversas iniciativas em relação ao debate e à organização sobre a saúde no trabalho e influenciaram muitos técnicos e dirigentes sindicais brasileiros que militavam em prol da saúde do trabalhador. Na questão da articulação sindical em saúde aconteceram as primeiras semanas de saúde do trabalhador (SEMSATs) e a criação da Comissão Intersindical de Saúde do Trabalhador (CISAT) no ano de 1979, que resultou no surgimento do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT) em 1980 e do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho da Central Única dos Trabalhadores (INST/CUT) em 1990.

Ainda durante a década de 1970, segundo José Augusto Pina, Hermano Albuquerque Castro e Maria de Fátima Siliansky Andreazzi (2006), diversos sindicatos de trabalhadores passaram a apresentar vários questionamentos em relação ao convênio-empresa. Muitos eram denunciados pela escassez de isenção na prática da assistência médica subordinada pelo empregador e pelo declínio da qualidade do tratamento, que era resumido à prescrição de analgésicos e outros remédios; existia também a recusa por parte desses convênios de oferecer tratamento para enfermidades que demandavam uma recuperação mais prolongada.

No ano de 1981, o movimento sindical se rearticulava na Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e fazia propostas relacionadas à extinção de convênios médicos e à criação de uma rede básica e pública de previdência. O DIESAT, em plena discussão em torno da reforma da assistência médica da Previdência Social em 1982, identificou que o processo de racionalização com controle de gastos diferia dos interesses de boa parte dos empresários do setor hospitalar, pois estes não visavam fortalecer o setor público, mas, ao contrário, pretendiam gerar uma grande concentração da propriedade privada no setor, consequentemente, abrindo espaço, inclusive, para multinacionais.

Lacaz (1996; 2007) afirma que diversos sindicatos - como metalúrgicos, químicos, petroquímicos e bancários - passaram a exigir serviços de saúde pública que envolvesse as questões relacionadas à saúde do trabalhador. Tais ações foram contemporâneas à criação, por parte de diversas entidades sindicais, do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), que passou a ter uma função essencial no debate e nas práticas voltadas ao rompimento com o assistencialismo médico existente no interior dos sindicatos, que era uma herança do Estado Novo, propondo uma responsabilidade dessa atribuição à rede pública de saúde.

Vale ressaltar que a assessoria técnica do DIESAT - juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Químicos do ABC - cumpriu um papel importante na superação daquela prática assistencialista, contribuindo para a formulação de uma proposta para a Secretaria de Estado de Saúde (SES) que resultou, em 1984, na criação do Programa de Saúde do Trabalhador Químico do ABC, que se tornou a primeira

experiência com uma efetiva participação sindical na gestão. Apesar dos avanços à época, o referido programa gerou algumas controvérsias com outros sindicatos, que afirmaram que o Programa, por estar sendo desenvolvido em conjunto com o governo do estado de São Paulo, possuía um viés assistencialista; por sua vez, segundo Remígio Todeschini (2015), o Programa superava a barreira da colaboração entre sindicato e empresas, evitando, dentre outras situações, que o trabalhador fosse recolocado imediatamente na linha de produção após algum acidente ou doença, sem que tivesse atingido sua recuperação definitiva.

Desde sua criação, o DIESAT se tornou um instrumento muito importante para a ação sindical na área da saúde e segurança no trabalho, porque organizava estudos e proporcionava debates que apontavam para as questões sociais e os respectivos conflitos de classes e como tudo isso se encontrava ligado aos acidentes de trabalho e às doenças ocupacionais, em razão do modelo de desenvolvimento econômico capitalista vigente na sociedade. As Semanas de Saúde do Trabalhador, conhecidas também como SEMSATs, organizadas pelo DIESAT, ganhavam visibilidade pela participação ativa dos sindicatos e pela seriedade de estudos, pesquisas e análises que eram realizados.

Ainda nessa trajetória de articulações e ações no âmbito da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho, em 14 de junho de 1981 foi fundada a Secretaria Intersindical de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente e Saúde do Trabalho, por deliberação de federações e sindicatos de trabalhadores do estado de São Paulo. A secretaria possuía o objetivo de auxiliar o movimento sindical com estudos, pesquisas e difusão de conhecimento perante os direitos de saúde no trabalho (REPULLO JUNIOR; GOMES, 2005). O surgimento dessas secretarias, comissões e institutos levaram à atuação mais ativa de uma assessoria sindical realizada por profissionais dedicados diretamente com a luta dos trabalhadores e que passaram a estudar os ambientes e as condições de trabalho, fazendo levantamento de riscos de acidentes e de possíveis malefícios para a saúde do trabalhador, socializando informações e realizando o resgate e a sistematização do saber operário (MENDES; DIAS, 1991).

Segundo Todeschini (2015), no ano de 1982 tanto o Sindicato dos Químicos do ABC quanto o Sindicato dos Químicos de São Paulo renovaram suas direções sindicais, com as respectivas vitórias das oposições sindicais, devolvendo os sindicatos às lutas autênticas dos trabalhadores e à prática de um sindicalismo combativo. As novas diretorias, imediatamente, assumiram o objetivo de impulsionar as lutas em defesa da saúde do trabalhador e logo nos meses seguintes já diagnosticaram um grave contexto de acidentes de trabalho e de doenças ocupacionais que, nestes casos, envolviam contaminações de trabalhadores por diversos produtos químicos. Devemos destacar que, na mesma época, estavam sendo implantados serviços especializados de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) em algumas empresas, já que o Brasil havia sido denunciado na Organização Internacional do Trabalho (OIT) como país campeão mundial de acidentes de trabalho e, portanto, precisava reverter a situação perante a opinião pública internacional.

Ainda segundo Todeschini (2015), todo o contexto de consolidação da organização política sindical - que resultou na fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 - e de mobilização popular da época - com o movimento pelas Diretas Já! em 1984 - levou o Sindicato dos Químicos do ABC a criar, em 1984, a Comissão de Saúde e Trabalho do Sindicato (COMSAT), a primeira comissão de saúde em um sindicato do Brasil. De acordo com o autor, os problemas referentes à saúde do trabalhador na referida categoria eram tão constantes que exigiam reuniões quinzenais. A primeira ação da comissão foi reunir diversos trabalhadores por fábricas com o intuito de aprofundar e melhor conhecer e compreender os problemas que os trabalhadores enfrentavam no “chão da fábrica”, estabelecendo uma estratégia de defesa da saúde e da segurança no ambiente de trabalho. O trabalho da COMSAT ganhou tamanha repercussão que, no mês de março de 1986, os seus integrantes foram convidados a participar do Seminário Latino Americano dos Trabalhadores Químicos em Havana, em Cuba, a convite do Central de Trabalhadores de Cuba (CTC).

Essa iniciativa da COMSAT foi cativando e mobilizando outros sindicatos e acabou levando à formação da Comissão de Saúde e Previdência Nacional no interior da CUT. A proposta era reunir membros de comissão de fábricas e de CIPAs combativas que, eventualmente, seriam transformadas em comissões de saúde no interior das fábricas.

Como destacam Rodolpho Repullo Junior e Jorge da Rocha Gomes (2005), dentre as ações sindicais desenvolvidas nos ambientes de trabalho - principalmente, desenvolvidas pelas CIPAs - devemos destacar a realização de “semanas da saúde do trabalhador” e de reuniões específicas para discussões sobre o tema; essas ações se tornaram recorrentes no ambiente de trabalho, assim como campanhas desenvolvidas com *slogans* específicos e com a produção de vídeos, adesivos, panfletos, pôsteres e demais materiais comunicativos. Também têm sido realizadas conferências, seminários e diversas atividades em massa, com o intuito de discutir como tornar o ambiente de trabalho mais seguro e saudável, prevenindo a ocorrência de acidentes de trabalho, bem como evitando contrair doenças ocupacionais ou enfermidades gerais. As entidades sindicais também vêm se organizando em diversos comitês, realizando reuniões periódicas, não apenas com diretores de sindicatos e técnicos qualificados, mas também com membros das mais diferentes categorias profissionais com atuação ou apoio à referida área. Ainda como forma de mobilização, também são articulados protestos, marchas em lugares públicos com grande concentração de pessoas, com o objetivo de sensibilizar e organizar a classe trabalhadora e também para levar o debate das questões referentes à saúde do trabalhador e segurança no trabalho a todo tipo de público.

Por sua vez, no âmbito das ações sociais de modo geral, os movimentos populares de saúde e os agentes sociais atuantes nessa área foram acumulando experiências e conhecimentos e reconhecendo a importância de incorporar as demandas da saúde do trabalhador no âmbito da saúde pública. A esse respeito, Lacaz (2007, p.761) afirma:

Os anos 1980 trazem significativa mudança de rumos na política de saúde brasileira, quando, na VIII Conferência Nacional de Saúde, em 1986, consolida-se a proposta de criação do SUS com atributo de coordenar as ações de saúde, agora alçada à condição de *direito social e de cidadania*, ações estas que englobam, como tendência mundial, a saúde dos que trabalham (grifos do autor).

Todo esse processo de organização e de luta, de alguma forma, culminou em importantes avanços e conquistas, principalmente, quando da promulgação da Constituição Federal de 1988; nesse contexto, a área da saúde do trabalhador ganhou destaque no Sistema Único de Saúde (SUS). O artigo 200 da Constituição estabelecia que a ampliação do atendimento do SUS deveria ir além da prevenção ao corpo ou suas partes, evoluindo para intervenção nas causas e nos ambientes de trabalho.

Como podemos perceber, a década de 1980 foi marcada por diversas e importantes iniciativas nas lutas sindicais em defesa da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho, resultando em transformações significativas no cotidiano dos trabalhadores no “chão da fábrica”. Contudo, a década de 1990 não seguiu exatamente a mesma toada; algumas situações conjunturais enfraqueceram o movimento dos trabalhadores e as ações voltadas para a saúde do trabalhador acabaram sofrendo alguns impactos.

A partir de 1990, com a implantação do projeto neoliberal no Brasil impulsionado pelo governo Collor (1990-1992) e da ofensiva neoliberal levada a cabo pelo governo FHC (1995-2002), o país passou a viver períodos turbulentos como decorrência das políticas neoliberais que, dentre outras consequências, desencadeou o aumento do desemprego, da informalidade e da terceirização. Como desdobramentos junto ao movimento sindical, houve uma diminuição nos índices de sindicalização e um enfraquecimento político dos sindicatos que repercutiu diretamente nas atividades desenvolvidas pelas organizações específicas do campo da saúde do trabalhador; no caso do DIESAT, apesar de manter algumas atividades formativas de estudos e pesquisas sobre condições de trabalho, houve uma redução significativa em sua capacidade de ação em defesa da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho.

De modo geral, o neoliberalismo atingiu de maneira comprometedor os processos de organização e de luta do movimento sindical brasileiro (BOITO JR., 1999). Apesar de muitos trabalhadores - e de algumas entidades sindicais - continuarem resistindo e lutando firmemente em defesa dos interesses e dos direitos da classe trabalhadora, a CUT - principal organização política sindical no Brasil - passou a aderir a concepções e práticas de um sindicalismo neocorporativista e de “concertação social” (ALVES, 2000), produzindo contradições e ambiguidades em relação às políticas voltadas para a saúde pública e, particularmente, para



a saúde do trabalhador. Nesse contexto, as ações sindicais referente à saúde do trabalhador e à segurança no trabalho foram relegadas, predominantemente, como uma demanda que deveria ser encaminhada diretamente pelos próprios sindicatos. A esse respeito, Pina, Castro e Andreatzi (2006, p.841) afirmam:

Já nos anos 90, o quadro é outro e a tendência tem se dirigido em sentido contrário. As negociações coletivas têm se caracterizado por sua natureza particularista e descentralizada, reforçada pela iniciativa do governo federal em introduzir temas cuja negociação restringe-se ao âmbito das empresas, como a participação nos lucros e resultados e sobre flexibilização da jornada de trabalho, processo que se intensifica a partir da segunda metade da década de 1990. Parcela considerável dos sindicatos da CUT assumiram a diversidade entre setores e empresas como critério determinante para a negociação. Manifesta-se, assim, um corporativismo não mais por referência ao Estado, mas um certo insulamento de grupo em torno de si mesmo, priorizando suas demandas salariais e sociais em negociação direta, setorial ou com cada empresa separadamente, isolando-se ou se contrapondo não de um suposto interesse geral da sociedade, mas da luta reivindicativa e política mais ampla em torno de uma plataforma comum dos trabalhadores.

Esses embates também permearam os congressos da CUT a partir da década de 1990 que passou a dar maior centralidade ao debate das políticas públicas de saúde. Por exemplo, no V Congresso Nacional da CUT (V Concut), realizado em 1994, dentre as suas resoluções, destacamos a decisão de atuar em conjunto com o poder público para garantir a conquista dos direitos para o conjunto dos trabalhadores, inclusive, no âmbito da saúde do trabalhador. Como se pode perceber, a lógica de um sindicalismo propositivo passava a vigorar sobre a concepção de um sindicalismo classista, autônomo, combativo e de resistência.

No VI Congresso Nacional da CUT (VI Concut), realizado em 1997, o debate até envolveu uma discussão crítica referente à prática histórica dos sindicatos de optarem por convênios médicos privados em processos negociais. Porém, nos congressos seguintes, nenhum relatório ou resolução foi apresentado em relação a essa questão, nem houve criticidade diante das contradições que marcavam a luta sindical na área da saúde do trabalho, apenas posicionamentos genéricos sobre apoio à universalização e descentralização no SUS (PINA; CASTRO; ANDREATZI, 2006).

Seguindo nessa direção do estabelecimento de “parcerias” do movimento sindical com o poder público, durante o VIII Congresso Nacional da CUT (VIII Concut), realizado no ano de 2003, foi ressaltada a indefinição sobre a implantação de uma Rede Nacional de Atenção à Saúde do Trabalhador no SUS; por sua vez, no Fórum de Saúde Suplementar - que foi organizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) - a diretoria da CUT solicitou que a agência lidasse com os problemas de reajustes crescentes nos planos de saúde, de descredenciamento e insuficiência da rede de operadores, de diminuição de acesso a serviços tecnológicos, da garantia da cobertura integral a todas as doenças. Nesse contexto, até houve menção ao atendimento pelos planos de saúde ao trabalhador acidentado, porém não havia menções em relação às possíveis limitações da situação (PINA; CASTRO; ANDREATZI, 2006).

Por sua vez, da perspectiva da atuação dos órgãos públicos em relação a essas parcerias no campo da saúde do trabalhador, vale ressaltar a realização de diversas discussões por parte de alguns Conselhos de Saúde do Sistema Único de Saúde, além de ações e debates relacionados à fiscalização dos ambientes de trabalho realizados pelo Ministério do Trabalho, em conjunto com as entidades sindicais, do acompanhamento na implantação das Normas Regulamentadoras (NRs) relacionadas à saúde e segurança nos ambientes de trabalho em empresas do ramo químico e da participação da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (Fundacentro) no financiamento de algumas ações de orientação e de educação ao trabalhador em relação à saúde e segurança no trabalho.

A partir dessa contextualização, reconhecemos que a trajetória do movimento sindical em relação à saúde do trabalhador e segurança no trabalho - a partir da década de 1990 e como decorrência das transformações econômicas e sociais que ocorreram no país à época - apresentou importantes contradições. Houve certo enfraquecimento em relação à proatividade que marcou o conjunto de ações do período anterior. Também se intensificaram os conflitos e divergências em relação a qual deveria ser a posição dos sindicatos em relação ao atendimento às questões de saúde do trabalhador, se fazer uso de planos de saúde

privados (convênios médicos particulares subsidiados pelas empresas) ou defender a utilização do SUS e das alternativas públicas de saúde.

Em relação aos processos organizativos nas primeiras décadas do século XXI, Todeschini (2015) destaca a atividade contínua da COMSAT no contexto do Sindicato dos Químicos do ABC, com reuniões mensais e com a participação regular de dezenas de dirigentes sindicais de todas as cidades que compõem a base do referido sindicato. Além dessa experiência, outros sindicatos do ramo químico (como o Sindicato dos Químicos de São Paulo, o Sindicato dos Plásticos de São Paulo, o Sindicato dos Químicos, Plásticos e Farmacêuticos de Osasco e Região, o Sindicato dos Químicos e Farmacêuticos de Campinas e o Sindiquímica da Bahia) também realizaram importantes iniciativas no campo da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho desde o final do século passado.

Porém, apesar das lutas e ações desses - e de outros - sindicatos, os acidentes de trabalho, típicos do ramo químico, e as doenças ocupacionais, provenientes dos ambientes insalubres pela invariável presença de agentes químicos, permanecem constantes e são ainda mais agravados pela prática irresponsável de muitas empresas do ramo de não comunicação oficial dos acidentes de trabalho por meio da Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e do respectivo reconhecimento previdenciário.

Nesse contexto de lutas sindicais em defesa da saúde do trabalhador e da segurança no trabalho, o movimento sindical investiu em diversas ações comunicativas com o objetivo de socializar informações e, principalmente, promover um processo formativo junto aos trabalhadores de suas respectivas categorias trabalhistas. No ramo químico, alguns sindicatos produziram materiais comunicativos bastante significativos, explorando diversas expressões de linguagem para apresentar e discutir, da maneira mais objetiva e lúdica, os riscos dos ambientes de trabalho e os desafios na luta em defesa da saúde e da vida dos trabalhadores.

## **A COMUNICAÇÃO SINDICAL E AS CHARGES NA LUTA EM DEFESA DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

Para Cláudia Santiago e Vito Giannotti (1997, p.113) “a comunicação é o coração dos sindicatos. Sem coração, o corpo não funciona. Sem comunicação, o sindicato não consegue se mexer. Não consegue pôr em marcha nenhuma ação”. Corroborando com essa convicção, vamos apresentar algumas importantes experiências no âmbito da comunicação sindical voltadas para o fortalecimento das ações em defesa da saúde do trabalhador e segurança no trabalho - particularmente, no movimento sindical operário do ramo químico - e analisar a presença da charge - e demais modalidades do humor gráfico - como importante estratégia comunicativa.

Antes, porém, vale registrar uma das primeiras e mais significativas experiências de produção comunicativa sindical no âmbito da saúde do trabalhador - e que se utilizou fartamente dos recursos do humor gráfico - que foi o “Gibi dos trabalhadores” (figura 1).

Figura 1



Fonte: Gibi dos trabalhadores. Oboré Editorial, 1979.

O “Gibi dos trabalhadores” foi uma publicação da Oboré Projetos Especiais de Comunicações e Artes - ilustrado pelos cartunistas Laerte e Fausto - que, além de apresentar e debater, por meio de histórias em quadrinhos, algumas das realidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores em sua luta em defesa da saúde e da vida, trazia as conclusões e as recomendações da 1ª Semana de Saúde do Trabalhador (I SEMSAT), realizada de 14 a 19 de maio de 1979. O referido evento teve como tema principal a propagação de doenças pulmonares causadas por poeiras e foi organizado por um conjunto de 49 sindicatos e seis federações sindicais engajados na luta por melhores condições de saúde e de segurança nos ambientes de trabalho.

No contexto do “novo sindicalismo”, os sindicatos do ramo químico se destacaram na produção de materiais comunicativos voltados para a formação política dos trabalhadores em relação às lutas em defesa da saúde do trabalhador e segurança no trabalho. A produção de boletins, cartilhas e demais materiais comunicativos impressos, todos eles fartamente ilustrados, foram fundamentais para os processos de organização e de luta sindicais (figuras 2, 3, 4 e 5).

Figura 2



Figura 3



Figura 4



Figura 5



Fonte: Acervo da Hemeroteca do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/UUEL)

Toda essa produção comunicativa no contexto do “novo sindicalismo” também deve ser compreendida em sua especificidade. De modo particular, em se tratando de comunicação impressa, ela foi denominada por Valdeci Verdelho (1986) de “nova imprensa sindical”. Para o referido autor, trata-se de uma comunicação que, a partir do trabalho e da ação sindical, “enseja uma ação transformadora da realidade política, econômica, social e cultural. Resumindo: uma comunicação, sob todos os aspectos, instrumento dos trabalhadores na luta contra a exploração econômica e a opressão política” (VERDELHO, 1986, p.81-82).

Nesse sentido, de fato, a comunicação sindical acabou cumprindo um papel estratégico de mais absoluta importância. E mesmo considerando a guinada política e ideológica sofrida pelo movimento sindical nas últimas décadas, que fez sucumbir a experiência do “novo sindicalismo” como a expressão de um sindicalismo classista e combativo e, por conseguinte, fez emergir as bases de um “sindicalismo cidadão” (MIANI, 2005; OLIVEIRA, 2011), a comunicação seguiu sendo, para alguns sindicatos que ainda preservaram algum espírito de combatividade, uma estratégia política e um instrumento de luta vital para a ação sindical.

De modo particular para os objetivos desse artigo, apresentaremos e analisaremos uma publicação produzida pelo Sindicato Químicos Unificados<sup>2</sup> que trata especificamente do problema da intoxicação no local de trabalho. Estamos nos referindo à segunda cartilha da coleção “Doenças e acidentes de trabalho” (figura 6), publicada no ano de 2009 e que apresentou como objetivo “divulgar junto à categoria informações e orientações sobre como bem defender a saúde no local de trabalho” (SINDICATO..., 2009, p.3). Com esta cartilha, o sindicato ofereceu à categoria um material fartamente ilustrado que apresentava e denunciava a precária realidade enfrentada pelos trabalhadores do ramo químico em seus locais de trabalho, bem

2 O Sindicato Químicos Unificados é o resultado de uma decisão política de unificação envolvendo os sindicatos dos químicos de Campinas, de Osasco e de Vinhedo a partir de um plebiscito realizado em ambas as categorias em julho de 2001 e referendada no 1º Congresso de Base ocorrido em março de 2002.

como suas consequências sociais e ambientais, e os caminhos possíveis para a ação coletiva de defesa dos direitos e de proteção da saúde dos trabalhadores.

Figura 6



Fonte: Cartilha Intoxicação no local de trabalho. Sindicato dos Químicos Unificados, 2009, capa.

Na apresentação da referida publicação, a diretoria do Sindicato Químicos Unificados (2009) comenta sobre as principais caracterizações do projeto comunicativo das cartilhas e reafirma seu compromisso com a luta em defesa da saúde do trabalhador:

O Sindicato Químicos Unificados desenvolve muitos programas e ações em defesa da saúde e da vida dos trabalhadores. [...] E com o objetivo de divulgar junto à categoria informações e orientações sobre como bem defender a saúde no local de trabalho é que o Unificados programou a publicação de uma coleção especial sobre doenças e acidentes de trabalho. O primeiro número, em formato de cartilha toda ilustrada, lançada em setembro de 2008, trata de questões relativas à LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos ou Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), verdadeira epidemia na categoria química. Agora, o Sindicato Químicos Unificados apresenta a segunda cartilha. Ela aborda a intoxicação no local de trabalho, um tema que preocupa muito as trabalhadoras e trabalhadores químicos. A luta contra a contaminação química, humana e ambiental, sempre foi prioridade para o Unificados (SINDICATO..., 2009, p.3).

Desde as primeiras páginas da publicação o leitor poderá constatar que se trata de um material fartamente ilustrado. Todas as imagens foram produzidas pelo chargista Bira Dantas, que sempre atuou com a imprensa sindical, inclusive, tendo colaborado com a oposição sindical química no início da década de 1980 e acabou contratado pelo Sindicato dos Químicos de São Paulo quando a referida oposição sindical venceu as eleições sindicais em 1982 e recolocou o sindicato no caminho da luta sindical classista. E a primeira charge que aparece na cartilha é uma representação dos agentes químicos presentes no ambiente de trabalho das empresas do ramo químico (figura 7).

Figura 7



Fonte: Cartilha Intoxicação no local de trabalho. Sindicato dos Químicos Unificados, 2009, p.2.

Esses agentes químicos são identificados como “mortais”, pois são os principais causadores de doenças ocupacionais nos trabalhadores da categoria química, responsáveis por muitas das mortes ocorridas. Apesar de reconhecer que essas substâncias estão presentes em várias atividades diárias, inclusive, oferecendo alguns benefícios, quando presentes no ambiente de trabalho e sem o devido controle podem provocar danos graves à saúde do trabalhador, ao meio ambiente e também podem ser responsáveis por outros acidentes como incêndios ou explosões.

Para explicitar e problematizar os impactos produzidos por estes agentes químicos quando indevidamente tratados ou lançados de modo irresponsável e descontrolado no meio ambiente (prática não incomum de inúmeros patrões do setor), ampliando de maneira exponencial os riscos à saúde do trabalhador - inclusive, quando este não está em seu ambiente de trabalho -, Bira produz uma charge que revela, de modo bastante amplo, o “ciclo perverso” da exploração capitalista e suas consequências para a saúde do trabalhador (figura 8).

Figura 8



Fonte: Cartilha Intoxicação no local de trabalho. Sindicato dos Químicos Unificados, 2009, p.4-5.

No centro da imagem vemos um patrão sorridente, sentado sobre o seu lucro, enquanto ao seu redor os trabalhadores, vítimas da exploração capitalista, ficam expostos às substâncias químicas presentes no ambiente de trabalho que produzem todo tipo de intoxicação e contaminação, comprometendo sua saúde e colocando em risco sua própria vida. Não bastasse isso, por outro lado, o descarte de produtos químicos utilizados ou produzidos pelas indústrias do ramo químico polui os rios e compromete todo o seu ecossistema e que, invariavelmente, reverbera em todas as outras dimensões de nossa vida.

Ainda a esse respeito, outra charge publicada na cartilha (figura 9) explicita de modo contundente os problemas decorrentes da contaminação provocada pelo modo irresponsável no tratamento dos produtos utilizados pelas indústrias químicas e que produzem graves danos à saúde do trabalhador e à saúde da população de modo geral. Na imagem vemos um trabalhador que se encontra debilitado pelas péssimas condições de trabalho e reconhecendo que os impactos da tal contaminação provocam graves consequências a todas as pessoas e ao meio ambiente.

Figura 9



Fonte: Cartilha Intoxicação no local de trabalho. Sindicato dos Químicos Unificados, 2009, p.12-13.



Para além da extensão dos impactos da contaminação do meio ambiente provocada pelos produtos químicos, a iconografia presente na cartilha do Sindicato Químicos Unificados retrata a condição específica do trabalhador químico, cotidianamente exposto à intoxicação. Em uma dessas retratações uma mulher trabalhadora aparece inalando substâncias químicas (figura 10); porém, ela aparenta certa tranquilidade, numa alusão de que se trata de uma situação inconsciente, ou seja, do fato de que o trabalhador não tem conhecimento do quão impróprio e insalubre é o seu ambiente de trabalho. Em outra representação, a intenção é mais explícita em mostrar as consequências da presença das substâncias químicas no corpo do trabalhador, revelando que o dano à saúde vai depender do tipo de substância que provocou a intoxicação (figura 11).

Figura 10



Figura 11



Fonte: Cartilha Intoxicação no local de trabalho. Sindicato dos Químicos Unificados, 2009, p.7/9.

Por fim, apresentamos um conjunto de charges que retratam momentos distintos no processo de reflexão e de ação em relação à luta em defesa da saúde do trabalhador e segurança no trabalho (figuras 12, 13, 14 e 15). Conhecer e reconhecer a realidade que afeta o ambiente de trabalho, construir uma compreensão coletiva da necessidade de implementar medidas de controle e de ação preventiva, mobilizar todas as forças políticas para a denúncia e o combate às péssimas condições de trabalho - em especial, as CIPAs, comissões de fábrica e o sindicato da categoria - e manter a mobilização para garantir a existência de um ambiente de trabalho sem riscos foram retratados por meio de charges publicadas em vários pontos da cartilha.

Figura 12



Figura 13



Figura 14



Figura 15



Fonte: Cartilha Intoxicação no local de trabalho. Sindicato dos Químicos Unificados, 2009, p.19/21/25/35.

Toda essa iconografia presente na cartilha *Intoxicação no local de trabalho*, combinada com a produção textual, ofereceu aos trabalhadores da base do Sindicato Químicos Unificados - e também aos trabalhadores de outros sindicatos do setor químico que eventualmente tiveram contato com a referida publicação - informações preciosas para conhecer melhor os diversos agentes químicos presentes nos ambientes de trabalho das empresas do ramo químico e compreender os danos que tais substâncias podem causar à saúde do trabalhador. Com formação e informação, os trabalhadores podem reconhecer a importância vital de lutar em defesa da saúde e segurança no trabalho e se fortalecer em suas formas de organização e de luta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

As lutas sindicais em defesa da saúde do trabalhador e segurança no trabalho se apresentam como uma das principais frentes de ação do movimento sindical desde a emergência do “novo sindicalismo”. Mesmo com a guinada política e ideológica que se abateu sobre o movimento sindical combativo, as lutas em defesa da saúde e segurança no trabalho permaneceram como uma importante bandeira de luta no contexto do sindicalismo.

Ainda em relação ao movimento sindical, a comunicação deve ser compreendida como “o coração do sindicato” e, nesse sentido, cumpre um papel estratégico. Dentre as várias produções comunicativas desenvolvidas no âmbito da comunicação sindical, destacamos aquelas que se utilizam de recursos visuais, na medida em que exploram a ludicidade e o humor para favorecer os processos de formação e informação dos trabalhadores.

Esse foi o caso da cartilha *Intoxicação no local de trabalho*, produzida pelo Sindicato Químicos Unificados, que ofereceu à respectiva categoria um material fartamente ilustrado que contribuiu de maneira importante para levar informações fundamentais aos trabalhadores com o propósito de que eles pudessem conhecer os riscos presentes nos ambientes de trabalho em razão da presença de agentes químicos causadores de intoxicações e contaminações e, por meio da ação coletiva, pudessem se organizar e se mobilizar para lutar em defesa da saúde e segurança no trabalho.

A presença da charge e demais modalidades do humor gráfico no contexto da comunicação sindical é muito significativa e, portanto, digna de ser alçada à condição de objeto de estudo privilegiado por parte de estudiosos do movimento sindical e do mundo do trabalho. Nossa contribuição aqui é bastante modesta, mas reafirma a necessidade de que precisamos investir mais esforços para compreender a grande importância que o humor gráfico desempenha no contexto da comunicação sindical e esta, por sua vez, no contexto do movimento sindical e demais organizações políticas da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

---

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000 [Coleção Mundo do Trabalho].

ALVES, Giovanni. **Sindicalismo e utopia social no Brasil do século XX**. In: Seminário 80 Anos do Movimento Comunista no Brasil, UNESP: Marília, 2002. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-avles-sindicalismo-utopia-social-brasil.pdf>. Acesso em 06 nov. 2020.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho na era da globalização. 2.ed. Londrina, PR: Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Pontes, 1995.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999 [Coleção Fora da Ordem].

CRUZ, Antonio. **A janela estilhaçada**: a crise do discurso do novo sindicalismo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

- FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez, 2013.
- GATTI, Daniel. Brasil já era campeão mundial em acidentes de trabalho... agora será também campeão olímpico, **Rel-UITA**, 18 de setembro de 2019. Disponível em: <http://rel-uita.org/br/brasil-ja-era-campeao-mundial-em-acidentes-de-trabalho-agora-sera-tambem-campeao-olimpi-col>. Acesso em 08 nov. 2020.
- GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.23, n.6, p.1963-1970, junho de 2018. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232018000601963&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232018000601963&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 nov. 2020.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O campo Saúde do Trabalhador: resgatando conhecimentos e práticas sobre as relações trabalho-saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.23, n.4, p.757-766, abril de 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=SO102-311X2007000400003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=SO102-311X2007000400003). Acesso em 11 nov. 2020.
- LACAZ, Francisco Antonio de Castro. **Saúde do trabalhador**: um estudo sobre as formações discursivas da academia dos serviços e do movimento sindical. 1996. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, SP, 1996.
- MARQUES, Guilherme. **O novo sindicalismo**: a estrutura sindical e a voz dos trabalhadores, 1977 a 1995. Rio de Janeiro: ADIA, 2005 [Coleção Movimento Popular].
- MENDES, René; DIAS, Elizabeth Costa. Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador. **Rev. Saúde públ.**, São Paulo, n.25, p.341-9, 1991. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/2977.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis, 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, SP, 2005.
- NOGUEIRA, Laura Soares Martins; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Segurança e saúde dos trabalhadores na indústria do alumínio no estado do Pará, Brasil. **Cuadernos del Cendes**, Caracas, v.30, n.82, abril de 2013. Disponível em: [http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1012-25082013000100006](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1012-25082013000100006). Acesso em: 11 nov. 2020.
- OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.
- PINA, José Augusto; CASTRO, Hermano Albuquerque; ANDREAZZI, Maria de Fátima Siliansky. Sindicalismos, SUS e Planos de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p.837-846, abril de 2006. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2006.v11n3/837-846/#top>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- RAMOS, Érico. Número de acidentes de trabalho no Brasil e no RS segue alto. **Justiça do Trabalho - TRT da 4ª Região (RS)**, 12 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/305976>. Acesso em 08 nov. 2020.
- REPULLO JUNIOR, Rodolpho; GOMES, Jorge da Rocha. Brazilian union actions for workers' health protection. **São Paulo Med. J.**, São Paulo, v.123, n.1, p.24-29, janeiro de 2005. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-31802005000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-31802005000100006&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 11 nov. 2020.
- SANTIAGO, Cláudia; GIANNOTTI, Vito. **Comunicação sindical**: falando para milhões. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SINDICATO QUÍMICOS UNIFICADO. **Intoxicação no local de trabalho**. Campinas, SP: Sindicato Químicos Unificados, 2009 [Coleção doenças e acidentes de trabalho; 2].
- SOUZA, Kátia Reis de; BRITO, Jussara Cruz. Sindicalismo, condições de trabalho e saúde: a perspectiva dos profissionais da educação do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.379-388, fevereiro de 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232012000200012](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000200012). Acesso em: 11 nov. 2020.
- TODESCHINI, Remígio. **COMSAT Químicos do ABC**: 30 anos de luta pela saúde (1984-2014) [autores e organizadores] Remígio Todeschini... [et al.]; Thomas Jansen [colaborador]. São Paulo: Conecta Brasil, 2015.
- VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins da (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986, p.80-98.

# INSERÇÃO TECNOLÓGICA PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS EM SERGIPE<sup>1</sup>

Fábio Ferreira Santos

Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Paraíba

## INTRODUÇÃO

---

O processo de transformação da realidade se faz presente através da luta constante contra as contradições sociais que perpetuam o sistema capitalista. Mediante as dificuldades para se reproduzir socialmente, o campesinato busca na luta pela e na terra formas de enfrentamento ao capital.

Nesse aspecto, elucidar a relação entre o uso de tecnologias em assentamentos e a reprodução social dos assentados no espaço agrário sergipano, nos faz refletir sobre a luta dos camponeses pela sobrevivência no sistema capitalista.

Considera-se que a conquista da terra e a consolidação do assentamento rural é produto direto da luta pela terra e se refletem em transformações territoriais. A presença dos assentados pela reforma agrária em determinadas regiões promove alterações no em pequenas frações do território nacional. Os assentamentos rurais representam possibilidades de transformações socioterritoriais à medida em que negam a concentração fundiária e a terra improdutiva como reserva de valor.

Podemos afirmar que o primeiro rebatimento socioterritorial refere-se à ruptura do latifúndio para a territorialização dos assentamentos. Essa ruptura foi construída historicamente pelos trabalhadores sem-terra e deve ser compreendida pelas mobilizações das sociais luta pela terra, especificamente, através da atuação do MST, vinculado às ocupações de terra. Por sua vez, a realidade muda depois da territorialização dos assentamentos, já que a partir do processo de constituição, implantação e consolidação, novas reivindicações surgem, como por exemplo: infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia, cultura), produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, estradas, apoio crédito e comercial, renda) e organizativa (núcleos de base, cooperativismo, ocupações de prédios públicos, participação política).

Esse quadro é importante, por que revela as demandas por parte dos assentados. Pode-se dizer que de uma terra vazia, sem ninguém, passa-se para uma terra em que ao se plantar, se diversifica o território, tornando a terra alimento para o homem.

A consolidação do assentamento leva os assentados a produzirem alimentos. Dessa forma, o uso de “tecnologia é o resultado de relações sociais de produção dentro da sociedade”<sup>2</sup>, e está sujeita ao conflito histórico entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores. É por esse motivo, que quando o MST defende a adoção de tecnologia em assentamentos rurais o movimento pressupõe um uso diferenciado desse recurso. Para o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, cada assentado deve utilizar as tecnologias em interação com os demais assentados para produzir alimentos mais saudáveis.

Nos assentamentos rurais a construção de uma socialização entre os assentados, com a criação de cooperativas na implantação de unidades processadoras, articulando redes de comercialização e de experiências comunitárias de desenvolvimento econômico, social e cultural amplia a capacidade de resistência do campesinato. Os camponeses podem se tornar mais autônomos em relação a certos capitalistas individuais,

---

1 Este artigo é parte das pesquisas realizadas para a dissertação de mestrado intitulada “O fetiche da tecnologia no espaço agrário: o caso dos assentamentos rurais Jacaré Curitiba e Edmilson de Oliveira no estado de Sergipe”, defendida no ano de 2013, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup> Josefa de Lisboa Santos.

2 Ver em: NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fabricas recuperadas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.



já que passam a ter maior controle sobre a comercialização/industrialização/distribuição agrícolas, vendendo diretamente aos consumidores e produzindo para o autoconsumo. Nesse aspecto, o uso de tecnologias tem rebatimentos na qualidade da saúde, nos padrões de produção, nas relações e condições de trabalho, representando conquistas para a reprodução social camponesa, na qual implica na ampliação da sujeição da renda da terra ao capital.

No caso dos assentados do Estado de Sergipe, eles vêm propondo um modelo tecnológico que se baseia em técnicas de produção de alimentos saudáveis, com respeito ao ambiente e uso de insumos orgânicos. Para os assentados, a incorporação de conhecimentos sobre a agroecologia tem se colocado como uma estratégia viável para as perspectivas de reprodução social. Assim, veremos neste artigo como o assentamento rural Jacaré Curitiba vem promovendo a aquisição de tecnologia e transformações territoriais no espaço agrário do Alto sertão sergipano.

## **O ASSENTAMENTO JACARÉ CURITUBA NO ALTO SERTÃO SERGIPANO**

---

O assentamento rural Jacaré Curitiba é um dos assentamentos rurais localizados no Município de Canindé do São Francisco, região do Alto sertão sergipano. Nessa região eclodiram os primeiros conflitos de terras do estado de Sergipe.

De acordo com Mitidiero Júnior (2011),

O município de Canindé de São Francisco (SE) é exemplar no que se refere ao domínio territorial das famílias assentadas. As margens do Rio São Francisco e próximo a Usina Hidrelétrica de Xingó, Canindé de São Francisco possui em seu perímetro municipal a presença de 25 (vinte e cinco) assentamentos rurais, realidade que evidentemente alterou a dinâmica social, econômica, demográfica e territorial do município. O domínio dessa população assentada das terras conquistadas/concedidas e sua influência no cotidiano municipal são eminentes, porém não se faz sem contradições. (MITIDIERO, 2011, p. 14/15)

A referida região destaca-se pelo baixo índice de pluviosidade e elevadas temperaturas anuais, que influenciam as constantes secas da região e por diversos problemas de abastecimento de água para os municípios no Alto Sertão sergipano. A variação climática na região deve ser destacada, pois o clima interfere constantemente na produção agrícola do assentamento e da região do Alto Sertão sergipano e contribui para a insolação do solo e perdas na produção, uma vez que em algumas localidades, o abastecimento de água está sendo irregular, obrigando a população a pagar água dos carros pipas para abastecer suas casas e encher os reservatórios para irrigar a plantação. Apesar de haver irrigação em lotes do assentamento, o processo de produção de alimentos vem sofrendo gradativamente com a diminuição do escoamento de água. Todavia, abordaremos com mais clareza a questão da irrigação logo a seguir, quando formos analisar o uso de tecnologia na agricultura do assentamento Jacaré Curitiba.

Mesmo com inúmeras dificuldades para o plantio e cultivo de alimentos, o assentamento rural Jacaré Curitiba se destaca pelo seu dinamismo, o que pode ser evidenciado no desenvolvimento agrícola. Nos últimos anos, por exemplo, esse assentamento vem intensificando a utilização de irrigação, tratores, insumos químicos, máquinas colhedoras e etc., fruto da coletividade dos assentados na aquisição de equipamentos agrícolas para melhorar o grau de produtividade na região. Todavia, nem todos os assentados estão inseridos no processo de tecnificação agrícola, o que nos permite desvelar contradições inerentes à implantação de tecnologias nesse território.

Um das diferenciações que está nitidamente explícita é o fato de que existem assentados que fazem parte da cooperativa, COOPRASE (Cooperativa Regional de Assentados de Reforma Agrária do Alto Sertão de Sergipe) e outros que não estão inseridos na cooperativa. Esse fato foi fundamental, pois, os assentados da cooperativa receberam financiamento para a aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas,



e os outros assentados que não fazem parte da cooperativa ficaram excluídos do acesso a políticas públicas. Nesse aspecto, percebemos algumas contradições da implementação de tecnologia, já que seu uso não contempla a todos os assentados, mas a uma parcela significativa que está associada à COOPRASE.

Segundo o presidente da cooperativa “existem 1.682 filiados na COOPRASE”. Percebe-se que o número significativo de pessoas na cooperativa tem repercussão na aquisição de projetos voltados a produção de alimentos e na aquisição de tecnologias.

É importante frisarmos que existem financiamentos que se destinam à compra de equipamentos coletivos e individuais. Os equipamentos de grande porte, por exemplo, como máquinas, tratores, máquina de empacotamento, etc. são oriundos de recursos para a cooperativa e são utilizados coletivamente. A cooperativa tem o controle sobre o equipamento e seu uso através de planilhas, os dias e horários em que serão utilizados por cada assentado. Já os recursos individuais são destinados à compra de insumos químicos que serão utilizados na lavoura. Este é um recurso importante porque o assentado precisa adquirir sementes e insumos para que sua produção possa garantir a alimentação de sua família e o excedente possa ser comercializado.

Nesse âmbito, os assentados vinculados a COOPRASE são beneficiados com projetos como: de mecanização agrícola, Programa de Biodiesel de Sergipe (PROBIOSE), Programa Nacional de alimentação escolar (PNAE), entre outros. Os assentados que não estão associados à cooperativa buscam formas diversificadas como a venda do quiabo aos atravessadores e de outros produtos em feiras livres para garantir a subsistência da família.

No que se refere ao uso de tecnologia no assentamento, vemos que a utilização de tratores para arar a terra é importante para o assentado, visto que “o trabalho com a enxada toma muito tempo e o trator ara a terra mais rápido” (Entrevista c/ C. S., janeiro de 2013). O assentado entrevistado nos mostra que o uso da máquina para arar a terra é importante e necessário na medida em que diminui o tempo de preparo da terra para o plantio. A figura 1 ilustra a presença de tecnologia nesse assentamento:

**Figura 01:** Trator, assentamento jacaré Curitiba, Canindé do São Francisco – SE.



Fonte: o autor, 2012.

O processo de preparação da terra pela máquina garante ao assentado um preparo rápido da terra e uma diminuição no tempo de trabalho que levaria para arar a terra através do trabalho manual com a enxada. Além do arado e do trator, a figura apresenta ainda a plantadeira, equipamento que serve para o plantio, por que distribui a semente de grãos no solo, além de fazer ao mesmo tempo, a adubação. Existem vários tipos de tratores, entre esses, o de moer os bagaços do milho que serve de alimento para os rebanhos bovinos, caprinos e equinos, do assentamento.

Embora os assentados utilizem técnicas modernas para acelerar o processo de produção de alimentos, o trabalho manual ainda é muito utilizado. Aliás, em alguns lotes, os camponeses não utilizam tecnologias, pois os custos de equipamentos modernos e insumos agrícolas são muito altos. Ademais, o fato de não serem associados à cooperativa, os afasta da possibilidade do uso desses equipamentos. Em diferentes atividades, a utilização de máquinas agrícolas serve para diminuir o tempo gasto da força de trabalho na preparação, adubação e produção, além da colheita dos produtos. É importante observar que

a agricultura não está isolada do desenvolvimento geral da sociedade. Na sociedade capitalista, as características e funções do emprego e aplicação da técnica correspondem à lógica de reprodução do capital, tanto na indústria como na agricultura. (ANDRIOLI, 2007, p.1)

A inserção do camponês à inovação tecnológica o insere na lógica do desenvolvimento capitalista, uma vez que o assentado precisa produzir produtos que interessam ao mercado, além de comprar os insumos industriais para produzirem em maior quantidade e poderem comercializar partes da sua produção vendendo os seus alimentos e outros produtos, como o girassol. Denota-se que

a expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução. (OLIVEIRA, 2007, p.40)

Entre as tecnologias vislumbradas no trabalho de campo está a irrigação. Contudo, antes de mostrar a importância da irrigação para a produção de alimentos, destacamos que o assentamento Jacaré Curitiba, depois de 15 anos, recebeu, via política pública, os equipamentos para formar o seu perímetro irrigado.

De acordo com um dos assentados, “o Projeto Califórnia beneficiou apenas latifúndios da região. A gente pobre do assentamento passou 15 anos esperando chegar água para ajudar na plantação” (Entrevista c/ J. P., outubro de 2012). A figura 2 ilustra a irrigação em um dos lotes do assentamento:

**Figura 02:** Irrigação por aspersor médio, Assentamento Jacaré Curitiba, Canindé do São Francisco – SE.



Fonte: o autor, 2012.

Pode-se ver que a irrigação é importante para os cultivos no assentamento rural Jacaré Curitiba, uma vez que o clima faz interferência direta no cultivo de diversos produtos. Os três tipos de irrigação são utilizados em diferentes plantações, por exemplo, a irrigação por aspersor pequeno, conhecido como doidinho, é utilizada no plantio de hortaliças, pomar, jardim e estufas. Já a irrigação por aspersor médio é utilizada no cultivo do feijão, batata, quiabo, tomate, cenoura, etc. E a irrigação por aspersor grande ou canhão é utilizada geralmente em culturas resistentes ao impacto de gotas (cana, capim, milho, mudas de laranja, mangueiras, etc.).

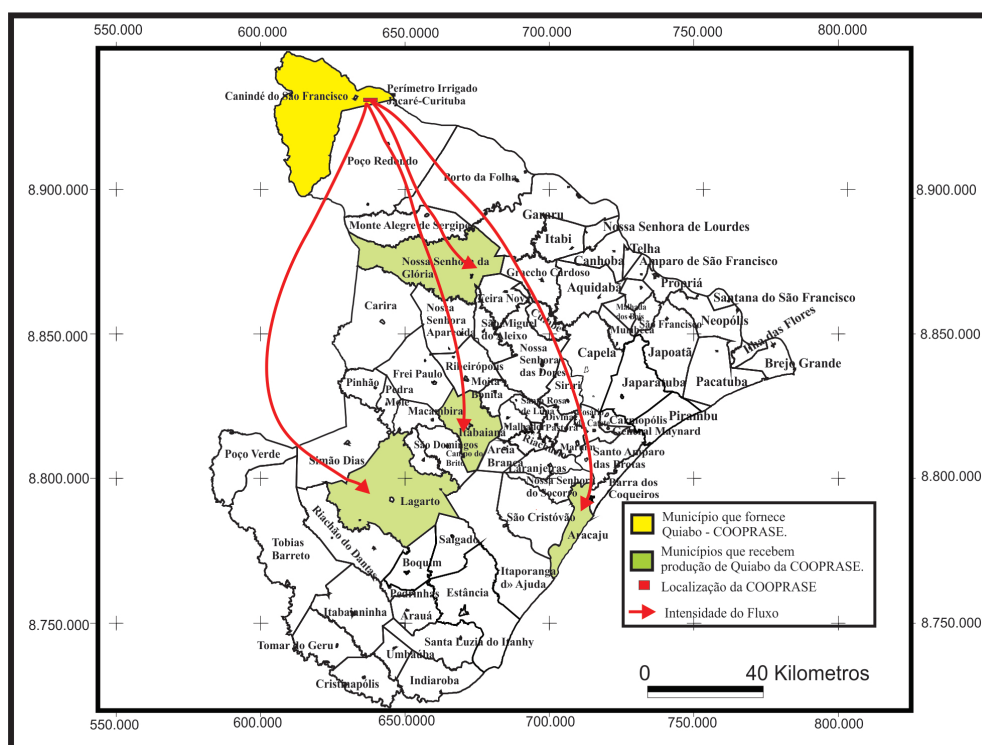
Outro fator que destacamos no assentamento foi a utilização de insumos agrícolas. Entre os insumos agrícolas que identificamos nos assentamentos podemos citar: adubo (orgânico), adubos e corretivos (comuns), herbicidas, fungicidas e adesivos, inseticidas, formicidas, sementes transgênicas, sementes (comuns), maturadores, etc. A utilização desses insumos para muitos assentados é necessária, pois combate as pragas e auxilia o crescimento dos vegetais.

Um dos plantios que mais se destaca na utilização desses insumos agrícolas é o quiabo do tipo “verde”, típico para plantação na região de Canindé do São Francisco. A comercialização do quiabo ocorre através de atravessadores que compram os sacos de quiabos no assentamento e fazem a (re) venda, principalmente, nos mercados de Itabaiana, Aracaju, Lagarto, Nossa Senhora da Glória. Cabe aqui ainda enfatizar que além do estado de Sergipe, o escoamento do quiabo ocorre também para o Estado da Bahia, em especial, para a capital Salvador, para ser comercializado na feira de São Joaquim. A figura 3 ilustra as áreas de comercialização desse produto:

Na agricultura do assentamento, percebe-se que os membros da família estão inseridos na produção de alimentos, desde o cultivo da terra até a colheita.

Além da produção agrícola, entre as atividades agropecuárias desenvolvidas nos lotes, se destaca a criação de gado para fins leiteiro. A criação do gado está associada à rotação de culturas. Enquanto uma parte da terra está sendo utilizada na plantação de hortifrútiis, a outra parte está descansando, mesmo quando está sendo utilizada para a criação de bovinos.

**Figura 03:** Municípios que adquirem quiabo da COOPRASE, 2013.



Fonte: Atlas SEPLANTEC, 2004.  
Organização: Carvalho e Ferreira, 2017.

Outras formas de inserção do campesinato na lógica do mercado são recorrentes nos assentamentos de reforma agrária, como é o caso do plantio do girassol para a produção do biocombustível, que está sendo ocorrendo no assentamento Jacaré Curituba, através do Programa de biodiesel de Sergipe<sup>3</sup>.

3 RODRIGUES, Jamile Oliveira. **Da energia que se planta à sujeição camponesa: O programa Nacional de uso e produção do biodiesel e seus rebatimentos no Alto sertão sergipano.** Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Sergipe/NPGE0, 2013. Em

A política Nacional de produção e uso do biodiesel<sup>4</sup> em Sergipe aliou-se ao jogo de interesses do governo do Estado incentivando a criação do Programa de biodiesel de Sergipe, o PROBIOSE, conforme nos mostra documento da Sergipetec (Sergipe Parque Tecnológico),

Em julho de 2007 a Rede propôs a construção do Programa de Biodiesel de Sergipe - PROBIOSE. O nome PROBIOSE, surge de um movimento da sociedade sergipana para o futuro, através de uma nova forma de convívio com a natureza, baseado no desenvolvimento sustentável. O programa possibilita a atuação conjunta de Secretarias de Estado cuja premissa básica é diversificar a matriz energética de Sergipe, tornando-o autossuficiente em óleo vegetal para a produção de biodiesel em 2012 (SERGIPETEC, 2010)<sup>5</sup>.

O programa PROBIOSE vem atuando em diversas áreas do estado de Sergipe, contudo, é na região do Alto sertão sergipano que ele vem sendo desenvolvido com mais força. Não podemos deixar de enfatizar que dentro do programa há exigências, como a existência de cooperativa ou associação para firmar o contrato com as empresas que beneficiam a produção do biodiesel<sup>6</sup> e a vinculação a uma dessas formas de organização por parte dos assentados.

No assentamento rural Jacaré Curitiba a produção do girassol ocorre através do convênio Petrobrás e COOPRASE, no qual os assentados filiados à cooperativa recebem da Petrobrás as sementes para o plantio. A figura 4 ilustra a produção do girassol encontrada no assentamento no ano de 2013.

**Figura 04:** Plantação de girassol, Assentamento Jacaré Curitiba, Canindé do São Francisco – SE.



Fonte: o autor, 2012.

---

sua dissertação, a autora nos mostra que a produção de energia através do convenio PROBIOSE com assentados vem corroborar com a sujeição da renda da terra capitalista e a subordinação do camponês ao capital. Embora, a produção do girassol promoveu significativas transformações no território, a comercialização das sementes se faz de forma desigual que tende a subjugar o camponês ao capitalismo.

4 Dentre os defensores da política de incentivo à produção e uso dos biocombustíveis estão Abramovay e Magalhães (2007), que mostram que “A pedra de toque do interesse empresarial no PNPB está na determinação de que uma porcentagem crescente (começando com 2% em 2008 e passando a 5% em 2013) de matérias-primas de origem não fóssil entre na composição do óleo diesel. Para que esta meta seja atingida, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas supervisiona a mistura e a qualidade do combustível. E é aí que entra o conteúdo social das medidas recentes: para que as empresas possam participar dos leilões em que a PETROBRÁS compra de maneira antecipada a produção do biodiesel – e, portanto estabiliza o mercado para as empresas - elas precisam apresentar um selo social. Este é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, sobre a base de um minucioso exame do contrato que as empresas formulam com os agricultores, com assinatura do sindicato de trabalhadores rurais do município onde a produção será levada adiante. (ABRAMOVAY; MAGALHÃES 2007, p.18)

5 Disponível em <http://www.sergipetec.org.br/probiose/233/Probiose.htm>. Acessado no dia 16/05/2013.

6 Dentro do programa, percebemos que a produção do girassol é voltada para a agricultura familiar, como uma forma de gerar renda e emprego para o pequeno agricultor. Quero deixar claro que não adotamos a concepção de agricultura familiar para nossas pesquisas, contudo, os programas de produção de biocombustíveis adotam o termo agricultura familiar.



Percebemos um jogo de interesses do capital em extrair a renda da terra através da Petrobrás, uma vez que os produtores comercializam seus produtos a baixo custo, como é o caso do preço da semente do girassol que é repassado a um preço mínimo, sendo adquirido pela empresa a um custo inferior ao do mercado<sup>7</sup>. Para se ter ideia do que estamos falando, o preço da semente do Girassol sempre é mais baixo do que o valor da semente nas bolsas de valores, ou seja, a Petrobrás compra a semente do assentado por um baixo preço, extraindo do assentado a renda da terra. Para um dos assentados “o preço da semente do girassol é vendido por R\$ 0,52 o quilo e depois que tiramos o capítulo não fica muito dinheiro pra gente”. (Entrevista com o Sr. J.O.S., outubro de 2013).

O cultivo do girassol ocorre apenas nas áreas irrigadas e em 2012 a produção foi totalmente prejudicada pela seca que se alastrou na região. Atualmente, o girassol está sendo plantado consorciado com o feijão e com o milho e o seu bagaço serve como alimento nutritivo para o gado.

Tanto no cultivo quanto no preparo das sementes o uso de tecnologia pode ser visto: na plantação do girassol percebe-se a utilização de tratores e insumos químicos, já no abatimento das sementes, utilizam-se uma máquina para retirar as sementes do capítulo e separar o bagaço das sementes. O uso de tecnologia na separação das sementes e do capítulo torna-se necessário, na medida em que o trabalhador diminui o seu tempo de trabalho, ou seja, se o trabalho fosse manual, o camponês passaria horas e horas retirando as sementes do capítulo.

A utilização de tecnologia no processo produtivo do girassol possibilita um aumento da produtividade, uma vez que se utiliza, além do maquinário, insumos químicos para acelerar a produção. Contudo, se de um lado a tecnologia torna-se importante para os assentados no processo de produção, do outro, o faz subordinar-se ao capital através de financiamentos de compras de equipamentos e máquinas agrícolas.

Assim, ao mesmo tempo em que o PROBIOSE no assentamento Jacaré Curitiba promoveu uma melhoria da qualidade de vida dos assentamentos, também se constituiu uma subordinação do camponês ao capital através da sujeição da renda da terra e da monopolização do território pela Petrobrás.

Outro programa que estabelece a comercialização dos produtos dos assentados e a inserção de tecnologia no campo é o Programa Nacional de Alimentação Escolar<sup>8</sup> (PNAE), que aparece, nessa realidade, vinculado a COOPRASE.

Segundo Carvalho e Castro (2009)

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado em 1979, mas somente com a promulgação da Constituição Cidadã em 1988, foi assegurado o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, como programa complementar a política educacional. Logo na primeira metade da década de 1990, os formulados foram totalmente abolidos dos cardápios. (CARVALHO; CASTRO, 2009, p.3)

O PNAE é também conhecido como o Programa Merenda Escolar e “consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, em caráter complementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, p.2, 2006) ”.

Nesse âmbito, percebe-se que

---

7 Uma verdadeira falácia nas cláusulas básicas dos contratos entre os produtores e empresas, pois o que ocorre é um preço estipulado pela empresa beneficiadora, no caso do assentamento Jacaré Curitiba, a Petrobrás, e que beneficia do acordo com os produtores para extrair a renda da terra, além da falta de assistência técnica para os camponeses, rompendo assim com as cláusulas previstas entre agricultores e empresa.

8 Alguns autores nos dão suporte teórico nas análises do PNAE, como: Carvalho (2009), Belik (2003 e 2006), Coimbra (1982), Fialho (1993), Costa (2001), Sturion (2003), entre outros, que nos mostram que o Programa Nacional de Alimentação Escolar tem possibilitado aos camponeses a permanência na terra. Para esses autores, o PNAE se constitui uma política pública importante para a reprodução do campesinato, uma vez que os produtos aderidos da produção camponesa são comercializados via compra pelos Estados e municípios.





os produtos embalados e empacotados, uma vez que a cooperativa utiliza máquinas e equipamentos para garantir um maior tempo de validade do produto.

**Figura 06:** Produtos empacotados, assentamento Jacaré Curitiba, Canidé do Cão Francisco – SE.



Fonte: o autor, 2012.

A produção diversificada de gêneros alimentícios pelos camponeses vislumbra o potencial produtivo das famílias assentadas, nas quais buscam aumentar a produção para obter uma maior renda familiar visando a sustentação e a reprodução campezina. Nesse aspecto, a utilização de maquinários para empacotar e embalar em bolsas plásticas os produtos alimentícios oriundos da produção campezina nos mostrar a capacidade de interação do campesinato na comercialização agrícola direcionada ao mercado e a merenda escolar, está vinculado ao PNAE.

Assim, o PNAE vem se constituindo um mecanismo importante para que os assentados possam escoar sua produção, fazendo com que os assentados o vejam como uma saída para a comercialização do seu excedente agrícola.

No tocante à pesquisa de campo, percebemos que a utilização de tecnologias vem produzindo rebatimentos significativos que repercutem no dinamismo do assentamento e no aumento da produtividade de alimentos. Essa realidade remete ao observado por Stédile (2006), quando nos mostra que:

Queremos priorizar a produção de alimentos, e alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Queremos uma agricultura que absorva mão-de-obra, gere trabalho. Garanta renda a todos os que trabalham no meio rural e não apenas aos grandes proprietários, que em geral moram nas capitais. Queremos estimular o uso de técnicas agrícolas que respeitem o meio ambiente e o preservem para as gerações futuras. (STEDILE, 2006, p.17).

Assim, o que está explícito na utilização de tecnologia no assentamento Jacaré Curitiba é uma necessidade de produção. Isso impõe aos assentados aceitarem os financiamentos, os pacotes tecnológicos, e as políticas públicas para o campo. Ao mesmo tempo em que melhoram as condições de reprodução social das famílias, os assentados se submetem ao uso financiamentos, que corroboram com a lucratividade do capital financeiro. Trata-se de um movimento contraditório e combinado, em que o capital demonstra que para se reproduzir, necessita subordinar o trabalho camponês.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Os avanços das forças produtivas desde a primeira revolução industrial até os dias atuais são incontáveis. Contudo, se antes das revoluções industriais os problemas da sociedade se direcionavam para a falta de alimentos e a consequente fome e pobreza, a partir da primeira revolução industrial e do surgimento do capitalismo essas questões não foram solucionadas, ao contrário, apesar dos artefatos tecnológicos acelerarem a produção de manufaturas e contribuírem para o aumento da produção, o desenvolvimento do sistema capitalista aumentou a produção dos espaços desiguais.

O processo industrial forneceu meios para o aumento da produção de manufaturas. No campo, essas mudanças foram também ocorrendo gradativamente através das máquinas, insumos químicos e etc. A revolução verde na década de 1950, encadeou uma série de transformações no sistema produtivo agrícola que gerou um aumento substancial na produção de alimentos. Todavia, nem todos os países foram inseridos nesse processo de modernização agrícola, o que alastrou ainda mais as desigualdades no campo.

O papel significativo dos movimentos sociais na década de 1980 na luta pela terra e, também na luta na terra foi importante para o campesinato. Não podemos deixar de frisar que a luta nos acampamentos pelos sem-terra vinculados ao MST é essencial para que a reforma agrária possa ocorrer. Os impactos socioterritoriais podem ser vistos antes e depois do processo de luta pela terra, pois já no acampamento percebem-se algumas mudanças sociais na região e com os assentamentos de inúmeras famílias no campo, os rebatimentos socioeconômicos no território passam a ser nitidamente vislumbrados.

No estado de Sergipe, vimos o acesso à tecnologia no assentamento rural Jacaré Curitiba é uma prática que subordina o camponês, ao tempo em que através de programas como o PROBIOSE e o PNAE vêm permitindo sua reprodução imediata, o que dificulta negá-los.

## REFERÊNCIAS

---

- ANDRIOLI, Antônio Inácio. **Tecnologia e agricultura familiar: o movimento agroecológico como espaço de educação**. Anped 2007. IN: [www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GTO3-2873-Int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GTO3-2873-Int.pdf) acesso 10/06/2012.
- BELIK, W. **perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil**. *saúde e sociedade*. São Paulo, v. 12, n. 1, p. 12-20, jan.-jun. 2003.
- BELIK, W.; CHAIM, N. A. **A Gestão do Programa Nacional De Alimentação Escolar e o desenvolvimento local**. Brasília/DF: Sober, jul., 2006. p. 1-19
- CARVALHO, Daniela Gomes de; CASTRO, Vanessa Maria de. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como política pública de desenvolvimento sustentável**. In: Encontro Da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 8., 2009, Cuiabá MT. Disponível em: <http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/VIII/GT4-251-130-20090722021654.pdf>
- COIMBRA, Marcos (et. al.). **Comer e aprender: uma história da alimentação escolar no brasil**. Belo Horizonte: MEC, 1982.
- CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Gestão de recursos federais –manual para agentes públicos**. Disponível em: [http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha\\_CGU.pdf](http://www.cgu.gov.br/cgu/cartilha_CGU.pdf)
- COSTA, E.Q. et al. **Programa de Alimentação Escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento**. *Revista de Nutrição*, Campinas, 14(3): 225-229, set/dez, 2001.
- DIAS, Edmundo Fernandes. **“Reestruturação produtiva”: forma atual da luta de classes**. *Revista Outubro*, nº 1: São Paulo, Brasil, 1998.
- FIALHO, A. M. R. **Merenda escolar no Brasil: a ilustração da assistência como política social de lógicas contrárias**. Dissertação. Mestrado em Política Social-UnB. Brasília: 1993.
- MITIDIERO, Marco Antônio Jr. **Reforma agrária no Brasil: algumas contribuições sobre a materialização dos assentamentos rurais**. XII jornada do trabalho. Curitiba, 2011.
- NOVAES, Henrique. **O fetiche da tecnologia: a experiência das fabricas recuperadas**. São Paulo, Editora: expressão Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

RODRIGUES, Jamile Oliveira. **Da energia que se planta à sujeição camponesa: o Programa Nacional de uso e Produção do Biodiesel e seus rebatimentos no Alto Sertão Sergipano**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal de Sergipe/NPGEO, 2013.

STEDILE, João Pedro. **A sociedade deve decidir o modelo agrícola para o país**. Revista Caros Amigos, São Paulo: Casa Amarela, ano 10, n.109, p.17, abr. 2006.

STURION, G.L. et al. **Perfil dos usuários do programa nacional de alimentação escolar: estudo realizado em 10 municípios brasileiros**. V Simpósio Latino Americano de Ciência de Alimentos. Universidade Estadual de Campinas, 2003

# JUVENTUDE BRASILEIRA, TRABALHO E EDUCAÇÃO: JOVENS TRABALHADORES NO OLHO DO FURACÃO

Bethânia Marques Teles

Universidade Federal de Goiás (UFG)

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar a juventude brasileira na sua relação com o trabalho e a educação no contexto da reestruturação produtiva e crise do modo de produção capitalista. Para isso, identificamos as características gerais da população jovem com base nas pesquisas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com o intuito de compreender alguns elementos estruturantes dessa categoria social. Em seguida, analisamos como o processo de reestruturação produtiva e o ideário neoliberal, ao demandarem a formação de um trabalhador de novo tipo, provocam uma mudança na forma de ser e pensar dos indivíduos a partir do “*espírito toyotista*”. Apontamos por fim que a juventude é uma categoria central de análise, pois os jovens brasileiros, que são em sua maioria da classe trabalhadora, se tornam o grupo mais afetado pelos profundos processos de precarização do trabalho e subordinação ao padrão de acumulação flexível. As políticas públicas para a juventude aliadas à formação para empregabilidade e para o empreendedorismo tendem a reforçar a ideologia dominante e ocultar a intensa condição de precarização a que estes jovens estão submetidos, em uma dimensão concreta mas que afeta e forma a sua constituição subjetiva.

**Palavras-chave:** Trabalho; Reestruturação produtiva; Juventude Brasileira; Educação.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Para analisarmos a juventude brasileira, ou as juventudes teremos como ponto de partida a compreensão de que juventude é uma categoria social permeada pelas contradições da nossa sociedade que também é expressão das relações sociais constituídas historicamente. As pesquisas sobre juventude não se restringem apenas às áreas das ciências humanas, pois diversas outras áreas do conhecimento tentam compreendê-la e determiná-la a partir de critérios históricos, culturais e também biológicos.

Nas ciências sociais a juventude é estudada desde o que é considerado a sua pré-história, nos séculos XVIII e XIX, em que a revolução industrial impulsionou diversas mudanças no modo de vida dos indivíduos, como a reestruturação da organização familiar, a formação de centros urbanos, e, sobretudo, as transformações do mundo do trabalho que gerou diversos problemas sociais para o “funcionamento ideal” da sociedade (GROPPO, 2016a).

A idade cronológica é um dos elementos determinantes da concepção de juventude para os estudos das teorias sociológicas tradicionais. Embora este seja um dos principais marcadores dessa categoria que orienta documentos oficiais e políticas públicas, o agrupamento de indivíduos que teriam interesses em comum a partir de uma faixa etária específica cria uma categoria social que é universalizada, mas abstrata.

No Brasil, a Lei Nº 12.852/13 institui o estatuto da juventude que considera jovens as pessoas de 15 a 29 anos. A lei dispõe sobre os direitos da população jovem, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o sistema nacional de juventude-SINAJUVE (BRASIL, 2019). Antes da criação estatuto da juventude em 2012, já existiam políticas públicas direcionadas à população jovem.

A Lei nº 11.129/05 criou a secretaria nacional de juventude (SNJ) e o conselho nacional de juventude (Conjuve); a primeira política pública direcionada aos jovens no Brasil foi o programa ProJovem, que atendia jovens que não concluíram o ensino fundamental, ofertando-lhes qualificação profissional e condições de acesso à cidadania (BRASIL, 2018). Nestes documentos está contida essa compreensão do jovem como o sujeito social que deve ser protagonista no processo de desenvolvimento do país. Estes termos que se referem ao papel do jovem expressam para Groppo (2016b, p. 394)



a adoção de uma concepção pacificadora e apaziguadora da juventude e da ação social, que desconsidera as possibilidades de transformação social significativa (ou reduz a transformação social a ações com impacto local), nem mesmo para além do modelo neoliberal de capitalismo. Ele está ligado ao risco do uso manipulatório da noção do jovem como sujeito social.

Desse modo, para compreendermos a juventude brasileira precisamos apreender não só as teorias que analisam essa categoria, mas principalmente confrontar as formulações teóricas com a realidade objetiva para identificar as contradições existentes. Corroboramos com Groppo (2016a) ao admitir que essas contradições que permeiam a categoria da juventude faz com que ela se estabeleça como uma categoria dialética e um elemento estrutural para compreender a sociedade atual. Na sua análise,

A primeira modalidade de grupo juvenil é justamente aquela organizada pelas instituições do “mundo adulto”, a saber, escolas, orfanatos, internatos, casas de correção, escotismo e juventudes de igrejas, partidos e Estados. Na segunda metade do século XX, num processo que teve os Estados Unidos como precursor, as sociedades modernas criaram, como novas instâncias desta modalidade, as universidades massificadas e o mercado de consumo juvenil. Tais grupos juvenis e instâncias de socialização criam a “realidade” social em que indivíduos com idades semelhantes vivem próximos, convivem juntos ou, no caso do mercado de consumo, pensam e se comportam de modo semelhante mesmo distantes no espaço. Mas é justamente desta convivência forçada que nasce a possibilidade destes indivíduos criarem identidades, comportamentos e grupos próprios e alternativos às versões oficiais. O que se tem, portanto, na história das juventudes modernas, é um percurso dialético, entre a institucionalização das juventudes e a possibilidade de sua autonomia (GROPPO, 2016a, p. 15).

Ou seja, existe uma condição juvenil que é marcada por diferentes grupos de jovens que formam diferentes constituições de juventudes, mas que surgem justamente de um processo que tende para sua homogeneização.

A corrente funcionalista ignora as múltiplas determinações que constituem a totalidade da categoria juventude, e que o “padrão de juventude” disseminado não é vivenciado pelos jovens de mesma faixa etária, pois estes passam por processos de socialização diferentes. Ao mesmo tempo, as teorias pós-modernas que valorizam as diferentes vivências estabelecem pautas identitárias e individualistas que mascaram as determinações históricas e estruturais desta categoria.

O que queremos destacar é que os elementos que constituem essas contradições se aglutinam naquilo que os coloca em uma “condição juvenil”, isto é, o fato de vivenciarem “uma relação experimental com valores e estruturas sociais. Ela é experimental no sentido de significar um primeiro contato do indivíduo como protagonista desses valores – papel que pode ser rejeitado ou sabotado durante tal fase “experimental” (GROPPO, 2016a, p. 18).”

Concordamos com Foracchi (1977, p. 302) que

a juventude é, ao mesmo tempo, uma fase da vida, uma força social renovadora e um estilo de existência. Se a concebermos como uma etapa que antecede a maturidade e que apresenta características singulares, notaremos que ela corresponde a um momento definitivo da descoberta da vida e da história e a uma fase dramática da revelação do eu. Sob este aspecto, é uma experiência particular que se universaliza como componente indispensável da formação da *pessoa*, como afirmação dos seus recursos e das suas potencialidades humanas. Os quadros desta experiência particular e os caminhos da sua universalização são, no entanto, socialmente estabelecidos. Isto quer dizer que cada sociedade constitui o jovem à sua própria imagem. As representações que valoriza e as manipulações que estimula tendem, no geral, a fazê-lo agir dentro de limites que ela mesma estabelece e que são os limites da sua preservação.

Compreender a juventude enquanto categoria social é buscar apreender as representações sociais que a constituem e, para além disso, apreender as condições subjetivas que se materializam a partir das relações sociais estabelecidas. Sendo assim, abordaremos a seguir algumas características sociais em que se inserem a juventude brasileira.

## QUEM SÃO OS JOVENS BRASILEIROS?

---

Inicialmente salientamos que a história do modo capitalista de produção se constitui a partir de uma estrutura de exploração e acumulação, em que a classe trabalhadora, ao ser expropriada, tem que vender sua força de trabalho em troca de salário para os donos dos meios de produção. “Por isso mesmo, é a história da acumulação do capital e da apropriação da mais-valia, que acontece tendo como pano de fundo a luta de classes intrínseca e permanente às relações de produção (GOMEZ, C. M. *et al.*, 2012, p. 66)”.

Essa relação fundamental produz desigualdades sociais e se beneficia da manutenção de desigualdades de gênero, cor e raça. Nos países em que o capitalismo se desenvolveu tardiamente essas desigualdades são ainda mais necessárias ao funcionamento dessa lógica de exploração global. E é importante pontuar essa condição estrutural, pois os jovens brasileiros se formam no seio dessas desigualdades.

Os dados da pesquisa “Agenda juventude Brasil”, realizada em 2013 pelo observatório participativo da juventude, trazem as características gerais da juventude brasileira que permitem uma análise ampla da população jovem. Contudo, antes faremos uma breve digressão para explicitar o contexto em que essa pesquisa foi realizada. O “participatório” surgiu logo após as jornadas de junho de 2013 que mobilizaram milhares de jovens em manifestações de rua impulsionadas principalmente pelo aumento da passagem de ônibus em várias cidades do país<sup>1</sup>.

A intenção dessa política era justamente criar uma rede de participação dos jovens e observação de pesquisadores para integrar políticas para a juventude e ações de governo com o segmento juvenil da sociedade. Nos documentos oficiais fica explícito o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos e atores sociais de modo que “A SNJ reconhece esse lugar de empoderamento juvenil, que se contrapõe aos discursos que pregam que a juventude ainda está em processo de transição e não pode ter incidência política relevante (BRASIL, 2014, p. 7).”

Cabe destacar também que essas iniciativas entorno do “participatório” contaram com o apoio da Unesco e diversas organizações da sociedade civil na sua elaboração. Isso coloca em evidência a discussão realizada no tópico anterior que ressalta que a incorporação do jovem como ator social carrega por trás uma intencionalidade política de controle e monitoramento desse segmento. Para Groppo (2016b, p. 398),

há uma distância entre o discurso (jovem como cidadão ativo ou mesmo protagonista) e a prática (mais assistencialista, adultocêntrica e com base no imaginário do jovem problema). Entretanto, as instituições universitárias de pesquisa, a dita academia, têm adotado amplamente as noções, categorias e ideologias disseminadas pelos que pautaram a atual feição das PPJ e do discurso legitimador delas, como BM, UNESCO, CEPAL e a OIJ. Por vezes, adotando termos mais refinados, se fazem presentes as noções disseminadas pelas comunidades epistêmicas internacionais, com fortes reverberações no chamado Terceiro Setor e nos governos federal e locais, noções como protagonismo juvenil, voluntariado, inclusão social, desenvolvimento social, ação social, jovem como solução etc. Isto não significa negar a importância de pesquisas sobre as PPJ e mesmo sobre estas categorias e ideologias. Ao contrário, isto é fundamental, mas, para tanto, é necessário a capacidade de se distanciar criticamente, o que pode permitir posterior reaproximação propositiva para a transformação da realidade, em vez da aceitação passiva ou disfarçada do discurso oficial.

Essa contradição entre o discurso e a prática como elemento de efetivação da ideologia dominante objetiva silenciar e ressignificar o verdadeiro potencial de engajamento dos movimentos de juventude que se formam fora dos ambientes institucionalizados (FORACCHI, 1977).

O descontentamento e as revoltas sociais não aconteceram por falta de escuta das necessidades da população jovem, mas por uma falta efetiva de condições de acesso à educação, trabalho, transporte, saúde e

---

1 Para saber mais sobre as jornadas de junho ver: MARICATO, E. *et al.* **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo, Boitempo: Carta Maior, 2013.

lazer. Assim sendo, seguiremos nossa análise sobre a juventude buscando esse distanciamento crítico para que possamos apreender o movimento real que constitui a população jovem no Brasil.

De acordo com o censo de 2010, no Brasil, um quarto da população do país era composto pela população jovem, o que corresponde a 51,3 milhões de pessoas na idade entre 15 e 29 anos. Destes, a distribuição entre mulheres e homens era 50,4% e 49,6%, respectivamente, e a maioria da população se declarou parda ou preta. Mais de 84% dos jovens residiam em domicílios urbanos. Desde o período do censo, identificou-se que os jovens em sua maioria tinham como atividade principal o trabalho em detrimento dos estudos. Dessa forma, o que fundamentalmente expressa a condição dos jovens brasileiros quanto à atividade que exercem é o trabalho (BRASIL, 2013).

A juventude brasileira é essencialmente trabalhadora e, portanto, ao analisarmos as suas características gerais, fica em evidência que os fatores socioeconômicos são mais determinantes do que a faixa etária a que eles pertencem. No entanto, as “fases da juventude” (adolescência 15 a 17 anos, jovens-jovens 18 a 24 anos e jovens-adultos 25 a 29 anos) apresentam algumas especificidades (ABRAMO, 2016). Uma delas é a necessidade de trabalhar a fim de garantir a sua sobrevivência e, nesse sentido, findo o período da infância, ou até mesmo antes, a busca por trabalho e a atribuição de responsabilidades familiares se tornam a centralidade na vida dos jovens desta classe.

Em virtude disso, as mudanças no mundo do trabalho incidem diretamente na vida da população jovem que, ao ter que ingressar no mercado de trabalho, se depara com um cenário de desemprego, trabalho informal e baixos salários com pouca perspectiva de ascensão social. A condição de desemprego estrutural da sociedade capitalista atinge com maior intensidade a juventude dos países periféricos. Os dados recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020) apontam que a juventude foi a população mais afetada no país com relação ao acesso ao emprego no período de recessão econômica vivenciado pelo país desde 2015.

A taxa de desemprego para os jovens que buscavam trabalho e estavam desempregados há mais de um ano subiu de 29,9%, no primeiro trimestre de 2013, para 38,8%, nos três primeiros meses de 2018. Os jovens também apresentam os mais altos índices de rotatividade no emprego que a população adulta. Entretanto, um dos fatores mais importantes trazidos pela pesquisa é que a inserção no mercado de trabalho ocorre principalmente por empregos informais (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

A taxa de informalidade se divide em duas categorias, a primeira corresponde aos trabalhadores sem carteira assinada, ou que trabalham por conta própria, ou que trabalham sem remuneração, e que não contribuem para a previdência; já a segunda corresponde à dos trabalhadores nas mesmas condições mas que contribuem ou que os empregadores contribuem. Para a primeira categoria, dos trabalhadores que não contribuem para a previdência, o índice era de 48% no primeiro trimestre de 2019, ou seja, quase metade da população jovem economicamente ativa, e na segunda categoria, os que contribuem com a previdência, esse índice era um pouco menor, 45%. Esses índices que correspondem à segunda categoria são ainda maiores quando se observa a faixa etária que corresponde à adolescência (15 a 17 anos), que era de 80% (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2020).

Cabe salientar que a faixa etária dos 15 aos 17 anos é a idade na qual, idealmente, os jovens deveriam estar cumprindo a última etapa do ensino básico obrigatório, que corresponde ao ensino médio, e o acesso à educação tem prolongado, de maneira geral, o período de escolarização e retardado a inserção no mercado de trabalho (SPOSITO; SOUZA; ARANTES, 2018). Contudo, as condições socioeconômicas, de cor e raça, de região e de gênero diferenciam esses processos entre essa população.

Por exemplo, as taxas de analfabetismo tem caído entre a população mais jovem, assim como tem aumentado o número de anos de escolarização, mas as desigualdades regionais e raciais ainda marcam o processo de democratização da educação no país (IBGE, 2020). A desigualdade já surge nas etapas iniciais pelo número limitado de vagas em creches, a dificuldade enfrentada pelas crianças em ter suporte na etapa de alfabetização, que produz atrasos no percurso escolar, além do grande contingente de estudantes que passam para as etapas seguintes sem ter realmente aprendido.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019b, p. 81), o abandono escolar sem concluir a educação básica obrigatória da população entre 15 e 17 anos, foi de 11,8% dos jovens que pertenciam ao grupo dos 20% que tinham menores rendimentos, enquanto nos grupos dessa faixa etária que pertenciam aos 20% com os maiores rendimentos o percentual de abandono foi de apenas 1,4%, ou seja, 8 vezes menor. Isso mostra que a população mais pobre tem maior dificuldade em dar continuidade aos estudos, e no caso das mulheres ainda existe como agravante para o abandono escolar a carga das responsabilidades domésticas (SPOSITO; SOUZA; ARANTES, 2018).

O que as pesquisas apresentam (IBGE, 2019a, 2019b, 2020) é que a partir dos 18 anos começa a se explicar para a classe trabalhadora a dificuldade em seguir com o processo de escolarização dada a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Em 2019 a taxa de escolarização para a população de 18 a 24 anos era de 32,4%, com apenas 21,4% no ensino superior e 11% ainda na educação básica.

As mulheres tinham um percentual maior de escolarização do que os homens, principalmente no ensino superior. Isso coloca em evidência que as mulheres têm se dedicado mais à educação mesmo com a carga das atividades domésticas que lhe são imputadas pela sociedade patriarcal. Mas o que chama atenção é a enorme discrepância entre a população branca e as pretas e pardas, pois

37,9% das pessoas brancas de 18 a 24 anos estavam estudando, sendo 29,7% no ensino superior, frente a uma taxa de escolarização de 28,8% das de cor preta ou parda, com apenas 16,1% cursando uma graduação. Adicionalmente, 6,0% dos jovens brancos nessa faixa etária já tinham um diploma de graduação, enquanto, entre os pretos e pardos, 2,8% (IBGE, 2020, p. 9).

Considerando que a população negra detém menores rendimentos que a população branca, o processo de exclusão, não só da educação, mas da vida social, é intensificado para esses sujeitos e mesmo os avanços promovidos pelas políticas de cotas não são capazes de modificar uma questão coletiva pois elas funcionam a partir de uma perspectiva de um esforço individualista que não altera as estruturas de poder. A interrupção dos estudos também é um fator que contribui para a situação de desocupação dos jovens com 18 anos ou mais. Para Sposito et al. (2018, p. 12),

se é verdade que os jovens de mais baixa renda tendem a se inserir de modo mais precoce no mercado de trabalho, os 18 anos parecem ser a idade em que grande parte desses segmentos, até mesmo os de melhor condição de vida, buscam uma ocupação; e, a partir desse momento, as desigualdades sociais se manifestam de maneira mais contundente nas chances dos indivíduos em encontrar trabalho e na qualidade do trabalho encontrado. Entre os jovens que trabalhavam em 2014, eram os mais pobres, os negros e as mulheres que estavam submetidos a trabalhos de menor remuneração e com vínculos informais. Independentemente do período considerado, era entre os jovens negros e do sexo feminino que se destacava com maior relevo percentual o grupo de jovens que não estudava e não trabalhava.

Esses dados apresentados pelas autoras em 2014 ainda permanecem presentes nas pesquisas mais recentes (IBGE, 2019b, 2020). O grupo de jovens que estão fora da escola ou de algum curso de qualificação e não conseguem se inserir no mercado de trabalho por diversos motivos se enquadram na condição chamada de “nem nem”, no Brasil o percentual de jovens nessa condição era de 23% em 2018 com índices maiores para os jovens acima dos 18 anos (IBGE, 2019b).

Diferentemente da compreensão de que esses jovens são um “problema social” a população na condição de “nem nem” é um produto e uma necessidade do modo capitalista de produção. Isso porque a maior demanda de empregos existentes exigem pouca qualificação e oferecem condições altamente precárias, o que eleva as taxas de exploração, e extração de mais-valia (CARVALHO, 2019). Os jovens que não se inserem no mercado e que ao mesmo tempo abandonam a escola acabam expostos a maiores situações de vulnerabilidade social e violência.

De acordo com o Atlas da violência, a maior causa de morte da juventude brasileira são os homicídios. A taxa em 2018 era de 60,4 homicídios para cada 100 mil jovens e é importante destacar que esses números

são consideravelmente maiores quando se comparam homens e mulheres e pessoas pretas e pardas com pessoas brancas. A juventude negra está muito mais exposta a violência e a condição de vulnerabilidade, o que evidencia que para além da condição de classe, o racismo estrutural é determinante nos percursos da vida da juventude brasileira (IPEA, 2020).

Com relação à educação, as desigualdades de acesso e permanência também diferenciam os jovens da classe trabalhadora da juventude burguesa. Para os primeiros a educação assume uma importância diferente, pois no contexto atual, a necessidade de aumentar a escolarização está ligada diretamente com a necessidade de atender as demandas do mundo do trabalho.

Na análise de Neves (2004, p. 1) as reformas educacionais que vêm ocorrendo desde a década de 1990 no país têm como intencionalidade “adaptar a escola aos objetivos econômicos e político-ideológicos do projeto da burguesia mundial para a periferia do capitalismo nesta nova etapa do capitalismo monopolista”. O discurso que justifica o elevado índice de desemprego e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho é associado à falta de qualificação dos indivíduos, razão pela qual a educação se torna um investimento necessário para garantir o emprego.

Este cenário se estabelece a partir do processo de reestruturação produtiva, que demandou a formação de um trabalhador de novo tipo que deveria ser flexível para lidar com o momento de crise e com as vicissitudes do mercado. Trataremos no tópico a seguir como essa mudança na esfera produtiva foi determinante para conceber as relações atuais que se estabelecem entre a juventude brasileira, o trabalho e a educação.

## **TRABALHO E EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA**

---

A crise do sistema capitalista desencadeada em meados da década de 1970 pela queda da produção, impulsionou o fracasso do estado de “bem estar social” e acirrou a luta de classes que engendrou também uma crise hegemônica do capitalismo. Como alternativa à crise, a ideologia neoliberal se estabeleceu através de um profundo processo de transição do modo de acumulação do capital, bem como na reorganização do Estado e elaboração de uma base cultural do capitalismo contemporâneo.

A esfera da produção, que antes se pautava pela produção padronizada e em larga escala, perpassa por um processo de reestruturação produtiva que tem como base a lógica da acumulação flexível. Esta, aliada à globalização e aos avanços tecnológicos demarcaram uma nova organização dos modos de trabalho. Para Harvey (2008, p. 140) a acumulação flexível

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O marco da reestruturação produtiva se instaura com o chamado modelo “toyotista”, que surgiu com a criação da fábrica da Toyota no Japão, a partir da década de 1950, foi desenvolvido e aplicado em outros setores industriais e também em outros países. O *modus operandi* desse modelo se fundamentou na desconcentração da produção - via terceirização, inserção da tecnologia no processo produtivo e no setor de serviços, horizontalização da estrutura organizacional e novas técnicas de gestão da força de trabalho.

A partir de tais mudanças podemos compreender que a reconfiguração do mundo do trabalho estabeleceu novas estruturas no controle dos processos de trabalho que modificou a base social do capitalismo contemporâneo e exigiu também adequar os trabalhadores aos novos padrões estabelecidos. Cabe aqui ressaltar que as mudanças ocorreram no padrão de acumulação e não no modo de produção (ANTUNES, 2009).

Com efeito, a base do modo capitalista de produção continua sendo a exploração do trabalho vivo, isto é, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas e avanço tecnológico, para que o capital



reestruturasse o padrão de acumulação e recuperasse as taxas de lucro se fez necessário reduzir as políticas de bem estar social, salários e conquistas da classe trabalhadora, aumentando assim os processos de exploração.

Se um dos fatores preponderantes para a crise foi o conflito entre capital e trabalho, o aumento da precarização e exploração provocariam então um acirramento mais elevado desses conflitos e, conseqüentemente, uma queda ainda maior nas taxas de lucro. Sendo assim, a demanda principal do capital esteve voltada para o projeto de formação do “trabalhador de novo tipo”, ou seja, era necessário que a força de trabalho se conformasse ao processo de reestruturação. Para isso, o mercado necessitava de trabalhadores que fossem polivalentes, flexíveis, altamente produtivos, mas principalmente, resilientes à intensificação da precarização e do aumento da exploração (ANTUNES, 2011).

Aliado a esses fatores, Oliveira (2013, p. 110) não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Dadas às especificidades históricas da realidade brasileira, a juventude não pode ser caracterizada como moratória em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida porque trabalham. A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas aponta que as mudanças no mundo do trabalho neste contexto de reestruturação também geraram

mudanças de atitudes dos jovens em relação ao trabalho, principalmente para as classes populares, [que] se dá primeiramente através de uma ruptura da transmissão intergeracional que ocorre no seio da própria família. Durante os anos de 1990, a relativa ausência de perspectiva de futuro profissional operário levou as famílias, principalmente aquelas cujos pais eram operários especializados, a orientar os filhos a prolongar os estudos. Se até então o destino dos filhos dos operários era fábrica, agora se estabelecia uma nova configuração que transformaria profundamente as relações entre as gerações e o trabalho.

O autor ainda destaca que esse prolongamento e investimento no processo de escolarização promoveu uma ruptura dos jovens com sua cultura de origem e a relação com a profissão se estabelece de maneira diferente, não há mais um orgulho e um desejo de seguir a profissão dos pais, já que a condição de operário, antes almejada no modelo do “*welfare state*”, passa a expressar a degradação do trabalho. E isso provoca novas formas de representação do trabalho para esses jovens.

Outrossim, as novas exigências da produção estavam voltadas para a contratação de profissionais mais qualificados e especializados, no sentido de que o trabalho manual simples passa agora a ser executado pelas máquinas e a necessidade é de que os trabalhadores se tornem aptos a controlar as máquinas de alta tecnologia e que tivessem múltiplas competências para lidar com diferentes tipos de trabalho. Para Frigotto (2010b, p. 82),

o impacto sobre o conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho, a quantidade de trabalho e a qualificação é crucial. Ao mesmo tempo que se exige uma elevada qualificação e capacidade de abstração para o grupo de trabalhadores estáveis (mas não de todo) cuja exigência é cada vez mais de supervisionar o sistema de máquinas informatizadas (inteligentes!) e a capacidade de resolver, rapidamente problemas, para a grande massa de temporários, trabalhadores “precarizados” ou, simplesmente, para o excedente de mão de obra, a questão da qualificação e, no nosso caso de escolarização, não se coloca como problema para o mercado.

Nesta nova organização social da produção em que os mecanismos de coerção agora se estabelecem como normas e valores que vão sendo interiorizados pelos indivíduos, os processos de alienação do trabalho se desenvolvem de maneira muito mais complexa e provocam o envolvimento subjetivo e psicológico para atender as demandas da organização. Para Heloani e Piolli (2014, p. 124) a manipulação do inconsciente fica fundada em expectativas de reconhecimento dos trabalhadores pelo seu trabalho.

Tais expectativas são criadas e alimentadas por diversos mecanismos que são constituintes do “*espírito toyotista*”, os quais são legitimados pela linguagem, através de discursos que vão sendo incorporados e reproduzidos dentro do ambiente de trabalho. Como exemplo desses mecanismos podemos citar: a individualização exacerbada provocada pelo estímulo a competição; a constante necessidade de formação continuada para acompanhar os avanços tecnológicos; os sistemas de avaliações e bonificações por produtividade; e, principalmente, por os trabalhadores agora se encontrarem em uma lógica em que não há estabilidade e que são permanentemente cobrados e responsabilizados pelo seu desempenho (HELOANI; PIOLLI, 2014).

A forma de ser e de pensar das organizações se disseminam por todas as esferas sociais e estruturam o modo de ser e pensar dos indivíduos na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a mudança na estrutura produtiva pressupõe uma mudança na formação dos sujeitos. A base cultural do capitalismo contemporâneo se estrutura em consonância com as prerrogativas do modelo toyotista como base da ideologia neoliberal. Chamamos a atenção para o fato de que

o ‘pensamento neoliberal’ não se restringe a uma mudança ou mudanças do discurso político liberal, nem aos diversos aspectos da formação de consenso veiculados pela mídia ou pelo discurso governamental, ou mesmo pelo discurso dos diversos sujeitos políticos coletivos que fazem sua apologia. Dizer que é um ideário, ou uma ‘doutrina’, não está incorreto, mas pode fazer pensar que o neoliberalismo é uma falácia, uma fraude, um discurso enganoso, provocador de uma falsa consciência; ou, por outro lado, ser um mero discurso de professores de economia sem compromisso científico, produtores de panfletos sem importância ou embasamento teórico. [...] Pensar desta forma é subestimar, ou mesmo desconsiderar a força ideológica que imprime ao neoliberalismo uma materialidade, e desconsiderar também a historicidade de sua consolidação (MELO 2004, p.4-5 apud NEVES, 2004, p. 2).

Como já mencionado, a lógica inerente do sistema capitalista de produção é que, para se reproduzir, o capital precisa explorar a força de trabalho por meio da extração de mais-valia. O consumo das mercadorias produzidas é o que viabiliza a circulação do capital, de modo que o salário pago ao trabalhador serve para comprar mercadorias que assegurem suas condições mínimas de sobrevivência. Nesse sentido, a venda da força de trabalho em troca de salário transforma o próprio trabalho em uma mercadoria, que adquire um valor de troca nesse processo de circulação.

Uma das contradições presentes nessa relação é que à medida que o aumento da exploração representa uma redução no valor de troca do trabalho, diminui-se também o consumo de mercadorias. Assim sendo, a lógica metabólica do sistema se estrutura a partir de crises cíclicas de superprodução que são consequências de uma crise estrutural do modelo de produção. Segundo Meszáros, apud Antunes (2011, p. 11),

o sistema do capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva* [...] a produção e o consumo supérfluos acabam gerando a corrosão do trabalho, com a sua conseqüente precarização e o desemprego estrutural, além de impulsionar uma destruição da natureza em escala global jamais vista anteriormente.

É nesse contexto que a eterna necessidade de expansão do capital suscita crises que evidenciam a contradição entre capital e trabalho tornando mais acirrada a luta de classes. Por isso, para que os conflitos sejam amenizados, o sistema precisa desenvolver estruturas de controle social que permitam a continuidade da lógica vigente. É por meio da ideologia que a classe dominante transforma os seus interesses em interesses universais, ocultando a relação antagônica entre as classes. Conforme explicitam Marx e Engels (1998, p. 48),

os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder *espiritual* dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios da produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante.

Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação.

Nesse sentido, a ideologia, como expressão ideal da relação de dominação, naturaliza essas relações tornando as ideias da classe que detém os meios de produção hegemônicas e buscando produzir consenso entre as classes. Marx e Engels (MARX; ENGELS, 1998) ao tratarem da divisão do trabalho na sociedade capitalista apontam que a divisão entre o trabalho material e o intelectual aparece também dentro da classe dominante, e as ideias propagadas por essa classe têm de ser assimiladas como ideias pertencentes a todo o conjunto da sociedade, para que elas assumam um caráter de universalidade.

Para Gramsci (1982), todos os seres humanos são intelectuais, mas existem indivíduos que elaboram as teorias e ideias que representam os interesses de sua classe e são responsáveis pela função do trabalho intelectual, eles são categorizados pelo autor de intelectuais orgânicos e exercem suas funções a partir de uma relação que é mediada pelas superestruturas da sociedade, sendo elas a sociedade civil e o Estado.

Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce «historicamente» do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura «legalmente» a disciplina dos grupos que não «consentem», nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2019, p. 11).

É a partir dessas estruturas que se opera a disseminação da ideologia dominante. Cabe ressaltar aqui que, na sociedade capitalista, o Estado surge como uma instituição mediadora dos conflitos de classe, que opera por meio das leis para defender, sobretudo, a propriedade privada. Portanto, para a classe burguesa não basta o domínio dos meios de produção, é preciso também dominar ideologicamente todas as esferas da vida social e individual. Isso significa estabelecer um poder hegemônico de direcionamento da cultura, moral, educação e política de acordo com os seus interesses para toda a sociedade.

A educação na sociedade capitalista não tem como papel central formar os trabalhadores para o trabalho, já que essa formação ocorre no próprio trabalho, mas formar intelectuais urbanos que atuam para assegurar a hegemonia burguesa. Kuenzer (1985, p. 55) chama esse processo de pedagogia do trabalho e aponta que ela

desempenha papel fundamental, na medida em que novas formas de organização do trabalho implicam nova concepção do trabalho, que, a partir das condições concretas do desenvolvimento, tem que ser elaborada e veiculada; ou seja, o fenômeno educativo faz a mediação entre a mudança estrutural e a sua manifestação no campo político ideológico. Vista dessa forma, a pedagogia do trabalho inscreve-se no quadro da hegemonia a partir do momento em que, tendo em vista os interesses hegemônicos de determinada classe social, contribui para o estabelecimento de novos modos de pensar, sentir e conhecer (KUENZER, 1985, p. 55).

Contudo, um dos pressupostos da contradição inerente ao modo de produção capitalista é que a hegemonia se dá pela a formação de consenso, mas as bases em que ela se estrutura permitem a possibilidade de organização da classe que é explorada, ou seja, é no seio das contradições do capitalismo que se estabelecem as bases para a sua superação.

Os valores neoliberais da meritocracia, individualismo e política do Estado mínimo passaram a conduzir os projetos políticos, econômicos e sociais que são direcionados principalmente para os países “menos desenvolvidos” (NEVES, 2004). No Brasil, o projeto neoliberal se desenvolve tardiamente, a partir da década de 1990, com o Plano Real e as políticas de privatização e “modernização” implementadas pelo

governo FHC. Conforme aponta Neves (2004, p. 5), esse projeto teve continuidade com o governo Lula, sob a perspectiva de um “projeto de adaptação ou reeducação técnica e ético-política da população brasileira ao projeto de sociabilidade cujo horizonte se restringe à “humanização” do capitalismo, de acordo com os preceitos políticos da chamada Terceira Via (ou Nova Esquerda, nova Social-Democracia).”

Nessa ótica, o controle da educação pelo bloco hegemônico se faz imprescindível, já que as novas formas de dominação implementadas na relação de trabalho se estabelecerão não pelo controle objetivo, no qual se fundamentava o padrão Taylor/Fordista, mas pela formação de consenso ativo a partir de novos mecanismos de controle subjetivo dos trabalhadores.

Para formar o trabalhador de novo tipo era preciso também reestruturar a educação. O discurso centrado na falta de qualidade da educação possibilita a disseminação da tese defendida pelo neoliberalismo, que segundo Gentili (1996, p. 17) era a de que “a existência de mecanismos de exclusão e discriminação educacional resulta, de forma clara e direta, da própria ineficácia da escola e da profunda incompetência daqueles que nela trabalham.” Ou seja, a justificativa estava fundamentada na incompetência do Estado em gerir a educação para que ela pudesse atender as demandas do mercado e qualificar os indivíduos para o trabalho.

Nesse sentido, são aplicadas ferramentas e estratégias que visam cada vez mais retirar do Estado o compromisso social de garantir formação dos indivíduos, seja a formação básica até a formação nos mais altos níveis para toda a população. Essa estrutura possibilita tanto o crescimento de empresas dentro da esfera educacional, quanto o aumento da desigualdade social e intelectual, visto que aqueles que não tem condições de investir em educação acabam destinados às funções mais precárias.

Como consequência, centraliza-se na educação a responsabilidade pelo aumento das desigualdades bem como pelo resgate da economia, já que o mercado necessitava de indivíduos qualificados para acompanhar o desenvolvimento tecnológico das empresas e grandes indústrias. A busca por qualificação para os jovens aparece, então, como uma alternativa e uma orientação global do mercado para que eles tenham condições menos precarizadas de trabalho e alguma possibilidade de ascensão social.

A base fundamental para sustentar o discurso da qualificação como requisito para se garantir a empregabilidade é dada pela teoria do capital humano desenvolvida por Schultz e a escola de Chicago em meados da década de 1970 (COAN, 2011). Para esses autores, os indivíduos deveriam investir em conhecimento como forma de valorizar sua força de trabalho e estarem mais preparados para as exigências do mercado. Para os defensores dessa teoria, a educação passa a assumir o caráter de mercadoria na qual os indivíduos devem investir, o conhecimento torna-se capital que os trabalhadores devem adquirir para, em troca, conseguir melhores salários.

Conforme analisa Frigotto (2010a, p. 97–98), o capital necessita eliminar a resistência do trabalhador para continuar seu processo de reprodução e, para isso, busca separar o operário do seu instrumento de trabalho, na medida em que ele representa um elemento de resistência ao processo de exploração. Por isso a expropriação do instrumento de trabalho do trabalhador é também a expropriação do seu conhecimento, da ciência. Esse saber é transferido para a máquina. Assim sendo, aumenta-se a capacidade do trabalho em torná-lo abstrato e necessita-se mais de um trabalhador pouco qualificado. O autor segue explicando que o capital instaura o seu projeto pedagógico próprio quando a qualificação do trabalhador só vai ser exigida na medida em que ela for uma demanda para a produção. Assim,

a ampliação da escolarização serviria, então, a um mesmo tempo, para que o capital pinçasse de seu bojo tanto aqueles necessários à produção imediata como aqueles que se alocam nos serviços – criando, dentro desse âmbito, a elevação constante dos requisitos educacionais, e também funcionando como justificativa de prolongamento da escolaridade e conseqüente retardamento do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, fazendo da própria escola um mercado improdutivo. Esse processo, nada teria a ver com oferta e demanda de mão de obra qualificada (FRIGOTTO, 2010a, p. 115).

Nesse sentido, o aumento da escolarização e a demanda por qualificação não significa necessariamente melhorar a formação da classe trabalhadora, mas atender as demandas da esfera produtiva. A qualificação

para o trabalho é permeada principalmente pela mudança do processo educativo, em que se formam os indivíduos para adquirirem hábitos permanentes de aprendizagem, ou a chamada formação de competências. De acordo com Neves (2004, p. 9), no Brasil,

As ações governamentais a partir dos anos de 1990 perseguem este fim e a teoria das competências vem se constituindo em instrumento teórico para a sua viabilização [...] pode-se inferir que esta teoria caracteriza-se pela supervalorização do saber da experiência vivida e pelo subdimensionamento do conhecimento teórico e historicamente produzido, reforçando, deste modo, o irracionalismo.

Assim, a demanda educacional se volta para um tipo de conhecimento que está muito mais relacionado à formação do comportamento do que a socialização do conhecimento sistematizado historicamente, proporcionando uma formação mínima para a execução do trabalho e máxima para a submissão da lógica de exploração.

As reformas educacionais implementadas teriam como função aumentar a qualidade da educação por meio de ferramentas de controle idênticas às aplicadas nas fábricas e empresas, ao mesmo tempo em que formariam os indivíduos para a competição, flexibilidade, excelência e eficiência, o que significaria reduzir as mazelas sociais e desenvolvimento não só individual, mas da sociedade como um todo. Contudo, a base determinante da produtividade do capital não depende diretamente dessa qualificação, mas de outras determinações como as próprias “leis” que regulam o mercado (COAN, 2011).

A crítica de Oliveira (2013, p. 111) não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Dadas às especificidades históricas da realidade brasileira, a juventude não pode ser caracterizada como moratória em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida porque trabalham. A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas) é que a falácia do discurso neoliberal se expressa em uma situação em que as sociedades capitalistas

não foram capazes de oferecer às novas gerações um trabalho condizente com as expectativas e a titulação escolar obtida, e ao desvincularem o sistema educativo do sistema produtivo, contrapondo-os ao invés de harmonizá-los, contribuíram para que os jovens estabelecessem uma relação cada vez mais complexa com o trabalho.

Desse modo, responsabilizar a educação pelas mazelas sociais tem como função ideológica ocultar o cenário de desemprego estrutural que prevalece no modo de produção capitalista. Como já apresentado, nos momentos de crise, a saída momentânea se dá pelos processos de superexploração do trabalho e a falta de qualificação passa a ser a justificativa dos processos de precarização. É nesse contexto que também ganha força a formação para o empreendedorismo. Coan (2011, p. 51), salienta que

A educação para o empreendedorismo intenta ajustar os indivíduos à sociedade da forma como está constituída, com a promessa de que com o desenvolvimento de suas potencialidades empreendedoras o indivíduo obterá sucesso, omitindo sistematicamente os problemas presentes na sociedade atual, inclusive, pondo-os como desafios que devem ser superados pelo espírito de iniciativa e proatividade.

Oferecer uma formação que estimule os indivíduos a serem empreendedores, nessa lógica, significa muito mais formar um comportamento específico necessário ao capital do que formá-los para serem “homens e mulheres de negócios”, como representa o significado primário do termo. É também uma estratégia para justificar cada vez mais a inserção das grandes corporações e dos interesses do mercado nas instituições educacionais.



## À GUIA DE CONCLUSÃO

---

A presença dos organismos multilaterais e das empresas na constituição dos currículos e reformas da educação bem como nas políticas públicas para a juventude são determinantes para a inserção da pedagogia empreendedora na formação de crianças e jovens, com o intuito de ensinar os indivíduos a desenvolverem um comportamento específico, um “perfil empreendedor”, como forma ideal de se alcançar o sucesso. Em virtude disso, a formação dos jovens é direcionada principalmente para a sua inserção no mercado de trabalho, visto que esse grupo representa grande parte do exército de reserva e público consumidor na sociedade brasileira (CARVALHO, 2019).

Contudo, essa realidade não é característica apenas da população jovem menos escolarizada, de modo que tornam-se crescentes os índices de desemprego e subqualificação de jovens com altos níveis de escolarização. Dado o cenário de crescimento do desemprego e, sendo a população jovem a mais atingida, as políticas públicas se voltam para estratégias de inserção do jovem na sociedade pelo empreendedorismo. Além da qualificação, é imputado ao jovem desenvolver um perfil empreendedor como última alternativa de conseguir sustentar-se em uma sociedade devastada pelo desemprego.

Andam de mãos dadas os argumentos de que tanto a maior qualificação quanto o empreendedorismo possibilitarão o desenvolvimento econômico e social nos próximos anos mesmo que na materialidade a crise esteja tomando formas catastróficas. Isso porque, “esse aspecto da maior gravidade simplesmente *precisa* ser ignorado, posto que seu reconhecimento é radicalmente incompatível com a continua aceitação das perspectivas capitalistas do controle social” (MÉSZÁROS, 2011, p.68).

É a partir desse aspecto que a intensificação do processo de alienação oculta a situação real de exploração da classe trabalhadora e a crise em que o modo de produção capitalista se encontra. Torna-se necessário elucidar que “sem se reconhecer a determinação das ideologias pela época como a *consciência social prática das sociedades de classe*, a estrutura interna permanece completamente inteligível” (MÉSZÁROS, 2014, p.67). Nesse sentido, compreendemos que a formação para o empreendedorismo, para além de um discurso ideológico, tem um respaldo na materialidade que o sustenta.

Tomando a figura do indivíduo empreendedor como necessário ao sistema capitalista de produção podemos perceber que ela só se constitui por meio de relações sociais determinadas pelo próprio modo de produção e reprodução da vida material. Isso quer dizer que a construção do ideário do sistema capitalista como o único modo de produção possível, que não fracassa e tem possibilidades de se desenvolver e melhorar cada vez mais, exige formar jovens que acreditem e, sobretudo, construam relações sociais em prol desse ideário. Desse modo,

a ênfase do novo capitalismo na juventude não se restringe apenas a uma questão de rebaixamento do valor da força de trabalho, mas diz respeito a certos atributos e qualidades considerados inerentes à juventude que são positivados nas organizações flexíveis como sintoma de uma nova cultura do trabalho. A juventude se converte em sinônimo de flexibilidade em oposição à rigidez da idade dos trabalhadores mais velhos com esquemas mentais inflexíveis e com aversão a correr riscos. Trata-se de um “culto institucional” da juventude cuja lógica política e simbólica se circunscrevem no âmbito de uma nova cultura de trabalho sustentada em valores que apelam para o engajamento pessoal do trabalhador no processo de trabalho e na desconstrução da noção de trabalho assalariado, e protegido, e no seu lugar o binômio empregabilidade/empreendedorismo ocupa o núcleo central da moderna forma de trabalho do capitalismo flexível (MACHADO DA SILVA, 2003; OLIVEIRA, L.P., 2005 apud OLIVEIRA, 2013, p. 111–112) não sendo, portanto, nenhum truismo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Dadas às especificidades históricas da realidade brasileira, a juventude não pode ser caracterizada como moratória em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida porque trabalham. A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e conseqüentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas).

Assim sendo, a juventude assume um papel central na dinâmica do capitalismo neoliberal na medida em que ela carrega consigo uma potencialidade produtiva e simbólica para a produção e reprodução do capital. Por isso há uma disputa entorno desta categoria e que na perspectiva hegemônica é concebida de maneira abstrata, homogeneizada e, ao mesmo tempo, individualizada.

As políticas públicas para a juventude aliadas à formação para empregabilidade e para o empreendedorismo tendem a ocultar a intensa condição de precarização a que estes jovens estão submetidos, em uma dimensão concreta mas que afeta e forma a sua constituição subjetiva, a condição de ter que conviver diariamente com a incerteza e a luta para conciliar a busca por um futuro que não chega, com as necessidades do agora (OLIVEIRA, 2013) não sendo, portanto, nenhum truísmo qualificá-la como juventude trabalhadora brasileira. Dadas às especificidades históricas da realidade brasileira, a juventude não pode ser caracterizada como moratória em relação ao trabalho, mas antes a condição juvenil só é vivida porque trabalham. A partir dos anos de 1990 houve mudanças significativas no padrão brasileiro de transição escola-trabalho provocadas pela expansão do sistema educacional e pela reestruturação produtiva que implicaram o adiamento da entrada no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida, e consequentemente, a constituição de um mercado de trabalho altamente competitivo, onde as vagas (escassas).

São esses jovens da classe trabalhadora que cada vez mais acessam o ensino superior na tentativa de ascender socialmente e conseguir driblar o desemprego, e as mazelas sociais. Entretanto, não podemos perder de vista que no capitalismo a educação fornecida para as classes trabalhadora e burguesa são distintas, cada uma de acordo com o papel no qual devem desempenhar, de modo que a premissa de educação para todos “aparece como direito dentro de uma igualdade abstrata (FRIGOTTO, 2012, p. 23).”

Conforme pudemos analisar ao longo deste artigo a juventude brasileira é uma categoria social específica, mas que expressa a realidade da sociedade brasileira inserida num contexto de reestruturação produtiva. O que queremos evidenciar é que a demanda pela ampliação da qualificação e o aumento da escolarização da população jovem não os tira da condição de superexploração do trabalho, bem como não é capaz de eliminar as desigualdades de classe, cor/raça e gênero. Pelo contrário, há uma intensificação do desemprego e da informalidade que recai sobre os ombros dos jovens.

As políticas públicas para a juventude também não são capazes de melhorar as condições de vida dessa população, na medida em que elas buscam minimizar um problema que é estrutural do sistema capitalista com alternativas individualistas voltadas para a inclusão dos jovens a uma sociedade que opera pela lógica da exclusão. O discurso do empreendedorismo que tem se inserido nas políticas públicas, na educação, na mídia e em todas as esferas da sociedade tem papel relevante na conformação ideológica para atender os interesses do capital, mas pouca efetividade na materialidade da crise estrutural do capital.

Contudo, é nestas contradições geradas pelo próprio modo de produção que estão as saídas para um outro projeto de sociedade em que o trabalho e a formação, não sustentem uma lógica que explora e degrada os sujeitos, mas sejam a expressão da humanização e libertação do ser humano genérico e individual.

## REFERÊNCIAS

---

ABRAMO, Helena Wendel. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, Diógenes; *et al.* (org.). **Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 19–60.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. **Agenda juventude Brasil - Pesquisa nacional sobre o perfil e opiniões dos jovens brasileiros 2013**. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/91>. Acesso em: 24 set. 2020.

BRASIL. **Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos

- Direitos Humanos, 2019. p. 28. Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/ESTATUTODAJUVENTUDE\\_Digital.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/ESTATUTODAJUVENTUDE_Digital.pdf). Acesso em: 5 set. 2020.
- BRASIL. **Os Avanços da Política Nacional de Juventude 2017-2018**. Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/256>. Acesso em: 22 set. 2020.
- BRASIL. **Participatório: observatório participativo da juventude: almanaque do participatório**. Brasília: Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude, 2014. v. 2E-book.
- CARVALHO, Marcio Bernardes De. Características sociais e econômicas contemporâneas da juventude brasileira. **Revista Humanidades em Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 48–71, 2019.
- COAN, Marival. **Educação para o empreendedorismo: implicações epistemológicas, políticas e práticas**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/94847>
- CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Maira Penna. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200707\\_ri\\_diagnostico\\_de\\_insercao\\_de\\_jovens.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200707_ri_diagnostico_de_insercao_de_jovens.pdf). Acesso em: 15 set. 2020.
- GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a especialização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. ISSN 1983-4527.v. 16 Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2236-9473.v16n3p11-43>
- FORACCHI, Marialice M. **o estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade de escola improdutivo: Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010a.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010b.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Trabalho, Conhecimento, Consciência e a Educação do Trabalhador: Impasses teóricos e práticos. In: GOMEZ, Carlos Minayo et al. (org.). **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 19–38.
- GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e Educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. BRASÍLIA: CNTE, 1996.
- GOMEZ, Carlos Minayo et al. **Trabalho e Conhecimento: Dilemas na educação do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GROPPO, Luis Antonio. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. 1. ed. Minas Gerais: Clube de Autores, 2016a. E-book.
- GROPPO, Luis Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383–402, 2016b. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321146417024>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- HARVEY, David. **A condição pós moderna - Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.
- HELOANI, Roberto; PIOLLI, Evaldo. Trabalho e subjetividade na “nova” configuração laboral: quem paga a conta? **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 118-129, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v6i2.13092>. Acesso em: 3 jun. 2020.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2018**. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de Trabalho e Rendimento, 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101657>.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Educação 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101736>.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. p. 128. E-book.
- IPEA. **Atlas da Violência 2020**. Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), p.1-96, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.38116/ria-tlasdaviolencia2020>. Acesso em: 24 set. 2020.
- KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da Fábrica – As relações de produção e a educação do trabalhador**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1985.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Tradução: Francisco Raul Cornejo; et al. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. Tradução: Magda Lopes; Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.
- NEVES, Lucia Maria Wanderley. As reformas da educação escolar brasileira e a formação de um intelectual urbano de novo tipo. In: , 2004. **27ª Reunião Anual da Anped**. 2004. p. 1–14. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/reformas-da-educacaoescolar-brasileira-e-formacao-de-um-intelectual-urbano-de-novo>
- OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da Precarização Social do Trabalho no Brasil: um estudo de caso sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.
- SPOSITO, Marília Pontes; SOUZA, Raquel; ARANTES, Fernanda. A pesquisa sobre jovens no Brasil : traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. **Educação e Pesquisa**, v. 44, p. 1–24, 2018. Disponível em: <https://doi.org/dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308> 1. Acesso em: 5 ago. 2020.

# NAS RODAS DA LIBERDADE? TERCEIRIZAÇÃO, PEJOTIZAÇÃO E UBERIZAÇÃO DO TRABALHO MOTOBOY

Stela Cristina de Godoi

(stela\_godoi@yahoo.com.br)

Mateus Castilho

(mateus.castilho12@hotmail.com)

**Resumo:** Com o acirramento da precarização das condições de trabalho, a categoria profissional dos motoboys vem sendo uma das mais afetadas; seja por seu histórico marcado pela perda de direitos trabalhistas ou pela reorganização produtiva do capital, que impôs à classe-que-vive-do-trabalho a agenda da flexibilização e a introdução das tecnologias da informação e da comunicação (TICs). Este artigo parte do entendimento de que a categoria motoboy se formou e se consolidou no bojo do processo de precarização da indústria de transportes rápidos, pela terceirização, pejotização e uberização do trabalho. O escrito analisará algumas formas de organização e ações coletivas que surgiram desde a regulamentação da profissão motoboy em 2009 e que se intensificaram na atualidade, tais como os sindicatos, as greves, as cooperativas e as associações profissionais. As análises sugeridas acerca da intensificação da informalidade e da gestão maquínica-algorítmica do trabalho motoboy, bem como sobre suas práticas coletivas de enfrentamento da precarização, foram subsidiadas por pesquisa bibliográfica, entrevistas realizadas com um grupo de motoboys inseridos no contexto dos anos 2010/2011, entrevistas realizadas em 2020 com membros da direção da Associação dos Motoboys, Motofrentistas e Entregadores de Indaiatuba (AMEI), levantamento de documentos sindicais e reportagens.

**Palavras-chave:** trabalho, motoboy, terceirização, pejotização, uberização, organizações coletivas.

## INTRODUÇÃO

Há cerca de dez anos, os estudos que se debruçaram sobre a categoria motoboy, se depararam com um contingente de trabalhadores jovens, majoritariamente masculino, sem qualificação profissional específica (técnica ou superior), calejados pela dureza do asfalto e da precarização do trabalho, sem tradição sindical, mas com uma postura combativa baseada na experiência de ser periférico. No primeiro decênio deste século assistimos esse contingente tornar-se um “continente”. Esse exército de motoboys que cobre a cidade é uma tecnologia do capital, conexões em uma poderosa rede rodoviária de circulação, talvez comparável apenas ao sistema de eletrificação, em sua capilaridade e extensão.

Trata-se de uma categoria profissional que, embora já existisse incipiente desde os anos 1980, em parte por conta da popularização do uso de motocicletas, tornou-se presença marcante no mundo do trabalho com o processo de flexibilização. A flexibilização foi o eufemismo encontrado pelo capital, para dar ares de *laissez-faire* à precarização do trabalho e da vida nas grandes cidades.

O contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) intensificou ainda mais essa tendência de crescimento do transporte rápido de pequenas cargas. De acordo com o Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxistas Intermunicipal do Estado de São Paulo (SindimotosSP), o setor cresceu cerca de 20%, totalizando hoje aproximadamente 280 mil entregadores com moto na região.

Os estudos realizados à época da regulamentação da atividade motoboy retrataram o início de um acentuado processo de precarização das condições de trabalho na indústria de transporte – longas jornadas, pagamentos por produção e contratos atípicos. Ou seja, no final da primeira década do século XXI, as condições para o avanço da flexibilização do trabalho já estavam estabelecidas. A Reforma Trabalhista (lei Nº 13.467 de 2017) e a Lei da Terceirização (lei Nº 13.429/2017) consolidam, no plano formal, o processo de precarização que já estava em curso (LIMA, 2017).

Após a regulamentação da atividade dos profissionais em transporte de passageiros e de entregas (lei 12.009, de 29 de julho de 2009) se estabeleceram as condições propícias para o surgimento de grandes empresas de plataforma de aplicativos que impactaram o setor das entregas rápidas. A integração das novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) na indústria de transportes resultou na constituição de relações de trabalho uberizadas - sem vínculo empregatícias, socialmente desprotegidas, intensificadas e mal remuneradas.

A uberização e a gestão maquínica-algorítmica parece ter diluído quase por completo as materialidades das fronteiras de classe. Entretanto, contraditoriamente à desfiguração do padrão, recentemente assistimos surgir uma série de movimentos de organização coletiva da categoria motoboy, em oposição às condições de trabalho e mobilidade urbana: como as paralisações promovidas pelos sindicatos e lideranças antifascistas, bem como a articulação de associações profissionais e cooperativas.

Assim, neste artigo faremos algumas aproximações entre o retrato sociológico da categoria motoboy na sua fase de regulamentação e hoje, após a uberização. Os relatos colhidos em 2011 e 2010 mostram que a categoria se formou dentro do processo de terceirização e pejotização do trabalho (GODOI, 2012). Os relatos levantados mais recentemente por Mateus Castilho, com lideranças do movimento para a criação da Associação dos Motoboys, Motofrentistas e Entregadores de Indaiatuba (AMEI), não apontaram para a existência de uma franca oposição às empresas de aplicativos, como parece estar sendo o caso do movimento “Breque dos Apps” e dos “Entregadores Antifascistas”, localizados na Grande São Paulo.

Desde sua formação na Região Metropolitana de Campinas, os motoboys não tinham uma organização sindical expressiva, mas partilhavam de um forte sentimento de identificação e união. Esses elementos ficam bastante evidentes também na experiência atual. Os relatos, apesar de mostrarem que a Associação é uma estratégia para fazer frente às ameaças trazidas pelos aplicativos de entrega, mostram também que a motivação para a criação da Associação está fortemente baseada na experiência de vulnerabilidade acarretada pela sua desproteção social, o que suscita, de acordo com os entrevistados, a necessidade de maior “união”.

## **A FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO MOTOBOY: TERCEIRIZAÇÃO E PEJOTIZAÇÃO**

---

As mudanças globais no mundo do trabalho desde a reestruturação produtiva do capital, ainda podem ser sentidas no mundo contemporâneo: desemprego estrutural, intensificação do ritmo do trabalho, flexibilização de contratos, enfraquecimento do movimento sindical etc. Acerca desses elementos de ruptura com a ordem social que caracterizou o capitalismo industrial de meados do século XX, Postone (2008) afirma que:

De modo geral, as décadas recentes viram o enfraquecimento da soberania econômica estatal nacional e a emergência e consolidação da ordem global neoliberal. Por um lado, a vida social, política e cultural tornou-se cada vez mais global; por outro, tornou-se cada vez mais descentrada e fragmentada. (...) Essas mudanças ocorreram no contexto de um longo período de estagnação e crise: desde o começo dos anos 1970, a taxa de crescimento dos salários reais diminuiu dramaticamente – eles permaneceram geralmente inalterados –, as taxas de lucro estagnaram e as taxas de produtividade do trabalho baixaram. No entanto, esses fenômenos da crise não levaram ao ressurgimento dos movimentos da classe trabalhadora (p. 79, 80).

Segundo Chesnais (1996) esse processo de mudança foi impulsionado pela mundialização do capital, fazendo com que toda a sociedade se adequasse às suas necessidades de lucro a curto prazo, com concentração e centralização de capitais. Assim, o que a literatura acadêmica convencionou chamar de reestruturação produtiva do capital, cobre uma série de transformações tecnológicas e organizacionais empregadas globalmente com vistas à continuidade da reprodução social do sistema capitalista.



Deste modo, o capital se reorganiza através da dispersão sem a perda do controle da produção. Capilarizando os processos de produção ao redor do mundo, o capital dá início ao que Harvey (1989) chamou acumulação flexível. Neste processo, aquela grande empresa fordista é fragmentada em diversas unidades de produção, mas que não deixa de ser conectada com seu pólo empresarial por meio das tecnologias digitais, transformando-se em uma unidade de produção agora mais flexível, através da descentralização (ANTUNES, 2009).

Todas essas mudanças estruturais não afetam a potencialidade produtiva do capital. Pelo contrário, com a dispersão do trabalhador pelas malhas produtivas expandidas ao redor do mundo, aliado à inserção de tecnologias produtivas e informacionais, o capital ganha em dobro: no processo de produção (com a exploração da mão de obra dos trabalhadores da periferia do capital) e também na fragmentação da classe trabalhadora. Assim, “o capitalismo está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão [...] tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional” (HARVEY, 2008, p. 150-151).

Assim, para compreender esses movimentos do capital no limiar do século é fundamental observar que, a despeito do papel importante de todas as iniciativas de incorporação tecnológica e transformação produtiva, a “desregulamentação” dos direitos do trabalho foi a principal resposta dada pelo capital diante deste cenário de crise, na medida em que os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1989).

Nos países centrais do mundo capitalista, a partir da crise do final da década de 1970 tratou-se de reverter ou enfraquecer a forma de atuação da regulação social e pública do trabalho, que predominou durante o contexto do *Welfare State*, a qual se fundamentava na concepção de que o mercado está marcado por um desequilíbrio estrutural entre capital e trabalho, implicando que o Estado, através de um sistema de proteção social, devesse cumprir, de certo modo, o papel de “desmercantilizar” o trabalho. De acordo com Krein (2007, p. 4):

O processo de ‘desmercantilização’ do trabalho foi resultado de uma construção sócio-política. Pela política foi construída uma regulação pública do trabalho, por meio da introdução, por um lado, de direitos trabalhistas e de sistemas de proteção social e, por outro lado, do reconhecimento dos sindicatos e de seu poder de contratação coletiva.

Entretanto, Krein (2007) alerta para o fato de que no contexto do capitalismo tardio brasileiro, essa regulação social do trabalho nunca alcançou o mesmo grau de proteção do que nos países centrais, de tal modo que no Brasil não se tratou propriamente de “desregulamentar” os direitos do trabalho, porque o mercado de trabalho aqui sempre foi flexível. Neste sentido, para esse autor, ao se referir a essas transformações estruturais da regulação e gestão do trabalho no Brasil, após a crise estrutural do capital, é mais adequado utilizar o conceito de “flexibilidade”, uma vez que a partir da década de 1990 é que se passa a introduzir na realidade brasileira regulamentações que ampliaram a flexibilidade já existente em certos elementos centrais das relações de emprego.

Deste modo, em última instância, o que se coloca em questão com a agenda da flexibilização foi o avanço da “mercantilização” da força de trabalho, como mercadoria cada vez mais barata e descartável. Ou seja, em outros termos, trata-se de “reconstituir junto com o neoliberalismo, o neocontratualismo, o que significa uma busca de aproximação, ao máximo possível, entre regulação e leis de mercado (auto-regulável)” (KREIN, 2007, p. 5).

Neste sentido, pode-se afirmar que, ainda que no Brasil já se pudesse falar de um mercado de trabalho flexível antes da crise global de fins dos anos setenta, por conta das características estruturais de seu mercado de trabalho, não se pode afirmar que estivesse em jogo uma apropriação ideológica da noção de flexibilização antes da década de 1990. Por sua vez, no cenário atual de acumulação flexível, a flexibilização se emprega como um eufemismo para a precarização do trabalho, fazendo-se válida a afirmação de Mézáros (2006, p.27-8) de que “o mito da ‘flexibilidade’ é uma maneira de dourar a pílula”.

A percepção da regulamentação do Estado como um prejuízo para o lado mais frágil dentre as partes estruturalmente desiguais da relação capital-trabalho, faz parte deste cenário neoliberal em que o Estado, apesar da renovação do discurso do *laissez-faire*, não se torna neutro às demandas das diferentes classes sociais, ao contrário, atua no sentido de proteger o capital (KREIN, 2007). Assim, a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, aprovadas em 2017 no Brasil, acompanham esse movimento amplo do capital global para eliminar os mecanismos de controle social e político que outrora atuavam na amenização do caráter destrutivo das relações de trabalho pelo capital.

De acordo com Godoi (2012), o aumento do desemprego nos anos 1990 e o avanço dessa agenda da flexibilização do trabalho determinou fortemente o processo de formação da categoria motoboy na primeira década do século XXI. Observaram-se três formas básicas de informalidade entre os motoboys, no bojo de seu processo de regulamentação profissional: autônomo, terceirizado e pejetizado.

Enquanto autônomo, o trabalhador não mantinha nenhum vínculo de emprego, embora fosse muitas vezes trabalhador de várias empresas. Como terceirizado, constatou-se uma diversidade de formas de vinculação dos motofretistas com a empresa interposta e a contratante do serviço: fixo, avulso ou esporádico. O fixo era exportado pela terceirizada para trabalhar dentro de uma única empresa, o avulso prestava serviço para várias empresas e o esporádico não tinha vínculo de trabalho nem mesmo com a terceirizada, realizando “bicos” de acordo com as flutuações da demanda.

Assim, essas formas distintas e desigualmente precárias de informalidade caracterizam o que Tavares (2004) chamou de “nova informalidade”. Ou seja, dentro das próprias empresas terceirizadas, que já se definem como uma forma de flexibilização das relações de emprego, há contratações bastante precarizadas de trabalho, que apontam para a articulação da informalidade com a terceirização. Neste sentido, Tavares (2004, p. 43) afirma que:

Graças à terceirização, a informalidade se torna uma forma adequada ao capital, porque participa efetivamente da produção sem implicar os custos do trabalho formal, e porque, aparentemente, não se configura como uma relação entre opostos.

Além do motoboy autônomo e terceirizado, observou-se também outra forma de flexibilização do mercado de trabalho, designada por Krein (2007) como “pejetização”, ou seja, uma forma atual de subsunção ao capital em que o trabalhador aparece como capitalista de si mesmo.

A trajetória de vida de alguns entrevistados ilustra bem a situação em que a terceirização possibilitou o nascimento de um novo negócio, como subcontratação organizada em modelo empresarial. Entusiasmados com a possibilidade de ser um micro ou pequeno empresário, um grande número de trabalhadores insatisfeitos com suas condições de trabalho precarizadas, se arriscaram como “patrões-de-si-mesmo”, como mostra o trecho do relato abaixo:

Eu fiquei dois anos só trabalhando para mim, (...) eu trabalhava na rua também, mas tinha mais oito motoboys que eu tinha empregado. Eu comecei com a cara e a coragem. Eu não tinha nem possibilidade de abrir crédito nenhum! Fui ao Santander tentar pegar um dinheiro: ‘Não. Não pode’. Aí o que aconteceu? Vai tocando desse jeito, contratos mal feitos... Ou seja, pagava só o motoboy, não sobrava mais nada. Aí eu resolvi montar a cozinha industrial (...) para salvar a outra. (...) Quando eu montei a cozinha, o Banco do Brasil me abriu o crédito pelo BNDES de 100 mil. Mas eu só saquei 15 mil. (...) Desses 15, hoje está em 30. (...) Se eu não começar a pagar, o negócio vai ficar [difícil]. (...) Eu procuro falar que não me arrependo do que faço, mas disso eu me arrependo. (relato de Fernando apud Godoi, 2012)

Deste modo, a despeito dos motivos específicos que interferem para o sucesso ou a falência destas empresas de entregas rápidas, eles estão relacionados com o fato de uma empresa capitalista só existir, de acordo com Marx (1985, p. 129):

Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata é o único motivo indutor de suas operações (...). O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.

Neste sentido, a despeito da existência da situação em que a abertura de firma resultou numa organização produtiva capitalista, a pesquisa demonstrou que a “pejotização” foi um meio de descaracterização de relações trabalhistas e transferência do custo e risco das operações para o próprio trabalhador. Na tentativa de assegurar uma vida material dentro dos padrões médios de conforto, bem como, na esperança de diminuir sua jornada de trabalho, muitos motoboys se arriscaram como “patrões-de-si-mesmos”. A história de José, informante da pesquisa, é emblemático. Esgotado com os sucessivos golpes levados no interior deste mercado da terceirização, José resolveu abrir sua própria empresa, encorajado pela garantia de serviço dada por um gerente do Banco Itaú, empresa para a qual já trabalhava como mão-de-obra terceirizada:

O quê que aconteceu? Eu abri a firma, fui ao Banco, levei os papéis. O gerente falou: ‘você já abriu conta num banco?’. Falei: ‘não’. ‘Então vem cá, vamos abrir a conta, jurídica e tal.’ (...) Daí quando foi na segunda-feira eu já comecei a trabalhar. Isso já está fazendo 10 meses. (...) Só que está muito pouco. Diminui bastante nessa crise. [Inclusive] eu estava com um funcionário e dispensei. Agora estou sozinho porque não compensa. (...) A minha mulher chega a chorar. Eu falo: ‘não esquentar a cabeça, (...) quando as coisas começarem a melhorar eu pago [as dívidas]’. Tem que melhorar! (...) Ou eu vou melhorar, ou eu vou piorar de vez agora (...) [porque] eu não trabalho de graça para mais ninguém. Eu prefiro entrar em dívida, mas de graça eu não trabalho mais. (relato de José apud Godoi, 2012)

O relato acima deixa claro, então, a diferença qualitativa entre o capitalista, como a personificação do capital, e o trabalhador pejotizado. Apesar do estatuto jurídico-formal de empresário, muitos destes trabalhadores continuam sendo força de trabalho “livre como os pássaros”, como mostra a experiência de outro entrevistado da pesquisa, que foi persuadido a abrir firma e comprar o meio de trabalho que seria utilizado para a entrega de uma nova tiragem de jornal de Campinas:

No Jornal, (...) eles me ofereceram uma oportunidade para trabalhar com uma microempresa (...). Mas na realidade eles me propuseram uma coisa, me disseram que ia ser uma coisa, e foi outra. (...) Eu achei que seria melhor, que eu iria trabalhar menos, que eu iria ter tempo para dormir. Mas foi a mesma coisa, aliás, foi um problema maior. Foi pior porque eu não conseguia me manter. Eu tinha contador, combustível, imposto para pagar e não valia a pena. Eu resolvi parar. (...) Eles falaram: ‘Veja o que é melhor para você, procure o que é melhor para você’. E foi assim. (relato de Gilberto apud Godoi, 2012)

Assim, o relato acima revela que a pejotização foi uma prática social de precarização do trabalho que, articulada ao processo de terceirização, foi determinante para a formação da categoria motoboys. O trabalhador autônomo, terceirizado ou pejotizado foi o preâmbulo da uberização do trabalho motoboy.

## **A UBERIZAÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS TRABALHADORES *JUST IN TIME***

---

Analisando os resultados das pesquisas desenvolvidas há dez anos, no bojo do processo de regulamentação da profissão, pode-se afirmar que a categoria atraiu um contingente de trabalhadores urbanos desempregados ou informalizados. Em sua maioria exerciam o trabalho de motofrete para o comércio, indústria e bancos, através da interposição de empresas de transporte terceirizadas. Entretanto, com a uberização do trabalho, agrava-se esse processo de precarização vivenciados pelos trabalhadores sob duas rodas. É como se aquelas relações de trabalho mais precarizadas, que atingia o menor contingente de motoboys

terceirizados de dez anos atrás – os “avulsos” e “esporádicos” – tenham se tornado hoje o maior grupo dentro da categoria. O contingencial se tornando estrutural e viral.

Na virada do século XXI, mais precisamente na segunda década, com o capital já atuando de maneira mais flexível, uma nova reorganização mundial do trabalho começa a se estruturar aliada às novas tecnologias da informação, que Zuboff (2018) apresenta como *big data*, maquinaria indispensável para o “capitalismo de vigilância”. Essa conjuntura, por sua vez, abre espaço para o surgimento de empresas – denominadas plataformas de aplicativos – conhecidas por englobar o que muitos chamam de “*gig economy*”, “*sharing economy*” ou “*plataform economy*”. As plataformas de aplicativos passam a atuar com mais ênfase no setor de serviços, área até então ignorada pelo capital, mas que agora, dada as circunstâncias, se mostra vantajosa.

Segundo Abílio (2020), este novo processo de transformação organizacional do trabalho fica marcada com a entrada da empresa Uber no mercado, mas o termo uberização e suas implicações não se restringem somente a esta empresa. Seu alcance transborda as barreiras de atuação das estratégias usadas pelo capital para sua rentabilidade.

A uberização do trabalho pode ser compreendida sob diversos prismas, desde a alta dose de um discurso empreendedor injetado no mercado pela ideologia neoliberal, passando pelo desmonte dos direitos e seguridades permitido pelo Estado, até a sujeição total dos trabalhadores por não terem vínculo empregatício com as plataformas de aplicativo.

Diante do desemprego estrutural e da corrosão dos horizontes do trabalho tipicamente assalariado e com registro, milhares de jovens trabalhadores tomam para si os riscos e ônus do processo de trabalho. Esta talvez seja a principal característica das empresas de plataformas, sobretudo aquelas que atuam no setor de serviços. Trata-se de empresas que surfam na onda de precarização provocada pelo degelo do marco regulatório do trabalho celetista (CLT). O contrato de trabalho, base jurídica entre empregado e empregador, inexistente no trabalho uberizado.

As relações de trabalho do entregador se assemelham muito com aquilo que era, há dez anos atrás, mais a exceção do que a regra. O entregador de aplicativo é o motoboy uberizado. Os aplicativos e plataformas digitais tratam o trabalhador como autônomo, ou seja, são responsáveis apenas pela intermediação entre “consumidores e produtores”. Não há delimitação da carga horária, garantia de remuneração ou manutenção das ferramentas de trabalho. Entregues à própria sorte, os trabalhadores têm de estar sempre a postos, numa relação de vida ou morte perante o processo de trabalho, configurando o que Abílio (2020) chamou de “trabalhador *just-in-time*”.

Outro fator estruturante do trabalho uberizado é a ausência da figura do patrão, que agora é substituída pela gestão maquínica-algorítmica, aliado ao gerenciamento de si. Esta nova configuração das relações de trabalho atua de maneira contrastante com outros modelos de organização das atividades laborais, no que diz respeito ao gerenciamento e controle do trabalho. Até então, antes da introdução das tecnologias de informação e comunicação (TICs), o gerenciamento e controle do trabalho passavam pelo crivo do patrão, o detentor dos meios de produção e também da força de trabalho daquele que a vendia.

A figura do patrão desempenha papel importante nas relações de trabalho. O patrão, além de todas suas implicações materiais, reflete em sua própria existência a representação de exploração, algo a ser superado pelo trabalhador. Esta imagem catalisadora de reconhecimento enquanto classe explorada, ao passar pelo processo de despersonalização garantido pelo algoritmo, apaga a imagem de controle e supervisão que até então existia, mascarando essa condição.

No trabalho uberizado, a gestão e o controle das atividades realizadas pelos trabalhadores são obscurecidos através do processo de apagamento da figura do patrão. Esta metamorfose nebulosa acontece pela utilização do algoritmo, uma ferramenta já conhecida da computação, que tem como principal função a solução de problemas. Contudo, esta ferramenta, inserida no contexto de exploração e financeirização do capital, aliado aos dados obtidos através das novas tecnologias, agem como organizadora do trabalho, gerindo pedidas, entregas e ordenando clientes em relação a valores (GROHMANN, 2020). Em outras palavras, os algoritmos usados por essas empresas fazem delas mais do que meras mediadoras do trabalho, mas atuam de maneira direta no controle do labor do precariado no Sul Global (BRAGA, 2014).

A aliança perversa das novas tecnologias com o discurso empreendedor – que foi gerado e disseminado pelo neoliberalismo – engraxa as engrenagens do trabalho em tempos de uberização. A estratégia é causar uma confusão entre a imagem do trabalhador e a do empresário, transformando o empreendedorismo numa simples condição de assumir os prejuízos do processo de trabalho. Opera aí “um importante deslocamento do desemprego enquanto questão social para uma atribuição ao indivíduo da responsabilização por sua sobrevivência em um contexto de incerteza e precariedade” (ABÍLIO, 2019, p. 4).

É neste cenário de incertezas e precarização do trabalho, que alguns movimentos de organização coletiva do precariado vêm acontecendo em todo o mundo. Um levantamento exploratório da diversidade e diferenças entre esses movimentos na categoria motoboys mostram os enormes desafios de organização desse novo contingente da “classe-que-vive-do-trabalho” por meio das instituições políticas mais tradicionais.

O exame acerca das características das ações coletivas desses trabalhadores sobre duas rodas retoma o importante deslocamento epistemológico pós-colonial aos diagnósticos de intelectuais, do Norte Global, acerca da agenda política dos novos trabalhadores precarizados. Perplexo com a intensificação da informalidade no bojo do capitalismo baseado na “acumulação por espoliação” (Harvey, 2013) e com a falta de representatividade dos sindicatos trabalhistas europeus no seio do precariado, Standing (2011) “alerta sobre a natureza ‘perigosa’, isto é, filofascista, dessa nova classe”:

(...) ao contrário da maior parte dos exemplos e dados presentes no livro, cujo foco recai sobre as relações trabalhistas em países de capitalismo avançado, comentarei a obra da perspectiva de alguém que estuda as metamorfoses do capitalismo e da classe trabalhadora no chamado “Sul global”. (...) De certa maneira, o precariado seria o filho indesejado do casamento do neoliberalismo com a globalização do capital. (...) Em suma, o autor identificou uma postura socialmente ressentida e politicamente antisindical por parte do precariado europeu. A razão da hostilidade ao movimento trabalhista dever-se-ia, sobretudo, ao fato de os trabalhadores jovens, politicamente inexperientes e submetidos à precarização do emprego considerarem praticamente impossível organizar-se sindicalmente nos locais de trabalho (...) Ao elaborar seu diagnóstico sociológico e sua agenda política, Standing optou por afastar o precariado tanto dos demais grupos da classe trabalhadora quanto do movimento sindical. Se, como afirma o autor, os sindicatos estão condenados ao desaparecimento, é evidente que eles não podem propor soluções capazes de fortalecer a universalização dos direitos sociais e enfrentar a precarização do trabalho. Mas até que ponto a desconstrução analítica da relação entre o precariado, a classe trabalhadora e os sindicatos é empiricamente consistente? Como o precariado no Sul global tem se comportado em relação aos direitos sociais e ao sindicalismo? (BRAGA, 2014, p. 38, 39, 41, 44)

Para Braga (2014) não só a abordagem sociológica de Standing (2011) é problematicamente eurocentrada, por compreender o avanço da nova informalidade como impulso para a formação do precariado como uma nova classe, separada da classe trabalhadora, mas suas conclusões sobre a agenda política cabível ao precariado também guardam problemas<sup>1</sup>.

Analisando os movimentos recentes de motoboys e entregadores de aplicativos, observamos que a fragmentação ocupacional dentro da categoria e a interposição de empresas na relação capital/trabalho – seja as empresas terceirizadas ou as empresas de plataformas de aplicativos – dificultam a constituição de uma agenda de luta contra a informalidade que gere engajamento massivo e continuado. O terceiro ato convocado pelo “*Breque dos Apps*” é emblemático ao observar os “rachas” internos.

O movimento denominado “*Breque dos Apps*” não foi organizado inicialmente pelo Sindicato (Sindimotos), que só aderiu depois. Esse dado mostra preliminarmente que existem movimentos e processos de auto organização que operam em paralelo aos sindicatos, ainda que em alguns casos com relativo

---

1 Em Godoi (2012), o conceito de *classe-que-vive-do-trabalho* desenvolvido por Antunes (2000) foi empregado com a intenção de demonstrar o pertencimento dos motoboys à classe trabalhadora: “Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado (...) os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital.” (Antunes (2000, p. 103-4)).



apoio das suas entidades de representação. A primeira paralisação do Breque dos Apps aconteceu pela primeira vez no dia 1 de julho deste ano, tendo como protagonistas os trabalhadores de empresas aplicativos como Ifood, Uber Eats, Rappi e Loggi, que exigiam melhores condições de trabalho, cabendo o reajuste dos preços das entregas, o recebimento de EPIs para o trabalho durante o período de pandemia, o fim de bloqueios impostos pelos aplicativos e algum auxílio no que diz respeito a acidentes.

Este movimento de resistência contou também com a participação do grupo denominado “Entregadores Antifascistas”, composto por motoboys que prestam serviços de entrega para as diversas plataformas de aplicativos. Tendo um campo de luta mais amplo do que as reivindicações por melhores condições de trabalho, como já mencionado, a luta travada por esse grupo de entregadores parece pautar uma agenda política mais ampla, conforme vem declarando a sua principal liderança.

Conhecido como “Galo de briga”, Paulo Lima – líder do grupo Entregadores Antifascistas – afirmou em entrevista concedida ao Intercept Brasil, publicada em 7 de junho de 2020, que as plataformas de entregas constroem uma ideia fantasiosa de que o entregador seja um “empreendedor”<sup>2</sup>. Neste sentido, aqueles trabalhadores desempregados, informalizados e uberizados que compõem o precariado global, são narrados na ideologia dominante como “empresários de si mesmos”.

A análise exploratória do site e do jornal A Voz do Motoboy, produzido pelo Sindimotos-SP, permitem observar que, ao contrário dos “Entregadores Antifascistas”, o campo de disputa política construído pelo sindicato está organizado pela luta por regulação da profissão e reconhecimento social do trabalho motoboys:

O saldo de quase dez anos de mandato do presidente anterior foi o esvaziamento do patrimônio e um monte (literalmente falando) de dívidas. Vários dirigentes de entidades sindicais de inúmeras cidades deram suporte e apoio, principalmente jurídico, para que o Sindimotos-SP estivesse com quem realmente trabalha pelo setor. Agora, o desafio maior é reconstruir a “casa” e com a determinação da nova diretoria presidida pelo companheiro Gil e o engajamento de toda a categoria, o Sindimotos-SP iniciará uma nova fase. As vitórias estão chegando e prova disso é a Regulamentação que foi aprovada e já está em vigor e a obtenção da Carta Sindical que nos dá o título de representantes oficiais (e legítimos) da categoria. Outras reivindicações também já estão sendo atendidas e em breve, você motoboy terá o que sempre sonhou: uma profissão reconhecida e respeitada (direção do Sindimotos-SP in <http://sindimotosp.com.br/menu/quemsomos.html>).

Ou seja, mais do que uma agenda política ampla que incorpore outras bandeiras e estratégias confrontacionais, o perfil público de atuação do Sindimotos-SP<sup>3</sup> parece circunscrevê-lo a uma prática sindical negocial, característica dessas entidades de classe depois dos “descaminhos do novo sindicalismo” mais combativo (Antunes, 2018).

Outra questão que parece pertinente destacar para analisar as formas de ação coletiva entre os motoboys e entregadores de aplicativos é o fato de que o esvaziamento dos últimos atos do “Breque dos Apps” estar relacionado também a oposições internas em torno da questão da informalidade e da política nacional. De acordo com matéria “Nova greve dos motoboys tem baixa adesão pelo País”, de Jakitas (2020), publicado pelo jornal Estadão, no terceiro dia de greve convocada pelo Breque dos Apps:

No final do dia, os motoboys confessavam frustração com o movimento nos grupos de WhatsApp. Para eles, após surgir com uma pauta forte, destinada a garantir melhor remuneração e melhores condições de trabalho, o movimento rachou entre grupos distintos. Uma parte com ambições políticas e a outra parte alinhada aos sindicais, que defendem o reconhecimento de vínculo empregatício dos entregadores com os aplicativos - tema que não é consenso entre os trabalhadores já que, em sua maioria, eles prestam serviços para mais um de aplicativo.

---

2 THE INTERCEPT BRASIL. 1 Vídeo (5:44). Conheça Paulo Lima, o entregador de aplicativo antifascista que organiza a categoria. Publicado pelo canal The Intercept Brasil, 2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=iTVhpgxH8dY&ab\\_channel=TheInterceptBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=iTVhpgxH8dY&ab_channel=TheInterceptBrasil).

3 O Sindicato dos Mensageiros Motociclistas, Ciclistas e Mototaxista Intermunicipal do Estado de São Paulo (Sindimotos-SP), foi fundado em 1991 e constituiu nova diretoria em 17 de agosto de 2007, elegendo Gilberto Almeida dos Santos, o Gil.

Todavia, se as informações apresentadas acima, acerca do descolamento dos movimentos de protesto dos motoboys e entregadores em relação às suas entidades sindicais, poderia sustentar a tese de Standing (2011) de que o precariado é inerentemente antisindical, ou a tese pós-moderna da fragmentação identitária dos novos movimentos sociais, inúmeros relatos de motoboys colhidos por pesquisadores nos últimos dez anos, apontaram para práticas e discursos de “união”. Assim, se entre as teleoperadoras ouvidas por Braga (2014) “o acúmulo de experiências com o regime de mobilização permanente da força de trabalho faz com que esses trabalhadores desenvolvam comportamentos críticos em relação às empresas” que podem ser a base instrumental para sua aproximação aos sindicatos, a categoria motoboy parece apontar para o carácter mobilizador da experiência cotidiana de “união”.

Neste sentido, chama atenção num outro processo de organização coletiva dos trabalhadores sobre duas rodas no cenário atual. Além das ações confrontacionais (greves) ou negociais (regulamentação e acordos sindicais) discutidas acima, a criação de associações e cooperativas também começam a ganhar visibilidade, mesmo que neste primeiro momento, de maneira ainda tímida. Diversas cooperativas ao redor do mundo começam a sair do papel e dão seus primeiros passos na realidade prática. É o caso da “CoopCycle”, um conglomerado de cooperativas criadas na Europa e também da América do Norte, que somam em torno de trinta unidades cooperativas. Juntas, essas cooperativas trocam informações e ferramentas como *software* e aplicativos, com o intuito de tornar as atividades de entrega menos custosas para os trabalhadores que constituem o movimento.

Segundo uma matéria publicada pela BBC News Brasil (2020), já existe uma movimentação por parte de grupos como os Entregadores Antifascistas, que buscam a integração nesta federação de cooperativas. Segundo Eduarda Alberto – entregadora associada aos Entregadores Antifascistas e responsável pela tentativa de integração – o maior empecilho vem sendo a questão burocrática de inclusão das motocicletas na plataforma *CoopCycle*, já que a mesma permite apenas bicicletas, dada a agenda ambiental que voga em alta na Europa mas que, no Brasil, ainda não encontra campo amplo de debate e discussões.

Também no Brasil, ainda segundo a BBC (2020), a tentativa de integração à plataforma *CoopCycle* já aconteceu outras vezes, como é o caso do coletivo *Señoritas Courier*. Em 2018, o coletivo que é composto apenas por mulheres e pessoas LGBT também tentou a integração, porém, por outra vez, a questão burocrática barrou sua entrada. Segundo as diretrizes da plataforma, a entrada de novos associados é permitida somente se for como cooperativa e não como coletivo.

Em Indaiatuba, esta movimentação de organização coletiva por parte dos motoboys pode ser observada através da criação da Associação dos Motoboys, Motofrentistas e Entregadores de Indaiatuba (AMEI). Em entrevista com três membros da Associação – Murilo (presidente), Alberto (tesoureiro) e Eder (associado), a motivação principal para a criação da associação guarda relação com a percepção política de que a “união” é o principal ingrediente para fazer frente a desproteção social do trabalho precarizado.

É sob essa percepção que Murilo narra a situação que o levou a idealizar o projeto de constituir a AMEI. Enquanto fazia uma das dezenas de entregas do dia, ele recebeu a informação – por meio de outro motoboy – que um amigo havia sofrido um acidente, resultando na fratura das duas pernas. Assustado com a notícia, Murilo faz uma visita a seu colega e descobre uma situação chocante:

Eu não sou de reparar na casa dos outros, né mano. Nunca fui de reparar na casa dos outros, minha casa sempre foi uma casa humilde, mas naquele dia eu senti a necessidade de reparar, mano. Eu perguntei pra ele: “Ô fulano, me dá um copo da água gelado aí!”. Pra ele abrir a geladeira que eu queria reparar na geladeira dele memo, se tinha alguma coisa, se não tinha alguma coisa. Ele abriu, mano! Só tinha água na geladeira do cara. Ai eu falei: “Ô mano, e como tá aí pra comer, pras contas, como que tá?”. Ele falou: “É Murilo... tá foda, mano. Tá foda! Tô com dois alugueis atrasados. E mano... minhas criança estão até passando fome” (relato de Murilo, 2020.)

Ainda que esteja previsto na Convenção Coletiva de Trabalho (Sindimotos-SP, 2020-2021) cláusulas que preveem a “reposição do custo da utilização do equipamento do empregado e seus acessórios”, bem como o direito do funcionário à “seguro de saúde complementar”, esses direitos não atingem grande parte

da categoria motoboy, em função dos processos de precarização já analisados anteriormente (terceirização, pejotização e uberização). Não tendo nenhum tipo de vínculo empregatício, esta é a realidade de vários entregadores em todo o mundo. Ao sofrer um acidente, o trabalhador arca com todo o prejuízo: manutenção da sua motocicleta, compra de remédios, eventuais gastos hospitalares (já que estão desprovidos de um plano de saúde) e as dívidas que se acumulam enquanto o mesmo não volta a trabalhar.

Tendo em vista a situação que seu amigo passava, Murilo então resolve tomar uma atitude que pode ser considerada o primeiro passo para a criação de uma organização coletiva, que, posteriormente, culminará na AMEI. Segundo Murilo:

Mano, eu chamei dez, quinze motoboy que não ia afinar naquela hora: “Me arruma cem conto aí”. Nós fizemos uma catanção e eu lembro que conseguimos levantar dois conto. Fui lá (...) pagamos os dois alugueis, fizemos uma puta дума compra e deixamos lá pro cara. Ai eu inventei uma tal de poupança. Falei pros caras: “Ô, vamos inventar uma poupança. Dez reais cada um por mês. Nós fazemos uma poupança e se acontecer alguma coisa [por exemplo] com o ‘Gordão’, nós ajudamos ele...”. Mano, no primeiro mês vieram (...) cento e três pessoas. (...). [Em] novembro, o Rick caiu. Ai esse cara caiu, só que ele deu dez reais só no primeiro mês, não tinha dado mais [nada]. Mas mesmo assim ele participou, não participou? (...) Fui lá na casa dele fazer uma visita pra ele. (...) Na hora que eu tava saindo eu saquei de quinhentos conto e falei: “Tó”. Ele falou: “O que que é isso?”. Eu falei: “A [nossa] poupança tá dando quinhentos reais pra você arrumar sua moto e comprar algum medicamento que você precisar aí e depois se você quiser devolver pra poupança você devolve... E bola pra frente” (relato de Murilo, 2020).

O relato acima deixa evidente que o projeto de formar a Associação (AMEI) iniciou-se a partir da percepção de que o desamparado acarretado pela informalidade poderia ser enfrentado coletivamente.

Como forma de amortecer os impactos causados pela precarização da profissão motoboy e a inserção da uberização do trabalho, a associação fundada por Murilo, irá influenciar, segundo ele: “na união, porque todo mundo vai estar no mesmo barco” (relato de Murilo, 2020).

Outra agenda de luta que a AMEI está encampando guarda relação com a questão da mobilidade urbana. Sabe-se que o tempo é elemento fundamental para a categoria motoboy dada a relação direta com a sua produtividade, já que não tendo nenhuma certeza em relação ao seu salário, os entregadores, desprovidos de seguridades básicas, se arriscam em cima de duas rodas, procurando cada vez mais diminuir o tempo de suas entregas. Esta situação é descrita na fala de Murilo:

(...) Você pára na portaria de um condomínio, tem uma fila de dez carros. Mano, é dez pessoas pra fazer o cadastro pra entrar. E você lá, com dez entregas [pra fazer e só] uma no condomínio, o resto pra fora. A hora que você sai do condomínio, [como] você vai recuperar aquele tempo [em] que você estava [preso na portaria]? (relato de Murilo, 2020)

Por esse motivo, a associação tem em vista um projeto de lei para facilitar o acesso dos motoboys nos condomínios fechados da cidade. Segundo Alberto, outro entrevistado, “A Associação está em prol dessas coisas. O que a gente vai tentar? A gente vai tentar (...) pedir pra prefeitura obrigar os condomínios a pôr uma cancela só para os motoboys, para facilitar a [nossa] entrada e saída”.

Deste modo, as entrevistas com os membros da AMEI levantam a hipótese de que a agenda política desses trabalhadores que compõem o precariado do Sul Global está atravessada tanto por questões trabalhistas, tradicionalmente encampadas pelas entidades sindicais, quanto por questões ligadas aos movimentos sociais urbanos, tais como a reivindicação dos motoboys de Indaiatuba por diminuir as barreiras para a circulação dentro dos condomínios fechados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Toda a economia para o capital é economia de tempo. O processo de subsunção do trabalho ao capital passou pelo avanço da sincronização dos tempos e aumento da mobilidade, de modo que os horizontes das tomadas de decisão privadas se estreitassem e a difusão dessas decisões se propagasse mais rápido e por áreas cada vez mais amplas e variadas.

Por sua vez, esses poderes aumentados em termos de flexibilidade e mobilidade implica numa atenção redobrada com a logística da produção-circulação do excedente, produzido pelos trabalhadores e continuamente apropriado, consumido e investido pelos capitalistas. Essa necessidade de eficiência no processo de circulação implica no acionamento de um exército de trabalhadores ligados ao transporte, ao sistema financeiro e às comunicações. Deste modo, um personagem polêmico se destaca no cenário urbano. Uma categoria de trabalhadores precarizada que viabiliza essa nova dinâmica da acumulação: os motoboys.

Neste ano, o serviço de entregas rápidas realizado pelos motoboys e entregadores de aplicativos ganhou enorme centralidade. Durante o período de isolamento social na pandemia do Covid-19, enquanto as ruas foram esvaziadas de carros e pedestres, os trabalhadores precarizados sob as “rodas da liberdade” ocuparam o palco das cidades, evidenciando a vulnerabilidade e risco que marcam a profissão motoboy.

Nesse escrito buscamos demonstrar que, se a terceirização do transporte e a pejetização do trabalhador foram elementos determinantes para a formação da categoria motoboy, a uberização foi responsável pela intensificação do processo de precarização. Sem vínculos e direitos trabalhistas, as plataformas de aplicativos combinaram as condições de trabalho mais desprotegidas socialmente com a gestão maquínica-algorítmica da força de trabalho, que derreteu os espaços clássicos de confronto da relação capital/trabalho.

Analisamos, entretanto, a precarização do trabalho motoboy - da terceirização à uberização - atentando também para as formas de ação desenvolvidas por esses trabalhadores, no âmbito das suas entidades sindicais, cooperativas e associações. Buscamos salientar que, a despeito da existência de várias fraturas internas à categoria, que conspiraram contra um maior e mais duradouro engajamento no “Breque dos Apps”, a experiência da própria desproteção social mobiliza um sentimento político de “união”, porque estão todos “no mesmo barco”. O barco que carrega o precariado do Sul Global.

## REFERÊNCIAS

---

ABÍLIO, Ludmila. Uberização: a era do trabalhador *just-in-time*? *Estudos Avançados*, v. 34, n.98, jan.-abr. 2020, p. 111 – 26. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S010340142020000100111&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010340142020000100111&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 22 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Psicoperspectivas*, v. 18, n.3, 15 nov. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

\_\_\_\_\_. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAGA, Ruy. Precariado e sindicalismo no Sul Global. *Revista Outubro*, n. 22, 2º semestre de 2014.

BBC. 'Adeus, iFood': entregadores tentam criar cooperativa para trabalhar sem patrão. *BBC News Brasil*, 27 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53551592>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre a datificação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. *Revista Epic*, v.22, n. 1, jan.-abr. 2020.

GODOI, S. C. No tempo certo, sobre duas rodas: um estudo sobre a formação e a exploração dos(as) motofretistas de Campinas-SP. Tese de Doutorado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1989.

HARVEY, David. O novo imperialismo. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

JAKITAS, Renato. Nova greve dos motoboys tem baixa adesão pelo país. *Estadão*. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,motoboys-realizam-protestos-em-shoppings-de-sp-neste-sabado,70003375805>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

KREIN, José Dari. Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005. 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)- Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro Primeiro, Tomo I. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 1 v.(Os economistas).

MÊSZÁROS, István. "Desemprego e Precarização: um grande desafio para a esquerda" In: ANTUNES, Ricardo (Org). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

POSTONE, Moishe. Teorizando o mundo contemporâneo. Revista Novos Estudos, julho de 2008.

STANDING, Guy. The precariat. The new dangerous class. London: Bloomsbury Academic, 2011.

TAVARES, Maria A. Os fios (in)visíveis da produção capitalista. São Paulo: Cortez, 2004.

ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: BRUNO, F. et al. (Org.) Tecnopolíticas da vigilância: Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.



# O CAPITALISMO E A SUA IDEOLOGIA: DA POSSIBILIDADE DE DOMAR O TRABALHADOR À LIBERTAÇÃO DE SUAS RÉDEAS

Carlos Eduardo Krüger

Membro do Grupo Biosofia (Pesquisas e Estudos em Filosofia) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI/RS). Apoiador da Frente Ampla em Defesa da Saúde dos Trabalhadores. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). E-mail: educarlos.kruger@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo estuda o capitalismo e os seus métodos ideológicos de conduzir as relações de trabalho. Assim, inicia por descrever a realidade do sistema econômico e aponta os efeitos do capitalismo nas relações de trabalho. Além disso, verifica as desigualdades sociais e a relação com o mercado de trabalho, bem como analisa o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Por fim, examina a doutrinação ideológica implícita no sistema capitalista e as condições necessárias para a mudança emancipatória. Conclui que o sistema capitalista está aprofundando as desigualdades sociais e precarizando as condições de trabalho, bem como manipulando e empobrecendo a vida dos trabalhadores em prol do enriquecimento das elites. A metodologia adotada é do tipo teórica. Utilizou-se revisão bibliográfica através de resumos e fichamentos sobre doutrina e legislação. O método de abordagem presente é o hipotético-dedutivo e o procedimento é o monográfico, vinculando-se às bases do materialismo histórico. A natureza qualitativa da abordagem deve-se ao fato de buscar reflexões jurídicas, sociológicas e filosóficas relativas ao capitalismo e à sua ideologia nas relações de trabalho.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Trabalhadores; Ideologia; Alienação; Emancipação.

## INTRODUÇÃO

Os acontecimentos recentes tem demonstrado que o sistema capitalista permanece dominante. A sua hegemonia é sólida e imponente, pugnando incessantemente pelo enriquecimento das elites e por uma pauperização das camadas mais baixas da sociedade. A classe trabalhadora, por sua vez, se vê, a cada ano, mais fragilizada, desmontada e submissa ao poder-dinheiro, vivendo um verdadeiro individualismo de “salve-se quem puder”. Reformas, como a trabalhista buscam a desestruturação da organização dos trabalhadores, afetando-lhes a união e o sentimento necessário enquanto classe profissional, na defesa de seus direitos, segregando e ruindo com tais propósitos.

Dando prosseguimento ao seu ideal de desigualdade, o capital redesenha a vida em sociedade, afetando os padrões de união, solidariedade e bem comum, guiando as determinações civilizatórias em benefício próprio, sempre no intento da acumulação e concentração do poder econômico nas mãos do seletivo grupo hegemônico global. Desse modo, as estratégias para a sua manutenção no comando das relações econômicas se dão por intermédio dos artifícios ideológicos ou falaciosos, conforme restou constatado com os efeitos colaterais sendo sofridos na pele da classe trabalhadora no período pós reforma trabalhista.

A partir do nebuloso e complexo contexto vivido pela classe trabalhadora hoje, é pertinente debater e refletir sobre alguns questionamentos que se insurgem nesse ambiente. A imponência do capitalismo sobre as relações de troca está aprofundando as desigualdades sociais e favorecendo o acúmulo do capital, de um lado, e ruindo com a organização e defesa da classe trabalhadora na luta por seus direitos e seus ideais, de outro. Os meios de manipulação da realidade estão alienando o trabalhador, ceifando com as possibilidades emancipatórias da classe desfavorecida. Portanto, surge um questionamento para a análise em tela: quais são os limites e as possibilidades de libertação do trabalhador quanto ao capitalismo e aos seus artefatos ideológicos?

Para tanto, o texto foi dividido em duas partes que contemplam essa realidade. No início, é estudado o capitalismo e as decorrentes relações de trabalho, além de uma breve análise sobre o princípio da dignidade da pessoa humana, notadamente correlato. Ao final, é abordada a doutrinação ideológica implícita no

poderio capitalista, passando pela sua influência nas relações de trabalho e pelas possibilidades de insurgência da classe trabalhadora na defesa de seus interesses e ideais.

## O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES DE TRABALHO

---

Karl Marx foi e continua sendo uma importante referência para o debate sobre o sistema capitalista. As suas palavras refletiram, essencialmente, sobre o conflito entre classes existente na sua época (século XIX), no entanto, são plenamente aplicáveis à realidade do século XXI, tamanha é a atualidade de suas obras. Isto, pois mesmo com toda a evolução da vida, da tecnologia e das relações, de sobremaneira quanto às relações sociais e econômicas, as críticas de Marx não perderam sua validade e pertinência, propagando-se pelos séculos e, ainda sem a necessária atenção.

O seu posicionamento contempla toda uma gama de reflexões atinentes às relações de trabalho e à compra e venda da força de trabalho. Neste cenário, o empregador (ou patrão) é o detentor do capital e dos meios de produção, e o empregado é aquele que nada possui (despossuído), levando ao mercado de trabalho a própria força, energia, vitalidade e tempo de vida em troca do seu sustento e de sua família. O trabalhador, na essência, entrega a própria pele para o capitalista, arriscando-se em prol de uma remuneração. Marx adverte a seguir:

O antigo possuidor de dinheiro se apresenta agora como capitalista, e o possuidor de força de trabalho, como seu trabalhador. O primeiro, com um ar de importância, confiante e ávido por negócios; o segundo, tímido e hesitante, como alguém que trouxe sua própria pele ao mercado e, agora, não tem mais nada a esperar além da...despela. (MARX, 2013, p. 251).

Pode-se observar a iminente fatalidade existente a partir do conflito entre os capitalistas e os vendedores de força de trabalho, bem como as invenções e os aparatos tecnológicos criados para agravar essa disparidade recorrente, conforme será mencionado ao longo do estudo. E mais: não é apenas o homem que é prejudicado, na sua existência precipuamente humana, mas, igualmente, na sua formação enquanto ser afetivo, social e politicamente constituído. O trabalhador vive, portanto, sobre uma corda-bamba, tentando manter-se vivo, ativo, alimentado e com saúde, mas tem plena consciência de que está suscetível ao risco iminente de se desequilibrar e perder o emprego ou pior, sofrer algum dano à saúde ou mesmo perdendo a própria vida. Amartya Sen concorda com tal crítica, asseverando que “se o desemprego arruína vidas, isso deve, de algum modo, ser levado em consideração na análise da desigualdade econômica”. (SEN, 2010, p. 131).

Um dos momentos históricos vividos pelo Brasil que enraizou as desigualdades entre as camadas da população foi a escravidão, massivamente praticada durante os períodos de colônia e império, entre o século XVI e o final do século XIX. Apesar da violência cometida de diversas formas contra os escravos, o legado do período pós-abolicionista reside no grande desafio da recolocação dos seus descendentes no seio da sociedade, visto que são recorrentes as diversas formas de segregação, marginalização e exclusão social das quais eles ainda são alvos. “O abismo criado entre o povo negro e mestiço, de um lado, e as elites da sociedade brasileira do séc. XIX, de outro, em forma crescente, jogou sobre aqueles segregados a responsabilidade da germinação de uma nova sociedade [...]” (KRÜGER, 2019, p. 50), cenário este onde as elites não assumiram o compromisso de uma sociedade melhor.

Neste espectro, igualmente merece atenção o resguardo do princípio da dignidade da pessoa humana. Este é outro ponto diretamente atingido pelas relações desiguais de trabalho e produção de bens. Traduz-se pelas condições humanas da população quanto à sua essência, isto é, aos parâmetros que deveriam ser respeitados e servir de limites para frustrar qualquer abuso. O princípio da dignidade da pessoa humana, nesse sentido, é constantemente posto em xeque, em função da prevalência irrestrita do capital sobre a condição sumamente humana, perfazendo uma balança economicamente desequilibrada. No entanto, conforme

Luiz Marques Filho pondera, parece que o capitalismo desconhece limites, em que a “expansão é a regra básica de remuneração do capital, vale dizer, da fisiologia do capitalismo.” (MARQUES FILHO, p. 555).

O princípio da dignidade da pessoa humana é pregado de forma vasta em diversas fontes, mas, de modo elementar, na Constituição Federal vigente (BRASIL, 1988). Desde pontos explícitos até postulados subentendidos, o referido princípio assim é tratado por embasar um rol de direitos e garantias que devem ser respeitadas, em qualquer situação. Nesse sentido pode-se observar, nas Escrituras Sagradas, as primeiras determinações:

Tanto no Antigo quanto no Novo Testamento podemos encontrar referências no sentido de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, premissa da qual o cristianismo extraiu a consequência [...] de que o ser humano é dotado de um valor próprio, não podendo, por tal razão, ser transformado em mero objeto ou instrumento da ação alheia. (SARLET, 2015, p. 32).

Em reforço quanto à incumbência legislativa sobre o princípio em tela, cabe destaque o necessário reconhecimento da eficácia dos Direitos Fundamentais, onde a dignidade da pessoa humana está inserida. O viés normativo é complementado pelas dimensões histórica, sociológica e filosófica que também envolvem o referido termo. Ou seja, é insuficiente o vislumbre exclusivamente sob a ótica normativa para a garantia de tal proteção, apesar de fundamental na sociedade civilizada e democrática de Direito. O retrospecto histórico para essa conquista humana é acalentador, bem como os caminhos filosóficos e sociológicos deixaram legados de reconhecimento do valor ímpar e de combate a possíveis retrocessos nesse sentido.

Verificando a relação entre Estado e indivíduo, Sarlet e Fensterseifer pontuam que, devido à condição ímpar do ser humano, “é o Estado que existe em função da pessoa humana, e não o contrário, já que o ser humano consiste finalidade precípua, e não meio da atividade estatal.” (SARLET, FENSTERSEIFER, 2014, p. 45). A ideia, portanto, é de que o ser humano surgiu antes da estrutura estatal, precisando dela para organizar a vida em sociedade. Assim, o Estado deve propiciar um ambiente no qual se viva de forma civilizada, adequada e próspera. O propósito da máquina pública, portanto, deve ser de estabelecer as condições sociais para que se reconheça e se respeite a dignidade da pessoa humana em cada cidadão, em cada indivíduo, em cada humano.

Entrando na esfera do dinheiro como moeda de troca a partir do trabalho dos humanos, Marx também critica veementemente a posição que esta forma de valor ocupa. Embora já não seja mais novidade para os dias de hoje, o papel-moeda continua sendo uma das faces mais perversas do sistema capitalista, na medida em que centraliza e atribui os valores mediante determinação monetária, não levando em conta a saúde nem o tempo de vida que do trabalhador foram consumidos. Por ser o instrumento mais eficaz para concretizar as relações comerciais, a sua capacidade de incorporação dos demais tipos de valores tende a ser ilimitada.

O dinheiro, na medida em que possui o atributo de tudo comprar, na medida em que possui o atributo de se apropriar de todos os objetos, é, portanto, o objeto em posse eminente. A universalidade de seu atributo é a onipotência de seu ser; ele vale, por isso, como ser onipotente. (MARX, 2004, p. 157).

O dinheiro, além disso, é um elemento base para a divisão da sociedade em classes, em virtude de estar, preponderantemente, nas mãos da elite. A posse da moeda e a decorrente aplicação em bens móveis, imóveis, contas bancárias ou ações mercantis, por exemplo, são notadamente práticas identificadas em extratos sociais mais elevados. Estas práticas, geralmente, tendem a restringir-se em capital especulativo, inibindo qualquer possibilidade de produção de bens e serviços que poderiam alcançar os setores mais baixos da sociedade e, por consequência, a grande massa populacional de trabalhadores. Neste sentido, a existência de uma gama da sociedade como abastada é uma das críticas de Marx.

Uma parcela elitizada da sociedade vive, hoje, consideravelmente sobre o capital especulativo, o qual não gera trabalho, renda ou produtividade, mas sim incrementa o seu nível socioeconômico através do

lucro sobre lucro, ou lucro sobre o capital. Esse grupo, que detém uma imensa parcela do poder aquisitivo da sociedade, amplia as dimensões do abismo existente entre as camadas da sociedade, contribuindo para o agravamento das desigualdades e minando com as possibilidades de um desenvolvimento mais equitativo, quiçá equânime. David Harvey, por sua vez, aponta para o gigantesco poder que o dinheiro tem agregado. “A acumulação de dinheiro-poder é potencialmente ilimitada.” (HARVEY, 2013, p. 93). Do mesmo modo, Luiz Marques Filho se manifesta. “A ideia de autorregulação – se por isto se entende alguma forma de autocontenção visando não ultrapassar os limites da sustentabilidade – não se aplica ao capitalismo.” (MARQUES FILHO, 2018, p. 554).

Em decorrência desse sistema apropriação ilimitada, a realização do trabalho, por si só, dificilmente consegue trazer algum benefício ao trabalhador, senão a degeneração de sua saúde, física e mental (isto quando a vida não é ceifada). Inclusive, no épico Manifesto do Partido Comunista (1847), Karl Marx e Friedrich Engels já advertiam que “[...] os que trabalham não lucram nada, e os que lucram não trabalham.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 35). Cesar Benjamin converge com esse ideal, no qual “o capital vem ao mundo espalhando sangue por todos os poros, da cabeça aos pés. [...] O capital não se preocupa com o processo de trabalho em si, mas sim com o processo de exploração [...]” (BENJAMIN, 2003, p. 21).

As palavras duras e ríspidas traduzem essa falta de sensibilidade com a qual o sistema produtivo baseado no capital se propaga, assolando com a vida e com as condições dignas de existência e de sobrevivência da humanidade. Essa exploração é, em grande medida, uma das maiores aflições e geradora de grande sofrimento, de forma específica para a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 137), mas amplamente com seus efeitos negativos para as gerações e a para a humanidade como um todo.

O trabalhador sabe por instinto que cada hora a mais, depois de haver produzido o equivalente a seu próprio salário, é uma hora de trabalho da qual é abusivamente espoliado. Ele guarda em seu corpo, gravadas em sua carne, as provas desse abuso. [...] O trabalhador, por sua vez, luta por sua saúde: por arrancar mais um par de horas de descanso por dia, nas quais poderá sentir-se humano, e não um animal nascido para trabalhar, comer e dormir. (BENJAMIN, 2003. p. 22-23).

A realidade escancarada, conforme trazida à tona por Benjamin, é o resultado do sistema produtivo para o trabalhador. O sofrimento, o cansaço, as mutilações, as doenças, a invalidez temporária e permanente e, até mesmo, a morte são os frutos desse sistema perverso e avassalador, onde o ser humano, antes de ser trabalhador, tem o direito à vida e às limitações naturalmente dela decorrentes. E, são estas limitações que permitem ao trabalhador exercer atividade laboral a cada dia, em função de lhe recuperarem o estado regular de vigor físico e mental através dos períodos diários e semanais de repouso.

Do contrário, não existiria um mercado de trabalho regulado pela Legislação Trabalhista (BRASIL, 1943), mas uma afronta do tipo escravocrata, onde o escravo não tinha direitos e era, literalmente, sugado até a morte. O Estado-mínimo, nesse sentido, flerta com as ideias liberais do capitalismo, onde não se busca o bem comum e nem o bem-estar social, mas a sobrevivência individualizada, apenas. Nesse cenário, nem o Estado e nem os empregadores precisariam direcionar recursos financeiros para custear os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários de seus trabalhadores. Além disso, esse ímpeto de selvageria contra os trabalhadores cria um ambiente debilitado, sem o resguardo de parâmetros mínimos para o adequado desempenho das atividades e ilustrando a precarização do trabalho.

Quanto à perversidade do sistema do capital, é interessante trazer à tona o ponto da precarização das relações de trabalho, notadamente romantizado como “flexibilização”. Nesta abordagem, Luci Praun é precisa.

Do ponto de vista do seu impacto nas relações de trabalho, a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural. [...] Quanto ao impacto da flexibilização no mundo do trabalho, não se trata de característica contingencial, mas intrínseca às engrenagens da acumulação de capital. (PRAUN, 2016, p. 139).

Desse modo, a flexibilização restringe a vida privada do trabalhador, arrojando a sua liberdade naturalmente humana e consagrada na Carta Magna atual (BRASIL, 1988). O espaço do descanso, do lazer, do ócio, do convívio familiar, dos laços afetivos e amistosos e até mesmo do exercício de atividades culturais, dentre outras, resta abruptamente reduzido. A flexibilização, portanto, é entendida como precarização do trabalho, retrocessos evidentes na proteção do trabalhador. Como exemplo recente e profundo, a reforma trabalhista (BRASIL, 2017) <sup>1</sup> trouxe diversas formas de cerceamento de liberdade do trabalhador em prol de uma economia mais “livre” e livre para assolar a vida do trabalhador. Desse modo, houve uma “modernização trabalhista”, que, na essência, retirou direitos dos trabalhadores e fragilizou as relações de trabalho, reduzindo, abruptamente, a fundamental importância do trabalhador no processo produtivo.” (KRÜGER, 2020, p. 243).

De forma convergente, a precarização possui uma conceituação bem definida na obra “Dicionário sindical e do trabalho”, de Ariovaldo Santos. Assim, o trabalho precário traduz-se por “[...] condições cada vez mais peníveis de trabalho, sobretudo no processo de implementação das políticas neoliberais, na medida em que estas investem diretamente contra conquistas sociais obtidas pela classe trabalhadora ao longo de décadas de luta.” (SANTOS, 2014, p. 165). O resgate histórico de Santos é importante para que os direitos arduamente conquistados pelos trabalhadores não sejam desprezados e não tenham sido em vão.

Benjamin ilustra o ponto ao qual o homem é reduzido através da relação de trabalho. Assim, o trabalhador seria um tipo de animal racional destinado a, apenas, trabalhar, comer e dormir, nessa ordem de prioridades. Pela sua visão, essa despersonalização do humano-trabalhador avança as fronteiras do tempo e é acompanhada pela evolução da técnica, confundindo *vida* com *máquina*, *ser* com *objeto mecanizado*. O referido pensamento busca desfazer a diferença existente entre um objeto inanimado, que pode operar por muitas horas a fio, contra um ser vivente, sumamente humano, que requer o descanso diário, uma alimentação adequada e uma vivência fora do âmbito laboral.

Outra contribuição notável é a de Michel Foucault, que participa consideravelmente para a reflexão nesse complexo sistema capitalista, no qual há o surgimento de um novo deus. “Existe agora, acima do soberano, algo que também lhe escapa, mas já não são os desígnios da Providência ou as leis de Deus, são os labirintos e meandros do campo econômico.” (FOUCAULT, 2008, p. 398). A preocupação, nos últimos tempos, já não tem sido preponderantemente sobre os efeitos das relações com Deus, ou entre os humanos e que são conduzidas pelas leis divinas, mas a idolatria em torno do império do capital e a tomada das rédeas do Planeta pelas suas gananciosas mãos.

Portanto, é o campo econômico que está situado acima do dito “soberano”, ou seja, aquele que toma decisões em nome da coletividade. Os seus atos, na qualidade de gestor público ou governante, precisam estar de pleno acordo com as condições econômicas e a elas submetidos, não somente quantos aos atos referentes à máquina pública em questão, mas com todas as decisões não-Estatais afetadas pelo poderio capitalista. Resta evidenciado que é o futuro da humanidade que está sendo decidido pelos poucos multimilionários do mundo, ou melhor, nas palavras de Harvey, “membros das classes parasitárias.” (HARVEY, 2013, p. 98).

O capitalismo vem, deste modo, como sendo um poder que, criado pelo homem, fugiu do seu alcance, na medida em que o humano que explora não tem empatia ou solidariedade em relação ao humano que é explorado. A prioridade do capital e de seus frutos materiais cegam o aspecto humano do ser. “[...] A

---

1 A reforma trabalhista, implantada através da lei 13.467/2017, prometeu uma onda de modernização das relações de trabalho, com geração de emprego e melhoria das condições de trabalho, dentre outras ações benevolentes. No entanto, este foi um dos maiores discursos falaciosos da história, no qual os propósitos eram diametralmente opostos à ilusória propaganda. Proposta durante um governo de legitimidade duvidosa, a reforma trabalhista foi aprovada pelo Congresso Nacional sob um regime de celeridade anômala, sem o debate amplo e necessário com todos os setores diretamente interessados da sociedade, bem como sancionada com uma rapidez recorde. Em resumo, os efeitos evidenciados após a sua entrada em vigor foram de precarização das relações de trabalho, redução de direitos da classe trabalhadora, desmonte sindical, prevalência da negociação desigual entre empregador e empregado sobre a legislação, queda no poder aquisitivo dos trabalhadores e pauperização da sociedade, bem como o surgimento de bolsões populacionais restritos ao subemprego, aos empregos precários, temporários, intermitentes e a decorrente miséria generalizada, pobreza, desemprego em níveis alarmantes e o retorno do país ao mapa da fome.



expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.” (MBEMBE, 2018, p. 05). Assim, a partir da manifestação de Achille Mbembe, contida na sua obra intitulada “Necropolítica” e da sua complementação à Foucault, é possível dizer que o capitalismo é o grande poder soberano, que, mesmo descontrolado, está no controle do mundo, gerando desigualdades, atrocidades, miséria material e espiritual e, inclusive, a morte de milhões de pessoas.

Assim, a implantação do modelo de sociedade se deu de forma crescente sob o prisma do capital, com ameaças evidentes de desemprego<sup>2</sup>, fome e morte ao trabalhador se este não trabalhasse para o capitalista. O poder econômico conduziu as rédeas da evolução humana para se sujeitarem ao sistema, inibindo e, em certos momentos, até recriminando qualquer forma de questionamento, debate ou levante em prol de uma mudança estrutural no padrão arbitrariamente estabelecido de relações de trocas.

[...] O desemprego é gerado e a remuneração do emprego se torna cada vez pior, ao mesmo tempo em que o poder público se retira das tarefas de proteção social [...]. A ausência deliberada do Estado e de sua missão social de regulação está contribuindo para uma produção científica, globalizada e voluntária da pobreza. [...] Uma pobreza perversiva, generalizada, permanente, global. [...] Existe como algo racional, um resultado necessário do presente processo, um fenômeno inevitável, considerado até mesmo um fato natural. Alcançamos, assim, uma espécie de naturalização da pobreza, que seria politicamente produzida pelos atores globais com a colaboração consciente dos governos nacionais [...]. (SANTOS, 2020, p. 72).

Milton Santos, oportunamente, alude ao desemprego e a relação com o salário. A flexibilização da remuneração ocorre a partir de diversos fatores, imbricados com o poder hierárquico e capitalista do empregador. Considerando válida a ponderação de Giovanni Alves, “entendemos a ‘nova precariedade salarial’ [...] como sendo caracterizada pela adoção das novas tecnologias informacional, gestão toyotista e relações de trabalho flexíveis (contrato salarial, jornada de trabalho e remuneração flexível).” (ALVES, 2014, p. 91). A precarização do salário acarreta na precarização do trabalho, sendo o status anterior ao rebaixamento para a informalidade ou para o desemprego. A corrosão do poder aquisitivo da classe trabalhadora e de sua dignidade laboral, portanto, desencadeia um retrocesso do Estado social e com efeitos no próprio sistema econômico, ampliando os bolsões de pobreza.

Nesse ínterim, é vital o dever do Estado em buscar políticas sociais de promoção do pleno emprego, do aperfeiçoamento profissional, do chamamento a empresas e de fertilização de nichos de mercado para favorecer a empregabilidade por diversas frentes. Concomitantemente, o Estado deveria manter a guarda sobre o Direito do Trabalho, permitindo uma remuneração justa e relações empregatícias estáveis com o respeito para a posição hipossuficiente do trabalhador. Com esta postura, o Estado se libertaria das entranhas do sistema econômico em voga, qual seja, o parasitismo sobre a classe trabalhadora, bem como a decorrente não intervenção estatal na economia. “Uma das determinações histórico-ontológica do trabalho vivo é constituir *formas de resistência* à voracidade do capital.” (ALVES, 2007, p. 114). (Grifos no original).

No entanto, o que mais se vê é a postura de Estado-mínimo, ignorando a necessidade do emprego para a sobrevivência da população e acarretando na incidência da naturalização da pobreza. Como ela não é plenamente eliminada, resta evidenciado que a pobreza é um efeito natural do capitalismo, pois decorre da acentuação das desigualdades sociais e retroalimenta o próprio sistema. Além disso, a espinhosa ascensão social e a massificação da miséria em diversos países decorrem, em grande medida, da falta de efetividade das políticas sociais dos governos e da invasão de grandes empresas transnacionais e conglomerados corporativos que buscam, apenas, mão-de-obra barata e incentivos fiscais abundantes.

---

2 Especificamente quanto ao desemprego, Amartya Sen tem uma condução característica do tema. “Há provas abundantes de que o desemprego tem efeitos abrangentes além da perda da renda, como dano psicológico, perda de motivação para o trabalho, perda de habilidade e autoconfiança, aumento de doenças e morbidez (e até mesmo das taxas de mortalidade), perturbação das relações familiares e da vida social, intensificação da exclusão social e acentuação de tensões raciais e das assimetrias entre os sexos.” (SEN, 2010, p. 129-130).

Sobre os efeitos da precarização do trabalho na alienação da classe trabalhadora, Ricardo Antunes pondera como segue: “As novas engenharias da sujeição nos levam a perceber formas e modalidades mais interiorizadas e complexificadas de alienação e de estranhamento, das quais as flexibilizações são elementos cada vez mais presentes [...]” (ANTUNES, 2018, p. 110). A relação da intensificação do trabalho e da flexibilização das relações laborais sobre a consciência de classe está em ascensão, onde a ideologia capitalista ganha terrenos mentais facilmente. Assim, a ruptura na autodefesa dos trabalhadores, especialmente quanto à união da classe e aos preceitos doutrinários e emancipatórios está permitindo o enraizamento da visão ideológica dominante.

## **A DOCTRINAÇÃO IDEOLÓGICA IMPLÍCITA NO PODERIO CAPITALISTA**

---

O modelo civilizatório da sociedade, em seu estágio mais recente, foi abduzido pelo capitalismo, depois de passar por sistemas econômicos nos quais já germinavam características essenciais do atual, tais como a propriedade privada<sup>3</sup> e a banalização das diferenças entre ricos e pobres. O sistema capitalista não admite a existência de alternativas, pois o seu vigor depende da continuidade da relação de exploração no ambiente de trabalho.

A luta pela emancipação humana contra as algemas do capitalismo foi originalmente assumida por Marx, que, dentre outros, dirigiu severas críticas a esse modelo de sistema de caráter desigual, do início ao fim. Dentre os efeitos catastróficos deste modelo perverso, é destaque a desigualdade social, fazendo com que os detentores do capital acumulem mais riqueza e de forma incessante, enquanto que os trabalhadores são destinados a viver à míngua, padecendo em dificuldades de sobrevivência, se entrincheirando nas vielas da crescente ocupação urbana desigual e marginal, dificultando-lhes até mesmo o acesso ao alimento, ao sono e à vida.

István Mészáros corrobora a compreensão de que o desafio maior da atualidade é romper com essa naturalização do sistema e de seus efeitos irrestritos de desigualdade, edificando um aporte limitador de suas atrocidades e tragédias, mudança esta que não é apenas uma ideia, mas uma necessidade. “[...] O sistema de capital, por *não ter limites para a sua expansão*, acaba por converter-se numa processualidade *incontrolável* e profundamente *destrutiva*.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 11). (Grifos no original).

Tarso Genro também visualiza tamanho cenário. A tomada como algo “natural” ou inquestionável a respeito da sistemática capitalista coloca “vendas” na sociedade, bloqueando o raciocínio questionador e inibindo o espírito emancipatório. Genro contribui para este diálogo dizendo que há “[...] um conformismo cínico, ou, quando muito, um “melhorismo” resignado, posturas que, em última instância, consagram o capitalismo como algo “natural”, como um destino fatal da humanidade.” (GENRO, 2004, p. 7).

Marx supõe que há uma base econômica sobre a qual se erguem os arcabouços do pensamento, assim como uma superestrutura política e legal que define coletivamente como tomamos consciência dos problemas e os enfrentamos. [...] Há alianças de classe, possibilidades conjunturais, mudanças discursivas nos sentimentos, e o resultado jamais é seguro. (HARVEY, 2013, p. 196).

Harvey, novamente, resgata uma postura de Marx. Agora, com um viés ideológico, a crítica vem a agregar na construção teórica erigida até o momento. Os arcabouços do pensamento, que também são um

---

3 Quanto às origens da propriedade privada, é valiosa a contribuição de Friedrich Engels. “A diferença entre ricos e pobres veio somar-se à diferença entre homens livres e escravos; a nova divisão do trabalho acarretou uma nova divisão da sociedade em classes. A diferença de riqueza entre os diversos chefes de família destruiu as antigas comunidades domésticas comunistas, em toda parte onde estas ainda subsistiam; acabou-se o trabalho comum da terra por conta daquelas comunidades. A terra cultivada foi distribuída entre as famílias particulares, em princípio por tempo limitado, depois para sempre; a transição à propriedade privada completa foi-se realizando aos poucos, paralelamente à passagem do matrimônio sindiástico à monogamia. A família individual principiou a transformar-se na unidade econômica da sociedade.” (ENGELS, 2012, p. 206).

terreno fértil para a doutrinação ideológica, estão nitidamente atrelados com a estrutura capitalista e com seus anseios individualistas e não solidários, dentre outros. Nesse espectro, os métodos gradativamente construídos e repetidos na sociedade funcionam em proveito do próprio sistema, resguardando para as elites as grandes somas de riquezas produzidas, repetindo a velha história de exploração “desde cima”. Além disso, ilude e destina “migalhas” das riquezas para os trabalhadores, curiosamente estes que sustentam a superestrutura econômica a partir do seu trabalho arduamente exercido.

A ideologia se apresenta de forma implícita no discurso do poder, onde o capital manipula e conduz a sociedade conforme os seus interesses, concedendo um ínfimo valor como salário para que os trabalhadores se sintam felizes e valorizados, evitando possíveis descontentamentos e reações adversas. É nesta perspectiva que Flávio Batista ilustra a influência do poder doutrinador na realidade. A ideologia capitalista, vista como um elemento integrador do poder hegemônico à sociedade, cria um ambiente propício para a prática das relações econômicas, no qual as elites passam a exercer a sua exploração de forma natural. Assim, “[...] a ideologia, de modo geral, tem menos a ver com a formação das consciências [...] do que com a organização e mediação da sociabilidade, o que, conseqüentemente, acaba por determinar a formação das consciências.” (BATISTA, 2014, p. 92-93).

Observa-se, portanto, que o método de pensamento largamente apregoado pelo sistema dominante desemboca na retroalimentação do próprio sistema vigente. Ou seja, o capitalismo se mantém vivo e crescente devido aos seus artifícios de manipulação das mentes da sociedade e de alienação destas em relação à realidade fática. “[...] O capital é uma criação humana que se volta a escravizar os próprios homens. *É uma afirmação humana da não humanidade: uma alienação.*” (LESSA, 2012, p. 130). (Grifos no original).

Direta ou indiretamente, os discursos sobre desenvolvimento, progresso e melhorias de maneira geral estão situados em um plano previamente estabelecido, com as restrições impostas pelo sistema e controlando qualquer possibilidade de questionamento ou de levante contrário. Karl Marx delinea com precisão a relação do modo de produção com a ideologia implantada pelo sistema em voga. “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX, 2008, p. 45).

Marx consegue, já em sua época, identificar a presença do sistema jurídico e a sua correlação com o método de doutrinação ideológica na sociedade, ambos como extensões do próprio capitalismo. Complementarmente, o viés político (na sua vertente ideológica de direita<sup>4</sup>) legitima e protege esta superestrutura, visto que vem ao encontro dos demais e dos objetivos do sistema do capital. Esse conjunto, por sua vez, logra êxito na sua continuidade ilimitada em função da ação em grupo, visto que, na inexistência de um dos fatores acima, os demais restam prejudicados. O direito, legado da burguesia, legitima a influência da ideologia dominante em prol da manutenção da *ordem* capitalista.

Neste momento, vem a calhar a conceituação estabelecida por Anthony Giddens sobre o termo “alienação”, quanto ao seu efeito sobre a classe trabalhadora submersa no capitalismo.

Separação ou dissociação dos seres humanos de algum aspecto essencial de sua natureza ou da sociedade, muitas vezes resultando em sentimentos de impotência ou desamparo. [...] Impacto do

---

4 Para ilustrar o viés político-ideológico de direita, Norberto Bobbio é cirúrgico quando afirma sobre a existência de “doutrinas e movimentos inigualitários, entre os quais se inserem os partidos conservadores”, como viés de centro-direita, e “doutrinas e movimentos anti-igualitários, dos quais creio ser supérfluo indicar exemplos históricos bem conhecidos, como o fascismo e o nazismo” (BOBBIO, 2011, p. 135). Portanto, a direita busca o Estado-mínimo, com as precárias ou inexistentes políticas sociais e pugna pela proteção indiscutível à propriedade privada, bem como à promoção do capital e das grandes empresas. O conservadorismo vem, nesse sentido, a manter (conservar) os privilégios das classes dominantes em detrimento de um eficaz combate às desigualdades sociais, bem como a continuidade da existência do abismo historicamente construído entre ricos (senhores feudais, colonizadores, capitalistas) e pobres (escravos, migrantes, trabalhadores, desempregados, marginalizados). Este é o aspecto inigualitário (não se admitindo a igualdade de acesso aos bens, serviços e às oportunidades para todos), na forma amena, e anti-igualitário (combatendo-se essa busca por justiça social), na forma severa, como são precisos os exemplos de nazismo e fascismo, onde não havia espaço para a pluralidade, para o diálogo, para a busca do bem comum.

capitalismo nas relações sociais e à falta de controle que os seres humanos têm sobre a própria vida. (GIDDENS, 2017, p. 73).

Com o aprofundamento do termo em análise, Giddens converge com Marx e com a análise deste estudo. A alienação retira algo dos trabalhadores que lhes é inerente, mas que lhes afeta de maneira mais ampla, isto é, enquanto seres humanos. Desafiados, eles são afastados da verdade, sendo-lhes inculcada e repetidamente afirmada uma visão de mundo que refute qualquer possibilidade de insurreição ou de detecção de alguma anomalia social ou, ainda, de incompatibilidade racional nessa realidade criada.

A partir da Revolução Industrial, “algumas crenças religiosas faziam parte do controle ideológico que incentivava os trabalhadores a aceitarem sua sina [...]”. (GIDDENS, 2017, p. 74). Giddens, do mesmo modo, compreende que a doutrinação capitalista induzia a mente dos trabalhadores (e o faz até os dias de hoje) para que não se opusessem ao sistema, mas que se submetessem e aceitassem mansamente a condição de subordinados, hipossuficientes, despossuídos e meros (e substituíveis) elementos da ampla engrenagem da maquinaria predatória capitalista. A igreja, em algumas denominações religiosas, evitava (e ainda evita) conflitar com as elites do sistema, se abstendo de manifestar posição humanitária e social ou pior, se dedicando a propagar esse cenário de evidente desigualdade e de exploração.

Outro pensador que converge para tal reflexão é Alysson Mascaro. O seu ideal compreende que é inerente ao sistema econômico em voga a construção do aparato legal existente na atualidade, e que tanto o capitalismo quanto o Direito trabalham em conjunto, de forma harmônica, coesa e sem possibilidades de rompimento, ao que as circunstâncias indicam. “A perspectiva crítica, representada pelo marxismo, enxerga os fios ocultos que especificamente constroem o direito no capitalismo.” (MASCARO, 2013, p. 64). Esse liame é complexo, e possui raízes profundas. Reconstruir o Direito sobre nova formação socioeconômica é uma provocação instigante.

O trabalho produz obras maravilhosas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas mutilação para o trabalhador. [...] Produz espírito, mas produz idiotice, cretinismo para o trabalhador. (MARX, 2015, p. 307-308).

Marx é um pensador de destaque na postura de desmascarar a ideologia do sistema dominante. As palavras de Marx, embora fortes e de significados impactantes, permitem a reflexão sobre a atualidade. A crítica à ideologia capitalista inclui o fato de que a sociedade, sob este sistema, está se encaminhando para a autodestruição, a partir do aprofundamento das desigualdades sociais. Além dos demais efeitos colaterais, é interessante reforçar a passagem que afeta a doutrinação ideológica do capitalismo, que é objeto desta parte do estudo. O trabalho, sob a égide do capitalismo e de seu ímpeto canibal, é a causa de tornar o trabalhador um ser imbecil, idiota, cretino, alienado, adstrito aos parâmetros manipulados e impostos pelo capitalismo. Um robô que ainda verte sangue biológico, a coisificação humana.

No entanto, ainda é tempo de construir a contracorrente ideológica social, na qual os trabalhadores insurjam-se e “pensem com o próprio pensamento”. Pois, a ausência ou a precariedade da ideologia social é um fator determinante para a continuidade das atrocidades do sistema capitalista.

A falta de elaboração ideológica e de técnicas organizatórias específicas é um produto da espécie de controle das forças econômicas, socioculturais e políticas conseguido pela minoria privilegiada, poderosa e atuante através do totalitarismo de classe, pois aquela minoria pode, graças à extrema concentração da riqueza e do poder, usar de modo direto e permanente a violência institucional objetivada, legitimada e monopolizada pelo Estado. (FERNANDES, 2015, p. 41).

Florestan Fernandes é perspicaz em sua crítica. De fato, faz-se necessária uma construção ideológica no seio da classe trabalhadora que dê o fôlego para os desafios que se apresentam nessa mudança de cenário idealizada em longo prazo. Somente quando a classe que sustenta a sociedade compreender que o poder está em suas mãos é que a construção dos demais fatores emancipatórios poderá ocorrer. Inclusive,

o despertar para a característica essencialmente humana do trabalhador é um elemento fundamental para a valorização deste na sua dignidade humana e para a edificação do plano ideológico contra hegemônico. Assim, é o ponto de vista que constrói a ideologia, conforme Marilena Chauí. “[...] As formas ou modalidades da ideologia burguesa encontram-se determinadas pelas condições sociais particulares em que se encontram os diferentes pensadores burgueses.” (CHAUÍ, 2008, p. 35).

Tamanha é a submissão atual dos diversos setores da sociedade ao poderio do capital que novas indagações são necessárias sobre as suas consequências. [...] De fato, é indigna a postura do poder do capital, personificado pelos seus grandes nomes que promovem o crescimento do bem material, que simplesmente desconsidera a condição essencialmente humana do trabalhador. (KRÜGER; BEDIN, 2016, p. 143).

Neste sentido, pode-se verificar a distância existente entre a liberdade nata do ser humano e o “cabresto” colocado pelo poder hegemônico. Carlos Eduardo Krüger e Gilmar Antonio Bedin destacam que o sistema econômico continua pujante, forte e impiedoso. O trabalhador, por sua vez, segue submetido aos tentáculos capitalistas, onde a sua liberdade é ceifada, inclusive de pensamento. “[...] A dominação, sem poder assim se assumir, é obrigada a recorrer a categorizações que excluem, ainda hoje, populações inteiras do direito de ter direitos, até mesmo do *próprio conceito de humanidade*.” (VARIKAS, 2014, p. 154). (Grifos no original). A dignidade da pessoa humana, assim, está alheia à populações inteiras, as quais simplesmente desconhecem os próprios direitos, que lhes são abruptamente sonogados.

Mas, para um novo horizonte se lançar, faz-se necessário provocar esta reflexão, questionar o caráter desse método de criação de riquezas e a sua atual forma de distribuição. Há que se considerar a característica humana que une a todos, indistintamente. Pois, alheios das posses materiais, em regra geral, todos os indivíduos possuem a mesma constituição física e idênticas condições intelectuais de transformar esse método, no qual estas tragédias sociais podem desembocar em uma metamorfose profunda, em um “catastrofismo emancipatório”, conforme o resgate de Beck (2018, p. 35).

Nesse espectro, a sociedade necessita lançar mão de instrumentos que a permitam deslocar esse mundo como está, reconfigurando os seus pontos cardeais do desenvolvimento e levando à um “chacoalhar global”, estremecendo as bases da zona de conforto do capital. Boaventura de Sousa Santos adverte sobre essa onda contra hegemônica e as ferramentas que a população precisa constituir.

Que instrumentos temos? Na realidade, contamos só com instrumentos hegemônicos para tentar enfrentar tudo isso, porque os conceitos para enfrentar o novo, a descontinuidade, a ruptura, a revolução, hoje nós não temos. Os instrumentos hegemônicos que temos são as semânticas legítimas da convivência política e social: a legalidade, a democracia, os direitos humanos. Isso é realmente o que temos hoje para enfrentar todos esses desafios. (SANTOS, 2007, p. 84).

Em complemento à resposta de Santos, o vislumbre emancipatório de Fernandes é pertinente. “A socialização proletária tem o seu ponto de partida nos interesses comuns dos trabalhadores antagônicos ao do capital, na solidariedade de classe dos trabalhadores e na negação da ordem nos níveis da produção e da organização da sociedade [...]”. (FERNANDES, 2009, p. 35). As estratégias para a mudança de cenário vão se desenhando conforme os intelectuais da esquerda política congregam. O veio social favorece a emancipação.

A superação dessa ordem humanamente desordenada prescinde de um conjunto de instrumentos emancipatórios. Dentre eles, o aspecto intelectual é um dos mais importantes. “Sem um crescimento cultural enorme e decisivo, qualquer projeto de desenvolvimento econômico e social do novo Estado estaria fadado ao fracasso.” (DEL ROIO, 2018, p. 138). Para além da legalidade, da democracia e dos direitos humanos, é necessário estruturar um aporte cultural de insurreição. Este é um desafio grandioso, mas que dará uma possibilidade de sobrevivência do ser humano na pluralidade da sua existência.



## CONCLUSÃO

---

O percurso histórico do ser humano o fez viver uma evolução em termos de organização social e do sistema econômico de trocas. O transcorrer dos tempos fez a ambição e o egocentrismo transformarem a maneira de ver o mundo e as relações entre os indivíduos, de modo que criaram de uma moeda que lhes propiciou a acumulação de riquezas. Concomitantemente, primou-se pela defesa da propriedade privada e do trabalho alheio, que posteriormente passou a ser remunerado, mas jamais deixou de ter o caráter de exploração, inaugurando a instituição da mais-valia e enraizando o sistema econômico do capitalismo.

A evolução desse método de produção teve diversas fases, desembocando nas liberdades exacerbadas da economia sobre a vida e, como um leão, rugindo contra aqueles que defendiam o Estado de bem-estar social e as políticas públicas de promoção e igualdade social. Tal contexto atribuiu ao poder do capital cada vez mais poder, controle e influência sobre a sociedade, utilizando-se das mais diversas formas de doutrinação ideológica e manipulação do pensamento da sociedade em prol do benefício exclusivo dos capitalistas.

Portanto, a elite do capital vem conduzindo a sociedade para a manutenção da dita “ordem”, onde muitos trabalhadores sustentam o pequeno grupo de detentores do capital, de forma inquestionável. O controle ideológico é reforçado dia-a-dia, a fim de evitar levantes emancipatórios, implicando na passividade e alienação da população, em especial à classe trabalhadora. A liberdade econômica é mantida pela garantia da acumulação das riquezas pelos dominantes, e a permanência de tal “ordem” coíbe qualquer instinto de revolução.

Desse modo, o pensamento deve afastar-se da doutrinação imposta pelo capital, perfazendo a negação da ordem, permitindo que surjam questionamentos e enfrentamentos à realidade imposta. A união na consciência de classe é uma ferramenta potente, bem como a defesa de seus interesses, a decorrente criação de uma ideologia contra hegemônica e a atenção sobre possíveis ataques nocivos à legislação. A finitude da vida humana na Terra é evidente, mas drasticamente antecipada em caso de permanência do contexto de poder ilimitado do capital e do seu condão de deterioração da classe trabalhadora.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2. ed. – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALVES, Giovanni Antonio Pinto. Terceirização e capitalismo no Brasil: Um par perfeito. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v.80, n. 3, p.90-105, jul./set. 2014. Disponível em: [https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/71031/005\\_alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/71031/005_alves.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 17 nov. 2020.
- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. – São Paulo: Boitempo, 2018.
- BATISTA, Flávio R. O conceito de ideologia jurídica em Teoria geral do direito e marxismo: uma crítica a partir da perspectiva da materialidade das ideologias. *Verinotio*, [s. l.], ano X, n.19, p. 91-105, abr. 2014. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/765232/mod\\_resource/content/1/0.70684306761887.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/765232/mod_resource/content/1/0.70684306761887.pdf). Acesso em: 17 nov. 2020.
- BECK, Ulrich. *A metamorfose do mundo: novos conceitos para uma nova realidade*. Tradução de Maria Luiza Borges. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Título original: *The Metamorphosis of the World*.
- BENJAMIN, César (org.). *Marx e o socialismo*. – São Paulo: Expressão popular, 2003.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco A. Nogueira. – 3. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011. Título original: *Destra e sinistra. Ragioni e significati di una distinzione politica*.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1988. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 107 de 2 de julho de 2020. Brasília, 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 nov. 2020.
- BRASIL. *Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017*. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação

- às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 17 nov. 2020.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 17 nov. 2020.
- CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. – 2. ed. – São Paulo: Brasiliense, 2008.
- DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Tradução de Leandro Konder. – 3. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. Título original: *Der ursprung der familie, des privateigentaums und des Staats*.
- FERNANDES, Florestan. *Poder e contrapoder na América Latina*. – 2. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- FERNANDES, Florestan. *Nós e o marxismo*. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Título original: *Naissance de la biopolitique*.
- GENRO, Tarso F. H. *Utopia Possível*. – 3. ed. – Porto Alegre: Artes e Ofícios Ed, 2004.
- GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip. *Conceitos essenciais da Sociologia*. Tradução de Claudia Freire. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2017. Título original: *Essential Concepts in Sociology*.
- HARVEY, David. *Para entender O Capital: livro I*. Tradução de Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2013. Título original: *A Companion to Marx's Capital*.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. A reprodução do trabalho análogo ao de escravo e os enlaces com a reforma trabalhista no Brasil recente. *Revista Culturas Jurídicas*, v. 7, n. 18, p. 230-252, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/culturasjuridicas/article/view/45277>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. *O retorno da "chibata": a reprodução do trabalho análogo ao de escravo através dos séculos e os desafios para o seu combate no cenário brasileiro do século XXI*. 2019. 182f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19801/DIS\\_PPGDIREITO\\_2019\\_KRUGER\\_CARLOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19801/DIS_PPGDIREITO_2019_KRUGER_CARLOS.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 17 nov. 2020.
- KRÜGER, Carlos Eduardo. BEDIN, Gilmar Antonio. Os trabalhadores e o papel do descanso, do lazer e do ócio em suas vidas. In: ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON, Joice Graciela; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi (orgs.). *Debatendo o Direito*. Bento Gonçalves, RS: Associação Refletindo o Direito, 2016. Disponível em: <http://files.revista-refletindo-o-direito.webnode.com/200000330-16e6217de6/DEBATENDO%20O%20DIREITO%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- LESSA, Sérgio. *Para compreender a ontologia de Lukács*. – 3. ed. – Ijuí: Ed. Unijuí, 2012.
- MARQUES FILHO, Luiz César. *Capitalismo e colapso ambiental*. – 3. ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2018.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. – São Paulo: Boitempo, 2013. Título original: *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. – 4. ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. Título original: *Grundrisse der Kritik der Politischen Oekonomie'*.
- MARX, Karl. *Cadernos de Paris; Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de José Paulo Netto e Maria Antônia Pacheco. – São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MASCARO, Alysson. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 2013.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. – São Paulo: n-1 edições, 2018. Título Original: *Necropolitics*.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de Francisco R. Cornejo [et al.]. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2011. Título original: *Capital's unfolding systemic crisis*.
- PRAUN, Luci. *Reestruturação produtiva, saúde e degradação do trabalho*. Campinas: Papel Social, 2016.
- SANTOS, Ariovaldo. *Dicionário sindical e do trabalho*. – Londrina: Eduel, 2014.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. Tradução de Mouzar Benedito. São Paulo: Boitempo, 2007. Título original: *Renovar la teoría crítica y reinventar la emancipación social*.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. – 30. ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade (da pessoa) humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. – 10ª Ed. – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Princípios do direito ambiental*. – São Paulo: Saraiva, 2014.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura T. Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010. Título original: *Development as freedom*.

VARIKAS, Eleni. *A escória do mundo: figuras do pária*. Tradução de Nair Fonseca, João A. Peschanski. – São Paulo: Editora Unesp, 2014. Título original: *Les Rebutts du monde: figures du paria*.

# O DESEMPREGO ESTRUTURAL E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: RELAÇÕES ENTRE BIOPOLÍTICA E BIOPODER.

Solange Martins

Lourival José de Oliveira

Walkiria Martinez Heinrich Ferrer

Universidade de Marília – PPGD UNIMAR

**Resumo:** A mudança no comportamento social durante a pandemia causada pela COVID -19 trouxe alterações em diversas áreas, até mesmo na educação em todas as modalidades. Em relação à educação superior, a implantação da educação a distância como forma de manutenção e continuidade do ensino remete a uma análise referente à teoria do biopoder. Cabe refletir o impacto do desemprego para a categoria de profissionais atuantes no ensino superior. Urge apresentar que a adoção do ensino na modalidade a distância pode causar uma redução de ofertas de emprego para os docentes, possivelmente freando o desenvolvimento econômico pelo aumento do desemprego nesta área. Como resultado, entende-se que a biopolítica poderia ser uma saída, uma vez que para manutenção do emprego, o docente precisaria se reinventar, adotando as ferramentas tecnológicas em consonância às formas tradicionais de ensino. A metodologia aplicada foi o método dedutivo, seguindo a vertente jurídico sociológica, adequando-se ao tipo propositivo.

**Palavras-chave:** Biopolítica e Biopoder, desemprego estrutural, educação a distância.

## INTRODUÇÃO

As transformações que ocorrem na sociedade trazem a necessidade de uma dinâmica tanto dos indivíduos que atuam como agentes que colaboram com as mudanças ou que sofrem com os impactos por elas causados, do Estado e das empresas, na busca por uma solução para os problemas. O mundo globalizado desencadeou uma série de avanços, dentre eles, o tecnológico.

Cabe ressaltar que a biopolítica e o biopoder são teorias que possibilitam a compreensão de diferentes cenários que a sociedade apresenta, devido ao intenso universo de ocorrências que acabam fomentando uma série de discussões doutrinárias, na esfera econômica, política e social. Para embasamento teórico relacionados a estas teorias, destaca-se o autor que aborda de forma mais singular: Michel Foucault.

Assim, o estudo aponta para diversos eixos, iniciando em um panorama geral sobre a educação a distância no Brasil, para que seja mais fácil compreender o marco inicial e o desenvolvimento desta forma educacional. Delimitando o estudo e direcionando à esfera da educação superior, demonstrou-se alguns aspectos das inovações decorrentes do cenário atual, em que o mundo vive uma situação de isolamento social devido à pandemia de Covid-19. A expansão da educação a distância nesta fase possibilitou a ininterrupta dos estudos e as tecnologias foram ampliadas em uma velocidade surpreendente, assim como a reestruturação das atividades presenciais para aulas e reuniões a distância com o uso de tecnologias de informação.

Por fim, a demonstração de que o desemprego estrutural na área acadêmica trouxe muitos transtornos e preocupações para os profissionais que atuam nesta seara, tendo em vista a redução de docentes pelo esgotamento da necessidade da atuação presencial que por ora, está sendo substituído pela EaD. O texto também apresenta uma reflexão da importância do emprego para o desenvolvimento econômico, apresentando amparo legal pertinentes à matéria abordada no artigo 170 da Constituição Federal. A metodologia aplicada foi o método dedutivo, seguindo a vertente jurídico sociológica, adequando-se ao tipo propositivo.

Doravante, as discussões acerca dos reflexos da pandemia em relação à empregabilidade na área docente tendem a evoluir ou modificar até o fim deste período atípico para a sociedade, sendo passível de novos estudos e atualizações.

## ASPECTOS GERAIS SOBRE A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

---

No Brasil, a educação constitui um direito fundamental expresso na Constituição da República de 1988, tornando obrigatória a garantia para todos os cidadãos. A partir da década de 1990, com o advento de tecnologias e a expansão da globalização, a forma de pensar em educação e políticas públicas educacionais tem tornado as discussões sobre o tema bastante diversificadas.

Em relação ao surgimento da Educação a Distância no Brasil, foi através do Decreto nº 5.800/2006 que originou o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) surgindo como forma de abranger um maior acesso à universidade pública, através dos cursos ofertados. A UAB é considerada um marco da EAD no Brasil, e tinha como objetivos:

I - Oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação (Decreto nº 5.800, 2006).

Esse sistema, como descrito, foi considerado um plano que visava diminuir as formas desiguais de acesso ao Ensino Superior, e sendo assim, pode-se afirmar que a EaD apresenta-se como uma modalidade educacional relativamente recente no Brasil e, ao mesmo tempo, coloca-se como um amplo campo de estudo. (QUARTIERO, SILVA, 2014, p. 316).

A transformação da educação, que até então era aplicada de forma tradicional (professor e aluno de forma presencial em uma sala de aula) para uma modalidade a distância (EaD) pelo Ministério da Educação (MEC) passou por diversas alterações legais. O conceito de Educação a Distância no Brasil é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (BRASIL, 2005).

A Educação a Distância é uma “forma educacional”, e não uma modalidade ou concepção de educação. Tamanhas são as imprecisões nas definições sobre a EaD, que existem normas legais chegando a descrevê-la erroneamente como “uma modalidade educacional que poderá ser aplicada a diversos níveis e modalidades de ensino” (LEMGRUBER, 2008, p. 4). Embora sejam diversos os conceitos sobre Educação a Distância, as teorias atualmente se fundem na ideia central, e dispõem:

A Educação a Distância, ou EAD, é uma forma de educação em que os alunos e professores não necessitam compartilhar o mesmo espaço físico ou interagir ao mesmo tempo. A maior parte da comunicação professor/aluno é realizada por meio de uma tecnologia de comunicação, tornando-se essencial a existência de uma interação de qualidade entre todos os atores envolvidos. (PAVANELO, KRASILCHIK, GERMANO, 2018. p. 3).

São inúmeras as pesquisas que trazem diferentes definições sobre a essência do significado dos termos que envolvem o ensino a distância. Com relação ao uso do termo “distância”, Vilaça (2010) destaca que não existe apenas uma compreensão de distância na EAD, apesar de a mesma ser um conceito-chave. Segundo o autor,



A distância deve ser compreendida basicamente como separação espacial (geográfica/local) entre participantes do processo educacional, sejam estes alunos ou professores. Em aulas por videoconferência, é comum que os alunos estejam juntos, mas em lugar diferente do professor. Por outro lado, quando o estudo ocorre pela internet, é comum alunos e professores estejam em locais diferentes e acessem o curso e os materiais e recursos didáticos em momentos diferentes. Estes dois exemplos ilustram que há diferentes possibilidades de distanciamento entre alunos e professores (VILAÇA, 2010, p. 91).

Doravante, as mudanças no comportamento humano, em relação ao uso de tecnologias, contribuíram para aceleração de um processo em que os equipamentos tecnológicos (*smartphones*, computadores, *notebooks*, entre outros) passaram a fazer parte do dia a dia das pessoas. Não influenciando somente no mercado consumerista, mas também no uso de tecnologias em sala de aula, pois as pesquisas que antes eram limitadas aos meios físicos, como livros em bibliotecas, passaram a ser realizadas de forma virtual.

Esta possibilidade de interação através do acesso à diversas fontes de pesquisa e da ágil comunicação proporcionada pelo uso de ferramentas tecnológicas, reflete no modo de ensino e de aprendizagem. As instituições de ensino buscaram adequar o modelo utilizado implantando e incentivando o uso das TICs, (tecnologia de informação).

Não restam dúvidas de que as tecnologias da informação e comunicação (TIC) possibilitam novos cenários de ensino e aprendizagem em que a tradicional comunicação bidirecional entre estudante-professor no espaço físico da sala de aula transforma-se em multidirecional, isto é, entre estudante-estudante, estudante-professor e estudante-conteúdos por meio dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e de outros cenários digitais, que possibilitam interação contínua entre os protagonistas do processo de ensino e aprendizagem. (SANTO, COLVARA, 2019. p. 3).

Portanto, percebe-se que o sistema de ensino passa por um processo de alterações constantemente, não sendo o foco delimitar todos os períodos e ocorrências que perpassaram as legislações educacionais e políticas públicas nesta seara. Contudo, vale destacar que em 2004, o MEC regulamentou através da Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, o percentual de 20% para que as instituições de ensino superior implantassem a forma de educação a distância nos cursos presenciais. Sendo assim, os cursos presenciais podem utilizar o ensino a distância como parte da carga horária do curso.

Art. 1o. As instituições de ensino superior poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas integrantes do currículo que utilizem modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1.996, e no disposto nesta Portaria. § 1o. Para fins desta Portaria, caracteriza-se a modalidade semipresencial como quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centrados na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota. § 2o. Poderão ser ofertadas as disciplinas referidas no caput, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20 % (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Todavia, é importante realizar uma contextualização de época, e compreender o cenário econômico e político vivenciado, para melhor compreender os motivos que levaram a implantação e/ou aumento significativo da forma educacional a distância terem se propagado com tamanha rapidez.

Como em todos os processos envolvendo o ensino, educação, há contextos que envolvem sua formação, significação e ressignificação e suas funções. Houve várias formas de processos de ensino e educação. Por demandas várias, houve a necessidade de que a educação ocorresse a distância, seja por meio de cartas, rádio, televisão, internet e outros meios digitais. Cada uma das gerações apresentadas se coloca em contextos históricos distintos. Nesse sentido, cada um destes períodos apresenta ferramentas e recursos diferentes, próprios de cada época. Além disso, cada década – ou período – tem um contexto específico, o que deve ser levado em consideração no momento de estudar os conceitos de EAD. A trajetória histórica desta modalidade deve ser analisada para melhor entender os processos que levam a estruturação na nomenclatura, definição,

além dos recursos que se apresentam em cada período que levaram a situação da EAD hoje. (FERNANDES, HENN. 2020. P. 14).

No entanto, em março de 2020, ocorrem alterações e o MEC flexibiliza as normas para ofertar os cursos presenciais em forma de EaD, de forma a utilizar o *biopoder* - que será abordado nos capítulos seguintes - que se revela na ação de inserir tecnologias até mesmo nos cursos onde a modalidade de ensino era presencial.

Nesse sentido, muitas instituições readequaram seus programas de modo a reorganizar o currículo de acordo com as novas possibilidades de uso de novas tecnologias na educação superior. Porém, essas alternativas eram para os cursos de graduação presencial, não abrangendo as modalidades de pós graduação *lato* ou *strictu sensu*, que continuaram com a carga horária cumprida de forma presencial.

## **A EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPOS DE PANDEMIA: INOVAÇÕES NAS PRÁTICAS DOCENTES.**

---

No cenário atual, uma crise sanitária se propagou em diversos países. A Síndrome respiratória aguda grave por coronavírus 1 (SARS-CoV-1) e SARS-CoV-2, as quais foram responsáveis pela epidemia de SARS de 2002 a 2004 e pela mais recente pandemia da doença de coronavírus em 2019, SARS-COV2 (Covid-19), tem causado muitos transtornos e uma situação grave de pandemia anunciada pela OMS (Organização Mundial de Saúde).

Essa pandemia, que surgiu no final de 2019 e início do ano de 2020 no mundo e posteriormente no Brasil, fez com que muitos responsáveis pela educação repensassem os métodos de ensino pouco tradicionais, diante da problemática do isolamento social.

A abundância de recursos e de conteúdos físicos e digitais, aliada à ampliação dos serviços de conexão móvel com a Internet, de armazenamento em nuvem e a evolução da telefonia celular, promoveram o surgimento de uma nova modalidade de educação, a Aprendizagem Móvel. (CONFORTO E VIEIRA. 2015, p. 45)

Com praticamente todas as instituições de ensino fechadas, milhares de alunos no país ficaram sem aulas presenciais, o que de fato dificultou o cumprimento dos 200 dias letivos conforme a Lei de Diretrizes e Bases no artigo 31 (BRASIL, 1996). Mas, para isso, foi decretada a Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, em que “estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da Educação Básica e do ensino superior” (BRASIL, 2020).

Em razão do contexto pandêmico, houve crescente demanda em relação à educação a distância. As medidas relacionadas à educação, considerando a necessidade de manter o isolamento social, foram deliberadas pelo MEC através da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020, estabelecendo: “Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19”:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

§ 1º O período de autorização de que trata o caput será de até trinta dias, prorrogáveis, a depender de orientação do Ministério da Saúde e dos órgãos de saúde estaduais, municipais e distrital.

§ 2º Será de responsabilidade das instituições a definição das disciplinas que poderão ser substituídas, a disponibilização de ferramentas aos alunos que permitam o acompanhamento dos conteúdos ofertados bem como a realização de avaliações durante o período da autorização de que trata o caput. (BRASIL, 2020).

Doravante, determinaram que as aulas presenciais em todas as modalidades de ensino fossem impedidas de serem realizadas de forma presencial, sendo assim, suspensas as atividades no ambiente escolar com o objetivo de evitar aglomerações e a disseminação do vírus.

No entanto, a substituição do ensino presencial pela educação a distância não foi uma tarefa fácil para as instituições de ensino. Maior parte das universidades públicas e privadas, bem como as escolas da educação básica, buscou implantar os sistemas e readequar os horários dos professores que deveriam dar aulas de forma “online” ou gravadas, elaborar atividades e projetos com o objetivo de manter o aluno ativo mesmo que de forma virtual, ou seja, cada um em sua residência.

Neste aspecto, embora o docente não esteja atuando de forma presencial, continua tendo papel relevante no processo de aprendizagem dos alunos, mesmo que estejam utilizando formas virtuais:

Outro ponto em comum entre os autores que tratam das alterações no trabalho docente mediado pelas TIC é a relevância do professor nesse contexto. Em nenhum momento esses autores estabelecem uma posição secundária ao professor que atua na EaD, ainda que considerem que ele tenha suas funções desdobradas no coletivo de trabalho. Ao chamar a atenção para a possibilidade de ocultação do professor, destacam sua importância enquanto responsável pelo processo pedagógico, pois, ao diluir sua função no grupo de trabalho, o professor também introduz, ainda que de modo inconsciente, sua compreensão sobre o processo didático-pedagógico. (QUARTIERO, SILVA, 2014. P. 319).

O papel do docente não foi racionalizado com a substituição do ensino a distância, no aspecto de substituição do homem pela máquina. As práticas pedagógicas continuam sendo necessárias para contribuir com o aprendizado discente, e por isso, toda a comunidade escolar tem realizado projetos, seminários, debates, para engajar os alunos e manter o atendimento com a mesma qualidade que de forma presencial.

Diante dessa situação, é importante que os professores também devem compreender o papel deles diante do processo educacional, não só usando tecnologias, mas permitindo que o recurso utilizado possa incluir todos os alunos, de forma a atender às necessidades educacionais específicas de cada um. (SANTOS JUNIOR, MONTEIRO, 2020. p. 11).

O uso de plataformas digitais que possibilitam reuniões virtuais (videoconferências) ganhou espaço nos cursos de graduação e pós graduação de forma veloz e eficaz. Os programas de mestrado, doutorado e graduação de diversas universidades e escolas públicas e privadas adotaram as plataformas disponíveis em aplicativos, como *Zoom*, *Google Meet*, *Skype*, *Google Classroom*, entre outros, para que o contato com os alunos e a realização de aulas virtuais pudessem ocorrer em tempo real.

As videoconferências no *Zoom* são exemplos claros de aulas remotas em ferramentas síncronas, pois acontecem com horário marcado via transmissão em tempo real. O aluno é convidado para participar da aula por meio de um link, que o direciona para o encontro virtual no exato momento em que é transmitido (ZOOM, 2020).

É possível nitidamente observar o esforço dos docentes em atender e realizar as atividades e aulas com o mesmo empenho que na forma presencial. Além disso, uma nova oportunidade surge para os discentes: assistir aulas e palestras promovidas com professores e diferentes profissionais estrangeiros, que participam de forma virtual e contribui com o enriquecimento do conteúdo abordado pelo docente titular da disciplina.

Porém, a abordagem econômica em relação às atividades das universidades privadas torna-se preocupante devido à crescente inadimplência. Por este motivo, muitas instituições reduziram seu corpo docente, gerando uma crise de desemprego entre os profissionais da educação. Este é um fator relevante, uma vez que há uma preocupação com este novo cenário que emerge durante esta crise: serão os docentes substituídos após a pandemia, por não existir vagas disponíveis para atuação presencial? Será o início do desemprego estrutural na atividade docente?

## BIOPOLÍTICA E BIOPODER: ASPECTOS GERAIS

---

A sociedade contemporânea tem uma estrutura de poder muito diferente daquela que imperou em tempos mais remotos, que se utilizava fundamentalmente da disciplina (como força e imposição) sobre o corpo individual. Hoje, a organização da vida social incide sobre “corpos em multidão”, denominada por biopolítica - ou seja, a força que regula populações. (MENDES, BONILHA, ISHIKAWA, SACHUK, 2015. p. 688).

O biopoder ou biopolítica consistem na adoção de mecanismos de controle que, incidindo sobre o conjunto da população, induzem para que ela adote esta ou aquela postura, tudo para atingir objetivos previamente definidos. (FOCAULT, 1979, p. 146).

Os mecanismos de controle, na maioria das vezes, são caracterizados como projetos, programas, campanhas, pesquisas, estatísticas etc., com o objetivo de impor à coletividade atendida essa ou aquela conduta, em relação aos mais diversos temas. No entanto, se adotada a divisão criada por Aristóteles, incidiriam tanto sobre a “*bios*”, ou seja, a vida da população qualificada politicamente, quanto sobre a “*zoé*”, vida natural que é comum a todos os animais, inclusive os humanos (SERVA, DIAS, 2016 p. 427).

Neste contexto, a política, agora biopolítica dominada pela exceção, se estrutura a partir de cesuras entre amigo e inimigo, *bios* e *zoé*, vida digna e *homo sacer*. Enquanto mantenedor deste *status*, o Estado empreende uma guerra biopolítica contra um inimigo, permanentemente redefinido, retirando deste a própria condição de pessoa, e reduzindo-os a vidas nuas, indignas de serem vividas. (WERMUTH, NIELSSON. 2018. p.748).

Na construção destes termos (*bios* e *zoé*), Agamben (2010) remete à antiga divisão utilizada pelos gregos na identificação da vida, conforme seus aspectos: utilizavam *zoé* para se referir à vida biológica, uma vida necessária, mas pré-política, e *bios* para designar a vida qualificada e politicamente considerada. Agamben demonstrando que a encarnação da *zoé* ou vida nua na política é um acontecimento crucial para a modernidade, constituindo seu “núcleo originário” (AGAMBEN, 2010, p. 14).

A única vida que fazia parte da polis era a vida política, *bios*, enquanto a vida biológica era confinada nos aspectos privados, sob o comando do chefe de família. “A política na polis era feita na medida mesma em que se conseguia separar a vida privada da vida pública; o cidadão do não cidadão. Neste sentido, estabelecer que a diferença entre homens e não homens significava a possibilidade mesma de participação política”. (CÂMARA, 2011, p.96).

É certo que atualmente tem prevalecido a primeira posição, com a adoção da biopolítica como um conjunto de biopoderes que são exercidos sobre as pessoas com o fim de convencê-las a adotarem esta ou aquela prática social, sem a preocupação com a emancipação da sociedade ou o desenvolvimento das potencialidades das pessoas. A título de exemplo, as pessoas são convencidas a comprarem determinado produto e trocá-lo assim que uma nova versão é lançada, como se a propriedade de tal bem fosse a única forma de garantir a satisfação pessoal. (SERVA, DIAS, 2016 p. 429).

Se o termo biopolítica não foi inventado por Foucault, sua contribuição foi fundamental para o desenvolvimento dos estudos relacionados a este tipo de poder – e suas consequências. (DIAS, 2007, p. 118).

O surgimento do termo população e sua apreensão pela política – já que a biopolítica é justamente o controle e administração da população – são de extrema importância para pensar este poder centrado nos aspectos biológicos:

Uma das grandes novidades nas técnicas de poder, no século XVIII, foi o surgimento da ‘população’, como problema econômico e político: (...).Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um ‘povo’, porém com uma ‘população’, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade,

estado de saúde, intolerância das doenças, forma de alimentação e de habitat. (FOUCAULT, 1979, p. 28)

Biopolítica é o termo utilizado por Foucault para designar a forma na qual o poder tende a se modificar no final do século XIX e início do século XX. As práticas disciplinares utilizadas antes visavam governar o indivíduo. A biopolítica elege a população e as preocupações com sua manutenção como critério político principal, passando de um homem-indivíduo para um homem-espécie. Com isso provoca-se uma mudança no direito do soberano: “O direito de soberania é, portanto, o de fazer morrer ou de deixar viver. E depois, este novo direito é que se instala: o direito de fazer viver e de deixar morrer” (FOUCAULT, 2002, p. 287).

Ao assumir como aspecto político a vida biológica do cidadão, ou melhor, da população, há um racismo de Estado. Racismo aqui é entendido não como discriminação em termos de cor, mas uma forma de “extrapolação biológica do termo inimigo político” (FOUCAULT, 2002, p. 308), ou seja, o Estado utiliza-se de aspectos biológicos para eliminar a raça considerada prejudicial à sua sobrevivência.

Nesse processo de controle da vida biológica da população, são usados expedientes calcados em dados como nascimento, expectativa de vida, quantidade de doenças, entre outros. Portanto, a estatística é de fundamental importância para esse gerir biológico das populações. É essa gestão econômica da população – em termos de planejamento da previdência, controle de doenças, ligação entre hábitos individuais e doenças “coletivas” – que só pode ser feita quando o Estado começa a ter por parâmetro não mais a “velha” soberania do príncipe, mas a preocupação com o que Foucault nomeia como “governamentalidade”, que é justamente a inclusão de critérios econômicos na lógica de governo. (CÂMARA, 2011. p. 100).

Nesta perspectiva, a biopolítica tem como alvo o conjunto dos indivíduos, a população, sendo notória a prática de biopoderes locais, segundo o autor.

Por fim, é possível observar que ao implantar o ensino a distância, há uma adoção do biopoder, pois a decisão foi adotada e imposta como uma saída para resolução de uma situação emergencial. Porém, não há uma opção em que os indivíduos possam aderir ou não, ou seja, não houve escolha aos estudantes e aos docentes.

É possível compreender as políticas educacionais como ações direcionadas para a população, de forma racional, onde há uma série de técnicas utilizadas como forma de controle das condutas individuais e coletivas. Porém, antes de adentrar a uma análise sobre educação e seu papel na sociedade, é necessário compreender a diferença que se estabelece entre a biopolítica e os mecanismos de disciplina que agem sobre o corpo individual dos sujeitos.

Nas análises educacionais que assumiram o ponto de vista genealógico, a educação, a pedagogia, as práticas escolares e o currículo foram tomados como artefatos disciplinares do processo de disciplinarização de corpos e saberes (VEIGA-NETO, 1998, p. 101). A emergência do biopoder só se dá a partir da afirmação da governamentalidade:

A partir desse ponto de vista teórico, a educação, a pedagogia, o currículo e os mais variados artefatos disciplinares, como exames, arquitetura, legislações, entre outros, puderam ser tomados como objetos relativos à governamentalidade, isto é, como um instrumento relativo ao governo, ou, mais precisamente, como uma peça importante do aparato disciplinar e biopolítico relativo ao governo dos corpos de crianças e jovens. (FOUCAULT, 1984c, p. 280)

Em outras palavras, a governamentalidade se refere ao conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento próprias desta forma de exercer o poder, apresentando a população como alvo principal, a economia política como saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumento técnico essencial.

Desde o século XVIII, vivemos na era do governamentalidade. Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da



governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir a Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc., portanto o Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade. (FOUCAULT, 1979, p. 293)

No biopoder, a população é tanto alvo como instrumento em uma relação de poder. Os discursos sociais de desenvolvimento atuam intensivamente como biopoder, e estabelecem o conceito de biopoder para designar o poder de administrar e controlar as populações, e esse poder é colocado em funcionamento, sobretudo, em paralelo à emergência do Estado de bem-estar social. (MENDES, BONILHA, ISHIKAWA, SACHUK, 2015. p. 688).

Foucault demonstrou como, no século XIX, a constituição do discurso biológico da vida sustentou a emergência de uma forma específica de poder, denominada biopoder, e o desenvolvimento do capitalismo.

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos da população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso, foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. (FOUCAULT, 1988, pp. 153- 154)

A arte de governar guarda aspectos do biopoder e tem por meta propiciar condições de subsistência à população. Para que seja concretizada, ela necessita de um dispositivo técnico e, dessa forma, observa-se que uma das empreitadas se dá no âmbito das instituições escolares. As escolas tornam-se, nessa perspectiva, alvos de investimentos biopolíticos que contribuem para a defesa da sociedade. (OLIVEIRA, 2016. p. 43).

De fato, desde o final do século XVIII a escola se configurou como um conjunto de práticas e discursos dirigidos ao indivíduo, tendo em vista a produção de corpos dóceis. No interior da instituição escolar, levando em consideração as variáveis de tempo e espaço, as práticas e os discursos escolares organizaram, excluíram, separaram, classificaram, examinaram, hierarquizaram e moralizaram tanto os corpos como também os saberes, os quais, ao serem ordenados, também receberam o nome de disciplinas. (CÉSAR, 2010. p. 234).

Dessa forma, é possível observar a biopolítica no trabalho docente, em que os profissionais da área da educação devem se reinventar e descobrir novas formas de atuação com o uso das tecnologias, pois o cenário possivelmente não será mais o mesmo que era antes da pandemia.

Portanto, na análise das novas políticas educacionais, os conceitos de biopolítica e governamentalidade são ferramentas importantes porque demonstram as discontinuidades do projeto disciplinar, indicando novas configurações das políticas educacionais contemporâneas.

## DESEMPREGO, EDUCAÇÃO SUPERIOR E DIGNIDADE NO TRABALHO

---

As transformações societárias contemporâneas, fruto da crise capitalista e das medidas de reestruturação produtiva, têm criado profundos impactos nas condições de vida material e subjetiva da classe trabalhadora. Debord (1997, pp. 13-14) ao refletir sobre a vida moderna e suas condições de produção, conclui que esta “[...] se apresenta como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo que era vivido diretamente tornou-se uma representação [...] o espetáculo constitui o modelo atual da vida dominante na sociedade”.

Consubstanciada nos processos de mundialização e financeirização do capital, essas transformações têm como expressões a desregulamentação e a precarização do trabalho, o desmonte dos direitos e o aprofundamento das desigualdades sociais. Esses processos atingem não somente as condições de vida e trabalho dos indivíduos, mas também, a sua subjetividade, se constituindo como determinantes potenciais para o sofrimento psíquico (ALBUQUERQUE, SILVA, MATOS. 2020. p.8).

No processo de mundialização da economia, o Brasil, enquanto país periférico, assume um papel essencial na divisão internacional do trabalho, favorecendo a reprodução capitalista por meio da entrega de suas riquezas em prol de uma tão sonhada “modernização”. Ao contrário das expectativas criadas “[...] constata-se uma tendência ao empobrecimento, um debilitamento dos sistemas de apoio social, crescimento das desigualdades, insegurança em relação ao futuro e o crescimento da violência” (BAQUERO, 2008, p. 387).

Em relação a estas transformações sociais, destaca-se o cenário econômico que o país se encontra neste momento: uma crise sanitária devido à uma pandemia a nível mundial e que tem causado muitas alterações nos ambientes de trabalho e, conseqüentemente, uma crescente taxa de desemprego. Dessa forma, houve a expansão da realização de trabalhos realizados como *home office*, reconhecido legalmente como teletrabalho através da Reforma Trabalhista de 2017.

Juntamente com o avanço dos anos, a era digital adentrou o campo laboral impactando e modificando a forma de se enxergar os vínculos trabalhistas, as formas de prestação de serviço, de controle e exercício dos poderes pelo empregador, a maneira de se relacionar com o cliente e de auferir lucros. (MACHADO, CORTÊS. 2020. p.142)

O Direito individual do Trabalho tem caráter majoritariamente privado, classificação que se tornou ainda mais evidente após a chamada “reforma trabalhista”, Lei nº 13.467/17, a qual trouxe ampliação da autonomia das partes para formular regras para o contrato. Nesse sentido, os contratos podem ser negociados pelo empregado e empregador, ou seja, há prevalência do negociado sobre o legislado.

A prevalência do negociado sobre o legislado existia antes no ordenamento jurídico, contudo, era vislumbrado depois de estabelecidos patamares superior ao direito mínimo estabelecido em Lei, tornando-se tal condição favorável ao trabalhador.

A questão do negociado sobre o legislado foi um dos pontos polêmicos da denominada modernização das relações trabalhistas, pois se por um lado a flexibilização contratual serviria como uma forma de modernizar as relações de trabalho e permitir aumento na oferta de empregabilidade por outro lado significaria um retrocesso em termos de direitos trabalhistas, pois há que se considerar que o trabalhador, por ser a parte mais frágil da relação, deveria ser considerado hipossuficiente. De forma contrária, partiu-se de uma realidade inexistente, ou seja, que empregador e empregado estariam economicamente em condições de igualdade. Ou, que pela negociação coletiva, composta principalmente com a participação do sindicato representante da categoria profissional, deixaria de haver qualquer desigualdade entre categoria profissional e econômica. (FERRER, OLIVEIRA, 2019, p. 131).

A globalização como fenômeno mundial reestruturante do capitalismo sob regência do pensamento neoliberal trouxe reformas sociais inevitáveis. Os avanços tecnológicos vêm nesse bojo com implementação

de mudanças dentro do meio ambiente de trabalho, contribuindo para sua precarização e, por outro lado, ampliando os lucros. (SANTOS; SOARES, 2015, p. 2).

Considerando os aspectos relacionados à educação superior, é visível que durante o período de pandemia, houve a necessidade de manter o isolamento social conforme já mencionado em momento anterior. As escolas tiveram que adaptar a rotina que antes era presencial, realizado nas escolas em salas de aula e com a mediação do professor, para uma realidade que embora conhecida, não se aplicava à todas as modalidades de ensino.

Deve-se frisar, outrossim, que a adoção cada vez maior de modelos de trabalho decorre também do próprio biopoder e do estímulo à mecanização. O trabalhador se fará sempre necessário, mesmo nos sistemas mais mecanizados, e ainda que em menor quantidade. Mas a sua presença física não. Dispensada a sua materialidade, o trabalhador passa a ser estimulado a trabalhar a distância e é justamente nesse ponto que a legislação trabalhista brasileira se mostrou frágil, pois o sistema de *home office* pode se mostrar perverso no tocante às questões econômicas da relação trabalhista. [...]. Logo, no Brasil, embora seja precoce tal conclusão, o biopoder pode conduzir não apenas à diminuição das relações de trabalho, mas também a uma precarização das vagas que ainda restarem. (DIAS, OLIVEIRA. 2017. p. 263-264)

Dentro do contexto do mercado de trabalho e a relação com o emprego, encontramos também o desemprego, pois este tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados pela humanidade. O emprego é uma consequência específica do capitalismo, constituindo o elo formal entre o trabalhador e o modo de produção capitalista (REINERT, 2001, p. 45-46).

O desemprego, por sua vez, possui algumas classificações e formas, dentre os principais estão o desemprego conjuntural e o desemprego estrutural. O desemprego conjuntural é gerado pelas oscilações da economia, decorrentes das indústrias que produzem produtos sazonais, ou seja, cujo consumo é maior em determinadas épocas do ano. O desemprego dito conjuntural está ligado a fases de recessão da atividade produtiva. A experiência da década de 1980 ensinou claramente que o desinvestimento provoca um desemprego duradouro, podendo haver conflito entre objetivos de curto e de longo prazos. Mas a forma mais resistente de desemprego está ligada a um descompasso entre a estrutura qualificada da mão-de-obra necessária e da força de trabalho disponível. (ROSSI; OLIVEIRA. 2005, p. 1007)

Neste sentido, com a implantação destas mudanças no *modus operandi*, algumas instituições de ensino superior fizeram uma reestruturação no quadro de docentes, desencadeando um processo de demissões em massa. Dessa forma, foi possível perceber que a dinâmica ocorreu da seguinte forma: se 3 docentes atendiam de forma presencial 3 turmas, lecionando a mesma disciplina, com as aulas gravadas por 1 deles poderiam ser replicadas as 3 turmas simultaneamente, sem ter a necessidade de manter todos; haveria demissão de 2 docentes.

Portanto, o contexto pandêmico tornou possível a integração do ensino a distância em todas as modalidades de ensino, no entanto, o desemprego entre professores de diferentes esferas no setor privado foi de grande vulto. Assim, cabe ressaltar que o desemprego freia a economia, pois o desenvolvimento econômico depende da circulação de bens e serviços que, em um momento de desemprego estrutural, tende a ser racionalizado pela carência de recursos financeiros que fomentam o mercado consumerista.

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa juntamente com a dignidade da pessoa humana e a cidadania são fundamentos do nosso Estado Democrático de Direito. Dessa maneira, o intérprete e aplicador da Constituição deve sempre ter em mente a posição privilegiada desses três conceitos ao analisar qualquer situação real.

Assim, no que diz respeito à temática da proteção em face à automação, o fenômeno da constitucionalização do Direito do Trabalho recebeu maior destaque a partir do art. 7º, XXVII, CRFB, que tratou expressamente do direito fundamental do trabalhador de ser resguardado em decorrência dessa realidade. Este inciso teve particular inspiração na Declaração Universal dos Direitos

Humanos de 1948, o qual, em seu artigo XXIII previa que ‘toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego’ (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948).

Assim, a alteração da legislação trabalhista trouxe várias discussões acerca do teletrabalho, ou home office. Conforme CLT: Art. 75-B. “Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo”. O que ocorre no trabalho docente é considerado teletrabalho, uma vez que o professor, que é empregado, realiza as tarefas fora das dependências da instituição de ensino.

Há uma relação entre o biopoder e o teletrabalho, em que aparentemente é asseverado como uma modalidade de trabalho perfeita, mas que na verdade, não é:

Nessa seara, o biopoder estimula essas formas de relação de trabalho como extremamente benéficas ao trabalhador, sempre no intuito de que em sistemas de *home office* – e outras formas de *teletrabalho* - o empregado poderá ter maior tempo de lazer, descanso e proximidade da família. Vende-se uma imagem de relação de trabalho perfeita. Todavia, da forma como passa a ser previsto, o sistema naturalmente trará implicações de custos ao empregador, que antes não existiam nas relações de trabalho presencial. Mais do que isso, esses custos seriam apenas teoricamente negociados entre as duas partes, pois, bem se sabe, com raras exceções, o empregado não possui condições materiais para equilibrar sua vontade com a do empregador. Em consequência, o incentivo à mecanização do trabalho pode não conduzir, nos termos da legislação atual, a um modelo que trará necessariamente melhorias às relações sociais e do trabalho. (DIAS, OLIVEIRA. 2017. p. 263).

No tocante à esfera da educação superior, embora seja possível perceber um momento de desemprego estrutural, a presença física do docente pode parecer não relevante para a concretização do trabalho e atendimento aos alunos, que se faz através de sistema remoto ou *online*. Todavia, mesmo que haja um estímulo à continuidade do ensino a distância no período pós-pandemia, o papel do docente é imprescindível na continuidade das atividades institucionais de ensino e aprendizagem.

O art. 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal de 1988, reconhece a validade dos Acordos e das Convenções Coletivas de Trabalho. Assim, são encaradas em razão da disparidade entre capital e trabalho, isto é, entre empregador e trabalhador. Entendimento diverso poderia implicar a possibilidade de o empregador, mais forte na relação jurídica, impor sua vontade, afastando a legislação trabalhista estatal que foi elaborada com o viés protetivo, justamente em razão da hipossuficiência do trabalhador. Dessa forma, Sussekind explica que:

O princípio da proteção ao trabalhador resulta das normas imperativas, e, portanto, de ordem pública, que caracterizam a intervenção básica do Estado nas relações de trabalho, visando a opor obstáculos à autonomia da vontade. Essas regras cogentes formam a base do contrato de trabalho - uma linha divisória entre a vontade do Estado, manifestada pelos poderes competentes, e a dos contratantes. (SUSSEKIND, 2001, p.52).

Com base no artigo 170 da Carta Magna, torna-se possível construir uma análise sobre a função social da empresa em relação aos direitos trabalhistas, dialogando com a Consolidação das Leis do Trabalho que recentemente obteve uma reestruturação, onde ficou conhecida na mídia pelo título de “Nova Reforma Trabalhista”.

O Direito do Trabalho por meio de suas medidas protecionistas ou tutelares desempenha enorme papel na vida de todos os seres humanos, uma vez que o texto da Constituição estabelece no seu artigo 1º, inciso IV, como fundamentos” os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” e também no artigo 170, “caput”, importante pressuposto essencial: a dignidade da pessoa humana e a valoração do trabalho.

Dispõe o inciso III do artigo 1º da Constituição da República de 1988, que a dignidade humana é um dos princípios fundamentais do Estado Democrático de Direito, devendo o mesmo ser observado

em todas as normas infraconstitucionais, ainda que não esteja declarado expressamente, bastando que se interprete a legislação considerando tal princípio de modo implícito. Trata-se da interpretação constitucional axiológica das normas infraconstitucionais. A Constituição da República é soberana a toda e qualquer forma legal existente, não devendo nenhuma outra lei contradizê-la ou ignorá-la, ficando, assim, os princípios constitucionais gravados em qualquer norma infraconstitucional. (RABELO, VIEGAS, 2011, p. 194).

A dignidade da pessoa humana é um dos princípios de maior importância axiológica na ordem jurídica contemporânea nacional e internacional, devendo nortear a interpretação e aplicação das normas, em especial no âmbito do Direito do Trabalho. Somente com a valorização do ser humano, enquanto ser que sobrevive, trabalha e interage com outros e com o respeito de suas diferenças pelo Direito, pela Sociedade e pelo próprio Estado, será possível apreender a dignidade do trabalhador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Mediante os argumentos apresentados, é importante frisar que este estudo tende a provocar uma reflexão acerca da realidade que a sociedade perpassa na atualidade. A crise sanitária decorrente da pandemia trouxe inovações e a necessidade de mudança repentina na forma de interação entre as pessoas.

Urge ratificar que medidas de isolamento são essenciais, os impactos econômicos para a sociedade são evidentes, e a continuidade dos serviços prestados através do uso de tecnologias da informação foram essenciais para o atendimento às necessidades humanas. Assim, é de grande relevo destacar que a arte de governar guarda aspectos do biopoder, e tem por meta propiciar condições de subsistência à população.

Lembrando que a governamentalidade refere-se a conjunto de instituições, práticas e formas de pensamento próprias desta forma de exercer o poder, em que temos a população como alvo principal, a economia política como saber mais importante e os dispositivos de segurança como instrumento técnico essencial.

A preocupação com o desemprego estrutural é um fator preocupante, pois como demonstrado, poderá ser drasticamente reduzido os postos de trabalho para os docentes, uma vez que o ensino a distância apresentou um desempenho eficaz no que se refere ao atendimento aos alunos. A adaptação do mercado a frente do uso de novas tecnologias em um tempo reduzido foi aceita e adaptada à vida das pessoas, que aos poucos, foram se reinventando e desenvolvendo seus trabalhos no regime de teletrabalho.

É precipitado concluir ou buscar uma definição de como será a rotina dos trabalhos que hoje estão sendo executados em *home office*, em um mundo pós-pandemia. Até mesmo porque não há como prever quando irá acabar, e como estará a sociedade, como serão os planos de recuperação econômica e as possíveis estratégias para a recomposição do desenvolvimento do país.

Vários estudiosos e cientistas referem-se ao estágio de pós-pandemia com a expressão “novo normal”, como sendo o período seguinte ao qual a sociedade deverá se adequar aos novos parâmetros de comportamento social e alguns arriscam até apontar que a sociedade não será mais a mesma que antes.

## REFERÊNCIAS

---

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua** I. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

ALBUQUERQUE, Cynthia Studart; DA SILVA, Adriana Alves; DE MATOS, Rachel Araújo. **Crise brasileira, educação superior e sofrimento psíquico: sintomas mórbidos de um tempo da desesperança. Conexões - Ciência e Tecnologia**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 7-13, mar. 2020. ISSN 2176-0144. Disponível em: <http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/1815/1406>. Acesso em: 07 jul 2020 doi: <https://doi.org/10.21439/conexoes.v14i1.1815>.

BAQUERO, M. **Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil**. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641298> Acesso: 12 jul. 2020.



- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5/10/1988, publicada no D.O.U. n. 191-A.
- BRASIL. Lei 13.467, de 13 de julho de 2017. **Altera a Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13467.htm)Acesso em: 25 de mai. de 2020.
- BRASIL. Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 2005.
- CÂMARA, Heloisa Fernandes. **Direitos Humanos e o conceito de homem: análise sob uma perspectiva biopolítica**. Revista da Faculdade de Direito - UFPR, Curitiba, n.47, p.29-64, 2011. p. 89 a 106.
- CÉSAR, Maria. Rita de Assis. (2010). **(Des)governos.: biopolítica, governamentalidade e educação contemporânea**. ETD - Educação Temática Digital, 12(1), 224-241. <https://doi.org/10.20396/etd.v12i1.850>
- CONFORTO, Debora; VIEIRA, M. C. **Smartphone na Escola: Da Discussão Disciplinar Para a Pedagógica**. Latin American Journal of Computing, v. II, p. 43-54, 2015.
- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIAS, Jefferson Aparecido; OLIVEIRA, Emerson Ademir Borges de. **O desemprego e o autoatendimento no setor bancário: entre o biopoder e a biopolítica\*** REPATS, Brasília, V. 4, nº 2, p.253-270, Jul-Dez, 2017 ISSN: 2359-5299. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/REPATS/article/view/8517> Acesso: 08 jul. 2020.
- DIAS, Rebeca Fernandes. **Vida e Direito: poder, subjetividade no contexto biopolítico**. Dissertação. Curitiba: UFPR, 2007.
- FERRER, Walkiria Martinez Heinrich; OLIVEIRA, Lourival José de. **Reforma Trabalhista e a mudança de paradigma do negociado sobre o legislado**. Revista Jurídica Cesumar - Mestrado, v. 19, n. 1, p. 119-145, janeiro/abril 2019 - e-ISSN 2176-9184. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/6829> acesso: 08 jul. 2020.
- FOUCAULT, Michel. (1978). **A governamentalidade**. Em Michael Foucault, *Microfísica do poder* (pp. 277-293). Rio de Janeiro: Graal
- FOUCAULT, Michel. (1988). **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal.
- FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: curso no Collège de France de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, v. I. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- MACHADO, Luciana de Aboim; CÔRTEZ, Priscila Cavalcanti. **O direito fundamental à proteção em face à automação e a indústria 4.0. Relações Internacionais no Mundo Atual**, [S.l.], v. 1, n. 26, p. 139-154, jan. 2020. ISSN 2316-2880. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/3996/371372318>. doi: <http://dx.doi.org/10.21902/Revrima.v2i27.3996>. Acesso: 30 mai.2020.
- MENDES, Luciano; BONILHA, Máira Coelho; ICHIKAWA, Elisa Yoshie and SACHUK, Maria Iolanda. **Tecnologias Sociais, Biopolíticas e Biopoder: Reflexões Críticas**. Cad. EBAPE.BR [on-line]. 2015, vol.13, n.4, pp.687-700. ISSN 1679-3951. <https://doi.org/10.1590/1679-395113554>. Acesso: 25 mai.2020.
- OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de. **Uma análise sobre a escola enquanto um dispositivo de segurança nas obras de Michel Foucault** ANALECTA Guarapuava, Paraná v.15 n. 1 p. 39 - 52 jan./jun. 2014/2016. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/analecta/article/view/4594> Acesso: 14 jul. 2020.
- RABELO, César Leandro de Almeida; VIEGAS, Cláudia Maria de Almeida Rabelo. **O direito à educação como garantia de um estado democrático de direito: a reserva de cotas nas universidades pelas ações afirmativas**. Revista Argumentum /Argumentum Journal of Law - Revista de Direito n. 12 - 2011 – UNIMAR. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/1074> Acesso: 12 jul. 2020.
- ROSSI, Thaine; OLIVEIRA, Edson A. A. Q. **A questão do desemprego no Brasil**. In: Anais do IX Encontro Latino-Americano de Iniciação Científica e V Encontro Latino-Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba. – São José dos Campos – SP: UNIVAP, 2005.
- SANTOS, Rosenjura; SOARES, Érica. **O direito à proteção em face da automação e desemprego tecnológico: parâmetros constitucionais para regulamentação**. In: 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2015, Santa Maria, RS. Anais do 3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade. Disponível em: [www.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-20.pdf](http://www.ufsm.br/congressodireito/anais/2015/6-20.pdf). Acesso em: 29 mai. 2020.
- SERVA, Fernanda Mesquita; DIAS, Jefferson Aparecido. **Responsabilidade social nas instituições de ensino superior: entre o biopoder e a biopolítica**. Revista Argumentum – RA, e ISSN 2359-6889, Marília/SP, V. 17, pp. 413-433, jan. dez. 2016. Disponível em: <http://ojs.unimar.br/index.php/revistaargumentum/article/view/319> Acesso: 11 jul. 2020.
- SUSSEKIND, A. **Direito Constitucional do Trabalho**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- VEIGA-NETO, A. **As crianças ainda devem ir à escola?** In: CANDAU, V. M. (Org.). Linguagens, espaços e tempos no ensinar e aprender: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino – ENDIPE. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2000. p. 09-19.
- VILAÇA, M. L. C. (2010). **Educação a Distância e Tecnologias: conceitos, termos e um pouco de história**. Revista Magistro, 2(2), 89-101. Disponível em: <http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/magistro/article/view/1197> Acesso: 16 jul. 2020.

# O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM PLATAFORMAS DIGITAIS.

Jefferson Franco Rodrigues

Assistente Social. Discente do Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jefferson.franco@hotmail.com

**Resumo:** O presente trabalho tem como objetivo analisar a precarização do trabalho dos/das trabalhadores/as em plataformas digitais no contexto das transformações do mundo do trabalho e a destituição dos direitos sociais. Para alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma reflexão teórica a partir da literatura nacional e de documental a partir de dados oficiais do IBGE e de pesquisas realizadas acerca do tema. Na cena contemporânea, identifica-se um aprofundamento e ampliação do fenômeno da uberização, com destaque para os entregadores e motoristas de aplicativos, que estão submetidos a intensificação e precarização do trabalho em um contexto de desemprego estrutural, tais como: alta jornada de trabalho de trabalho, baixos salários, desproteção trabalhista e adoecimento da saúde mental e física dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Trabalho; Uberização; Precarização do Trabalho.

## INTRODUÇÃO

O trabalho em tela apresenta uma reflexão teórica acerca das transformações do mundo do trabalho e da destituição dos direitos sociais na contemporaneidade, tendo como lócus de análise o fenômeno da uberização e a precarização do trabalho que estão submetidos os trabalhadores/as entregadores e motoristas de aplicativos na contemporaneidade. Nos últimos anos, essa modalidade de trabalho, cada vez mais, vem expandindo no Brasil e no mundo, em um contexto em um contexto de crise do capital e da expansão do desemprego estrutural.

O interesse pelo tema, foi impulsionado a partir das reflexões teóricas a necessidade de revisitar a partir da teoria social crítica as análises acerca do trabalho no contexto da crise estrutural do capital que tem como base de sua recuperação de lucro a reestruturação produtiva e as políticas neoliberais que intensificam a precarização laboral e as novas modalidades de gestão da força de trabalho via aplicativos. Destaca-se, também, que a escolha pelo tema desse estudo, partiu de observações do cotidiano dos/as trabalhadores/as, a partir de diálogos com os motoristas e entregadores, os quais pontam no seu cotidiano de trabalho para inúmeras expressões da precarização do trabalho, tais como: a intensificação e lata jornada de trabalho, a insegurança, o medo da violência, etc.

A análise tema ora proposto se deu através da teoria social crítica e do método materialismo histórico-dialético. Sob este entendimento, o método histórico-dialético foi utilizado para compreender o objeto de estudo, possibilitando compreender a realidade e os seus complexos sociais, para além da aparência do fenômeno, a partir da totalidade da vida social. Sendo assim, para alcançar o objetivo deste trabalho foi realizado uma revisão teórica por meio da pesquisa bibliográfica e a partir de reportagens jornalística e documentários acerca das condições de trabalho dos trabalhadores por aplicativos, o que possibilitou uma aproximação a partir das vivências dos motoristas e entregadores de aplicativos.

Neste sentido, faz-se necessário analisar as profundas mudanças no âmbito econômico, social, político e cultural e as repercussões nas relações e condições de vida/trabalho (objetivas e subjetivas) de ser e existir da sociabilidade humana. Assim como, as contradições e os conflitos de classes presentes na sociabilidade do capital ao ampliar e aprofundar as desigualdades sociais e a exploração desenfreada da natureza e do trabalho humano. Há neste sentido, a necessidade de aprofundar os debates a respeito desta temática, ao considerar a sua relevância tanto para a academia quanto para a sociedade.

A partir destas considerações, a realidade vem exigindo competência teórica e política que demanda uma ampliação de conhecimentos para (re)pensar as transformações no mundo do trabalho e estratégias coletivas na defesa dos direitos da classe que vive do trabalho. profissional necessita de um arcabouço teórico, político e operativo que possibilite analisar e intervir criticamente na realidade, sem a apropriação desse referencial crítico ele não terá condições objetivas para analisar a realidade e funcionamento da sociedade capitalista e captar as possibilidades de ações contidas na realidade.

## **CRISE DO CAPITAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E ESTADO NEOLIBERAL**

---

Nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, o processo de produção capitalista tem passado por profundas transformações que têm repercutido no mundo do trabalho. Com efeito, a sociedade contemporânea vem passando por profundas, o repercute nas condições de vida e no trabalho dos/das trabalhadores/as, ou seja, nas esferas materiais e subjetivas das relações de ser e existir da sociabilidade humana. Em tempos de crise sistêmicas do sistema capitalista a exploração e a alienação do trabalho tendem a se atenuar.

Para Braz e Netto (2006, p.157), a crise é “constituída do capitalismo” e afirma que não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise. Ou seja, as crises que se desenvolvem no modo de produção capitalista, sejam elas de duração e intensidades variadas, fazem parte da sua existência e do seu desenvolvimento. Segundo Mészáros (2011, p.795) é por meio das crises que o capitalismo tem a possibilidade de “progredir para além de suas barreiras imediatas” e de “estender com dinamismo cruel sua esfera de operação e dominação”. Desta forma, há uma maior intensificação da exploração da natureza e do trabalho humano, e da ampliação da dominação em nível global, com o objetivo da ampliação do lucro.

Como esclarece Mészáros (2011, p.795) a crise contemporânea do capital é fundamentalmente uma “crise estrutural”, apresentando características diferentes das crises cíclicas anteriores, sendo o seu caráter: universal, isto é, não atinge apenas uma esfera particular de acumulação de capital (financeira ou comercial) e nem apenas em uma área da produção, alcança assim, todos os tipos de trabalho (relações/condições de trabalhos, as habilidades e a produtividade); tem alcance global, repercutindo em diferentes regiões e localidades do globo, e não se limita a alguns países como as crises cíclicas; é extensa, continua e permanente e se desdobra de forma rastejante.

Nesta perspectiva, Antunes (2009) pontua que o sistema socio-metabólico capitalista, apresenta-se de forma expansionista, destrutivo e incontrollável, sendo tudo controlado pela valorização do capital. De tal modo, não são consideradas as condições indispensáveis e essenciais para a sobrevivência humana em sociedade, resultando na destruição maciça da natureza em escala global e a corrosão do trabalho, com acrescente precarização do trabalho e o desemprego estrutural.

A crise do padrão de acumulação de capital Taylorista/Fordismo é expressão fenomênica da crise estrutural do capital. A partir da década de 70 do século XX, o padrão de acumulação de capital Taylorista/Fordista entra em crise, após um longo período de crescimento econômico conhecido como “anos de ouro” ou os 30 anos gloriosos. De acordo com Harvey (2008a), o período de 1965 a 1975, tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do taylorismo/fordismo e do estado de bem-estar social de conter as contradições inerentes ao capitalismo, em uma conjuntura de uma forte tendência de inflação e do aumento dos preços do petróleo com a decisão árabe de embargar as exportações para o ocidente durante a guerra árabe-israelense de 1973, que ocasionou em uma longa e profunda ressecação combinando baixa datas de crescimento e altas inflação.

Os principais traços dessa crise podem ser expressos pela tendência decrescente da taxa de lucro, o aumento do desemprego estrutural, hipertrofia da esfera financeira e a concentração de capitais (monopólios e oligopólios), o que dificultou a ampliação da acumulação e dos processos de produção. Em consonância, ocorreu a crise do Welfare State ou do “Estado do bem-estar social”, acarretando na crise fiscal do Estado

capitalista, e as consequências resultaram na necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, assim, ocorreu um acentuado processo de privatizações, desregulamentações e flexibilização do processo produtivo e no mercado de trabalho (ANTUNES, 2009).

Desta forma, como estratégia para a retomada da acumulação do capital e uma das respostas para a crise capitalista, no mundo, guardada as devidas particularidades de cada país, implementado o processo de reestruturação econômica e de reajustamento social, ideológico e político no mundo capitalista, o qual estabeleceu dois tipos de ajuste estrutural distintos, mas em consonância: o primeiro no plano da esfera da produção – a reestruturação produtiva (base material da sociedade) e o segundo na esfera política do Estado referenciado ao neoliberalismo, ambos são expressões da era da acumulação flexível (HARVEY, 2008b).

A acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo, pois ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, é caracterizada como uma nova forma de acumulação de capital e de organização do trabalho, da vida social e política. Expressa-se assim, na flexibilidade dos processos e mercado de trabalho, na produção e nos padrões de consumo, com o surgimento de novos setores de produção, novos mercados, inovação comercial, tecnológica e organizacional, assim como, há a mundialização da produção em regiões subdesenvolvidas. (HARVEY, 1993).

A reestruturação produtiva se expressa em um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, com a introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, a introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços, assim como, à desconcentração produtiva, às empresas terceirizadas etc. O autor destaca que as características da organização e relação do trabalho, são estes: o Just in time, flexibilização, terceirização, subcontratação, polivalência do trabalhador, eficiência e agilidade (controle da qualidade) (ANTUNES, 2009).

Desta forma, utilizando de novas técnicas de gestão da força de trabalho (trabalho em equipe, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”), bem como o “envolvimento participativo” dos trabalhadores, que se dá em participação manipuladora e que preserva, na essência, as condições do trabalho alienado e estranhado. Observa-se que o trabalho passou a ser fortemente controlado, ocorrendo a ampliação da exploração da força de trabalho - mais-valia relativa (inovação tecnológica) e pela mais-valia absoluta (ampliação do ritmo de trabalho), visando a retomada das taxas de lucros (ANTUNES, 2009).

Como pontua Oliveira (2004), para os trabalhadores que precisam vender a sua força de trabalho para manter a sua sobrevivência, em um contexto de desemprego estrutural crescente, estão cada vez mais submetidos a flexibilização do trabalho que significa “despir” o trabalhador da sua proteção, segurança, perspectiva de futuro e solidariedade de classe, subjugado a relações e condições precárias de trabalho; e a relações de trabalho terceirizadas com baixos salários, prolongamento da jornada e a baixa cobertura dos direitos trabalhistas. Bem como, há o intenso processo de precarização, o prolongamento da jornada de trabalho, adoecimentos e acidentes de/no trabalho, sindicalismo cooptado e manipulado, etc.

Na esfera ideopolítica, houve a ampliação do ideário neoliberalismo nos países maduros no decorrer a década de 1970 e se consolidando em 1980, com a prioridade imediata de deter a inflação. O neoliberalismo surgiu a partir da Segunda Guerra Mundial nos países da Europa e da América do Norte, sendo uma reação crítica teórica e política ao Estado intervencionista e de Bem-Estar social. Com a crise do Estado de Bem-Estar, o ideário neoliberal ganhou espaço, para os seus defensores, a crise era resultado dos aumentos com gastos sociais do Estado concedido a partir do poder dos sindicatos e do movimento operário em torno das pressões e reivindicações a respeito do aumento do salário e ampliação dos direitos sociais (HARVEY, 2008b).

O fundamento do Estado Neoliberal é criar condições favoráveis à acumulação de lucros de capitais, isto é, o restabelecimento das condições da acumulação e restaurar o poder das elites econômicas. Como destaca Teixeira (1996), o neoliberalismo é a retomada da tese clássica que o mercado é a única instituição apropriada para coordenar e solucionar os problemas sociais, sejam eles de natureza puramente econômica

ou política, sendo assim, o mercado que determina as relações de produção, a organização do trabalho e os investimentos sociais, nesta perspectiva, há uma defesa do Estado mínimo com gastos sociais e nas intervenções econômicas.

O Estado neoliberal deve favorecer os direitos individuais à propriedade privada, o direito as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio, no âmbito dos direitos trabalhistas as obrigações contratuais são livremente negociadas entre indivíduos, “em nome” da liberdade e da produtividade, além dos incentivos e ajuda as empresas privadas. Portanto, e Estado pode “usar seu monopólio dos meios de violência para preservar a todo o custo essas liberdades.” e “a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio”. (HARVEY, 2008b, p.37)

Segundo Anderson (1995, p.11-23), para os ideólogos neoliberais, o Estado tem que ser forte apenas para “romper” a ação dos sindicatos e garantir a estabilidade monetária, a contenção dos gastos com bem-estar, a “restauração da taxa ‘natural’ de desemprego, ou seja, a criação de um exército de trabalhadores para quebrar os sindicatos” e a realizar reformas fiscais, com a redução de impostos para quem tem rendimentos mais altos e sobre as rendas, assim, garantiria a recuperação econômica. Contudo, não obteve êxito com o crescimento econômico, para o autor “fracassou não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado” e “socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais” e como política e ideologicamente “alcançou êxito”.

Nesse contexto, o Estado neoliberal passou a adotar medidas privatistas, sobretudo, no que se refere ao intenso desmonte e privatização do setor produtivo estatal e a desregulamentação dos direitos sociais e trabalhistas. As consequências para classe-que-vive-do-trabalho podem constatadas pelo aumento do desemprego estrutural, pela precarização do trabalho e pela a degradação da natureza e do meio ambiente, favorecendo, assim, a acelerada produção de mercadorias na perspectiva da expansão e da valorização do capital (ANTUNES, 2006; 2009).

Nos países da América Latina, resguardando as suas particularidades, permaneceram com a mesma lógica: “superar” a crise, e para isto, ocorreu o desmantelamento e reforma do Estado, a desverticalização produtiva, a flexibilização do mercado de trabalho e a desregulação da economia. Em particular, no Brasil, a contrarreforma do estado brasileiro ocorreu, especificamente a partir da década de 1990, com implementação e expansão das políticas de reestruturação produtiva e neoliberais no país. Esse processo, iniciou com os governos dos presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC), na década de 1990, sob a orientação das medidas de ajuste estrutural preconizadas no Consenso de Washington (TEIXEIRA, 1996).

Segundo Behring (2003) a contrarreforma “implicou um profundo retrocesso social, em benefícios de poucos.” Ela expressou na flexibilização das relações de trabalho, nas privatizações de bens e serviços públicos, no endividamento do Estado e a sua relação direta com o capital estrangeiro, agravando ainda mais a desigualdade social latendo no país. No âmbito da proteção social, observa-se constante perda de direitos sociais e na ausência e/ou baixo financiamento das políticas sociais, em virtude do ajuste fiscal promovido pelo Estado brasileiro, a partir das orientações das agências multilaterais (FMI, Banco Mundial e outros.).

Neste sentido, as políticas neoliberais adotadas pelos governos a partir de 1990 e no decorrer dos anos 2000, vem incidindo diretamente em um retrocesso social com inúmeras medidas de privatização aliada aos cortes de gastos sociais e desmonte das políticas públicas com a desuniversalização e focalização, assim como, uma nova arquitetura institucional que regulamenta a articulação com o terceiro setor para execução de políticas públicas. Ressalta-se as políticas neoliberais impactaram em um amplo processo de contenção de salários, desmobilização na organização dos sindicatos e de greves, privatização dos bens públicos para empresas privadas, como por exemplo, nos serviços e em empresas públicas, o que contribuiu para o aumento das desigualdades sociais (BEHRING, 2003; 2019).

É neste contexto de crise do capital, reestruturação produtiva, políticas neoliberais e do aumento do desemprego estrutural que estão situados os trabalhadores de aplicativos, como por exemplo, aplicativos de transporte e de entregas, UBER, 99POP, Cabify, Uber, iFood, entre outros, os quais para garantir a



sobrevivência estão submetidos a este tipo de trabalho. Neste sentido, faz-se necessário, apreender como essa conjuntura de precarização do trabalho e da vida social se expressa nessa nova forma de gestão do trabalho.

## **FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO: EXPRESSÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E DA VIDA**

---

No século XXI, como destaca Antunes (2018), a economia está sob comando e hegemonia do capital financeiro e das empresas que buscam garantir cada vez mais os seus altos lucros, especificamente, a partir da superexploração e intensificação do trabalho que são transferidas aos trabalhadores/as por meio da pressão pela ampliação do tempo de trabalho, altas taxas de produtividade e a redução dos custos com à força de trabalho como, por exemplo, a “flexibilização” crescente dos contratos de trabalho.

Neste sentido, segundo o autor, “estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital.” (ANTUNES, 2018, p.35). Há um novo proletariado da era digital que ganharam notoriedade com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) que impulsionaram nas mais distintas modalidades de trabalho ao conectarem os/as trabalhadores/as pelos celulares e outras mídias digitais na atualidade – o fenômeno da uberização – uma relação de trabalho intermitente via aplicativos (UBER, 99POP, Cabify, Uber, iFood e outros), a qual o/a trabalhador/a realiza a atividade “eventualmente” e/ou “diariamente” e a sua remuneração está vinculada ao período de execução do trabalho.

[...] o aplicativo é uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado – apropria-se do mais valor gerado pelo serviço dos motoristas, sem preocupações com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Em pouco tempo, essa empresa se tornou global, com um número espetacularmente grande de motoristas que vivenciam as vicissitudes dessa modalidade de trabalho instável. (ANTUNES, 2018, 40)

Tal modalidade de trabalho vem se expandindo, a partir da crise do capitalismo que tensiona/tensionou um aumento descontrolado do desemprego. Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2020, tem-se mais de 11,9 milhões de pessoas desempregadas e 87,1% dos trabalhadores que entraram no mercado estão sob condições de informalidade. Nesse sentido, os trabalhadores estão, cada vez mais, submetidos ao desemprego, a instabilidade e a insegurança que são traços constitutivos do trabalho na contemporaneidade, com as novas modalidades de relações e contratos de trabalho, especificamente, a partir do trabalho sem contrato ou por tempo determinado, sem previsibilidade de horas a cumprir e sem direitos assegurados, como é o caso dos trabalhadores/as de aplicativos.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (2019), há 3,8 milhões de brasileiros trabalham com as plataformas online. No que se refere ao perfil dos motoristas de aplicativos, a pesquisa destaca que: 94% são homens e 6% mulheres; mais de 57% são pretos ou pardos com a idade 30 – 49 anos que corresponde a 52%; e a maioria 54% tem o ensino médio completo. Com relação a renda, 62% informaram a renda mensal de 1 a 3 salários mínimos e a jornada de trabalho semanal de 65% é entre 40 h e 49h, seguindo de 31% mais de 49h e 4% menos de 40h por semana.

Essa realidade não é diferente do entregador de aplicativos, segundo os dados do IBGE (2019): 94,7% são homens e 2,6% são mulheres, em sua maioria são jovens até 25 anos (36,3%) e de 26 a 35 anos (44,7%), tem o ensino médio completo (74,3%), ensino fundamental (13%), ensino superior (10,9%) e outros (1,8%) e com relação a renda mensal, observou-se que 61% recebe até 2.000. Como destaca o autor os trabalhadores “oscilarão entre o desemprego completo e, na melhor das hipóteses, a disponibilidade para tentar obter o privilégio da servidão” (ANTUNES, 2018, p. 39). Tal privilégio, como destaca o autor supracitado, é a sub-sunção do trabalhador em empregos precarizados e com baixo ou ausente de direitos trabalhistas.

No âmbito do trabalho por aplicativos não há contrato de trabalho e para ingressar no serviço, o trabalhador, seja ele motoristas ou entregador, faz-se necessário ter as ferramentas de trabalho (próprio ou alugado): carro/bicicleta/moto e um celular com acesso à internet, para realizar o cadastro no aplicativo e, posteriormente, após uma triagem é realizado a autorização ou não pela empresa. Trata-se de uma ideologia que os/as trabalhadores/as são “colaboradores” e “parceiros”, por isso não há um vínculo formal de trabalho, é uma relação de trabalho não há previsibilidade de horas a ser cumpridas, direitos assegurados pelas empresas e a renda tem como base a quantidade de corridas e entregas realizadas, isto é, sem trabalho, sem salário.

Como destaca Abílio (2017)

[...] ser um trabalhador-perfil em um cadastro da multidão significa na prática ser um trabalhador por conta própria, que assume os riscos e custos de seu trabalho, que define sua própria jornada, que decide sobre sua dedicação ao trabalho e, também, que cria estratégias para lidar com uma concorrência de dimensões gigantescas que paira permanentemente sobre sua cabeça. (s/p)

Em ambos – motoristas e entregadores/as - a jornada de trabalho é intensificada, pois o recebimento do salário é regido pelo número de entregas realizadas ao dia e não pelo tempo de permanência do trabalhador/a no aplicativo, por tanto, para alcançar a renda são submetidos a jornadas de mais de 12h por dia. No atual contexto, há distintas formas de intensificar o trabalho como o investimento em equipamentos modernos para aumentar a produção, pelo prolongamento da jornada de trabalho; e mediante ao envolvimento e empenho do trabalhador, ou seja, “o trabalho é cada vez mais cobrado por resultados e por maior envolvimento do trabalhador.” (DAL ROSSO, 2008, p. 31) e é “conduzido a produzir mais trabalho, a trabalhar mais, no mesmo período de tempo considerado e dentro das condições técnicas vigentes” (DAL ROSSO, 2008, p. 60-61).

Neste tipo de trabalho, os/as trabalhadores/as devem estar on-line para atender as demandas solicitadas e, em muitos casos, não podem recusar as solicitações, pois, podem sofrer represálias por parte da empresa e pode resultar no seu desligamento, haja vista que o seu trabalho é avaliado pelos passageiros/compradores a cada corrida ou entrega realizada. Como pontua Castilho (2017),

[...] já não é mais necessário o controle dentro da fábrica, tampouco a subordinação a agentes específicos ou a uma jornada rígida. Muito mais eficaz e repressor é o controle difuso, realizado por todos e por ninguém. Neste novo paradigma, os controladores, agora, estão espalhados pela multidão de usuários e, ao mesmo tempo, se escondem em algoritmos que definem se o motorista deve ou não ser punido, deve ou não ser “descartado”. (CASTILHO, 2017, p. 389)

O trabalho passa a ser mais flexíveis, de acordo com os ritmos produtivos das empresas, passando assim, a ter consequências profundas para os trabalhadores, no seu tempo de trabalho e de vida, em seus direitos, nas suas condições de saúde etc. Os próprios trabalhadores informam que o retorno financeiro é baixo e a pressão realizada pela empresa, como exposto nas entrevistas concedidas para o jornal Estadão<sup>1</sup>, em São Paulo/SP.

É pura ilusão. O Uber engana o trabalhador. Promete que você vai ganhar R\$ 7 mil, então você se mata, trabalha 12 horas por dia e não ganha R\$ 3 mil. Se dependesse disso, estava passando fome. (Amauri Pereira, 52 anos)

Meu propósito era tirar R\$ 250 por dia. Não passei da metade. Ficar dependendo do Uber traz sérios danos para a sua vida financeira e pessoal. Não volto nunca mais. (Marcelo Eduardo de Sousa, de 41)

---

1 Resk, F. Diógenes, J. Com reclamações, Uber perde motoristas. Disponível em <http://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,com-reclamacoes-uber-perde-motoristas,10000075210>.

Como destaca Antunes (2018, p.40), os trabalhadores/as “com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com os gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza etc.” Ou seja, são responsabilizados por arcar com os custos do trabalho como, por exemplo, a manutenção e/ou conserto, sendo as empresas isentas de quaisquer responsabilidades. Tal análise é confirmada pelos trabalhadores, como destaca na fala do trabalhador motoboy Fabiano Andrade, de 42, concedida para o jornal Estadão: “Na minha melhor semana, consegui R\$ 900. Só o custo com manutenção do carro e combustível é de R\$ 500. E ainda tem os 25% que ficam com o Uber”, ele ficou apenas cinco meses no serviço.

Nesta perspectiva, Oitaven, Carelli e Casagrande (2018, p.36), em pesquisa realizada com apoio do Ministério Público do Trabalho e com base nos depoimentos dos/as trabalhadores/as de aplicativos, informam que para alcançar um salário que consiga suprir as suas necessidades básicas de vida, os/as profissionais se submetem há longas jornadas de trabalho, ultrapassando a jornada regular de um trabalhador de empregado/a instituída no país, sendo cada vez maior o poder e controle pela empresa no âmbito deste trabalho por aplicativos. Para os autores, o que está posto é uma relação de trabalho se dá por uma “aliança neofeudal”

[...] por ela, concede-se certa liberdade aos trabalhadores, como ‘você decide a hora e quanto vai trabalhar’, que é imediatamente negada pelo dever de aliança e de cumprimento dos objetivos traçados na programação, que é realizada de forma unilateral pelas empresas (OITAVEN; CARELLI; CASAGRANDE, 2018, p.36).

Os serviços por aplicativos estão absorvendo diferentes trabalhadores/as, sendo para eles/as a única e/ou complemento da renda básica familiar. Contudo, para obter tal renda, os mesmos estão submetidos a superexploração e intensificação do trabalho, especificamente, a partir da intensa erosão dos direitos trabalhistas, altas jornadas, baixos salários, adoecimentos e desgastes do corpo e da mente, que são que são expressões da precarização do trabalho sob as novas modalidades de trabalho intermitente.

A uberização traz um tipo de utilização da força de trabalho que conta com a disponibilidade do trabalhador mas o utiliza apenas quando necessário, de forma automatizada e controlada. A empresa-aplicativo detém o controle e a possibilidade de mapear e gerenciar a oferta de trabalho e sua demanda, a qual também está mediada pelo aplicativo e subordinada a ele. Como dito, o trabalhador está disponível, mas não tem qualquer possibilidade de negociação ou influência na determinação da distribuição de seu próprio trabalho nem sobre o valor do mesmo. (ABILIO, 2019, p.03)

Neste sentido, no mundo do trabalho as virtudes e princípios da flexibilização do trabalho tem como objetivo obter a máxima intensidade e rendimento do trabalho e dos/as trabalhadores/as. Neste sentido, para a classe trabalhadora, há constantes formas agressivas e brutais para aumentar a produtividade do trabalho, com base nas clássicas e “novas” modalidades de extração e apropriação de mais-valia (absoluta e relativa), aliados a isso, há os crescentes níveis de desempregos que expressão a subsunção do trabalhador/a à lógica capitalista. Acresce-se a isso o que Alves (2013) ressalta, sendo que o trabalho flexível conduz,

[...] não apenas à precarização salarial, mas principalmente à precarização do homem-que-trabalha; isto é, a nova morfologia social do trabalho flexível tem um impacto disruptivo no metabolismo social do homem-que-trabalha, atingindo irremediavelmente a vida cotidiana de homens e mulheres trabalhadores, disseminando sentimento de insegurança e descontrole pessoal (p.179, grifo do autor).

Como destaca Alves (1999, 2013) é da essência do capitalismo global a intensificação da precarização do trabalho em suas múltiplas dimensões (objetiva e subjetiva), assim, a análise da precarização vai para além do salário e emprego, sendo necessário compreender as relações de trabalho e a saúde do/da trabalhador/a. O aumento da insegurança, a competição e medo do desemprego, vem resultando em adoecimentos, desgastes físicos e mentais e em recorrentes acidentes fazem parte do cotidiano do trabalho, com os

entregadores e motoristas de aplicativos não é diferente. Como pode ser observado nas falas dos entregadores para a Revista Época<sup>2</sup>.

Quem tem disposição realmente consegue ganhar dinheiro. Mas tudo o que acontece depende de você: se cair e se machucar, você está sozinho; se chover e não trabalhar, não ganha nada. Se morrer, ninguém vai pagar o seguro para sua família, ninguém vai ligar para sua mulher. (André dos Santos, 30 anos)

Sábado à noite a gente dorme na praça Victor Civita. Não vale a pena voltar para casa e depois vir para cá de novo, de manhã (Gabriel de Jesus, 22 anos)

A gente reveza: um dorme no banco e outro fica acordado para proteger dos roubos (Robert dos Santos)

Com a pandemia vive-se um cenário de catástrofe social e sanitária, com o constante aumento do número de pessoas infectadas e de mortes em decorrência do vírus Sars-Cov-2 - o novo Coronavírus. Desde o primeiro caso registrado em fevereiro de 2020 já são mais de 5 milhões de pessoas infectadas e mais de 155 mil mortes, sendo o consócio de empresa<sup>3</sup>. A pandemia revelou as desigualdades de classe e acentuou as diferenças sociais, econômicas, sanitárias e regionais vividas pela população pobre do país. É notório que, o avanço da pandemia repercute com mais intensidade na população pobre, preta da periferia das cidades brasileiras, que vivenciam situações precárias de saneamento, de habitação e trabalho e renda e estão vinculadas a trabalhos informais.

No que tange ao trabalho por aplicativos, a pandemia intensificou a precarização do trabalho, tal realidade é vivenciada por trabalhadores/as em diferentes cidades brasileiras como, por exemplo, em Belém/PA<sup>4</sup> e São Paulo/SP<sup>5</sup>, que reivindicam o aumento nas taxas de entrega; pagamentos de taxas de deslocamento para retirada dos pedidos, com a finalidade de aumento o valor da renda; o fim de retaliações e bloqueios indevidos nas plataformas; e a igualdade no pagamento entre os/as profissionais e distribuição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Nossas vidas não têm importância nenhuma para essas empresas. O que interessa para elas é o cliente. Somos descartáveis. Nós nos matamos de trabalhar, mas não conseguimos pagar as contas. (Alessandro da Conceição Calado, São Paulo/SP)

Isso é uma vergonha. A distância é uma vergonha. Se nós vamos fazer uma entrega a 5,5 km de distância no valor de R\$ 4,50 nós temos que voltar 5,5km de graça. Nós queremos que isso seja reparado. (Carlos Siqueira, Belém/PA)

O trabalho é envolto de contradições, pois, ao mesmo tempo que pode atender às necessidades básicas de reprodução dos homens, também representa o seu inverso, próprias das condições destrutivas da organização trabalho na lógica do capital, que pode determinar a produção de doenças e mortes. Essas mudanças no mundo trabalho incidem, diretamente, nos trabalhadores – intensificação, controle do trabalho; introdução de tecnologias; exigências de comportamentos; mudanças na forma de contrato, organização e condições de trabalho; flexibilização, polivalência e a instabilidade são constantes; etc.

Como destaca Marx,

O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho

---

2 <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/05/dormir-na-rua-pedalar-30-km-e-trabalhar-12-horas-por-dia-rotina-dos-entregadores-de-aplicativos.html>

3 <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/10/21/total-de-mortes-por-covid-19-no-brasil-passa-de-155-mil-aponta-consorcio-de-imprensa.ghtml>

4 <https://www.romanews.com.br/cidade/entregadores-de-aplicativos-fazem-greve-e-reivindicam-melhorias-de/84308/>

5 <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/10/pandemia-preciza-ainda-mais-o-trabalho-de-entregadores-de-aplicativos.htm?cmpid=copiaecola>

não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidade fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui de forma tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho auto sacrifício, de mortificação (MARX, 2004, p.83).

É neste contexto que estão inseridos os trabalhadores entregadores e motoristas de aplicativos, em um processo constante de alienação, resultando da lógica de exploração das empresas capitalistas de aplicativos. Com efeito, a subsunção do trabalho ao capital, do trabalho alienado/estranhado e fetichizado coloca os trabalhadores em situações de precarização e adoecimentos. As estratégias usadas pelo capital são os ocultamentos da dimensão social da miséria humana em que a precarização do trabalho e sua condição de vida são expressões.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Neste estudo, no primeiro momento, buscou-se compreender, no atual contexto, as implicações da crise estrutural capitalista, da reestruturação produtiva e a expansão das políticas neoliberais no mundo do trabalho, para a partir disso, analisar o trabalho por meio de plataformas digitais com destaque para os/as motoristas e entregadores/as de aplicativos, com base em autores/as que vem contribuindo para as análises de reflexões e críticas da sociabilidade capitalista, em tempos de crises do capital, que expressão em uma reorganização na economia, na política, no trabalho, na cultura e outras áreas da vida humana.

Neste sentido, homens e mulheres que dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver, encontram-se constantemente em situações instáveis, precárias ou vivenciam diretamente com o desemprego. Em escala global, observa-se a redução de empregos e a superexploração e intensificação do trabalho daqueles que estão trabalhando, especificamente, a partir da intensa erosão dos direitos sociais e das novas modalidades de trabalho (informal, intermitente, “flexível” e com baixo salário).

No âmbito do trabalho por aplicativos, observou-se que tal modalidade de trabalho ampliou o trabalho precário e sem proteção trabalhista. As empresas de aplicativos, que tem como objetivo a acumulação de capital, utilizam variadas técnicas para exploração do trabalho – intensificação, pressão, medo, etc., que tem impacto nas condições de trabalho e vida do trabalhador/a com o aumento de acidentes e adoecimento físico e mental, que são expressões da precarização do trabalho que a classe trabalhadora está submetida cotidianamente.

Por fim, a reflexão apresentada aqui, sem a pretensão de esgotar o tema e aprofundar as análises teóricas, possibilitaram uma aproximação com os/as autores/as que estão realizando estudos e pesquisas acerca do tema, ampliando o campo teórico do pesquisador e indicar a necessidade da ampliação das discussões e pesquisas teóricas-empíricas com trabalhadores/as de aplicativos a partir da realidade de cada região brasileira.

## REFERÊNCIAS

---

ABILIO, Ludmila Costhek. Uberização do trabalho: subsunção real da viração. <http://passapalavra.info/2017/02/110685> (acessado em 20/Nov/2017).

..... Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, Valparaíso, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da Globalização**. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

..... **Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de Sociologia do Trabalho**. 1. ed. Baruru/SP: Praxis, 2013.



ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs.). 11. ed. **Pós-neoliberalismo - as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

..... **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

..... **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. Ajuste fiscal permanente e contrarreforma no Brasil da redemocratização. In: SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de L. de (Orgs.). **Crise do Capital e Fundo Público – implicações para o trabalho, os direitos e a política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

CASTILHO, Paulo Cesar Baria de. **Uber e relação de emprego em tempos de pós-verdade**. LTr Suplemento Trabalhista., São Paulo, v.53, n.74, p.387-394, 08 set. 2017

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

..... **O Neoliberalismo - história e implicações**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008b.

NETTO, J. P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996.

.....: BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

OITAVEN, J. C. C; CARELLI, R. de L; CASAGRANDE, C. L. **Empresas de transporte, plataformas digitais e a relação de emprego: um estudo do trabalho subordinado sob aplicativos**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2018.

OLIVEIRA, Eurenice. **Toyotismo no Brasil: desencantamento da fábrica, envolvimento e resistência**. 1. ed. São Paulo: 2004.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em Debate. In: TEIXEIRA, F. S. J; OLIVEIRA, M. A. de (orgs.) **Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1996.

# O MUNDO DO TRABALHO E SUA NOVA MORFOLOGIA NO CAMPO: TRANSNACIONALISMO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA 4.0

Fabiana Scoleso

Pós-doutoranda em Sociologia do Trabalho no IFCH-UNICAMP, professora adjunta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Tocantins, coordenadora do projeto de extensão Observa-TO e membro do GT Clacso *Frontera, Regionalización e Globalización*. fscoleso@uft.edu.br

**Resumo:** Este texto tem como objetivo apontar a reconfiguração do neoliberalismo na sua vertente neoextrativista e transnacional no atual contexto do agronegócio instituído no Brasil, que se replica por toda a América Latina, embora repleto de particularidades, especialmente sobre seus impactos no mundo do trabalho, no campo e no campesinato. O “Consenso das Commodities”, protagonizado pela América Latina nas últimas duas décadas, colaborou com a tendência mundial de inserção das corporações transnacionais contribuindo com novas concentrações de terra e com o domínio dos vários elos da cadeia de valor do agronegócio, o que demonstra a versatilidade do capital neste setor. A agricultura de precisão conhecida como Agricultura 4.0 é um novo modo de produção global que em síntese é um profundo salto tecnológico no mundo produtivo dando à reestruturação produtiva caráter permanente. A adoção de seus princípios sobre os territórios e sobre o mundo do trabalho têm se valido da morfologia laboral produzida pelo estado neoliberal, aprofundado o uso do trabalho morto em relação ao trabalho vivo sem prescindir do setor de serviços, terceirizados, flexíveis e informais. Na cadeia de valor do agronegócio, alterada significativamente por essas novas formas produtivas, o trabalho continua como categoria central, embora cada vez mais sujeito à precarização.

**Palavras-chave:** transnacionalismo; neoextrativismo; agronegócio; agricultura 4.0; precarização;

## INTRODUÇÃO

No período onde se revela o grau de letalidade do capitalismo a hegemonia do capital financeiro continua fazendo fortuna. Dentre as 10 pessoas mais ricas do mundo estão Jeff Bezos, Bill Gates, Warren Buffett, acionistas das empresas Amazon, Microsoft, Berkshire Hathaway e Oracle todas ligadas à tecnologia e também ao importante jogo financista da Bolsa de Valores Nasdaq. Não há a menor sombra de dúvidas que durante esses meses em que a pandemia da COVID-19 assombrou as vidas de trabalhadoras e trabalhadores de modo *strictu sensu*, esses grandes e poderosos empresários tiveram seus lucros ainda mais potencializados. Todos os governos do mundo, com raras exceções, são dependentes do capital financeiro, seja ele nacional ou internacional e que o transnacionalismo tem sido o fio condutor e subordinador das relações econômicas e dos princípios de integração da economia global. O ideário neoliberal do pós-II Guerra foi passo-a-passo consolidando uma nova rede de relações políticas e econômicas com a adição de novos organismos internacionais e instituições supranacionais. Era necessário também projetar a noção de que o socialismo era um entrave ao desenvolvimento ao mesmo tempo em que construíam o discurso de que o sindicalismo era inimigo das corporações, como foi o caso de Friedrich Hayek<sup>1</sup>.

A pandemia escancarou a destruição do sistema universal de saúde pública em todo mundo. O pesadelo americano no princípio da pandemia foi o de descobrir que não havia possibilidade real de se fazer testes rápidos e que o sistema público era (e continua sendo) incapaz de atender a demanda, especialmente dos mais vulneráveis. Já morreu mais gente do que na queda das Torres Gêmeas e na Guerra do Vietnã somados. No Brasil a grotesca figura à frente da presidência da república nega desde o primeiro dia a pandemia e os efeitos nocivos do coronavírus, tratou e continua tratando a vida das brasileiras e brasileiros com des-caso na medida em que o Ministério da Saúde não tem uma política efetiva de combate ao problema e não dialoga de maneira integrada e coesa com estados e municípios.

1 HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Misses Brasil, 2010.

Os veículos de imprensa precisaram constituir uma força-tarefa para manter atualizados os números da pandemia, já que o governo interviu por diversas vezes na tentativa de modificar metodologias para impactar em menor grau um número que cresce exponencialmente tanto dos infectados quanto os de mortos. Portanto, a subnotificação, o negacionismo e a irracionalidade tão presentes nos 21 anos em que o Brasil esteve sob uma ferrenha ditadura voltam a nos assombrar. Subestimar a ciência têm sido elemento recorrente em seus pronunciamentos.

Em meio a isso, só na América Latina oito novos bilionários surgiram aumentando suas fortunas em cerca de US\$ 48,2 bilhões<sup>2</sup>. Enquanto o desemprego e a falta de renda assolam as populações pobres dos países latino americanos, bilionários batem seus próprios recordes de acumulação de riqueza. O sistema sociometabólico do capital pandêmico é formado pelo pacote de estímulos econômicos, a adoção de uma lista de atividades consideradas essenciais e que não foram paralisadas durante a pandemia, a superexploração do trabalho de uma massa de trabalhadoras e trabalhadores desprovidos de proteção social.

O agronegócio bateu mais um recorde de safra em plena pandemia. Seu modo de produção - *a Agricultura 4.0*, um conjunto de tecnologias digitais de ponta integradas e conectadas por meio de softwares, sistemas e equipamentos capazes de otimizar a produção agrícola, em todas as suas etapas, ou seja, é o sistema produtivo do capital do nosso tempo, além de ser um dos setores com maior taxa de informalidade<sup>3</sup>.

No Brasil ultraneoliberal o agronegócio passou a ter lugar de destaque na economia, foi reconfigurado especialmente pelas políticas públicas para o setor e pelo refluxo da industrialização, explorando conexões jurídico-políticas, especialmente sobre o território da Amazônia Legal e sua capacidade de expansão da fronteira agrícola e imprimido uma nova lógica subordinadora e precária do trabalho.

## **TRANSNACIONALISMO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA 4.0: OS ELOS DA REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL NA QUESTÃO AGRÁRIA.**

---

É notório que a crise instalada no mundo pré-pandemia estava diretamente relacionada com a crise de sobreacumulação. Nos últimos anos ela foi responsável por desencadear uma nova e violenta expansão capitalista em busca de oportunidades e territórios para decantar seu excedente de capital e evitar sua paralisia o que demonstra sua incontrolabilidade e versatilidade. Inseridos nesta nova dinâmica das políticas de mundialização capitalista estão vários países da América Latina. Em seu conjunto representam, nos últimos anos, em especial na virada conservadora do continente, o adensamento das políticas e práticas neoliberais de integração subordinada a uma nova geração de elites transnacionais responsáveis por revitalizar a hegemonia neoliberal atuando decisivamente na ampliação dos programas de privatizações, liberalizações, desregulamentações e consequente programas de austeridade agravando a pobreza, a miséria, produzindo renovadas formas de expulsão e exclusões.

O mundo do trabalho foi corroído e devastado em seus direitos e a classe trabalhadora, desprovida de proteção social transita entre a formalidade e a informalidade, expressão do processo de proletarização dos assalariados e da nova fase do processo de subsunção, degradação e precarização embora permeada de uma ideologia empreendedorista e meritocrática que tem servido para mascarar sua verdadeira faceta.

---

2 Para mais ver <https://www.oxfam.org.br/quem-paga-a-conta/> - Quem paga a conta? - Taxar a Riqueza para Enfrentar a Crise da Covid na América Latina e Caribe.

3 De acordo com o Relatório da OIT de 2018 sobre trabalho informal, nas zonas rurais, o emprego informal representa 80% do total, quase o dobro do índice verificado nas regiões urbanas (43,7%). Na agricultura, chega a atingir 93,6% dos trabalhadores, enquanto na indústria e nos serviços os percentuais caem, respectivamente, para 57,2% e 47,2%. A informalidade está vinculada também a determinadas modalidades de contratação. O fenômeno é mais comum em vagas de tempo parcial (44%), temporárias (60%) e na combinação dessas duas características (64%). Já em atividades de tempo integral, o índice cai para 15,7%. Para mais ver [https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS\\_627643/lang-pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_627643/lang-pt/index.htm)

“Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja representada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da ‘divisão do trabalho’ devem ser fundidas, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da ‘própria natureza’, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de ‘igualdade e liberdade’ – ‘livre opção econômica’ e ‘livre escolha política’ segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão”<sup>4</sup>.

A crise estrutural do capital não constituiu na América Latina uma nova classe trabalhadora e sim a representação da ampliação da superexploração de sua força. Aumentou o desemprego, a informalidade, a terceirização e a flexibilização, redesenhou e a recolocou os mundos do trabalho sob distintas configurações, o que foi denominado pelo sociólogo Ricardo Antunes como uma nova morfologia da *classe-que-vive-do-trabalho*:

“A classe trabalhadora, em sua nova morfologia, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas cadeias produtivas globais. As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos e a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, as exigências de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam claro processo de proletarianização dos assalariados de serviços que se encontram em expansão pelo Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global. Constitui, portanto, numa nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora”<sup>5</sup>.

Vale destacar que o mundo do trabalho hoje tem um léxico bastante amplo que multiplica sua aparência embora na essência estejam sempre presentes a lógica destrutiva do capital e seu vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho. A precarização faz parte da gênese do capitalismo. Combatê-la está diretamente relacionado com a capacidade de organização e resistência da classe trabalhadora que nos últimos anos têm sido solapada (também, mas não apenas) no que diz respeito ao sindicalismo, ao surgimento de categorias profissionais que não contam com órgãos de defesa de seus interesses e que já nascem sem proteção social. O processo de precarização do trabalho, sua morfologia, as distintas formas de assalariamento e seus mecanismos sofisticados de regulação político-jurídico-econômico correspondem a uma forma ampliada de acumulação de capital.

O poder estrutural do capital, caracterizado hoje pela classe capitalista transnacional<sup>6</sup> e seus mercados financeiros globais, estão intrinsecamente ligados e exercem forte influência nos fatores de produção que correspondem a sua nova lógica de acumulação. É sobre a governança, sobre as tecnologias, sobre os territórios e suas questões ambientais e sobre o trabalho, no sistema de metabolismo social do capital, que se assentam os princípios que tornam realizáveis sua cadeia global de extração de valor.

A expansão dos megaprojetos de mineração sobre a Amazônia Legal e o agronegócio sobre o bioma do cerrado são provas do poder estrutural dos mercados globais que se acentuam exponencialmente com o retorno da direita conservadora e seu pacote de reformas ultraneoliberais e tentativas de novos golpes na América Latina.

A expansão da acumulação neoextrativista diz respeito também a reestruturação produtiva como processo permanente fruto de um capitalismo multiforme que cria de forma constante mecanismos para a preservação e ampliação de valor, assim como a expropriação violenta e intermitente da terra ajustando

---

4 MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 99.

5 ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 66.

6 SKLAIR, Leslie. The transnational capitalist class. Oxford: Blackwell, 2001.

força de trabalho e território à disciplina do agronegócio e arrancando os povos das florestas, dos rios, dos campos e dos seus modos de vida, servilizando e marginalizando as populações.

As relações de trabalho e de produção de valor no agronegócio têm sido potencializadas pela chamada Agricultura 4.0 ou Agricultura de Precisão. Um universo digital com poderosos sistemas e plataformas que atuam diretamente na organização do trabalho e em toda cadeia de produção de valor. O capitalismo de plataforma e a maquinaria na sua forma mais avançada constituem formas distintas de ampliar as formas geradoras de valor intensificando mecanismos de extração de trabalho e, conseqüentemente, de subordinação e exclusão da *classe-que-vive-do-trabalho*<sup>7</sup>.

Na Agricultura 4.0 (assim como na Indústria 4.0), há uma nova engenharia de produção que não se limita ao território ou ao espaço produtivo. Ela é composta de uma série de elos, conexões e componentes político-econômico-jurídicos embora sua base esteja consolidada a intensificação dos processos produtivos automatizados/tecnologizado e as mudanças contínuas na cadeia geradora de valor e logística. É na política, nas reformas e na flexibilização das leis que também estão dadas a capacidade de ampliação extra de acumulação. A ciberagricultura do século XXI ou a *e-agriculture* está submetida à mesma lógica que ampliou o uso do trabalho morto por meio do maquinário digital substituindo atividades de análise de solo, plantio e colheita por ferramentas automatizadas, robotizadas, supervisionadas e controladas remotamente. Tem ficado cada vez mais evidente a alteração significativa da atividade laboral na agricultura. No Brasil, os campeões de informalidade são agricultura (77% dos trabalhadores eram informais, segundo dados de 2018 do IBGE compilados pela McKinsey), construção (57%) e comércio (35%)<sup>8</sup>. Em recente texto para discussão publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, os pesquisadores destacaram o seguinte ponto:

“É importante observar, contudo, que com o processo de modernização agrícola existe a preocupação decorrente da realocação da mão de obra existente e das desigualdades salariais no campo. Por isso, é importante fornecer meios para que as comunidades rurais tenham acesso a um maior nível de escolaridade, pontos de assistência técnica e extensão rural, bem como de escolas técnicas agrícolas, a fim de contribuir para o combate da informalidade e da desigualdade salarial, uma vez que trabalhadores rurais com maior escolaridade tendem a receber maiores salários. Essa constatação fica evidente ao se perceber uma associação positiva entre nível de escolaridade e trabalho formal, e negativa entre nível de escolaridade e número de ocupações totais.”<sup>9</sup>

A informalidade é mecanismo de ampliação da lei do valor. Educação destinada para camponesas e camponeses, muitas vezes sem formação básica, não corresponde ao nível de qualificação exigida pela agricultura de precisão.

“Em relação ao nível médio de instrução, dados do Cepea mostram que houve redução do número de trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental (completo ou não) e aumento do número de trabalhadores com ensino médio ou superior (completo ou não). Esses movimentos refletem, entre outros fatores, o processo de modernização da produção agropecuária, que impõe o aumento gradativo da mão de obra qualificada, e uma mudança na composição da mão de obra do setor, com elevações de representatividade das ocupações industriais e de serviços em comparação com as agropecuárias.”<sup>10</sup>

A maior parte das vagas em atividades que requer maior nível de qualificação são ocupadas por pessoas que vem de outros estados ou substituídos por tecnologias digitais, as agrotechs, que cumprem a função de

---

7 Expressão adotada pelo sociólogo do trabalho Ricardo Antunes, especialmente em seu livro “Os sentidos do trabalho”.

8 <https://exame.com/negocios/como-a-alta-informalidade-no-brasil-pode-frear-a-productividade/>

9 BERNARDELLI, Luan Vinicius, CASTRO, Gustavo Henrique Leite de, GOBI, José Rodrigo, MICHELLON, Ednaldo, VIEIRA FILHO, José Eustáquio. Texto para discussão 2561: Formalidade do mercado de trabalho e produção agrícola no Brasil. Rio de Janeiro, maio de 2020. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2561\\_sumex.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2561_sumex.pdf)

10 Para mais ver Pesquisa CEPEA-Esalq/USP <https://www.cepea.org.br/br/releases/mercado-de-trabalho-cepea-populacao-ocupada-no-agro-inicia-2020-estavel.aspx?pagina=7>



um técnico agrônomo, por exemplo. Ou até mesmo vagas ocupadas por estrangeiros como parte das políticas de países para suas transnacionais, como é o caso da China. A tecnologia ou o nível de escolaridade podem até criar novas atividades profissionais e consolidar a permanência de um sujeito com boa qualificação. Entretanto está muito longe de alterar a informalidade, a precarização e os níveis de materialidade e imaterialidade do trabalho responsáveis por ampliar a lei do valor. É a intensificação dos mecanismos de extração de trabalho criadas e controladas por grandes corporações globais que tem contribuído sensivelmente para flexibilização e consequente precarização do mundo trabalho. A Agricultura 4.0, além do domínio e controle de toda a cadeia de produção de valor, tem também a sua trípole destrutiva: natureza, território e trabalho. Determina, portanto, as questões ambientais, a sociabilidade (ou sua insociabilidade) e a atividade vital de mulheres e homens, exercendo a reprodução ampliada do capital em sua unidade dialética entre trabalho formal e informal, tecnologia, expansão territorial, domínio da natureza, das formas de produção e de seus elos.

A expropriação camponesa no bioma cerrado está relacionada com as terras convertidas para a monocultura da soja e do milho, na chamada “estrangeirização”, com a regulação fundiária controlada pelo Estado e com as formas de integração, muitas vezes forçada, da agricultura familiar ao sistema de cooperativas e à agricultura digital<sup>11</sup>, submetidas a sistemas de plataformas que são controladas pelo grande capital. Um modelo que atende aos interesses da classe capitalista transnacional, consolida zonas específicas de intensa acumulação, garante níveis excepcionais de exportação mas que, entretanto, compromete e ameaça a cada dia mais a segurança alimentar, os povos que vivem das águas, florestas e campos e mesmo daquelas e daqueles que vivem nas cidades com a intermitente degradação ambiental, com a elevação dos preços dos alimentos no mercado interno, desemprego, entre tantas outras formas de desumanização.

De acordo com o Instituto de Proteção Ambiental (IPAM), o cerrado perdeu quase 30 milhões de hectares de vegetação nativa em 34 anos<sup>12</sup>. Isso corresponde ao período da “transição democrática” (1985), da nova Constituição Cidadã (1988), da criação do Estado do Tocantins (1988) e a efetiva integração Brasileira à era neoliberal. Passados mais de 30 anos a destruição ambiental e as diversas metamorfoses no mundo do trabalho, em toda sua transversalidade, demonstra que de fato a Carta Magna é uma legislação do capital para o capital, expressão da burguesia e de uma democracia restrita<sup>13</sup>, a única possível na sua lógica dominadora, expansionista e destruidora.

“Os dados são da Coleção 5 do MapBiomias (mapbiomias.org), iniciativa multi-institucional que envolve universidades, ONGs e empresas de tecnologia, focada em monitorar as transformações na cobertura e no uso da terra no Brasil, e foram recém-divulgados em um evento para pesquisadores e público em geral no Dia do Cerrado (11 de setembro). O MapBiomias também mostra que atualmente 44% da área do Cerrado é ocupada por atividades agropecuárias, com um incremento de 25 milhões de hectares em 35 anos: 72% desse aumento foi para a agricultura, especialmente de grãos.”<sup>14</sup>

A mundialização do capital, a exploração e o empobrecimento das massas populares são parte integrante deste processo onde o Estado cumpre papel ativo na regulação fundiária e “estrangeirização” da terra (que pode se dar de forma direta ou indireta) para o manejo do Agro, além de toda destruição dos direitos sociais que colocam mais uma vez mulheres e homens em posição servil diante do sistema capitalista. De acordo com a socióloga Saskia Sassen,

---

11 SCOLESO, Fabiana. Agricultura Familiar na Mira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Boletim GMarx. Ano 01 nº 45/ 2020. Disponível em <http://gmarx.fflch.usp.br/boletim45>

12 <https://ipam.org.br/cerrado-perdeu-quase-30-milhoes-de-hectares-em-vegetacao-nativa-em-35-anos/>

13 TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. nº 48, São Paulo, dezembro, 1990. pp. 110-126.

14 Para mais ver <https://ipam.org.br/cerrado-perdeu-quase-30-milhoes-de-hectares-em-vegetacao-nativa-em-35-anos/>

“A aquisição de terras de um país por governos e empresas estrangeiros é processo que ocorre há vários séculos em boa parte do mundo. Porém, podemos detectar fases específicas nas diferentes histórias e geografias dessas aquisições. Uma mudança importante teve início em 2006 e foi marcada por um rápido aumento no volume e na expansão geográfica das aquisições estrangeiras. Estima-se que mais de 200 milhões de hectares de terras tenham sido adquiridos entre 2006 e 2011.”<sup>15</sup>

De acordo com dados da organização Grain referentes ao ano de 2016, pelo mundo, mais de 30 milhões de hectares foram adquiridos por apenas 490 proprietários. O Brasil é um dos principais protagonistas: o total de terras controladas no Brasil pelos 20 grupos estrangeiros: 2,74 milhões de hectares. Um Haiti. Ou metade da Croácia. São os 20 grupos:

- “1) A BrasilAgro, com capital da argentina Cresud (que já foi um investimento de George Soros e também tem aporte chinês), possui 166 mil hectares para cana, grãos e pecuária.
- 2) O fundo canadense Brookfield Asset Management possui 97.127 hectares para produção de soja e cana de açúcar em terras brasileiras. E está de olho na aquisição de mais usinas.
- 3) A empresa Universo Verde Agronegócios também atende pelo nome de Chongqing Grain Group, a maior empresa estatal chinesa do setor de grãos. No Brasil, segundo o relatório da Grain (a ONG, não a empresa), o grupo possui 100 mil hectares, mais da metade deles “como se fossem de brasileiros”. O MST ocupou em 2015 uma área de 750 hectares em Porto Alegre, definindo-a como improdutivo.
- 4) Outra empresa estatal chinesa, a Cofco, aparece com 145 mil hectares de cana no relatório. Com direito a capital de Singapura, do fundo de private equity Hopu Investment Management e do Banco Mundial.
- 5) A francesa Louis Dreyfus Commodities comparece ao relatório sobre *land grabbing* com nada menos que 430 mil hectares no Brasil. Para cana, arroz, laranjas e laticínios. E ainda opera mais 500 mil hectares, sem direito de propriedade. O grupo controla 10% do mercado mundial de matérias primas agrícolas, informa a Grain. O grupo está em 12 estados brasileiros.
- 6) A Índia também já se faz presente no Brasil. A Shree Renuka Sugars – aqui, Renuka do Brasil – possui 139 mil hectares de cana de açúcar, a partir da compra, nos últimos anos, de usinas brasileiras. O grupo Equipav possui 49,7% das ações.
- 7) A japonesa Mitsubishi atua em terras brasileiras pela Agrex do Brasil. São 70 mil hectares de soja nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás. O brasileiro Paulo Fachin tem 20% de participação no grupo.
- 8) Mais duas empresas japonesas estão no relatório da Grain. A Sojitz Corporation (aqui, Contagalo) produz 150 mil hectares de soja, milho e trigo. Os planos são de triplicar a produção e adquirir mais 200 mil hectares.
- 9) A outra empresa japonesa é a Mitsui & Co, com 87 mil hectares de grãos na Bahia, no Maranhão e em Minas Gerais. A face brasileira do grupo é a SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas.
- 10) A Holanda entra na lista com o Grupo IOWA, na matriz BXR Group. São 12 mil hectares de grãos na Bahia. O BXR pertence ao checo Zdenek Bakala (estamos falando de globalização, afinal), em parceria com o Credit Suisse.
- 11) A Nova Zelândia aparece com discretos 850 hectares em Goiás. Maior exportadora mundial de produtos lácteos, ela abastece com essa atividade a Dairy Partners America, parceria com a suíça Nestlé.
- 12) A antiga metrópole também faz parte dessa nova colonização: Portugal está na lista brasileira de *land grabbing* com a Nutre, ou Prio Foods no Brasil, com 29.528 hectares. Um terço dessa área fica no Maranhão, onde a empresa pretende adquirir mais 14 mil hectares.
- 13) Outro país marcado pelo histórico de metrópole, o Reino Unido, compõe esse cenário com o fundo de investimentos Altima Partners (ou, regionalmente, El Tejar), com 130 mil hectares para pecuária e grãos, principalmente no Mato Grosso.
- 14) E, falando em investidores estrangeiros, que tal, novamente, o nome de George Soros? O estadunidense controla 127 mil hectares no Brasil, segundo a Grain, por meio da Adecoagro, em parceria com um fundo de pensão holandês. O leque de culturas é variado: café, cana, grãos, pecuária.

---

15 SAsSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016. p. 99.

- 15) Os seis últimos investidores da lista são estadunidenses. Começamos com o Archer Daniels Midland e seus 12 mil hectares para produção de óleo de palma no Pará.
- 16) Um dos nomes mais conhecidos da lista, a multinacional Bunge administra 230 mil hectares de cana de açúcar no Brasil, por meio de parcerias, e ainda tem 10 mil hectares da usina (o nome não deixa de conter uma ironia) Guarani.
- 17) E ainda temos 25 mil hectares com o Galtere, um fundo de investimentos criado por ex-vendedor da Cargill, para produção de arroz e soja. O grupo tem na mira mais 22 mil hectares.
- 18) A cana de açúcar volta a aparecer no relatório com 35 mil hectares da própria Cargill. A Proterra Investment Partners investiu, em 2015, US\$ 175 milhões em usinas no Brasil.
- 19) O Teachers Insurance and Annuity Association (TIAA), fundo de pensão de professores, administra uma das fatias mais representativas entre os investidores estrangeiros: 424 mil hectares. Em parceria com a brasileira Cosan. Leia mais aqui: "Fundo americano de professores passa a controlar 270 mil hectares no Brasil"<sup>16</sup>.
- 20) Finalmente, e reiterando que esta lista trata apenas dos investimentos mencionados pela Grain no relatório de 2016, a YBY Agro controla 320 mil hectares de terras no Brasil. A empresa foi criada por dois ex-executivos brasileiros do Bank of America. Mas 45% da companhia pertencem a fundos privados dos Estados Unidos. Outros 35% ficam com o grupo brasileiro Francioni Brothers y Golin. As terras ficam no cerrado"<sup>17</sup>.

A classe capitalista transnacional fica bastante evidente nos exemplos mencionados acima. Um dos fatores que explicam essa expansão é a demanda internacional crescente por biocombustíveis e por alimentos. No que tange a propriedade da terra esta tem papel chave na nova acumulação e se transformou em ativo financeiro desejado pela classe capitalista transnacional. A escalada da aquisição de terras por estrangeiros ou através do arrendamento e a implantação de um processo de produção provoca expulsões ou submete parte da população aos seus sistemas, a novas formas de subordinação. É o caso do município de Tocantinópolis, ao norte do Tocantins, chamado em seu conjunto de Bico do Papagaio. Lá historicamente as quebradeiras de coco babaçu, grupo extrativista que representa as comunidades tradicionais da região, tiveram ao longo dos últimos anos suas atividades questionadas e inúmeras tensões e conflitos, principalmente no que diz respeito aos direitos territoriais de extração de recursos naturais<sup>18</sup>. A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) integrada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do decreto nº 5051/2004, define como territórios tradicionais aqueles necessários para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais<sup>19</sup>. Mesmo com a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins<sup>20</sup>, a Resex, por meio do decreto 535/1992 a área ficou por anos nas mãos de latifundiários para tempos depois receber regularização fundiária. Nos últimos 20 anos cresceu na região dos Babaçuais (Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins) a expansão das atividades da bioindustriais e siderúrgicas e os interesses econômicos avançaram no sentido de contestar a extração do coco pelas quebradeiras defendendo assim o sentido da propriedade privada. A Lei do Babaçu Livre<sup>21</sup>, forma legal de proteger a atividade tradicional de inúmeras mulheres quebradeiras de coco e não as transformar em criminosas, continua sendo contestada e a inexistência de um zoneamento ecológico-econômico adequado

---

16 Acesse: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/10/06/fundo-americano-de-professores-passa-controlar-270-mil-hectares-no-brasil/>

17 Para mais ver: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/01/09/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/> e <https://www.grain.org/es/article/entries/5607-el-acaparamiento-global-de-tierras-en-el-2016-sigue-creciendo-y-sigue-siendo-malo>

18 Para mais ver [http://actionaid.org.br/wp-content/files\\_mf/1493418575quebradeiras\\_actionaid\\_port\\_rev1.pdf](http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf) - Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu.

19 BRASIL. Decreto no 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 abr. 2004. p. 1.

20 Possui uma área que corresponde a 9.280 hectares, localizada na região do Bico do Papagaio, especificamente no Estado do Tocantins - Brasil, entre os municípios de Carrasco Bonito (97% da área da Reserva), Buriti do Tocantins (2%) e Sampaio (1%). Para mais informações acessar: <https://porlatierra.org/docs/ce1ed5942522a66ffcd7a750831ca1f9.pdf>

21 Para mais ver <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=e93028bdc1aacdfb>

e fiscalização continua gerando conflitos entre as diversas atividades. Por analogia também podemos fazer referência às análises de Marx a respeito da Lei referente ao furto da madeira:

“Não podemos forçar alguém a acreditar que há crime onde não há crime, os senhores vão transformar o próprio crime em ato legal. Os senhores borraram os limites entre uma coisa e outra, mas estão enganados se acreditam que eles foram borrados somente no seu interesse. A população vê a pena, mas não vê o crime onde houver a pena. Ao aplicar a categoria de furto onde ela não pode ser aplicada, os senhores a abrandam onde ela tem de ser aplicada. E acaso esse ponto de vista brutal, que registra apenas uma determinação comum em atos diferentes e ignora a diferença, não revoga a si próprio? Se todo atentado contra a propriedade, se qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerada furto, não seria furto também toda propriedade privada? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade?”<sup>22</sup>.

O direito sobre o uso da terra e a propriedade fundiária continuam como questões fundamentais do impulso da expansão capitalista da nossa época. A lógica neoextrativista e a expansão das fronteiras do agronegócio e suas formas de produção e acumulação têm desempenhado papel chave nas desposseções, exclusões e substancialmente no que diz respeito ao envenenamento das águas, dos solos e uso indiscriminado de agrotóxicos, incutindo uma disciplina de uso do território e da força de trabalho.

A filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo contribuiu muito para esse debate quando desenvolveu a teoria do imperialismo. Para ela a desposseção era a incorporação de regiões ainda não penetradas pelas relações capitalistas. No pensamento atualizado por David Harvey tanto em seu livro *A produção capitalista do espaço*<sup>23</sup> como no *O Enigma do Capital*<sup>24</sup>, afirmando que a globalização capitalista chegou a uma era de “acumulação por desposseção”, caracterizada pela mercantilização imposta pelo neoliberalismo, que reforça o controle social e institui a disciplina do trabalho flexível que é própria também das atividades neoextrativista e do agronegócio.

A agricultura 4.0 também é *depopulating*<sup>25</sup>, ou como indicam Rosa Luxemburgo e David Harvey, promotora de “acumulação por desposseção”, responsáveis por conflitos de ordem territorial que provoca despovoamento, novas expulsões e a subordinação municípios e microrregiões e de trabalhadoras e trabalhadores a sua lógica de produção, fundamentos teóricos e metodológicos para a produção da análise sobre o desenvolvimento desigual, combinado e contraditório do modo de produção capitalista.

A usurpação da terra por meio da grilagem, os desmatamentos e as queimadas também são parte integrante de agronegócio e dos mega projetos de mineração em andamento na Amazônia Legal. Violações e atos de violência marcam a história dos movimentos sociais e comunidades originárias que vivem e lutam pela terra<sup>26</sup>.

Dados recentemente atualizados pelo IBGE revelam que hoje são mais de 40 milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que vivem da informalidade<sup>27</sup>. Só no primeiro trimestre de 2020 o desemprego atingiu a marca de 12,9 milhões de pessoas. O trabalho, embora reduzido ao máximo por muitas tecnologias, é imprescindível para os elos produtivos que compõem as cadeias globais de valor. Não fosse assim o governo brasileiro não teria utilizado de toda sua retórica e instrumentos legais para considerar mais de 60 atividades laborativas como essenciais no período de pandemia de COVID-19. A maior parte delas corresponde a cadeia de valor do agronegócio que vai desde a produção (considerada estratégica na “segurança alimentar”) e toda logística de armazenagem, circulação, atividades portuárias, exportação. Não à toa dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) demonstram que a produção de soja no Brasil e

22 MARX, Karl. Os despossuídos. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 82.

23 HARVEY, David. A produção do espaço capitalista. São Paulo: Annablume, 2005;

24 HARVEY, David. O enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

25 Em sua tradução *depopulating* significa despovoamento e está relacionado na história com as medidas adotadas na Inglaterra sobre o uso e controle da terra.

26 Atlas de conflitos socioterritoriais Pan-Amazônico <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/5390-atlas-de-conflitos-pan-amazonico-sera-lancado-nesta-quarta-feira>

27 <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/informalidade-atinge-recorde-em-19-estados-e-no-df-diz-ibge.shtml>

sua exportação cresceu em relação a safra de 2019<sup>28</sup>. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA/USP) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)<sup>29</sup>, o agronegócio tem sido reconhecido como um vetor crucial do crescimento econômico brasileiro. Em 2019-2020, a soma de bens e serviços gerados chegou a R\$ 1,55 trilhão ou 21,4% do PIB brasileiro. Mas como é próprio de um governo sem projeto, o Brasil terá que importar soja dos Estados Unidos para manter a demanda interna pelo produto embora seja o maior produtor mundial.

## **A BATALHA TECNOLÓGICA PELA AGRICULTURA**

---

Não é de hoje que a maneira como produzimos e como vendemos mercadoria se transforma. Também não é de hoje que algumas poucas empresas no ramo de sementes e agrotóxicos dominam a produção e controlam sua dinâmica no mundo. Empresas como Cargil, Monsanto-Bayer, Basf, Dupont, Dreyfus há tempos ocupam este lugar preferencial na modificação e produção de sementes ramificando suas atividades nos diversos países, especialmente na América Latina e particularmente no Brasil que se transformou em Zona Específica de Intensa Acumulação e que entrelaçam seus modos de produção e seus elos produtivos numa intensa cadeia de acumulação e de múltiplas devastações<sup>30</sup>.

As empresas transnacionais agrícolas e a classe capitalista transnacional atuante direta e indiretamente nela forjaram nos últimos anos um verdadeiro ecossistema agrotecnológico fruto de parcerias governamentais e norteados por inúmeros fóruns e relatórios. A agricultura 4.0 é a soma de uma indústria computacional e de um conjunto de instrumentos de telecomunicação que absorve e converge dados massivos (Big Data) com a Inteligência Artificial (AI). O resultado disso é um sistema complexo que monitora e fornece dados sobre questões climáticas, umidade do solo, melhor uso dos recursos hídricos etc, que efetive uma agricultura de precisão. Mas não se limita a isso: o uso de dados se converte em novos negócios. Eles criam um “sistema de preferências”. Surge de fato uma ramificação de sistemas informacionais para tornar todos os elos da cadeia de produção do agronegócio vantajosos e de fato integrados.

É fundamental destacarmos que os Estados exercem importantes funções neste processo. Eles são responsáveis por regular a atuação dessas empresas em seus territórios pois há uma tendência importante ao monopólio de algumas delas sobre decisões da agricultura global e que impactam sobremaneira todas as sociedades.

Em 2018 foi lançado na Cúpula Mundial de Governos em 2018 o relatório “*The future of farming technology*” onde foram apontadas alertas importantes sobre a questão climática, suas secas prolongadas, o empobrecimento do solo, a redução da produtividade, o desperdício de alimentos e a demanda crescente por eles no mundo. Concluíram também que há forte tendência à fome. A solução apontada no relatório é a expansão da Agricultura 4.0<sup>31</sup>.

Ao mesmo tempo que governos se reúnem para discutir a tecnologização da agricultura e os investimentos necessários para evitar que a crescente demanda por alimentos desencadeie a fome, Pat Mooney em parceria com o ETC Group, Glocon, Inkota e Rosa Luxemburg Stiftung elaboraram relatório cujo título é

---

28 Para mais ver <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3608-ultimo-levantamento-consolida-safra-recorde-de-graos-em-257-8-milhoes-de-toneladas>

29 Para mais ver <https://www.cnabrazil.org.br/cna/panorama-do-agro>

30 SCOLESO, Fabiana. Relações internacionais e questão agrária: mundialização do capital, agronegócio e as lutas pela terra em Porto Nacional/ Tocantins. Revista Projeto História. Projeto História, São Paulo, v. 68, pp. 249-285, Mai.-Ago., 2020. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/47154>

31 Para mais ver <https://www.oliverwyman.com/our-expertise/insights/2018/feb/agriculture-4-0--the-future-of-farming-technology.html>



“La insostenible agricultura 4.0: digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria”<sup>32</sup>. Nele o pesquisador ressalta os perigos da concentração corporativa e das plataformas massivas de dados:

“Sin embargo, impacto de esta nueva plataforma Big Data en la cadena alimentaria industrial puede ser muy directo y devastador. Si Nestlé se fusiona con Carrefour o si la empresa fusionada Bayer-Monsanto se junta con Yara (corporación noruega de fertilizantes, la segunda más grande del mundo), la cadena alimentaria industrial podría reducirse a un duopolio de empresas de insumos y productos, apostando todo a una plataforma tecnológica que puede no llegar a funcionar. Es tan ingenuo para los reguladores de competencia juzgar hoy en día las fusiones y adquisiciones intersectoriales de la cadena alimentaria de manera aislada de otros sucesos en la plataforma Big Data como lo fue hace 40 años ignorar la toma de control de los fitomejoradores por parte de los fabricantes de pesticidas. Lo trágico es que, en los últimos 40 años, las empresas y las tecnologías han cambiado mucho, pero los reguladores no. La integración vertical y horizontal continúa, pero los reguladores siguen sin tener la capacidad de monitorearla ni las herramientas legales para controlarla.”<sup>33</sup>

A tendência de concentração de poder no uso de dados agrícolas e a falta de controle público e atuação direta dos governos impactam as populações e a segurança alimentar, como fica bastante evidente nos dados apresentados no relatório.

Um exemplo da velocidade das iniciativas é a da empresa Huawei, empresa chinesa das telecomunicações que se uniu a outras empresas agrícolas e de informática estadunidenses e europeias na disputa pelo terreno da agricultura 4.0. Outro exemplo foi a parceria da China Telecon com a Yinchuan Aotoso Information Technology Co. Ltda que executou projeto piloto na cidade chinesa de Yinchuan onde pendurou um dispositivo de internet em 50.000 vacas para monitorar seus movimentos e condições de saúde – a “internet das vacas”. Em 2017 a Telefônica e a Huawei anunciaram a criação de um laboratório no Chile para promover a plataforma na região. A Microsoft desenvolveu as chamadas “Farmbeats” um sistema de monitoramento permanente das condições do solo e umidade de água. A Microsoft se uniu à Global Hitss que tem uma filial mexicana da América Móvil (propriedade de Carlos Slim, o homem mais rico do México) e tem se expandido como empresa transnacional no campo agrícola. Muitos desses novos negócios que têm chegado ao México são frutos também de programas de fomento à agricultura lançado em 2019 e que configura o respaldo governamental a Agricultura 4.0<sup>34</sup>.

## **AGRICULTURA 4.0: MODO DE PRODUÇÃO E NOVA ACUMULAÇÃO**

Após amplo debate sobre a nova configuração do poder global, a articulação entre estados e seus processos desiguais e combinados, é preciso analisar a versatilidade do capital na agricultura e como isso tem colaborado com a expansão da fronteira agrícola na Amazônia Legal, em especial na adoção de um modo de produção presente em todos os elos da cadeia de valor do agronegócio, assim como também é importante mencionar que nenhum processo ou aprofundamento se dá sem perspectiva histórica.

As condições de desenvolvimento desigual e combinado, a compreensão da geopolítica do capitalismo e a lógica do poder transnacional sobre as territorialidades são resultados das relações históricas entre os estados, das relações dadas na mundialização e que configuram o desenvolvimento capitalista desigual e combinado, sua expressão espacial e territorial. Assim se asseguram as novas formas de produção e acumulação capitalista uma vez que o capital continua a ser uma força que ocupa preferencialmente as interconexões jurídicas políticas distintas, como afirma Van Der Pijl<sup>35</sup>.

32 [http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/la\\_insostenible\\_agricultura\\_4.0\\_web26oct.pdf](http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/la_insostenible_agricultura_4.0_web26oct.pdf)

33 Idem Ibidem p. 7-8.

34 Para mais ver <https://dialogochino.net/pt-br/agricultura-pt-br/32645-a-batalha-tecnologica-pela-agricultura/>

35 VAN DER PIJL, K. A lockean Europe? *New Left Review*. London, n. 37, 2006, p. 9-37.

Na particularidade brasileira não há dúvidas sobre o papel desempenhado pelo estado e pela burguesia que firmou nossos processos econômicos nas velhas e novas dependências e nas velhas e novas formas de subordinação. Podemos inclusive dizer os velhos e novos entreguismos.

Por isso é imperativo a compreensão sobre a atual lógica neoliberal que propulsiona o neoextrativismo, o agronegócio conduzindo, desde o final da década de 1990, o Brasil para um processo de reprimarização, integrando o Brasil, pelos novos sistemas de governança, à produção de commodities e o domínio cada vez mais amplo da classe capitalista transnacional sobre as diversas áreas de negócios da produção de commodities. Vale destacar que seus investimentos estão presentes na produção de agrotóxicos, na logística, no processamento de grãos e na bioenergia (como já mencionados) e nos elos que consolidam o poderio transnacional e que é também reflexo da escalada do modo de produção e da financeirização<sup>36</sup>. Assim como é imprescindível compreender processos de desenvolvimento regional para a região Central do Brasil e da Amazônia Legal iniciados a partir da década de 1970 pela ditadura militar e que são elos fundamentais para a compreensão das condições políticas estruturais para uma retomada do projeto agrário no país<sup>37</sup>.

A agricultura 4.0 é um conceito que vem na mesma direção da Indústria 4.0 que se compreende como o novo modo de produção da expansão global. Seus termos nasceram na Alemanha em 2011<sup>38</sup> e foram concebidos para gerar um novo e profundo salto tecnológico no mundo produtivo. É a reestruturação produtiva permanente que articula cada vez mais as novas tecnologias da informação e comunicação com uso de maquinário altamente moderno. Uma combinação que diminui custos, cria condições de aproveitamento máximo dos recursos e que também colabora com a criação de uma nova morfologia laboral no campo. A agricultura 4.0 amplia o processo produtivo de forma automatizada e robotizada em toda sua cadeia de valor. As consequências para o mundo do trabalho é a constatação de que a agricultura continua sendo o setor onde mais se emprega força de trabalho informal, onde a tendência de terceirização se consolida a cada dia no número cada vez maior de *agrotechs* e *agrosserviços* que prestam serviços aos latifúndios, formando um importante setor de prestação de serviços no campo.

Estudos sobre os princípios de gestão associados a Agricultura 4.0 deixam evidentes os ganhos de produtividade, eficiência e redução de custos através de práticas, sistemas digitais e ferramentas tecnológicas.

As tecnologias digitais integradas por meio de sistemas, programas e equipamentos otimizam a produção agrícola em todas as suas etapas e são responsáveis por orientar os processos e decisões a partir de um banco de dados (*big data* ou *small data*) sobre questões climáticas, condições do solo, características da lavoura, entre outros. Os dispositivos utilizados permitem a automação dos processos dentro do conceito de IOT (Internet das coisas, Internet of Things), que reúne 4 pilares: gestão de dados, produção utilizando novas ferramentas e técnicas, sustentabilidade e profissionalização.

Com o monitoramento é possível acompanhar em tempo real o processo de crescimento, mesmo remotamente. Câmeras, sensores, drones, equipamentos de georreferenciamento facilitam o controle de suas operações. No que concerne a redução de perdas e custos as máquinas agrícolas estão conectadas a GPS's que fornecem informações sobre a colheita, locais onde as máquinas já operaram e já receberam sementes e agrotóxicos evitando erros, retalhos e o uso em excesso de insumos e demais recursos.

As ferramentas e práticas associadas se expressam no uso de drones para demarcação, monitoramento e fomento à agricultura de precisão. Anteriormente um técnico agrônomo que cumpria esta função. Hoje as *Agrotechs* oferecem este serviço (terceirizado ou *agrosserviços*). Contrata-se, portanto, um pacote de serviços e não se emprega mais técnicos.

A título de complementação sobre a função das empresas que oferecem serviços de tecnologia agrônoma, ressaltamos as câmeras e sensores para o monitoramento do clima, uso de GPS para monitoramento, auxílio à automação de máquinas (piloto automático), geoprocessamento, análise gerencial e pulverização

---

36 CHESNAIS, François. A finança mundializada. Boitempo: São Paulo, 2005.

37 Para mais detalhes sobre este período ver <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/47154>

38 ANTUNES, Ricardo. Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, Ricardo (org). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. Boitempo: São Paulo, 2020.

inteligente. É utilizado também o SIG ou GIS (Geographic Transformation System), tecnologia de análise de temperatura, umidade e outros fatores climáticos, um sistema de controle de plantações além da presença da biotecnologia presentes em insumos e plantas mais fortes.

Na biotecnologia, um conjunto de práticas utilizam sistemas e organismos vivos para a obtenção de melhorias técnicas por meio da manipulação de DNA's recombinantes. Os métodos biotecnológicos estão relacionados a diversos procedimentos de modificação de organismos vivos, domesticação de animais, cultivo de plantas, até a seleção artificial e hibridização. A engenharia genética é responsável pela redução de perdas e a criação de espécies vegetais mais resistentes a insetos com alta tolerância herbicida.

Em todos os elos da cadeia de produção do agro atuam *startups* responsáveis por explorar a atividade criando possibilidades de desenvolver produtos ou serviços inovadores. As *tink tanks* atuam como verdadeiros centros de pensamento sobre tudo que gira em torno do agronegócio, seus assuntos políticos, estratégicos, econômicos, militares, tecnologia e cultura e que muitas vezes são indutoras para a atuação de partidos políticos ligadas a determinadas “bancadas”. É um circuito complexo que conta não apenas com aspectos técnicos e com estratégias corporativas, como uma infraestrutura social e política que pressupõe o grande capital financeiro e a classe capitalista transnacional. No campo financeiro o crescimento da especulação em torno das ações de empresas, juros, títulos de dívidas e outras formas de crédito se transformam em mercadorias e são negociadas como tais. A classe capitalista transnacional é o estrato social global que controla os instrumentos supranacionais da economia global, como as corporações e influenciam fortemente órgãos políticos<sup>39</sup>.

O sistema produtivo do capital plasmado por novas relações capitalistas é responsável por constantes reestruturações no modo de produção e de controle que tem na Lei a garantia da sua expansão, recriação e proteção. A segurança jurídica pretendida tem na forma normativa estatal de cariz neoliberal a segurança da reprodução social conforme seus valores e necessidades. É uma relação histórico-social que tem bases e lastros especificamente estruturados e que sustenta o ritmo tradicional da reprodução social<sup>40</sup>.

O capital destrutivo e seu atual modo de produção e controle aplicados ao agronegócio se vale de uma combinação de elementos para manter em atividade a cadeia global. Trabalhadoras e trabalhadores associados a essa cadeia de produção de valor vivem sua precarização e seu empobrecimento, a natureza agoniza e a pandemia, diretamente relacionada ao circuito do capital, é a mais nova marca do capitalismo global.

## REFERÊNCIAS

---

ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. O continente do labor. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo (Org). Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ARÁOZ, Horacio Machado. Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade. São Paulo: Elefante, 2020.

---

39 SKLAIR, Leslie. The transnational capitalista class. Oxford: Blackwell, 2001.

40 Um excelente debate histórico sobre o assunto é feito por Alyson Leandro Mascaro no artigo “O contexto sociológico da segurança jurídica e da discricionariedade judicial” disponível em <https://faculdade28deagosto.com.br/o-contexto-sociologico-da-seguranca-juridica-e-da-discricionariedade-judicial/>

- BERNARDO, J. Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.
- CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Ed. 1996.
- CHESNAIS, François. (Org.). A mundialização financeira – gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHESNAIS, François. A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.
- DE LA CRUZ, Betty Clara Barraza. Contribuição para a análise da competitividade da soja em grãos: uma aplicação do modelo de equilíbrio espacial ao estado de Tocantins. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.
- FILGUEIRAS, Vitor, CAVALCANTE, Sávio. Um novo adeus à classe trabalhadora? In: ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020. pp. 159-178.
- FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. *Serv. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez. 2017.
- GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. São Paulo: Hedra, 2008.
- GEREFFI, Garry, HUMPHREY, John, STURGEON, Timothy. The governance of global value chains. *Review of International Political Economy*. Routledge, February, 2005. pp. 76-104.
- GEREFFI, Garry, FREDERICK, Stacy. The global apparel value chain, trade, and the crisis: challenges and opportunities for developing. In: CATTANEO, Oliver, GEREFFI, Garry, STARITZ, Cornelia. *Global value chains in a postcrisis*. Washington: The World Bank, 2010.
- GÓIS, Veruska Sayonara de. A Lei de Compliance e sua Configuração Enquanto Política Pública Regulatória para o Setor Privado Brasileiro. *Revista Controle*, v. XII, p. 98-117, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais. São Paulo: Elefante, 2019.
- HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2005.
- Harvey, D. A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1992.
- IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- HUWS, Ursula. Labor in the globaldigital economy: the cybertariat comes age. Londres, Merlin, 2014.
- KLEIN, N. Sem logo: a tirania das marcas em um planeta vendido. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LÉVY, P. As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era da informação. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LUXEMBURG, R. A Acumulação de capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- LEONEL, Mauro. A morte social dos rios. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 2020.
- LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- LUXEMBURGO, Rosa. Introdução à economia política. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- MARX, Karl. O capital – livro 1. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. Atualidade histórica da ofensiva socialista. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARX, Karl. Os despossuídos. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. 3 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.
- OJIMA, A. L. R. O, ROCHA, M. B. Desempenho logístico e inserção econômica do agronegócio da soja: as transformações no escoamento da safra. XLIII Congresso da SOBER – Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Ribeirão Preto, 2005.
- OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. de, LIRA, Elizeu Ribeiro, CABRAL, José Pedro Cabrera Cabral, SANTOS, Roberto de Souza. Território em conflito, terra e poder. Goiânia: Kelps, 2014.
- PRIETO, G. F. T. Rosa Luxemburg e a expansão imanente do capitalismo: destruição, resistência e recriação dos territórios e das relações não capitalistas. *Geosp – Espaço e Tempo(Online)*, v. 21, n. 3, p. 812-829, dez, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/99827>
- PONTES, Heráclito Lopes Jaguaribe, CARMO, Breno Barros Telles do, PORTO, Arthur José Vieira. Problemas logísticos na exportação brasileira de soja em grãos. *Revista Eletrônica Sistemas & Gestão*. v. 4, n. 2. Maio/Agosto, 2009.
- POCHMANN, M. O emprego na globalização – a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo, 2001.

- PAULO NETTO, J. Capitalismo e reificação. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1981.
- ROBINSON, W. I. Conflictos transnacionales: Centroamérica, cambio social y globalización. San Salvador: UCA Editores, 2011.
- ROBINSON, W.I. Una teoría sobre el capitalismo global. Producción, clase y estado en un mundo transnacional. México: Siglo XXI, 2013.
- SANDOVAL, J. M. La frontera Estados Unidos – México: espacio global para la expansión del capital transnacional. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia, 2017.
- SASSEN, Saskia. Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoeextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro territorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.
- WALLERSTEIN, I. El capitalismo histórico. México: Siglo XXI, 1998.
- WALLACE, Rob. Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. São Paulo: Elefante, 2020.



# O NOVO MUNDO DO TRABALHO: INOVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO<sup>1</sup>

**Fabiane Santana Previtali**

Universidade Federal de Uberlândia -UFU  
Fabiane.previtali@gmail.com  
Apoio: CNPq e Fapemig

**Cilson César Fagiani**

Universidade de Uberaba -UNIUBE  
Apoio: Fapemig e CNPq  
cilsoncf@gmail.com

**Henrique Signori Perone**

Universidade Federal de Uberlândia -UFU  
henperone@gmail.com  
Apoio: Fapemig

**Lourenço Pablo Silva Ferreira**

Universidade Federal de Uberlândia -UFU  
lourencolps@gmail.com  
Apoio: CNPq

**Resumo:** O objetivo do presente artigo é analisar as relações de trabalho no capitalismo da era digital, sob o avanço do neoliberalismo e das reformas do Estado, com especial atenção ao caso brasileiro, mas considerando-se também o contexto internacional, em particular, países da Europa sob ainda forte presença do Estado de Bem-Estar. No Brasil, a ênfase recai sobre os impactos da aprovação da Reforma Trabalhista, Lei Nº 13.467/2017 no governo Temer (2016-2018). A pesquisa se valeu de estudo bibliográfico, documental, relatórios da ILO e ODEC e análise dos dados do IBGE no período 2012 a 2020. Atentando para as particularidades histórico-sociais dos países analisados, bem como a posição que ocupam na divisão internacional do trabalho, os resultados demonstram o aprofundamento da precarização do trabalho nos períodos considerados, mesmo sob taxas crescentes de empregabilidade.

**Palavras-chave:** Precarização, Neoliberalismo, Europa Ocidental, Brasil.

## INTRODUÇÃO

Vivencia-se no mundo ocidental um contexto, econômico, sócio-político e ideológico marcado pela globalização, cujas raízes se encontram na reestruturação produtiva associada às novas tecnologias informacionais-digitais, à hegemonia do capital financeiro em escala global. Nesse novo contexto globalizado, envolvendo relações de dominação e subordinação entre as nações (HARVEY, 2011), uma nova estrutura do mercado de trabalho, mais heterogênea e precarizada vem substituindo aquela provida direitos, predominante no período taylorista-fordista (ANTUNES, 2018; ALBERTI et al, 2018; RUBERY, et al, 2018). A nova estrutura traz consigo a intensificação do trabalho, a imbricação entre o tempo do trabalho e o tempo do não-trabalho, associados à insegurança e à instabilidade no trabalho e na vida (SÁ, 2010).

O neoliberalismo, enquanto reação articulada da burguesia às dificuldades expansionistas e de acumulação do capital, passou a encontrar espaço efetivo nos anos 1990 em meio ao processo de globalização das

1 Pesquisa desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade – GPTE/INCIS/UFU. Agradecemos a todos os/as colegas pelo debate e considerações sobre o artigo ora apresentado.

empresas que, aproveitando-se das vantagens econômicas oferecidas por países e regiões, tais como impostos menores e grande quantidade de força de trabalho, buscavam novos espaços para auferirem maiores lucros (PREVITALI et al, 2012; PREVITALI; FAGIANI, 2014).

A globalização pode ser definida como a aceleração intensa dos processos de internacionalização e mundialização, inerentes ao capitalismo desde sua fase original nos séculos XV e XVI (WOOD, 2000; HARVEY, 2011; ANTUNES, 2018) que implicou em um processo de internacionalização dos países, visando à conquista de novos mercados. A expansão do capitalismo sofreu um relativo retrocesso ao longo da década de 1950, com a consolidação do padrão taylorista-fordista de acumulação na medida em que este possibilitava - e até mesmo exigia - um crescimento regular do mercado interno (PREVITALI; FAGIANI, 2017). Com o esgotamento desse padrão de acumulação, o capital, por necessidade intrínseca, retoma o processo de internacionalização e inicia um movimento de globalização e transnacionalização, tanto em nível dos mercados quanto em nível da produção.

Conforme Previtali e Fagiani (2017), a globalização não leva o Estado-Nação ao declínio, mas recria as relações de poder e equilíbrio de forças entre as esferas pública e privada, na produção de mercadorias nacional e transnacional. A globalização é intrínseca ao capitalismo enquanto modo de produção. O Estado é o principal agente da globalização, pois, paralelamente à retração em várias de suas atividades, como nos setores produtivos e de serviços essenciais (saúde e educação), outras funções, como o favorecimento à livre circulação de capitais, são criadas para dar mobilidade ao capital ao mesmo tempo em que se limita a mobilidade dos trabalhadores, por exemplo, através das leis de imigração.

Sob os princípios do neoliberalismo e da Nova Gestão Pública ou gerencialismo (HOOD, 1995; HALL e GUNTER, 2015), um amplo processo de (des)regulamentação do trabalho via privatizações, terceirizações, reformas trabalhistas e previdenciárias passam a ser implementadas pelo Estado capitalista. Nesse contexto, setores públicos estratégicos, como a saúde e a educação tornam-se nichos de negócios a serem explorados pelo capital e seus trabalhadores/as tornam-se produtores de valor para o capital.

Cumprir destacar um elemento adicional que vem a imprimir de forma mais latente a vulnerabilidade e a precarização da classe trabalhadora mundial, que é a crise de saúde pública causada pelo Covid-19. De acordo a International Labour Organization (ILO, 2020), aproximadamente 2,7 bilhões de trabalhadores/as, representando cerca de 81% da força de trabalho do mundo estão sendo atingidos pela pandemia. Dentre os mais afetados, estão os/as trabalhadores/as informais, com empregos mal remunerados, de baixa qualificação e baixa proteção social. A informalidade atinge 20,9% da classe trabalhadora na Europa e Ásia Central e 36,1% nas Américas. Com relação ao trabalho em tempo integral, a ILO estima uma redução de 6,7% das horas de trabalho no segundo trimestre de 2020 no mercado de trabalho global, o equivalente a 195 milhões de trabalhadores/as. Nos países europeus ocidentais, a redução poderá alcançar 7,8% ou 12 milhões de trabalhadores/as em tempo integral.

No Brasil, segundo Sayuri (2020), cerca de 72% da classe trabalhadora teme perder renda por causa dos impactos econômicos da pandemia, num contexto de 11,9 milhões de desempregados e 38,4 milhões de trabalhadores/as informais. A autora observa ainda que as mulheres são a maioria nos trabalhos informais, como manicures, cuidadoras, vendedoras de produtos na rua, trabalhadoras domésticas sem direitos trabalhistas e diaristas.

Esse novo cenário sócio-econômico-político lança luzes sobre as enormes discrepâncias sociais, a concentração da renda e o concomitante aumento da pobreza da classe trabalhadora e o escárnio com que essas questões são tratadas no âmbito do neoliberalismo. O novo mundo do trabalho é precário porque instável e desprovido de direitos na esfera do Estado de Bem-Estar em suas versões mais ou menos abrangentes, considerando-se as correlações de forças entre capital e trabalho de cada país e no âmbito da divisão internacional do trabalho.

Ao contrário do velho sonho da libertação do trabalho e da ascensão da chamada classe média com a difusão da revolução técnico-científica e do trabalho imaterial (GORZ, 1985; PIORE e SABEL, 1984; SCHAFF, 1990), o que se verifica atualmente na da reestruturação produtiva neoliberal financeirizada e

da Indústria 4.0 é a ampliação da classe trabalhadora no mundo sob a crescente parcela do proletariado de serviços da era digital (ANTUNES, 2018), como mostra tão bem o filme sul-coreano “Parasita”<sup>2</sup>.

O artigo está dividido em duas sessões, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira sessão analisa-se a expansão de novas formas de trabalho, notadamente o trabalho temporário e em tempo parcial em países europeus ocidentais, berço do Estado Social. A segunda sessão destina-se à análise do contexto brasileiro, considerando-se os impactos da Reforma Trabalhista. Nas considerações finais, considerando-se a discussão ao longo do artigo, argumenta-se que, apesar das diferenças sócio-históricas e geopolíticas dos países analisados, tem-se o aprofundamento da precarização do trabalho.

## **AS NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO EM PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL**

---

Antunes (2018), considera que o trabalho é, em seu sentido mais geral, ponto de partida do processo de humanização, mas, contraditoriamente, sob o capitalismo torna-se trabalho humano abstrato, alienado e estranhado, criador de riqueza para o capital e de empobrecimento para os que vivem do trabalho. Para o autor:

O sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade (o trabalho concreto que bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a dialética espetacular do trabalho (ANTUNES, 2018, p. 26).

Para Antunes (2018), o processo de produção e reprodução do capital, com ênfase no dinamismo científico-tecnológico para a produção de valores de troca é destrutivo da classe trabalhadora, não no sentido de sua emancipação do trabalho, mas de sua maior subsunção ao capital, quando se ampliam e intensificam-se os mecanismos de exploração e precarização numa crescente imbricação entre trabalho vivo e trabalho morto, trabalho manual e trabalho intelectual.

Observando-se os intervalos de tempo entre as revoluções técnico-científicas, tem-se que da Primeira Revolução Industrial (Indústria 1.0), em 1750 para a Segunda Revolução Industrial (Indústria 2.0), em 1880 são transcorridos 130 anos. Da Indústria 2.0 para a Terceira Revolução Industrial (Indústria 3.0), já no século XX, em 1970, são transcorridos 90 anos e desta última para a Quarta Revolução Industrial (Indústria 4.0) datada, conforme consenso em 2011, são transcorridos 41 anos. Ou seja, há uma significativa e tendencial redução dos intervalos de tempo decorridos entre as revoluções o que expressa o intenso processo destrutivo das forças produtivas.

O capital não pode eliminar o trabalho vivo, pois este é a fonte do valor, mas tem buscado, não sem resistências, intensificá-lo e desprovê-lo de todos os direitos de garantia de uma vida digna, ainda que no seio da sociedade capitalista. Nesse quadro, Antunes (2018, p. 55) argumenta que o que se verifica atualmente é um processo “sistêmico e estrutural” de precarização da classe-que-vive-do-trabalho, transversalizado pelas relações de gênero, raça/etnia, idade e qualificação profissional, definido, por um lado, pelas particularidades histórias das lutas de classe de cada país, mas também e, por outro lado, pela configuração mundial das lutas sociais.

Deve-se destacar que o fenômeno da precarização não é recente. Na verdade, o trabalho é, por definição, precário, na medida em que o trabalhador/a está alienado/a de si mesmo/a e pelo trabalho na sua dimensão abstrata (BRAVERMAN, 1981). Mas, se a precarização não é um fenômeno essencialmente novo, ela assume novas características na acumulação capitalista do século XXI e atinge de forma particular os mais jovens e com qualificação profissional. Estes, que viam na educação escolar e na escolha profissional

---

2 Filme produzido em 2019 dirigido pelo sul-coreano Bong Joon-ho.

garantias de um futuro assegurado, estão agora à mercê da instabilidade e da insegurança no trabalho e na vida, o que pode comprometer sua integridade psíquica e emocional (HASSARD e MORRIS, 2018).

De acordo com Antunes (2018), longe de referir-se do surgimento de uma nova classe trabalhadora como sugere Standing (2018), presenciamos hoje o surgimento do novo proletário de serviços da era digital no seio da classe trabalhadora (p. 55), cujas habilidades intelectuais no estágio atual da divisão sócio técnica do trabalho são exploradas de forma mais intensa, objetiva e em sua subjetividade, numa relação laboral desprovida de direitos sociais e de proteção do trabalho, fenômeno crescente nos países economicamente avançados, na medida em que se coloca em questão o Estado Social sob o neoliberalismo.

Segundo a ILO (2019), em 2018, a população em idade ativa<sup>3</sup> global foi de 5.7 bilhões, sendo que 3.3 bilhões, ou 58%, estava empregada, e 172 milhões estava desempregada. Quanto aos empregados/as, importa destacar que 39% apresentavam vínculos formais e 61% estavam na informalidade, 34% eram trabalhadores/as por conta própria e 11% trabalhadores/as de empresas familiares<sup>4</sup>, 10% viviam em condições de extrema pobreza e 16% em condições de pobreza moderada<sup>5</sup>.

O trabalho informal inclui uma gama abrangente de atividades laborais, como projetos, tarefas, atendimentos on-line, serviços de entrega e transporte de pessoas, pode ser realizado presencialmente ou ainda de forma remota, via tecnologias digitais, os apps, (ALBERTI et al, 2018; ANTUNES, 2018; RUBERY, et al, 2018). Ele caracteriza-se por ser flexível e possuir um caráter involuntário uma vez que os trabalhadores/as são constrangidos/as a ele por não possuírem outra alternativa, num contexto de altos níveis de desemprego e de (des)regulamentação das relações de trabalho, tornando a classe trabalhadora desprotegida das vicissitudes do mercado de trabalho e, portanto, mais vulnerável aos interesses do capital (ALBERTI et al 2018; RUBERY, et al, 2018).

Segundo o ILO (2019), são formas flexíveis de relações laborais o trabalho em tempo parcial e o trabalho temporário, sendo este estabelecido por períodos de curta duração curtos (três meses a seis meses) ou períodos de longa duração (maior que doze meses). Em 2017, dados do ILO (2019) mostram que 20% dos empregos criados em países europeus foram em tempo parcial, alcançando 27,9% na Áustria, 26,9% na Alemanha, 49,8% na Holanda e 24,8% no Reino Unido. Segundo o relatório, quase um terço do emprego em tempo parcial era involuntário, tendo sido particularmente frequente nos países do sul da Europa, como Grécia, Itália e Espanha, estes com mais de 60% da classe trabalhadora nessa modalidade.

Quando se analisa o trabalho em tempo parcial na perspectiva de gênero, segundo o ILO (2019), 34,4% das mulheres justificam essa modalidade em função das responsabilidades domésticas, como cuidar de crianças ou adultos incapacitados. Por contraste, apenas 16,5% dos homens indicam esse motivo para trabalhar em meio período, demonstrando que as mulheres permanecem como as maiores responsáveis pela esfera reprodutiva da sociedade capitalista sob o signo do patriarcalismo sendo, portanto, duplamente exploradas, na dimensão de gênero e de classe (SAFFIOTI, 2004).

No que tange o trabalho temporário, o ILO (2019) aponta que, após estabilidade entre os anos 2014-2016, este voltou a crescer em 2017, especialmente na Espanha, onde alcançou 26,8%, o mais alto patamar desde 2008, atingindo 16,8% na França, 15,5% na Itália e 21,7% na Holanda. O relatório destaca que os contratos de trabalho temporário com duração igual ou inferior a seis meses representavam mais da metade de todos os contratos temporários na Finlândia, Bélgica, Itália, Croácia e Espanha, ao passo que representavam 15% dos contratos temporários na Alemanha e menos de 30% na Holanda, Dinamarca, Áustria, Reino Unido e Luxemburgo. O relatório aponta ainda que mais de 85% dos/as trabalhadores/as temporários da

---

3 Homens e mulheres a partir de 15 anos.

4 Segundo OCDE, um trabalhador familiar contribuinte é aquele que exerce um emprego por conta própria em um estabelecimento orientado para o mercado operado por uma pessoa relacionada que vive na mesma casa e que não pode ser considerado um parceiro devido ao grau de seu compromisso com a operação do estabelecimento, em termos de tempo de trabalho ou de outros fatores a serem determinados pelas circunstâncias nacionais, não está em um nível comparável ao do chefe do estabelecimento.

5 Taxas de pobreza moderada e extrema referem-se à parcela de trabalhadores/as que vivem em domicílios com renda ou consumo per capita entre US \$ 1,90 e US \$ 3,20 por dia, em termos de paridade do poder de compra (PPP), e menos de US \$ 1,90 por dia (PPP), respectivamente.

Espanha estavam empregados temporariamente porque não conseguiram encontrar um emprego permanente, sendo a mesma justificativa para 75% da classe trabalhadora na Bélgica, Grécia e Itália.

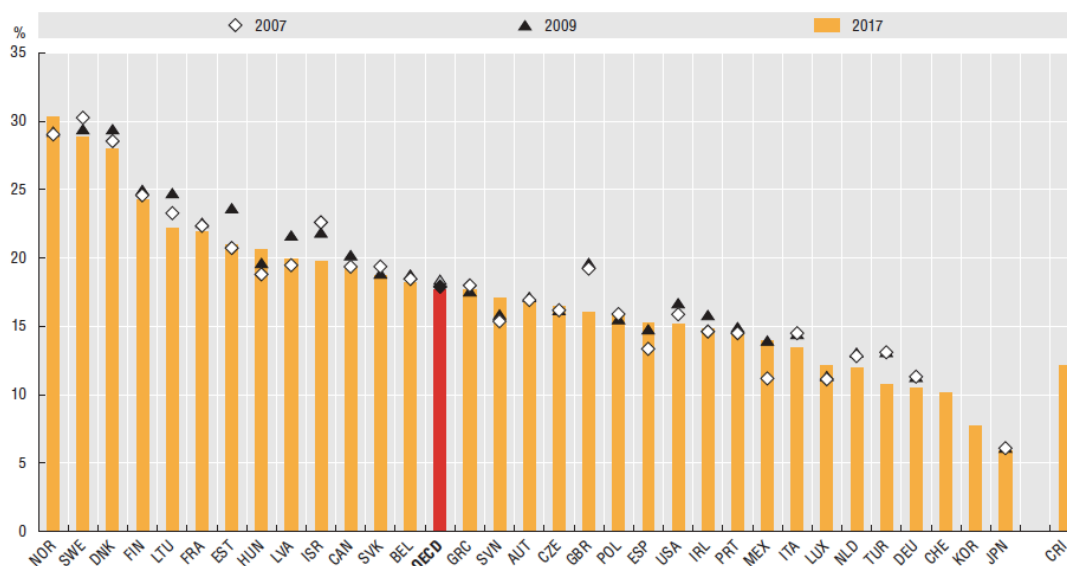
O crescimento do trabalho precário pode ser relacionado às reformas na esfera do Estado conforme as recomendações dos organismos financeiros como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), especialmente após a crise de 2008 (FAGIANI, 2019). Nesse contexto, difunde-se na esfera pública novos princípios de gestão, a Nova Gestão Pública (NGP) ou gerencialismo. Hood (1995) e Hall e Gunter (2015), apontam a difusão da NGP, em maior ou menor profundidade em função das particularidades histórico-sociais dos países, sob a justificativa uníssona da ineficácia e ineficiência do Estado de Bem-Estar, apontando a necessidade de tornar a atividade governamental mais empresarial, por meio do transplante de técnicas de gestão e da cultura e valores empresariais do setor privado.

Hood (1995) identifica uma nova realidade mundial da gestão pública a partir de sete dimensões de mudanças gerais, quais sejam:

- a) profissionalização da gestão nas organizações públicas
- b) medidas explícitas e quantificadas de desempenho
- c) ênfase no controlo dos resultados
- d) desagregação das unidades
- e) tendência para aumentar a competição
- f) insistência em estilos e práticas de gestão privada
- g) ênfase em maior disciplina e parcimónia na utilização dos recursos

A NGP impõe mudanças nas relações laborais sob as quais pautam-se o funcionalismo público. Segundo a OCDE (2019), o tamanho do emprego nas administrações públicas varia entre os países membros, sendo que os países nórdicos são os que apresentam níveis mais altos, em torno de 30% do total da força de trabalho empregada (Gráfico 1). Na Noruega, mais de 30% do total de empregos eram públicos, considerando-se elevação em 2017. Na Suécia, Dinamarca e Finlândia os índices também são significativamente altos em comparação aos demais países membros, mas apresentaram redução em 2017, fenômeno este que pode ser observado em muitos países membros da organização.

**Gráfico 1:** Emprego na Administração Pública como Porcentagem do Emprego Total por País Membro da OCDE em 2007, 2009 e 2017.



Fonte: OCDE, 2019.

Numa aparente contradição, enquanto as condições de trabalho pioram, a classe trabalhadora, especialmente os/as jovens, tende à maior qualificação profissional. Esse fenômeno se deve em grande medida, ao novo patamar tecnológico que exige um novo conjunto de conhecimentos cognitivos e habilidades

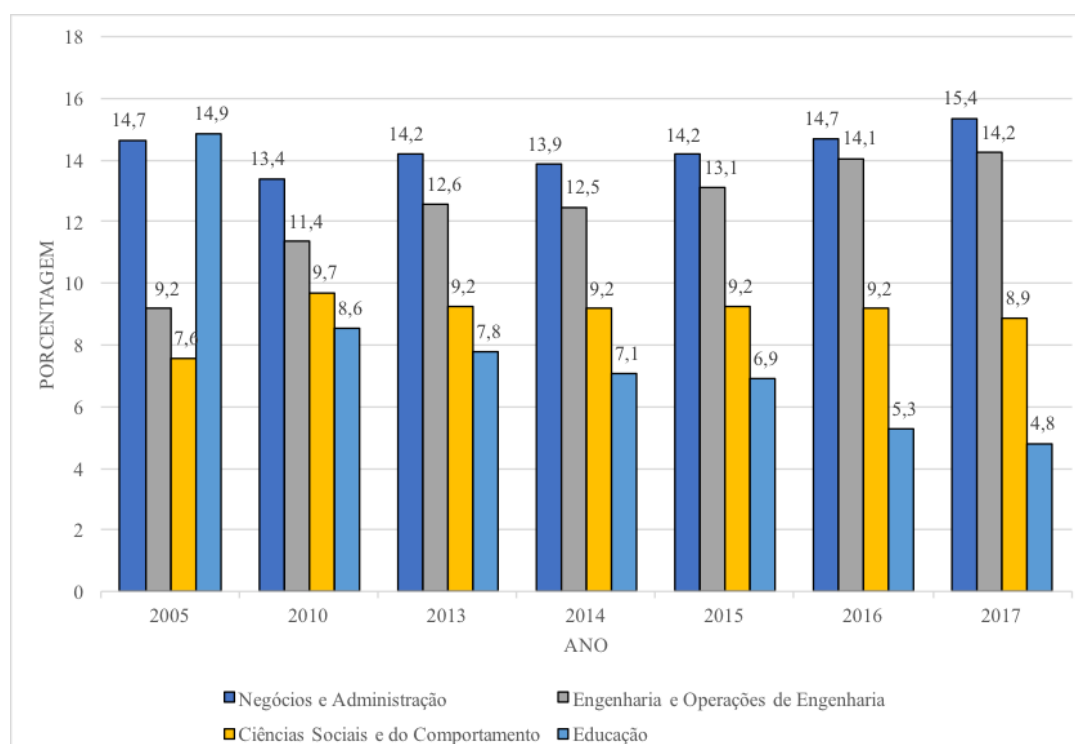


adquiridos através da formação escolar. Cabe destacar que a educação escolar não está alheia às demandas do mundo produtivo, sendo responsável pela formação não apenas técnica, mas também ideológica da nova classe trabalhadora (PREVITALI e FAGIANI, 2018), sob os imperativos do neoliberalismo, do empreendedorismo e da conectividade da era digital. Esses jovens recém-formados tendem a desenvolver um sentimento de resignação e naturalização quanto às determinações histórico-estruturais sob as quais se erigem o atual mundo do trabalho (HASSARD e MORRIS, 2018).

Em Portugal, o trabalho precário ganha expressividade na década de 1990 quando se somaram derrotas grevistas em meio a generalização dos recibos verdes, forma flexível de contrato de trabalho por empreitada, sem direitos trabalhistas ou seguridade social (SÁ, 2010). Ao longo dos anos 2000, essas tendências ampliam-se drasticamente e atingem os profissionais de nível superior, contribuindo para o fenômeno da imigração dessa força de trabalho (PREVITALI, 2015).

Destaca-se que a qualificação profissional está relacionada às demandas do mercado, o que leva os/as jovens à escolha de determinadas áreas e profissões em detrimento de outras. No Gráfico 2 observa-se a maior parte e tendência de aumento nos respectivos anos dos diplomados no Ensino Superior em Portugal nas áreas de Negócio e Administração, Engenharia e Operações de Engenharia e Ciências Sociais e do Comportamento, sendo esta última composta principalmente pelas subáreas da Economia e Psicologia, ou seja, 31,5%, 34,5%, 36,0%, 35,6%, 36,5%, 38,0% e 38,5%, ao mesmo tempo que verifica-se uma brutal diminuição dos diplomados na área da Educação, ou seja, 14,9%, 8,6%, 7,8%, 7,1%, 6,9%, 5,3% e 4,8%.

**Gráfico 2:** Diplomados no Ensino Superior por Área de Educação e Formação em Portugal



Fonte: Autores, a partir de Eurostat, 2020.

É preciso considerar também que a qualificação não traz consigo a empregabilidade. Ao contrário, sob o desemprego estrutural e das políticas neoliberais, ela possibilita ao capital maior controle sobre o trabalho, contribuindo para o achatamento do valor da força de trabalho qualificada (FAGIANI e PREVITALI, 2019).

## AS RELAÇÕES LABORAIS NO BRASIL SOB OS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA

---

No Brasil, a precariedade laboral, traço contínuo da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018) é agravada com reformas do Estado, como vistas a torná-lo enxuto, conforme o jargão neoliberal, sob a NGP. Para Previtali e Fagiani (2017), a NGP assume caráter sistêmico no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), em 1995, levando à precarização dos serviços públicos com as privatizações e terceirizações. Sob os governos do Partido dos Trabalhadores (Lula: 2003-2010 e Dilma Rousseff: 2011-2016) o Estado assume um viés menos privatista e de feição social liberal (ANTUNES, 2018).

Entretanto, a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), o qual chegou ao poder com características golpistas, tem-se a retomada, bastante expressiva, das políticas neoliberais com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 55<sup>6</sup> em 2016, a qual limita e mesmo reduz os investimentos públicos, impactando negativamente nas áreas estratégicas da saúde, educação, ciência e tecnologia por um período de vinte anos. Tem-se ainda em 2016 a aprovação da Lei N° 13.467/2017 da Reforma Trabalhista que regulamenta o trabalho precário não apenas nas atividades meio, mas também nas atividades fim, impactando desfavoravelmente na classe trabalhadora. E, em 2019, já no governo de direita de Jair Bolsonaro, é aprovada a Reforma da Previdência, alterando duramente as regras de aposentadoria e seguridade social da classe trabalhadora, tornando-a ainda mais exposta e vulnerável aos ditames do capital.

A Reforma Trabalhista cumpre o papel salutar para o capital de aprofundar e expandir o trabalho precário, contribuindo para o desemprego e para a queda nos rendimentos da classe trabalhadora. Um de seus itens mais degradantes e que contribui para camuflar as taxas de emprego/desemprego formal, está na regulamentação do trabalho intermitente, aquele em que a empresa registra em carteira o/a trabalhador/a, mas sem estabelecer salário ou jornada fixa. O trabalhador/a ganha por hora trabalhada, portanto sem garantias de jornada ou remuneração mínima por mês, ficando vulnerável e disponível o tempo todo para o trabalho, podendo ser convocado por alguns dias ou mesmo horas, a depender da demanda. Ou seja, é a institucionalização do “bico” (ANTUNES, 2018).

Segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2019), das 644.079 vagas de trabalho formal criadas em 2019, 21,63% a mais que em 2018, 16,5% (106 mil) foram nas modalidades de trabalho intermitente ou de regime de tempo parcial, sendo que das 106 mil vagas, 85.716 vagas foram relativas ao trabalho intermitente (CAGED, 2020). Ainda, segundo o CAGED (2019), o setor que mais gerou empregos em 2019 foi o de serviços, que teve 6.966.824 admissões e 6.584.299 desligamentos, implicando saldo de 382.525 postos de trabalho e crescimento de 2,22% sobre o ano anterior. Em contrapartida, o setor que menos apresentou crescimento do emprego foi a administração pública, totalizando 822 empregos e aumento de 0,10% em relação ao ano anterior.

Analisando-se as admissões e as demissões, é possível inferir sobre a alta rotatividade do setor de serviços que inclui atividades, como locação e administração de imóveis, médicos, odontológicos e veterinários, transporte e comunicação, alojamentos, instituições de ensino e de créditos, cujos vínculos tendem à precarização dos contratos da classe trabalhadora em nome da flexibilidade para o capital. Chama atenção ainda o recrudescimento do setor público, o que pode ser atribuído às medidas a partir do governo Temer.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020a e b) a taxa de desocupação ficou em 11,0% na divulgação mensal dos meses outubro, novembro e dezembro de 2019, sendo 11.680.240 pessoas desocupadas de um total de 106.184 mil pessoas na força de trabalho. Essa taxa foi menor que em 2017,

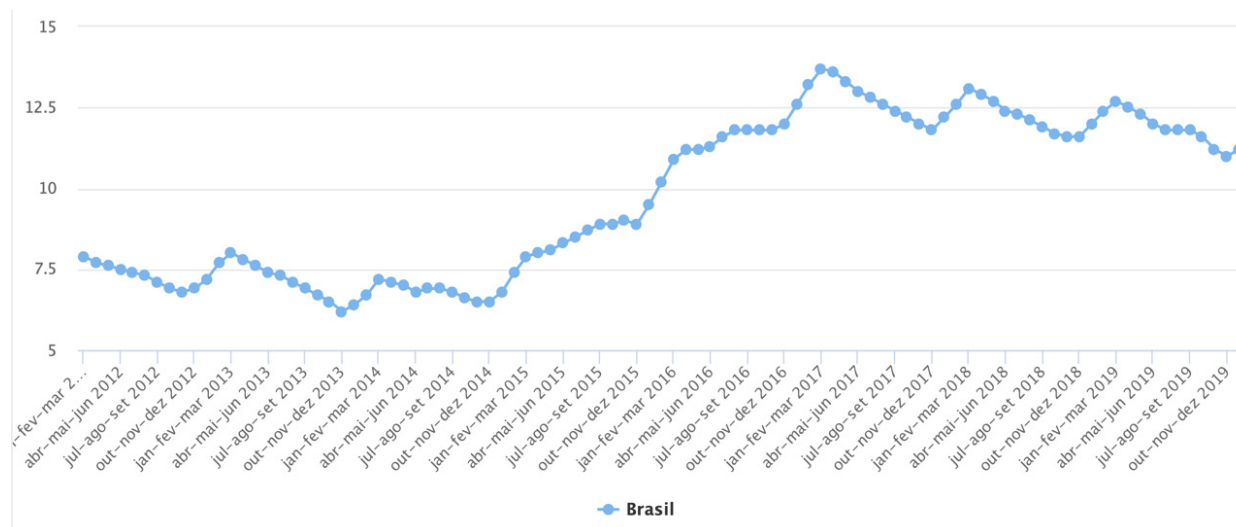
---

6 A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional n. 55 gerou a Emenda Constitucional (EC) n° 95, que prevê que, durante 20 anos, as despesas primárias do orçamento público ficam limitadas à variação inflacionária, isto é, no período, não ocorrerá crescimento real das despesas primárias, que envolvem as despesas de custeio e com investimentos, o que não apenas congela, mas reduz os gastos sociais em porcentagem per capita e em relação ao PIB.

quando atingiu 13,7% nos meses de janeiro, fevereiro e março, totalizando 14.067.708 pessoas desocupadas de um total de 102.684 mil pessoas na força de trabalho.

No entanto, como pode ser observado no Gráfico 3, a menor taxa da série (2012-2020) ocorreu em 2013 na divulgação mensal dos meses outubro, novembro e dezembro, quando ficou em 6,2%, sendo 6.039.792 pessoas desocupadas de um total de 97.416 mil pessoas na força de trabalho. Dessa maneira, embora tenha diminuído de 2017 para 2019, quando já estava em vigo a reforma trabalhista, analisando-se o período maior (2012-2019) houve o aumento de 93,4% das pessoas desocupadas.

**Gráfico 3:** Taxa de Desocupação no Período: jan-fev-mar 2012 a out-nov-dez 2019



Fonte: IBGE/PENADC (2020a).

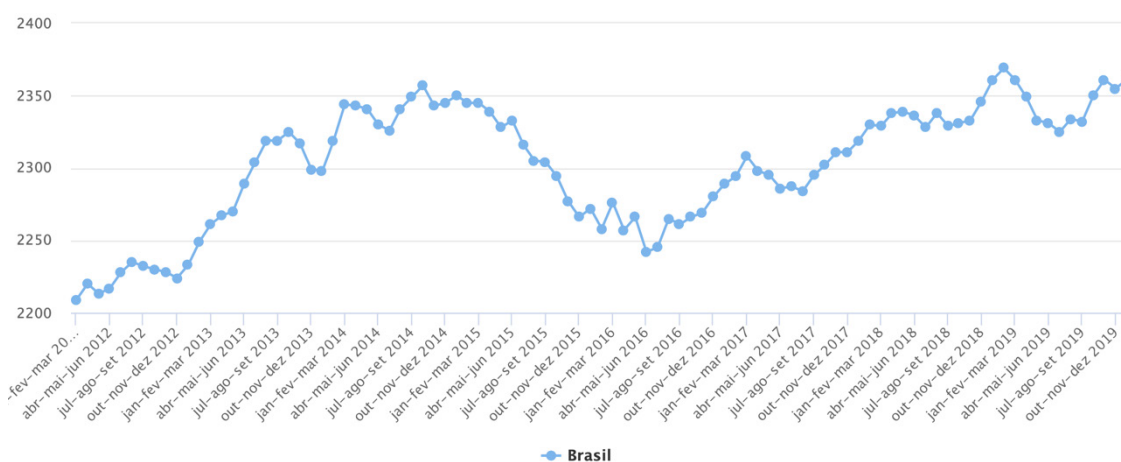
De todo modo, se houve aumento da taxa de ocupação, é necessário qualificá-la. Quais os tipos de emprego estão surgindo? Segundo o IBGE (2020c), o que tem crescido a partir de 2017 é o trabalho informal, que inclui os/as trabalhadores/as sem carteira, domésticos/as sem carteira, empregadores/as sem CNPJ, trabalhadores/as por conta própria sem CNPJ e trabalhadores/as familiar auxiliar, atingindo 41,1% da população ocupada em 2019, o equivalente a 38,4 milhões de pessoas, o maior contingente desde 2016, apesar de estabilidade em comparação a 2018.

Entre os informais, houve expansão de 4% em relação a 2018 (11,6 milhões) de trabalhadores/as sem carteira assinada<sup>7</sup>, alcançando o ponto mais alto da série histórica (2012-2020) e o número de trabalhadores/as por conta própria subiu para 24,2 milhões, sendo 19,3 milhões sem CNPJ, o que representou um acréscimo de 3,9 milhões de pessoas desde 2012, e de 4,1% (958 mil) em relação a 2018 (IBGE, 2020c). Apesar da ligeira melhora no emprego a partir de 2017 ela não foi acompanhada pela redução na informalidade na passagem de 2018 para 2019. Do acréscimo de 1,8 milhão no número de ocupações, 446 mil foram vagas sem carteira assinada e a maior parte, 958 mil, foram de ocupações de trabalhadores/as por conta própria, dos quais 586 mil sem CNPJ (IBGE, 2020c).

A Reforma Trabalhista, segundo seus defensores, seria fundamental para a retomada dos níveis de empregos. Essa visão não se confirmou, sendo o crescimento ínfimo e no caminho da precarização do trabalho e da vida da classe trabalhadora. A precarização pode ser verificada ainda ao se analisar os rendimentos de todos/as os trabalhadores/as, conforme Gráfico 4.

7 Exceto empregados domésticos.

**Gráfico 4: Rendimento Médio Real de Todos os Trabalhos no Período: jan-fev-mar 2012 a nov-dez-jan 2020**



Fonte: IBGE, 2020a.

Analisando-se o período entre 2012 e 2020, pode-se observar três momentos diferentes na evolução do rendimento médio da classe trabalhadora. O primeiro apresenta a elevação do rendimento médio entre janeiro de 2012 a setembro de 2014 de 4,62 reais/mês num total de 148 reais em 32 meses. Já no segundo momento, entre setembro de 2014 a junho de 2016, ocorre a queda do rendimento médio de 5,48 reais/mês num total de 115 reais em 21 meses. No terceiro momento, junho de 2016 a janeiro de 2020, ocorre a recuperação do rendimento médio de 3,22 reais/mês num total de 119 reais em 37 meses. Convém um detalhamento desse momento de recuperação em relação aos momentos anteriores pois, tal qual mostra o gráfico, ela parece ser significativa. Entretanto, como já afirmava Marx, se a aparência fosse igual a essência não seria necessária a pesquisa.

Na redução da renda média, tem-se um período de 21 meses e uma média de 5,75 reais/mês e na recuperação observa-se um período de 37 meses e uma média de 3,22 reais/mês. Ou seja, foram 16 meses a mais para o trabalhador/a recuperar o maior patamar do rendimento médio alcançado no primeiro momento. Ainda, quando comparada a velocidade de aumento da renda observa-se um período de 5 meses a mais de acréscimo no terceiro momento do que no primeiro momento, demonstrando uma menor velocidade na obtenção do aumento da renda média.

Ao se analisar a recuperação com mais detalhe, observa-se uma redução de 41% mensal no terceiro momento em relação às perdas mensais do segundo momento. O trabalhador/a, portanto, perdeu mais em menor tempo e demorou mais para recuperar seus rendimentos médios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O novo modelo produtivo neoliberal e informacional traz consigo a nova classe trabalhadora precária. Se esse novo modelo tem gerado emprego, verifica-se que estes estão sujeitos a um processo de crescente precarização. As reformas promovidas pelo Estado expressam, não sem contradições, a natureza estrutural deste sob a acumulação do capital, isto é, de gestão dos negócios da burguesia.

Nesse sentido, sob determinação da base material, o Estado age na superestrutura político-jurídica, na (des)regulamentação do trabalho e regulamentação da precarização. Essas mudanças contribuem para a configuração de uma nova subjetividade da classe trabalhadora, especialmente em seus estratos mais jovens e qualificados, concernente à maior naturalização e aceitação das novas formas de controle. A educação escolar também contribui para a construção dessa nova subjetividade na medida em que imprime

uma formação técnica e ideológica para o capital. Não por coincidência os cursos mais procurados são os relacionados à gestão do capital.

Embora a precarização seja inerente ao trabalho abstrato, é imperativo identificar seus elementos novos na atual fase de acumulação capitalista e que atingem toda a classe trabalhadora, em maior ou menor grau em função de sua heterogeneidade e de sua configuração histórico-geográfica particular, quais sejam: a) intensificação do trabalho e perda da proteção social, b) indeterminação entre as esferas do trabalho abstrato e da vida e, portanto, uma subordinação crescente às necessidades da reprodução do capital, c) redução dos ganhos com a venda da força de trabalho e d) insegurança e instabilidade, inclusive emocional dada a perda de controle sobre a própria vida. Esses elementos estão postos mesmo em situações de crescimento do emprego.

## REFERÊNCIAS

---

- ALBERTI, G., et al. Against and Beyond Precarity: Work in Insecure Times. **Work, Employment and Society**, v. 32, n. 3, 2018. p. 447-457. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0950017018762088> acesso em 23 de jan. de 2019.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 2000.
- ANTUNES, R. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo. 2018.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.
- CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS (CAGED). **Sumário Executivo**. Janeiro-Dezembro de 2019. 2019. Disponível em: [http://trabalho.gov.br/images/Noticias/Jan-2020/Caged\\_Dezembro.pdf](http://trabalho.gov.br/images/Noticias/Jan-2020/Caged_Dezembro.pdf). Acesso em 10 de fev. de 2020.
- EUROSTAT. 2020. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/education-and-training/data/database>. Acesso em 12 de abr. 2020.
- FAGIANI, C. C. **Brasil e Portugal, qual a formação do jovem trabalhador para o século XXI?** Uberlândia: Navegando. 2019.
- FAGIANI, C. C.; PREVITALI, F. S. O Jovem Trabalhador no Brasil e a Formação para o Trabalho Precário. In: ANTUNES, Ricardo (Org) **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil VI**. São Paulo: Boitempo. 2019. P. 347-362.
- GORZ, A. **Adeus ao Proletariado**. Rio de Janeiro: Forense. 1985.
- HALL, D.; GUNTER, H. M. A Nova Gestão Pública na Inglaterra: a permanente instabilidade da reforma neoliberal. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n.º. 132, jul.-set., 2015, p. 743-758. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17120091-A-nova-gestao-publica-na-inglaterra-a-permanente-instabilidade-da-reforma-neoliberal.html>. Acesso em 12 de jun. 2018.
- HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. Boitempo: São Paulo. 2011.
- HASSARD, J.; MORRIS, J. Contrived Competition and Manufactured Uncertainty: understanding managerial job insecurity narratives in large corporations. **Work, Employment and Society**, v. 32, n. 3. 2018. p. 564-580.
- Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0950017017751806>. Acesso em 20 de mai. 2019.
- HOOD, C. The "New Public Management" in the 1980s: variations on a theme. **Accounting, Organizations and Society**, v. 20, n. 2/3, p. 93-109.1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0361368293E0001W>. Acesso em 14 de marc. 2000.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **World Employment and Social Outlook: Trends 2019**. Geneva, 2019. Disponível em: [https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS\\_670542/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2019/WCMS_670542/lang--en/index.htm). Acesso em 18 de març. de 2020.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **ILO Monitor 2nd edition: COVID-19 and the world of work. Updated estimates and analysis**. 2020. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms\\_740877.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@dgreports/@dcomm/documents/briefingnote/wcms_740877.pdf). Acesso em 08 de abr. 2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Séries Históricas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 27 de mar. de 2020a.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Séries Temporais**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipca/brasil>. Acesso em 2 de fev. 2020. 2020b.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Agência de Notícias: desemprego cai...** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-informalidade-e-a-maior-em-4-anos>. Acesso em 2 de fev. 2020. 2020c.



ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Glossary of Statistical Terms**. Disponível em: <https://stats.oecd.org/glossary/detail.asp?ID=443>. Acesso em 20 jun. de 2020.

OCDE. Employment in general government, in: **Government at a Glance 2019**, OECD Publishing: Paris. 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1787/fee3c285-en>. Acesso em 20 de fev. 2020.

PIORE, M. & SABEL, C. **The Second Industrial Divide - possibilities for prosperity**. Basic Books: New York. 1984.

PREVITALI, F. S. Relações Laborais em Portugal: a precarização dos trabalhadores

da enfermagem. In: PREVITALI, Fabiane Santana et al (Orgs). **Trabalho, Educação e Conflitos Sociais: diálogos Brasil e Portugal**. São Paulo: Verona. 2015. p. 209-233.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. A Educação, o Poder da Ideologia e a Escola Sem Partido. **Quaestio**, v. 20, n. 3, 2018. p. 583-599, dez. 2018. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2018v20n3p583-599> . Acesso em 13 de fev. 2019.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. Estado de Bem-Estar Social, Neoliberalismo e Estado Gestor: aproximações globais. In: LUCENA, Carlos Alberto.; PREVITALI, Fabiane Santana; LUCENA, Lourdes. (Orgs.). **A Crise da Democracia Brasileira**. Uberlândia: Ed. Navegando. 2017. p. 79-98.

SÁ, T. "Precariedade" e "trabalho precário": consequências sociais da precarização laboral. **Configurações**. 7. 2010. P. 91- 105. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.203>. Acesso em 12 de fev. 2019.

SAFFIOTI, H. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAYURI, J. Nada Disso é Normal: como a Covid-19 escancara velhas anomalias do Brasil. **TAB.OUL**. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/04/05/nada-disso-e-normal-como-a-covid-19-escancara-velhas-anomalias-do-brasil.htm>. Acesso em 5 de abr. 2020.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática**. Rio de Janeiro: Brasiliense. 1990.

STANDING, G. The Precariat: Today's Transformative Class? **Great Transition Initiative**. October, 2018. Disponível em: <https://www.great-transition.org/publication/precariat-transformative-class>. Acesso em 12 de junh. 2019.

WOOD, E. **The Origin of Capitalism**. New York: Monthly Review Press. 2000.

# O SETOR SUCROALCOOLEIRO E OS INDÍCIOS DE TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO: NO SUDESTE NOS ANOS DE 2008 ATÉ 2016

Lourenço Pablo Silva Ferreira

UFU/CNPQ

Fabiane Santana Previtali

UFU

**Resumo:** O cultivo da cana-de-açúcar está diretamente entrelaçado com o desenvolvimento do Brasil, desde o período colonial onde o cultivo da mesma serviu de base para e a economia da colônia até os dias atuais, onde somos referência mundial no cultivo da mesma, constituindo um dos setores mais representativos na economia brasileira, sobre tudo por seu papel no processo de internacionalização econômica do Brasil no setor, no setor do capitalismo monopolista. Sendo assim, o setor recebeu e ainda tem recebido uma torrente de investimentos públicos e privados que impulsionam o desenvolvimento tecnológico do mesmo, desenvolvimento esse que se restringe predominantemente a uma parte da cadeia produtiva. Pode-se perceber que as frentes de trabalho da base da cadeia produtiva são aquelas que recebem menos investimentos tecnológicos, ou seja, os trabalhadores que lidam diretamente com o corte da cana não são beneficiados por tais incentivos ao setor. Verifica-se então uma enorme contradição dentro dessa cadeia, sendo ela uma das que mais tem se desenvolvido e recebido investimentos, o trabalhador das bases que o responsável por manter a mesma funcionando tem condições de trabalho degradantes. Ainda, trabalho a utilização de trabalho análogo à condição de escravidão no processo da colheita da cana-de-açúcar, sobretudo na região do triângulo mineiro, ademais, procuraremos investigar as recentes modificações à legislação trabalhista e inferir sobre suas motivações que levaram a tais modificações. Para o desenvolvimento da pesquisa será realizada uma pesquisa bibliográfica e de fontes primárias junto ao governo e entidades de classe, bem como a leitura e análise de fontes secundárias. Foi possível concluir que mesmo com a redução do número de denúncias de trabalho escravo na região do sudeste em específico o triângulo mineiro, a presença das mesmas se mostra superior a das demais regiões do Brasil, fator esse que exemplifica mais uma das contradições do sistema capitalista, uma vez que a região sudeste é historicamente conhecida como a mais desenvolvida do país, foi possível comprovar também que as modificações na legislação trabalhista têm dois fatores principais como motivações, o primeiro deles sendo a maciça presença de determinadas coligações políticas diretamente relacionadas ao agronegócio que promovem tais mudanças e a segunda sendo a alienação da sociedade quanto à existência de trabalho análogo a escravidão e quais são suas características principais. Recomenda-se que seja realizada uma pesquisa subsequente para verificar os fatores que influenciam a alienação por parte da população no que tange ao conhecimento sobre trabalho análogo a escravidão.

**Palavras-chave:** Cana-de-açúcar. Investimentos tecnológicos. Modificações à legislação trabalhista.

## INTRODUÇÃO

O cultivo da cana-de-açúcar está diretamente entrelaçado com o desenvolvimento do Brasil, desde o período colonial onde o cultivo da mesma serviu de base para e a economia da colônia até os dias atuais, onde somos referência mundial no cultivo da mesma, constituindo um dos setores mais representativos na economia brasileira, sobre tudo por seu papel no processo de internacionalização econômica do Brasil no setor e o importante papel que a cana-de-açúcar tem no que tange a geração de energia em nosso país.

Cabe ressaltar o destaque que a região sudeste possui no setor, uma vez que esta representa mais de 60% da produção de cana-de-açúcar de todo o país (UNICA 2017). Ademais ano de 2012 para 2013 houve um aumento de 4,06% no número de casos identificados de trabalho análogo à escravidão. Fatores esse que corroboram a relevância de uma pesquisa acerca desta temática.

É perceptível que as bases da cadeia produtiva são aquelas que recebem menos investimentos tecnológicos, ou seja, os trabalhadores que lidam diretamente com o corte da cana não são beneficiados pelos recorrentes incentivos feitos ao setor para torná-lo mais tecnológico.

No que se refere ao trabalho escravo em linhas gerais, o mesmo sofreu drásticas modificações daquele que era praticado no período colonial para o trabalho análogo a escravidão que presenciamos atualmente, distinções estas como: custo de aquisição mão de obra, que antes era alto e atualmente é baixo; a lucratividade que atualmente se mostra mais alta, uma vez que não há mais os custos de manutenção para com os trabalhadores que se encontram nessa situação; a mão de obra, que antes era escassa uma vez que dependia do tráfico de escravos para nosso país, já hodierno devido a grande massa de pessoas desempregadas esta se torna descartável; o relacionamento, que antes tinha o tempo de duração da vida do escravo ou então até quando fosse vendido, ao contrário do que vemos hoje, pois quando o serviço é concluído o mesmo é descartado e o vínculo encerrado; diferentes étnicas, antes tais diferenças tornavam complexo o processo de trabalho e de convivência dos escravos, fator que não se verifica nos dias de hoje, uma vez que basta estar em situação de pobreza extrema para ser submetido ao mesmo.

O único fator que permanece sem sofrer alterações do período escravocrata colonial para o atual é a manutenção da ordem, que continua se valendo de ameaças; constrangimentos; coerção física e psicológica; intimidação; punições exemplares e até mesmo assassinatos.

## **OBJETIVOS**

---

O presente trabalho tem como objetivo geral discutir a produção da cana-de-açúcar e sua relação com a utilização de trabalho análogo a escravidão desde sua chegada ao Brasil até o panorama geral no que concerne a esse aspecto na atualidade.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

---

- Analisar um breve histórico da evolução do trabalho escravo ao longo dos anos;
- Analisar o perfil sucroalcooleiro no Brasil, ressaltando a região sudeste;
- Analisar a relação existente entre o setor sucroalcooleiro e a utilização de trabalho análogo à escravidão;
- Traçar uma perspectiva para novos estudos futuros concernentes ao tema;

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

---

### **Escravidão**

A palavra trabalho possuiu diferentes significados no mundo e tais significados se diferenciam de um povo para outro, sua origem para nossa língua vem do latim e faz referência a um objeto de tortura. O trabalho é o ato da realização de uma determinada tarefa e como o produto gerado dessa tarefa, o trabalho pode ser realizado através do uso do intelecto unido ao movimento do ser e sua interação como espaço que o cerca (ALBORNOZ, 2000).

Dentro da perspectiva marxista o trabalho é uma ação realizada única e exclusivamente pelos seres humanos, sendo a forma pela qual nós nos relacionamos com a natureza. O trabalho é um processo que implica em produção e reprodução histórica em quanto existimos, no qual o homem modifica a natureza a fim de obter meios para saciar suas necessidades e concomitantemente muda a si próprio no decorrer do processo, é por meio dessa relação entre homem e natureza que os homens iniciam as relações sociais

uns com outros, conclui-se então que o trabalho e seu processo são determinantes das relações sociais (PREVITALI; FRANÇA; FAGIANI, 2012).

É comum vermos associações entre o significado de trabalho e o significado de emprego, algumas pessoas acabam confundindo seus significados e vendo-os com o mesmo significado, todavia se distinguem em diversos aspectos. Trabalho como já foi visto é ação de produzir mudanças no meio em que se estas inseridas sejam essas de forma involuntária no caso dos animais ou voluntária no caso dos seres humanos. Já o emprego se refere ao ato de estar empregado, ou seja, realizar trabalho para outrem e a partir disso receber a devida remuneração. O significado de emprego, muito se relaciona com a estabilidade que esse confere para aqueles que são empregados (ALBORNOZ, 2000).

Sendo assim, toda pessoa que esta empregada realiza trabalho, mas nem toda pessoa que realiza trabalho necessariamente esta empregada. Por exemplo, uma dona de casa, ao cuidar das tarefas diárias de seu lar, realiza trabalho, mas não possui vínculo empregatício, por conseguinte, não tem emprego (ALBORNOZ, 2000).

A utilização de trabalho escravo remota a centenas de anos atrás em diversas partes do mundo e somente a menos de dois séculos é que essa forma de exploração do trabalho passou a ser considerada ilegal. No decorrer dos séculos os povos foram sendo transformados em escravos devido a diversos fatores, vejamos alguns: prisioneiros de guerra; contração de dívida; prática de algum crime; oferecer-se como escravo em troca de alimento e/ou proteção; interiorização cultural (TURCI, 2010).

Ao longo dos anos o modo como à escravidão foi utilizada pelos povos se diferenciou em alguns aspectos, por exemplo, no antigo Egito os escravos eram responsáveis pela execução do trabalho doméstico e militar, na Roma antiga a base produtiva das grandes fazendas e as construções públicas eram incumbidos aos escravos, em haréns do Oriente muitas das concubinas eram escravas. Podemos ver que mesmo estando presente em grande parte das sociedades antigas, o modo como o trabalho escravo se dava era muitas vezes distinto. Dessa forma para avaliarmos de forma mais clara a escravidão é preciso buscar uma compreensão sobre o contexto no qual ela desenvolveu. (TURCI, 2010).

O trabalho análogo à escravidão existente hoje, se difere daquele que era realizado no passado, sobretudo no que tange 7 características principais: custo de aquisição de mão-de-obra; lucros; mão-de-obra; Relacionamento vejamos a seguir na Tabela 1 o comparativo entre o trabalho escravo colonial e o trabalho análogo a escravidão praticado atualmente.

**Tabela 1.**

| <b>Passado e Presente da Escravidão</b>  |   |  |
|--|---|--|
| <b>BRASIL</b>                            | <b>ANTIGA ESCRAVIDÃO</b>  | <b>NOVA ESCRAVIDÃO</b>   |
| <b>PROPRIEDADE LEGAL</b>                 | Permitida   | Proibida   |
| <b>CUSTO DE AQUISIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA</b> | Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos.   | Muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas o transporte.  |
| <b>LUCROS</b>                            | Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos.   | Altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora, sem nenhum direito.  |
| <b>MÃO-DE-OBRA</b>                       | Escassa. Dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução. Bales afirma que, em 1850, um escravo era vendido por uma quantia equivalente a R\$ 120 mil. | Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por um gato por R\$ 150,00 em eldorado dos carajás, sul do Pará |
| <b>RELACIONAMENTO</b>                    | Longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes   | Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento.   |
| <b>DIFERENÇAS ÉTNICAS</b>                | Relevantes para a escravização.   | Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável são os que se tornam escravos, independente da cor da pele.  |
| <b>MANUTENÇÃO DA ORDEM</b>               | Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.   | Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos.  |

Fonte: Repórter Brasil, 2017.

Mesmo proibida por lei, o trabalho escravo continua sendo utilizado por grandes latifundiários por encontrar atualmente diversos benefícios e facilidades que anteriormente não existiam, dentre esses se destacam os baixos custos necessários para conseguir esses trabalhadores, a característica descartável desses trabalhadores uma vez que a sazonalidade é o que dita o ritmo da produção e as brechas na fiscalização.

Existem alguns aspectos sociais que tem contribuído muito para a perpetuação do trabalho análogo a escravidão. Primeiramente é bom avaliar as condições as quais esses trabalhadores estão acometidos antes de serem colocados na situação de trabalho escravo, em sua totalidade são pessoas originárias de regiões onde a desigualdade social é extremamente acentuada e os empregos são escassos, no geral essas pessoas tem origem nas regiões norte e nordeste do país. Essas pessoas são ludibriadas com falsas promessas de condições de vida melhores e salários maiores e assim acabam aceitando migrar de uma região para a outra na esperança de que conseguiriam encontrar melhores oportunidades, todavia quando chegam às regiões de cultivo de cana o que encontram é completamente diferente do esperado.

### **Cana-de-açúcar**

Foi na primeira metade do século em que os portugueses chegaram ao Brasil que o nobre e militar Martim Affonso de Souza trouxe a cana-de-açúcar para o Brasil e deu início ao seu cultivo na Capitania de São Vicente, onde ele fundou o primeiro engenho de açúcar do país (MACHADO, 2004). Mas foi na região nordeste onde se verificou a maior receptividade para esse cultivo, uma vez que a cana conseguiu se desenvolver bem no solo e se adaptar ao clima. Dada essa alta adaptação da cana-de-açúcar para com a região nordeste o grande apreço dos europeus pelo açúcar e outros produtos originários da cana, fez se necessário uma intensificação da produtividade, de forma que fosse possível atender as demandas e aumentar a geração de riquezas para os proprietários dos engenhos (PREVITALI; FRANÇA; FAGIANI, 2012).

Como passar dos anos o Brasil começou a realizar um monopólio na produção do açúcar, Portugal e a Holanda foram os países que mais se beneficiaram com tal, uma vez que realizaram toda a comercialização e ficam com os lucros. A Europa foi se tornando cada vez mais rica com os minérios extraídos do Novo Mundo e concomitantemente consumia ainda mais açúcar e as cidades brasileiras como Salvador e Olinda progrediam (MACHADO, 2004).

Diante das altas demandas do mercado externo por açúcar e derivados da cana, foi que os portugueses optaram pela utilização de trabalho escravo para seu cultivo o que perdurou por mais de três séculos, tornando-se assim a base da força de trabalho necessária para a efetivação dos engenhos e por consequência um elemento fundamental da sociedade escravista brasileira (PREVITALI; FRANÇA; FAGIANI, 2012).

As relações de trabalho no processo produtivo no setor canavieiro brasileiro pode ser dividido em quatro fases ao longo dos anos vejamos a seguir: primeira desrespeito a fase de introdução da cana-de-açúcar no Brasil em seu período colonial indo até as proximidades do Brasil imperial, essa fase se caracteriza pela intensificação do trabalho escravo. A segunda fase passa pela mudança do modo de produção manufatureiro dos engenhos para a produção industrial tendo como principal característica os engenhos centrais, essa fase vai do final do século XIX até o início do século XX. Já na terceira fase temos a intensificação maciça da industrialização do Brasil, essa fase durou dos anos de 1930 até 1970. Por fim temos a quarta fase que se origina no final do século XX, essa fase é caracterizada pela inserção de tecnologias nos processos produtivos e associada a reestruturação produtiva do capitalismo, temos a transferência do trabalho exercido por pessoas para as máquinas (NASCIMENTO, 2012).

Sendo cultivada em mais de 100 países ao redor do mundo a cana-de-açúcar corresponde a umas das culturas mais importantes do mundo, sendo responsável por uma grande parte da mão de obra rural nos países em que é cultivada. No Gráfico 1 é possível observar que cerca de 80% da produção da mesma seta centralizada em apenas dez países. Além disso, os dois maiores produtores, Brasil e Índia respectivamente, corresponderem a mais de 50% da cana-de-açúcar que é produzida em todo o mundo (NOVACANA, 2017).



Gráfico 1

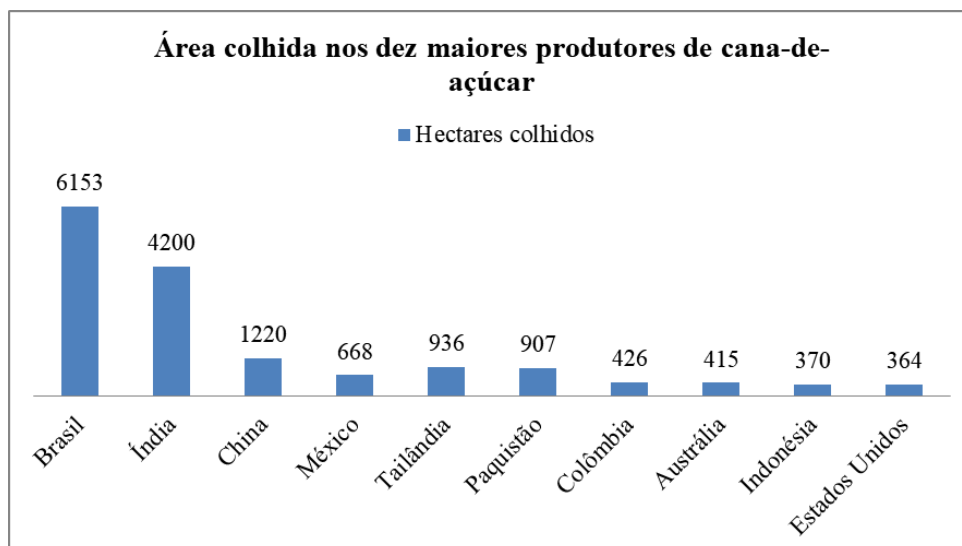


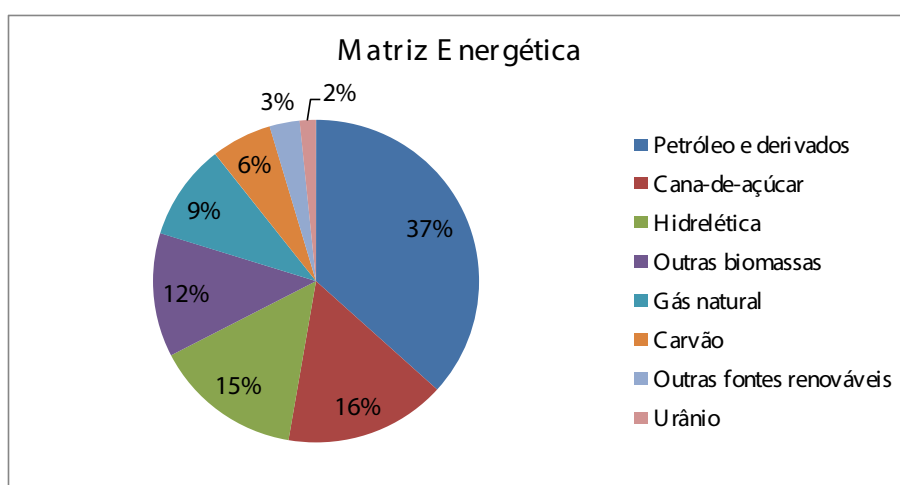
Gráfico elaborado pelos autores com base em dados disponíveis em Novacana (2017) referentes ao ano de 2008.

Nos últimos anos, o mundo tem voltado à atenção para a produção do etanol combustível extraído da cana-de-açúcar devido à busca de fontes alternativas de combustível devido à insegurança sobre a produção futura de petróleo e questões ambientais envolvendo o aquecimento global.

De acordo com Duarte (S/d) nosso país tem ganhado grande destaque no que tange a produção de etanol e álcool, tendo a possibilidade de algum dia se tornar uma das maiores potenciais no setor energético do mundo.

A seguir podemos ver o Gráfico 2, elaborado pela ÚNICA (2017), onde é apresentado a matriz energética do Brasil, no mesmo é possível identificar que em nosso país temos 8 fontes energéticas principais. Sendo que o petróleo e seus derivados representam 37% desse percentual, sendo seguido pela cana-de-açúcar com 16%; hidrelétricas 15%; outras fontes de biomassas 12%; gás natural correspondente a 9%; carvão 6%; outras fontes renováveis 3% e cerca de 2% em urânio. Essa perspectiva nos mostra o quão relevante o setor sucroalcooleiro é para a produção de energia em no Brasil, sendo assim um setor de uma movimentação monetária altíssima.

Gráfico 2

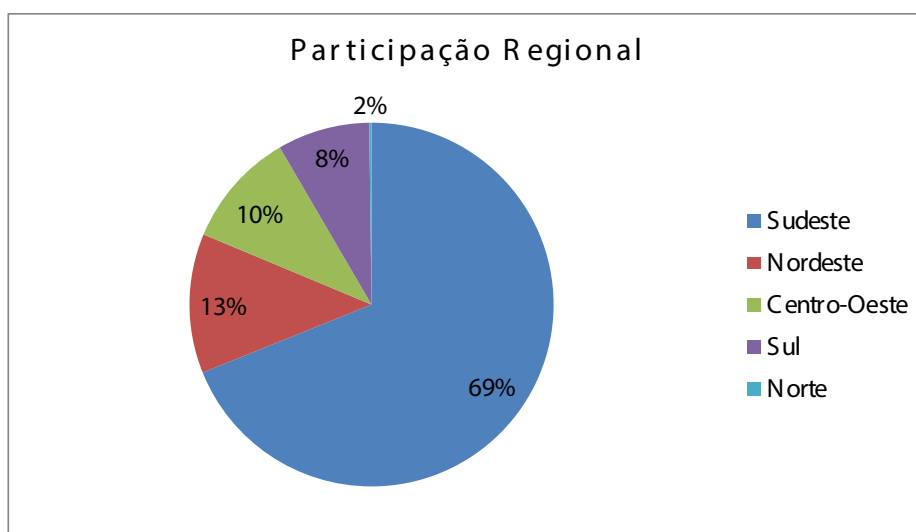


Fonte: UNICA, 2017.

Só no ano de 2013 o as exportações do setor sucroalcooleiro renderam cerca de R\$30 bilhões de acordo com dados do Barros (2014), e de acordo com a UNICA (2012) as projeções de rentabilidade em exportações para o ano de 2020 giram em torno de US\$ 26 bilhões. Tais dados evidenciam o quão atraente esse setor é para o capitalismo especulativo e sobretudo faz dele um setor de grande interesse para as políticas neoliberais que veem nas exportações, expansão para novos mercados e na entrada de multinacionais no Brasil como as medidas que efetivamente irão garantir estabilidade econômica e melhorias para a sociedade.

Como podemos ver no Gráfico 3, fornecido pela ÚNICA (2017), mais da metade da produção de cana-de-açúcar em nosso país esta concentrada na região sudeste sendo esta responsável por 68,8% da produção; a região nordeste ocupando o segundo lugar com 12,4%; a região centro-oeste com 10,3% sendo assim o terceiro lugar; a região sul com 8,2% em quarto lugar e por último temos a região norte que corresponde a produtividade de 0,2%.

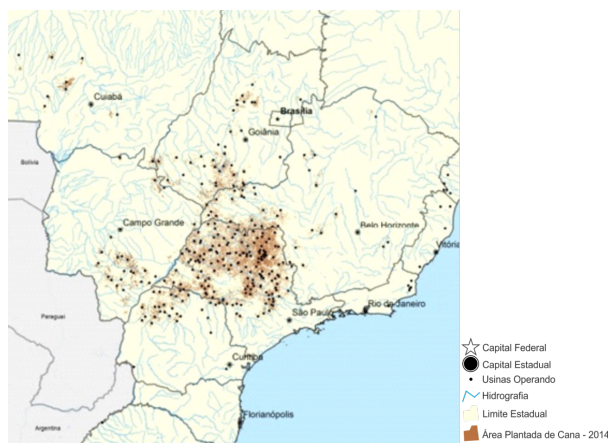
Gráfico 3



Fonte: UNICA 2017

Como visto anteriormente, a região sudeste é a maior produtora de cana-de-açúcar em nosso país. Na Figura 1, é possível observar o mapa com a distribuição geográfica das usinas bem como as áreas de plantio do ano de 2014.

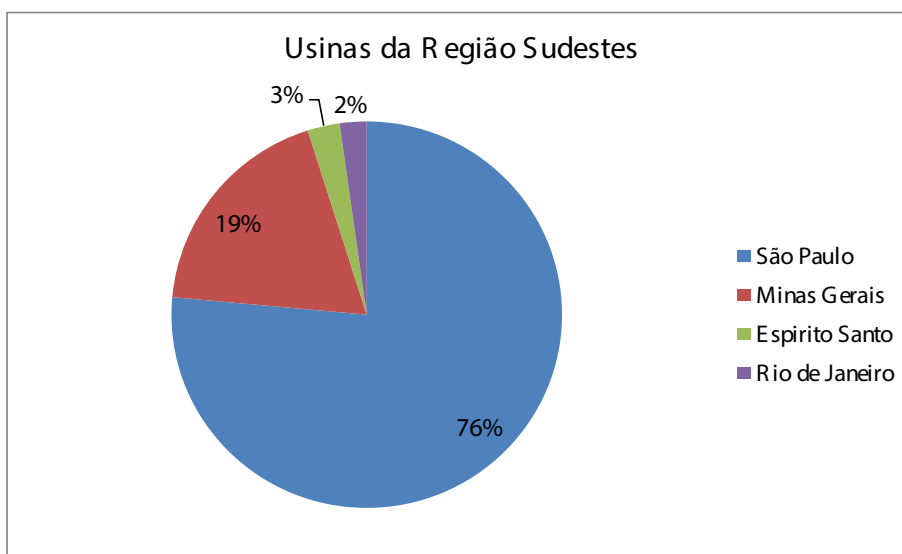
Figura 1



Fonte: INPE, 2012.

No total de acordo com dados da NovaCana (2017), a região Sudeste possui cerca de 225 usinas de açúcar e álcool e se distribuem em seus quatro estados conforme pode ser observado no Gráfico 4 abaixo. Respectivamente os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro possuem 172; 42; 6 e 5 usinas cada.

Gráfico 4



Fonte: NovaCana, 2017

Como foi elucidado nos parágrafos superiores a agroindústria da cana-de-açúcar desempenha um papel importante em nosso país desde períodos coloniais, atualmente sendo responsável por uma alta rentabilidade e pela produção de energia para o país. Sabendo disso, fica evidente que tal setor, assim como tantos outros, é vítima de conflitos e contradições inerentes ao capitalismo, sendo a maior delas a luta de classes entre o proletariado e os donos dos meios de produção.

### Legislação

O combate ao trabalho escravo no Brasil, remota a mais de 130, sendo consolidado com assinatura da Lei Aurea em maio de 1888. Deste momento histórico até hoje, nosso país conseguiu grandes avanços em sua legislação, ressaltando-se a Consolidação das Leis do Trabalho de 1943 e a Constituição da República Federativa do Brasil, sendo essas importantes conquistas dos trabalhadores brasileiros.

Nos últimos anos muito tem se falado sobre o trabalho análogo a escravidão, seja por movimentos que buscam o combate dessas praticas ou então por modificações legislativas que questionam a tipificação acerca desse tema, tendo ambas as abordagens, ganhado amplo destaque em meios de comunicação (TRABALHO... 2010) (SENADO, 2014) (COSTA, 2016) (FREITAS, 2016) (PROJETO... 2017).

De acordo com um levantamento feito pela CTP, nos últimos três anos o Brasil tem tomado atitudes que podem estar nos levando a uma regressão para com as práticas de combate ao trabalho escravo (XAVIER PLASSAT, 2017).

No ano de 2014 tivemos a suspensão da publicação da Lista Suja daqueles empregadores que são flagrados usando de trabalho escravo, tal feito se deu pelas fortes pressões que grandes empresários fizeram no governo, o ano seguinte foi marcado por disputas dentro do congresso para a provação de uma modificação na legislação que visa retirar os termos jornada exaustiva e condições degradantes como características de trabalho escravo (XAVIER PLASSAT, 2017).

Por fim no ano de 2016, o Brasil recebe uma condenação inédita na Corte Interamericana de Direitos Humanos, de negligência no combate ao trabalho escravo, essa condenação refere-se ao caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde contra o Estado Brasileiro protocolada em 1998, envolvendo 12 ocorrências de trabalho escravo num período de 10 anos onde 300 trabalhadores foram aliciados (XAVIER PLASSAT, 2017).

Na Tabela 2 pode-se ver uma série de acontecimentos os quais o Brasil vem passando, que dão notoriedade às questões relacionadas ao trabalho escravo, sejam situações em que caminhamos para a erradicação desse crime ou então situações em que retrocedemos.

**Tabela 2**

| <b>LINHA DO TEMPO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL</b> |   |
|---|---|
| <b>ANO</b>  | <b>ACONTECIMENTO</b>  |
| <b>1995</b>   | Brasil reconhece diante da Organização das Nações Unidas a existência de trabalho escravo.  |
| <b>1997</b>   | Grupo Especial de Fiscalização Móvel foi criado, sendo responsável por visitar locais denunciados e libertar trabalhadores.   |
| <b>2002</b>   | Medida provisória que garante seguro-desemprego aos trabalhadores libertos de situação análoga à escravidão é aprovada.   |
| <b>2003</b>   | A chamada Lista Suja, cadastro com nomes de empregadores flagrados usando trabalho escravo é criada. Artigo 149 do Código Penal passa a incluir uma nova definição para trabalho análogo a escravidão, tendo como definição: trabalho forçado, servidão por dívidas, jornada exaustiva e condições degradantes. |
| <b>2010</b>   | Conselho Monetário Nacional proíbe empresas que fizeram uso de trabalho escravo de contratar crédito rural.   |
| <b>2012</b>   | Assembleia Legislativa no estado de São Paulo aprova lei que caça o registro das empresas que utilizem de trabalho escravo e proíbe sócios de abrirem novas empresas do mesmo setor num período de 10 anos.   |
| <b>2014</b>   | PEC 81 é aprovada, propriedades rurais e urbanas onde houver flagrante de trabalho escravo passam a ser confiscadas. Lista Suja é suspensa pelo Supremo Tribunal Federal.   |
| <b>2015</b>   | Lista Suja volta a ser publicada seguindo por amparo da Lei de Acesso à Informação. Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprova projeto de lei que solicita mudança na definição de trabalho escravo.   |
| <b>2016</b>   | Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados analisa outro projeto de lei que visa mudança na definição de trabalho escravo.   |

Quadro elabora com base em dados de (ENTENDA... 2016).

Como é possível perceber o Brasil conseguiu grandes avanços no que tange a erradicação ao trabalho escravo, todavia, nos últimos anos esses avanços têm dado lugar a mobilizações que visam uma reinterpretação de trabalho escravo, situação esta que pode dar precedente para o aumento de casos de trabalho escravo.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente artigo em sua fase inicial teve como atividade principal a revisão bibliográfica, realizada por meio de um levantamento teórico em periódicos, sites, revistas e pesquisas relacionadas ao tema. Verificam-se como principais fontes de dados a Comissão Pastoral da Terra, a União das Indústrias de Cana-De-Açúcar, além de associações de classe.

Para realizar a análise dos dados coletados foi utilizada a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2010), é um conjunto de técnicas de análise da comunicação que utilizando de procedimentos sistemáticos

e objetivos da descrição do conteúdo presente nas mensagens, permite a compreensão do conhecimento presente nestas e nas condições em que foram desenvolvidas.

Os dados foram analisados seguindo uma abordagem qualitativa, que, para Sampieri, Collado e Lúcio (2013), consiste na realização da coleta dos dados sem a utilização de intermédios numéricos, facilitando assim o aperfeiçoamento das indagações da pesquisa durante o percurso de interpretação.

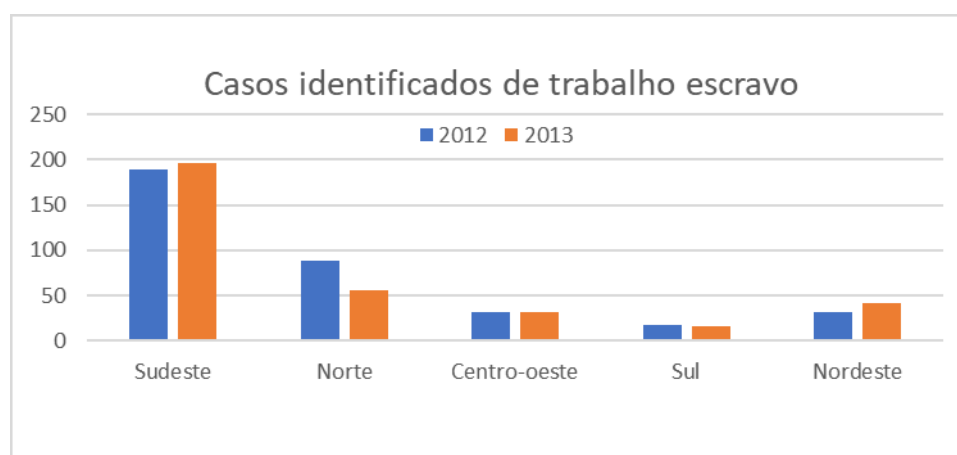
## RESULTADOS

Dentro dessa perspectiva quando analisamos mais de perto as bases da cadeia produtiva da cana-de-açúcar, ou seja, a colheita da mesma deparamo-nos com a realidade de um setor que por mais rentável, grandioso e tecnológico que seja ainda se utiliza de trabalho análogo à escravidão, como poderemos ver a seguir.

Existem diversos ramos do setor rural em que o trabalho análogo a escravidão ainda se faz presente. A criação de bovinos, cultivo de cana-de-açúcar, a produção de carvão vegetal e o cultivo de café, são algumas atividades que fazem com que as fazendas em São Paulo, Minas Gerais e outros estados, sejam autuados por apresentarem esse tipo de violação às leis trabalhistas.

Prova de que o trabalho análogo à escravidão se faz presente ainda nos dias de hoje, são os recorrentes casos que são identificados como podemos ver nos dados apresentados pela CPT (2014) referente aos anos de 2012 e 2013 como pode ser visto no Gráfico 5.

Gráfico 5



Fonte: CPT, 2014.

Como podemos ver a região sudeste é a que apresenta o maior número de casos identificados de trabalho análogo à escravidão, ademais outro fator alarmante é que a região sudeste e a região nordeste tiveram um aumento de 4,06% e 26,19% respectivamente na identificação de casos de trabalho análogo a escravidão.

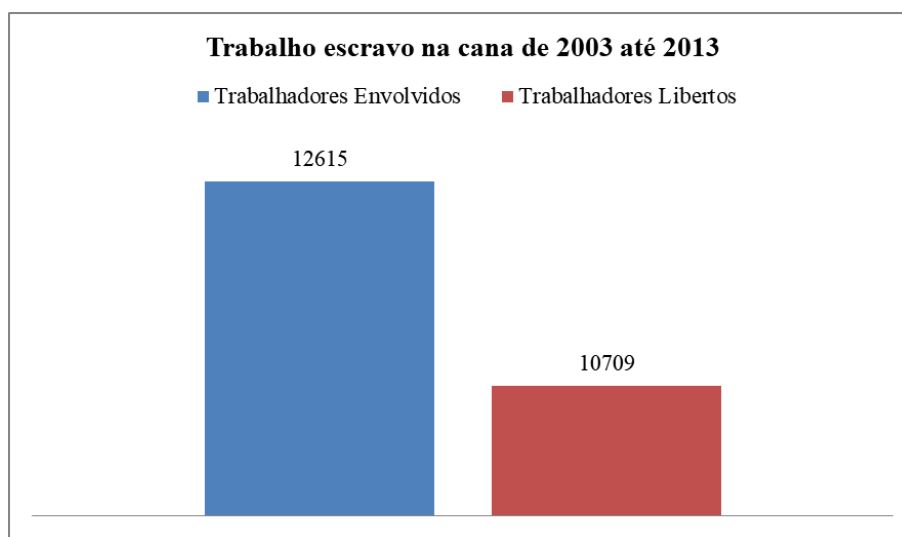
Além do crescente fator econômico relacionado ao setor sucroalcooleiro, as questões sócias relacionadas ao mesmo têm ganhado destaque, sobretudo pela divulgação da chamada “Lista Suja” publicada pelo Ministério do Trabalho, na qual são apresentadas as usinas e fazendas onde o trabalho análogo à escravidão é encontrado (SPECIAN E FIGUEIREDO, 2010).

Por servir de base para introdução e intensificação do cultivo da cana no Brasil, o trabalho escravo, tem papel central nessa indústria. Mesmo após a abolição da escravatura e com a consolidação das leis trabalhistas em 1943, o trabalho análogo escravo na agroindústria canavieira continuou a ainda hoje é utilizado (NASCIMENTO, 2012).



A CPT (2014) fornece um dado muito relevante para a comprovação de que o trabalho análogo à escravidão é largamente utilizado dentro do setor canavieiro, como é mostrado no Gráfico 6, a baixo, onde podemos ver o número total de trabalhadores envolvidos com o trabalho escravo e o número de trabalhadores libertos do ano de 2003 até 2013.

Gráfico 6



Fonte: CPT, 2014.

Cabe ressaltar que nos últimos anos quatro anos, sobretudo após o início das discussões concernentes ao projeto Lei do Senado 432 de 2013, as discussões acerca da modificação do que se caracteriza como trabalho análogo a escravidão tem se intensificado.

São muitos os posicionamentos no que diz respeito a essa proposta, tanto favoráveis que buscam a revisão da legislação para determinar-se e reduzir-se quais são especificamente as condições que caracterizam trabalho análogo à escravidão em nosso país, bem como posições opositoras ao projeto que veem nele um meio para propagação da impunidade daqueles que se utilizam de trabalho escravo e também uma forma de retroceder as conquistas para a erradicação desse tipo de pratica (FREITAS, 2016).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo o Brasil sendo um dos países considerados como referência na produção de cana-de-açúcar e na exportação da mesma e de seus derivados e pela alta tecnologia empregada nesse setor, evidencia-se que este, mesmo sendo um dos mais rentais para nossa economia ainda se utiliza de condições degradantes de trabalho. Cabe dizer também que as distinções da velha escravidão colonial para o atual trabalho análogo a escravidão culmina em um constrangimento tão grande ou até mesmo superior àquele existente no passado, uma vez que na atualidade o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho ao preço que é estipulado pelo proprietário dos meios de produção.

Outra perspectiva interessante sobre o trabalho análogo à escravidão no setor sucroalcooleiro se mostra ao confrontarmos os altos investimentos tecnológicos que o setor recebe e a região onde se verifica o maior número de incidência de casos identificados de trabalho análogo à escravidão evidenciando assim mais uma clara contradição, onde tais investimentos não se refletem em melhorias na qualidade de trabalho para os funcionários que efetivamente garantem que a cadeia continue sendo abastecida.

Por fim observam-se nos últimos anos crescentes discussões relacionadas a modificações na legislação para que haja uma reformulação do conceito de trabalho análogo à escravidão.

Tais acontecimentos evidenciam a clara preocupação dos órgãos legisladores pela suposta desambiguação sobre o conceito de trabalho escravo e pela perpetuação da legislação vigente. Diante disso, vesse uma clara mobilização dentro do poder legislativo orientado aos interesses dos burgueses e antagônicos aos dos trabalhadores, fato que leva nosso país a retroceder nas conquistas do proletariado evidenciando ainda mais a importância da luta de classes.

## REFERÊNCIAS

---

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, Coleção Primeiros Passos.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2010. 281p.
- BARROS, Carlos Juliano. Repórter Brasil. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. 2014. Disponível em: <[http://www.es-cravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Folder\\_Sucroalcooleiro\\_web\\_baixa.pdf](http://www.es-cravonempensar.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Folder_Sucroalcooleiro_web_baixa.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BRASIL, Agência. **Projeto de lei que altera conceito de trabalho escravo é um retrocesso social, afirma MPF em nota técnica**. 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/01/26/projeto-de-lei-que-altera-conceito-de-trabalho-escravo-e-um-retrocesso-social-afirma-mpf-em-nota-tecnica/>>. Acesso em: 04 abr. 2017.
- COSTA, Camilla. **Por que Brasil parou de divulgar 'lista suja' de trabalho escravo tida como modelo no mundo?** 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-38386804>>. Acesso em: 07 mar. 2017.
- CPT - Comissão Pastoral Da Terra. Síntese estatística (provisória 1, em 30/12/2013): Campanha da CPT contra o trabalho escravo. Goiânia, 28 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/1900/S%C3%ADntese%20estat%C3%ADstica%20do%20TE%202013-%20%20ATUALIZADA%20em%2031.01.2014%20Copy.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2017.
- DUARTE, Guilherme José; OLIVEIRA, Virgínia Célia de Barros. **Trabalho no corte da cana-de-açúcar e as condições de vida relevante no processo Saúde/Doença dos trabalhadores**. Superintendência de Vigilância em Saúde. S/d.
- ENTENDA o projeto de Lei que pretende mudar a definição de trabalho escravo no Brasil e nos ajude a lutar contra o retrocesso. 2016. Disponível em: <<https://www.clinicatrabalhoescravo.com/single-post/2016/05/01/Entenda-o-projeto-de-Lei-que-pretende-mudar-a-definicao-de-trabalho-escravo-no-Brasil-e-nos-ajude-a-lutar-contra-o-retrocesso>>. Acesso em: 19 maio 2017.
- FREITAS, Ana. **O trabalho escravo é uma realidade. Mas as punições, não**: Apesar das políticas públicas de combate ao trabalho escravo reconhecidas internacionalmente, especialistas temem que legislação caminhe para um retrocesso. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/04/12/O-trabalho-escravo-e-uma-realidade.-Mas-as-punicoes-nao>>. Acesso em: 04 maio 2017.
- FREITAS, Ana. **O trabalho escravo é uma realidade. Mas as punições, não**. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/04/12/O-trabalho-escravo-e-uma-realidade.-Mas-as-punicoes-nao>>. Acesso em: 24 mar. 2017.
- INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **Monitoramento da cana-de-açúcar via imagens de satélite** - CANASAT. 2012.
- MACHADO, Fulvio de Barros Pinheiro. Brasil, a doce terra – História do Setor: Disponível em: [https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia\\_da\\_cana\\_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf](https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/historia_da_cana_000fhc62u4b02wyiv80efhb2attuk4ec.pdf). Acesso em: 11 de maio de 2017 às 09:40hs.
- NASCIMENTO, Manoel Nelito. Relações de produção e qualificação da força de trabalho na agroindústria canavieira. In: PREVITALI, Fabiane Santana et al (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 165-182.
- NOVACANA. **A produção de cana-de-açúcar no Brasil (e no mundo)**. Disponível em: <<https://www.novacana.com/cana/producao-cana-de-acucar-brasil-e-mundo/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- NOVACANA. **Usinas de Açúcar e Alcool na Região: Sudeste**. Disponível em: <<https://www.novacana.com/usinas-brasil/sudeste/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.
- PREVITALI, Fabiane Santana; FRANÇA, Robson Luiz de; FAGIANI, Cilson César. Trabalho e reestruturação produtiva na agroindústria sucroalcooleira. In: PREVITALI, Fabiane Santana et al (Org.). **Trabalho, educação e reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 2012. p. 145-164.
- REPÓRTER BRASIL. **Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema**. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- SAMPIERE, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernández; LÚCIO, María del Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013. 624 p.

SENADO, Agência. **Parlamentares aprovam regulamentação de lei sobre trabalho escravo**. 2014. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/parlamentares-aprovam-regulamentacao-de-lei-sobre-trabalho-escravo/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

SPECIAN, Valdir; FIGUEIREDO, Mário Augusto Guerzoni. O Setor Sucroalcooleiro e os Indicadores da Rede de Agricultura Sustentável para o Trabalho no Corte da Cana: uma possibilidade de aplicação. In: V Encontro Nacional ENANPPAS. Florianópolis, 2010.

TRABALHO escravo faz parte da realidade urbana e rural do Brasil. 2010. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/especiais/joao-cidadao/trabalho-escravo-faz-parte-da-realidade-urbana-e-rural-do-brasil-0c5sitropv3ns9hs288ophcni>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

TURCI, Érica. **História da escravidão: Exploração do trabalho escravo na África**. 2010. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia/historia-da-escravidao-exploracao-do-trabalho-escravo-na-africa.htm>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

UNICA - União Da Indústria De Cana-De-Açúcar. (São Paulo). **Mapa da Cana-de-Açúcar Brasil: etanol - açúcar - bioeletricidade**. Disponível em: <[www.unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=29924509](http://www.unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=29924509)>. Acesso em: 25 ago. 2017.

UNICA - União Da Indústria De Cana-De-Açúcar. **Cenário e Desafios para a Expansão do Setor Sucreenergético**. 2012. Disponível em: <<http://www.unica.com.br/download.php?idSecao=17&id=9673243>>. Acesso em: 24 maio 2017.

XAVIER PLASSAT. Comissão Pastoral da Terra. **2017: Pode o Brasil permanecer referência no combate ao trabalho escravo?** 2017. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/3554-2017-pode-o-brasil-permanecer-referencia-no-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

# O TRABALHADOR POR PLATAFORMA DIGITAL COM BASE NA WEB E O DIREITO DO TRABALHO

Andrea Cristina Martins

Doutora em Ciências Sociais Aplicadas. Professora universitária. Advogada. Andreamartins2004@hotmail.com

**Resumo:** O presente artigo tem por escopo o estudo do trabalhador por plataforma digital com base na web e a regulação laboral desses trabalhadores no Brasil. A pesquisa aponta a ausência de regulação específica para essa relação de trabalho, a utilização da figura do trabalhador autônomo no sistema jurídico a partir do discurso neoliberal de flexibilidade e desproteção ao trabalhador, e a precarização do trabalho. Para tanto, foi utilizada a perspectiva do Materialismo Histórico e do Método Dialético para responder aos questionamentos sobre essa forma de trabalho. A pesquisa realizou uma revisão bibliográfica, com análise de documentos, legislação e doutrina jurídica. Destaca-se assim a importância do Direito do Trabalho na busca pela proteção ao trabalhador, no equilíbrio das relações assimétricas de trabalho e na construção de uma justiça social.

**Palavras-chave:** Plataforma Digital com Base na Web. Direito do Trabalho. Precarização. Regulamentação.

## INTRODUÇÃO

O artigo trata sobre a relação entre o desenvolvimento tecnológico e o surgimento de novas formas de trabalho, em específico com o trabalho através de plataformas digitais com base na *web* e a regulação laboral desses trabalhadores no Brasil.

As mudanças tecnológicas estão cada vez mais presentes na sociedade, no mundo do trabalho e em nossas vidas. Em cada aspecto da vida humana a tecnologia começa a se inserir. Não há mais como pensar a sociedade, sua estrutura e seus problemas sem pensar em tecnologias.

E o mundo do trabalho? É possível visualizar como será no ano de 2050? Para Harari (2018) não é possível ter uma ideia de como será o mercado de trabalho em 2050 em virtude do avanço tecnológico, em especial, da incorporação da inteligência artificial nos processos produtivos.

Para Harari (2018) o ser humano é dotado de dois tipos de habilidades: a física e a cognitiva. Na disputa com as máquinas, em especial, após a Revolução Industrial, o ser humano competia de forma mais direta com suas habilidades físicas; mas agora as variadas tecnologias, inteligência, em específico, a inteligência artificial está começando a superar os humanos também nas habilidades cognitivas de aprender, analisar, comunicar e até compreender as emoções.

Apesar de parecer muitas vezes tão distante, as tecnologias incorporadas no mundo do trabalho já são uma realidade para muitos trabalhadores. Para Pereira Filho (2020) as mudanças tecnológicas, possibilitam a criação de novas formas de trabalho, criando novas estruturas organizacionais e novas maneiras de organizar o trabalho, propiciando vínculos de trabalho flexíveis e a contratação de profissionais via plataformas digitais. Compartilha desse entendimento, Oliveira, Assis, Costa (2019, p. 255) ao afirmar que ao mesmo tempo que a tecnologia potencializa o “surgimento de novas relações de trabalho, fomentando o desenvolvimento das múltiplas tarefas demandadas socialmente, criando novas ocupações em um cenário de recorrente desemprego”, também fragiliza a proteção dos novos contratos laborais.

Muito se tem debatido sobre os empregos que serão substituídos, ou deixaram de existir, em virtude das novas tecnologias, ao mesmo tempo, novos empregos, novas formas de trabalho e novas profissões estão e estarão surgindo em conjunto com as novas tecnologias, o presente trabalho analisa uma dessas novas formas de trabalho no contexto brasileiro. Buscando responder a algumas questões como: O que é o trabalho por plataforma com base na *web*? Há regulação na legislação nacional sobre o trabalho nessas plataformas? Há proteção aos trabalhadores nelas? O trabalho nessas plataformas digitais é precário?

A presente pesquisa tem por objetivo geral investigar o trabalho por plataforma digital com base na *web* no Brasil pela perspectiva da legislação trabalhista. O primeiro objetivo específico é analisar a legislação trabalhista nacional sobre o tema, verificando-se a existência, ou não, de proteção a esses trabalhadores. O segundo objetivo específico é verificar o papel do Direito do Trabalho na proteção aos trabalhadores por plataformas digitais.

Para tanto, será realizada pesquisa bibliográfica, com análise de documentos, legislação e doutrina jurídica. A metodologia para a realização dessa pesquisa empregará a perspectiva epistemológica utilizando-se do Materialismo Histórico com a qual buscou-se “responder como o conhecimento é produzido (construído, obtido, desenvolvido), organizado, sistematizado e transmitido (explicitado, divulgado, exposto)” (FARIA, 2015, p. 60).

O método utilizado será o método dialético, entendendo-o conforme Faria (2015, p. 58) como o “[...] procedimento epistemológico, na medida em que ele define como o conhecimento é produzido.” (FARIA, 2015, p. 58).

A definição dessa abordagem epistemológica e metodológica se deu objeto de estudo que é dado pelo movimento do real, o mundo do trabalho como um todo está em permanente construção, sem necessário buscar a compreensão das diversas determinações que interferem no real. Assim, entendido por Marx (1982, p. 14): “O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade.” Desta forma, o emprego do Materialismo Histórico permitirá analisar a realidade dentro de seu processo de formação histórica que, de forma não estática, mas enquanto um movimento no qual devem ser encadeadas as relações.

Sobre o método dialético, há a possibilidade de permitir ao pesquisador ir além da aparência e buscar a essência do objeto pesquisado através da captura da estrutura e sua dinâmica, realizando uma síntese, o pesquisador reproduz no plano ideal a essência do objeto pesquisado. (PAULO NETTO, 2011).

A partir da utilização do método dialético e do Materialismo Histórico, uma categoria foi central: o trabalho. A categoria trabalho foi compreendida a partir de uma perspectiva teórica compreendendo o trabalho como fundante na sociedade capitalista e na relação com o capital, formando um nexu conflituoso.

## **O TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS**

---

O trabalho por plataformas digitais, de acordo com a OIT (2020) surge nos anos 2000 como consequência do desenvolvimento da internet e da necessidade da melhoria das indústrias baseadas na *web*.

Nas últimas quatro décadas, o avanço da tecnologia tem provocado mudanças profundas nas características do trabalho e a recente evolução das áreas de inteligência artificial, comunicação e computação quântica sugere que nas próximas décadas tais transformações serão ainda mais profundas. (PEREIRA FILHO, 2020, p. 22).

Para Tapscott e Williams (2007) as empresas do século XXI são definidas por quatro princípios: a abertura, o *peering*, o compartilhamento e a ação global. Ser uma empresa aberta, significa que suas fronteiras são permeáveis as ideias e ao capital humano externo, tendo um desempenho superior ao próprios recursos e capacidades externos. O *peering* é “uma maneira de produzir bens e serviços que depende totalmente de comunidades auto organizadas e igualitárias de indivíduos que se unem voluntariamente para produzir um resultado compartilhado.” (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007, p. 89). Essas atividades produtivas podem ser voluntárias, com o exemplo da Wikipédia e do Linux. O terceiro princípio é o compartilhamento, que é uma forma das empresas construírem ecossistemas empresariais dinâmicos construindo uma estrutura partilhada de tecnologia e conhecimento com vistas a intensificar o desenvolvimento e a inovação. E por fim, a ação global, as empresas devem não apenas conhecer o mundo onde atuam, mas agir de forma global, não ter fronteiras físicas ou regionais, ter capacidades globais (mão-de-obra, processos, plataforma



de TI) para intensificar a colaboração dentro da empresa e com seus parceiros externos. (TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007).

De acordo com Rocha e Oliveira (2020, p. 2) pode-se entender as plataformas digitais como: “modelo de negócio baseado em alta tecnologia, principalmente pela utilização de algoritmos, inteligência artificial e produção e análise de dados, bem típicas da sociedade contemporânea com seu processo de transformação digital.”

Os trabalhos por plataformas digitais *on-line* são conhecidos também pela expressão em língua inglesa, *crowdwork*, significando trabalho coletivo ou por multidão.

No ano de 2005, Jeff Howe utilizou pela primeira vez a expressão em língua inglesa, *crowdsourcing*, para designar a externalização do trabalho realizado por uma empresa, na modalidade de um convite aberto dirigido à uma multidão de trabalhadores através da internet. (OIT, 2020). “Como sugere a combinação das palavras *crowd* (multidão) e *outsourcing* (externalização), as origens do termo remetem diretamente para as motivações económicas das empresas que recorrem a esta forma de trabalho: mão-de-obra mais barata e a pedido.” (OIT, 2020, p. 3).

Para Fonseca (2020, p. 358) *crowdsourcing* é “a externalização produtiva para uma multidão de trabalhadores por meio de um chamado aberto com o uso da internet.”

De acordo com a OIT (2020) essa forma de contratação de trabalhadores tem vantagens para as empresas contratantes, podendo citar: a) em virtude de ter trabalhadores em vários fusos horários do planeta, a empresa pode finalizar seus trabalhadores a qualquer hora, mesmo porque muitos desses trabalhadores são de curta duração; b) Em virtude de ser uma multidão de trabalhadores as empresas contraentes podem processar grandes quantidades de dados em pouco tempo; c) são contratos de curto prazo, sem custos adicionais à empresa contratante; d) esses trabalhadores podem estar localizados em países onde o custo da mão de obra é mais barato, gerando uma economia para a empresa contratante.

Os benefícios apresentados aos trabalhadores, estão a grande facilidade do trabalho por plataformas digitais *on-line* devido a flexibilidade do trabalho, podendo-se trabalhar em qualquer lugar do planeta, em qualquer horário, podendo o trabalhador realizar seu serviço e entregá-lo ao contratante via internet, exercendo sua autonomia e liberdade, mesmo que essas duas características, como será analisado na sequência, fazem parte de um discurso ideológico. Dutra e Coutinho (2020) destacam outro atrativo das plataformas digitais, a propagação de inesgotáveis vagas, mesmo porque, essas organizações não têm custos com o cadastramento de novos trabalhadores. Nessa mesma percepção Cardoso, Artur e Oliveira (2020, p. 207) afirmam que “é propagandeada que há parceria, renda fácil, remuneração significativa, flexibilidade de horário, ausência de chefes e consequente autonomia no trabalho.”

Uma das determinações que fazem parte dessa conjuntura é a ideologia presente na disseminação sobre os benefícios do trabalho por plataformas digitais. No entanto, no campo da proteção laboral, há um retrocesso, haja visto que esses trabalhadores são autônomos, com trabalhos eventuais, com remuneração flexível e a atuação das plataformas digitais, em sua maioria, não tem regulamentação nos países onde atuam, inclusive no Brasil.

O *crowdsourcing* tem no seu modelo de funcionamento, quatro elementos fundamentais: a) o cliente que solicita e define o serviço; b) a plataforma a qual o encaminha o serviço através de seu sistema operacional e gerencia o processo; c) a tarefa que é o serviço que será realizado, podendo ser classificadas de diversas formas, a mais comum é a micro tarefa, posto que o cliente divide o serviço em múltiplas partes, para poder ser realizada de forma rápida e por um grande número de trabalhadores<sup>1</sup>; e d) a multidão que realiza o trabalho e que é composta por uma diversidade de trabalhadores, separados geograficamente e culturalmente, falando línguas diferentes, com escolaridade, experiências diversas, além de distinções. (ZANATTA, 2018). Há uma pluralidade de tipos de tarefas ofertadas nas plataformas digitais com base na *web*, sendo que o

---

1 Em sua tese de doutoramento Zanatta (2018) apresenta recomendações para trabalhadores na multidão superarem barreiras em projetos de *software crowdsourcing*.

reflexo das atividades retrata também a diversidade de trabalhadores, Pereira Filho (2020, p. 53) constatou em seu estudo que:

Assim, os profissionais que gozam de alta autonomia e baixa dependência da plataforma tendem a construir identidades mais associadas a conceitos de empreendedorismo, liberdade de ação e auto realização, enquanto profissionais com baixa autonomia e grande dependência das plataformas tendem a construir identidades que são mais associadas ao trabalhador temporário ou subempregado.

Sobre o trabalho executado por via das plataformas digitais:

O *crowdsourcing* utiliza a capacidade criativa, a inteligência coletiva e a heterogeneidade desses indivíduos para a realização das tarefas solicitadas pelos clientes, que são disponibilizadas por meio de diversas plataformas existentes. Cada trabalhador na multidão pode realizar a tarefa de forma individual ou coletiva, tendo a iniciativa de selecionar as tarefas que deseja realizar, de acordo com suas necessidades e interesses pessoais. (ZANATTA, 2018, p. 37).

As plataformas digitais podem assumir dois formatos: com base na *web* e plataformas locais. As plataformas digitais baseadas na *web*, constituem-se por tarefas dirigidas a pessoas específicas. Podendo as tarefas serem direcionadas a mercados de trabalho *freelance* (por exemplo: Upwork), execução de micro tarefas (por exemplo: AMT) ou trabalhos criativos baseados em concursos (por exemplo: 99designs). As plataformas digitais também podem funcionar a partir de plataformas locais, dirigidas a multidão de pessoas para a realização das tarefas específicas de cada plataforma, podendo ser divididas em: alojamento (por exemplo: Airbnb); transporte (por exemplo: Uber); entregas (por exemplo: Deliveroo); serviços domésticos (por exemplo: Taskrabbit) e micro tarefas locais (por exemplo: Streetspotr). (OIT, 2020).

Antunes (2018) faz uma análise crítica dessa expansão do setor de trabalho *on-line*, através de plataformas e aplicativos, afirmando ser uma estratégia dessas empresas de invisibilização, além da expansão da precarização do trabalho, com a perda de direitos trabalhistas. Apesar dessas empresas que atuam por plataformas e aplicativos, denominarem-se com expressões como “compartilhada”, “colaborativa”, a relação entre capital e trabalho permanece sendo uma relação de exploração. Para Beltrão (2019) essas não são boas terminologias, posto que pressupõem a gratuidade e colaborações em iguais condições, o que não ocorre no plano concreto, já que tais plataformas digitais são empresas capitalistas que visam o lucro. Assim, o verbo compartilhar seria um eufemismo para o verbo vender, já que o que ocorre na realidade objetiva é a venda da força de trabalho pelo trabalhador à empresa que se expressa como plataforma digital.

A Uber é outro exemplo mais do que emblemático: trabalhadores e trabalhadoras com seus automóveis, isto é, com seus instrumentos de trabalho, arcam com suas despesas de seguridade, com seus gastos de manutenção dos veículos, de alimentação, limpeza, etc., enquanto o “aplicativo” – na verdade, uma empresa privada global de assalariamento disfarçado sob a forma de trabalho desregulamentado- apropria-se do mais-valor gerado pelos serviços dos motoristas, sem preocupação com deveres trabalhistas historicamente conquistados pela classe trabalhadora. (ANTUNES, 2018, p. 34-35).

Desta forma, fica evidenciado que as plataformas digitais são organizações empresariais e que não estão descoladas da realidade objetiva, estando inseridas em setores econômicos, impactando-os a partir de sua atuação.

Desta forma, tem-se que o trabalho nas plataformas é, apesar das inovações tecnológicas envolvidas, uma continuidade da lógica capitalista que busca o lucro e, para tal, tenta resistir ou destruir as ações e instituições que se colocam como obstáculos, em termos de proteção social e trabalhista. E, como continuidade, ela acentua a precariedade a partir da ideologia da autonomia e de uma prática de intenso controle e dependência. (CARDOSO; ARTUR; OLIVEIRA, 2020. p. 226).

Assim, o Direito do Trabalho tem sofrido forte impacto do discurso neoliberal como um ramo do direito ultrapassado que precisa de profundas reformas em virtude das amplas mudanças tecnológicas no mundo do trabalho. “Quando o tempo é utilizado como um dispositivo de poder, a idade da norma jurídica torna-se relevante, ainda que ela tenha sido constantemente renovada ao longo dos anos e esteja cumprindo sua função social.” (DUTRA; COUTINHO, 2020, p. 208).

Todos esses elementos, reforçam a importância da discussão sobre a regulação laboral como forma protetiva ao trabalhador em plataformas digitais.

## AS PLATAFORMAS DIGITAIS COM BASE NA WEB

---

O presente estudo, tem por escopo a análise do trabalhador por plataforma digital pela *web*.

De acordo com a OIT (2020) essas plataformas não são regulamentadas pelos Estados, há uma “auto-regulamentação” pelas próprias plataformas que definem suas políticas particulares de contratação: quais tarefas, quais horários, para quais trabalhadores serão dirigidas, a frequência do trabalho, prazos de entrega, formas de remuneração e de aceite do trabalho. “Essa situação é problemática, pois mesmo a plataforma mais bem-intencionada tem de dar prioridade aos seus interesses comerciais, sob pena de perder a sua quota de mercado para os concorrentes.” (OIT, 2020, p. 95).

Nesse sentido, esse processo de expansão incontrolável das tecnologias disruptivas nas relações laborais confronta o próprio sistema legal do ordenamento jurídico, uma vez que muitas plataformas digitais são desenvolvidas a partir de preceitos neoliberais guiados pela política de livre mercado. Tais preceitos são orquestrados de forma independente dos pressupostos principiológicos historicamente delineados pelo Direito do Trabalho, pois há uma forte tendência de desvirtuar os encargos patronais que contornam a própria natureza da relação empregatícia em prol da maximização de lucros devido ao barateamento da mão de obra. (BELTRÃO, 2019p.12).

O trabalho por plataformas digitais com base na *web*, apesar de serem uma oportunidade de trabalho, apresenta uma série de dificuldades para o trabalhador, podendo relacionar algumas delas: a) muitas vezes mal remunerado<sup>2</sup>; b) pouca comunicação entre o trabalhador e a plataforma e ou o cliente, o que dificulta o entendimento sobre o trabalho a ser realizado, gerando, algumas vezes injustiças e tratamento desmoralizador; c) as condições de trabalho definidas unilateralmente, d) não aceitação do trabalho entregue, ficando o trabalhador sem remuneração e muitas vezes sem justificativa da recusa do trabalho. (OIT, 2020).

Constata a OIT (2020) que como forma de melhorar as condições de trabalho, os trabalhadores têm se organizado coletivamente ou através de organizações de defesa dos direitos para buscar o cumprimento mínimo das regras de prestação dos serviços por parte das plataformas e dos clientes.

No que trata da realidade brasileira, de acordo com Pereira Filho (2020) é possível relacionar o crescimento das plataformas de trabalho à crise econômica e às altas taxas de desemprego, sendo que para muitos trabalhadores, que não encontram uma inserção formal no mercado de trabalho, o trabalho através das plataformas digitais passou a ser uma oportunidade imediata de gerar renda.

Pereira Filho (2020) em seu estudo fez um levantamento, não exaustivo, das plataformas digitais para trabalhadores autônomos<sup>3</sup>, que estão operando, são: Alstra, 99Freelas, Fiverr, Freelancer, GetNinjas, GigNow, Guru, Maturi Services, dentre outras.

No Brasil, não há ainda estatísticas oficiais da quantidade de trabalhadores que trabalham nas plataformas digitais com base na *web*. De acordo com o Projeto ILabour (2020) **que desenvolveu o índice de**

---

2 OIT Relatório tem um capítulo específico que trata da remuneração dos trabalhadores.

3 Como o autor denomina essas plataformas, no presente trabalho, optamos pela nomenclatura utilizada pela OIT (2020).

**mão de obra on-line**<sup>4</sup>, há poucos trabalhadores por plataformas digitais com base na *web*, nas demais Américas (2,1%) sendo os Estados Unidos da América com maior número de trabalhos nessa modalidade (42,8%).

Especificamente sobre o Brasil, o Projeto ILabour (2020) demonstra que as ocupações mais realizadas são: em primeiro lugar, os trabalhos criativos e de multimídia; em segundo lugar, as tarefas de desenvolvimento de software e tecnologia e; em terceiro lugar, as tarefas de escrita e tradução.

No que tange a análise da legislação brasileira sobre os trabalhadores por plataformas digitais pela *web*, estes são considerados trabalhadores autônomos, posto que se compreende que há autonomia na prestação de serviços, sem subordinação. Oliveira, Assis, Costa (2019, p. 256) reafirma o entendimento que “os trabalhadores destas plataformas são postos, sob o prisma formal-contratual, na posição jurídica de parceiros autônomos. São tidos como livres para se ativar ou desativar no horário de sua escolha.” Entretanto, destaca o autor, que apesar do enquadramento legal de autônomo, tais trabalhadores não têm a possibilidade de fixar o preço do serviço que irão prestar, nem de avaliar a plataforma digital, nem de recusar clientes, gerando questionamentos sobre essa autonomia e liberdade. Nesse diapasão, Oliveira, Assis, Costa (2019) destacam que no plano da realidade concreta há “um verdadeiro discurso de chantagem: baixo salário ou nada.”

No contexto do *crowdsourcing*, portanto, o trabalhador é duplamente aprisionado: pelo discurso da liberdade de ser ele mesmo um capitalista, tirando proveito das benesses de plataformas com as quais foi presenteado; e pela própria programação algorítmica que conduz cada um dos seus passos sem que ele perceba. O algoritmo, uma espécie de entidade que tudo controla, movimentando as peças humanas de modo a que atendam aos objetivos do capital. (FONSECA, 2020, p. 364).

Apesar dessa modalidade de trabalho se apresentar como nova, a novidade está apenas em seu aspecto exterior, posto que em sua essência, a relação de trabalho existente, não mudou, permanece uma relação conflituosa entre trabalho e capital.

## **A REGULAÇÃO LABORAL DO TRABALHO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS**

Para Beltrão (2019) a realidade concreta demonstra uma situação jurídica diferente da subordinação clássica, denominada de subordinação por algoritmo, posto que é claro o poder fiscalizatório das plataformas digitais através comandos pré-ordenados e mutáveis por aquele que comanda a prestação do serviço, além “do escancaramento de uma flagrante condição de hipossuficiência, nitidamente expressada nos baixos salários e extensas jornadas de trabalho. (OLIVEIRA, ASSIS, COSTA, 2019, p. 256).

Decorrente desse enquadramento legal, os trabalhadores por plataforma digital na *web* não estão protegidos pela legislação trabalhista, sendo o contrato de prestação de serviços um contrato regulado pelo Código Civil, a partir da paridade entre as partes. Para Beltrão (2019) a utilização do aparato legal mais flexível do Direito Civil, permite as empresas de plataforma digital esquivar-se da aplicação das leis protetivas do Direito do Trabalho. Dutra e Coutinho (2020, p. 206) compartilham do entendimento que o discurso neoliberal que fomenta o empreendedorismo como a melhor forma de trabalho, conjuga-se muito bem com as tecnologias que permitem a execução das plataformas digitais, e no campo jurídico apresenta-se “o discurso de que o prestador de serviço é um empresário autônomo, de modo que a relação entre a

---

4 Online Labor Index é o primeiro indicador econômico que fornece uma economia de gig on-line equivalente às estatísticas convencionais do mercado de trabalho. Ele mede a oferta e a demanda de mão de obra freelance on-line em vários países e ocupações, monitorando o número de projetos e tarefas em várias plataformas em tempo real. Os dados são construídos monitorando todos os projetos / tarefas postados nas cinco maiores plataformas de trabalho on-line em inglês, representando pelo menos 70% do mercado por tráfego. (PROJETO ILABOUR, 2020).

plataforma e o prestador deveria ser regida pelo Direito Civil.” Não se pode esquecer que a centralidade do Direito do Trabalho é a proteção a uma relação de trabalho assimétrica, por isso de sua relevância na busca por uma justiça social. Não é porque o trabalho foi alterado em sua aparência, que em sua essência ele também mudou, não, o trabalho através das plataformas digitais, continua sendo uma relação desigual entre a plataforma digital e o trabalhador, merecedor de proteção pelo Direito do Trabalho.

Dessa forma, defender os direitos fundamentais por vislumbrar uma relação tipicamente empregatícia expressa com roupagens distintas é ser capaz de ler que no fenômeno “novo”, há espaços de ruptura e também de continuidade em relação ao “velho”. Retrógrado seria, por incapacidade de compreender a complexidade do novo, deixa-se iludir por ele, permitindo que as relações do trabalho sejam conduzidas àquilo que há de mais superado: a exploração sem medida, a servidão e a degradação do trabalho humano. (DUTRA; COUTINHO, 2020 p. 212).

Cardoso, Artur e Oliveira (2020) destacam que tratar as plataformas apenas como algo novo, impede os atores de atuarem sobre os problemas de regulação que elas trazem para toda a economia, já que essas empresas estão inseridas em setores econômicos, influenciando-os a partir do exercício de sua atividade empresarial.

Para Oliveira, Assis, Costa (2019) o cenário contemporâneo das plataformas digitais encontra-se pouco consolidado em termos de classificação e doutrinas, as ideias de *gig economy*, *sharing economy* e trabalho sob demanda estão presentes na denominada economia digital, no entanto, há um descompasso com as regulações existentes na legislação, situando essas atividades em um campo da desregulação do Direito.

Nesse contexto, percebe-se um posicionamento favorável do próprio Estado acerca da legitimação das reformulações dos novos modelos de regime de trabalho. A própria expansão da prevalência do negociado sobre o legislado reflete essa postura, indo de encontro à essência protetiva do Direito do Trabalho, enquanto ramo jurídico finalisticamente dirigido ao aperfeiçoamento das relações de trabalho na sociedade contemporânea. (BELTRÃO, 2019. p. 11).

A ausência de regulamentação para essa relação de trabalho entre as plataformas digitais com base na *web* e a multidão, isto é, os trabalhadores, suscita a desproteção aos trabalhadores pelas normas constitucionais, trabalhistas e cíveis contidas no ordenamento jurídico nacional “alocando-os numa condição de precariedade social. Essa precariedade é a consequência da forma jurídica de autonomia em que são envoltas tais relações de trabalho.” (OLIVEIRA, ASSIS, COSTA, 2019, p. 255). Ressalta ainda o autor que a transferência dos riscos da atividade para os trabalhadores é mais um elemento que aponta a precariedade dessas atividades laborais.

Pereira Filho (2020) citando diversos autores, Kochan, 2016; Pastore, 2019; Duggan, 2020; destacam que se por um lado os novos arranjos de trabalho, apresentam características de flexibilidade e rapidez, por outro colocam os trabalhadores em situação de maior exposição aos riscos do mercado, gerando um debate sobre a necessidade de compreensão das novas formas de relações trabalhistas, de regulamentação dessas formas de trabalho e de novos mecanismos de proteção social buscando superar os desafios contemporâneos e futuros da sociedade.

As empresas que atuam através das plataformas digitais, sabem e beneficiam-se da “clara zona de desregulação” existente, por esta razão, se faz imprescindível a criação de uma regulação jurídica ampla, como forma de proteger esses trabalhadores, que hoje prestam seus serviços em relações de trabalho precarizadas. “Como visto, o Direito do Trabalho segue desconectado das plataformas digitais, as quais estabelecem condições fáticas da atividade laboral dos usuários parceiros em uma zona cinzenta.” (OLIVEIRA, ASSIS, COSTA, 2019, p.264). Para Dutra e Coutinho (2020, p. 7) o sucesso dessas plataformas digitais acontece pela divulgação da “novidade de seu formato como algo não assimilável pela legislação trabalho e até então não especificamente regulamentado.”

A questão central que se impõe, ao final é: como proteger esses trabalhadores? É possível criar novas regulações para essa relação de trabalho?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

As considerações finais refletem que, com o avanço da tecnologia, novas formas de trabalho têm surgido no Brasil e no mundo, no presente trabalho, foi analisado o trabalho por plataformas digitais com base na *web*, verificando a ausência de regulação específica para essa relação de trabalho, destacando a importância do Direito do Trabalho como forma de justiça social.

A OIT (2020) após estudar o trabalho dos trabalhadores por plataforma on-line apontou dezoito critérios para um trabalho mais justo. São os critérios: 1) classificar os trabalhadores como trabalhadores por conta de outrem e não como trabalhadores por conta própria; 2) disponibilização de meios jurídicos vinculativos para que os trabalhadores possam dar a conhecer suas necessidades, inclusive por via da sindicalização; 3) como trabalhadores por conta de outrem, terem direito ao salário mínimo; 4) transparência na remuneração e pagamento em moeda real; 5) não penalização pela recusa de determinadas tarefas ou de determinados horários; 6) não desconto do tempo de execução da tarefa quando de falha na plataforma ou com a própria tarefa; 7) regras rigorosas para os casos de não pagamento da tarefa; 8) condições contratuais claras e de fácil compreensão; 9) dever de informar o trabalhador das avaliações negativas e não vincular essas avaliações e recusas para a classificação dos trabalhadores; 10) estabelecimento de código de conduta claro e público; 11) poder aos trabalhadores de contestar o não pagamento e as avaliações negativas; 12) trabalhadores deveriam poder avaliar os clientes; 13) plataformas deveriam rever as instruções antes da publicação aos trabalhadores; 14) acesso aos trabalhadores das avaliações e histórico das tarefas executadas; 15) direito a uma relação profissional com os clientes; 16) clientes e plataformas deveriam ter a obrigação de responder às comunicações dos trabalhadores de forma rápida, educada e substantiva; 17) direito aos trabalhadores de conhecer seus clientes e o objetivo das tarefas e 18) identificação clara das tarefas para não gerar stress ou dano psicológico.

A descrição dos critérios que deveriam ser adotados pelas plataformas digitais em relação aos seus trabalhadores permite uma visão bastante real das condições de trabalho a que estão sujeitos esses trabalhadores, apresentando inúmeras situações de dificuldade e desrespeito pelas plataformas e clientes com o trabalhador. O discurso de autonomia e liberdade que é propagado e que atrai diversos trabalhadores, se mostra na realidade concreta como um trabalho precário, com inúmeras dificuldades na sua execução, além da desproteção legal. Para Dutra e Coutinho (2020) a flexibilidade está no cerne do pensamento hegemônico neoliberal no que tange a exploração da força de trabalho, reacendendo a discussão do papel protetivo do Direito do Trabalho.

As inovações e as novas tecnologias são profundamente importantes no desenvolvimento e na melhoria das condições de vida no planeta, não podendo enquanto, sociedade, permitir que as novas tecnologias se instalem na sociedade e prejudiquem as pessoas. É preciso uma forma de organização para a construção de normas legais para a proteção das pessoas, é preciso ter um padrão civilizatório também nas relações de trabalho, as quais são essenciais para uma sociedade.

Para Dutra e Coutinho (2020) é importante não esquecer que o Direito do Trabalho é fruto de uma construção histórica e que suas normas estão em constante adequação com a realidade em virtude do trabalho ser uma categoria ativa no meio social. O Direito do Trabalho não quer impedir as mudanças no mundo do trabalho, mas quer a proteção da vida e da dignidade do trabalhador.

## REFERÊNCIAS

---

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BELTRÃO, Marcella da Cunha. **As novas formas telemáticas e cibernéticas de trabalho sob demanda: uma análise acerca da intermediação das plataformas digitais nas relações laborais nos serviços de delivery à luz da Consolidação das Leis Trabalhistas**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

CARDOSO, Ana Claudia Moreira; ARTUR, Karen; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. O trabalho nas plataformas digitais: narrativas contrapostas de autonomia, subordinação, liberdade e dependência. **Revista Valore**, Volta Redonda, 5 (edição especial): 206-230., 2020.

DUGGAN, J. et al. Algorithmic management and app-work in the gig economy: A research agenda for employment relations and HRM. **Human Resource Management Journal**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 114-132, 2020.

DUTRA, Renata Queiroz; COUTINHO, Rianne Liberal. Aceleração social, uberização e pandemia: quem precisa do Direito do Trabalho? **Revista Direito.UnB**, Maio-Agosto, 2020, V. 04, N. 02, p. 198-223.

FARIA, José Henrique de. **Epistemologia, metodologia e teoria em estudos organizacionais**. Texto para discussão na disciplina de Epistemologia, Metodologia e Teoria em Estudos Organizacionais do Curso de Doutorado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Paraná, 2015.

FONSECA, Vanessa Patriota da. O *crowdsourcing* e os desafios do sindicalismo em meio à crise civilizatória. In: CARELLI, Rodrigo de Lacerda, CAVALCANTI, Tiago Muniz, FONSECA, Vanessa Patriota da (Orgs.). **Futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Brasília: ESMPU, 2020.

HARARI, Yuval Noah. **21 lições para o século XXI**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KOCHAN, TA. **Shaping the future of work: what future workers, business, government and education leaders need to do for all to prosper**. NY, Business Expert Press, 1a. Ed, 2016.

MARX, Karl. **Para crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **As plataformas digitais e o futuro do trabalho: promover o trabalho digno no mundo digital**. Bureau Internacional do Trabalho, Genebra, 2018. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms\\_752654.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---europe/---ro-geneva/---ilo-lisbon/documents/publication/wcms_752654.pdf). Acesso em: 12/10/2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; ASSIS, Anne Karolline Barbosa de; COSTA, Joelane Borges. O Doireito do Trabalho (des)conectado das plataformas digitais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, janeiro-junho 2019. PPGD/UFRJ – ISSN 2526-0464, p. 246-266.

PASTORE, José. **O Trabalho do Futuro e o Futuro do Direito**. Palestra de abertura do 59º Congresso Brasileiro de Direito do Trabalho da Editora LTR. São Paulo, 17 de Junho de 2019. Revista LTR, agosto de 2019 (no prelo).

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEREIRA FILHO, João Lins. **As plataformas digitais para profissionais qualificados independentes e seus impactos na Gestão Estratégica de RH (GERH)**. 2020. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas.

PROJETO ILABOUR. Índice de mão de obra **on-line**. Disponível em: <https://ilabour.oii.ox.ac.uk/online-labour-index/>. Acesso em: 29/10/2020.

ROCHA, Andrea Presas; OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio. A jurisdição sobre as plataformas digitais e seus 'trabalhadores parceiros'. **Revista Consultor Jurídico**. 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-16/rocha-oliveira-plataformas-digitais-parceiros>. Acesso em: 04/11/2020.

TAPSCOTT, Don. Williams, Anthony D. **Wikinomics: como a colaboração em massa pode mudar seu negócio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

ZANATTA, Alexandre Lazaretti. **Recomendações para trabalhadores na multidão superarem barreiras em projetos de software crowdsourcing**. 2018. Tese (Doutorado em Ciência da Computação) Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.

# O TRABALHO DOMÉSTICO NAS CHARGES SINDICAIS: UMA ANÁLISE DA COLETÂNEA TRIBUNA METALÚRGICA: 20 ANOS ILUSTRADA

**Rozinaldo Antonio Miani**

Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - e História. Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Doutor em História pela Unesp/Campus Assis. Pós-doutor pela ECA/USP (bolsista Fundação Araucária). Professor do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL/PR. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq).  
rmiani@uel.br

**Pamella Cristina Basseti de Souza**

Graduada em Comunicação Social - habilitações em Relações Públicas e Jornalismo - pela Universidade Estadual de Londrina. Especialista em Docência na Educação Superior. Especialista em Comunicação e Cultura Política. Mestranda do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (bolsista Capes).  
pamellabasseti@gmail.com  
Universidade Estadual de Londrina

**Resumo:** O presente artigo analisa o trabalho doméstico nas charges da coletânea *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Da referida coletânea, selecionamos as charges que retratam a presença da mulher no ambiente doméstico; as imagens foram organizadas a partir de três eixos temáticos centrais: as que tratam das horas extras, aquelas que tratam do desemprego e outras que tratam da inflação e da desvalorização/diminuição dos salários. Nas análises, abordamos o debate de gênero ancorado pelo entendimento de que as entidades sindicais devem primar por uma comunicação que entenda a classe trabalhadora como heterogênea (CISNE, 2015), com homens e mulheres, brancos e negros e que essas categorias são coextensivas (KERGOAT, 2010) na sociedade. Constatamos que as charges que retratam o universo dos lares da família metalúrgica associam a atividade de cuidado e de trabalho doméstico à figura feminina e à figura da esposa metalúrgica. Com isso, as charges presentes na coletânea reproduziram o machismo estrutural presente até hoje nas dinâmicas familiares e no sistema capitalista e que o sindicato foi pouco combativo, transgressor ou inovador na forma de conduzir as relações de sexo e a divisão sexual do trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho doméstico; imprensa sindical; charge; divisão sexual do trabalho

## INTRODUÇÃO

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que pretende analisar a presença da mulher nas charges sindicais do jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC durante a década de 1990. A análise total envolve duas figuras genéricas e centrais que aparecem nas charges da referida década: a esposa do metalúrgico e a trabalhadora metalúrgica. Para viabilizar a divulgação em formato de artigo, nestas etapas iniciais da pesquisa reduzimos nosso objeto para as charges da coletânea *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Seguindo esses mesmos parâmetros, focamos o estudo na figura das mulheres presentes nas charges, a partir dessa mesma categorização: as charges que circundam o lar do metalúrgico e, portanto, apresentam sua esposa e seu ambiente familiar em paradoxo com as charges que apresentam a figura da trabalhadora metalúrgica.

Em outra oportunidade já realizamos uma análise comparada de charges publicadas na referida coletânea entre essas duas figuras centrais, a esposa e a trabalhadora metalúrgica, pautada por alguns pontos que são discutidos pelas teorias feministas, tais como: o patriarcado, a desigualdade nos cargos e salários no mundo do trabalho e a tripla jornada (a questão da maternidade). Para o trabalho que se segue, a análise será ainda mais especificada na figura da esposa metalúrgica e nas retratações do universo doméstico nas charges sindicais publicadas nessa mesma coletânea.

Dado o contexto de pandemia e aumento do trabalho doméstico das mulheres, sua sobrecarga nas atividades de cuidado, principalmente, dos filhos e dos idosos (do grupo de risco) consideramos pertinente analisar como esse trabalho oriundo da esfera do lar ou a atividade de cuidado aparecem nestas charges e denotam que, apesar de termos alcançado algum avanço desde as décadas de 1980 e 1990, tais atividades ainda aparecem bastante vinculadas à figura feminina e se encontram, ainda hoje, bastante representadas pelos enredos dessas charges.

Antes de adentrarmos no debate sobre o trabalho doméstico e na análise das charges, faremos uma breve apresentação a respeito do movimento sindical e da comunicação sindical no contexto político das últimas décadas do século XX. Ainda nessa etapa inicial, apresentaremos a coletânea de charges *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada* e abordaremos a relevância do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC naquele momento político do país e do próprio sindicalismo, bem como uma reflexão sobre as charges - como um importante instrumento de comunicação para o período.

As últimas etapas deste trabalho consistem em analisar as charges que abordam o trabalho doméstico na coletânea, quantitativa e qualitativamente, apresentando nosso posicionamento teórico frente ao trabalho doméstico presente nas charges e à perspectiva de classe, raça e gênero como elementos coextensivos e instrumentos importantes para nortear a comunicação dos sindicatos, a fim de evitar a reprodução do trabalho doméstico nessas charges como algo majoritariamente feminino, principalmente, quando se trata do tema no contexto sindical.

## **O MOVIMENTO SINDICAL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX**

---

A partir do final da década de 1970, o sindicalismo brasileiro experienciou um período de muita vitalidade das lutas sindicais como parte dos processos de mobilização popular contra a ditadura civil-militar (1964-1985). Esse período - que foi iniciado com as greves de trabalhadores e trabalhadoras nas indústrias metalúrgicas da região do ABC paulista - ficou conhecido como “novo sindicalismo” (ANTUNES, 1995; MIANI, 2000; FRANÇA, 2013) e marcou a emergência de um movimento sindical combativo e classista que assumiu o compromisso de lutar efetivamente para melhorar as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora, guiados pelos ideais socialistas e pela construção de uma sociedade mais justa (GIANNOTTI, 2014).

Dentre as mais importantes e representativas entidades sindicais signatárias do “novo sindicalismo” estava o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema que assumiu uma posição de vanguarda nos processos de mobilização de massa e de organização política dos trabalhadores - principalmente, por meio da condução política das greves operárias entre 1978 e 1980 na região do ABC paulista e pelo protagonismo na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) - e que, além de ter sido decisivo para a consolidação do referido sindicalismo combativo e classista, também foi fundamental para impulsionar o movimento sociopolítico nacional que culminou com o fim dos governos militares e o início do processo de redemocratização no país em meados da década de 1980.

Como desdobramento da “nova” concepção de pensar e fazer sindicalismo derivado do “novo sindicalismo”, também se estabeleceu uma “nova imprensa sindical” (VERDELHO, 1986) que trazia como principais características: a necessidade da participação direta dos trabalhadores na produção comunicativa dos sindicatos; a utilização de múltiplos meios comunicativos (não apenas a produção impressa de jornais e boletins, mas também de cartazes, gibis e cartilhas, bem como de produção audiovisual, radiofônica, estamperia etc.); a ampliação da utilização de recursos visuais na produção impressa, como fotografias, quadros esquemáticos, charges e ilustrações em geral; a atuação de “técnicos” (profissionais de comunicação) com o propósito de garantir maior qualidade profissional na produção comunicativa sindical; desenvolvimento de uma linguagem própria, a “linguagem do trabalhador”; e produção de uma imprensa

diária para estimular o hábito de leitura dos trabalhadores sob a perspectiva política da classe trabalhadora (VERDELHO, 1986, p.95-97).

Em relação à implantação dessa “nova imprensa sindical”, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema também esteve na vanguarda, principalmente, pela criação e produção do jornal *Tribuna Metalúrgica*, que deu origem oficial a uma nova etapa em sua imprensa sindical.

Diante de uma conjuntura marcada pelos horrores da violência e da repressão da ditadura civil-militar - principalmente, durante a primeira metade da década de 1970 - os primeiros anos de existência do jornal *Tribuna Metalúrgica* - criado oficialmente em 1971 - foram bastante difíceis; o periódico sofreu com a irregularidade na periodicidade, em razão da censura imposta à imprensa em geral e da iminência das perseguições políticas contra os dirigentes sindicais combativos. Com o processo de abertura política, o jornal *Tribuna Metalúrgica* se consolidou e, a partir de 1979, ele se tornou uma publicação diária, passando a representar uma das principais estratégias políticas do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema <sup>1</sup> e a incorporar as principais características da “nova imprensa sindical” (MIANI, 2005).

Como já caracterizado anteriormente, a utilização de recursos visuais foi uma das principais estratégias incorporadas na dinâmica da “nova imprensa sindical”. Nesse sentido, o jornal *Tribuna Metalúrgica* não se furtou a explorar ao máximo esses recursos. A presença de charges e demais modalidades do humor gráfico (cartum, caricatura e tiras chárnicas) se tornou recorrente nas edições do referido jornal e tais ilustrações se tornaram uma marca determinante em sua concepção gráfica e editorial.

Vale destacar que essa presença de charges no contexto da imprensa sindical - especialmente, no caso do jornal *Tribuna Metalúrgica* - se manteve mesmo depois que o movimento sindical promoveu importantes mudanças programáticas, políticas e ideológicas a partir da década de 1990. A experiência do “novo sindicalismo” foi se esfacelando e, em seu lugar, outras concepções políticas para o movimento sindical foram se estabelecendo, como o sindicalismo propositivo, marcado pela “concertação social” (ALVES, 2000) e o sindicalismo cidadão (MIANI, 2005; OLIVEIRA, 2011).

Na década de 1990, portanto, o movimento sindical brasileiro passou a praticar outras concepções de sindicalismo, com destaque para aquela que ficou conhecida como sindicalismo cidadão. Nesse “modelo”, importantes ações sindicais se voltavam para a prestação de serviços e para o assistencialismo ao trabalhador com ofertas de cursos e eventos e também oferecendo opções de lazer e de entretenimento em centros recreativos ou colônia de férias. Tratou-se de um período em que os sindicatos procuravam “entrar” nas casas dos trabalhadores para dialogar com suas famílias.

No caso do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Miani (2005) afirmou que “como desdobramento da concepção de um sindicalismo cidadão, o sindicato desenvolveu durante a década de 1990 experiências de cooperativas habitacionais, centro de formação e requalificação profissional, alfabetização de jovens e adultos e até agência de viagens” (MIANI, 2005, p.300). Portanto, a preocupação com o tema da cidadania e o assistencialismo, bem como a ampliação dos serviços oferecidos à família metalúrgica pode, inclusive, ser uma das explicações para a predominância, naquele período, de charges ambientadas na casa do trabalhador metalúrgico, abordando sua relação com a esposa e com os filhos, bem como o trabalho doméstico.

A atuação sindical sob a concepção do sindicalismo cidadão representa um refluxo de um sindicalismo combativo e classista, um momento de pouca efervescência política e ‘abrandamento’ do movimento sindical. As charges - apesar de permanecerem como um importante instrumento comunicativo durante a década de 1990 - acabaram por ser uma tentativa desesperada de entrar na casa desse trabalhador, reproduzindo, em certa medida, uma visão estereotipada da esfera do lar e da família metalúrgica. Ainda nesse contexto do debate da cidadania, essas charges também acabaram por remeter à própria constituição

---

1 A conjuntura política do movimento sindical, particularmente, na primeira metade da década de 1990, na região do ABC paulista, levou à unificação no ano de 1993 do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema com o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Santo André, surgindo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e, com ele, a *Tribuna Metalúrgica do ABC* (MIANI, 2005).



histórica da [não] cidadania feminina, marcada por uma construção social (por muito tempo interpretada como natural) de que as mulheres não pertencem à vida política, e que estão relegadas à esfera do lar.

De maneira particular, as charges são uma modalidade do humor gráfico de natureza dissertativa (MIANI, 2005) e se constituem como uma espécie de “editorial gráfico” (MARINGONI, 1996, p.86). Enquanto produto comunicativo, as charges são marcadas por sua efemeridade, ou seja, pela necessária atualidade de um determinado fato ou situação histórica a ser retratada; além disso, também são caracterizadas por seu potencial persuasivo. A esse respeito, Rozinaldo Miani afirma:

[...] a charge pretende não somente dissertar sobre um determinado assunto, mas levar o seu receptor ao convencimento, objetivando inclusive uma mudança de consciência e de atitude. A charge se converte, por influência da instituição que a produz e dissemina, num verdadeiro discurso de convencimento (MIANI, 2005, p.33).

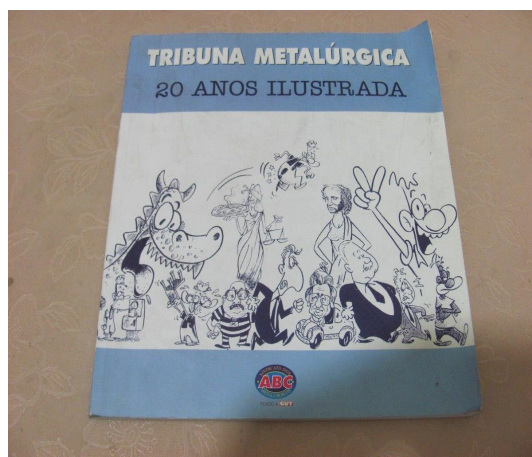
Por esse aspecto persuasivo e, ao mesmo tempo, de registro histórico é que podemos traçar dois tipos de abordagem crítica sobre estas charges que retrataram esse universo familiar nos anos 1990: uma delas é que a comunicação do sindicato dos metalúrgicos pouco buscou convencer os trabalhadores sobre outros modos de organização familiar e outras maneiras de dividir o trabalho na esfera doméstica. Por outro lado, ao reproduziu mais do mesmo, as charges desse período serviram também como importante registro histórico do que era a família operária e do que representou os anos 90 para as mulheres.

O fato é que, desde o período de sua consolidação em fins da década de 1970 e, pelo menos, durante as duas décadas seguintes, o jornal *Tribuna Metalúrgica* publicou mais de mil ilustrações, entre charges e demais modalidades do humor gráfico. Em 1998, ao comemorar 20 anos dessa etapa do jornal *Tribuna Metalúrgica*, a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC decidiu produzir uma coletânea de charges e ilustrações organizada no formato de um livro comemorativo. Essa coletânea, intitulada *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada* (figura 1), foi organizada pelo chargista Paulo Cesar Rocha, o Pecê, que também foi autor de centenas de charges que compõem o livro, e se soma a um contexto de produção de coletâneas de charges e ilustrações publicadas por diversos sindicatos durante as décadas de 1980, 1990 e 2000 (MIANI, 2016).

A publicação desse tipo de coletânea permitiu a organização e o acesso a um vasto repertório de charges sindicais, bem como possibilitou a apropriação dessa produção visual nos processos de organização e de produção da memória da imprensa sindical e dos próprios sindicatos, se constituindo como rica fonte histórica. Miani (2016), ao tratar dessa questão, afirma:

A repercussão do uso de charges na imprensa sindical foi apresentando outros desdobramentos, dentre os quais a possibilidade de produzir coletâneas de charges, seja para oferecer como regalo aos associados dos respectivos sindicatos em razão de circunstâncias comemorativas especiais, seja para organizar a memória da imprensa do sindicato ou da própria entidade. Não necessariamente de forma despretensiosa, o que se construiu com essa prática foi efetivamente a possibilidade de oferecer um rico material para pesquisa histórica e produção historiográfica (MIANI, 2016 p.251).

Figura 1



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, capa.

Nessa mesma perspectiva, a coletânea *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada* possibilita, por meio das charges, revisitar a história do país e do próprio sindicato, retratando duas décadas (1978-1998) de resistência, lutas e conquistas da classe trabalhadora, passando pelos períodos da abertura política, da “Nova República” e da retomada da democracia no país. O referido livro comemorativo é composto por ilustrações de vários artistas e foi assim apresentado aos seus leitores:

“Tribuna metalúrgica, 20 anos, ilustrada” é um livro que tem valor comemorativo e histórico. Festeja os 20 anos de luta pela democracia e, ao mesmo tempo, organiza trabalhos de artistas e ilustradores que, nestas duas décadas, deram a sua “mãozinha” na resistência à ditadura militar. Henfil, Élio Vargas Jr., Laerte, Pecê, Gilmar e tantos outros, ajudaram a categoria a desenhar a esperança em um país melhor. Com a sátira, a ironia e quase sempre com o humor, colocaram a crítica e ousadia na cabeça dos trabalhadores. Neste livro organizado por Pecê, está uma parte dessa história, que todos devem conhecer (SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC, 1998, p.4).

A coletânea conta com 150 páginas repletas de charges e demais ilustrações. A publicação é dividida por seções que correspondem a cada um dos vinte anos da história retratada. As charges, além de serem organizadas de acordo com seu ano de publicação, também foram selecionadas de forma a registrarem os principais acontecimentos para o país e para a categoria de cada respectivo período. Por exemplo, em 1978 (primeira seção da obra), as principais temáticas das ilustrações são as greves da categoria - consideradas o estopim do “novo sindicalismo” no Brasil -, a reabertura política do país e as lutas sindicais pelo fim do arrocho salarial e em defesa da autonomia para os sindicatos. As seções sempre iniciam com um breve resumo dos acontecimentos do ano para contextualizar o leitor e, na sequência, são apresentadas as charges, com legendas específicas ou comentários gerais das imagens em cada página.

Nossa análise ficará centrada na percepção de como é retratado um dos estereótipos femininos, previamente identificado na coletânea, qual seja, a figura da esposa do operário metalúrgico. Por reconhecermos que a charge se constitui como uma importante estratégia comunicativa no contexto da imprensa sindical (MIANI, 2005), pretendemos verificar como as condições e características da mulher pertencente à classe trabalhadora (como integrante de uma família operária) foram retratadas nas charges publicadas na coletânea *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*.

Nesse sentido, diante desse rico material, definimos como foco específico e objetivo para este artigo realizar uma análise das representações da mulher e do trabalho doméstico produzidas pela imprensa sindical por meio das charges publicadas na coletânea *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. No estudo exploratório realizado encontramos cerca de 30 charges ou demais tipos de ilustrações em que aparece a figura da mulher.

Na coletânea a figura da mulher trabalhadora aparece em menor proporção do que a figura da esposa. De 32 charges e ilustrações identificadas, oito retratam a mulher metalúrgica e 24 abordam a esposa do metalúrgico. Essa baixa proporção verificada na retratação chágica da mulher trabalhadora pode ser um indicativo de que também é baixo o percentual de mulheres trabalhando em fábricas metalúrgicas, como também é pequena a representatividade feminina na direção do sindicato e mesmo entre os funcionários da entidade.

## **O TRABALHO DE CUIDADO E O TRABALHO DOMÉSTICO**

---

Observa-se nas últimas décadas uma retomada do movimento feminista que, via internet, alcança mulheres cada vez mais jovens em todo país. Diante desse contexto, o debate de gênero tem suscitado cada vez mais pesquisas no meio acadêmico em diversas áreas de conhecimentos - dentre elas, o campo da Comunicação, com pesquisas em análise das mídias e comunicação organizacional - e também uma ampliação de produções por parte dos movimentos sociais. Recentemente, com a necessidade de isolamento social, em razão do avanço da pandemia causada pelo novo coronavírus, observa-se um aumento da sobrecarga das atividades domésticas que atinge, principalmente, as mulheres. Várias pesquisas <sup>2</sup> indicam que essas mulheres estão acumulando atividades de trabalho em *home office* com o cuidado dos filhos e familiares que se enquadram no grupo de risco e que não podem sair de casa.

Nesse sentido, trazemos um debate e uma problematização importante - pautado nessa discussão da atualidade - ao revisitar as charges do jornal *Tribuna Metalúrgica*, do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, para refletir sobre como o patriarcado é estrutural em nossa sociedade (DELPHY, 2009), sendo reproduzido até mesmo por instituições políticas que, pelo menos em seu discurso institucional, afirmam se preocupar em quebrar certos paradigmas, mas que acabam por reproduzi-los, reforçando o ambiente doméstico como algo feminino ou retratando um tempo histórico em que a mulher estava ainda mais relegada a essa esfera.

Podemos afirmar que o ingresso tardio das mulheres no mercado de trabalho (não doméstico) refletiu e reflete até a atualidade na sua baixa participação no movimento sindical. As mulheres, desde muito cedo, vão sendo colocadas ou treinadas para o trabalho doméstico e para a criação dos filhos na esfera privada. E, apesar de seu trabalho na esfera doméstica não ser remunerado, vai ser elemento indireto de valor não só para o homem, que ficará isento das responsabilidades domésticas e, portanto, livre para atividades remuneradas no mundo do trabalho, mas também para o Estado, que vai deixar a cargo dessas mulheres suas demandas de políticas públicas sobre o cuidado, principalmente, em relação às crianças aos idosos. A esse respeito, Cristina Bengoa (2018, p.26), afirma:

[...] Marx nunca considerou todo o trabalho realizado nos lares, basicamente pelas mulheres e absolutamente necessário para reproduzir a força de trabalho. Somente incluía os bens adquiridos no mercado e, portanto, a força de trabalho aparecia se auto reproduzindo automaticamente com o salário (Marx, 1976). Como consequência, o trabalho doméstico e de cuidados tampouco estava incluído em seu conceito de mais-valia. Dessa maneira, esse trabalho que está fora do espaço mercantil - ficará invisível não somente aos olhos da sociedade, não somente no imaginário social, mas desaparecerá do processo de acumulação. A força de trabalho reproduzida nos lares e entregue ao capital por um valor menor do que de fato vale oculta assim uma enorme quantidade de trabalho realizado pelas mulheres, que passa a formar parte da acumulação contínua do capital.

---

2 Uma dessas pesquisas pode ser conferida no site do ANDES-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) no link: <https://andes.org.br/conteudos/noticia/mulheres-estao-ainda-mais-sobrecarregadas-durante-a-pandemia-aponta-pesquisa1>

Apesar de o cenário ter mudado bastante nos últimos anos, muitas mulheres no Brasil e no mundo ainda dedicam seu tempo, exclusivamente, ao trabalho doméstico<sup>3</sup>. Além disso, o seu ingresso no mercado formal de trabalho vai fazer com que a mulher passe a acumular tarefas do cuidado dos filhos e do lar com o trabalho remunerado. Seu ingresso tardio no mercado de trabalho também vai reproduzir a lógica da atividade doméstica. Durante muito tempo as mulheres estiveram associadas a profissões do espaço doméstico ou do cuidado (enfermeiras, professoras, domésticas, babás etc.). Tal análise se relaciona facilmente com a terceirização de um trabalho do Estado para o setor privado: as famílias mais abastadas, em geral, pagam pelos serviços mencionados acima; a falta de investimento em políticas sociais de cuidado acarreta em uma demanda maior das classes médias e altas por essas funções. Em contrapartida, nas famílias de renda baixa, em geral, o trabalho é feito pelas mulheres do próprio núcleo familiar e não é remunerado, o que acentua ainda mais a desigualdade entre os gêneros e a sua condição de classe subalterna.

No século XIX a luta feminista ganhou visibilidade pela primeira vez e, desde então, vem se posicionando diante de diversas questões que envolvem a construção social de gênero e a luta por mais igualdade entre homens e mulheres, ou seja, a luta por uma sociedade em que o gênero não é utilizado para conceder privilégios ou legitimar a opressão.

Todo o trabalho que extrapola a relação com o doméstico e com a subjetividade e a formação dos sujeitos será marcado pela forte presença masculina em detrimento da feminina. Na categoria de trabalho que nos propomos a analisar nesse artigo isso estará evidente; a atividade metalúrgica é majoritariamente masculina e o ingresso do público feminino estará associado à mão-de-obra barata, visto que a desigualdade salarial nas fábricas perdura até a atualidade. Nesse sentido, antes de partirmos para a apreciação das charges e do debate sobre o trabalho doméstico vamos traçar algumas diretrizes teóricas e metodológicas que vão nortear nossas análises.

## **FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS: A INTERAÇÃO ENTRE SEXO, GÊNERO E CLASSE**

---

A partir da década de 1980 o termo “gênero” passou a ser utilizado em detrimento do termo “sexo” por várias feministas de maneira indiscriminada, sem uma análise profunda do que significaria de fato a troca de uma palavra pela outra. Apesar da ausência de um estudo mais aprofundado sobre o conceito, um motivo foi determinante para que esse processo de substituição ocorresse: a necessidade de encontrar uma palavra que tratasse da diferenciação entre o feminino e masculino calcado em bases sociais, tendo em vista que o termo “sexo”, ou a utilização da expressão “estudos da mulher”, designavam uma diferenciação de base biológica entre homens e mulheres, uma teoria que se opunha ao pensamento de várias feministas daquele tempo e que, de certa forma, perdura até a atualidade (LOURO, 1996).

A utilização do termo “gênero” trazia consigo uma bagagem teórica que defendia o social - em detrimento do biológico como único elemento da diferenciação entre homens e mulheres -, recusando a perspectiva da diferenciação fundada no biológico. No entanto, apesar de representar essa rejeição, tão importante para as feministas daquele tempo, o termo também trazia consigo problemas linguísticos de tradução e implicava em assumir uma neutralidade, um ocultamento do feminino, visto que a palavra “gênero” - diferente do termo “mulher” ou “feminino” - contempla o feminino e masculino (LOURO, 1996).

Apesar de entender a diferenciação sexual como uma construção histórica e social - que se articula em um complexo sistema de aparelhos ideológicos e hábitos culturais -, os estudos mais atuais, diferentes daqueles que, na década de 1980, descartavam o fator biológico, reconhecem que o corpo é também um componente importante dessa diferenciação. Tal análise não perde de vista o fator cultural como um aspecto

---

3 A inserção das mulheres no mercado de trabalho não as isentará das responsabilidades com o trabalho doméstico, pelo contrário, sua trajetória profissional, acadêmica e militante, em geral, será marcada pela conciliação com as atividades domésticas.

determinante para moldar diferenciações físicas e comportamentais tendo em vista que modos de vida ou hábitos alimentares <sup>4</sup> têm base no social e alteram as configurações físicas dos indivíduos na sociedade moderna. “O caminho seria, então, evitar a polarização natural/social, possivelmente compreendendo que o gênero também tem uma dimensão biológica” (LOURO, 1996, p.11). A esse respeito, Guacyra Lopes Louro (1996, p.11) afirma:

Há, então, uma estreita e contínua imbricação do social e do biológico, e nossa compreensão de gênero provavelmente deve supor tal imbricação. Embora continuemos afirmando que a construção dos gêneros é, fundamentalmente, um processo social e histórico, temos de admitir que esse processo, sem dúvida, envolve os corpos dos sujeitos.

Tomando como parâmetro essa interação que ocorre entre o biológico e o social, Maria José Izquierdo (1990) vai afirmar que as diferenças de sexo (homem e mulher) estão calcadas apenas em sistemas biológicos para os animais; para os seres humanos devemos partir de três categorias de análise. A primeira delas está justamente calcada no fator biológico, baseada na definição macho/fêmea; a segunda categoria está baseada na definição psicológica e social que define o gênero; e a última categoria se estabelece na identidade psicossocial: heterossexual, bissexual e homossexual (IZQUIERDO, 1990).

Para tratar especificamente das bases biológicas que fundamentam as diferenças sexuais, Izquierdo (1990) amplia o debate e destaca as diferenças que nós, humanos, temos em relação a outras espécies, pontuando que somos os indivíduos mais complexos tanto na nossa genética quanto na nossa forma de entrar em contato com nosso meio social, o que nos faz ter características bem diversas e sermos bem diferentes uns dos outros. Ainda em relação ao aspecto biológico, três pontos serão determinantes: somos imaturos ao nascer e nos moldamos em contato com o meio; reconhecemos a complexidade e maleabilidade do nosso sistema nervoso; e desenvolvemos a possibilidade de habitar qualquer lugar devido a nossa capacidade de transformação do meio (construção de moradia, produção do próprio alimento).

Dentro dessas categorias de análise existe a manifestação do sistema dominante que é aquele em que a identidade psicossocial e o gênero se manifestam em acordo com o sexo biológico. Então, por exemplo, o esquema dominante é definido pela fêmea (categoria biológica) do gênero feminino (categoria psicológico/social) e heterossexual (categoria de identidade psicossocial) (IZQUIERDO, 1990). A interação entre esses três pilares é bastante confusa porque as manifestações que quebram com o padrão dominante, exemplificado acima, colocam em discussão comportamentos sócio-culturais que estão disseminados de forma bastante estrutural na sociedade.

Neste sentido, podemos partir para uma análise também dos fatores sociais e culturais que são responsáveis por determinar o nosso gênero. “Cada um dos gêneros representa uma particular contribuição para produzir e reproduzir a existência” (IZQUIERDO, 1990, p.4). A análise, portanto, reconhece que são determinados fatores sociais que nos fizeram ter determinadas manifestações físicas porque a condição de gênero é determinada por diferentes tarefas sociais que nos são atribuídas desde o nascimento. Ao homem será destinada a esfera da transcendência e à mulher será destinada a esfera da sobrevivência (IZQUIERDO, 1990).

Na sociedade se estabelece uma distribuição de responsabilidades que é alheia à vontade das pessoas e os critérios sobre os quais se estabelece essa distinção são sexistas, classistas e racistas. Do lugar que nos é atribuído socialmente, dependerá a forma como temos acesso a nossa própria sobrevivência como sexo, classe, raça, idade, etc, e esta relação com a realidade comporta uma visão particular da mesma. Não pensamos de determinado modo, atuamos de certa maneira, valorizamos certas coisas, de forma espontânea, senão que mediatizadas pela forma em que conseguimos viver e sobreviver (IZQUIERDO, 1990, p.4).

---

4 Os altos índices de obesidade revelam isso. O consumo de comidas prontas, altamente processadas, repercutem no peso dos indivíduos e está relacionado a novas dinâmicas sociais e de percepção de tempo.



Em geral, o crescimento de reivindicações relacionadas à defesa da democracia, mudanças culturais e comportamentais são guiadas por uma geração de militantes que buscam maior participação e protagonismo de setores excluídos da política tradicional (mulheres, negros/as, LGBTs). Uma conexão entre essas mobilizações com a superação do sistema capitalista e redução de suas mazelas sociais não é tarefa simples de se fazer; no entanto, ela se torna uma premissa importante para uma visão marxista.

Muitas correntes teóricas vão enquadrar o debate de gênero no âmbito da pós-modernidade, alegando que a sociedade já superou a luta de classe no sentido da determinação econômica para tratar da questão a partir de uma perspectiva meramente cultural e identitária. Tais correntes colocariam a questão econômica - infraestrutura - (elemento central da análise marxista) como algo descolado da superestrutura e, portanto, os movimentos ditos identitários teriam um viés meramente comportamental e cultural. A proposta deste artigo, pelo contrário, suscita que os movimentos sociais identitários (apesar de serem permeados por classes sociais distintas), não perdem de vista que a base material determina também aspectos da desigualdade de gênero, principalmente, quando se fala das relações de trabalho.

Numa perspectiva marxista, pretendemos destacar o movimento feminista como um exemplo de movimento social que, apesar de reivindicar mudanças comportamentais e culturais, nessa abordagem, pode estabelecer uma relação direta com o marxismo não só pela via da reprodução social, mas também pelas concepções de classe social e movimento social que estamos defendendo aqui. Nas teorias feministas partimos do pressuposto teórico de Danièle Kergoat (2010) que defende as categorias gênero, classe e raça como coextensivas, ou seja, coexistem de forma dinâmica na sociedade:

Desde os anos de 1970-1980 mobilizo os conceitos de consubstancialidade e coextensividade para procurar compreender de maneira não mecânica as práticas sociais de homens e mulheres, frente à divisão sexual do trabalho em sua tripla dimensão: de classe, gênero e origem (norte/sul) (KERGOAT, 2010, p.93).

No entanto, uma teoria marxista que abarque esses movimentos sociais recentes ainda carece de mais pesquisas e estudos aprofundados visto que, no geral, os teóricos marxistas se dedicaram a analisar as formas mais tradicionais de organização, que são os sindicatos e os partidos (GALVÃO, 2011). Diante desse contexto de análise dos partidos e dos sindicatos o elemento central da discussão da maioria dos marxistas será a disputa entre capital e trabalho. Neste sentido, os movimentos sociais, compreendidos como um coletivo de pessoas de uma classe social explorada pelo capitalismo, estão ancorados em dois princípios: condições melhores de trabalho, de salários e de vida e a superação do próprio sistema capitalista.

Tal cenário teórico não vislumbrou um desdobramento da teoria marxista para outras formas de luta, as que extrapolam a relação capital x trabalho e, de certa forma, chegamos ao ponto de ter diversos tipos de coletivos e manifestações políticas na atualidade que as teorias marxistas ainda não explicaram completamente visto que tais fenômenos, ainda latentes, são tratados de forma muito segregada e carecem de uma análise teórica mais profunda, que façam diálogo com as relações sociais e as condições materiais desses indivíduos.

Nessa discussão, podemos imaginar hipoteticamente a seguinte situação: um trabalhador metalúrgico que é explorado no ambiente de trabalho pelo patrão pode reproduzir, no ambiente doméstico, formas semelhantes (ou mais graves, envolvendo violência física/sexual) de exploração sobre sua esposa. A esposa, por sua vez, pode ter uma serviçal negra para lavar as roupas da família e reproduzir, na relação com a serviçal, formas semelhantes de exploração se comparado à figura do esposo ou do patrão. Todas estas pessoas - metalúrgico, esposa do metalúrgico e serviçal - estarão enquadradas dentro de uma mesma classe social, no entanto, algumas serão mais ou menos exploradas do que as outras. A esposa além de ser explorada no ambiente doméstico pode ter um emprego remunerado e sofrer explorações semelhantes à de seu esposo no ambiente de trabalho. A serviçal negra pode ser explorada pela esposa do metalúrgico só que em condições de trabalho muito piores do que as dele (ausência de carteira assinada, sem direito a fundo de garantia, insegurança no trabalho) e ainda por cima ter um esposo que a explore, assim como a esposa do metalúrgico.

A situação imaginada acima exemplifica situações que já foram analisadas por estudiosas brasileiras do feminismo que afirmam que as classes sociais não são homogêneas (SAFFIOTI, 1976; CISNE, 2015); nelas, temos mulheres, homens e negros que podem sofrer com a exploração capitalista de modos diversos ou serem duplamente, ou até triplamente, explorados no contexto do sistema. Portanto, a dinâmica dessa exploração revela aquilo que Kergoat (2010) bem resumiu como os conflitos de gênero, classe e raça que tendem a ser tratados separadamente; entretanto, na dinâmica das relações sociais, tais categorias são interdependentes ou se misturam ou se sobrepõem umas às outras.

Neste sentido, com esta reflexão, abarcamos um debate importante porque revela como um sindicato - forma tradicional de movimento social para algumas correntes marxistas - e que atua para melhorar as condições de vida da classe trabalhadora e, em alguma medida, busca a superação da exploração capitalista, retratou o trabalho doméstico por meio das charges durante parte de sua história (período abrangido pela coletânea). A partir dessa análise também podemos apontar para novas perspectivas de interação entre o debate classista e feminista no interior dos movimentos sociais, que revela a necessidade de as entidades sindicais perceberem a classe trabalhadora e a heterogeneidade da categoria (CISNE, 2015), bem como a consubstancialidade dessas diferenças nas relações sociais (KERGOAT, 1993).

## **UMA ANÁLISE DO TRABALHO DOMÉSTICO A PARTIR DAS CHARGES**

---

No contexto da coletânea *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada* definimos como primeira etapa da pesquisa selecionar as charges que apresentavam personagens femininas. Nesse momento, foram catalogadas todas as charges que traziam alguma figura feminina, independente de as charges tratarem ou não de debates específicos relacionados às teorias feministas. Catalogamos esse material e percebemos que havia dois estereótipos femininos mais recorrentes nas charges: a figura da trabalhadora metalúrgica e a figura da esposa metalúrgica. Nesta análise inicial encontramos cerca de 30 charges ou demais tipos de ilustrações em que aparece a figura da mulher.

Na referida coletânea a figura da mulher trabalhadora aparece em menor proporção do que a figura da esposa. De 32 charges e ilustrações identificadas, oito retrataram a mulher metalúrgica. As demais charges com presença feminina apresentaram mulheres em situações diversas (que não estão no ambiente da fábrica ou que, pela nossa análise, não são trabalhadoras metalúrgicas). Nessas charges, não fica explícito se elas se referem a uma esposa de trabalhador metalúrgico, porém em várias situações vemos a mulher esperando o esposo chegar do trabalho, ou está deitada na cama com ele.

Desse universo de charges com figuras femininas que não são operárias metalúrgicas ou de mulheres fora do ambiente das fábricas, em pelo menos 16 delas as mulheres estão na condição de esposa e/ou mãe numa família operária. Em 10 charges as mulheres aparecem associadas a algum tipo de atividade doméstica e/ou cuidado com os filhos ou esposo. Por sua vez, em sete imagens a mulher aparece em situações de lazer, jantando com o esposo ou na cama com ele. Por fim, em duas charges há uma “inversão” nas atividades e o homem aparece lavando louça ou cozinhando (inclusive, em uma dessas charges, o homem está de avental).

Percebemos uma construção caricata e estereotipada da esposa metalúrgica nas charges e/ou tiras cômicas selecionadas; em muitas delas, além de estar inserida em atividades domésticas ou em ambientes como cozinha ou lavanderia, ela usa avental, como constatamos em pelo menos cinco charges, ou tem um pano de prato na mão ou nos ombros (figura 2).

Figura 2



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, p.129.

Conforme relatado acima, nossa análise selecionou todas as charges da coletânea que apresentam a figura feminina e pudemos verificar que, raramente, essas charges ou tiras cômicas tratam do debate de igualdade de gênero. Pelo contrário, a partir de algumas situações ou vestimentas das personagens essas charges vão reforçar o estereótipo da mulher que é ‘dona de casa’ e vão utilizar esses espaços domésticos para criar situações cômicas que vão tratar, denunciar ou ‘convencer’ sobre outros assuntos do cotidiano do sindicato que, contraditoriamente, acabam por reforçar as condições da divisão sexual do trabalho. As charges retratadas nesse ambiente doméstico, no geral, estão enquadradas em três grandes eixos temáticos<sup>5</sup>: charges que tratam de uma sobrecarga de horas extras praticadas pelos trabalhadores metalúrgicos (6 charges)<sup>6</sup>, charges que tratam de situações de desemprego (7 charges), e charges que criticavam os baixos salários em detrimento do aumento da inflação e das despesas familiares (6 charges).

No primeiro eixo temos charges que tratam do acúmulo de horas extras praticadas pela categoria nos anos 80. Nessa proposta, boa parte do desfecho cômico das charges apresenta a esposa em casa aguardando o marido metalúrgico chegar do trabalho, ou com o metalúrgico dormindo na cama, cansado de tanto fazer horas extras, enquanto a esposa revela alguma expectativa de poder ter relações sexuais com ele. Em uma dessas charges temos a figura da esposa ligando para o metalúrgico no trabalho e pedindo para ele não fazer hora extra porque ela o está esperando em casa com o jantar pronto. Em outra charge, temos um casal jantando juntos em um restaurante, depois de muitas noites de horas extras. Em outras duas charges dessa categoria o desfecho cômico se dá quando a criança já não reconhece mais o pai porque ela quase não o vê, já que ele faz muitas horas extras (figura 3).

---

5 O enquadramento das charges em eixos temáticos é uma proposta nossa para facilitar a análise. Conforme já mencionado no decorrer do trabalho, as charges, tiras cômicas e demais imagens são catalogadas no decorrer da coletânea por ano de publicação.

6 Algumas charges podem se enquadrar em dois eixos temáticos. É comum, por exemplo, charges se enquadrarem no debate das horas extras e também do desemprego porque são situações bastante conectadas no mundo do trabalho. Nesse caso, para facilitar e estruturação do artigo, optamos por catalogar a figura de acordo com o tema que se revelou mais relevante no enredo das charges.

Figura 3



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, p.70

As charges e tiras cômicas desse eixo temático colocam a esposa metalúrgica, dentro do núcleo da família operária, quase sempre como aquela que é a principal responsável pela educação dos filhos, devido à quantidade de horas extras que o trabalhador faz, bem como aquela que está sempre disponível para o esposo, com o jantar pronto quando ele chega cansado das horas extras do trabalho. Entendemos que essa abordagem faz uma crítica interessante porque coloca o metalúrgico como aquele que nunca tem tempo pra família, por fazer horas extras demais. Além disso, a dinâmica no seio familiar revela uma relação bastante antagônica, em relação às responsabilidades familiares, e reforça uma ideia bastante disseminada na sociedade de que as mulheres pertencem à esfera privada, e são as responsáveis pelo trabalho doméstico e a educação dos filhos.

Outro eixo temático trata da questão do desemprego em diversas situações que abordam a esfera doméstica, já que o metalúrgico está em casa, sem trabalhar. Nesse sentido, temos charge em que a mulher conversa com o marido sobre o que fazer para pagar as despesas e ele pede que ela faça um café. Numa outra charge, a mulher está com o esposo fazendo compras e vendo várias promoções no mercado; quando eles saem do estabelecimento, comentam que teriam comprado muito mais coisas se ele estivesse empregado. Outra situação retratada mostra o trabalhador chegando em casa mais cedo e, ao ser questionado pela esposa, ele revela que foi demitido. Por fim, uma última charge explora a seguinte situação cômica: a esposa lavando o uniforme sujo do metalúrgico porque ele levou um “pé na bunda” do patrão (figura 4).

Figura 4



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, p.71.

Essa situação de desemprego acaba por gerar algumas charges que naturalizam a mulher na esfera doméstica e trata o homem metalúrgico, nessa esfera, como algo diferente, que foge à normalidade. Nesse ambiente, na maioria das vezes, é a mulher que está lavando as roupas, preparando o café ou com a lista do



supermercado. Nesta categoria, duas charges mostram uma “inversão” nesses papéis; numa dessas imagens o trabalhador desempregado aparece entediado, querendo ajudar a mulher em casa (figura 5).

Figura 5



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, p.122.

Apesar da inversão dos papéis, o desfecho cômico acontece justamente porque coloca o homem como alguém sem habilidades para lavar ou cozinhar; a própria esposa reforça sua suposta falta de aptidão e ele, então, já que não sabe lavar e nem cozinhar, diz que vai ficar ali plantado na cozinha para ela poder utilizá-lo como suporte para pendurar pano de prato.

Outra charge que aborda essa inversão, nesse mesmo eixo temático do desemprego, coloca a mulher como trabalhadora, enquanto um homem desempregado realiza as atividades domésticas em casa. Na imagem, ela chega do trabalho cansada e se alimenta da comida que ele preparou; na sequência, ele lava a louça e depois vão juntos para a sala assistir televisão. O humor acontece porque ele, apesar de realizar diversas atividades domésticas, mostra que é ele que “manda na casa” monopolizando a televisão e o controle remoto (figura 6).

Figura 6



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, p.133.

A dinâmica da inversão dos papéis presente nestas duas charges parece ser uma iniciativa interessante porque questiona alguns padrões; no entanto, a situação é abordada como algo que foge à normalidade - já que se trata de uma situação de desemprego. Por fim, acaba por ressaltar dois estereótipos: aquele que reforça que o homem não teria habilidades com atividades domésticas e outro que coloca o homem como autoridade máxima e que, apesar de não prover o sustento da família e estar na esfera doméstica, ainda “manda na casa”.

O último eixo temático que categorizamos para a análise das charges são aquelas que tratam dos baixos salários, do aumento das despesas e da alta da inflação. Duas dessas charges abordam situações em que a mãe cuida do filho; numa delas há uma comparação entre o salário baixo da professora e o salário baixo do pai metalúrgico. Em outra charge, o pai metalúrgico aparece desmaiado no chão porque viu o aumento na conta de água enquanto a esposa e o filho tentam acordá-lo. As duas situações mostram a mulher em sua



condição de mãe que estavam na tarefa de cuidar de seus filhos. Nessa categoria encontramos duas charges ambientadas no supermercado, na qual as mulheres reclamam do aumento de preço, da inflação e dos cortes dos salários. Por fim, outra situação que encontramos nesse eixo temático é o homem acompanhando as notícias na televisão enquanto a mulher realiza atividades na cozinha (figura 7).

A análise da coletânea *Tribuna metalúrgica: 20 anos ilustrada* realizada neste artigo partiu das 32 charges ou tiras cômicas que, de alguma forma, contemplaram a figura feminina. Nesse universo, identificamos dois ambientes e duas figuras femininas mais recorrentes nas charges: o ambiente da fábrica e o ambiente doméstico e a figura da trabalhadora metalúrgica e a figura da esposa do metalúrgico. Como concentramos nossa análise no ambiente doméstico e na figura da esposa do metalúrgico, das 32 charges identificadas, selecionamos 19 charges para a realização de nossas análises.

Figura 7



Fonte: *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998, p.105.

Partimos do pressuposto de que durante a década de 1990, nos tempos de sindicalismo cidadão, o sindicato passou a oferecer uma gama maior de serviços aos seus associados - que se estendia a toda família metalúrgica - e que, portanto, esse aspecto passou a permear também as produções comunicativas sindicais e as charges passaram a também retratar o mundo familiar do trabalhador. Essa hipótese pode ser uma boa tentativa para compreender essa construção comum e estereotipada do que seria a divisão de tarefas numa família operária.

Por outro lado, apesar de considerarmos que a lógica do sindicalismo cidadão pode ter sido a justificativa para a incidência de charges com figuras femininas retratadas no ambiente doméstico, nessa coletânea encontramos algumas temáticas que nortearam nossas análises e que podem estar mais associadas à esfera do lar, tais como: o desemprego, o acúmulo de horas extras e o aumento da inflação e diminuição dos salários. Catalogamos essas charges e concluímos que, nessa amostragem, a presença da mulher esteve predominantemente relacionada às atividades domésticas. Em pelo menos cinco charges a mulher apareceu usando avental; em outras cinco charges a mulher está em ambientes como cozinha ou lavanderia; além disso, em uma charge ela lava roupa, em três charges ela faz compras no supermercado, em quatro charges ela lava louça ou cozinha e em seis charges ela aparece, de alguma forma, associada ao cuidado dos filhos. Concluímos, portanto, que as charges - aquelas que não se propuseram a debater as relações de gênero no universo das fábricas e dos sindicatos -, ambientadas na esfera do lar, reproduziram uma figura feminina, da esposa metalúrgica, bastante associada à esfera doméstica e como a principal responsável pelo trabalho doméstico na esfera reprodutiva e nos lares da família metalúrgica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

Neste artigo, analisamos o trabalho doméstico na coletânea de charges *Tribuna Metalúrgica: 20 anos ilustrada*. Após breves considerações a respeito do movimento sindical e da comunicação sindical, bem como da charge como um importante instrumento de comunicação para o período, apresentamos os referenciais teóricos no âmbito das teorias feministas que embasaram nossas reflexões e análises.

Após a seleção das charges a serem analisadas, definimos como eixos temáticos o desemprego, as horas extras e o aumento da inflação e a redução de salários. Consideramos que em todas essas temáticas foi possível criar situações engraçadas em que o lar metalúrgico se apresentou como o centro do desfecho cômico e que, por isso, a esposa metalúrgica passou a ser uma figura recorrente no enredo temático das charges. Pelas análises, verificamos que as mulheres estiveram, predominantemente, associadas ao trabalho doméstico, seja pelo uso de avental, pelas atividades que realizavam ou pelo ambiente que ocupavam nas cenas retratadas.

A título de conclusão, podemos nos questionar se a vida imita a charge ou se a charge imita a vida. E, dessa reflexão, podemos depreender dois fatores importantes: primeiro, que as charges eram reflexo daquilo que boa parte das famílias e esposas metalúrgicas vivenciavam em suas casas e, segundo, que as charges sindicais da coletânea (exceto aquelas que trataram prioritariamente do debate de gênero) raramente buscaram retratar outras formas de divisão social do trabalho ou outros formatos de relações de sexo e organização das tarefas, ou até mesmo outras composições familiares. Nesse sentido, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, no respectivo tempo de publicação das charges, apesar de seu caráter combativo e comprometido com o debate de gênero, acabou por reproduzir o machismo estrutural e natural da sociedade capitalista, funcionando, em parte, como um reflexo do próprio sistema.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000. [Coleção Mundo do Trabalho].
- ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 1995.
- BENGOA, Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, SP, v.26, n.52, p.31-68, 2018.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (Teorias do). In: HIRATA, Helena, et al (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil** [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez Editora, 2015.
- FRANÇA, Teones. **Novo sindicalismo no Brasil**: histórico de uma desconstrução. São Paulo: Cortez Editora, 2013.
- GALVÃO, Andréia. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.32, p.107-126, 2011.
- GIANOTTI, Vito. **Comunicação dos trabalhadores e hegemonia**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
- IZQUIERDO, Maria José. **Bases materiais do sistema sexo/ gênero**. São Paulo: SOF, 1990, p.1-5.
- LOURO, Guacyra Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). **Gênero e Saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n.86, p.93-103, 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100005&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 26 Jan. 2020.
- MARINGONI, Gilberto. Humor da charge política no jornal. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo: Moderna; USP, n.7, p.85-91, set/dez 1996.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **As transformações no mundo do trabalho na década de 1990**: o olhar atento da charge na imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. Assis, SP: Unesp, 2005. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2005.

MIANI, Rozinaldo Antonio. **A utilização da charge na imprensa sindical na década de 80 e sua influência política e ideológica**. São Paulo: ECA/USP, 2000. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Coletâneas de charges da imprensa sindical: fontes visuais para uma história a contrapelo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.8, n.18, p.249-267, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180308182016249/6046>. Acesso em: 26 jun. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Vêras de. **Sindicalismo e democracia no Brasil**: do novo sindicalismo ao sindicato cidadão. São Paulo: Annablume, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1976.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. **Tribuna Metalúrgica**: 20 anos ilustrada. São Bernardo do Campo, SP: Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, 1998.

VERDELHO, Valdeci. A nova imprensa sindical. In: FESTA, Regina; SILVA, Carlos Eduardo Lins e (Org.). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas, p.80-98, 1986.

# TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS DO TRABALHO CAPITALISTA: OS IMPACTOS DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO CONTROLE IDEOLÓGICO DO ESTADO SOBRE A CONCEPÇÃO DE HOMEM NA ATUALIDADE

Rodrigo Roncato Marques Anes

Universidade Estadual de Goiás  
rodrigo.anes@ueg.br

**Resumo:** Este texto tem como objetivo refletir sobre as transformações históricas do trabalho no século XX, afim de compreender como tais transformações foram impulsionadas pelos desenvolvimentos tecnológicos e pela crise estrutural do próprio capitalismo, produzindo impactos na sociabilidade humana e na concepção de homem, especialmente com os avanços da reestruturação produtiva e com o apoio do Estado neoliberal para garantir o controle ideológico e político sobre o trabalho e a educação. Trata-se de um ensaio teórico, fundamentado em autores que se vinculam ao pensamento marxista, e que colaboram para compreensão do trabalho tecendo análises críticas acerca do sistema produtivo capitalista e sua capacidade de se reestruturar para garantir o controle sobre as formas de exploração no trabalho e sobre a alienação humana. A partir de tais fundamentos, este texto busca produzir reflexões que partem da análise sobre o desenvolvimento do sistema produtivo por meio da consolidação da indústria no século XX; passando pelo entendimento acerca os impactos da reestruturação produtiva sobre as relações sociais de trabalho, destacando como favoreceram o desenvolvimento de uma nova concepção de homem no capitalismo; avançando ainda para a compreensão sobre o exercício permanente do capital para impor o controle sobre o trabalho e sobre o homem, garantindo processos cada vez mais aprofundados de adequação do trabalhador ao mercado e aos interesses da ideologia dominante.

**Palavras-chave:** Trabalho. Reestruturação produtiva. Concepção de Homem.

## INTRODUÇÃO

Partimos do entendimento de que o trabalho não é somente a condição de origem do ser, mas também de continuidade para sua existência. Como é explicado por Antunes (2016, p. 51), a origem dos seres humanos, bem como o desenvolvimento e a complexificação destes, ocorre por meio do trabalho, e, por isso, só podem ser compreendidos como parte de um processo histórico e social, em plena continuidade e movimento, uma vez que os homens vivem “[...] produzindo e reproduzindo a si próprios na esfera do trabalho”.

Conforme a ideia do autor (ANTUNES, 2016), o trabalho se revela como atividade por meio da qual os homens encontram os meios para recriar a própria vida, possibilitando o seu desenvolvimento, num processo que culmina em transformação, elaboração contínua de objetos e produtos, para satisfação de necessidades e desejos humanos. Da mesma forma, o desenvolvimento das relações sociais também é decorrente dos avanços e transformações do próprio trabalho. Pelo trabalho, os homens desenvolvem-se e, articuladamente, tomam distância de práticas e atividades individuais, cuja realização os restringia originariamente às intervenções singulares estabelecidas unicamente através do metabolismo entre homem e natureza (MARX, 2010).

Na perspectiva marxiana a análise do trabalho pelo seu movimento histórico, considerando seu desenvolvimento e sua determinação na produção e evolução da sociabilidade humana, significa situá-lo em sua totalidade, ou seja, para além da sua forma positiva – aquela que o toma como essência humana no sentido ontológico. Isso implica assumi-lo como categoria que produz continuamente “[...] mediações concretas que se estabeleceram e se estabelecem de maneira diferente em momentos específicos do desenvolvimento constitutivo da humanidade do homem” (RESENDE, 2004, p. 51).

Marx e Engels (2009) explicaram que a cada novo tipo de processo de trabalho idealizado, os homens reorganizaram a produção, gerando efeitos sobre a sociabilidade humana. Do que se entende que as sucessivas transformações na realidade, modificam o próprio homem e, com ele, os sistemas específicos de cooperação no trabalho. Sistemas estes que se manifestaram desde os contextos mais simples e primitivos, em que se produzia o mínimo para garantir as necessidades primárias e básicas para o homem poder existir; até a chegada de contextos mais desenvolvidos, em que a produção coletiva passou a garantir também o acúmulo de produtos excedentes, os quais poderiam ser guardados e apropriados enquanto riquezas, o que possibilitou a ampliação do interesse pela criação e reprodução de novos objetos, valores de uso e a aquisição de novas riquezas sociais, além de ter favorecido o acúmulo humano de conhecimentos e novas estratégias para transformação da natureza (ANTUNES, 2016).

Contraditoriamente, o desenvolvimento da divisão social do trabalho favoreceu a organização entre os homens, o acúmulo de riquezas e a transformação da realidade, mas também contribuiu para que fossem minimizadas as reais condições do homem para dominar, conhecer ou se apropriar da totalidade que envolve os diferentes tipos e processos de trabalho, desenvolvidos em sociedade. Isso porque, cada homem, ocupando uma parte específica da produção ou realizando apenas um tipo de trabalho, limitou-se, numa esfera de produção, a restringir seu conhecimento sobre a totalidade do próprio trabalho. O processo separou o homem (o empobreceu) da compreensão mais ampliada sobre os processos produtivos que passam a constituir a sua própria vida.

Nesse sentido, a divisão do trabalho significou e continua significando, ao mesmo tempo, o acúmulo de produtos e objetos para o desenvolvimento do homem, mas também sua progressiva especialização, inevitável fragmentação do seu trabalho e alienação humana.

De todo modo, como explicado Antunes (2016), a possibilidade de elaborar produtos para consumo humano imediato, como também para acúmulo de riquezas, foi o que impulsionou o processo evolutivo dos homens, gerando, progressivamente, a realização de trabalhos cada vez mais organizados e fragmentados socialmente. Isso pode ser melhor compreendido se seguirmos por uma análise do desenvolvimento da sociedade capitalista, e especificamente sobre as formas de organização do trabalho que demarcaram na história o processo contínuo e contraditório de enriquecimento e empobrecimento humano.

Nessa perspectiva, elegemos como objetivo para este ensaio teórico, refletir criticamente sobre as transformações do trabalho no século XX, sobre como tais transformações foram impulsionadas pelos desenvolvimentos tecnológicos e pela crise estrutural do próprio capitalismo, afim de compreender os marcos estabelecidos na concepção de homem com os avanços da reestruturação produtiva e com o apoio do Estado neoliberal para garantia do controle ideológico e político sobre o trabalho e a formação humana (educação).

Para isso, em sequência, avançaremos neste texto com a análise sobre o desenvolvimento do sistema produtivo por meio da consolidação da indústria, afim de localizar o progressivo aprofundamento do controle sobre o homem e seu trabalho; passando pela análise acerca dos impactos da reestruturação produtiva sobre as relações sociais de trabalho, destacando como favoreceram o desenvolvimento da uma nova concepção de homem – adequado às novas demandas do setor produtivo; seguindo ainda para a compreensão sobre o exercício permanente do capital para limitar as explicitações de suas contradições e garantir processos cada vez mais aprofundados de adequação do trabalhador ao mercado e aos interesses da ideologia dominante na atualidade.

## **O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO INDUSTRIAL E A CRISE ESTRUTURAL NO FINAL DO SÉCULO XX**

---

Com o apoio em autores que se dedicaram a esta análise histórica, especialmente Alves (2014), Antunes (2005; 2011), Frigotto (2010), Harvey (2008), Pinto (2013) e Saviani (2005), destacamos inicialmente que o capitalismo industrial veio se desenvolvendo em função do acúmulo de conhecimentos experienciais,



científicos e tecnológicos, que auxiliaram na criação de metodologias de trabalho cada vez mais adequadas às necessidades de ampliação da margem de acumulação da burguesia.

Estas metodologias foram iniciadas no século XIX e aprofundadas no século XX, para conduzir a produção de modo cada vez mais eficiente, valendo-se de técnicas, instrumentos e saberes que permitiram a criação de normas bem delineadas e um gerenciamento preciso no controle do trabalho. Nas palavras de Pinto (2013, p. 19), contribuíram para estabelecer formas ainda mais cruéis de alienação e exploração do homem e da classe trabalhadora de um modo geral, com “[...] estratégias cada vez mais agressivas visando aumentar as escalas de produção, padronizar a qualidade dos produtos, diminuir os custos da produção e transporte etc” (PINTO, 2013, p. 19).

Os avanços das metodologias de organização do trabalho estiveram diretamente articulados ao desenvolvimento tecnológico fabril que, por sua vez, permitiu a mecanização das atividades, mas também impôs a necessidade de maior racionalização da produção, representada por formas mais sistematizadas de organização dos espaços de trabalho, e por ações mais instrumentalizadas e aprimoradas por parte dos trabalhadores e por parte dos seus administradores. Isso exigiu dos capitalistas o investimento em recursos, estudos e soluções que pudessem auxiliar na construção de regimes de acumulação mais efetivos, com sistemas metodológicos de organização eficientes, visando o aperfeiçoamento da qualidade do trabalho, associado à constante busca pela diminuição do tempo de produção em tarefas de maior complexidade (PINTO, 2013).

O regime de acumulação que acabou sustentando o sistema capitalista durante a maior parte do século XX foi resultante da articulação de dois processos metodológicos, técnicos e científicos, o Taylorismo e o Fordismo, também conhecido pelo binômio taylorismo/fordismo (ANTUNES, 2009).

A historicidade mostra que a depressão da economia nos anos de 1930, ocasionada pela crise de 1929, afetou o capitalismo em escala mundial, oferecendo ao taylorismo/fordismo a possibilidade e a oportunidade de desenvolvimento e amadurecimento de suas bases e estratégias, para organizar o modo de produção de maneira eficaz e promissora. Afinal, a época de crise exigia mobilização em favor do crescimento econômico, que por sua vez, foi direcionada para perspectivas que trouxessem melhores resultados, como o “[...] planejamento em larga escala [e a] completa racionalização do processo de trabalho, apesar da resistência do trabalhador à produção em linha de montagem e dos temores capitalistas do controle centralizado [da produção]” (HARVEY, 2008, p. 123).

O trabalho taylorista-fordista, apesar de ser relativamente formalizado, correspondeu naquele momento histórico às expectativas do capital, evidenciou as possibilidades de lucro a partir da materialização de processos de produção em que os aspectos objetivos e subjetivos da alienação se acentuaram. Estabeleceu as bases para uma efetiva gerência sobre o trabalho humano, tornando-o “[...] maquinal, parcelar, fragmentado, fetichizado, coisificado e alienado”, tal como é caricaturado por Chaplin no filme “Tempos Modernos” (ANTUNES, 2009, p. 28-29, grifos do autor).

O estabelecimento deste regime de organização do trabalho capitalista, como explicado por Harvey (2008), é resultante de um empenho coletivo da classe dominante, em favor da manutenção da ordem econômica, com o propósito de criar e sustentar um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem. Afinal, os métodos de organização do trabalho não se separam da totalidade, se articulam dialeticamente com o modo como o homem se constitui, como vive e sente a própria vida.

O taylorismo-fordismo avançou, e prevaleceu até a década de 1970, correspondendo às necessidades impostas por processos de trabalho cada vez mais acelerados, oferecendo o pleno exercício de controle sobre o trabalhador e sobre o ritmo de fabricação das mercadorias. Como explicado por Kuenzer (2001), esse modelo de trabalho foi ganhando notoriedade ao longo do tempo, se expandindo progressivamente, agindo em todos os tipos de trabalho e processos de produção, passando a garantir mecanismos mais prósperos para a valorização do capital. Estabeleceu modelos rígidos de organização da produção, em que se delimitava muito bem a “[...] divisão de tarefas entre as funções intelectuais e as instrumentais – a par de uma concepção positivista de ciência que fragmenta os diversos campos de conhecimento em áreas rigidamente delimitadas [...]” (KUENZER, 2001, p. 16).

Especialmente no período pós-segunda Guerra Mundial, mais precisamente entre 1945 e 1973, foi quando o taylorismo-fordismo desenvolveu suas potencialidades administrativas e ampliou seu alcance, conduziu o capitalismo ao crescimento econômico neste contexto, desencadeado conjuntamente pelos avanços da microeletrônica e da automação, especialmente nos países desenvolvidos da Europa, além de Estados Unidos e Japão. Afinal, estes países, trataram de exercer seus domínios sobre os países periféricos e subdesenvolvidos, apropriando de seus mercados consumidores e de suas matérias primas, explorando suas potencialidades produtivas, o que custou a eles o empobrecimento e a acentuação da desigualdade social, na relação com os países mais ricos (SANTOS, 2017).

Embora houvessem contradições, o processo de desenvolvimento econômico e industrial do período histórico mencionado (pós-guerra) demarca-o, de acordo com a definição de Hobsbawm (1995), como a “Era de Ouro” do capitalismo. Mostra o sistema produtivo sendo fortalecido, acompanhado pela expansão do regime de acumulação taylorista/fordista, com resultados positivos e dados expressivos que evidenciavam seu sucesso: aumento da população acompanhado do aumento da expectativa de vida; produção de alimentos superior aos indicadores populacionais; pleno emprego; metas de proteção social (seguro desemprego e previdência social) facilmente atingidas (GAMA, 2004).

Os resultados alcançados revelam a existência de um processo articulado de compromissos firmados, por parte dos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento do capital: o Estado, que se responsabilizou pelo cumprimento de seu papel intervencionista, garantindo sua ação em diversos campos (saúde, emprego, transporte, educação, etc), com a postura de “Estado de Bem-Estar Social” (keynesianismo); o capital corporativo, que teve que ajustar seus mecanismos de controle com certa suavidade para seguir rumo a uma lucratividade segura – as empresas, sustentadas pelo regime taylorista/fordista, formalizaram uma economia de escala e o processo de produção em série para o consumo de massa, implicando na condição de pleno emprego e na ampliação do número de trabalhadores contratados; e o próprio trabalho, que assumiu novas funções, adequando o trabalhador ao adestramento técnico e operacional esperado no processo de produção (HARVEY, 2008; SAVIANI, 2005).

O equilíbrio entre estes compromissos não foi alcançado sem resistências e disputas entre os agentes citados (Estado, capital e trabalho). Entretanto, foi o caminho que consolidou a base para o avanço do capitalismo pós-guerra, sobretudo com o estabelecimento de normas para contornar as possíveis adversidades que ameaçassem a lógica de produção e sua forma de organização. Esse equilíbrio contribuiu para o reforço ideológico e político em favor da hegemonia burguesa, justamente para dar continuidade ao domínio sobre as subjetividades dos trabalhadores, de modo a garantir o controle sobre eles e inibir qualquer possibilidade de se reconhecerem como explorados e menos favorecidos na relação de classes, reduzindo as possibilidades de tensões, rupturas ou enfrentamentos individuais e coletivos por parte deles.

É preciso destacar que, com o modelo de produção em larga escala taylorista-fordista, houve o acúmulo de trabalhadores nas fábricas, gerando, conseqüentemente, organizações trabalhistas e sindicais que precisaram ser combatidas e controladas efetivamente pelos capitalistas, para garantir a manutenção da ordem e do poder econômico burguês. Sobre isso, Harvey (2008) acrescenta que a derrota dos movimentos operários mais radicais que ressurgiram no período pós-guerra, por exemplo, foi um dos acontecimentos entendidos como fundamentais e importantes para impor o poder da ordem produtiva taylorista-fordista, propiciando uma condição política favorável ao desenvolvimento do capitalismo, com o fortalecimento dos ensejos para silenciar ainda mais os trabalhadores, conduzindo-os a assumir com mais rigor o *modus operandi* do regime de acumulação e da lógica de produção vigente.

O objetivo de acentuar o controle sobre os trabalhadores, acabou sendo perseguido e alcançado através de processos coercitivos no contexto de desenvolvimento do taylorismo-fordismo (1945-1973), que se materializaram nos mais diferentes espaços, dentre eles a própria escola, subsidiadas pela concepção de educação e de professor de cunho tecnicista, cujo foco foi a formação de trabalhadores adestrados e aptos a atender as demandas operacionais de produção (SAVIANI, 2005). Isso estava relacionado a busca para que a concepção de homem taylorista/fordista fosse adentrando na vida dos sujeitos e na organização de suas relações sociais, sustentada por uma perspectiva de disciplinamento humano, cuja postura é de obediência

e rigidez no cumprimento das funções operárias, caracterizadas pelo trabalho fragmentado e sustentado no conhecimento técnico e instrumental.

De todo modo, mesmo tendo estabelecido uma concepção de trabalho estritamente técnica e operacional e um modelo de homem adestrado, com o desenvolvimento da economia e o consequente aumento da concorrência no mercado mundial (ALVES, 2014), a partir do final da década de 1960 o regime de acumulação taylorista-fordista (associado ao keynesianismo) não conseguiu conter a explicitação das contradições que são inerentes ao próprio capitalismo. Harvey (2008) explica que a rigidez dos processos de trabalho realizados com base no modelo de produção taylorista-fordista – caracterizados por postos de trabalho fixo, repetitivos e com tempo de execução cronometrado –, fez com que os capitalistas não conseguissem administrar os conflitos que, inevitavelmente, emergiram nas relações de produção, explicitando os problemas e as fragilidades em torno de sua organização. Havia problemas de rigidez do taylorismo-fordismo também relacionados aos investimentos de capital em sistemas de produção que não permitiam a flexibilidade de planejamento; em relação às idealizações de crescimento econômico estável em mercados de consumo extremamente invariantes; e ainda com relação aos modelos de contratos de trabalho que eram fixados e estabelecidos aos trabalhadores.

Os problemas de rigidez do taylorismo-fordismo para o desenvolvimento do capitalismo, foram se somando a outros fatores também responsáveis pelo desencadeamento de uma onda de crise do próprio sistema econômico. Um destes fatores, refere-se ao fato do Estado ter se tornado cada vez mais exigido na manutenção de seus compromissos assistencialistas, exatamente no momento (mais precisamente a partir de 1965) em que a organização econômica apontava para a necessidade de redução do investimento em gastos públicos.

As tentativas que ocorreram por parte dos capitalistas para quebrar a rigidez do taylorismo-fordismo, ainda foram fortemente impedidas. Porque já no final da década de 1960 a classe trabalhadora apresentava forte resistência a qualquer proposição cuja perspectiva fosse o incremento de novas formas e práticas de trabalho que conduzissem à intensificação de sua exploração ou que culminasse na possibilidade de desemprego, o que justifica a ocorrência de problemas de ordem trabalhistas e a forte onda de greve de trabalhadores entre 1968 e 1972.

Harvey (2008) explica que a expansão do capitalismo pós-guerra só se manteve até 1973, já que a realidade evidenciava que “[...] o mundo capitalista estava sendo afogado pelo excesso de fundos e, com as poucas áreas produtivas reduzidas para investimento, esse excesso significava forte inflação” (HARVEY, 2008, p. 136). Soma-se a crise do petróleo ocorrida também naquele mesmo ano, gerando profundas mudanças e impactos em diversas economias, contribuindo com o avanço de uma crise estrutural do capitalismo global.

É preciso destacar que esse contexto de crise estrutural do capitalismo que não foi desencadeado somente pela incapacidade de continuidade do modelo de acumulação até então vigente (taylorismo-fordismo), mas porque representou algo muito maior e mais profundo, relacionado ao forte desenvolvimento das contradições e fragilidades do próprio sistema, que por sua vez revelam as possibilidades de interromper sua continuidade (SANTOS, 2017). Por essa razão, tornava-se latente a necessidade de uma nova reestruturação do desenho geográfico, político e econômico no mundo, que conduzisse a produção a assumir uma lógica de acumulação que estivesse associada ao desenvolvimento da acumulação transnacional, especialmente para reestabelecer as margens de lucro dos capitalistas que haviam sido diminuídas (SANTOS, 2017).

As grandes indústrias viram-se na emergência de entrar num período de racionalização. Como explicado por Frigotto (2010), continuar com o modelo taylorista-fordista poderia colocá-las em risco, por isso, a partir da década de 1970, intensificaram os processos de reestruturação do trabalho, especialmente porque precisavam criar novos sistemas de organização da produção que dessem conta de acompanhar os grandes saltos tecnológicos da microeletrônica que ocorriam naquele momento histórico, associados ao desenvolvimento da informática, da robótica, da microbiologia e da engenharia genética. Tudo isso para que pudessem ser geradas outras formas de exploração do trabalho, acompanhadas pela redução dos gastos com mão de obra, garantindo a manutenção da alienação pelo trabalho e a potencialização da extração da mais-valia.

Em consequência, as três últimas décadas do século XX demarcam um período conturbado da história dos países capitalistas, como é o caso do Brasil, vivenciado por um processo de crise estrutural cujo conteúdo histórico é bem mais complexo, acompanhado por sujeitos e mediações também mais complexas, não sendo possível o encontro de respostas e resoluções simples e imediatas que pudessem dissolvê-la. Na verdade, a crise exigiu amplos e profundos processos de reestruturação econômica, política e social, com a finalidade de produzir novos sentidos e significados nas relações de trabalho e nas relações econômicas, que favorecessem os processos de alienação e acumulação do capital, repercutindo diretamente (e negativamente) sobre a vida, sobre o exercício da atividade humana e social, sobre a concepção de homem (FRIGOTTO, 2010).

## **A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITALISMO GLOBAL E SEUS IMPACTOS NA SOCIABILIDADE HUMANA E NA CONSTITUIÇÃO DE UM HOMEM-TRABALHADOR DE NOVO TIPO**

---

A reestruturação econômica e produtiva do capitalismo, a qual viemos destacando, encontrou forte resistência por parte da classe trabalhadora. Esta se viu diante da incorporação de novos recursos tecnológicos ao trabalho, que necessariamente implicaram na sua liberação, na produção de um movimento de desemprego estrutural. Afinal, como afirma Saviani (2005, p. 21), “[...] o avanço tecnológico converte-se, sob as relações sociais de produção capitalista, em instrumento de maximização da exploração da força de trabalho, ampliando a marginalização social através do crescente desemprego mantido sob controle”.

De todo modo, as resistências encontradas não impediram que diferentes experiências em torno da implantação das novas tecnologias fossem se materializando, encaminhando um processo de transição das formas de organização das relações de produção. Tais experiências, como entendidas por Frigotto (2010), consistiram na realização de mudanças qualitativas das bases técnicas dos processos produtivos, funcionando como mais uma etapa da Revolução Industrial, de modo que fosse possível, para beneficiar o capital, acelerar a incorporação dos novos recursos tecnológicos (capital morto) e, em contraposição, reduzir o investimento no capital vivo (trabalho humano).

Todo este processo conduziu o capitalismo ao movimento de constituição de sua reestruturação, gerando um novo regime de acumulação, com fortes impactos sobre o trabalho de um modo geral. Segundo Frigotto (2010), foram instituídas novas formas de divisão da produção, novos conteúdos e conhecimentos, estabelecendo, conseqüentemente, exigências cada vez mais elevadas de qualificação aos trabalhadores.

Este novo regime de acumulação e organização da produção é denominado por Harvey (2008) como *acumulação flexível*<sup>1</sup>. Regime por meio do qual as sociedades capitalistas passaram a se desenvolver tomando como referências novas noções de tempo e espaço de trabalho, conduzido por processos de produção cada vez mais automáticos, rápidos e mutáveis. “O cronometro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado” (ANTUNES, 2011, p. 22).

---

1 A acumulação flexível marca “[...] um confronto direto com a rigidez do fordismo. Se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento de emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais complementares novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um [...] movimento [...] de “compressão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado” (HARVEY, 2008, p. 140).

A forma de produção que melhor subsidiou o desenvolvimento, a ampliação e expansão do regime de acumulação flexível foi o japonês, conhecido como toyotismo. Iniciou para atender à necessidade particular do Japão, que visava produzir poucas quantidades de uma grande variedade de produtos, o que tornou este sistema eficiente na sua diversificação, caracterizado como plástico, adaptável. Foi responsável pela implantação do processo conhecido como “automação”, resultante da confluência entre “autonomia” e “automação”, tendo acoplado às máquinas de produção um dispositivo que as paralisa caso seja identificado algum problema no processo de fabricação, permitindo assim um funcionamento autônomo (sem a mediação humana) e de qualidade (sem a possibilidade de haver peças defeituosas) (PINTO, 2013, p. 62).

Antunes (2009) destaca que os traços do toyotismo, que definitivamente o distingue do modelo anterior (tayolismo-fordismo), são: produção vinculada à demanda, ao atendimento de necessidades individuais, tornando-a mais heterogênea possível; trabalho em equipe, organizado através de funções multivariadas; estrutura flexível de produção, que impõe ao homem a necessidade de capacitação para operar várias máquinas ao mesmo tempo; princípio do *just in time* – o melhor aproveitamento do tempo de produção; sistema *kanban* de organização da produção, que induziu a descentralização das funções e a redução dos estoques e reposições de peças da produção, através de informações permanentes relacionadas a quantidade real de materiais que são gastos em cada posto de trabalho; estrutura horizontalizada, tendo centralizado na empresa apenas 25% de toda a produção, e os demais 75% transferidos para firmas terceirizadas; organização subsidiada por Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), formados por grupos de trabalhadores eficientes, induzidos pelo capital a dispor suas capacidades intelectuais para criar critérios cada vez mais exigentes de avaliação do desempenho obtido na produção; incorporação de uma pequena parcela (25 a 30%) dos trabalhadores como funcionários fixos, cujos ganhos salariais passam a vincular diretamente ao aumento da produtividade, de modo que assumam o papel de funcionários empreendedores e colaborativos.

Estes traços do toyotismo passam a reger as readequações das estruturas produtivas nos mais diferentes tipos, setores e níveis de trabalho, de modo que nada mais viesse a ser empecilho para garantir o fluxo contínuo de acumulação de riquezas, por sua vez, advindas das formas mais diversificadas de exploração do trabalho e do trabalhador.

A racionalização toyotista impulsionou o intenso controle sobre os homens-trabalhadores, colocando-os em condições ainda mais desfavorecidas. De acordo com Harvey (2008), isso aconteceu porque os capitalistas-empregadores aproveitaram do contexto de crise – em que o risco de desemprego era eminente e estruturalmente necessário; em que havia elevada quantidade de mão-de-obra excedente; e que os sindicatos estavam politicamente fragilizados – para estabelecer medidas trabalhistas severas, caracterizadas por: ganhos salariais bem modestos; exigência por rápidas adequações e readequações das habilidades no trabalho; ausência de segurança na manutenção do emprego e péssimas condições de trabalho; imposição de contratos de trabalho flexíveis, abertos ao atendimento das necessidades do mercado e às exigências do capitalista-empregador.

Segundo Antunes (2011), os enfrentamentos contra o modelo flexível toyotista realizados pelos trabalhadores e associações sindicais, acabaram sendo abafados pelas ações ideológicas e políticas do próprio processo de reestruturação da economia. Nesse sentido, a flexibilidade estabelecida nas relações de trabalho desenvolveu-se unilateralmente, impossibilitando qualquer tentativa que favorecesse também o trabalhador. Para Harvey (2008), a mudança mais radical no empobrecimento do trabalhador está relacionada ao grande aumento de atividades de trabalho consideradas temporárias, as chamadas subcontratações. Possibilitando às empresas diminuir seus investimentos em trabalhadores fixos e bem remunerados, para dar lugar às forças de trabalho que pudessem ser facilmente admitidas ou demitidas sem grandes prejuízos ao empregador.

Outras mudanças também foram destacadas por Antunes e Alves (2004) com relação aos impactos da reestruturação produtiva no trabalho e no trabalhador, que, especialmente na atualidade, encontram-se ainda mais intensificadas. Dentre elas citam: a desregulamentação do trabalho e a restrição de postos de trabalho industriais; expansão mundial do trabalho terceirizado e informalizado; aumento dos postos de



trabalho para mulheres, proporcional ao ritmo de sua exploração (menores salários e pouco prestígio na produção); expansão dos assalariados médios que atendem o setor de serviços; crescente desemprego de jovens e a exclusão de trabalhadores com idade próxima aos 40 anos; crescimento acelerado do chamado Terceiro Setor; estímulo ao trabalho domiciliar, para provocar a descentralização, flexibilização e precarização da produção; e a reconfiguração transnacional do mundo do trabalho (ampliação das suas fronteiras territoriais, políticas e econômicas).

Como consequência, estas mudanças trouxeram, além da concorrência estabelecida entre os trabalhadores em busca de emprego, o estímulo do próprio sistema do capital para o crescimento de pequenos negócios e empresas, funcionando não mais como apêndices do sistema produtivo global, mas como parte da composição central de seu desenvolvimento. Entretanto, intencionalmente e ideologicamente, tal estímulo funcionou para que os trabalhadores, sem grandes oportunidades de emprego e remuneração, se vissem na condição de possíveis capitalistas e empreendedores, dispersando-o da sua própria condição de classe, gerando a perda do seu sentido de pertencimento ao grupo menos favorecido, resultando na eliminação das possibilidades de organizações coletivas e sindicais. Tudo isso, além de reduzir as aglomerações de trabalhadores em espaços comuns de produção, intensificou as diferenciações destes, em todos os aspectos (tipos de trabalho, níveis de habilidades, funções, salários, tempo de produção, etc.), elevando ainda mais o estranhamento mútuo entre os próprios homens – a perda da sua consciência e identidade de classe (HARVEY, 2008).

Essa ênfase em torno do trabalho e do trabalhador, tal como ainda se desenvolve na atualidade, teve como perspectiva a intensificação das formas e condições de embrutecimento humano, representado pelo domínio das subjetividades, em favor do atendimento dos interesses produtivos. Este ordenamento está associado à valorização da concepção de homem marcada pelo toyotismo (acumulação flexível), traduzida no sujeito: adaptável às novas habilidades exigidas com as transformações do mercado; dinâmico e inovador no cumprimento de metas e tarefas; treinado a produzir respostas rápidas e eficientes frente aos problemas que emergem da produção; empreendedor na busca de estabelecer novas formas, técnicas, conhecimentos e metodologias que agreguem ao processo de acúmulo de capital; cooptado (pensa e age em favor do capital) e individual, não pertencente a classes, não articulado a outros interesses (coletivos) que não ao rendimento e a lucratividade da empresa; competitivo para o alcance de objetivos profissionais que resultem em melhores reconhecimentos no trabalho (salários, cargos, funções, etc).

Constitui-se, portanto, uma nova concepção de homem e trabalhador no capitalismo, ainda mais presente e aprofundada nos dias atuais, que conduz ao entendimento de que sua função foi direcionada à especialidade técnica e à competência de “saber fazer”, associado à busca por conhecimentos que lhe permite trazer soluções mais aprimoradas, elaboradas e fundamentadas para alcançar o padrão de *Qualidade Total* determinado pela lógica toyotista-empresarial (ANTUNES, 2011; ARRUDA, 1997; BRZEZINSKI, 1996).

Este padrão (*Qualidade Total*) é organicamente sustentado por princípios que exigem uma nova reorganização do trabalho (ágil, flexível, dinâmica e eficiente) e uma nova postura do trabalhador. Tais princípios orientam o trabalhador para que este siga: a Política de Qualidade – que exige o conhecimento sobre as regras de produção, sobre as relações interpessoais no trabalho, sobre os posicionamentos políticos defendidos pela empresa; a Gestão de Qualidade – que estimula adquirir uma postura gestora, que conheça as etapas da produção, suas demandas e saiba supervisionar e avaliar a produção, em favor do alcance da qualidade defendida; o Controle de Qualidade – que estabelece a realização do controle da produção em todas as etapas e não somente na mercadoria alcançada, verificando e corrigindo todas as possibilidades de imperfeições em cada uma das etapas do processo produtivo; a Garantia de Qualidade – que requer o relacionamento com os clientes da empresa para gerar a confiança sobre a mercadoria, evidenciando que sua qualidade foi atestada em todas as etapas da produção e também garantida após a sua comercialização; a Auditoria da Qualidade – que exige que a qualidade da mercadoria também seja atestada por quem a consumiu, a fim de que se produza um conceito sobre ela, adequado ao padrão de qualidade total que foi estabelecido; e a Contribuição da Qualidade – que dirige o trabalhador para a realização de um processo

avaliativo amplo, sobre todo o ciclo de controle de qualidade que foi seguido, para saber se todos os objetivos da Qualidade Total foram alcançados (ARRUDA, 1997).

São princípios que passam a nortear a concepção de homem toyotista, penetrando nos mais diversos espaços de organização social, política e econômica. Tendo sido amplamente difundidos para garantir e sustentar um novo tipo de trabalhador – o perfil “polivalente” – e um novo padrão de sociabilidade humana – correspondente à flexibilidade da produção e à valorização das práticas de consumo burguês (ANTUNES, 2009, p. 30).

Isso mostra que no processo de reestruturação produtiva, apesar da evidente ampliação da margem de desemprego estrutural e da desvalorização do próprio trabalho, o desenvolvimento técnico-científico de postos de trabalho não abriu mão da classe trabalhadora. Na verdade, como explicado por Antunes e Alves (2004), a classe que vive do trabalho foi redirecionada. As funções dos trabalhadores passaram a ser exercidas em novos processos de trabalho, localizados ao lado da produção, representados por tarefas de regulação, apoio e supervisão da estrutura produtiva ao qual estão vinculados, valendo-se do uso das mais diversas ferramentas tecnológicas e de diferentes recursos de telecomunicação. Isso porque, como explicou Antunes (2011), o capitalismo global deixa de depender somente da tradicional exploração do trabalhador manual e industrial, para requerer também a organização de novas capacitações e funções para o trabalho, socialmente combinadas, criativas, de modo que todas elas possam vir a cooperar funcionalmente com a máquina produtiva, agregando continuamente mais valor às mercadorias e ao próprio capital.

Os avanços da tecnologia e da automação da produção trouxeram ao capitalista a possibilidade de diminuir o tempo de trabalho necessário para a produção da mercadoria, com a utilização de técnicas eletronicamente mais avançadas e flexíveis, mas, isso não significou a redução de sua exploração sobre o tempo de trabalho excedente realizado pelo trabalhador, do qual ele se apropria para gerar mais-valia. A diferença é que, neste contexto de reestruturação produtiva, o trabalhador passou a assumir produções cada vez mais diversificadas e fragmentadas, desde aquelas mais técnicas e operacionais, até as direcionadas ao gerencialismo, supervisão e organização da produção, o que, conseqüentemente, lhe exigiu maior ocupação do seu tempo para o trabalho e a busca por novas qualificações profissionais (ANTUNES, 2011). Em suma, ocorre o aprofundamento da subsunção real do seu trabalho ao capital, como compreendido e explicado por Marx (1978).

A difusão dos princípios toyotista que reconfiguraram a concepção de homem/trabalhador e intensificaram a exploração do trabalho, foram ainda mais impulsionados em decorrência de um fenômeno que Chesnais (1999, p. 77) compreendeu como “mundialização do capital”, também conhecido como globalização. Caracterizado pelo quadro de reestruturação e expansão econômica, política e territorial do capitalismo, que se desenvolveu instituindo um novo modo de gerir o mercado a partir das últimas décadas do século XX, promovendo sua completa abertura a nível mundial, ao mesmo tempo em que estimulou as ações de desregulamentação das leis trabalhistas, gerando a possibilidade dos “[...] grupos industriais explorar simultaneamente as vantagens da livre circulação de mercadorias e das fortes disparidades entre países, regiões ou locais situados dentro das fronteiras do mesmo ‘mercado único’” (CHESNAIS, 1999, p. 94).

De acordo com Houtart (2006), a globalização possibilitou o salto para a expansão da reestruturação produtiva do capitalismo em escala global, tendo sido determinante para acelerar os ritmos de produção, além de sustentar e avançar o crescimento econômico almejado pelo sistema do capital. Este salto está diretamente vinculado a dois fatores que foram fundamentais para o processo de reestruturação produtiva. O primeiro diz respeito às novas tecnologias de informática e comunicação, que possibilitaram ao capital estender suas bases e condições de reprodução nos mais diversos espaços do globo e nos diferentes tipos de produção e organização do trabalho. E o segundo fator, refere-se à ascensão e difusão de um neoconservadorismo, que passou a acompanhar o desenvolvimento do regime de acumulação flexível, especialmente na América do Norte e em países da Europa Ocidental a partir do final dos anos de 1970, atingindo posteriormente também países capitalistas periféricos como o Brasil, tal como temos vivenciado de forma acentuada nos dias atuais (HARVEY, 2008).

O neoconservadorismo foi constituído por políticas vinculadas aos conceitos e ideias neoliberais, que apontaram para um novo modo de gerir a economia burguesa e o processo de circulação das mercadorias, caracterizado essencialmente por políticas de privatização, desregulação financeira, desregulamentação do trabalho e liberalização do trabalhador (MAGALHÃES, 2014). Tais políticas, associadas à informatização e aos sistemas de telecomunicação, contribuíram para produzir avanços significativos na internacionalização da economia capitalista, impulsionando as possibilidades de lucros e acúmulos de riquezas para garantir a hegemonia burguesa, valendo-se de formas mais flexíveis de exploração do trabalho e mecanismos ideológicos de controle e cooptação da classe trabalhadora.

O neoliberalismo foi o que conduziu os países capitalistas a entrarem efetivamente num momento pós-taylorista/fordista. As reformas políticas produzidas pelos governos neoliberais, como os casos pioneiros da Inglaterra, Estados Unidos e Chile, trataram de se opor bruscamente às práticas de Estado keynesiano, por entender que o intervencionismo estatal era prejudicial, favorecia a crise econômica, aumentava as despesas com os gastos públicos, contribuía para elevar os níveis de inflação, impedia o crescimento da arrecadação fiscal e também a valorização do capital. Por conseguinte, trataram de fomentar o fortalecimento de uma nova concepção de Estado, entendido como regulador da economia, de modo a garantir um “clima” estável e favorável para os negócios, legitimar as práticas flexíveis de emprego e mercado; supervalorizar os processos de automação dos mais diversos tipos de produção; e atrair a migração geográfica das indústrias e multinacionais, com a oferta de isenção tributária, liberdade comercial e flexibilidade na regulamentação trabalhista (ANTUNES, 2011; CHESNAIS, 1999).

No caso do Estado brasileiro, as medidas neoliberais relacionadas a reestruturação produtiva, foram desenvolvidas e estabelecidas mais precisamente a partir de 1990. Desde então, os diferentes governos<sup>2</sup> que assumiram o controle sobre a nação, com suas particularidades e especificidades partidárias e ideológicas, em comum contribuíram para que reformas políticas fossem implementadas no sentido de colocar o Brasil articulado aos interesses do capital internacional. A partir de diferentes perspectivas e estratégias, estimularam o investimento do país em diversas áreas do setor produtivo, materializando mudanças em áreas estratégicas como trabalho, saúde e educação, como a finalidade de alinhar o desenvolvimento e a economia do país aos padrões estabelecidos pelos países capitalistas desenvolvidos e garantir novas formas de submissão do trabalho ao capital.

Vale destacar que não deixaram de haver grupos políticos associados que buscaram agir enquanto oposição ao processo de instauração das forças neoliberais no país (QUEIROZ, 2014). Entretanto, as forças hegemônicas, sustentadas pelo poder econômico burguês, conseguiram avançar para que as reformas neoliberais fossem implementadas e o regime de acumulação flexível fosse adotado amplamente e gradativamente em todo o território brasileiro, como projeto político e ideológico de organização do trabalho e da própria vida, impactando no desenvolvimento humano e na concepção de homem.

---

2 Os avanços das medidas neoliberais foram iniciados no Brasil com o governo do então presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), posteriormente aprofundadas nos governos do final do século XX e início do século XIX, especialmente com os dois mandatos de governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC (1995-1998/1999-2003), e com os governos de Luiz Inácio Lula da Silva – Lula (2003-2006/2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014/2015-2016). Com o segundo mandato de Dilma Rousseff interrompido no seu segundo ano, em função de uma articulação política e econômica que culminou num golpe de Estado (de caráter jurídico-parlamentar-midiático) a partir do seu *Impeachment*, o objetivo foi atender aos projetos de aprofundamento das reformas neoliberais, levando ao cargo o então vice-presidente Michel Temer (2016-2018), fortemente caracterizado pelas defesas de políticas neoliberais e conservadoras. Já no atual contexto, o aprofundamento das medidas neoliberais é revelado num cenário ainda mais devastador, em função da união das forças conservadoras e burguesas que conseguiram eleger em 2018 o atual presidente Jair Bolsonaro, que, estrategicamente favorece a instabilidade política do país e a elite brasileira representada pelos grandes empresários, com a aprovação de reformas políticas ligadas à redução dos gastos públicos, às medidas de privatização e à desvalorização dos direitos do trabalhador.

## O EXERCÍCIO DE CONTROLE IDEOLÓGICO DO ESTADO EM FAVOR DA CONCEPÇÃO DE HOMEM ADEQUADA AO NEOLIBERALISMO E AO TRABALHO FLEXÍVEL

---

Segundo Neves (2013) as políticas neoliberais brasileiras, implementadas especialmente até o governo que antecedeu ao que se encontra em vigência, são associadas à lógica que ficou conhecida como capitalismo neoliberal de Terceira Via. Isso porque nestas políticas foram apropriados os princípios sociais democráticos, com a finalidade de garantir um discurso ideológico de aparente “justiça social” ao regime de acumulação flexível capitalista, funcionando como estratégia de maior controle da população, visando a adesão de homens e mulheres aos valores difundidos com o novo regime flexível de acumulação.

O neoliberalismo de Terceira Via avançou no Brasil no sentido de cooptar os sujeitos à valorização de atividades voluntárias e filantrópicas, porque estas contribuem com a redução dos investimentos do Estado nos serviços públicos. Além disso, tratou de solidificar práticas e discursos que conduzissem os trabalhadores à produção de iniciativas individuais e/ou coletivas que corroboram com os processos de exploração e intensificação do trabalho, sem que houvessem contra isso medidas políticas de contestação e práticas específicas de enfrentamento e reivindicação.

Estas ações cooptativas foram entendidas como necessárias enquanto medidas educativas, capazes de exercer o controle da classe trabalhadora num contexto de reestruturação da burguesia e reorganização das suas forças produtivas. O que exigiu do Estado brasileiro a adoção de uma nova “pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2013, p. 2), com vistas a combater às forças contra hegemônicas, políticas e sindicais, ainda latentes e advindas da própria classe trabalhadora organizada. Uma pedagogia movida por meio de ações educativas positivas, voltada a “repolitização da política”, produtora de consensos, que forma homens e mulheres politicamente adeptos às ações neoliberais, ao compromisso subjetivo com o desenvolvimento econômico e com o padrão de sociabilidade burguês (NEVES, 2013).

Nas palavras de Miranda (2005, p. 4), as medidas educativas das reformas neoliberais brasileiras trouxeram, na verdade, “[...] novos contornos à velha exploração da condição objetiva da classe trabalhadora associada à intensificação da exploração subjetiva”. Por isso, foram ocupadas ideologicamente por um discurso empreendedor, próprio do toyotismo e da acumulação flexível, carregado de sentidos motivacionais e de um otimismo individual, bem adequados à estrutura de mercado, em defesa da meritocracia, da flexibilidade e da qualidade total, legitimando as regras de exploração da classe trabalhadora, subsumindo o homem aos mecanismos mais perversos de alienação e controle produtivista.

O propósito da “pedagogia da hegemonia” exercida pelo Estado brasileiro foi adequar as ações dos homens aos interesses do mercado consumidor, ativando o consenso entre os próprios trabalhadores e o consenso na relação destes com o capital, garantindo acordos em torno de conceitos, políticas e concepções ideológicas que, na essência, contribuem para a manipulação da classe operária de um modo geral, conduzindo-a a valorizar o próprio processo de exploração ao qual ela mesma está submetida.

As ações voltadas para a produção do consenso foram incisivas na direção de enfraquecer e desestabilizar os sindicatos e as associações de classe, por meio de políticas opressoras e punitivas. Deste modo, as intervenções do Estado neoliberal brasileiro, não só avançaram na flexibilização e controle dos trabalhadores, como também, ao mesmo tempo, buscou amarrar as ações coletivas, dirigindo-as à adesão dos interesses empresariais, sob o discurso de cooperação e responsabilização no trabalho, para estimular a produção e o acúmulo do capital, associando estes ganhos à manutenção e garantia do emprego ao trabalhador.

Shiroma e Santos (2014, p. 22) explica que a lógica neoliberal da produção de consensos acabou conduzindo a classe trabalhadora ao seu próprio condicionamento e à adesão a um movimento ainda mais profundo e alienante, concebido como “consentimento ativo”. Representado pela aceitação e naturalização do trabalhador acerca da ideia de que o Estado brasileiro não poderia se responsabilizar pelo atendimento a todas as necessidades sociais, e que tornava-se necessário que cada homem e a própria sociedade organizada,

buscassem ativamente formas alternativas e colaborativas para contribuir com o desenvolvimento econômico e social.

As ações produtoras do consentimento ativo passaram a ser implementadas em todos os espaços de organização social, especialmente dentro das próprias empresas, a exemplo do movimento persuasivo e ideologicamente direcionado por elas, que chamam o trabalhador a um processo de desalienação, apenas ilusório, organizado através de produções que sugerem seu maior envolvimento, participação e integração com toda a produção. Fazendo com que, como consequência, o próprio trabalhador passe a não se reconhecer mais como explorado, mas como colaborador ativo e sócio empresarial, tendendo conseqüentemente a romper os laços com sua classe, para se organizar junto à empresa, numa articulação individual e independente (ANTUNES, 2009; MIRANDA, 2005).

O fato é que este movimento descrito para a produção do consentimento ativo, não representa nada mais do que a severa intensificação da alienação capitalista e cooptação do homem-trabalhador ao ideário neoliberal. Corrompe-se sua subjetividade, justamente para que permaneça educadamente dócil, passivo, adequado ao padrão de *Qualidade Total* estabelecido para a produção, limitado nas suas condições de questionar as contradições postas e ocultadas nas relações de trabalho, contribuindo ainda hoje, no século XXI, para a manutenção do *status quo*.

A produção do consentimento, segundo Harvey (2008), materializou-se por meio de estratégias utilizadas por diversos países que assumiram a ideologia neoliberal, como o Brasil, tendo variado de um lugar para o outro, e nem sempre alcançado o sucesso almejado. Mas, de um modo geral, tais estratégias foram materializadas por meio de diversas práticas coercitivas, como chantagens em torno de melhores condições de trabalho, ameaças de desemprego, estímulos à competição ou à persuasão em torno das possibilidades de elevação de cargos e salários. Somam-se ainda entre estas estratégias, uma de importância ideológica fundamental para o progressivo avanço do cooptação da classe trabalhadora, representada pela produção e reprodução de discursos e práticas educacionais, introduzidas nos mais diversos tipos de relações e espaços do cotidiano, como também nas atividades da própria educação formal (escolar) – exemplificadas no Brasil pelas concepções de educação e de professor neotecnista e neoescolanovista, por exemplo.

Em conjunto, as práticas mencionadas para a produção do consentimento ativo, passaram a operar num movimento colaborativo, caracterizado pela penetração de discursos, ideias e orientações neoliberais no “senso comum”. De modo que, o neoliberalismo, articulado ao processo de acumulação flexível, fosse progressivamente e ideologicamente assumido como a maneira necessária, adequada, ou até mesmo “natural”, para organizar a vida, as relações sociais de produção e o próprio homem (HARVEY, 2008, p. 50).

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

---

Tendo buscado destacar, pelo movimento histórico do trabalho e pela análise do avanço da reestruturação produtiva aliada ascensão neoliberal, o processo de transformação das formas de organização do trabalho e seus impactos sobre a concepção de homem no capitalismo, concluímos este texto reforçando a reflexão sobre a importância direcionada pelo capital ao aprofundamento do controle sobre o trabalho, mas também sobre a educação de um modo geral. Isso porque têm sido entendidos como medidas indispensáveis para a reprodução do próprio sistema econômico, e para a formação de homens/trabalhadores adequados aos diversos processos produtivos criados e desenvolvidos historicamente.

Como já foi mostrado por Frigotto (2010), não é de hoje que tanto o trabalho, como a educação, são apropriados pela classe dominante como recursos indispensáveis para direcionar a produção e as relações humanas, para estabelecer um modelo de homem e intensificar a promoção da ideologia capitalista, readequando e reestruturando suas práticas e seus conteúdos, sempre que preciso, e de acordo com as necessidades que emergem com a própria transformação da ordem burguesa.



Nos dias atuais, há forças contraditórias e em disputas que entendem o trabalho e a educação numa perspectiva contra hegemônica, como lugar privilegiado para a formação e para o desenvolvimento social. Impossível não reconhecer historicamente na educação por exemplo, a presença de ideias, grupos e práticas sociais que estão alicerçadas numa perspectiva crítica de educação, que buscam o fortalecimento de uma concepção de mundo e sociedade sustentada nos ideais socialistas, em favor da emancipação humana, da formação para a autonomia e para o exercício da liberdade intelectual (SAVIANI, 2005). O que reforça a contradição inerente ao próprio desenvolvimento do capitalismo, revela a coexistência de práticas e concepções que não só compactuam com os valores da sociedade de classes, como também representam possibilidades de enfrentamentos ao próprio sistema.

De todo modo, reconhecemos que o trabalho e a educação mediada pelo Estado neoliberal, diretamente impactados pela reestruturação produtiva e submetidos ao modelo de produção flexível como vimos ao longo deste texto, hegemonicamente vêm sendo utilizados para a produção de ações e práticas que acompanham a produção do consentimento ativo da população, promovendo a ampla difusão do neoliberalismo e formando trabalhadores disponíveis às exigências toyotista. Nesse sentido, tem contribuído para reforçar o entendimento de que o conhecimento deve ser tratado meramente como força produtiva, de propriedade exclusiva da classe dominante, que, por sua vez, disponibiliza-o à classe trabalhadora de maneira dosada, por meio de práticas educativas intencionalmente direcionadas, com conteúdos específicos, de modo que adquiram um tipo de saber também específico, sem o qual ela não poderia servir adequadamente à produção capitalista, e, ao mesmo tempo, insuficiente, para que não alcance a compreensão da totalidade que envolve sua produção (SAVIANI, 2005).

Isso explica o fato do trabalho e a educação terem sido um dos principais focos das reformas políticas implementadas no Brasil a partir de 1990, e também nos dias atuais. Não por acaso, destaca-se ainda que estas reformas centraram seus interesses sobre a formação para o trabalho, seja na escola, na universidade ou outros contextos sociais e formativos, de modo a garantir a hegemonia de um modelo educacional de caráter essencialmente profissionalizante, preocupado com as formas de garantir a reprodução, a repetição e a fragmentação do trabalho. O que, desta forma, pode permitir a perpetuação e o fortalecimento de uma concepção de homem cada vez mais alienado, controlado pelos avanços da reestruturação produtiva, portanto, aviltado da sua condição humana, criativa e emancipada.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. v. 4. Londrina – PR: Práxis; Bauru – SP: Canal 6, 2014.
- ANTUNES, Caio Sgarbi. **A escola do trabalho: formação humana em Marx**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Campinas, Campinas-SP, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. Apresentação. A crise da sociedade do trabalho: fim da centralidade ou desconstrução do trabalho? In: ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. Da pragmática da especialização fragmentada à pragmática da liofilização flexibilizada: as formas da educação no modo de produção capitalista. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Londrina. v. 1. n. 1. p. 25-33, jun. 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.
- ARRUDA, José R. C. **Políticas e indicadores da qualidade na educação superior**. Rio de Janeiro: Qualitymark/Dunya Editora, 1997.
- BRZEZINSKI, Iria. A questão da qualidade: exigência para a formação dos profissionais da educação sob a perspectiva da ANFOPE. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 109-130, 1996.
- CHESNAIS, François. Um programa de ruptura com o neoliberalismo. In: HELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

- GAMA, Carlos Alberto Machado da. **Reestruturação produtiva e reforma da educação profissional**: o decreto 2208/97: trajetória e posições no CEFET-Campos. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo – SP: Edições Loyola, 2008.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A formação de professores para o Ensino Médio: velhos problemas, novos desafios. **Educação e Sociedade**. 2011, vol.32, n.116, pp. 667-688.
- LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. Profissionalização docente no contexto da universidade pública: condução do professor à expertise. In: SOUZA, Ruth Catarina C. R. de; MAGALHÃES, Solange Martins Oliveira. **Poiésis e Práxis II – Formação, profissionalização, práticas pedagógicas**. Goiânia, Kelps, 2014.
- MARX, Karl. **O Capital**. Livro I. Capítulo VI (Inédito). 1. ed. São Paulo – SP: Editora Ciências Humanas, 1978.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**. 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O professor como intelectual estratégico na disseminação da nova pedagogia da hegemonia**. Anais da 36ª Reunião Anual da ANPED. Goiânia-Go: ANPED, 2013.
- PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX**: taylorismo, fordismo e toyotismo. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- QUEIROZ, Vanderleida Rosa de Freitas e. **O mal-estar e o bem-estar na docência superior**: a dialética entre resiliência e contestação. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.
- RESENDE, Anita C. Azevedo. **Para a crítica da subjetividade reificada**. 1. ed. Goiânia: Editora UFG, 2004.
- SANTOS, Jane Darley Alves dos. **A formação no curso de licenciatura em química UFG/Goiânia**: a relação entre a formação e o trabalho docente. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- SAVIANI, Dermeval. Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. Campinas – SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.
- SHIROMA, Eneida Oto; SANTOS, Fabiano Antônio. Slogans para a construção do consentimento ativo. In: EVANGELISTA, Olinda (Org.). **O que revelam os slogans da política educacional**. Araraquara. São Paulo: Junqueira-Marin, 2014. pp. 21-46.

# REFORMA TRABALHISTA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SINDICATOS: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES

**Maria Cristina Paulo Rodrigues**

Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF),  
doutora em Políticas Públicas e Formação Humana (UERJ). E-mail: mcristina@id.uff.br

**João Marcoyses Carvalho da Silva**

Graduando de Serviço Social/UFF e bolsista PIBIC/UFF da referida pesquisa no período 2019/2020.

**Ana Clara da Silva de Souza**

Graduanda de Serviço Social/UFF e bolsista PIBIC/UFF da referida pesquisa no período 2018/2019.

**Resumo:** O presente trabalho é resultado da Pesquisa “Trabalho, Precarização e Resistência: uma análise nas telecomunicações do Rio de Janeiro”, realizada no período de agosto de 2018 a setembro de 2020, tendo como objetivo central analisar as condições de precarização do trabalho nas telecomunicações do Rio de Janeiro, assim como as formas de resistência empreendidas pelos(as) trabalhadores, considerando especialmente o cenário pós aprovação/implantação da Reforma Trabalhista no país, em novembro de 2017.

**Palavras-chave:** Reforma Trabalhista; Precarização; Sindicato; Resistência.

## INTRODUÇÃO

A precarização é, concretamente, o que predomina nas relações de trabalho no Brasil com a Reforma Trabalhista. E se não é possível dizer que essa precarização teve início a partir das últimas mudanças no arcabouço legal de proteção ao trabalho, por outro, não há dúvida que a reforma aprofunda e agudiza essas péssimas condições. Os estudos nos quais nos referenciamos (TEIXEIRA et al, 2017; QUEIROZ, 2017; ALENCAR, 2017; KREIN, 2018; KREIN et al, 2019) indicam que a Reforma Trabalhista se constitui, no Brasil e no mundo, como uma legalização (ou regulamentação) de práticas e relações de trabalho que, desde os anos 1990 vêm impondo um aviltamento das condições de trabalho e de vida de um segmento significativo da população que depende unicamente da venda de sua força de trabalho para existir.

No caso das Telecomunicações, objeto do nosso estudo, estas medidas podem ser associadas, em especial, ao processo de privatização, ocorrido em 1998. O modelo estatal que vigorava desde a década de 1960 é posto em xeque em 1995, quando o governo Fernando Henrique Cardoso encaminha ao Congresso Nacional a proposta de Emenda Constitucional que suprime o monopólio estatal, proposta que é aprovada em 15 de agosto daquele mesmo ano. E nos três anos que compreendem o período entre a quebra do monopólio estatal e a privatização das empresas estatais, em julho de 1998, o governo FHC fez um forte ajuste no setor, de forma a prepará-lo para a privatização. Segundo o DIEESE (2009, p. 09) esta foi a maior privatização realizada no mundo no final do século passado, envolvendo um montante próximo a R\$19 bilhões e um ágio médio de 63,6%.

Dentre os ajustes no setor – tanto no período pré, mas principalmente no pós privatização – as mudanças nas relações de trabalho também assumiram um caráter radical. Como vem sendo apresentado em inúmeros estudos sobre o setor de telecomunicações, especialmente a partir dos anos 2000 (ANTUNES: 2006; WOLF; CAVALCANTE: 2006; NOGUEIRA: 2006; VENCO: 2009; ROSENFELD: 2009; BRAGA:

2012; DIEESE: 2009; 2014), as transformações advindas da reestruturação das telecomunicações brasileiras no contexto da crise estrutural do capital afetaram profundamente a organização do trabalho nesse setor, com repercussões tanto de ordem objetiva, quanto de ordem subjetiva para os trabalhadores.

Especialmente a partir dos anos 2000, há a consolidação ou amadurecimento de um modelo que, em consonância com as análises realizadas, tem no desemprego – e nas formas precárias de emprego – um de seus elementos principais, confirmando o que aponta Salerno (1995) citado por Alves (2013, p. 88), que é a *flexibilidade da força de trabalho que continua sendo estratégica para a acumulação do capital*. Flexibilidade que tem na terceirização uma de suas faces mais agudas. Nesse sentido, os dados de 2014 da subseção DIEESE-FENATTEL sobre o número de trabalhadores diretos e o número de trabalhadores em empresas terceirizadas é um item muito significativo na perspectiva de elucidar aspectos fundamentais da precarização que vem predominando nas relações de trabalho atualmente: tomando apenas as duas maiores operadoras, Vivo e Oi, temos, respectivamente, a primeira com 20.878 trabalhadores diretos e 114.603 trabalhadores em empresas terceirizadas; e a Oi, com 18.947 trabalhadores diretos e 148.298 trabalhadores em empresas terceirizadas.

Tal desproporção tem, para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do setor, uma série de consequências que vão desde desigualdades no nível salarial, nos benefícios (como tíquetes refeição/alimentação, plano de saúde, auxílio creche, dentre outros), na participação/liberdade sindical, até o desrespeito à legislação trabalhista, no que se refere ao recolhimento do FGTS, INSS, férias; ao cumprimento das normas de segurança e regulamentadoras de funções. E implicará, também, numa mudança no perfil da categoria, seja quanto ao gênero, idade, escolaridade, remuneração, assim como também no nível de participação sindical e política.

Ao mesmo tempo, não significa que tendo já experimentado uma profunda precarização, este setor – e os(as) trabalhadores(as) nele inseridos – estejam imunes ao ataque sistemático aos direitos conquistados. Tanto a bibliografia quanto os instrumentos adotados para a análise da realidade do trabalho nas telecomunicações cariocas (e-mails de denúncia enviados ao sindicato; entrevistas com dirigentes; acompanhamento das negociações do sindicato com as empresas; análise dos Acordos Coletivos) nos confirmaram que este processo iniciado nos anos 1990 só tem se intensificado nos dias atuais, provocando uma série de consequências para os trabalhadores – em especial aqueles que estão na condição de terceirizados.

Se a precarização tem se tornado a marca principal do trabalho na atualidade, não significa, no entanto, que os trabalhadores e trabalhadoras a aceitem como definitiva. Como apontado por Harvey (2011) o processo de trabalho é um “campo de batalha perpétuo”, onde, de um lado, o capital lança mão de diversificadas e renovadas formas de controle do trabalho na busca pela manutenção da sua taxa de lucro; e, do outro lado, os(as) trabalhadores(as) também são desafiados a se movimentar e agir em defesa de seus interesses. Neste campo de batalha, quais têm sido as “armas” utilizadas pelos(as) trabalhadores(as)? Os sindicatos têm conseguido criar ou adotar novas formas de comunicação e organização dos trabalhadores? Ou, ao contrário, estarão fadados a desaparecer ou perder importância? Essas foram algumas das questões que nos propusemos responder com a pesquisa e que estão organizadas, ainda que de forma inicial, no presente trabalho.

## **SOBRE O PROCESSO DE PESQUISA: NOTAS METODOLÓGICAS**

Ao longo de todo o percurso da pesquisa, nos propusemos a analisar a Reforma Trabalhista implantada em 2017 sob um ponto de vista crítico, entendendo-a, como apontam Teixeira et al (2017, p.27), como parte do desmonte de direitos que desestrutura a vida social, favorecendo apenas um único ator social – os empregadores. Para tanto, considerando a particularidade dos trabalhadores em Telecomunicações, recuperamos alguns materiais e dados de pesquisa anterior (RODRIGUES, 2016), atualizando-os e colocando-os

sob novos questionamentos, em comparação com aspectos que a realidade do trabalho nos suscita a partir da implantação da Reforma Trabalhista.

O instrumento dos e-mails de denúncia<sup>3</sup>, criado em 2010 pelo Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro (Sinttel-Rio) para receber mensagens dos(as) trabalhadores(as), constituiu-se num elemento extremamente rico e complexo para essa análise, uma vez que ali percebemos inúmeros aspectos que constituem o que vimos chamando de *precarização nas relações de trabalho e também do ser-que-vive do trabalho* (ALVES, 2011). Ao mesmo tempo, as mensagens enviadas ao sindicato pelos trabalhadores apontavam, em inúmeras situações, uma não conformidade com a situação precária – seja por atitudes individuais, seja apelando e participando de alguma reação coletiva. O estudo comparativo entre o período de 2012-2015 e o ano de 2018 nos indicou muitas permanências desta condição de precariedade e foi o principal material para a elaboração do filme “Isso está correto, sindicato?”<sup>4</sup>, em fevereiro de 2020.

Além deste instrumento, também os Acordos e Convenções Coletivas de trabalho tornaram-se parâmetros para avaliarmos em que medida a relação capital/trabalho, no caso das telecomunicações cariocas, assume uma correlação de forças mais ou menos favorável a um dos dois grupos a partir da Reforma Trabalhista: será possível já apontar mudanças nos Acordos/Convenções deste ano? Quais os pontos nos quais as empresas menos transigem e por que? Quais os pontos mais importantes que sejam mantidos, na visão do sindicato e dos trabalhadores e por que? Estas foram algumas das questões que nos colocamos enquanto elementos a serem investigados.

Como todo processo de pesquisa pressupõe que os investigadores estejam atentos ao movimento do real, também incluímos as ações/estratégias de negociação postas em prática pelo Sinttel-Rio frente às medidas tomadas pelas empresas no enfrentamento da pandemia do coronavírus. Apesar de originalmente não fazer parte dos objetivos da pesquisa, pensamos que estas medidas, sustentadas (ou não) nas Medidas Provisórias – especialmente a MP 936, que dentre os seus principais artigos inclui a redução da jornada com redução salarial; a suspensão dos contratos e a negociação individual, num claro desrespeito ao direito de associação, que os sindicatos representam – explicam muito bem a condição do trabalho no Brasil. Pelo que veio sendo produzido de reflexões desde o mês de abril (DIEESE, 2020; REMIR, 2020), a pandemia desvela de forma brutal a desigualdade histórica que conforma as relações de trabalho no Brasil, ao mesmo tempo que abre ainda mais a possibilidade para a intensificação desta precarização no trabalho.

Para este período, os materiais analisados foram, mais uma vez, os e-mails de denúncia, que num período de pouco mais de um mês – de 16 de março a 23 de abril – atingiram a marca de mais de 240 mensagens e provocaram repercussões na forma como a direção do sindicato atuou junto às empresas – com negociações/cobrança para o cumprimento das medidas de afastamento, higienização e fornecimento de EPIs, até a entrada com ações na Justiça para tal efeito. Todos esses materiais permitem compreender como os trabalhadores são impactados pelas várias formas de flexibilização das relações de trabalho, e, ao mesmo tempo, como têm sido capazes de reunir novos repertórios de organização e resistência.

Outro aspecto também associado à perspectiva teórico-metodológica e política da pesquisa é que, durante todo o seu desenrolar, houve a preocupação em possibilitar que o próprio processo da pesquisa de campo se constituísse como um momento de socialização e debate com os trabalhadores e seus representantes sindicais. Para tanto, foram realizadas reuniões periódicas<sup>5</sup> com grupos de dirigentes sindicais

---

3 De 2010 a 2019 foram mais de 20 mil mensagens recebidas, tendo como remetentes principais os trabalhadores e trabalhadoras das empresas terceirizadas. No presente trabalho não daremos destaque a essa primeira fase da pesquisa, priorizando a análise dos Acordos e Convenções Coletivas e as ações desenvolvidas no enfrentamento das medidas para a pandemia do coronavírus.

4 Esse vídeo foi um dos produtos da pesquisa e, além de sistematizar reflexões a partir dos dados levantados, teve como propósito principal fazer uma devolução da mesma ao sindicato, na perspectiva de contribuir para a ampliação do debate com a categoria.

5 Por conta das medidas de isolamento social em função da covid-19, a última vez em que estivemos presencialmente no sindicato foi no dia 13 de março. A partir dessa data, os contatos com os dirigentes se deram por e-mail (na realização de entrevistas), ou em alguns debates (lives) pelas redes sociais, com destaque para as temáticas da Reforma Trabalhista e a Pandemia e a organização dos trabalhadores. Tal limitação do contato presencial impactou, portanto, o acesso à totalidade dos Acordos e Convenções Coletivas que pretendíamos analisar, uma vez que o Arquivo foi um dos departamentos que foi fechado pelo



para apresentação e discussão dos resultados das análises realizadas – seja dos e-mails ou de documentos analisados, seja do próprio roteiro do filme.

## **RESULTADOS E REFLEXÕES SOBRE A REFORMA TRABALHISTA E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NAS TELECOMUNICAÇÕES**

---

Como salientado em todo o conjunto de textos críticos à Reforma, a negociação coletiva e o próprio papel dos sindicatos foram bastante afetados após a implantação da Reforma Trabalhista de 2017. Scherer (2020), em artigo intitulado *Diálogo e proteção social – a negociação coletiva após a Reforma Trabalhista*, destaca os pontos principais destas medidas: prevalência do negociado sobre o legislado, em uma lista aberta de temas (Artigo 611-A da nova CLT); alteração da hierarquia das normas regulamentadoras entre acordo individual, acordo coletivo, convenção coletiva e lei; proibição da ultratividade das cláusulas negociadas; e ampliação das possibilidades de negociação individual entre empregador e empregado. (SCHERER, 2019, 183).

Quando tomamos a realidade dos trabalhadores em telecomunicações do Rio de Janeiro, verificamos que os dirigentes sindicais também destacam alguns desses itens como ofensores nas negociações com as empresas. Em entrevista concedida à equipe de pesquisa<sup>6</sup>, o presidente do Sinttel-Rio aponta três pontos, que em sua avaliação, são os mais importantes: o fim do imposto sindical, principal fonte de arrecadação de fundos do sindicato; a prevalência do negociado sobre o legislado; e a possibilidade de realização de acordos individuais com trabalhadores(as). Ele destaca, no entanto, que o sindicato, assim como o conjunto do movimento sindical, tem empreendido esforços para enfrentar esses ataques. E relembra a luta em relação à adoção da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), ainda nos anos 1990, como estratégia das empresas para acabar com os reajustes salariais:

Por exemplo, quando foi instituída a PLR (no governo FHC) esse programa veio para acabar com os reajustes salariais pela inflação; então, com a luta dos trabalhadores e seus sindicatos essas questões foram sendo incorporadas nas negociações coletivas (como acordo à parte do acordo coletivo) e mantivemos toda a luta por reajustes salariais. (Luis Antônio Silva)

A fala do presidente do Sinttel-Rio, mais uma vez, também coincide com a análise apresentada por Sherer (2020), quando o autor destaca que frente a essas medidas dificultadoras da negociação coletiva pós reforma trabalhista, houve reação do movimento sindical, inclusive com realização de paralisações e greves. Nossas análises sobre os Acordos Coletivos assinados pelo Sinttel-Rio também nos permitem identificar essa movimentação e mobilização do sindicato em defesa da manutenção dos benefícios anteriormente conquistados por cada um dos três segmentos que compõem o setor de telecomunicações na atualidade – operadoras; prestadoras de serviço e teleatendimento.

### **Análise comparativa dos Acordos Coletivos**

Para efeito da análise comparativa, tomamos os Acordos assinados pelo Sinttel-Rio com a Oi (operadora); as Convenções coletivas com o sindicato patronal Sinstal (prestadoras de serviço); e os Acordos da Atento (teleatendimento).

---

Sindicato. Dessa forma, apenas os documentos que estavam na página do Sindicato puderam ser incorporados à análise. O que procuramos minorar através das entrevistas com os dirigentes.

6 Entrevista realizada por João Marcoyves, em 01/09/20, por e-mail.

Como sinalizado anteriormente, o isolamento em função da pandemia, nos impôs algumas limitações de acesso<sup>7</sup> aos Acordos e Convenções Coletivas, por isso, trabalhamos com aqueles que estavam disponíveis na página do sindicato: para a Oi, tomamos como base o último Acordo assinado, referente aos anos de 2018-2020, mais o Acordo sobre Jornada de Trabalho, também para o mesmo período<sup>8</sup>. No caso da Atento tivemos acesso, através do dirigente sindical que coordena as negociações com a empresa, ao último Acordo (2020-2021) assinado pelo Sinttel. O caso das prestadoras de serviço foi analisado através da Convenção Coletiva assinada entre Sinttel-Rio e Sinstal, sindicato patronal, para o período de 2018-2019.

O que de cara salta aos olhos é que a diferença desigual entre os três segmentos se mantém. O acordo da operadora Oi apresenta melhores e mais completos benefícios. Por outro lado, no Acordo da Atento também estão incluídas cláusulas bastante detalhadas sobre as medidas de proteção e o teletrabalho na pandemia. Para efeito de maior compreensão, apresentaremos nossa análise em três subitens.

### **Acordos Atento**

Quando comparamos os três segmentos que constituem as Telecomunicações, o Teleatendimento é o que apresenta os Acordos mais frágeis, uma vez que é neste segmento também que estão as mais precárias condições e relações de trabalho, como pudemos perceber a partir dos dados levantados e também a partir dos próprios depoimentos dos trabalhadores.

Desde o primeiro Acordo que analisamos, do ano 2000 até o último, referente ao período 2020-2021, vimos que eles têm a mesma estrutura (Remuneração, Benefícios, Jornada, Relações Sindicais, etc) que os Acordos das Operadoras e das Prestadoras de Serviço. No entanto, quantitativa e qualitativamente, os da Atento ainda apresentam menos benefícios.

Por exemplo, no Acordo de 2010, o valor do VR era R\$6,50, enquanto o da Oi, era R\$30,00; na Serede (prestadora de serviço), R\$19,00. No novo Acordo assinado (2020-2021) ainda se mantém tal diferença: o valor do VR para os trabalhadores de 220h mensais é de R\$17,60, enquanto na Oi os trabalhadores recebem um VR no valor de R\$34,00, e na Serede, R\$28,00. Mas não é só isso: no Acordo atual a empresa não pagou o reajuste de salário, alegando o impacto da crise com a pandemia. Foi garantido um abono, não computado para fins previdenciários e a indicação de que em 2021 o reajuste será acumulado.

No caso da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) a mesma “diferença desigual” é percebida entre os três segmentos: enquanto nas operadoras o valor pago fica entre 2 e 3 salários a cada ano, na Atento esse valor nunca chegou a 1 salário, desde a sua adoção, no Acordo 2001/2002<sup>9</sup>.

Os demais benefícios vêm sendo implementados também bem lentamente. Um deles, que nos chamou bastante atenção, já que este é um segmento marcadamente feminino, é o Auxílio Creche: no 1º Acordo em que ele foi incluído, em 2000/2001, ele equivalia a “20% do piso salarial da trabalhadora e seria pago até a criança completar 6 meses de vida, inclusive”. Foi sendo sucessivamente aumentado no tempo de vida da criança e no acordo de 2008/2009 ele foi estendido até os 48 meses da criança e o valor, para R\$95,00. No Acordo atual, há uma mudança para 50 meses e extensão também para os empregados (e não apenas para as mulheres).

Ao mesmo tempo, foram incluídos alguns outros itens que parecem dialogar bem com o tipo de trabalho desenvolvido e o perfil das pessoas que acabam trabalhando no segmento: desde o primeiro Acordo

---

7 A intenção da equipe de pesquisa era trabalhar com os Acordos e Convenções Coletivas dos anos imediatamente anteriores à implantação da Reforma Trabalhista (2016-2017), o que não foi possível. Então, nos referenciamos nos quadros de Acordos analisados por Rodrigues (2016), que reuniram o período de 1990 a 2010 (no caso da Telerj/Oi) e de 2000 a 2012 no caso da Atento e das prestadoras de serviço.

8 Nesse caso, este é mesmo o último Acordo, uma vez que a data base é 1 de novembro, ocasião em que o Sindicato apresentará nova pauta de reivindicações.

9 Enquanto nas prestadoras de Rede só na Convenção 2010/2011 é que é incluída, pela primeira vez, e prevalece a mesma lógica das empresas Contax e Atento.

(2000/2001), há uma cláusula *Deficientes Físicos*<sup>10</sup>, que prevê o abono de faltas ao trabalho decorrentes da comprovada manutenção de aparelhos ortopédicos. E no segundo (2001/2002) foi incluído *Convênio com instituições de ensino* (faculdades, escolas técnicas, e de idiomas; próximas ao trabalho; com descontos até 90 dias em caso de demissão; buscará estender desconto aos dependentes). Nesta mesma perspectiva, também foram incluídos, no Acordo atual, itens como reconhecimento das relações homoafetivas para inclusão de dependente, e licença para trabalhadoras(es) vítimas de violência doméstica. Nesse último item, foi criada uma comissão bipartite (com participação de empresa e sindicato) para analisar e acompanhar os casos de violência doméstica. Um outro ponto muito demandado, que é o abono de faltas para acompanhamento médico de familiares e reuniões escolares dos filhos, também sofreu alteração para mais – a primeira foi de 2 para 9 dias de liberação ao ano (sendo que, no caso de internação de filhos, sem limite de tempo); e a segunda, passou para 5 dias ao ano.

Na entrevista<sup>11</sup> realizada com o dirigente Ricardo Pereira, coordenador da Negociação na Atento, ele faz um balanço bastante criterioso do que se avançou e do que ainda é uma batalha, considerando ainda os impactos da Reforma Trabalhista e da pandemia. Nesse sentido, um eixo que é, desde o início dos anos 2000, muito combatido pela Empresa – Saúde e Condições de Trabalho – acumulou alguns avanços, desde o respeito ao Anexo II da NR17, uma das maiores batalhas do movimento sindical; até o reconhecimento do assédio moral/sexual como problemas a serem acompanhados pelo sindicato e a estabilidade para os(as) trabalhadores(as) com até 12 meses para se aposentar.

No eixo Jornada de Trabalho, o Banco de Horas permanece como uma questão problemática, embora o sindicato tenha conseguido que o limite de 180 dias para compensação, aprovado na Reforma Trabalhista de 2017, não fosse adotado pela empresa: o limite ficou em 90 dias, com compensação de no máximo 80 h. Ainda no eixo Jornada de Trabalho, entra o item Teletrabalho. Este foi resultado de uma árdua batalha dos trabalhadores e do sindicato, que incluiu denúncias, paralisações, ações na justiça – como a análise dos e-mails indicam, no item a seguir – e, ao final, estabeleceu prioridades para quem fará o teletrabalho, respeitando as orientações da OMS; instituiu auxílio para pagamento de energia e internet; e manutenção no pagamento do VR.

No que se refere às relações sindicais, um item muito importante foi a manutenção das homologações na sede do sindicato. Este, que foi um dos pontos principais da Reforma Trabalhista, por impedir a participação do sindicato na defesa dos trabalhadores, vem sendo garantido para praticamente todos os segmentos, ficando de fora apenas empresas muito pequenas, com as quais o Sinttel-Rio ainda não faz acordo coletivo.

Assim, se ainda permanecem inúmeras fragilidades no Acordo Atento/Sinttel-Rio, o que nossa pesquisa conseguiu levantar com a análise comparativa dos Acordos é que os trabalhadores e o sindicato se movimentam em defesa de condições de trabalho dignas.

### **Acordos OI**

A partir da análise dos acordos coletivos mais recentes, percebe-se que este segmento da categoria é, dentre os três, aquele que reúne as melhores condições nos Acordos Coletivos assinados pelo Sinttel-Rio. A começar pela sua própria duração de 2 anos (2018-2020), enquanto nas empresas terceirizadas a vigência é de apenas 1 ano. A avaliação dos dirigentes sindicais é que o período de vigência de dois anos é um mecanismo fundamental para barrar o impacto de alguns retrocessos num cenário de ascenso exponencial da flexibilização do trabalho que se aprofunda nesse estágio de acirramento da luta do capitalismo. Tanto é

---

10 Segundo o diretor do SINTTEL, Ricardo Pereira, membro da Comissão Nacional dos trabalhadores do Teletendimento, essa cláusula fez parte do Acordo até 2009/2010 (quando passou a constar em Manutenção dos Direitos Adquiridos), mas nunca teve muito apelo entre os trabalhadores, uma vez que a empresa, no Rio de Janeiro, não tem um contingente expressivo de deficientes físicos que lá trabalhem.

11 Entrevista realizada por Maria Cristina Rodrigues, por e-mail, no dia 25/08/20.

que a Oi já sinalizou para o sindicato que quer que o Acordo Coletivo a ser assinado em novembro de 2020 tenha duração apenas de um ano.

Além da vigência, alguns outros pontos implantados pela Reforma Trabalhista também não foram adotados no Acordo com a OI. Um deles é a homologação das rescisões com acompanhamento do sindicato – nesse caso, foi mantida a continuidade da realização da homologação nas instalações do SINTTEL-Rio. Outro item no qual o sindicato ainda conseguiu ter participação é no controle do Banco de Horas via acordo coletivo e não através da negociação individual entre empresa e trabalhador.

Por outro lado, é importante entender que as garantias dos acordos coletivos não são homogêneas, ficando a depender do contexto da correlação da disputa. Em uma entrevista<sup>12</sup> realizada com o presidente do SINTTEL-Rio, Luis Antônio Sousa Silva, ele demarca como para as operadoras foi possível, ainda que com algumas perdas, garantir a jornada de 40h semanais e uma estrutura de benefícios conquistada desde os anos 1990, praticamente sem alteração.

É importante salientar que, apesar da conclusão de que os impactos para os(as) trabalhadores(as) das operadoras sejam menores em relação às empresas terceirizadas, isso não configura um cenário de conforto. Trata-se de identificar níveis de precariedades dentro da categoria e principalmente reconhecer a importância da luta sindical que possibilita garantias em meio a um cenário em que o mundo do trabalho cada vez mais se aproxima da destruição total de condições dignas para trabalhadores.

### **Convenções Coletivas SINSTAL (Prestadoras de Serviço)**

Da mesma forma que com os outros dois segmentos anteriormente analisados - Teleatendimento e operadora - a análise comparada entre o acordo de 2010/2011 e o de 2019/2020 assinados com o SINSTAL serviu como um parâmetro muito rico em relação à dinâmica da relação empresas-trabalhadores. Procurando compreender os impactos da Reforma trabalhista de 2017 tanto em perdas de direitos já conquistados, quanto no poder de articulação do Sindicato no que tange a estratégias de manutenção de direitos, a comparação subsidiou, também, a apreensão dos impactos da privatização de 1998, que se manifestam até os dias de hoje.

Assim como no Acordo do Teleatendimento, também é possível identificar diferenças qualitativas em relação ao Acordo das operadoras, o que confirma o que vimos apontando sobre a diferença desigual instituída a partir da privatização e do intenso processo de terceirização. Mas, quando analisamos as duas Convenções verificamos que há uma grande similaridade entre os dois períodos, com praticamente todos os itens constantes na Convenção de 2010/2011 repetidos na atual, o que, segundo o depoimento do presidente do Sinttel-Rio, está totalmente em acordo com a estratégia adotada pelo sindicato de manter todas as conquistas que foram consolidadas desde o primeiro Acordo assinado com o sindicato patronal. Mas também é possível identificar alguns itens modificados ou retirados, assim como a inclusão de outros.

Dentre os pontos modificados, um item importante refere-se à Jornada de Trabalho: na Convenção de 2010 aparece a jornada de 40h semanais e na de 2018, essa jornada é de 44h semanais. Consultado o dirigente sindical sobre se essa alteração/aumento da jornada tinha relação com a Reforma Trabalhista, o mesmo nos informou que não. Embora represente, de fato, um aumento de trabalho, essa alteração tem mais a ver com a organização patronal: nos primeiros Acordos firmados com o sindicato patronal este era ainda pouco representativo das maiores empresas prestadoras de serviço. À medida que essas empresas passam a fazer parte da entidade, as mesmas o pressionam para cumprir a jornada de trabalho que adotavam, de acordo com a CF, de 44h semanais. Nesse momento, o sindicato não conseguiu manter a correlação de forças favorável aos trabalhadores. Ainda em relação à Jornada de Trabalho, um novo item é incluído, sobre o controle de pontos, denotando a importância para as empresas em controlar, de forma detalhada o tempo de trabalho. Mas também há uma outra inclusão, essa representando o resultado da ação do sindicato no enfrentamento aos desmandos/assédio das chefias imediatas, que refere-se à necessidade de que os

---

12 Entrevista realizada por e-mail por Ana Clara Souza, em 01/09/2020.

plantões sejam anunciados com antecedência e publicamente, a fim de coibir perseguições e arbitrariedade nas definições das escalas.

Também é possível identificar um outro item retirado da Convenção 2018/2019, que trata da Contribuição Assistencial ao sindicato. Esse item está diretamente relacionado às medidas da Reforma Trabalhista de 2017, que dificultou qualquer tipo de cobrança de taxas por parte dos sindicatos.

No que se refere aos benefícios gerais, também vale destacar a inclusão do item Reembolso por dependente com deficiência: nesse caso, chama a atenção, mais uma vez, o quão tarde esse benefício é garantido aos trabalhadores das prestadoras, quando os das operadoras já o têm garantido desde o início dos anos 2000.

Nesta mesma perspectiva, também vale destacar a inclusão, no Eixo Saúde e Condições de Trabalho, redação que se refere ao cumprimento das Normas Regulamentadoras 10 e 33, “de forma a reduzir ou neutralizar os riscos de acidentes ou doenças do trabalho, bem como informar às empresas por elas contratadas para prestação de serviços da obrigatoriedade do cumprimento das normas de segurança e proteção ao trabalho” (Convenção Coletiva 2018-2019). Pode parecer quase uma redundância, uma vez que as normas já deveriam ser cumpridas pelas empresas, mas no quadro de precarização que se instaurou com a terceirização generalizada, quando o sindicato registra tais demandas em Acordos, é mais uma estratégia de proteção aos trabalhadores.

Observamos, com essa análise, que, embora as alterações nos acordos não sejam, em sua maior parte, diretamente relacionadas à reforma trabalhista de 2017, isso acontece devido à prévia investida contra a categoria, em 1998, com a privatização das empresas de telecomunicações. Nesse sentido, não apenas os ataques às condições de trabalho nas telecomunicações atingiu respaldo legal há mais tempo, configurando as dificuldades da realização de suas próprias vidas atreladas às limitações impostas pelo avanço neoliberal, como, também, exigiu dos trabalhadores da categoria estratégias de resistência que datam do século passado, desafiando-os, segundo o dirigente sindical Luis Antônio, no que diz respeito à organização, representação e articulação de acordos coletivos que garantam direitos básicos relativos à saúde, salários, benefícios e movimentação política da categoria.

### **Ação sindical na pandemia: dos e-mails de denúncia a ações na justiça e novos itens nos Acordos**

Do dia 16/03 até 24/04/20, duzentos e treze (213) mensagens chegaram ao e-mail de denúncia<sup>13</sup> do SINTTEL-Rio, todas com a temática da covid-19. Este rico material nos diz muito sobre o medo e a angústia que se instalaram nas pessoas, à medida que as informações sobre a pandemia que se abateu sobre todas as partes do mundo iam se tornando mais numerosas e detalhadas, nas redes sociais e na mídia oficial.

Mas, para além do temor generalizado, estas mensagens também nos informam sobre as condições de trabalho predominantes para uma parcela considerável dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), em especial aqueles(as) que já há algumas décadas encontram-se submetidos(as) a relações de trabalho precarizadas, condição que se agravou ainda mais a partir da reforma trabalhista e da lei da terceirização, aprovadas e implantadas no ano de 2017, no governo Temer. Seguidas pelas medidas deste desgoverno Bolsonaro, que inclui desde a MP 905, da Carteira de Trabalho Verde e Amarela (aprovada na Câmara dos Deputados, mas que caducou pois o Senado não a apreciou no prazo de 20/04), até as MPs 936 e 927, estabelecidas para o enfrentamento da pandemia da covid-19.

Todas estas medidas expõem claramente as condições em que se estabelece a relação capital/trabalho, e que, na atualidade, tem imposto derrotas significativas para o campo do trabalho. Nesse sentido, as mensagens dos trabalhadores em telecomunicações tanto podem ser lidas a partir das suas particularidades, quanto também nos ajudam a entender as condições e relações de trabalho no atual estágio do capitalismo.

---

13 Como já exposto em outro relatório de pesquisa, esta é uma ferramenta de comunicação criada em 2010 pelo SINTTEL-Rio e desde esse período até à atualidade, mais de 20 mil mensagens foram enviadas pelos trabalhadores ao sindicato.



Um primeiro destaque que pode ser feito, é sobre a distribuição das mensagens no período de pouco mais de um mês, entre 16/03 e 24/04: mais de 1/3 das mensagens – noventa e três delas, chegaram na primeira semana, de 16 a 23/03. À medida que as ações do sindicato começam a surtir efeito (visitas aos locais de trabalho, negociação com as empresas, denúncias/ações judiciais, paralisações no teleatendimento), os e-mails de denúncia começam a se espaçar um pouco mais. E assim, temos 30 mensagens na semana de 24 a 30/03; 31 mensagens entre 31/03 e 06/04; 19 mensagens entre 07 e 13/04; 29 mensagens de 14 a 20/04 e 12 mensagens de 21 a 24/04, os últimos três dias do período analisado.

Mas também cabe uma avaliação sobre o quantitativo das mensagens enviadas pelos(as) trabalhadores(as) e a distribuição entre as várias empresas e segmentos que constituem hoje as telecomunicações. Dos 213 e-mails recebidos, a quase totalidade (206) referia-se às empresas terceirizadas, em especial, as empresas de Teleatendimento.<sup>14</sup> Apenas cinco destas mensagens eram de operadoras - 2 da Oi e 3 da Claro; e duas mensagens vindas do RH de pequenas empresas, indagando sobre como negociar com o sindicato as medidas da MP 936. O que sinaliza para a confirmação de que as empresas terceirizadas concentram as piores condições de trabalho, em qualquer setor da economia. E nas telecomunicações isso não se mostra diferente.

Quanto ao teor das mensagens, quando iniciamos a sua leitura, as primeiras delas questionavam sobre que medidas de proteção seriam adotadas nas empresas, tendo como referência o protocolo da OMS para a prevenção da pandemia (afastamento das pessoas idosas, grávidas ou com alguma doença prévia; mais os cuidados com a higienização das próprias pessoas e dos locais de trabalho). Estas mensagens também denunciavam o medo dos trabalhadores com as notícias de adoecimento (a maioria deles não confirmados) dos colegas e a preocupação com a possível contaminação.

Ao mesmo tempo, já encontramos ali algumas proposições de organização do trabalho que, posteriormente, foram adotadas e apresentadas às empresas pelo sindicato. Dentre elas, a adoção de escalas e espaçamento das PAs (posição de atendimento), no caso das empresas de teleatendimento; adiantamento de férias; férias coletivas. Chama a atenção também o fato de encontrarmos inúmeras mensagens iguais, enviadas por remetentes diferentes, assim como a chegada seguida de várias mensagens de uma mesma empresa, e também a informação sobre a adoção de medidas protetivas por parte de outras empresas do mesmo segmento. Especialmente estes aspectos nos indicam uma certa organização e ação coletiva, onde algumas vezes se supõe alienação e conformismo.

As denúncias das péssimas condições de trabalho começam a chegar logo a seguir e, mais uma vez, as empresas de teleatendimento são as mais citadas. As reclamações incluem desde o não fornecimento de álcool gel e a falta de sabonete nos banheiros, às condições no local (fechados, sem ventilação ou com ar condicionado super gelado, com aglomeração de pessoas), até a falta de informação/comunicação por parte das empresas, inclusive acerca da existência de trabalhadores infectados.

Muitas mensagens perguntam/cobram o que vem sendo feito pelo sindicato quanto às condições dos trabalhadores. Algumas delas demarcam iniciativas tomadas pelos próprios trabalhadores junto ao RH da empresa, na tentativa de adoção de medidas de proteção dos trabalhadores. Mas também falam da denúncia a outros órgãos (de saúde, à televisão).

À medida que as informações se multiplicam, as denúncias também assumem maior detalhamento e apropriação acerca das medidas que devem ser tomadas para a prevenção e aumentam as cobranças sobre o que não se cumpre nos locais de trabalho. Algumas mensagens apresentam textos bastante fortes, apontando para uma clara consciência da existência de categorias diferenciadas entre os trabalhadores (uns com mais direito à proteção que outros). Há uma afirmação sobre a importância de se pensar para além do lucro, e o reconhecimento de que as empresas pensam muito pouco nas pessoas, nas vidas de seus trabalhadores.

Em algumas mensagens, as novas reclamações se anexam a outras, antigas, como no caso do teleatendimento, em que as empresas mantinham ou mesmo intensificavam o impedimento de ida ao banheiro e

---

14 Em pesquisa anterior, esta mesma distribuição desigual dos e-mails de denúncia para o SINTTEL-Rio entre operadoras e terceirizadas também pode ser verificada. Sobre isso, ver Rodrigues, 2016; 2019.

as ameaças e assédio por parte dos gerentes, quando cobrados quanto aos equipamentos de proteção e ao cumprimento das medidas de afastamento.

Ainda numa crítica à condição desigual vivida pelos(as) trabalhadores(as), há várias mensagens apontando que as medidas tomadas pelas prefeituras e o governo do estado na redução de transporte público, os deixam ainda mais expostos. Tudo isso, nas palavras destes trabalhadores, faz com que estejam mais expostos à contaminação e ao risco de contaminar suas famílias. Há denúncias de que gestores repetem a leitura do presidente, de que a covid-19 é apenas uma “gripezinha”.

Embora tenha aparecido algumas mensagens que falavam de situação específica (homologação desmarcada, situação específica de doença pré existente), a imensa maioria das mensagens tratavam das condições gerais para o conjunto dos trabalhadores.

Chamou também a atenção o fato de que algumas mensagens foram enviadas por ex trabalhadores, ou mesmo por familiares em defesa de seus companheiros e apelando à ação do sindicato. Há também casos de mensagens de trabalhadores que não são enquadrados na categoria, mas recorrem ao sindicato por se reconhecerem como parte deste segmento.

Este conjunto de mensagens, para além das denúncias propriamente ditas, que nos possibilitam delinear um quadro bastante difícil acerca das condições e relações de trabalho nas telecomunicações do Rio de Janeiro, também nos permite pensar sobre a própria relação entre trabalhadores e sindicato: o que estes(as) trabalhadores(as) esperam do sindicato? O que podemos depreender da ideia que têm sobre o papel e a importância (ou não) dos sindicatos na defesa dos(as) trabalhadores(as)?

Quanto às ações do sindicato, várias mensagens pedem a ida do sindicato nos locais de trabalho para verificarem o descumprimento das medidas de prevenção. Em algumas delas, encontramos cobrança direta a uma ação do sindicato e, por outro lado, também há aquelas que fazem referência às medidas tomadas pelo SINTTEL – dentre estas, o informe da paralisação em um site da Atento, solicitando a ação do sindicato.

Há mensagens que registram novos problemas para condições novas no trabalho, como o Home office e as decorrências disso - horas extras não computadas; responsabilização pelos equipamentos (como computador), aumento nos gastos com energia, corte de benefícios (especialmente o vale refeição). E um claro pedido de orientação ao sindicato quanto à posição a ser tomada pelos (as) trabalhadores(as).

Nas mensagens das duas últimas semanas analisadas, já identificamos algumas mudanças nas ações das empresas, embora ainda não cumprindo totalmente as medidas e muitas delas tentando burlar o que foi determinado nas ações impetradas pelo sindicato. Também há referências a ações que o Sinttel-Rio tomou quanto a algumas empresas, pedindo que o mesmo seja feito na que trabalham.

Assim como a denúncia de descumprimento do que foi acordado com o sindicato.

De uma intensa denúncia da Atento, passa a predominar outras como Appa e Plansul, empresas menores, e outras novas empresas, parecendo indicar que as ações tomadas pelo sindicato estimularam novas denúncias. Neste período, há ainda um aumento no questionamento sobre o que é o serviço essencial no trabalho que executam, pondo em debate, novamente, a lógica de prevalência do lucro sobre a vida. Nas semanas de 7/04 para frente, algumas notícias sobre a morte<sup>15</sup> de trabalhadores/colegas também passam a aparecer nas denúncias, o que implica nos pedidos de maior acompanhamento pelo sindicato. Também aparecem as denúncias acerca da adesão das empresas à MP 936 e o não pagamento dos benefícios como vale refeição.

Este retrato sobre as difíceis condições de trabalho, que se agudizam sob a pandemia, confirma o que inúmeros estudos vêm apontando sobre o trabalho no capitalismo contemporâneo. Ao mesmo tempo, quando o investigamos em associação com as ações postas em prática pelo Sinttel-Rio também é possível verificar que os sindicatos continuam sujeitos políticos importantes na defesa dos direitos. As cláusulas referentes ao teletrabalho, à proteção na pandemia, mais os significativos avanços quanto ao assédio moral/

---

15 Pelo que o SINTTEL-Rio tem acompanhado, 4 mortes de trabalhadores(as) foram registradas neste período: duas na Atento; uma na Serede; uma quarta, na PLansul. Pelo registro dos e-mails, pelo menos mais uma morte, em outra empresa de teletendimento também aconteceu.

sexual e o reconhecimento de um tempo maior para a vida fora do trabalho (abono de faltas, por exemplo), parecem indicar não uma paralisia ou inoperância do movimento sindical, mas o seu contrário - o movimento sistemático e permanente dos trabalhadores.

## CONCLUSÕES

---

Quando nos propusemos a analisar os impactos da Reforma Trabalhista para os trabalhadores em Telecomunicações do Rio de Janeiro tínhamos claro que estes trabalhadores já haviam experimentado o ataque aos seus direitos quando da privatização do setor, em 1998. No entanto, o recrudescimento da flexibilização das relações de trabalho, pós crise capitalista de 2008, e que se aprofunda ainda mais com a pandemia do coronavírus, confirma essa condição precária e exige da academia e sua capacidade de pesquisa, o desafio e o interesse na compreensão destes fatos.

Os dados e análises que conseguimos reunir ao longo destes dois anos de pesquisa confirmam, sim, o grau de intensificação da precarização do trabalho. Precarização que se generaliza, mas que também atinge de forma diferente os vários segmentos da categoria dos trabalhadores em telecomunicações, reforçando a desigualdade estrutural da sociedade brasileira, onde as mulheres, os/as negras/os, os/as jovens constituem os grupos mais atingidos. Esses estão, no caso das Telecomunicações, majoritariamente nas empresas terceirizadas e são, hoje, o maior contingente do setor.

Mas, se a precarização é incontestável, também a resistência e a luta dos trabalhadores se fazem presentes, em repertórios que incluem tanto ações historicamente adotadas pelo movimento sindical brasileiro, quanto novas formas de comunicação (os e-mails de denúncia, os grupos de WhatsApp, são bons exemplos) e organização e representação. O que nos faz concordar, mais uma vez, com Harvey (2011), que afirma ser o processo de trabalho um campo de batalha perpétuo. Nossa pesquisa nos mostrou que os trabalhadores e as trabalhadoras em telecomunicações do Rio de Janeiro continuam na batalha pelos seus direitos.

## REFERÊNCIAS

---

- ALENCAR, Zilmara. **A face sindical da reforma trabalhista: Lei no 13.467, de 13 de julho de 2017**. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, --Brasília, DF, 2017. 392p. (Estudos técnicos)
- ALVES, Giovanni. **Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- **Dimensões da precarização do trabalho: Ensaio de sociologia do trabalho**. Bauru: Canal 6, 2013.
- ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006 (Coleção Mundo do Trabalho)
- BIAVASCHI, Magda et al. **O impacto de algumas reformas trabalhistas na regulação e nas instituições públicas do trabalho em diálogo comparado** In: KREIN, J.D; GIMENEZ, D.M; SANTOS, A.L.(orgs). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.
- BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- COSTA, G. M. **A Reestruturação do Setor de Telecomunicações no Brasil: um novo padrão de intervenção do Estado Neoliberal**. Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia). COPPE/Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- DANTAS, Marcos. **A Lógica do Capital Informação**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.
- DIEESE. **O Emprego no Setor de Telecomunicações 10 anos após a Privatização**. Estudos e Pesquisas, n. 46. Jul/2009.
- **Especial Operadoras**. Boletim SubSeção DIEESE/FENATTEL, n. 6, set. 2014.
- FILGUEIRAS, Victor Araújo (org). **Saúde e Segurança do Trabalho no Brasil**. Brasília: Gráfica Movimento, 2017.
- GALVÃO, A.; TEIXEIRA, M.O. **Flexibilização na lei e na prática: o impacto da reforma trabalhista sobre o movimento sindical** In: KREIN, J.D; GIMENEZ, D.M; SANTOS, A.L.(orgs). *Dimensões críticas da reforma trabalhista no Brasil*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

- KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V. A. *Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- LEAL, R. M. P. **Atraso e Modernidade no Brasil Globalizado: uma análise do discurso da mídia na privatização das telecomunicações**. Rio de Janeiro: 2001. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização do trabalho no mundo do telemarketing**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006 (Coleção Mundo do Trabalho).
- PADILHA, Valquíria. **Qualidade de Vida no Trabalho num Cenário de Precarização: a panaceia delirante**. Revista Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n. 3, p. 549-563, nov.2009/fev.2010 (pdf)
- PESSANHA, E; RODRIGUES, M.C.P. No olho do furacão: a ação sindical possível em tempos de covid-19 – o caso do Sinttel-Rio. Dilemas. Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Rio de Janeiro: Reflexões na Pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-12>
- QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Reforma Trabalhista e seus reflexos sobre os trabalhadores e suas entidades representativas**. DF: Brasília, 2017. DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Série Educação Política).
- RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. **Reestruturação, precarização e resistência nas telecomunicações do Rio de Janeiro: o trabalho no "campo de batalha"**. Rio de Janeiro: UERJ/Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH). Tese de Doutorado. Dez/2016.
- ROSENFELD, Cinara Lerrer. **A identidade no trabalho em call centers: a identidade provisória**. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009 (Coleção Mundo do Trabalho).
- SCHERER, Clovis. **Diálogo e proteção social – a negociação coletiva após a Reforma Trabalhista**. in: KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R.V.; FILGUEIRAS, V. A. *Reforma Trabalhista no Brasil: Promessas e Realidade*. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2019.
- SILVA, Maria Cláudia Pereira. **SINTEL/RJ 1984-2009: uma fotobiografia de 25 anos de ação**. Rio de Janeiro: Sinttel-Rio, 2010.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira et al (orgs). **Contribuição crítica à reforma trabalhista**. Campinas, SP : UNICAMP/IE/CESIT, 2017.
- VENCO, Selma. **Centrais de Teleatividades: o surgimento dos colarinhos furta-cores?** In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009 (Coleção Mundo do Trabalho).
- VIANNA, Gaspar. **Privatização das Telecomunicações**. Rio de Janeiro: Ed. Notrya, 1993.
- WOLFF, Simone; CAVALCANTE, Sávio. **O mundo virtual e reificado das telecomunicações: o caso Sercomtel**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006 (Coleção Mundo do Trabalho).

# SINDICATOS: DA CRISE AO RENASCIMENTO

Paulo Marques Alves

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa  
paulo.alves@iscte-iul.pt

**Resumo:** Surgidos na sequência da emergência da sociedade capitalista, os sindicatos viram os seus recursos de poder começarem a ser erodidos a partir da década de 70, entrando numa crise profunda, a qual constitui atualmente uma sua característica dominante à escala internacional. As suas causas são múltiplas, nelas se mesclando fatores exógenos ao movimento com outros que lhe são endógenos, muitas vezes olvidados, e aos quais daremos especial enfoque. Por todo o mundo, o sindicalismo só muito tardiamente enfrentou a situação, implementando desde então um conjunto de ações diversificadas, mas com um carácter extremamente limitado. Porém, a crise não representa necessariamente uma decadência inexorável do sindicalismo conducente ao seu desmoronamento definitivo. Este cenário só poderá ocorrer se o sindicalismo não adotar uma perspetiva radicalmente transformadora em termos de organização e de práticas sindicais.

**Palavras-chave:** Sindicatos, Recursos de poder, Crise, Transformação radical.

## INTRODUÇÃO

As revoluções ocorridas na viragem do século XVIII para o XIX e ao longo deste operaram uma rutura fundamental que possibilitou a emergência de uma nova sociedade. O sindicalismo está indissolúvelmente ligado a esta transformação.

Inicialmente sujeitos a uma forte repressão, em nome da defesa dos princípios de um liberalismo puro, da negação dos corpos intermédios típicos do Antigo Regime e do receio da união do proletariado nascente, os sindicatos integraram um movimento mais amplo em prol da liberdade associativa, tendo vindo a ser legalizados, com maiores ou menores limitações à sua atuação, ao longo do século XIX: 1824, no Reino Unido; 1884 em França; 1891 em Portugal.

O sindicalismo vive “tempos difíceis” (CHAISON, 1996) desde meados da década de 70 do século XX, altura em que os seus recursos de poder começaram a ser erodidos. Após décadas de crescimento, quer em termos de associados quer de influência, inicia-se uma época de refluxo. A crise desta forma associativa instala-se, tendo-se vindo a agravar e constituindo atualmente uma característica dominante do sindicalismo à escala internacional.

É sobre esta crise e sobre como dela se poderá sair que focaremos a nossa atenção. Depois de realizarmos um breve excuro sobre os recursos de poder dos sindicatos, abordaremos a crise, analisando as suas causas e os seus contornos, bem como o modo como ela vem afetando o movimento sindical. Interpelaremos igualmente as ações diversificadas, mas com um carácter extremamente limitado, que os sindicatos têm vindo a implementar no sentido de reverter a situação. Concluiremos afirmando que a crise não representa necessariamente uma decadência inexorável do sindicalismo que conduzirá ao seu desmoronamento definitivo. Este cenário só se verificará se ele não adotar uma perspetiva radicalmente transformadora em relação ao seu modo de organização e às suas práticas.

## OS RECURSOS DE PODER DOS SINDICATOS

Para defesa dos interesses dos trabalhadores, no quadro das relações sociais de trabalho existentes no capitalismo, os sindicatos mobilizam vários recursos de poder relativamente interdependentes, embora a



sua relação seja “*complex, sometimes conflicting, and not to be understood simply as an add-on*” (SCHMALZ; LUDWIG; WEBSTER, 2018, p. 115).

As primeiras abordagens baseadas neste conceito devem-se a Olin Wright (2000), a Ebbinghaus e Visser (2000) e a Silver (2003). Wright e Silver destacaram a existência de dois tipos de poder: o “poder estrutural” e o “poder associativo”, enquanto Ebbinghaus e Visser, aprofundando a conceptualização, acrescentaram um terceiro tipo, o “poder institucional”.

O poder associativo ou organizacional é o tipo primacial de poder de um sindicato. Deriva acima de tudo do facto dos trabalhadores se unirem de forma voluntária numa entidade coletiva, formada com base numa agregação de interesses e de valores – desde logo o da solidariedade – por eles partilhados, a qual tem por objetivo a defesa e a promoção dos seus interesses comuns. A fonte deste tipo de poder reside, deste modo, num conjunto de recursos endógenos ao movimento sindical, em particular o volume dos efetivos sindicais, a sua coesão e a capacidade de os manter mobilizados.

Uma associação sindical terá potencialmente mais poder se a sua coesão interna for elevada, fator crucial para o sucesso da ação coletiva; se for representativa; se for inclusiva e concentrada; se tiver uma grande capacidade de mobilização (assunção de comportamentos de cariz militante em detrimento de outros de carácter passivo); se evitar divisões de índole política, ideológica ou de estatutos; se tiver uma forte e alargada organização de base, envolvendo um vasto e empenhado número de militantes benévolo devotados à causa; se estes estiverem bem preparados através de uma eficaz formação sindical; se a participação dos sócios nas discussões e tomadas de decisão for a norma; se possuir recursos materiais relevantes (sobretudo capacidade financeira, incluindo fundo de greve); se recorrer a especialistas e a técnicos nos mais variados domínios para apoiar a fundamentação das políticas sindicais; se os procedimentos e níveis de informação forem adequados; se as estruturas organizacionais forem eficientes; e se o grau de congruência da ação face aos valores centrais do sindicalismo for elevado, o que Blackburn e Prandy (1965) designam de “*unionateness*”.

O poder estrutural ou económico é definido pela posição que os membros da organização ocupam no processo de produção e no mercado de trabalho, assumindo duas formas, segundo Silver (2003): “poder de negociação nos locais de trabalho”, que depende da posição dos trabalhadores no processo de produção, sendo mobilizado através da greve, da sabotagem, da travagem da produção ou de qualquer outra forma de ação coletiva; e “poder de negociação no mercado de trabalho”, que decorre fundamentalmente das qualificações que os trabalhadores possuem. Por exemplo, uma organização que represente trabalhadores com qualificações raras no mercado de trabalho terá potencialmente um poder acrescido por comparação com outra que represente trabalhadores pouco ou não qualificados. Este poder de negociação no mercado de trabalho depende ainda da situação nele existente quanto aos níveis de desemprego e de precarização da força de trabalho.

O poder institucional é definido como sendo “*a secondary form of power*” (SCHMALZ; LUDWIG; WEBSTER, 2018, p. 121), resultando de processos de luta e de negociação pretéritos nos quais os dois tipos de poder primários foram acionados. É corporizado por um conjunto de fatores como a maior ou menor proximidade dos sindicatos face ao poder político e o grau de influência que sobre ele exercem; a sua ligação e a capacidade que demonstram de conseguir influenciar a ação dos partidos políticos; a participação institucional nas empresas ou em instituições estatais; o peso da presença sindical na composição de outras estruturas de trabalhadores ou o nível de prestígio que os sindicatos gozam na sociedade.

Porém, como alertam estes autores, este tipo de poder é uma espada de dois gumes. Efetivamente, se a participação institucional é fonte de poder, ela acaba por ser igualmente uma via para restringir a ação independente do movimento sindical. Ao institucionalizar-se, ele afasta-se, em maior ou menor grau, da sua matriz originária de movimento social, deixando de ser um ator político autónomo com as consequências advenientes dessa opção.

Um quarto tipo de poder que tem vindo a ser evidenciado por diversos autores, nomeadamente Lehdorff, Dribbusch e Schulten (2018), é o “poder societal”, remetendo para duas dimensões. Por um lado, para um “poder cooperativo ou colaborativo”, isto é, para uma capacidade dos sindicatos estabelecerem

pontes e trabalharemos conjuntamente, sobre assuntos laborais ou não, com outro tipo de organizações da mais diversa índole ou com movimentos sociais com quem partilhem objetivos comuns, podendo fazê-lo em aliança ou coligação, ocasional ou com um carácter mais perene. Por outro, remete para um “poder discursivo ou comunicativo”, ou seja, para uma sua capacidade de intervir publicamente nas arenas existentes, posicionando-se de uma forma contra-hegemónica, visando influenciar a sociedade de modo a obter o seu apoio não só para as reivindicações sindicais, mas também, de uma forma mais ampla, para os seus projetos de enfrentamento do modelo socioeconómico hegemónico vigente. Mais uma vez, isto implica que os sindicatos atendam não só às questões laborais, mas também a outras que extravasam este âmbito.

Autores, em particular do sul global, têm ainda referenciado a existência de um “poder simbólico”, que na esfera cultural compensaria a existência de um poder económico limitado e a ausência de poder organizacional, e de um “poder logístico”, cuja mobilização permite compensar a inexistência de poder económico, e que se manifesta em bloqueios de vias de comunicação e outras formas de ação coletiva empreendidas pelos sindicatos ou por estes em conjunto com outros movimentos sociais (SCHMALZ; LUDWIG; WEBSTER, 2018).

De sublinhar que os sindicatos só muito dificilmente conseguem mobilizar todos os recursos simultaneamente, pelo que *“it is not so much the extent of power resources, but rather their development and specific combinations which are crucial for unions’ assertiveness.”* (SCHMALZ; LUDWIG; WEBSTER, 2018, p. 115).

Em última instância, o poder efetivo das organizações sindicais no quadro das relações sociais de trabalho dominantes no capitalismo reside na capacidade dos assalariados em ultrapassarem a concorrência entre si, se associarem e estarem mobilizados.

O compromisso social-democrata vigente durante o fordismo nos países capitalistas centrais robusteceu o poder sindical, nomeadamente o poder organizacional, pois os movimentos sindicais, com raras exceções, viram os seus efetivos crescer enormemente (no caso da Finlândia e da Itália em mais de 100%), e o poder institucional. Este, foi fortalecido pelo facto dos sindicatos passarem a usufruir de um nível elevado de proteção legal; devido à implementação de legislação laboral conferindo uma proteção relevante para a parte mais débil da relação de poder assimétrica em que a relação laboral se constitui; à elevada cobertura da negociação coletiva e à edificação do Estado Social enquanto resposta à questão social e forma de evitar a luta de classes, o que no fundo significou assumir a sua existência. Ele foi ainda fortemente reforçado com a integração institucional dos sindicatos, que ocorreu desde o nível microsocial (codeterminação na Alemanha; práticas de participação nos locais de trabalho) ao nível macrosocial (concertação social), passando pelo nível meso (participação num conjunto infundável de órgãos de carácter sectorial). Desta forma, o movimento sindical integrou-se de forma efetiva no sistema político e passou a participar diretamente na gestão do capitalismo. E a classe trabalhadora, integrada no sistema, foi arrastada para uma longa e profunda letargia.

## **A CRISE DO SINDICALISMO**

---

### **Os contornos da crise**

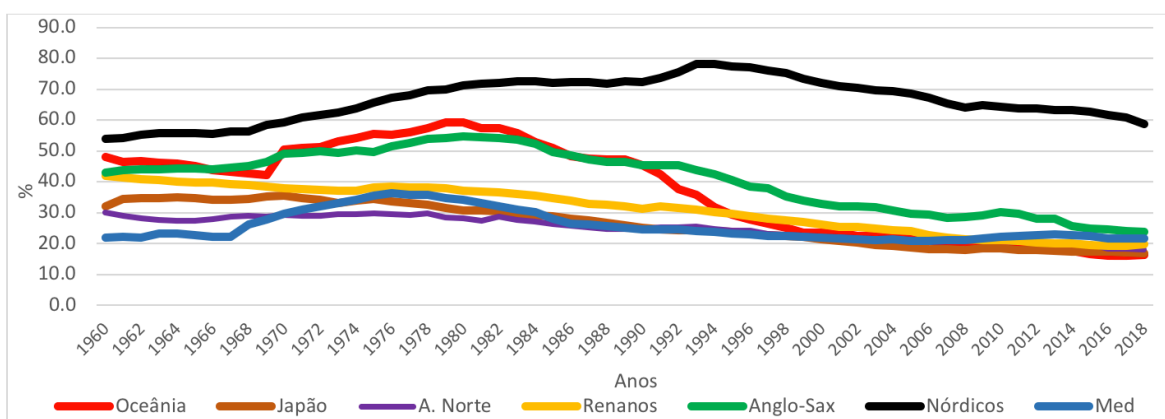
Se os “trinta gloriosos” foram anos de florescimento para o sindicalismo e lhe conferiram um poder importante, *“when the bill became too high”*, as classes dominantes decidiram abandonar *“the road of appeasing the working classes by the institution of a liberal state combined with doses of economic concessions”* (WALLERSTEIN, 1995, p. 26) seguida desde 1848, o que ocorreu nos finais da década de 60. Os alicerces do poder sindical começaram a ser erodidos, com particular ênfase para o recurso de poder crucial. A situação acabou por alastrar à generalidade dos movimentos sindicais. O sindicalismo entra numa era de declínio.

A aferição dos efetivos sindicais passa necessariamente pela taxa de sindicalização, que expressa a proporção entre o número de sindicalizados existente num dado momento e o total da população sindicalizável. Nos últimos decénios tem-se evidenciado uma tendência para o seu recuo, sintoma decisivo da crise do sindicalismo<sup>1</sup>. Todavia, ela não será um fenómeno novo, pois Mouriaux (1998) afirma que o sindicalismo francês atravessa a sua sétima crise.

Analisando a evolução global da sindicalização a nível agregado nos vários polos do sistema capitalista mundial entre 1960 e 2018 (Gráfico 1)<sup>2</sup>, constata-se a existência de uma fase de crescimento até à década de 70, seguida de uma outra no sentido do decréscimo.

Todavia, uma leitura atenta do gráfico permite-nos concluir que a regressão é desigual, visto ocorrer segundo ritmos e intensidades muito distintos, e também contraditória, pois diversos movimentos sindicais não só conseguiram resistir como até mesmo crescer enquanto outros já regrediam de uma forma mais ou menos intensa. No entanto, a partir dos anos 90 verifica-se uma convergência no sentido do declínio.

**Gráfico 1:** Evolução das taxas de sindicalização nos vários polos do sistema capitalista mundial (%), 1960-2018



Fonte: ICTWSS

No interior dos vários sistemas de relações sociais de trabalho também se verificam disparidades nos níveis de sindicalização que importa realçar, as quais mostram ser muito mais significativas do que os diferentes patamares de desenvolvimento económico ou do que as diferenças em termos de estrutura social deixariam antever (Quadro 1).

- 1 Para a medir, podem ser ainda utilizados outros indicadores: o decréscimo do número de indivíduos dispostos a militar; a quebra dos níveis de mobilização; a procura de outras formas organizativas; a desativação de estruturas sindicais e a inoperacionalidade de outras; a diminuição do número de greves e de grevistas ou o aparecimento de movimentos grevistas fora do quadro sindical; a perda de poder negocial na contratação coletiva; a perda de influência política do sindicalismo; etc..
- 2 Na Ásia inclui-se o Japão, na Oceânia, a Austrália e a Nova Zelândia; na América do Norte, o Canadá e os EUA. A nível da Europa considerámos os vários sistemas de relações sociais de trabalho existentes, à exceção do do Leste europeu: anglo-saxónico (Irlanda e Reino Unido); renano (Alemanha, *Áustria*, Países Baixos e Suíça); nórdico (Dinamarca, Finlândia, Noruega e Suécia); mediterrânico (França e Itália). Os valores presentes no gráfico correspondem às médias simples apuradas para cada grupo de países.

**Quadro 1:** Evolução das taxas de sindicalização em alguns países capitalistas centrais (%) (1960-2018)

|                         | 1960 | 1980 | $\Delta\%$ (80-60) | 2000 | $\Delta\%$ (00-80) | 2018 | $\Delta\%$ (00-18) | $\Delta\%$ (18-60) |
|-------------------------|------|------|--------------------|------|--------------------|------|--------------------|--------------------|
| <b>Oceânia</b>          |      |      |                    |      |                    |      |                    |                    |
| Austrália               | 50,2 | 49,6 | -1,19              | 24,8 | -50                | 13,7 | -44,76             | -72,71             |
| Nova Zelândia           | 45,8 | 69,1 | 50,87              | 22,4 | -67,58             | 18,8 | -16,07             | -58,95             |
| <b>América do Norte</b> |      |      |                    |      |                    |      |                    |                    |
| Canadá                  | 29,2 | 34   | 16,44              | 31,2 | -8,24              | 25,9 | -16,99             | -11,3              |
| EUA                     | 30,9 | 22,1 | -28,48             | 12,9 | -41,63             | 10,1 | -21,71             | -67,3              |
| <b>Renanos</b>          |      |      |                    |      |                    |      |                    |                    |
| Alemanha                | 34,7 | 34,9 | 0,58               | 24,6 | -29,51             | 16,5 | -32,93             | -52,45             |
| Áustria                 | 60,1 | 51,7 | -13,98             | 36,9 | -28,63             | 26,3 | -28,73             | -56,24             |
| <b>Anglo-saxónicos</b>  |      |      |                    |      |                    |      |                    |                    |
| Irlanda                 | 45,3 | 57,1 | 26,05              | 36   | -36,95             | 24,1 | -33,06             | -46,8              |
| Reino Unido             | 40,5 | 52,2 | 28,89              | 29,7 | -43,1              | 23,4 | -21,21             | -42,22             |
| <b>Nórdicos</b>         |      |      |                    |      |                    |      |                    |                    |
| Finlândia               | 31,9 | 69,4 | 117,55             | 74,3 | 7,06               | 60,3 | -18,84             | 89,03              |
| Suécia                  | 64,6 | 80   | 23,84              | 86,6 | 8,25               | 64,9 | -25,06             | 0,46               |
| <b>Mediterrânicos</b>   |      |      |                    |      |                    |      |                    |                    |
| França                  | 18,9 | 18,7 | -1,06              | 9,5  | -49,19             | 8,8  | -7,37              | -53,44             |
| Itália                  | 24,7 | 49,6 | 100,81             | 34,4 | -30,65             | 34,4 | 0                  | 39,27              |

Fonte: Cálculos próprios, a partir de ICTWSS

Veja-se o caso do Canadá, cujo movimento sindical tem resistido melhor à crise do que o dos EUA. Veja-se a França e a Itália, com evoluções opostas se tomarmos os dois anos polares para análise, pois enquanto o movimento sindical italiano cresceu nestes 60 anos – ainda que muito em virtude dos reformados – o francês afundou-se. Veja-se ainda os dois países nórdicos considerados, com o crescimento a ser residual na Suécia e muito intenso na Finlândia.

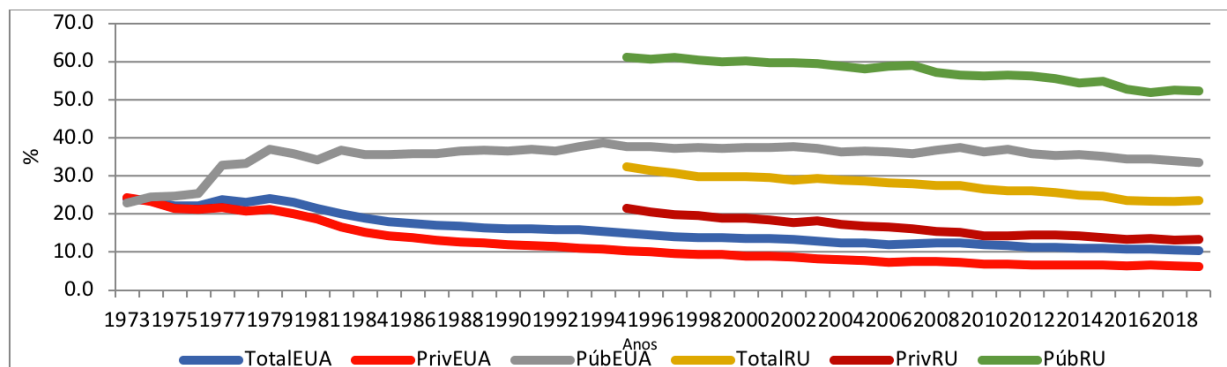
Portugal acompanha esta tendência. Entre 1978 e 2016, a taxa de sindicalização caiu 45,5 pontos percentuais, tendo sido perdidos cerca de três quartos dos efetivos sindicais, o que constitui um dos reflexos mais pronunciados a nível mundial. A taxa era de 60,8% em 1978, quedando-se nos 15,3% em 2016, o valor mais baixo de sempre. O movimento sindical português ocupa uma posição intermédia no contexto dos países do sul da Europa e o valor de 2016 é idêntico ao de países como a Alemanha, os Países Baixos, a Austrália ou o Japão.

O mesmo se passa no sul do continente americano. No México a taxa de sindicalização caiu de 40,7% em 1975 para 12,7% em 2016; na Colômbia, de 13,7% em 1981 para uns residuais 6,5% em 2017; na Argentina, de 40,0% em 1962 para 31,9% em 2014 e no Chile, de 22,0% em 1964 para 17,8% em 2016, o que representa uma recuperação face à situação existente durante o consulado de Pinochet. Com uma série estatística mais curta, o Brasil surge como uma relativa exceção neste panorama de declínio, com a taxa de sindicalização a variar entre um mínimo de 18,7% em 1990 e um máximo de 21,9% em 2015 (ICTWSS, 2019).

Porém, para uma boa delimitação dos contornos da crise, não nos devemos ater exclusivamente aos dados agregados, sendo necessária uma análise mais fina.

Num vasto estudo que incidiu sobre 38 países e que utilizou dados estatísticos provenientes de fontes diversas, Blanchflower (2007) detetou um padrão de regularidade no respeitante ao comportamento da sindicalização. Em primeiro lugar, ela era sempre mais elevada – em alguns países bastante mais elevada – no sector público do que no privado. É o que sucede no Reino Unido e nos EUA (Gráfico 2).

**Gráfico 2:** Evolução das taxas de sindicalização total e nos sectores público e privado (%) nos EUA (1973-2019) e no Reino Unido (1995-2019)



Fonte: Unionstats, para os EUA; Mercer e Notley (2008) e DBI&S, para o Reino Unido

Consequentemente, a crise do sindicalismo é uma crise sobretudo do sindicalismo do sector privado, com a forma sindical a restringir-se cada vez mais a um sector público que se encontra atualmente sob forte pressão. Em resultado desta situação, registou-se uma alteração muito relevante na correlação de forças no interior dos movimentos sindicais.

Em segundo lugar apurou-se que, de uma forma geral, a sindicalização era superior nos homens do que nas mulheres, sendo que outros dados nos revelam que, pelo menos, na Nova Zelândia (HAYNES; BOXALL; MACKY, 2006), na Suécia (COULET, 2008) e no Reino Unido (DBI&S, 2012) sucede o inverso. Em terceiro lugar, era igualmente mais elevada entre os que trabalhavam a tempo inteiro e nos escalões etários intermédios por comparação com os dos extremos, em particular os inferiores.

A informação estatística disponível para alguns países, nomeadamente o Reino Unido (MERCER; NOTLEY, 2008), evidencia a importância de mais algumas variáveis, como o nível de escolaridade, com a taxa de sindicalização a revelar-se muito superior entre os que possuem credenciais académicas, declinando à medida que se desce na hierarquia dos diplomas. Daí não ser de estranhar que os grupos profissionais mais sindicalizados neste país sejam atualmente o dos técnicos e o dos profissionais, igualmente os menos afetados pelo recuo generalizado da sindicalização, concentrando-se as perdas mais significativas nos grupos operários.

A sindicalização está ainda diretamente relacionada com o tipo de contrato, a antiguidade na organização e a dimensão desta. É francamente superior entre os trabalhadores com emprego estável, regredindo de forma menos acentuada neste grupo. Cresce à medida que a antiguidade aumenta, enquanto decresce de forma menos intensa nos escalões de antiguidade mais elevados. Sobe à medida que a dimensão da organização cresce e cai de forma mais intensa nas organizações mais pequenas.

No Reino Unido, o sindicalizado tipo atual é cada vez mais originário do sector público (sobretudo da educação), é mulher, tem uma idade superior a 35 anos, é dotado de um elevado capital escolar e exerce profissões técnicas em organizações com mais de 50 trabalhadores, onde labora a tempo inteiro e há mais de dez anos.



## As causas da crise

### As causas exógenas ao movimento sindical

Havendo um consenso generalizado de que o movimento sindical atravessa uma grave crise, há que refletir sobre as suas causas e as suas consequências, campo onde o consenso deixa de se verificar.

A crise tem sido objeto de várias explicações. Dois paradigmas colocam o acento tónico num conjunto de causas externas ao movimento, sendo que o primeiro sustenta que existem padrões regulares de crescimento e de declínio das taxas de sindicalização que acompanham as fases de crescimento e de depressão económica. O segundo assume que a regressão nos níveis de sindicalização constitui o epifenómeno de mudanças estruturais na economia (alteração do regime de acumulação; desindustrialização; crescimento dos serviços; reestruturações empresariais; internacionalização dos mercados; financeirização da economia; etc.); na sociedade (desagregação das comunidades de trabalho ou impossibilidade de as construir; precariedade; desemprego; alterações na composição da classe trabalhadora e sua crescente heterogeneização, complexificação e fragmentação; individualização das relações de trabalho; reforço do unilateralismo patronal; implementação de práticas hegemónicas de cooptação e de coerção que produzem o “consentimento” da dominação por parte dos trabalhadores; etc.); na política (alteração das formas de intervenção do Estado, com as privatizações e o desmantelamento do Estado Social; aumento do unilateralismo estatal; imposição de leis laborais que desregulam o mercado de trabalho; legislação antissindical; afastamento do movimento sindical por parte dos partidos sociais-democratas; etc.); e no domínio ideológico (individualismo; estilhaçamento da cultura operária, baseada em valores como a igualdade, a solidariedade, a camaradagem, o coletivismo; etc.)

Ambos os paradigmas têm um ponto em comum: postulam lógicas de carácter universalista, o que constitui a sua principal fragilidade. De acordo com essa lógica, teríamos como consequência a existência de uma convergência dos padrões nacionais de sindicalização, o que os dados não evidenciam, como constatámos anteriormente.

Pelo contrário, verifica-se a existência de uma diversidade de situações, o que impele a que fatores específicos aos diversos países sejam mobilizados para explicar porque é que alguns movimentos sindicais conseguiram crescer após a década de 70, outros conseguiram resistir melhor à crise, alguns começaram a perder efetivos de forma acentuada a partir de finais dos anos 70 e outros já se encontravam em declínio antes desse momento de viragem. Esses fatores podem passar pela legitimidade obtida em consequência do importante contributo dado pelo movimento sindical num processo de transição democrática (é o caso da África do Sul, onde os efetivos sindicais cresceram de 17,7% para 41,6% entre 1985 e 1995, para declinarem a partir daí até aos 27,2% em 2015); pela crise de um determinado modelo de estruturação da relação entre sindicato e partido influenciada por uma crise da forma partidária (é o caso da Argentina, onde o decréscimo da taxa de sindicalização se explicará em grande parte pela crise do peronismo e do sindicalismo peronista); por mudanças de regime político (o caso de países saídos de ditaduras, onde a filiação sindical era compulsória); pela participação do movimento sindical em governos que aplicam políticas neoliberais (o caso do *Solidarnosc* polaco); ou ainda, como sucedeu na Áustria, devido à falência fraudulenta do banco da confederação sindical austríaca ocorrida em 2006 e que implicou uma profunda reestruturação desta organização, ao mesmo tempo que se acentuava a hemorragia de sócios. De referir ainda que a existência de diferentes graus de coerção e de pressão social tanto podem conduzir à sindicalização (no limite, as situações de filiação obrigatória, como era prática ainda há poucos decénios em Portugal durante a ditadura), como podem atuar no sentido inverso, isto é, visando a produção de taxas de sindicalização marginais ou baixas, como ocorre nas situações de repressão institucionalizada vigentes em vastas regiões do globo.

Um outro fator específico muito relevante para explicar os níveis e as tendências da sindicalização, ao desempenharem um importante papel no recrutamento de novos membros e na sua retenção, constituindo-se como almofadas que permitem amortecer os efeitos das pressões globais de carácter económico,

social ou político, são as configurações institucionais existentes em determinados países (EBBINGHAUS; VISSER, 1999).

Entre elas contam-se a elevada cobertura da negociação coletiva; o acesso facilitado dos sindicatos aos locais de trabalho, permitindo a sua presença direta; e a existência de incentivos à sindicalização como o *sistema Ghent* existente na Dinamarca, Finlândia e Suécia e, de forma parcial, na Bélgica, país onde teve origem mas onde foi descontinuado, se bem que os sindicatos mantenham um importante papel administrativo no processamento dos benefícios em caso de desemprego. Nos três países nórdicos, este sistema está sob pressão desde os finais dos anos 90 devido ao surgimento de fundos de apoio no desemprego independentes dos sindicatos, o que explica os decréscimos das taxas de sindicalização verificados desde então.

E é a existência de instituições – ou a sua ausência – que explicam igualmente em larga medida a evolução das taxas de sindicalização nos países anglo-saxónicos. A sua queda no Reino Unido a partir da década de 80 é muito devedora da proibição das práticas de *closed shop* e de *union shop* por parte do governo de Margaret Thatcher.

Deste modo, a explicação da situação de crise que os diversos movimentos sindicais nacionais atravessam é mais complexa do que os paradigmas mencionados deixam antever. A ação dos fatores cíclicos ou estruturais é mediatizada pelas condições institucionais nacionais, que assumem grande influência na explicação dos níveis e das tendências da sindicalização.

### **As causas endógenas ao movimento sindical: burocracia e oligarquia**

Sem olvidar os fatores externos e sem lhes retirar a importância que assumem, a crise também tem muito de endógeno a uma instituição que adotou o modelo burocrático de organização, pelo que existem aspetos inerentes ao modo como os sindicatos se organizam que nela desempenham um papel importante, fazendo-se sentir com mais intensidade em alguns países do que noutros, nomeadamente aqueles onde existem os arranjos institucionais que acabamos de referenciar. Segundo Ebbinghaus e Visser (2000), entre os fatores inerentes ao movimento, temos a sua divisão/fragmentação por motivos políticos, confessionais ou de estatuto a que se adiciona o défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos e dos seus dirigentes. Este transparece na adoção de estratégias inadequadas para o recrutamento de mulheres e jovens; na adoção de atitudes obreiristas que tendem a afastar certas camadas de trabalhadores ou a levá-los a constituírem organizações próprias; na não propensão para organizar os excluídos (desempregados, trabalhadores migrantes, trabalhadores da economia informal, precários, trabalhadores das microempresas e das PME) ou no enfoque concedido à defesa de determinados grupos de trabalhadores.

Em França, vários estudos, partindo da constatação de que o movimento sindical francês se afundou profundamente, sublinham que ele sempre esteve submetido às mesmas forças económicas que os seus congéneres, bem como a semelhantes mudanças sociais e ideológicas, e que não conheceu uma evolução tão desfavorável do quadro legal que regula a ação sindical, como sucedeu nos países anglo-saxónicos. Deste modo, outras causas deverão ser mobilizadas para explicar a situação.

Num desses estudos, foram inquiridos ex-sindicalizados da *Confédération Française Démocratique du Travail*, tendo-se concluído que em cerca de três quartos dos casos as causas da desfiliação tinham a ver com razões internas aos sindicatos: 40,0% dos trabalhadores tinham-nos abandonado em desacordo com a divisão e a politização sindical, enquanto pouco mais de um terço sentia que o sindicato os tinha abandonado: as quotas tinham deixado de ser cobradas; a secção sindical de empresa havia deixado de funcionar, ninguém atendia o telefone ou abria a porta na sede local do sindicato, etc.. Tudo expressões do abandono de um sindicalismo de base alicerçado numa rede de militantes benévolos eleitos nos locais de trabalho e que desenvolviam a atividade sindical nas empresas, em detrimento do aprofundamento da centralização e da burocratização. Enfatizam-se os mecanismos de representação e os sindicatos passam a confundir-se com uma elite gestonária composta por um pequeno grupo de dirigentes permanentes, à qual se acede por cooptação, e que mantém relações de distanciamento face aos trabalhadores (LABBÉ; CROISAT, 1992).

O modo como as organizações de tipo associativo se estruturam e funcionam e a forma como as suas lideranças ascendem aos cargos e neles se perpetuam são questões que vêm sendo abordadas desde os finais

do século XIX e os primórdios do século XX, envolvendo autores tão distintos entre si como Karl Marx e outros marxistas, Max Weber ou Robert Michels.

Marx assumiu uma posição muito crítica em relação aos sindicatos e aos dirigentes operários da sua época. Por este motivo, atribui-se-lhe frequentemente uma sua eventual desvalorização da forma sindical, o que não é verdade. O trabalho de mobilização, o fomento da união, a criação de laços de solidariedade, possibilitando a construção de coletivos de trabalho que permitissem ultrapassar a concorrência entre os operários, são aspetos vistos como indispensáveis para a formação do movimento operário. No entanto, embora valorizando o papel que desenvolviam no domínio dos interesses imediatos, considerando que essa atividade não só era legítima, como era mesmo necessária no quadro da sociedade capitalista, isso não o impede de os criticar pelo seu excessivo pendor para a “luta económica”, ao mesmo tempo que defende que o seu papel deveria ser mais amplo: em vez de lutarem contra efeitos, eles deveriam lutar contra as respectivas causas, assumindo a “missão histórica” de transformar a luta económica em luta política, desafiando abertamente os princípios básicos da ordem capitalista.

Em relação à aristocracia operária que liderava os sindicatos, acusou-a de se ter tornado “um tipo intermédio entre a burguesia radical e o operariado” e que tendo satisfeito a sua própria ambição em termos de privilégios materiais, de segurança no emprego e de poder, acabara por pactuar com o capitalismo e defender a conciliação de classes. Daí a sua defesa “do mote conservador «um salário diário justo para um trabalho diário justo!»” em detrimento da “palavra de ordem revolucionária: «abolição do sistema de salários!»” (MARX, 1983 [1865], p. 77).

Também Gramsci se mostrou bastante crítico em relação aos burocratas sindicais, que concebiam “a legalidade industrial como um estado permanente (...) com muita frequência a [defendendo] desde um ponto de vista idêntico ao do patrão” (GRAMSCI, 1973, p. 117). Esta constatação, bem como a experiência dos conselhos de fábrica levaram-no a concluir que o burocrata sindical não é mais do que um sabotador ativo da luta de classes, que se orienta mais para a estabilização das relações entre capital e trabalho do que para o dirigir da luta contra a dominação capitalista, e que os conselhos de fábrica de Turim permitiam contrabalançar as tendências burocráticas e conservadoras dos líderes sindicais, para além de se constituírem como um modelo para um futuro Estado proletário.

No seguimento de Marx, Gramsci não deixava de enfatizar que a “legalidade industrial”, e as conseqüentes concessões que os capitalistas faziam, melhoravam as condições de vida do operariado. Este facto, não deixava de constituir uma vitória, se bem que a “legalidade industrial” devesse ser vista como um compromisso que não significava o fim da dominação, a qual só chegaria quando a correlação de forças fosse favorável à classe operária.

Lénine e Trotsky – que travaram um intenso debate em 1920-21 sobre o papel e as tarefas dos sindicatos na nascente União Soviética – criticaram igualmente os dirigentes e as políticas sindicais prosseguidas no capitalismo.

Lénine, por um lado, refuta o “economicismo”, ou seja, a ação sindical centrada na defesa da melhoria dos salários e das condições de trabalho e, por outro, o “culto da espontaneidade”. Ao se focalizarem nos interesses imediatos, os sindicatos restringiam a sua ação e deixavam de constituir uma ameaça à estabilidade da sociedade capitalista em vez de a combaterem de forma determinada. Ele partia do pressuposto de que “os operários não podiam ter consciência social-democrata”, mas apenas uma consciência “trade-unionista”, pelo que a consciência de classe deveria ser trazida de fora (LÉNINE, 1977 [1901-1902]). Daí os comunistas deverem atuar, inclusivamente, nos “sindicatos reacionários” (LÉNINE, 1977 [1920]), de modo a transformarem a luta direta contra o capitalista em luta pela superação do capitalismo.

Por sua vez, Trotsky denunciou “a degenerescência” dos sindicatos, das mais variadas correntes, con-substanciada numa “sua aproximação e sua vinculação cada vez mais estreitas com o poder estatal”, o mesmo é dizer, na sua integração no sistema capitalista, assim como criticou a ausência neles de uma “democracia operária”. Daí a sua defesa de que as massas deviam ser mobilizadas, não só para lutar contra a burguesia, mas também contra os dirigentes que sustentavam um “regime totalitário” nos sindicatos, sob

duas palavras de ordem: a da independência dos sindicatos face ao Estado capitalista e a da defesa da democracia sindical (TROTSKY, 1940).

Mais recentemente, veja-se a perspetiva crítica de João Bernardo, nomeadamente quando analisa o que designa de “capitalismo sindical” (BERNARDO; PEREIRA, 2008), isto é, os negócios de vária índole em que as burocracias sindicais um pouco por todo o mundo se envolvem, para tal utilizando as cotizações dos trabalhadores.

Fora do campo marxista, ressaltem-se as análises de Weber (2004 [1919-1922]), sobre o fenómeno burocrático, e de Michels (1961 [1910]), que estabelece que uma lei de ferro da oligarquia se havia abatido sobre todas as organizações de massas, se bem que nenhum destes autores tenha centrado a sua análise na organização sindical.

Para Weber, os sindicatos não ficam imunes à avassaladora torrente burocrática por dois motivos: por um lado, dada a necessidade de dotar todos os membros de um tratamento igual e de benefícios idênticos, o que engendra procedimentos estandardizados e regras para obviar às contingências; por outro, para que os sindicatos possam ser eficazes numa situação de conflito, é necessária uma ação disciplinada e organizada.

Michels defendeu igualmente que o fenómeno burocrático é um aspeto central das sociedades modernas, acrescentando que a partir de um determinado nível de complexidade, a organização não pode ser governada a não ser por um grupo profissionalizado que se dedique a tempo inteiro a essa tarefa. Esta situação comporta um preço muito elevado: a tendência para o governo da maioria por parte de uma minoria que concentra em si todo o poder, monopolizando os recursos existentes e nele se perpetuando, com a consequente inevitabilidade de um completo domínio das organizações por parte dos seus dirigentes. Estes manipulam burocraticamente os militantes e os aderentes, reproduzindo fielmente a realidade presente na sociedade capitalista e a alienação por ela engendrada. Uma lei de ferro da oligarquia abate-se inexoravelmente sobre o governo das organizações, tornando a democracia impossível. Mesmo as organizações que professam o seu compromisso democrático são profundamente oligárquicas. Burocracia e oligarquia, de um lado, e democracia, de outro, serão incompatíveis.

Esta tendência para a burocratização e para a oligarquização passa, entre outros aspetos, pela longa permanência dos delegados e dos dirigentes nos seus cargos, o que provoca, sobretudo neste último caso, um distanciamento entre os dirigentes e as bases; pela cooptação como forma de acesso primordial aos cargos de direção; pela centralização das informações e das decisões nas cúpulas; pela marginalização das minorias; pela desvalorização das assembleias de trabalhadores, transformadas em organismos de consulta ou de ratificação de decisões vindas de cima; pela comunicação de tipo vertical; por uma divisão vertical do trabalho entre os que concebem as estratégias e as políticas e aqueles que as aplicam; pela apatia e afastamento das bases; pela institucionalização do sindicalismo; etc..

A não participação das bases na determinação dos objetivos e na formação das escolhas sindicais leva à separação destas dos dirigentes, o que é reforçado pela longa permanência destes nos cargos de direção, facto que provoca o aparecimento de vícios de poder propiciadores da reprodução de ideias, de práticas e de processos burocráticos e o enquistamento em formas de atuação desajustadas da realidade, para além de conduzir a um envelhecimento das elites dirigentes, com um consequente acentuar do *gap* geracional face aos mais jovens.

A problemática da democracia organizacional foi introduzida na década de 50 por Gouldner (1955), que sustentou que se nas organizações existe uma lei de ferro da oligarquia também existe uma lei de ferro da democracia agindo como contracorrente. Esta basear-se-á num compromisso envolvendo o controlo democrático das lideranças e na possibilidade de participação dos membros na tomada de decisões. Mas é sobretudo na sequência do estudo seminal de Lipset, Trow e Coleman (1956), realizado na *International Typographical Union*, que o debate no seio das ciências sociais se inicia verdadeiramente. Vários estudos são dados à estampa, evidenciando a existência de determinados mecanismos que podem contrariar a tendência apresentada como inexorável desde Michels e concluindo que a democracia sindical é possível. Mais recentemente, Morris e Fosh (2000) recensearam quatro modelos de democracia sindical que, embora centrados na realidade do Reino Unido, possuem, pelo menos em parte, valor heurístico para outras

sociedades: “*liberal pluralism*”, “*grass roots activism*”, “*consumer trade unionism*” e “*individual accountability*”. Os dois primeiros correspondem aos modelos alternativos tradicionais de democracia política, a democracia representativa e a democracia direta ou participativa. Os dois últimos são duas formas mais recentes e que se prendem, no primeiro caso, com o acréscimo do sindicalismo de serviços e, no segundo, com as imposições legislativas dos governos de Margaret Thatcher.

Todavia, contrariamente ao defendido por Weber, as organizações que se regem por um padrão burocrático não são eficientes, antes evidenciando disfunções com implicações nefastas. As organizações associativas, em particular os sindicatos, só poderão ser eficientes se os seus membros não estiverem afastados das decisões e se puderem exercer um controlo democrático sobre a burocracia. E é nestas tendências burocráticas e oligárquicas que reside muito do fulcro da crise do sindicalismo. A forma sindical não é imune à questão do poder na organização. A crise sindical é também uma questão de poder.

No fundo, assiste-se a um défice democrático – que não é só característico do sindicalismo – e, no movimento sindical, não é apenas apanágio de uma corrente sindical.

## QUE FAZER?

---

O movimento sindical só muito tardiamente enfrentou a situação, implementando desde então um conjunto de ações diversificadas, mas em geral com um carácter muito limitado. É o caso das tentativas de reforço da ação sindical a nível internacional, ainda que a globalização tenha tornado evidentes problemas reais que evidenciam a fragilidade da solidariedade internacional e os consequentes entraves à ação coletiva a nível global. Refiram-se igualmente algumas experiências de ação conjunta com movimentos sociais diversos; a implementação de novas agendas negociais, dada a crescente heterogeneidade dos efetivos sindicais e respetivos interesses; a renovação de lideranças ou a utilização da Internet.

Neste quadro, onde os sindicatos mais têm investido é na realização de campanhas de recrutamento e nos processos de reestruturação organizacional, visíveis através de uma atividade febril de fusões e integrações.

No que concerne ao recrutamento, de acordo com Kelly e Heery (1994), as campanhas seguem maioritariamente uma lógica reativa e não obedecem nem a um planeamento nem a uma sistematização. Por outro lado, segundo Heery, Kelly e Waddington (2003), o modelo que é mais frequentemente seguido é o que estes autores designam por “*servicing model*”, isto é, um “*top-down model*”, significando a implementação de um “sindicalismo de serviços” que alguns autores propugnam e no qual vislumbram a sobrevivência do sindicalismo (METCALF, 2005), mas que não cria ou reforça a organização sindical de base, nem melhora a ligação entre os militantes e os aderentes, nem fomenta a mobilização dos trabalhadores como sucederia com a implantação de um “*organizaing model*”, considerado um “*bottom-up model*”.

Por seu lado, a onda de fusões e integrações a que vimos assistindo remete para uma reestruturação de tipo externo que na generalidade dos casos se encontra imbuída essencialmente de “motivações defensivas” (BEHRENS; HURD; WADDINGTON, 2003), tendo por objetivo proceder ou a um ajustamento estrutural face ao declínio de sócios e consequente declínio financeiro ou à procura de economias de escala, de modo a canalizar recursos para serem aplicados nas campanhas de recrutamento, se bem que não haja evidência empírica de que tal ocorra efetivamente (WADDINGTON, 2005). Num número muito reduzido de situações podemos encontrar igualmente na base destes processos “motivações agressivas” visando a obtenção de vantagens nas relações intersindicais.

No entanto, como referem Behrens, Hurd e Waddington (2003), só as reestruturações imbuídas de uma “motivação transformadora” – acrescentaríamos *radicalmente transformadora* – estão em condições de possibilitar o acréscimo do poder sindical. Este tipo de motivação é o único que permite atuar, simultaneamente, nas vertentes externa e interna promovendo uma mudança organizacional que aprofunde a democracia sindical, crie estruturas que acomodem os vários grupos que continuam sub-representados nas



estruturas decisórias, incrementando a sua participação, e reconstruir as relações entre os vários níveis do movimento.

Este é um imperativo que o movimento sindical tem de enfrentar: desburocratizar, quebrar a oligarquização e implementar uma efetiva democracia.

Como referimos, grande parte da crise do sindicalismo deve-se a uma deficiente qualidade da relação entre sindicatos e trabalhadores. Uma efetiva democracia passa pela valorização da participação em todos domínios, quer digam respeito à organização, às políticas ou à ação, que suplante a prática da delegação de poderes. Não se trata de aumentar os mecanismos de democracia representativa – ao invés do que pensam os epígonos do voto eletrónico, que nele veem uma tábua de salvação para os sindicatos, não é ele que os irá salvar – mas antes implementar uma democracia de base, onde assembleias fortemente participadas debatam sem anátemas as questões que se colocam à organização e elejam as lideranças sindicais, em vez de estas serem eleitas em listas fechadas que são elaboradas pela direção cessante com base em critérios nem sempre claros, configurando uma situação de cooptação.

Concomitantemente, a admissão da limitação de mandatos para cargos sindicais, a existência de eleições plurais com um número de candidatos superior ao número de lugares a preencher e a possibilidade dos dirigentes – e também delegados – poderem ser destituídos a qualquer momento permitiria uma renovação constante das lideranças sindicais e assim quebrar a lei de ferro da oligarquia<sup>3</sup>.

O sindicalismo não pode ser vetor de democracia se os trabalhadores se limitarem a participar apenas – e cada vez o fazem menos – nas eleições sindicais. A força de um sindicato reside não na apatia dos seus aderentes e militantes de base, mas, pelo contrário, na sua possibilidade de influenciar a ação quotidiana. Trata-se de uma recomposição das relações entre o indivíduo e o coletivo, entre os assalariados e os sindicatos; entre os aderentes e a estrutura; entre as cúpulas e as bases. *A participação, enquanto primeiro pilar essencial da democracia organizacional, é fonte de dinamismo; a não participação é fonte de esclerose e de declínio.*

Para que a participação possa ser efetiva, a transparência organizacional, através de uma ampla circulação da informação, é uma condição *sine qua non*. Este constitui o segundo pilar essencial da democracia organizacional. Transparência na esfera real e na esfera virtual.

Os sindicatos passaram a utilizar a Internet em larga escala. Mas os seus *websites* restringem-se a um repositório de informação oficial da organização, enquanto a interatividade se encontra ausente. Por outro lado, a transparência organizacional encontra-se também praticamente ausente, dado que documentos relevantes como os relatórios de atividades, os programas de ação, os relatórios de contas, os orçamentos ou as atas das assembleias gerais, bem como as decisões tomadas nas reuniões dos diversos órgãos não são divulgados. E se os sócios poderão ter, eventualmente, acesso a algumas dessas informações por outras vias, os potenciais associados não têm (ALVES, 2015).

As plataformas da *Web 2.0.*, como o *Facebook*, também não estão a ser utilizadas com o objetivo de aprofundar a participação (ALVES, 2015). A lógica com que esta rede social é utilizada por alguns dos sindicatos obedece ao que Dijk (2000) denomina de “modelo de marketing”, ou seja, limitam-se a divulgar os serviços que oferecem ou a fornecer informação considerada útil sobre a profissão em que têm jurisdição e a sua envolvente.

Deste modo, o que os *websites* e a utilização das plataformas comprovam é que o modelo burocrático de organização se estendeu ao mundo virtual, originando uma “infocracia”, como detetado por Zuurmond (1994), assente no reforço dos padrões de comunicação existentes, apenas se procedendo à alteração da forma como se transmite a informação, que assume um carácter restrito e não incide sobre aspetos relativos ao modo de governo dos sindicatos.

---

3 Não compartilhamos a visão pessimista e determinista de Michels e outros autores segundo a qual a lei de ferro da oligarquia será inultrapassável, dado a tendência ser para um contínuo e irreversível aprofundamento da burocratização e oligarquização das organizações, ideia que tem subjacente a consideração de que ao registar-se uma tendência para um crescimento da sua dimensão, este impossibilita a participação de todos os membros.

Ainda no campo organizativo, os sindicatos têm como missão histórica melhorar a capacidade de organização de todos aqueles que se encontram no mercado de trabalho, o qual é cada vez mais segmentado, pelo que devem reunificar no seu interior trabalhadores precários e desempregados, ao invés de constituírem apenas um grupo de pressão dos que se encontram melhor posicionados no mercado, tendo emprego garantido.

O movimento sindical, nas suas correntes maioritárias, há muito abandonou o seu carácter de movimento social em prol da institucionalização, o que conduziu à sua captura pelo sistema capitalista, como afirmámos. Retornar a esta matriz de movimento social e de independência face ao poder é uma exigência. Nesta perspetiva, o sindicalismo aliará um incremento da “solidariedade interna” (aprofundamento das relações entre as várias organizações sindicais nos planos local, regional, nacional e internacional) a uma sua disponibilidade para o fomento da “solidariedade externa” (LÉVESQUE; MURRAY, 2003), significando a capacidade dos sindicatos trabalharem conjuntamente com outros movimentos sociais, implicando o estabelecimento de alianças e de coligações em torno da resolução não só de questões laborais, mas também de outras que extravasam este âmbito.

Isso significaria que os sindicatos conseguiriam articular as relações sociais internas e externas à empresa, reaproximando as esferas da produção e da reprodução, o que lhes permitiria inscrever novamente a sua atuação numa perspetiva societal, a qual se foi perdendo ao longo do tempo. As questões dos transportes, da saúde, da segurança social, da cultura, do lazer, da educação e da formação, o ambiente, etc. são relevantíssimas para os sindicatos. A resposta à dominação e a definição de projetos alternativos passa pela totalidade da vida social e não apenas pelos aspetos inerentes às relações sociais de trabalho. Uma atuação em ambos os planos permitir-lhes-á, inclusivamente, refutar as acusações recorrentes de corporatismo de que são alvo e assim aumentar a sua influência na sociedade.

Alie-se-lhe uma “capacidade estratégica” (HYMAN, 2007), isto é, uma capacidade das organizações para elaborarem, implementarem e difundirem uma agenda própria que expresse o pensamento, os interesses e os objetivos dos seus membros e onde se inclua não somente as suas reivindicações, mas também os seus projetos e o modo como encaram as relações sociais.

Por fim, a implementação de dois tipos de abordagem. O primeiro, no espírito de um “sindicalismo comunitário” (MOORE; JEFFERYS; COURTS-SALIES, 2007), que mostra ser particularmente relevante para organizar os trabalhadores precários, dada a elevada rotação no emprego a que estão sujeitos. O segundo, numa lógica de “sindicalismo de capital social” (NISSEN; JARLEY, 2005), visar-se-á não só recriar as antigas comunidades de trabalho, mas também fortalecer os laços entre os trabalhadores e as organizações a partir de uma ação sindical que associe a luta pela emancipação coletiva à tentativa de resolução dos problemas individuais de cada trabalhador e de cada trabalhadora.

## CONCLUSÃO

---

Organizações duplamente centenárias, os sindicatos estão confrontados atualmente com enormes desafios de vária índole, que os fazem navegar em “águas agitadas” (LEHNDORFF; DRIBBUSCH; SCHULTEN, 2018). Desafios externos e desafios internos, que têm induzido uma crise que constitui uma característica dominante do movimento sindical à escala global e que não pode ser negada, mas cujos contornos convém delimitar com precisão. Face a esta situação, os sindicatos só muito tardiamente a enfrentaram, implementando desde então um conjunto de ações diversificadas que se encontram essencialmente imbuídas de “motivações defensivas”, como referimos.

Mas ao falar-se de crise, convém perceber do que falamos. Trata-se de uma crise que denuncia uma decadência inexorável do sindicalismo que conduzirá ao seu desmoronamento definitivo como profetizou, por exemplo, Rodrigues (1999) na sua perspetiva pessimista? Ou trata-se antes de um recuo conjuntural? Ou será que a crise representa o sinal de uma mutação do sindicalismo no sentido de se tornar uma

espécie de “agência social” sem sócios que dá o seu apoio a outros coletivos, como em tempos prognosticou Rosanvallon (1988)? Ou será, por fim, que ela representa o sinal de uma mudança qualitativa em que determinadas forças sociais cedem o seu lugar a outras, que continuarão a manter acesa a chama do sindicalismo?

Por detrás do declínio sindical global oculta-se uma realidade que só a análise dos dados desagregados possibilita descortinar. Se a crise não afeta com idêntica intensidade os vários movimentos sindicais nacionais, ela também não atinge com a mesma expressão os vários sectores e ramos da economia ou os diversos grupos socioprofissionais.

Como vimos, o declínio é muito mais acentuado no sector privado, onde se concentra a maioria da força de trabalho, atingindo particularmente os grupos que constituíram tradicionalmente o esteio do sindicalismo: os assalariados do sexo masculino que laboram nas minas, na metalomecânica, na metalurgia, em suma, nos bastiões do sindicalismo operário.

Do mesmo modo, a sindicalização não cresce – ou até regride – nos ramos emergentes da economia, como é o caso dos serviços privados, onde proliferam o trabalho precário, a ameaça do desemprego, o “empreendedorismo” ou o trabalho intermitente. Contudo, é um dado adquirido da história do movimento sindical que a sindicalização e a criação de organização sindical nos locais de trabalho não acontecem nem de forma espontânea nem automática, sendo que, quando existem, por vezes também são difíceis de manter. Em consequência, temos que ser prudentes neste domínio. Assim nos mostra a história, que está repleta de exemplos onde à partida a sindicalização se mostrou difícil, acabando por verificar-se tendo ocorrido determinadas circunstâncias. Foi o que sucedeu com os operários não qualificados que só muito tardiamente chegaram ao sindicalismo. Inclusivamente, há umas décadas seria impensável pensar que grupos que sempre se mostraram bastante afastados da forma sindical, por indiferença, quando não mesmo por hostilidade, se viriam a sindicalizar de um modo mais ou menos massivo e até a desempenhar um papel muito ativo no movimento sindical<sup>4</sup>. Daí ser prematuro afirmar-se terminantemente que os sectores emergentes não se virão a sindicalizar.

Por conseguinte, o refluxo não é um indício de uma decadência inexorável da forma sindical. O processo a que vimos assistindo aponta antes para uma mudança qualitativa, em que à medida que declina o sindicalismo de antigos sectores operários se consolida um sindicalismo ancorado no sector público, em torno de grupos socioprofissionais técnicos dotados de um elevado capital escolar. O perigo é o sindicalismo tornar-se cada vez menos representativo do conjunto dos assalariados.

O futuro do sindicalismo passa necessariamente pela existência de sócios<sup>5</sup>. Esta constitui uma condição prévia à indispensável construção da organização sindical nos locais de trabalho que, a existir, permitirá posteriormente reforçar a sindicalização. E passa também necessariamente pela desburocratização e pela afirmação de uma democracia de carácter não formal nas organizações. Porque a crise do sindicalismo é também uma crise de uma certa forma de sindicalismo.

Em conclusão, optando por uma estratégia *radicalmente transformadora*, a forma sindical será portadora de futuro.

---

4 A título exemplificativo refiram-se os casos dos detentores de órgãos de soberania, professores universitários, médicos, enfermeiros, polícias, militares, guardas prisionais, guardas costeiros, clérigos ou trabalhadores do sexo. Refiram-se ainda as recentes movimentações dos trabalhadores “uberizados”, como o “Breque dos Apps” de junho de 2020 no Brasil e um pouco por toda a América do Sul; as marchas lentas em Lisboa, em janeiro e novembro de 2020; outras ações diversificadas que têm vindo a ocorrer em vários países, bem como a constituição em junho de 2020 da TWN – *Transnational Workers Network*, englobando vários coletivos de trabalhadores de plataformas e o SEIU – *Service Employees International Union*, que organiza trabalhadores nos EUA e Canadá.

5 Os sócios, mobilizados e não apáticos, constituem o principal recurso de poder dos sindicatos. E é sobre a quotização dos sócios que deve repousar a saúde financeira de um sindicato e não nos subsídios e outras prebendas estatais, que coartam a sua independência, ou nos negócios, incluindo os imobiliários, que enformam o “capitalismo sindical” de que falam João Bernardo e Luciano Pereira.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Paulo Marques. Democracia digital? Os usos da Internet pelos sindicatos da saúde. **Journal of Studies on Citizenship and Sustainability**, n. 1, p. 158-179, novembro de 2015.
- BEHRENS, Martin; HURD, Richard; WADDINGTON, Jeremy. **Structural change as a source of union revitalization**, WSI-Mitteilungen 09/2003, n. 56, p. 534-540. Disponível em:  
[www.boeckler.de/pdf/wsimit\\_eng\\_2003\\_09\\_behrenshurdwaddington.pdf](http://www.boeckler.de/pdf/wsimit_eng_2003_09_behrenshurdwaddington.pdf). Acesso em: 3 nov. 2020.
- BERNARDO, João; PEREIRA, Luciano. **Capitalismo sindical**. São Paulo: Xamã, 2008.
- BLACKBURN, R. M.; PRANDY, K. White-collar unionization: a conceptual framework. **British Journal of Sociology**, v. 3, n. 1, p. 111-122, junho de 1965.
- BLANCHFLOWER, David. International patterns of union membership. **British Journal of Industrial Relations**, v. 45, n. 1, p. 1-28, fevereiro de 2007.
- CHAISSON, Gary N. **Union mergers in hard times**. The view of five countries. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- COULET, Cyril. Une chute rapide du taux de syndicalisation induite par la réforme de l'assurance chômage. **Chronique Internationale de l'IRES**, n. 112, p. 47-58, maio de 2008.
- DBI&S. **Trade union membership, 2012**. Londres: Department for Business, Innovation and Skills, 2013.
- DIJK, Jan van. Models of democracy and concepts of communication. In HACKER, Kenneth L.; DIJK, Jan van (org.). **Digital democracy: issues of theory and practice**. Londres: Sage, 2000, p. 30-53.
- EBBINGHAUS, Bernhard; VISSER, Jelle. When institutions matter: union growth and decline in Western Europe: 1950-1995. **European Sociological Review**, v. 15, n. 2, p. 135-158, junho de 1999.
- EBBINGHAUS, Bernhard; VISSER, Jelle (eds.). **Trade unions in Western Europe since 1945**. Londres: Macmillan, 2000.
- GOULDNER, Alvin W. Metaphysical pathos and the theory of bureaucracy. **American Political Science Review**, v. 49, n. 2, p. 496-507, junho de 1955.
- GRAMSCI, Antonio. **Consejos de fábrica y Estado de la clase trabajadora**. Editorial Roca: Cidade do México, 1973.
- HAYNES, Peter; BOXSELL, Peter; MACKY, Keith. Union reach 'representation gap' and the prospects for unionism in New Zealand. **The Journal of Industrial Relations**, v. 48, n. 2, p. 193-216, abril de 2006.
- HEERY, Edmund Heery; KELLY, John; WADDINGTON, Jeremy. Union revitalization in Britain. **European Journal of Industrial Relations**, v. 9, n. 1, p. 79-97, março de 2003.
- HYMAN, Richard. How can unions act strategically?. **Transfer**, v. 13, n. 2, p. 193-210, maio de 2007.
- KELLY, John Kelly; HEERY, Edmund. **Working for the union: British trade union officers**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- LABBÉ, Dominique; CROISAT, Maurice. **La fin des syndicats?** Paris: L'Harmattan, 1992.
- LEHNDORFF, Steffen; DRIBBUSCH, Heiner; SCHULTEN, Thorsten. **Rough waters**. European trade unions in a time of crises. Bruxelas: ETUI, 2018.
- LÉNINE, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** Lisboa: Edições Avante!, 1977 [1901-1902].
- LÉNINE, Vladimir Ilitch. **A doença infantil do «esquerdismo» no comunismo**. Lisboa: Edições Avante!, 1977 [1920].
- LÉVESQUE, Christian ; MURRAY, Gregor Murray. Le pouvoir syndical dans l'économie mondiale: clés de lecture pour un renouveau. **La Revue de l'IRES**, n. 41, p. 149-176, junho de 2003.
- LIPSET, Seymour Martin; TROW, Martin A.; COLEMAN, James Samuel. **Union democracy: the internal politics of the International Typographical Union**. New York: The Free Press 1956.
- METCALF, David. Trade unions: resurgence or perdition? An economic analysis. In FERNIE, Susan; METCALF, David (ed.) **Trade unions: resurgence or demise?**, Londres: Routledge, 2005, p. 83-117.
- MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. Lisboa: Edições Avante!, 1983 [1865].
- MERCER, Sally; NOTLEY, Richard. **Trade union membership 2007**. Londres: BERR, 2008.
- MICHELS, Robert. **Political parties: a sociological study of the oligarchical tendencies of modern democracy**. New York: Collier Books, 1961 [1910].

- MOORE, Sian; JEFFERYS, Steve; COURTS-SALIES, Pierre. Why do Europe's unions find it difficult to organise in small firms? **Transfer**, v. 13, n. 1, p. 115-130, maio de 2007.
- MORRIS, Huw; FOSH, Patricia. Measuring trade union democracy: the case of the UK Civil and Public Services Association. **British Journal of Industrial Relations**, v. 38, n. 1, p. 95-114, dezembro de 2002.
- MOURIAUX, René. **Les syndicats dans la société française**. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.
- MOURIAUX, René. **Crises du syndicalisme français**. Paris: Montchrestien, 1998.
- NISSEN, Bruce; JARLEY, Paul. Unions as social capital: renewal through a return to the logic of mutual aid. **Labor Studies Journal**, n. 29, p. 1-26, janeiro de 2005.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre. **La question syndicale**. Histoire et avenir d'une forme sociale. Paris: Fondation Saint-Simon/Calman-Lévy, 1988.
- SCHMALZ, Stefan; LUDWIG, Carmen; WEBSTER, Edward. The power resources approach: developments and challenges. **Global Labour Journal**, v. 9, n. 2, p. 113-134, maio de 2018.
- SILVER, Beverly. **Forces of labor. Workers' movements and globalization since 1870**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- TROTSKY, Leon. Os sindicatos na época da decadência imperialista, 1940. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1940/mes/sindicato.htm>. Acesso em: 3 nov. 2020.
- WADDINGTON, Jeremy. **Restructuring representation: the merger process and trade union structural development in ten countries**. Bruxelas: Peter Lang, 2005.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Response: declining states, declining rights. **International Labor and Working-Class History**, n. 47, p. 24-27, primavera de 1995.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004 [1919-1922].
- WRIGHT, Erik Olin. Working-class power, capitalist-class interests and class compromise. **American Journal of Sociology**, v. 105, n. 4, p. 957-1002, janeiro de 2000.
- ZUURMOND, Arre. **The infocracy**. A theoretical and empirical reorientation in Weber's idealtypology of the rational legal bureaucracy in the information age. The Hague: Phaedrus, 1994.

## Fontes estatísticas

- VISSER, Jelle. ICTWSS Database. version 6.1. Amsterdam: Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ictwss.org/downloads>. Acesso em: 3 nov. 2020.



# SUBJETIVIDADE MANUFATURADA: A FORMAÇÃO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0

Kaline Oliveira da Cunha

Universidade Federal de Goiás - UFG

Hugo Leonardo Fonseca da Silva

Universidade Federal de Goiás – UFG

**Resumo:** Neste estudo analisamos, por meio de uma revisão de literatura, as produções acadêmico-científicas que tratam da relação entre trabalho e educação na Indústria 4.0 objetivando identificar e analisar os mecanismos, dispositivos e valores concebidos pelo projeto pedagógico industrial para conformar a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras com as novas exigências do mundo produtivo. Em síntese, o que pudemos observar, até o momento, é que na particularidade histórica da Indústria 4.0 há a intensificação dos mecanismos educacionais mediativos da reestruturação produtiva, não havendo elementos suficientes para indicar a emergência de novas configurações pedagógicas próprias.

**Palavras-chaves:** Indústria 4.0. Educação. Trabalho. Subjetividade.

## INTRODUÇÃO

Partimos do pressuposto de que a pedagogia do capital se utiliza de estratégias educacionais bem definidas de formação por meio de mecanismos, dispositivos e valores que são elaborados e utilizados com vistas à desenvolver um tipo de subjetividade, com características específicas e conformada à lógica produtiva. O fato que se impõe, portanto, é que é fundamental questionar essa realidade na medida em que essa organização social impede o livre desenvolvimento do sujeito em todas as suas dimensões, do indivíduo singular à sua totalidade genérica.

É certo que as relações entre educação e formação para o trabalho frequentemente permearam a produção de conhecimentos no campo da educação, contudo, quando se problematiza a questão da formação de trabalhadores para além das suas formas aparentes imediatas é possível apreender sua dinâmica e seus elementos constitutivos no interior de um complexo de determinações que comportam sua existência objetiva (MARTINS; LAVOURA, 2018). Em contrapartida, é possível observarmos que as elaborações sobre a problemática trabalho-educação partem de eixos analíticos que, apesar de distintos, em sua maioria, com- põem uma perspectiva acrítica que naturaliza os fenômenos sociais e limita a compreensão da realidade.

Nesse sentido, para além da imediaticidade aparente do fenômeno educativo, é necessário compreender quais outros elementos determinam e moldam os processos educacionais, tanto em relação ao seu conteúdo quanto à forma em que são ofertados. No entanto, o que vemos são premissas pedagógicas elaboradas com base em fragmentos da realidade, que apesar de comporem a realidade concreta, não compreendem a sua processualidade histórica no interior das relações de produção e reprodução da vida material.

Assim, com o intuito de dar mais tangibilidade à compreensão das pedagogias industriais, analisamos as produções acadêmico-científicas que se referem aos processos educacionais impulsionados pela Indústria 4.0 e colocamos o seguinte problema para investigação: Quais os mecanismos, dispositivos e valores concebidos pelo projeto pedagógico industrial, na forma de processos educacionais impulsionados pela Indústria 4.0, para conformar a subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras com as novas exigências do mundo produtivo?

## INDÚSTRIA 4.0: O DISCURSO EDUCACIONAL CRÍTICO VERSUS ADAPTATIVO

---

Em pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), nas bases de dados da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), do Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) da Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia da União Latino-Americana de Entidades de Psicologia (BVS-Psi ULAPSI) e do Google Acadêmico, utilizamos os termos “Indústria 4.0”, “Quarta Revolução Industrial” e “revolução 4.0”, em os termos: “educação”, “competências”, “habilidades”, “formação”, “qualificação”, “perfil”, “profissional” e/ou “trabalho”, com o objetivo de identificar as produções existentes correspondentes ao problema de pesquisa que levantamos.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, eliminando os estudos que não atendiam, em nenhum aspecto, ao objetivo da pesquisa ou estavam incompletos, como resumos publicados em anais de eventos, foram definidos os trabalhos que seriam analisados a partir da problemática levantada e os classificamos em dois grupos: (a) 42 estudos que apresentam discursos adaptativos ou seja, que buscam em suas análises conformar a educação ao contexto da indústria 4.0 e (b) 4 estudos que examinam criticamente o movimento produtivo 4.0 e suas implicações sociais, na organização do trabalho, na saúde do trabalhador e nos processos de formação humana.

O que pudemos perceber é que a maioria esmagadora das produções acadêmicas encontradas que tratam das relações entre trabalho e educação, mais especificamente no recorte da Indústria 4.0, são, como bem explica Gomez (2012),

[...] estudos que não levam em conta os meandros da dominação exercida pelo capital sobre o trabalho. Pelo contrário, tem por dadas as relações sociais de produção tais como se manifestam. São quase sempre abordagens embasadas em teorias funcionalistas que se limitam a compreender o sistema existente e propõem seu melhor desempenho. (GOMEZ, 2012, p. 63)

Os estudos que apresentam discursos adaptativos, legitimando a ordem de produção atual expressada pela forma da indústria 4.0, se restringem a identificar, examinar e/ou sugerir processos educativos, além de outros elementos, que atendam às novas exigências do mundo produtivo. Nesse sentido, a questão didático-metodológica é a que mais prevalece, aparecendo em 18 dos trabalhos selecionados; na sequência estão os estudos que tratam das questões educacionais que contemplam a função do estado com 16 resultados. A responsabilização individual pela formação aparece em 12 dos estudos e a ênfase nas estratégias empresariais como foco da educação na quarta revolução industrial foi observada em 7 dos textos analisados.

Quanto ao pensamento educacional crítico, apenas cinco pesquisas que se dedicaram, em algum nível, a examinar a organização sócio-reprodutiva decorrente da configuração industrial 4.0 a partir de análises sobre as contradições e crises do capitalismo, suas implicações na organização do trabalho, nos processos educativos e no modo de vida dos sujeitos.

## MECANISMOS, DISPOSITIVOS E VALORES MEDIATIVOS DO CAPITAL NA INDÚSTRIA 4.0

---

### Mecanismos

Nos estudos que dispomos como de discurso adaptativo, levantamos, sob o aporte teórico-metodológico da teoria marxiana e da tradição marxista, elementos que podem ser classificados como mecanismos, dispositivos ou valores da pedagogia industrial no contexto da indústria 4.0.

Por mecanismos, entendemos as estratégias pedagógicas industriais; os meios teórico-ideológicos pelos quais as perspectivas a respeito da formação de trabalhadores e trabalhadoras emanam das estruturas produtivas para as sócio-reprodutivas. Sendo assim, incluem-se as concepções pedagógicas, as metodologias de ensino, processos e projetos educacionais relacionados à Indústria 4.0.

Para compreendermos o discurso pedagógico da Indústria 4.0, realizamos um levantamento das perspectivas pedagógicas identificadas nos trabalhos analisados, com o intuito de situá-las em um momento histórico já impregnado de um pensamento pedagógico voltado para uma demanda específica de trabalhador. O que contribuiu significativamente para as análises a respeito do movimento do capital; se na indústria 4.0 ele se configura como um processo de intensificação dos mecanismos educacionais mediativos da reestruturação produtiva ou se há a emergência de novas configurações pedagógicas próprias.

Compreender que cada configuração produtiva, em um dado momento histórico, demanda um tipo de educação específico para formar trabalhadores e trabalhadoras adaptados às exigências da produção (GRAMSCI, 2001), implica em problematizar os processos educacionais, sejam eles amplamente ou especificamente pedagógicos, que, a partir da crise da década de 70, ao serem indagados sobre sua utilidade em relação aos estágios tecnológico e produtivo do período, têm moldado a relação trabalho-educação na forma de competências demandadas pelo empregador e que devem ser buscadas e adquiridas pelos sujeitos.

A partir do levantamento e da análise das estratégias educacionais apontadas pelos trabalhos selecionados, observamos que a Pedagogia das Competências, baseada no lema do “aprender a aprender” e imbricada na teoria do capital humano, engloba e/ou se relaciona com todos os outros mecanismos pedagógicos mencionados e é a perspectiva teórico-metodológica norteadora das propostas pedagógicas da Indústria 4.0, assim como tem ocorrido desde o processo de reestruturação produtiva.

Para Alves (2011),

O modelo das competências profissionais é o terreno ideológico a partir do qual se disseminam as noções estruturantes de flexibilidade, transferibilidade, polivalência e empregabilidade que irão determinar o uso, controle, formação e avaliação do desempenho da força de trabalho. Este será o novo léxico ideológico que permeará a pedagogia escolar e empresarial imbuída do espírito toyotista. (ALVES, 2011, p.76)

Fleury e Fleury (2001) destacam que, tanto na literatura acadêmica quanto nos fundamentos da prática administrativa, o conceito de competência esteve sempre relacionado à gestão administrativa e observam a incorporação do termo à prática organizacional, como base de um modelo de gerenciamento de pessoas diretamente relacionado às novas formas de controle do desempenho dos trabalhadores, postas pelo padrão de acumulação capitalista flexível. Para Duarte (2001) há uma grande correspondência entre as concepções pedagógicas adaptadas aos interesses da burguesia às pedagogias centradas no lema “aprender a aprender” que, segundo o autor, se estruturam com base na tarefa de descaracterização da escola como espaço de transmissão do conhecimento objetivo, impossibilitando aos sujeitos o acesso à verdade, “pois a verdade é sempre revolucionária” (DUARTE, 2001, p. 25).

No interior desses processos surge a contradição a respeito do acesso ao conhecimento, na medida em que este, ao mesmo tempo em que é necessário ao desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, também implica no desenvolvimento intelectual daqueles que atuam no processo produtivo. Nesse contexto, Frigotto (2005) destaca que a flexibilização do trabalho, apesar de permitir uma oferta mais generalizada de educação, não acarretou benefícios civilizatórios significativos, pelo contrário, “representa seu esgotamento, destruindo aos poucos os direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo de suas lutas.” (FRIGOTTO, 2005, p.69)

Uma das estratégias, senão a mais importante, de manutenção da hegemonia é a de obtenção da adesão dos sujeitos à ideologia dominante, o que se dá por duas vias de intervenção: pelo uso da força e pela produção do consentimento ativo (GRAMSCI, 2001; SILVA, 2020) ao projeto político e social existente; um processo educativo que objetiva produzir consciências adequadas às necessidades burguesas, tanto na esfera da produção quanto na dimensão sócio-reprodutiva da ordem do capital.

Ocorre que a organização social capitalista é geradora de condições de vida miseráveis e desumanas, o que exige que os sujeitos sejam conformados à essa ordem, que os conflitos de classe sejam camuflados e, quando inevitavelmente evidentes, sejam amenizados pelo que Duarte (2001, p. 27) chamou de “campanhas educativas”.

Os resultados dessas “campanhas educativas” não passam, é claro, de paliativos momentâneos, mas que possuem uma importante função objetiva de evitar que determinados problemas tomem proporções sociais incontroláveis e também uma não menos importante função ideológica de difusão da crença de que as condições de vida da população estão melhorando. (DUARTE, 2001, p. 27)

Nesse sentido, as pedagogias firmadas no lema “aprender a aprender” são uma expressão precisa das presunções educacionais do projeto neoliberal de “adequação das estruturas e instituições sociais às características do processo de reprodução do capital no final do século XX.” (DUARTE, 2001, p. 24); e consistem no esvaziamento da escola como espaço de socialização do saber construído historicamente pela humanidade atribuindo à ela a tarefa de preparar os sujeitos para aprenderem o que for demandado pelas estruturas capitalistas em suas estratégias de manutenção e recomposição da hegemonia.

Enquanto a escola do trabalhador é enfraquecida de conteúdo, à uma outra classe de sujeitos é ofertada uma educação voltada para os mais altos níveis de formação e para o alto padrão de desenvolvimento científico e tecnológico necessários à direção da sociedade contemporânea. Tal situação torna mais evidente a estrutura dual de formação decorrente de um projeto social que demanda a formação precária, uma proposta de educação rebaixada, intelectual e moralmente, para a classe trabalhadora em detrimento de uma formação para o desenvolvimento livre e igualitário.

Há relações evidentes entre as propostas e estratégias pedagógicas para a Indústria 4.0 e a noção de educação voltada para a adaptação dos sujeitos. Dentre as perspectivas e estratégias pedagógicas levantadas, destacam-se a “Educação adaptativa” (VILLASOL, 2019; FLORES, 2018) e a “Educação que corresponda às necessidades econômicas” (FELLMAN, 2019); como é possível verificar na literatura, a concepção de educação para a adaptação aparece na própria noção conceptual que indica o modelo educativo pressuposto pela pedagogia industrial renovada pela assim chamada Quarta Revolução Industrial.

Os “Modelos configurativos de itinerários de treinamento *on-demand*” (FLORES, 2018), assim como o “Modelo Just in Time” (FLORES, 2018), também refletem perspectivas educacionais adaptativas dos sujeitos, na medida em que os conteúdos e processos educacionais são ofertados e direcionados de acordo com as exigências imediatas do mundo produtivo. O projeto educativo suposto na plataforma da indústria 4.0 não corresponde a nenhuma novidade face àquelas sustentadas no pilar do Sistema Toyota de Produção, que propõe, além da eliminação de todo e qualquer desperdício na produção, exige também uma “contrarrevolução na consciência operária” (ALVES, 2011). É nesse espaço, isto é, na campo de disputa pela subjetividade dos trabalhadores, que essas perspectivas pedagógicas operam.

A dominância da forma em relação ao conteúdo se torna evidente quando técnicas e modos de ensino são colocados como alvo do processo educativo, o que reflete mais uma característica adaptativa da educação no processo de reestruturação da produção denominado Indústria 4.0, na medida em que a subjetividade demandada é a que é capaz de atender às demandas produtivas e sócio-reprodutivas do capital no momento em que elas surgem.

Se antes a discussão era sobre o que seria ensinado na escola, hoje a pergunta é sobre como os indivíduos podem aprender a aprender, de forma permanente e de acordo com as demandas pragmáticas da ação em determinados postos de trabalho. A definição dos saberes, habilidades, conhecimentos e tecnologias que devem ser aprendidos nos processos educativos são determinados pela chamada pedagogia das competências, que têm sua gênese no interior das empresas e seus fundamentos em registros psicológicos normativos.

O conteúdo a ser aprendido não diz respeito às formas mais desenvolvidas da riqueza produzida pelo gênero humano por meio do trabalho social acumulado historicamente. Ao contrário, trata-se de aprender

a reagir de modo inteligente, reflexivo, eficiente, eficaz e produtivamente em situações no nível da imediatividade cotidiana, que dizem mais sobre a resolução de problemas da ordem produtiva do que da ordem da vida. A regra é esvaziar a humanidade de conteúdo humano formando uma individualidade reificada, peça de uma engrenagem maleável que se encaixa à máquina produtiva sempre que necessário.

A máquina, a tecnologia, alheias ao trabalhador, dominam também os processos educacionais que, de forma limitada, simplificada e estrategicamente desqualificada, passa a ter como foco as metodologias, os modelos e as formas de ensino para a operação da tecnologia e para a flexibilidade, não só cognitiva, mas comportamental e afetiva, com vistas à resolução de problemas do mundo produtivo.

Trouxemos para a reflexão essa questão da supremacia do método em relação ao conteúdo nos processos educacionais, por identificarmos um grande número de menções à metodologias e formas de ensino nos trabalhos selecionados ao proporem perspectivas educacionais para a Indústria 4.0. Observamos que a questão educacional é reduzida ao discurso metodológico e limitada a discorrer sobre técnicas e modelos de ensino; o conteúdo, este é indefinido e será dado pelo próximo problema do patrão, da máquina, da fábrica ou do mercado.

Como demonstração desse cenário, destacamos alguns discursos metodológicos, tomados como perspectivas educacionais, mencionados nos trabalhos analisados: “Metodologias ativas”; “Modelos de aprendizagem móvel”; “A aprendizagem baseada na pesquisa-inovação”; “Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)”; “Educação mista, aberta, remota e virtual”; “Ensino a distância (EAD)”; “Modelos, híbridos, virtuais, síncronos e assíncronos”; “Modelo SMART de educação”; “Aprendizagem baseada em projetos”; dentre outros que dominam, quase que absolutamente, o discurso educacional da quarta revolução industrial.

A relação direta entre educação e trabalho não se materializa na realidade concreta, apenas aparece como mais um mecanismo de controle e manutenção do modo de produção de mercadorias. Portanto, é, também, um equívoco pensar que conteúdos educacionais sejam suficientes para romper com o processo de exploração da classe trabalhadora, pois as relações de exploração do trabalho são concretas e estão enraizadas na materialidade da organização produtiva capitalista. Todo esse quadro indica que as propostas pedagógicas para a indústria 4.0, extensas e variadas, refletem mecanismos ideológicos que ocultam as reais determinações da vida, como uma manobra de encobrimento da verdade, da totalidade da realidade concreta.

Nesse sentido, percebemos que o núcleo central do que vem sendo chamado de Quarta Revolução Industrial não externa diferenças substantivas em relação à lógica interna dos mecanismos e estratégias teórico-metodológicas de conformação da subjetividade à ordem do capital, próprios da reestruturação produtiva que ocorreu a partir da década de 1970. O que observamos é um processo de intensificação das propostas pedagógicas flexíveis evidenciado pelo crescimento, tanto em volume, quanto em diversidade, de modelos e perspectivas metodológicas de ensino.

Mais uma evidência desse fenômeno é demonstrada pela grande quantidade de dispositivos de controle do capital que aparecem, nos estudos analisados, como possibilidade de transformação, tanto na esfera individual, ao serem apresentados como uma chance de desenvolvimento via acesso ao emprego ou vinculados à lógica da empregabilidade, quanto nos âmbitos sociais e econômicos, retomando a relação entre educação e economia da teoria do capital humano.

## **Dispositivos**

Definimos dispositivos como instrumentos e ferramentas de atualização, disciplinamento e controle da ordem hegemônica burguesa; são produtos materiais dos mecanismos sócio-reprodutivos, que no recorte educacional, aparecem na forma de tecnologias e mídias mediáticas do capital.

Não há intenção nem interesse da nossa parte em tratar com profundidade teórico-conceitual as tecnologias citadas pelos trabalhos, assim, para atender aos objetivos dessa pesquisa, apenas situá-las-emos como um elemento do momento aparente da lógica interna do capital, o que permitirá uma compreensão



mais verdadeira da realidade concreta em detrimento da superficialidade da aparência fenomênica que esses dispositivos assumem.

Torna-se evidente o ideário adaptativo em que se sustentam as perspectivas pedagógicas vinculadas à Indústria 4.0, pois, assim como pudemos notar nos mecanismos educacionais de reprodução da ordem burguesa, as tecnologias, materialização dessas perspectivas, ainda que componham a riqueza humana acumulada, são utilizadas como instrumentos de amoldamento e controle de subjetividades por meio, também, de processos educativos.

Os conteúdos que comporiam as disciplinas que seriam ministradas pelas professoras e pelos professores em salas de aula, partilhados com os estudantes, que também participariam do processo educativo na medida em que o saber seria coletivamente construídos passam a ser codificados e reunidos em plataformas digitais e aplicativos móveis e transformados em jogos, simuladores, laboratórios virtuais, programas computacionais, dentre outros dispositivos tecnológicos. Essa dinâmica formativa determinada pelas tecnologias digitais, tende a expropriar a substancialidade da atividade docente no processo educativo, assim como suprimem do indivíduo a possibilidade de apropriação e socialização do que foi desenvolvido e acumulado pelo gênero humano ao longo da história, limitando o seu desenvolvimento enquanto indivíduo singular.

A tecnologia, nos marcos do capital, assume a forma materializada do pensamento pedagógico industrial flexível, na medida em que, ao mesmo tempo que se insere no mundo produtivo como possibilidade de menores custos humanos, não exclui o fator humano do processo produtivo, muito pelo contrário, este aparece ainda mais em evidência, como elemento fundamental no movimento de extração de mais-valor do processo de acumulação do capital. Como é enfatizado por Silva (2020):

[...] a produção ampliada do valor, ainda que empregue máquinas, ferramentas, técnicas e tecnologias avançadas, depende sempre do trabalho vivo, pois é este que coloca em ação a atividade produtiva. O trabalho vivo é responsável pela articulação e ativação dos meios e objetos de produção para produção de mercadorias. A máquina, abandonada a si mesma, não produz trabalho, logo, não efetiva mercadorias e não pode ativar o processo de realização do capital. (SILVA, 2020, p.138)

Assim, na tentativa de desfazer as tramas que ocultam as reais determinações do discurso educacional limitado à questão das tecnologias, é imperativo que nos dirijamos perguntas como: Tecnologias para que? Para quem? Com vistas a quais objetivos? Para atender a quais interesses? E de quem?

O discurso observado por meio da análise dos estudos que tratam das relações entre trabalho e educação na quarta revolução industrial revela também uma crença na neutralidade da tecnologia, que é tomada como saída para todos os problemas educacionais que, inclusive, extrapolam a instituição escola. No entanto, não são desenvolvidas reflexões sobre questões que são próprias da estrutura sócio-reprodutiva do capital, atribuindo às tecnologias o poder de sanar esses problemas.

Os trabalhos que expressam concepções educativas de caráter adaptativas, no geral, se dedicaram a apresentar diferentes dispositivos tecnológicos e suas funções educativas para a Indústria 4.0. É possível observar, por meio do levantamento que realizamos, uma extensa lista de tecnologias aplicáveis a processos educacionais. Entretanto, não tratamos de examinar cada uma delas, pois compreendemos que representam apenas uma dimensão sobre a qual pretendemos nos deter, destacando seu núcleo ideológico comum: há o ocultamento da base social que sustenta esse discurso ao apresentarem as tecnologias como soluções de problemas que são estruturais no sistema capitalista. As promessas de inclusão social por meio da democratização do acesso à educação e ao conhecimento (FERREIRA; SÁ, 2018) não se cumprem quando os processos de exclusão são necessários ao funcionamento e à hegemonia da sociedade burguesa.

Nesse contexto, a educação assume a função de instruir para a produção de força de trabalho sob as demandas específicas de subjetividades adequadas à ordem produtiva. Em uma análise mais profunda, Saviani (2012) alerta para o fato de que o saber objetivo na sociedade capitalista, em que tudo assume a forma mercadoria, também se constitui como parte dos meios de produção. Nesse sentido, Silva (2020) esclarece:

A educação reduzida à instrução busca instrumentalizar homens, mulheres e crianças para a produção imediata de mercadorias, visto que os mesmos são compreendidos a partir de sua função no conjunto das relações econômicas do capital. Tal função é substanciada pelo fato de que os trabalhadores sejam objetivados e reificados pela relação social do capital como mercadoria força de trabalho. (SILVA, 2020, p.171)

Ou seja, “acreditar na ideia de que as tecnologias de informação efetivamente possibilitassem a socialização do saber seria, por consequência, acreditar que o capitalismo estaria socializando os meios de produção” (DUARTE, 2001, p. 69). A propagação de um discurso que tenta fazer crer que as tecnologias digitais socializam o conhecimento reflete de forma insuficiente e distorcida a realidade, pois percebemos que as relações de dominação burguesa têm se estruturado com base na exploração do trabalho vivo, mediadas com e pela ampliação da tecnologia.

Nesse contexto, a exploração do trabalho vivo coexiste com a expansão do trabalho morto e materializa-se uma subsunção cada vez maior da classe trabalhadora ao capital, por meio do desenvolvimento técnico-científico estranho ao trabalhador coletivo; a tecnologia empregada na produção subordina e controla os trabalhadores sob a aparência da neutralidade dos dispositivos tecnológicos, que comparecem na produção como resultantes de um progresso científico natural e inevitável. Tal qual o fetichismo na mercadoria, expande-se atualmente o fetichismo tecnológico que se oculta no necessário uso de ciência e tecnologia na produção. (SILVA, 2020, p.210)

A redução do tempo de formação também foi uma questão que se sobrepôs em alguns dos estudos analisados. Notamos que a justificativa adotada se ligava sempre à flexibilidade do mundo do trabalho e às exigências produtivas, o que nos remeteu à reflexão do Saviani (1995) a respeito da falácia revolucionária burguesa sobre a importância escola:

[...] os teóricos da economia política localizavam com mais realismo a questão da escola. Alguns deles chegavam a afirmar que a escola era totalmente dispensável para os trabalhadores, que a instrução escolar era tempo roubado à produção, que enquanto as crianças estavam nas escolas, não estavam colaborando com a produção e, portanto, com o crescimento da mais-valia, ou seja, com o crescimento e acumulação do capital (SAVIANI, 1995, p.160)

A imposição ferrenha da redução do tempo de formação da classe trabalhadora é observada também por meio de um exame mais apurado do sentido empregado às tecnologias da informação e comunicação (TIC's) na educação, destacando-se aquelas fazem referência à aprendizagem móvel e flexível, os MOOC's, que ofertam cursos cada vez mais curtos e simplificados, com a prerrogativa de que os trabalhadores já estão esgotados pela rotina do trabalho. Outras formas são aquelas que reduzem o processo educativo a um momento de diversão como os *games* interativos, simuladores, plataformas de jogos, dentre outros que, sob o prisma hedonista, sem deslocá-lo do projeto burguês, deve evitar ao máximo o sofrimento em um nível que deve-se restringir tudo à busca por prazer, já que toda energia e esforço do trabalhador devem ser empregados no trabalho. Desse modo, o irracionalismo burguês é endossado, tanto em relação à escassez de conteúdo, quanto ao que se refere ao tempo destinado à formação da classe trabalhadora.

Por meio da análise das transformações que estão em curso, buscamos compreender a base comum em que se sustentam essas transformações e, como pôde ser observado no levantamento das novas tecnologias aplicadas à área educacional que realizamos, há uma extensa quantidade de novos produtos tecnológicos em relação àqueles desenvolvidos no último processo de revolucionamento da produção. Esse revolucionamento, apesar de refletir uma novidade da assim chamada Indústria 4.0 no que tange ao avanço da tecnologia e às transformações técnicas no interior da produção, não denota uma mudança da forma de organização da sociedade, pelo contrário, obedece à necessidade de manutenção dessa mesma organização social.

Por meio da análise dos mecanismos e dos dispositivos que compõem, na forma de processos educacionais impulsionados pela Indústria 4.0 e de tecnologias utilizadas nesses processos, o projeto pedagógico industrial para conformar a subjetividade às novas exigências do mundo produtivo, ousamos afirmar que

não há rupturas com a lógica da flexibilidade instituída pela reestruturação produtiva. No entanto, é evidente que, por mais que as transformações não sejam, no todo, substanciais, elas acarretam mudanças na realidade social e no modo de vida dos sujeitos que devem ser consideradas.

## Valores

Quanto aos valores cunhados pela pedagogia industrial na reprodução da força de trabalho na indústria 4.0, outra dimensão de análise que propusemos, nós os compreendemos como os elementos linguísticos e afetivos de controle, coerção e manutenção da ordem burguesa, que aparecem na forma de discurso valorativo e autorregulador nos níveis do pensamento, dos afetos e do comportamento.

Não há reflexão crítica nos trabalhos analisados sobre como a realidade se configura e como se dá a vida sob ela, apenas são discutidas as formas de inserção e participação no aparelho econômico. Assim, naturaliza-se uma sociedade e um modo de vida em que a aparência é tomada como a realidade mesma, em que o indivíduo é levado a se sujeitar às condições que a sociedade impõe e a crer que essa é a única configuração possível; a rendição à realidade imediata é induzida por meio de processos formativos e coercitivos cada mais sutis e velados. No entanto, quando, nas respostas aos movimentos de crise do capital, as promessas de sociedade dadas não se cumprem e as contradições do sistema são evidenciadas, as estratégias de recomposição da ordem são refinadas, atuando sobre a subjetividade para a sua adequação à organização social. “Portanto, a produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto” (MARX, 1978, p.110)

A inserção da subjetividade na produção é intrínseca à própria subsunção ao capital, contudo é no regime de acumulação flexível que busca-se desenvolver um comprometimento operário que aumenta o controle pelo capital da dimensão subjetiva como evidencia Alves (2011):

O que se coloca não é apenas a constituição de uma disciplina ou autodisciplina, mas de “atitudes pró-ativas” de comportamento capazes de significar a participação ativa da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalho (o que não era exigido no fordismo – taylorismo). (ALVES, 2011, p.117)

Nesse sentido, elencamos os valores demandados pela indústria 4.0 apontados em trabalhos que fazem menção, em algum momento, a qualquer conhecimento, habilidade, crença e comportamento relacionando-os às premissas da quarta Revolução Industrial.

Pudemos perceber uma notável diferença na quantidade de habilidades técnicas mencionadas em relação à chamadas habilidades sociais, sendo que essas últimas aparecem muito mais frequentemente e em maior número nos trabalhos que abordaram as relações entre trabalho e educação na Indústria 4.0. O que nos leva a pensar que a dimensão subjetiva continua assumindo uma posição majoritária no que diz respeito às estratégias de conformação social à racionalidade produtiva do capital flexível. Como é demonstrado na tabela abaixo:

**VALORES**

|   |  |
|---|--|
| <p>Cognitivos</p> <p><b>Conhecimentos e Habilidades Técnicas</b></p>            | <p><i>Know-how</i> técnico; Marketing; Administração; Finanças; Operacional; Tecnologias; Línguas estrangeiras; Internet das coisas; Programação; Controle de qualidade; Design de tecnologia; Big Data; Questões ambientais; Ciências físicas e biológicas; Habilidade com ciência de dados; Plataformas e tecnologias; Raciocínio lógico e matemático; Análise de dados e TI; Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs); Comunicação oral e escrita; Inovação.</p>  |
| <p>Emocionais e Afetivos</p> <p><b>Comportamentos e Habilidades Sociais</b></p> | <p>Resolução de problemas; Resolução de problemas complexos; Compreender e dominar processos; Autorresponsabilidade; Cooperar e comunicar intensivamente; Iniciativa; Visão sistêmica; Planejamento e gestão de mudanças; Propensão a desafios; Criatividade; Organização; Agilidade; Adaptabilidade; Pensamento crítico; Colaboração; Empreendedorismo; Curiosidade; Imaginação; Flexibilidade; Capacidade de julgar e tomar decisões; Autogerenciamento do tempo; Inteligência emocional; Mentalidade orientada para aprendizagem; Habilidade de trabalhar em equipe; Habilidades de comunicação; Liderança, Capacidade de transferir conhecimento; Capacidade de persuasão; Pensamento empreendedor; Resolução de conflitos; Postura analítica; Orientação multifuncional; Tolerância a ambiguidade; Motivação para aprender; Trabalhar sob pressão; Mentalidade digital; Comprometimento; Saber ouvir; Capacidade de assumir riscos; Ser disciplinado; Inovador; Persistente; Ser pró-ativo; Orientação para servir; Atitude positiva; Capacidade de inspirar; Pensar "bold"; Cultura <i>ownership</i>; Possuir valores humanos; Ser ético; Propósito transformador massivo – MTP; Aprendizagem ativa; Gestão de pessoas; <i>SoftSkills</i>; Autonomia; Visão de futuro; Controle socioemocional; Ser motivado; Ser polivalente; Inteligência social; Empatia; Habilidades interpessoais; Resposta adaptativa e Aprendizagem contínua.</p> |

Fonte: Os autores (2020)

Por maior que seja a lista de propostas pedagógicas e de dispositivos tecnológicos educacionais da Indústria 4.0, no cerne do processo educativo da classe trabalhadora a tecnologia não é acessada, pois, no nível do conteúdo, não há substância suficiente para apreendê-la e, quanto ao seu domínio operacional, nem sequer há, materialmente, a possibilidade de uma experiência pedagógica com essas tecnologias.

Em vista da manutenção do *status quo*, sujeito e tecnologia são imbricados em uma relação em que a subjetividade se torna um elemento fundamental para as estratégias de coerção e conformação social. Nesse sentido, o conteúdo tecnológico, em si, não é o foco dos processos educacionais, mas sim, a sua função fetichizante que promove uma promessa de futuro que não se cumprirá nessa configuração de sociedade.

Sem a possibilidade de apropriação da tecnologia pela classe trabalhadora, surge a necessidade de criar nos sujeitos o sentimento de colaboração para a reprodução de uma sociabilidade marcada pela produção e reprodução do capital. Isso torna compreensível a maior quantidade de exigências de habilidades comportamentais e sociais em relação às competências técnicas.

Com o processo de reestruturação produtiva e, mais recentemente, na era 4.0, as mais íntimas emoções do indivíduo são atingidas, não mais apenas na esfera do trabalho, mas em todas as dimensões da vida humana. A subjetividade moldada às tendências do modo de produção de mercadorias que, no momento atual, é marcado pelo alto grau de fetichização da tecnologia, reflete um movimento em que o foco não se trata do objeto, mas da relação do indivíduo para com o objeto, ou seja, “o momento predominante não se localiza na técnica em si, mas nas relações sociais que a determinam” (LESSA, 2007, p. 257).

Diante disso, afirmamos que as habilidades sociais, sobretudo as que se referem à dimensão afetiva da subjetividade humana, são a maior expressão das demandas produtivas da Indústria 4.0 e cumprem com maestria um papel regulador dentro do movimento sociometabólico do capital na contemporaneidade. Para Antunes (2018, p.44) essa nova configuração produtiva tem como consequência a agudização dos processos de precarização do trabalho decorrentes da reestruturação produtiva; “o que temos é mais precarização, mais informalidade, mais subemprego, mais desemprego, mais trabalhadores intermitentes, mais eliminação de postos de trabalho, menos pessoas trabalhando com os direitos preservados”.

Alves (2018) aponta o empreendedorismo como uma das maiores expressões desse fenômeno, pois se trata do ocultamento da forma de trabalho assalariado que possibilita a maior exploração da força de trabalho por meio da destruição dos direitos trabalhistas e da flexibilização salarial, do tempo e da intensidade de trabalho. É por meio da cultura do empreendedorismo, situada no ideário neoliberal, que se cria a falsa

ideia de que o indivíduo é responsável por ele mesmo, ou seja, retira a perspectiva da vivência coletiva, expondo certa fração de trabalhadores excluída do mercado à uma série de condições de vida e trabalho precarizadas.

Para Frigotto (2011),

A ênfase ao empreendedorismo, a ser dono do próprio negócio, etc., desloca a responsabilidade para a grande massa de trabalhadores que, por diferentes razões, não são necessários ou não se enquadram nas exigências do mercado, para que busquem a sobrevivência por conta própria. Para a grande maioria trata-se de um convite ao trabalho informal e precário, totalmente desprotegido dos direitos sociais. (FRIGOTTO, 2011, p.10)

Nesse sentido, o empreendedorismo, assim como as noções de sociedade do conhecimento, pedagogia das competências, qualidade total, empregabilidade e capital social são os novos fetiches mercantis da ideologia do capital humano (FRIGOTTO, 2011). Com base nessa reflexão, buscamos não só identificar as demandas afetivas e comportamentais da quarta revolução industrial, mas também, correspondê-las ao movimento de recomposição da hegemonia advindo da reestruturação produtiva com o objetivo de saber se há uma continuação mais intensificada do tipo humano flexível toyotista ou uma demanda diferente de subjetividade para a Indústria 4.0.

Além da cultura do empreendedorismo, a criatividade é uma das qualidades mais mencionadas no conjunto das demandas da Indústria 4.0. No entanto, para Duarte (2001),

Essa criatividade não deve ser confundida com busca de transformações radicais na realidade social, busca de superação radical da sociedade capitalista, mas sim criatividade em termos de capacidade de encontrar novas formas de ação que permitam melhor adaptação aos ditames do processo de produção e reprodução do capital. (DUARTE, 2001, p.67)

Frente a um contexto marcado por tamanha insegurança e instabilidade, a criatividade é reivindicada pela lógica exploratória do capital e reduzida à condicionalidade dos interesses externos, não como uma expressão da atividade criativa humana genuína, mas, como é bem pontuado por Negreiros (2020, p 178.), “o agir criativo torna-se refém, portanto, dos imperativos capitalistas no qual só será valorizado caso contribua para sua necessidade de expansão e acumulação”.

Iniciativa, motivação e proatividade também aparecem com frequência no ideal de subjetividade para a Indústria 4.0, o que é mais uma expressão das teorias que têm como base a pedagogia do “aprender a aprender” e revelam claramente suas intenções disciplinadoras e adaptativas dos indivíduos, juntamente com o discurso da flexibilidade, da polivalência, da multifuncionalidade e da inovação que aparecem nos estudos analisados. Nesse cenário, ao indivíduo é dada a responsabilidade por deliberar sobre seu processo de formação e trabalho alimentando a falsa sensação de autonomia e liberdade que, apesar de não se realizar na organização social capitalista, mantém a classe trabalhadora amansada.

Capacidades de “resolução de problemas”, de “planejamento e gestão da mudança” e de “propensão a desafios”, foram notadamente evidentes nos trabalhos que indicaram um perfil ideal de trabalhador para a quarta revolução industrial, demonstrando, mais uma vez, a necessidade de que haja sempre indivíduos que consigam acompanhar o acelerado desenvolvimento científico e tecnológico da Indústria 4.0, mesmo que apenas nos níveis do consumo limitado e da operação simplificada dessa tecnologia para a manutenção do ritmo de produção e consumo (KUENZER; GRABOWSK, 2016 ).

Silva (2020) afirma que no regime de acumulação flexível toyotista há o suposto reestabelecimento do nexos psicofísico cindido pelo padrão de produção fordista-taylorista, o que pode ser notado pela maior, mas, limitada, participação dos trabalhadores nos processos de gestão intra-fabris, na exigência de capacidades intelectuais de análise e operações cognitivas matemático-estatísticas, no uso da comunicação e da linguagem e na capacidade de ajustar a conduta face às mudanças operadas na produção. Com a redução do proletariado fabril, a diminuição das plantas industriais e o reordenamento produtivo guiado pelo ritmo da produção puxada e descentralizada toyotista (ANTUNES; ALVES, 2004), os trabalhadores passaram a



assumir funções múltiplas que, ao contrário do trabalho especializado característico do fordismo-taylorismo, extrapolam a dimensão da especialidade em direção à da formação de indivíduos flexíveis que podem atuar em qualquer parte do processo produtivo, o que explica a alta demanda subjetiva de “compreensão e domínio de processos”, de “visão sistêmica” e “visão de futuro” mencionada pelos trabalhos analisados.

Estimular o envolvimento participativo e cooperativo parece ser desnecessário em um mundo dominado pela tecnologia, contudo, o aspecto humano prevalece nos processos de trabalho e isso é evidenciado pelas exigências, cada vez maiores, de competências como “resolução de conflitos”, “cooperação”, ‘comunicação’, ‘trabalho em equipe’, ‘liderança’ e “gestão de pessoas”, que aparecem como demandas subjetivas da configuração produtiva toyotista e se estendem para o padrão de produção da Indústria 4.0. Nesse sentido, tais exigências não demonstram formas mais evoluídas de trabalho como os termos sugerem; pelo contrário, refletem mais uma forma de controle que, pela descentralização do poder hierárquico e pela distribuição flexível do processo produtivo, transfere aos próprios trabalhadores a função de controlar uns aos outros quando os colocam em posição de concorrência no interior das equipes de trabalho.

Isso expressa mais uma contradição dessa organização produtiva, a que se dá pelo movimento contrário entre a racionalidade do capital e a irracionalidade social (ALVES, 2001), quando, ao mesmo tempo em que se exige o trabalho cooperativo e se forma trabalhadores para esses moldes, as relações sociais em que se sustenta o sistema capitalista devem ser pautadas no individualismo e na competitividade, para que o excedente humano se justifique e torne possível formas de trabalho cada vez mais precarizadas. Da mesma maneira, a formação para a cooperação deve ser limitada aos níveis exigidos pelo capital, na medida em que, também é uma estratégia de manutenção da hegemonia burguesa a destruição da coletividade de classe.

Antunes (2018) alerta para uma forma de controle do trabalho engendrada pelo modelo de produção flexível, denominada por ele de “*management by stress*” que é caracterizada por submeter os trabalhadores à condições laborais em que estão sob pressão continuamente e que exigem ações instantâneas a todo momento, o que, em tese, poderia gerar insatisfação, improdutividade e revolta da classe trabalhadora. No entanto, segundo Deluiz (2001),

A ênfase na identificação dos interesses de patrões e empregados – que se convertem em uma comunidade social de colaboradores –; a autogestão pela internalização da disciplina; o controle exercido sobre os trabalhadores por seus próprios colegas no trabalho em equipe e a sobrevalorização de aspectos atitudinais (o *saber-ser*) conferem ao modelo das competências a possibilidade de um controle menos formalizado e mais difuso sobre a força de trabalho, evitando-se as resistências e os conflitos. (DELUIZ, 2001, p.2)

Nesse cenário, dêmos um destaque especial para o conceito de “Propósito Transformador Massivo” – MTP, presente no estudo de Sartori, Zanotto e Fachinelli (2018), que sintetiza bem o tipo de envolvimento e em que nível a subjetividade dos trabalhadores deve ser envolvida no processo produtivo.

O MTP é único, deve inspirar a todos, destinado ao coração e à mente, com sinceridade e confiança deve ser abrangente, no sentido de não ser ligado a uma tecnologia específica. Aliar a razão com a emoção é o fator crítico de sucesso nesse processo, visto que um bom propósito transformador massivo não é destinado apenas ao cérebro das pessoas, mas, principalmente, ao coração. (SARTORI; ZANOTTO; FACHINELLI, 2018, p. 11)

A promessa de autonomia também permeia os estudos voltados para a construção de um ideal de pessoa adequada à quarta revolução industrial. Propostas pedagógicas que se comprometem a formar indivíduos autônomos, tanto no que diz respeito aos processos formativos quanto no que se refere ao dia a dia de trabalho, são colocadas como solução para as questões emergentes do mercado de trabalho que não podem ser atendidas pela forma tradicional de qualificação profissional. Neste cenário, o lema do “aprender a aprender” dirige a nova educação e, ao contrário do que afirma seus defensores, “ele não produz a autonomia intelectual e moral nem o espírito crítico; produz uma maior adaptabilidade às alterações do capitalismo” (DUARTE, 2001, p.199).

A noção de indivíduo autônomo, corresponde à ideia de sujeito independente que, por sua vez, expressa a própria estrutura da sociedade burguesa, que depende do livre funcionamento de mercado para a recomposição e manutenção da sua hegemonia. Neste cenário, Araújo (2004), ao se tratar da pedagogia das competências, refere-se à ela como incapaz de oferecer “as bases necessárias ao desenvolvimento da autonomia e das capacidades amplas dos trabalhadores” e conclui definindo-a como “mero recurso reprodutor da concepção liberal-meritocrática” pois, segundo o autor, ao se dirigir somente às necessidades de mercado “não serve como mediação para a diminuição das desigualdades e para a construção da justiça social” (ARAÚJO, 2004, p. 513).

Para Antunes (2018), a subjetividade autêntica é aquela que expressa a autonomia, contudo, em uma sociedade em que o que rege são normas empresariais que, convém ressaltar, extrapolam os limites da empresa e invadem a vida dos indivíduos, a subjetividade assume uma forma inautêntica, própria da heteronomia. Nesse sentido, Duarte (2001, p.30) completa evidenciando que “a mesma sociedade — que tanto prega a individualidade, a autonomia, a liberdade e a criatividade como seus mais altos valores —, opera nos indivíduos a mais brutal padronização e o mais brutal esvaziamento”.

A falsa sensação de autonomia, se trata, portanto, de circunstâncias em que as supostas alternativas que aparecem ao indivíduo, já estão, na verdade, pré-determinadas e sua “escolha” é limitada a decidir somente sobre alguns elementos de um processo que já está, de certo modo, delineado. Assim, nos pareceu importante observar, também, sob que condições isso se relaciona com as demandas de “capacidade de julgar” e de “pensamento crítico” que aparecem nos trabalhos analisados.

O avanço da tecnologia e as rápidas mudanças do mundo do trabalho podem parecer um elemento novo no que diz respeito ao funcionamento da sociedade do capital, contudo, como já alertaram Marx e Engels (2005),

Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação e insegurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. (...) Tudo o que era sólido e estável evapora-se, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são, finalmente, obrigados a encarar com serenidade suas condições de existência e suas relações. (MARX; ENGELS, 2005, p.43)

Nesse sentido, o discurso da mudança, nada tem além do conteúdo fetichizado da mercadoria que se imprime na vida cotidiana, nas relações sociais e na subjetividade, restringindo, também, a inconformidade humana à questões da vivência imediata. O pensamento crítico, apropriado pelo capital, toma a forma de coisa que, dotada de certa autonomia, se volta contra o próprio indivíduo que, no lugar de observar criticamente as relações sociais de produção às quais está submetido, limita-se a encontrar meros problemas administrativos e operacionais, dentro e fora da empresa, que possam afetá-la.

A capacidade de julgar e o olhar crítico do sujeito são direcionados apenas à comunidade dos indivíduos que, na forma de adversários, devem ser eliminados na concorrência pelo lugar no mercado de trabalho; assim, a partir do julgamento e da crítica concorrencial, eles mesmos, entre si, são levados a oferecerem ao capital mais formas de exploração transfiguradas de soluções para a empresa.

As chamadas *softskills*, ou competências transversais, também invadem a visão pedagógica corporativa sobre o perfil ideal de trabalhador para a Indústria 4.0 e representam plenamente o movimento de “captura da subjetividade” (ALVES, 2011) pela lógica do capital. São demandadas competências como “imaginação”, “atitude positiva”, “empatia”, “habilidades interpessoais”, “inteligência emocional”, “curiosidade”, dentre outras capacidades humanas que demonstram claramente as novas estratégias de controle para reprodução e manutenção da hegemonia burguesa. Como evidencia Pelbart (2003, p.99) “De repente os aspectos mais humanos do homem, seu potencial, sua criatividade, sua interioridade, seus afetos, tudo isso que ficava de fora do ciclo econômico produtivo, [...] torna-se a matéria-prima do próprio capital”.

No estudo “As necessidades de qualificação de mão de obra da Indústria 4.0” (SILVA; FRARE; GIANINI; BOTELHO; QUINTINO; MENEGATTI, 2019) destacamos o conceito “cultura *ownership*” que, para os autores, é uma das principais competências a serem desenvolvidas nos trabalhadores e significa, basicamente,

criar nos empregados o sentimento de dono; assim, no lugar da exigência de responsabilidade, cria-se um sentimento que motiva o trabalhador para o trabalho além das demandas específicas de sua função.

Essa lógica se trata de uma estratégia cínica de ocultamento das relações sociais de poder e exploração capitalistas e se estende para outras esferas da vida dos trabalhadores, como podemos observar claramente pelo movimento de uberização do trabalho que, por meio da falácia de “seja seu próprio patrão”, de flexibilidade e controle do trabalho e pela facilitação da conectividade trazida pelas TIC's, dispositivos cada vez mais tecnológicos e intuitivos, vêm transformando o mundo do trabalho.

A economia compartilhada, pelo que também é conhecido o consumo colaborativo, aquele que possibilita o contato direto, sem mediação pela regulação do trabalho, entre quem demanda e quem oferta o produto ou o serviço (modelo *per to per* – P2P), apesar de possuir uma retórica sustentável, humanizada e libertadora, se trata de formas dissimuladas do assalariamento (ANTUNES, 2018), ainda mais precarizadas e em que os indivíduos sequer têm acesso aos direitos trabalhistas fundamentais, quando estão submetidos à condições cada vez mais nocivas e desreguladas de trabalho.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

No cerne da sociabilidade capitalista, com formas cada vez mais extensas e intensas de exploração do trabalho, emergem elementos do movimento sócio-reprodutivo do capital que implicam na gênese e na constituição da individualidade, “buscando impedir, anular, incorporar ou mesmo destruir a subjetividade antagônica dos trabalhadores por meio de estratégias de captura/manipulação da sua vontade, produzindo formas multideterminadas de consentimento ativo na produção e nas demais esferas da vida social” (SILVA, 2020).

Nesse sentido, Silva (2018, p. 244), ao indagar sobre a razão pela qual o trabalhador se mantém produtivo mesmo em meio “à tamanha precarização da sua atividade e de si mesmo”, revela que há na subjetividade desse “novo tipo de trabalhador” “a precariedade como modo de ser”, o que torna evidente a função mediadora da educação na formação de subjetividades que correspondam às demandas produtivas, na medida em que a ação educativa, nos marcos da sociedade da mercadoria, tende a servir à reprodução e manutenção da lógica exploratória do capital, sobretudo, no âmbito das relações sociais. Nas palavras do autor:

Esse questionamento põe evidência a problemática da educação como processo de reprodução das relações de produção, isto é, de que nas relações produtivas e sociais ocorrem práticas intencionais e sistematizadas de formação humana com a finalidade de desenvolver as subjetividades demandadas pelo projeto hegemônico de reprodução do capital sob as condições de sua crise estrutural, uma nova pedagogia da hegemonia, conforme Neves e Sant’Anna (2005). (SILVA, 2018, p.244)

O que podemos concluir até esse momento, suscitado pelas análises acerca dos mecanismos, dispositivos e valores da pedagogia industrial no contexto da indústria 4.0 para a conformação de trabalhadores e trabalhadores à lógica do capital, é que não há uma desconexão com o padrão toyotista de produção, apesar de acarretar em grandes transformações na vida dos trabalhadores. Dessa forma, é primordial ressaltar que trata-se de um processo de amoldamento de subjetividades, sobretudo, pedagógico (SILVA, 2020), ou educativo (DUARTE, 2013), que acompanha o movimento de acumulação do capital e compreender como esse processo se dá, é de fundamental importância para o desvelamento da realidade que permite ir além do que a imediatividade da vida cotidiana na chamada quarta Revolução Industrial nos apresenta.

A Indústria 4.0, assim como o Taylor-fordismo e o regime de acumulação flexível, exige que haja tipos de trabalhadores específicos para atenderem às demandas produtivas dessa particularidade histórica, diante disso finalizamos esse texto com a indagação: Exige-se, na quarta revolução industrial, uma subjetividade diferente daquela demandada pelo padrão de produção toyotista?

Em síntese, após as análises sobre os mecanismos, dispositivos e valores da pedagogia industrial para a conformação de trabalhadores ao *modus operandi* do capital, quando buscamos compreender como as

implicações sociais e produtivas da Indústria 4.0 se inserem na lógica interna de funcionamento da sociedade produtora de mercadorias, sugerimos, até o momento, diante do que nos permite afirmar e como já apontamos em momentos distintos desse texto, que há um processo de intensificação do padrão sociometabólico flexível no qual não identificamos, no campo da educação, elementos suficientes para indicar uma cisão com o movimento sociometabólico decorrente da reestruturação produtiva, ainda que essa possa vir a ocorrer sinalizando a possibilidade de emersão e, portanto, de transição para um novo movimento de reestruturação da produção, que assim como ocorreu com a emergência do toyotismo, acarretará em mudanças ainda mais substanciais na organização social, na vida e na subjetividade dos sujeitos.

## REFERÊNCIAS

---

- ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. Boitempo Editorial, 2015.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. Boitempo editorial, 2018.
- ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- DE LIMA ARAUJO, Ronaldo Marcos. As referências da pedagogia das competências. **Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 497-524, 2004.
- DELUIZ, Neise. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e na educação: implicações para o currículo. **Boletim técnico do Senac**, v. 27, n. 3, p. 13-25, 2001.
- DUARTE, Newton et al. **Vigotski eo " aprender a aprender": crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotkiana**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001.
- DUARTE, Newton. **A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- JURADO, Mendoza; FELLMAN, Helmer. Digitalizacion de la educación en ingeniería: del aprendizaje con base tecnológica a la educación inteligente. **Educación Superior**, v. 6, n. 1, p. 39-50, 2019.
- FERREIRA, Giselle Martins dos Santos; SÁ, Jaciara Carvalho de. Recursos educacionais abertos como tecnologias educacionais: considerações críticas. **Educação & Sociedade**, v. 39, n. 144, p. 738-755, 2018.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias Empresariais E Formação de Competências: Um Quebra-cabeça Caleidoscópico Da Indústria Brasileira**. Editora Atlas SA, 2000.
- FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos: os fundamentos da relação entre trabalho e educação. In: SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; LOMBARDI, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 61-74.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: Editora UFJF**, p. 18-35, 2011.
- GOMEZ, Carlos Minayo et al. Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador. In: **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 1989. p. 92-92.
- GRABOWSKI, Gabriel; KUENZER, Acácia Zeneida. A produção do conhecimento no campo da Educação Profissional no regime de acumulação flexível. **Holos**, v. 6, p. 22-32, 2016. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4983>>.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, v. 4, 2001.
- IGLESIA VILLASOL, María Covadonga de la. Caja de herramientas 4.0 para el docente en la era de la evaluación por competencias. **Innovación educativa (México, DF)**, v. 19, n. 80, p. 93-112, 2019.
- LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. Cortez, 2007.
- MARTINS, Lígia Márcia; LAVOURA, Tiago Nicola. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, v. 34, n. 71, p. 223-239, 2018.
- MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. v. II, Livro I. São Paulo: Nova Cultural, 1996b.(Os Economistas). \_ . Para a crítica da economia política. **Karl Marx. São Paulo, Abril Cultural**, p. 102-257, 1978.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2015.
- PEDROZA FLORES, René. La universidad 4.0 con currículo inteligente 1.0 en la cuarta revolución industrial. **RIDE. Revista Iberoamericana para la Investigación y el Desarrollo Educativo**, v. 9, n. 17, p. 168-194, 2018.

SARTORI, Gisele; ZANOTTO, Mayara Pires; FACHINELLI, Ana Cristina. Liderança em tempos de Indústria 4.0: Novos papéis para um novo perfil ?. In: **XVIII Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão**. 2018.

SAVIANI, Dermeval et al. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, p. 147-164, 1995.

SILVA, B. R., FRARE, T. R., GIANINI, H., BOTELHO, W. C., QUINTINO, L. F., MENEGATTI, V. As necessidades de qualificação de mão de obra na indústria 4.0. 2019.

DA SILVA, Hugo Leonardo Fonseca. **Trabalho, corporalidade e formação humana**. Paco, 2020.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETI, Celso João et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 151-168, 2012.



# REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: TERCEIRIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS ENTREGADORES POR APLICATIVO NO BRASIL

Ana Rute Oliveira Duarte

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. E-mail: anarute.ufal@gmail.com

**Resumo:** O referido artigo trata dos impactos da reestruturação produtiva, da terceirização e da uberização como uma nova forma de organização e controle do trabalho inerente a Economia Compartilhada, diante do avanço tecnológico, das grandes empresas-aplicativo e do desemprego crônico que atinge todos os países do mundo e é sinônimo da precarização do trabalho. Inseridos nessa modalidade encontram-se os entregadores por aplicativo, ou seja, motociclistas e ciclistas subordinados aos algoritmos, sem garantias ou direitos que os assegurem sob a justificativa dos aplicativos de serem “patrões de si mesmos”. Destaca-se também a mobilização realizada pelos entregadores em julho de 2020.

**Palavras-chave:** Trabalho. Reestruturação produtiva. Terceirização. Entregadores por aplicativo.

## INTRODUÇÃO

A relevância dessa pesquisa deve-se aos impactos da reestruturação produtiva, da terceirização e da tecnologia nas condições de trabalho da classe trabalhadora, especificamente na vida dos entregadores por aplicativo. Compreende-se que diante da crise estrutural do capital e a consequente reestruturação produtiva, iniciada nos anos de 1980, altera a dinâmica da produção capitalista e das relações de trabalho, com o objetivo de reduzir custos de produção. Supõe-se, desse modo, que a terceirização – formas diversas de subcontratação com vínculos de trabalho flexíveis –, inerente à reestruturação produtiva, ao realizar alterações nos contratos de trabalho entronizam a flexibilidade produtiva, o empreendedorismo, mascarando a condição de exploração de trabalhadores.

Identifica-se a inserção da tecnologia no âmbito dos serviços, em que os trabalhos tendem a tornarem-se intermitentes, resultado da reestruturação produtiva e sendo impulsionadas com as tecnologias da informação e comunicação, novas modalidades de trabalho são constituídas, incentivando o trabalhador a ser “empreendedor” enquanto grandes empresas utilizam-se dessa força de trabalho para acumulação.

Dentro desse âmbito tecnológico se encontra a Economia do Compartilhamento, inerente às novas formas de trabalho, que significa uma nova forma de negócio com um falacioso discurso de auxiliar cidadãos com “trocas informais”, unindo usuários de variados serviços e os prestadores de serviço como forma de garantir uma “renda extra”, mas inerente a essa forma “consciente” de economia, encontra-se a uberização, uma nova forma de organização e controle do trabalho consequência das transformações decorrentes da reestruturação produtiva, em que o trabalhador é subordinado à empresas-aplicativo numa complexa relação de trabalho precarizado.

O artigo também destaca a realidade e a luta dos entregadores por aplicativo, retrato do cotidiano e da uberização do trabalho que diante do desemprego crônico, motofrentistas e ciclistas se inseridos nas empresas-aplicativo, tornando-se responsáveis por adquirir os instrumentos de trabalho, trabalham em jornadas exorbitantes e expostos a riscos pela sobrevivência.

## CRISE ESTRUTURAL, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E EXPANSÃO MUNDIAL DA TERCEIRIZAÇÃO

---

No cerne do modo de produção capitalista, as crises possuem uma característica ineliminável, ou seja, não há como evita-las. As crises cíclicas são comuns ao sistema capitalista, cuja natureza é temporária e afetam algumas esferas econômicas, interferindo no processo de produção e de acumulação (como a conhecida crise de superprodução em 1929-30)<sup>1</sup>.

Entretanto, em meados de 1970, o sistema capitalista experimenta uma das maiores crises, não só no contexto econômico, mas alcançou também a esfera política e social, denominada de crise estrutural, e veio para demonstrar os limites do capital na preservação da sua reprodução.

A crise estrutural no ano de 1970, de acordo com Mészáros (2011), não se origina de um desarranjo em determinada dimensão do sistema do capital, sendo estas: produção, circulação e consumo. Ou seja, essa crise atinge essas dimensões de forma integrada, corrobora os limites da reprodução do capital num dos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista, o agravamento de suas contradições. Ela expressa seu agravamento em 1970, e “não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZAROS, 2011, 799).

O sistema do capital é impossibilitado de afastar as contradições que atingem o núcleo de seu sistema sócio metabólico, afetando, sobretudo, a sua dinâmica desenfreada de acumulação e de expansão do capital. Todos os países do mundo são afetados com essa crise (centrais e periféricos) e torna-se constante, rastejante, interrupta e permanecerá enquanto o sistema do capital resistir, mesmo com tentativas falhas de reconstrução.

Essa crise estrutural demonstrou de forma fenomênica o desgaste do sistema taylorista-fordista e do *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. Na economia, ela se expressou na queda tendencial da taxa de lucro e na crise de superprodução de mercadorias, bem como, o desemprego estrutural e a crise do petróleo.

Entretanto, a resposta do capitalismo para tentar conter essa crise estrutural e controlar também as lutas sociais oriundas desta, ocorreu com um processo de reorganização do capital, do sistema econômico, ideológico e político, denominado como reestruturação produtiva. Essa reestruturação tem como base a produção flexível, do *downsizing* – redução de gastos – inspirado no modelo produtivo japonês – toyotismo – e ideologicamente inspirado no neoliberalismo. Tal reorganização resultou na privatização estatal, no retrocesso dos direitos trabalhistas, no desemprego estrutural e na desarticulação do setor produtivo. Enfatiza-se nesse período, a ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora. Também, esse processo “[...] tinha um de seus polos centrais localizado no setor financeiro, que ganhava autonomia [...] dentro das complexas interrelações existentes entre a liberação e a mundialização dos capitais e do processo produtivo” (ANTUNES, 2009, p. 34).

Nesse período, evidencia-se a expansão de capitais, da tecnologia mediante da utilização massiva da informática e da microeletrônica, para regredir a queda tendencial da taxa de lucratividade e por outro lado, destaca-se a precarização da força de trabalho. O processo de inserção tecnológica na produção provoca irremediavelmente o avanço do fenômeno obsolescência programada, cuja resultante é o crescimento da taxa decrescente do valor de uso dos objetos – desgaste acelerado das mercadorias para ativar um novo ciclo de produção das mercadorias e resgatar a composição orgânica do capital.

Além disso, evidencia a reorganização das formas de gestão organizacional e da intensa concentração de capitais, mediante o braço do capital financeiro, com o objetivo de não regredir a dinâmica da competição intercapitalista, bem como controlar a reação política organizada da classe trabalhadora.

---

1 (DUARTE, 2019 *apud* SANTOS, 2016).

Temporariamente, tais estratégias asseguraram a lucratividade do capital, entretanto, impactou severamente na reprodução da classe trabalhadora, devido à substituição da força de trabalho por equipamentos tecnológicos e/ou pela subcontratação via empresas terceirizadas. As consequências da busca pela conquista de mercados internacionais e de acumulação de capitais, na fase da crise estrutural, impactam de forma severa na condição de trabalho e de reprodução dos trabalhadores, conforme abordado anteriormente.

Orientados mediante estratégia do modelo flexível de produção, os capitalistas procuram produzir cada vez mais mercadorias, intensificando o tempo e ritmos de trabalho no processo produtivo proporcionado pela inserção das novas tecnologias. Os efeitos mais nefastos – ainda que não exclusivos desse momento da produção capitalista – são o adoecimento e precarização da força de trabalho, o desemprego estrutural, a informalidade – vinculado atualmente à inserção de novas modalidades de trabalho com a utilização de tecnologias – e a destruição evidente do meio ambiente.

Desse modo, adota-se no contexto da reestruturação produtiva – inicialmente nos países centrais –, a produção flexível o modelo toyotista no processo de trabalho, que significou a racionalização do processo produtivo, bem como o controle e disciplinamento da força de trabalho, diante da necessidade, conforme cita Duarte (2019 *apud* ANTUNES, 2009, p. 57 grifos do autor) “[...] de implantar formas de capital e de trabalho intensivo, caracterizou a *via toyotista de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Japão* e seu processo *de liofilização organizacional e do trabalho*”. Portanto o toyotismo, ohnismo ou modelo japonês, foi implementado gradualmente durante vinte anos, ou seja, entre a década de 1950 a 1970, inicialmente na cidade de Toyota, nome dado também à indústria automobilística criadora do sistema.

Além disso, foi inserido na prática dos trabalhadores, o trabalho em equipe, o gerenciamento por tensão – *by stress*, com o objetivo de economizar trabalho e principalmente eliminar trabalhadores para reduzir custos - com a inserção de novas tecnologias -, além de proporcionar a intensificação da exploração do trabalho (no mesmo tempo ou com a redução do tempo de trabalho), mediante os *team work* – times de trabalho, *just in time* e *kanban*, acrescido de exigências do trabalhador ser qualificado, multifuncional e polivalente, fortalecendo o controle do trabalho, manipulando os trabalhadores de forma a impulsioná-los a uma participação, mantendo o caráter do trabalho alienado e estranhado.

Além disso, há a exigência de que o trabalhador seja polivalente, multifuncional e qualificado “[...] combinado com uma estrutura mais horizontalizada e integrada entre diversas empresas, inclusive nas empresas terceirizadas, [que] tem como finalidade a redução do tempo de trabalho” (DUARTE, 2019, p. 75 *apud* ANTUNES, 2009, p. 54). Esse processo que aprofunda a exploração do trabalhador e expande a precarização do trabalho que se manifesta com a:

desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha; destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria (*partnership*), ou mesmo em um “sindicalismo de empresa” [...]. (ANTUNES, 2009, p. 55).

Os efeitos da produção e organização do trabalho na reestruturação produtiva são desastrosos na sociedade contemporânea, engendrado pela organização do trabalho, eliminando postos de trabalho, além do reforço na prática da “empresa enxuta”, que diminui contingente significativo de trabalhadores, além do crescimento e do incentivo aos contratos com empresas terceirizadas – componente essencial da produção flexível, mediante as formas de subcontratação de trabalhadores.

No Brasil, a entrada do modelo flexível conforme Duarte (2019 *apud* DRUCK, 1999), possuiu características similares com os outros países na implementação do modelo flexível da organização do trabalho, como sua difusão de maneira progressiva, bem como a heterogeneidade setorial e regional.

Em 1980, há uma retomada acelerada em relação ao crescimento econômico, as novas práticas do modelo flexível – *just in time*, Programas de Qualidade Total e Controle Estatístico de Processo – são ampliadas, com um maior recebimento das novas tecnologias de automação. No ano de 1990, inicia o período de difusão do modelo japonês, que inaugura a década da qualidade total (DUARTE, 2019 *apud* DRUCK, 1999,

p. 103), além do discurso propagado (inicialmente no governo de Fernando Collor de Mello) da necessidade de haver uma modernização no país, no qual se enquadrava no ideário neoliberal - que já estava em ação no âmbito mundial- principalmente nas políticas indicadas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI - e pelo Banco Mundial.

Desse modo, na década de 1990 inicia uma busca por competitividade, qualidade e uma maior produtividade, difundindo cada vez mais o modelo japonês no Brasil e ampliando a realização dos Programas de Qualidade Total, uma nova organização do trabalho e a Terceirização, atingindo todas as áreas no contexto de serviços, também por uma necessidade de sobreviver à crise e a instabilidade na economia no âmbito nacional.

Desta maneira, com a inserção da terceirização, [...] além desta rápida e ampla difusão, há um elemento qualitativo de peso, pois muda o tipo de atividade terceirizada, atingindo não somente aquelas áreas consideradas “periféricas” – os serviços de apoio (alimentação, limpeza, transporte etc.) –, como também as “nucleares” ou “centrais” – produção/operação, manutenção, usinagem etc. – (DRUCK, 1999, p. 105).

Assim, a terceirização é considerada como uma relação de complementaridade que se estabelece entre empresas, independente do tamanho, a terceirização é classificada como um fenômeno “novo”<sup>2</sup> no capitalismo contemporâneo, resultado da reestruturação produtiva. O processo de terceirização foi implementado como uma estratégia diante a crise do capitalismo, juntamente com a produção flexível, com o objetivo de reduzir os custos empresariais referentes à contratação de força de trabalho e/ou a produção de ferramentas e autopeças.

Mediante a subcontratação, a empresa é desobrigada a pagar os direitos e garantias trabalhistas, bem como racionaliza o trabalho e conseqüentemente, “[...] intensifica-se a exploração do trabalhador por meio da flexibilização da força de trabalho, tornando o operário em uma mera engrenagem ao bel-prazer do sistema” (DUARTE, 2019, p. 78 *apud* SANTOS, 2016, p. 74).

De acordo com Graça Druck (1999), um dos componentes que caracterizam o modelo japonês e as relações interempresas, no Japão, são as redes de subcontratação ou terceirização. As relações existentes entre as empresas no contexto da terceirização, expressa uma subordinação hierárquica, na qual, devem atender à flexibilidade dos pedidos exigências dos prazos – muitas das vezes, curtos – da empresa contratante, recorrendo a horas extras e trabalho nos fins de semana – exploração e intensificação do trabalho. Também, a subcontratação permitiu a inserção da mulher no ambiente de trabalho, principalmente realizando trabalho parcial, porém o pagamento salarial dessas é inferior.

Ainda, segundo a autora “[...] a subcontratação no Japão, dada a relação de dominação das grandes empresas, enfraquece a capacidade de reação dos trabalhadores assalariados das terceiras” (DRUCK, 1999, p. 125), confirmando que com o estabelecimento dessa nova forma de relação contratual e precária, a organização dos trabalhadores é fragmentada, fortalecendo o controle e a coerção da força de trabalho e enfraquece a organização dos trabalhadores. Além disso, essa relação de trabalho entre empresas terceirizadas é intrinsecamente ligada a práticas “informais” de trabalhadores temporários ou *part-timers*, cuja tendência atual é formar um contingente predominante nas empresas capitalistas, diante da redução de trabalhadores efetivos e a inserção de novas tecnologias no trabalho juntamente com o processo de terceirização, conseqüentemente diminui significativamente a mão de obra, ou seja, a empresa torna-se “enxuta”.

A terceirização torna-se de fundamental importância para as empresas, pela possibilidade de conquistar níveis elevados de acumulação de lucros e de redução de custos de contratos de trabalho, produzindo uma forma de controle dos trabalhadores. A terceirização na realidade brasileira, especificamente na

---

2 As origens e expressões iniciais da terceirização aparecem com a vigência da grande indústria capitalista. Em particular, é no contexto da Revolução Industrial (século XVIII), nas origens do capitalismo concorrencial, que se constitui uma relação de terceirização entre a grande indústria e as *mistresses houses*, esta última é uma unidade produtiva “informal” que concretiza trabalho doméstico ou domiciliar. Portanto, na Revolução industrial, já demonstram as primeiras formas de trabalho terceirizado, comprovando que as formas precarizadas de trabalho no capitalismo nascem articuladas as formas mais avançadas de trabalho na indústria moderna.

década de 1990, trouxe resultados impactantes para a classe trabalhadora em geral. Atualmente, percebe-se com mais evidência os impactos para os trabalhadores. Basicamente, a terceirização:

I. é a prática que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público e outros) nestes últimos anos; II. além da rapidez no seu crescimento, detecta-se uma mudança qualitativa fundamental, qual seja: intensifica-se a terceirização não somente de serviços de apoio, considerados como atividades periféricas (alimentação, transporte, vigilância etc.), mas também atingindo as atividades nucleares/centrais da empresa, como a produção e a manutenção; III. é o processo que torna mais visíveis as transformações do espaço fabril e na cultura fabril, através de um movimento de desintegração dos coletivos de trabalho; IV. as implicações para o mercado de trabalho já começam a ser observadas, agravando as suas características estruturais, como segmentação, fragmentação, desorganização, informalização; V. as consequências políticas, no plano da ação coletiva, principalmente dos sindicatos, têm sido a de fragilizar cada vez mais as representações e as práticas sindicais, reforçando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a sua desunião, a sua dispersão e a concorrência entre eles; [...] (DRUCK, 1999, 128-129).

A terceirização no contexto atual, embora seja um fenômeno que alcançou países centrais e periféricos no cenário mundial, em cada localidade possui uma regulamentação e características diferenciadas. De acordo com estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2007), a denominada empresa-mãe/contratante, contrata outra empresa ou prestação de serviços desta. Assim, a atividade é terceirizada e a empresa terceira tem a responsabilidade de contratar o trabalhador sob a forma de subcontratação. Ainda conforme o Dieese (2009, p. 06): “Atividade-fim é aquela que faz parte do processo específico de produção do bem ou do serviço que é a razão de ser da empresa. [...] Atividade-meio é aquela que faz parte do processo de apoio à produção do bem ou do serviço que é a razão de ser da empresa”, ou seja, atividade-fim é caracterizada pela atividade central da empresa e a atividade-meio, são atividades que são necessárias para a continuidade da atividade central da empresa. Esta última pode ser realizada pela própria empresa ou por via terceirizada.

O processo de terceirização no Brasil, conforme Duarte (2019) é legitimado por via da legislação foi sendo constituído a partir da Administração Pública desde a década de 1970, com a finalidade de enxugar custos e maximizar as competências. Após dez anos, com a sanção da Lei 7.102/1983, a terceirização é inserida também no setor privado, permitindo a contratação de serviços como segurança e vigilância, mas não faz menção ao termo “terceirização”.

Porém, é no ano de 2017 que ocorrem alterações na legislação, ao regulamentar a Lei Nº 13.429, sancionada em 31 de março de 2017 no governo Temer, que se altera significativamente a contratação de trabalhadores. A denominada Lei da terceirização trata do trabalho temporário em empresas urbanas e dispõe acerca das relações de trabalho temporário nas empresas que prestam serviços a terceiros. Com a sanção dessa Lei nº 13.429/17, traz uma nova forma de flexibilização das relações trabalhistas, a permissão da terceirização ampliada e irrestrita, redução ou omissão das garantias trabalhistas para os trabalhadores terceirizados, enfraquecendo a organização dos trabalhadores, precarizando as condições de trabalho e fragmentando os sindicatos.

Ademais, há a PLC 30/2015 (antiga PL 4330/2004) que ainda está em tramitação, se sancionada, agravará ainda mais as condições de trabalho da classe trabalhadora, permitindo terceirização indireta no serviço público, podendo interferir na contratação via concurso público, além de possibilitar a “pejotização” que é uma prática ilegal, mas poderá ser legitimada.

Existem várias formas de subcontratação, como o trabalho a domicílio, na indústria automobilística – especificamente na rede de fábricas fornecedoras de autopeças para as montadoras de automóveis. Um terceiro exemplo do processo de terceirização é sua ampliação na rede dos “serviços de apoio” – limpeza, restaurante, jardinagem, transporte, vigilância. Outro modelo de terceirização é nas áreas produtivas ou na atividade-fim das empresas do setor industrial (realização das atividades no interior da planta da



contratante, realização da atividade fora da empresa contratada) e a Quarteirização – contratação de uma empresa com a função de gerir os contratos com as empresas terceirizadas e a empresa-mãe.

Outra característica presente no cenário internacional, às atividades em que a terceirização atinge a Tecnologia da Informação (TI), mediante o trabalho de programadores, no processamento de dados e de desenvolvimento de softwares. Especificamente no Brasil, a terceirização é legitimada por via das leis e pode-se identificar a presença dela no setor produtivo industrial – têxtil, no setor público, no setor financeiro por meio dos bancos, no setor elétrico, no setor químico, setor petroquímico e na Construção Civil.

Portanto, no contexto atual, muitos trabalhadores terceirizados, também podem ser informais, por prestarem um serviço temporário à determinada empresa, ou os mesmos são os denominados “empreendedores”, porém não se encontram regulamentados, nem tem possuem seus direitos, garantidos. Também pode-se encontrar esses trabalhadores informais e terceirizados numa complexa relação entre o trabalhador e negócios geridos por empresas de tecnologia mediante aplicativos de celular.

## **ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO, UBERIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM OS PROCESSOS DE TERCEIRIZAÇÃO**

---

Diante das transformações ocorridas desde a década de 1970 e o avanço tecnológico, percebe-se que não há a eliminação completa do trabalho pelo maquinário informal-digital, mas observa-se a constituição da inserção dessa tecnologia no âmbito dos serviços, local esse que os trabalhos tendem a tornarem-se intermitentes, e sendo impulsionados com as TICs (Tecnologias da informação e comunicação), conectam mediante *smartphones*, variadas modalidades de trabalho, expande o trabalho *on-line* e utilizam-se dos aplicativos – mascarando as grandes empresas globais – para influenciar trabalhadores e trabalhadoras, desempregados a serem “patrões de si mesmo”<sup>3</sup>. De acordo com Antunes:

Portanto, a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer ser direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (ANTUNES, 2018, p. 30).

Consequentemente, há uma ampliação dos mecanismos de funcionamento do capital, com a incorporação de novos modos de extrair trabalho excedente – pode ser encontrado nos trabalhos terceirizados ou baseados no trabalho informal – ao mesmo tempo em que é expulsa da produção, uma grande quantidade de trabalhadores (muitos qualificados) que não encontram empregos, aumentando o contingente de desempregados e subempregados.

Em um mundo cujo sistema econômico, político e ideológico se encontram nas mãos de uma hegemonia do capital, empresas procuram aumentar e garantir as altas taxas de lucratividade, cobrando da classe trabalhadora, maximizar o tempo, para atingir altos níveis de produtividade e ao mesmo tempo enxugar custos, também flexibilizando os contratos de trabalho. E a terceirização, como abordado anteriormente, torna-se uma estratégia central na relação capital e trabalho, fundamentados em contratos flexíveis, por tempo determinado e com consequências deletérias para os trabalhadores.

Segundo Antunes (2018), o sistema capitalista vigente, mostra um complexo processo, em que a informalidade e a precarização, bem como a materialidade e imaterialidade se tornaram meios essenciais, tanto para manter a lei do valor, quanto para ampliá-la. E a ampliação do setor de serviços na atualidade – e do trabalho imaterial - comprova isso e cada vez mais, podem-se encontrar trabalhadores assalariados nesses setores.

---

3 Mas ainda há aqueles trabalhadores que se reconhecem como classe explorada e criam espaços de resistência e luta por melhores condições de trabalho dentro dos espaços laborais.

As variadas modalidades de trabalho que se identifica atualmente, bem como o aparecimento de novas, vem expandindo as formas geradoras de valor, segundo afirma Antunes (2018), mesmo que não apresente a identidade do não valor. Consequentemente, ele utiliza de estratégias para aumentar a produtividade do trabalho, intensificando a extração do trabalho excedente, inserindo e expandindo a tecnologia – maquinário tecnológico-científico-informacional<sup>4</sup>, tornando geradores de lucro. Conforme afirma Antunes:

As TICs, presentes de modo cada vez mais amplo no mundo da produção material e imaterial e que tipificam também os serviços privatizados e mercadorizados, configuram-se como um elemento novo e central para uma efetiva compreensão dos novos mecanismos utilizados pelo capital em nossos dias (ANTUNES, 2018, p. 33).

Com a subcontratação os trabalhadores são submetidos a modalidades contratuais de trabalho “zerados”, “uberizados”, “pejotizados”<sup>5</sup>, “intermitentes”, “flexíveis”. O contrato de zero hora é um exemplo atual de uma nova modalidade de trabalho presente no setor de serviços, uma característica presente nessa forma de trabalho é os trabalhadores aguardarem uma chamada e quando são chamados, recebem pelo serviço prestado, sem um contrato de trabalho e garantias trabalhistas, e muitas empresas utilizam dessa estratégia de flexibilização do trabalho. Outro exemplo são os trabalhadores que utilizam o serviço de transporte por aplicativo, que utilizam o próprio automóvel, como instrumentos de trabalho também são responsáveis pelo seguro do veículo e pela manutenção do mesmo, dentre outras despesas e a empresa global que criou o aplicativo, se apropria do valor excedente gerado pelo motorista que prestou o serviço, sem seus direitos como trabalhador, preservados, além da jornada de trabalho exorbitante e a remuneração instável.

A divergência entre ambas as relações de trabalho é que a segunda forma, os trabalhadores não podem recusar as solicitações – Semelhante à relação entre os entregadores por aplicativo – pois eles podem ser desligados do aplicativo. Além dessas formas de trabalhos, há o teletrabalho e o *home office*, já presente antes da pandemia do COVID-19 e durante a quarentena, observou-se mais de perto a presença efetiva dessa modalidade de trabalho. Basicamente, o trabalhador não utiliza o espaço da empresa para realizar as atividades designadas. Ele pode utilizar a casa onde reside ou em espaços que alugam para realização de atividades laborais. Por um lado, pode ser benéfico em relação à economia de tempo dispendido para chegar ao local de trabalho, entretanto, há uma possibilidade de reduzir os direitos trabalhistas e intensificar a jornada de trabalho, sobrecarregando o trabalhador.

A Economia do compartilhamento é um exemplo claro dessa expansão da tecnologia no mundo, inerente às novas modalidades de trabalho. A Economia do Compartilhamento/economia compartilhada ou *sharing economy*<sup>6</sup> é considerada a “economia do século XXI”, uma recente forma de negócios que utilizam plataformas de *software*, via aplicativos ou sites, conectando usuários de variados serviços e os prestadores do mesmo para negócios, como transporte ou entregas – pessoas, alimentos ou objetos –, aluguel de imóveis por tempo determinado, dentre outros.

Apesar da proposta dessa nova forma de negócio, de auxiliar as pessoas com “trocas informais” e uma renda extra em troca da economia, bem como no consumo sustentável/consciente e contribuir para os “indivíduos vulneráveis” se tornarem “patrões de si mesmo” / “microempresários”, inserindo-se nessa forma de trabalho flexível, em que ele pode entrar e sair à hora que quiser, transformando-se em “[...] anfitriões do Airbnb, motoristas do Lyft, um trabalhador manual para o Handy ou um investidor altruísta emprestando dinheiro no Lending Club [...]” (SLEE, 2017, p. 34), no cenário brasileiro em específico, tornar-se

4 (ANTUNES, 2018, p. 33).

5 A pejotização é uma forma (ilegal) de contratação de trabalhadores (pessoas físicas) mediante a constituição de pessoa jurídica para prestar serviço, cujo objetivo é a desresponsabilização de encargos e direitos trabalhistas

6 Segundo Tom Slee (2017), ocorreram questionamentos se o termo “Economia do Compartilhamento” seria o termo correto para denominar essa nova forma de negócios. Consequentemente, outros termos também foram utilizados para denominá-lo: Consumo colaborativo, economia em rede, plataformas igual-para-igual, economia dos bicos, economia da viração ou economia sob demanda. Aqui será utilizado Economia do Compartilhamento, por ser o termo mais difundido atualmente nas discussões.

um anfitrião do Ifood, Rappi, Uber Eats, Loggi, dentre outros, a realidade mostra diariamente que essas promessas são apenas promessas.

Conforme Slee (2017, p. 35) “Os mercados da Economia do Compartilhamento estão criando novas e nunca antes nomeadas formas de consumo”, ou seja, o que parece apenas um aplicativo que o consumidor utiliza para solicitar determinado serviço esconde grandes companhias<sup>7</sup> com o objetivo de acumular riqueza, utilizando o desemprego crônico e o discurso de “renda extra”, “flexibilidade” e “empreendedorismo”<sup>8</sup> como forma de recrutar força de trabalho, terceirizado e informal, graças ao retrocesso das proteções e garantias trabalhistas, resultado de muita luta em décadas anteriores. Esses ideais propagados pela Economia do Compartilhamento de sustentabilidade, igualdade e comunidade<sup>9</sup> que atraem muitos cidadãos e cidadãs espalhados pelo mundo, esconde um objetivo de construir grandes fortunas privadas, “[...] erodir comunidades reais, encorajar mais formas de consumismo e criar um futuro mais precário e desigual do que nunca” (SLEE, 2017, p. 44).

Inerente a Economia do compartilhamento, está o que denomina-se de uberização do trabalho, que consiste em uma nova forma de organização, gestão e controle do trabalho<sup>10</sup>, resultado das transformações decorrentes da reestruturação produtiva e que se constitui como uma tendência em todos os países do mundo. Apesar do termo “uberização” se referir à empresa aplicativo Uber, ele não se restringe a essa plataforma e sim a complexidade processual que eclodiu novas formas de organização e modalidade do trabalho. As plataformas digitais são consideradas responsáveis por conduzir essas novas relações de trabalho. Segundo Abílio:

“[...] a uberização do trabalho resulta de processos globais em curso há décadas e que envolvem transformações no controle, gerenciamento e organização do trabalho. Desse modo as plataformas são reconhecidas como um resultado, ao mesmo tempo que materializam um novo estágio desse processo. O elemento central catalizado pelas plataformas são as novas formas de dispersar o trabalho sem perder o controle sobre ele. [...] Entretanto, a dispersão/centralização agora se concretiza em uma multidão de trabalhadores subordinados a uma única empresa (ABÍLIO, 2019, p. 02).

A estratégia de dispersão dos trabalhadores sem a perda do controle sobre o trabalho é característico também do trabalho subcontratado, terceirizado. Conseqüentemente, pode-se também caracterizar essa nova relação de trabalho como uma adesão terceirizada, em que o trabalhador torna-se “autogerente-subordinado” que entra na plataforma para “vender” sua força de trabalho a uma grande empresa tecnológica de forma não contratual e presta serviço a uma microempresa/empresa solicitante ou a um usuário dessa força de trabalho.

Outra característica que se pode identificar nessa nova forma de organização do trabalho é que o trabalhador fica disponível para exercer o serviço e é utilizado somente quando solicitado subordinado pelo controle da demanda pela empresa-aplicativo. E há a estimulação da produtividade, mediante bonificações, premiações, porém, sem garantias, riscos de não concluir a tarefa e muitos desafios podem durar mais de 12 horas de jornada para conquistar.

Ou seja, na uberização do trabalho não há uma relação contratual, o trabalhador que é inserido na plataforma das empresas-aplicativo, são controlados e subordinados a programações algorítmicas, sem direitos e garantias trabalhistas, sem a possibilidade de negociar sua remuneração, sem segurança, – principalmente no que se refere a acidentes de trabalho – além das despesas que o mesmo é responsabilizado em relação ao instrumento de trabalho – motocicleta, automóvel, bicicleta, dispositivo móvel, seguro e dentre

7 A maioria delas se encontra no conhecido Vale do Silício, local onde se concentram as maiores multinacionais no ramo da tecnologia e informática como a Uber, Microsoft, Google, Apple, Netflix, Facebook, dentre outras.

8 Abílio (2019) propõe a definição de “gerente de si subordinado”, substituindo o “patrão de si mesmo” ou “empreendedor”, pois é um termo mais adequado diante das novas formas de gerenciamento do trabalho e subordinação.

9 (SLEE, 2017).

10 Abílio (2019 *apud* ABÍLIO, 2017, 2018a).

outros – e é remunerado de acordo com a plataforma. Além disso, a responsabilidade de gerenciar o processo de trabalho passa a ser dos usuários do serviço prestado pelos trabalhadores dessas empresas-aplicativo, mediante avaliações.

A relação de trabalho entre os trabalhadores e as empresas-aplicativo é profundamente complexa, pois, conforme Abílio (2019) há a negação das empresas-aplicativo da existência de um vínculo empregatício e de subordinação e a justificativa de serem mediadoras entre a “oferta e procura”, bem como, a inexistência de contratos de trabalho – a empresa não contrata, também não demite, mas pode ocorrer o desligamento do aplicativo sem um motivo plausível – ademais, compreender e constatar essa relação de terceirização, subordinação e controle torna-se mais difícil. Mas, Abílio (2019) explicita que se pode afirmar essa relação de subordinação com alguns elementos:

i) é a empresa que define para o consumidor o valor do serviço que o trabalhador oferece, assim como quanto o trabalhador recebe e, não menos importante, iii) a empresa detém total controle sobre a distribuição do trabalho, assim como, sobre a determinação e utilização das regras que definem essa distribuição (ABÍLIO, 2019, p. 3).

Portanto, a incorporação da microeletrônica, dos modernos celulares e equipamentos tecnológicos nas atividades profissionais alteram significativamente as relações de trabalho, pois os trabalhadores passam a utilizar os aplicativos instalados em seus *smarthphones*, tanto para contratação como para gerenciar e controlar seu tempo de trabalho. Dentre as modalidades atuais de trabalho flexíveis, o processo de uberização torna-se um fenômeno mundial, constituindo uma nova forma de trabalho, baseado na economia do compartilhamento, resultante do progresso tecnológico e evidencia-se uma complexa relação com os trabalhadores que, diante do desemprego crônico, se inserem nas empresas-aplicativo em troca de uma remuneração para sobrevivência e se subordinam em nova forma de controle do trabalho e por programações algorítmicas. A seguir, será explicitado um exemplo do nosso cotidiano, um contraste entre o avanço tecnológico e a precarização do trabalho, presente em todos os estados brasileiros, a realidade dos entregadores por aplicativo.

## **ENTREGADORES POR APLICATIVO, TERCEIRIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO**

---

Presenciar, motofrentistas ou ciclistas com *bags* nas costas com identificação das empresas-aplicativo tornou-se uma rotina diária nas cidades do Brasil. Pode-se afirmar que com a entrada da empresa Uber em 2014, com a copa do mundo, abriu o acesso para a entrada de várias empresas-aplicativo, com ela a uberização do trabalho. E diante do desemprego, muitos homens e mulheres se depararam com essa oportunidade de ocupação informal, como uma forma de sobrevivência. O que era para ser uma “renda extra” segundo a proposta dessas grandes empresas, torna-se a remuneração principal para várias famílias, um sinônimo de sobrevivência.

De acordo com o levantamento sobre o trabalho dos entregadores por aplicativos no Brasil, realizado pela Faculdade de Economia - Projeto Caminhos do Trabalho – da Universidade Federal da Bahia (2020), nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD – contínua, nos primeiros trimestres do ano de 2015 e 2020 a quantidade de motociclistas ocupados atingiu a marca de 459 mil para 693 mil. E com a pandemia do Covid-19, a demanda por entregadores e motociclistas aumentou devido o isolamento social, na PNAD Covid o número de postos de entregadores e motociclistas foi de 917 mil postos, no mês de maio deste ano.

Para ingressar na plataforma, não é necessário ser profissional<sup>11</sup>, apenas ter um dispositivo móvel para o cadastro no aplicativo – esperar a aprovação no e-mail –, um instrumento de trabalho, seja ele uma bicicleta ou motocicleta e o trabalhador também adquire a denominada *bag* – bolsa de transporte com a logo da empresa – e estar disponível para realizar a entrega. Ou seja, os custos e as responsabilidades são transferidos ao trabalhador nessa relação terceirizada de trabalho precário. A empresa se desresponsabiliza pelos custos assistenciais e só oferece a remuneração no final do dia, colocando o trabalhador como o “patrão de si mesmo” ou o “gerente de si subordinado”.

A proposta oferecida por essa modalidade de trabalho é de um trabalho flexível, autônomo, em que o trabalhador pode escolher o horário e os dias que irá realizar as entregas, entretanto, a realidade vivenciada por eles nessa relação de trabalho é diferente. Na plataforma existe um sistema de pontuação e quando o trabalhador – se trabalhar diariamente e também depende das horas trabalhadas – já está há um tempo nele, a chance de existir mais entregas é alta e conseqüentemente há mais pontuações, assim ele é solicitado para mais entregas. Já o trabalhador recente que se insere no aplicativo, tem mais dificuldades para receber solicitações de entregas e adquirir pontuações.

Além dessa problemática existente que é a ponta do *iceberg*, com aumento de trabalhadores inseridos nos aplicativos, há também uma concorrência entre os entre eles que se torna “[...] um fator permanente de degradação das condições de trabalho e da remuneração [...]” (ABÍLIO, 2019, p. 6), desses trabalhadores. A remuneração em 12 horas trabalhadas diariamente chega a R\$ 903,00 (novecentos e três reais)<sup>12</sup>, também dependendo do local e da demanda. De acordo com a pesquisa realizada pela Faculdade de Economia – Projeto Caminhos do Trabalho – da Universidade Federal da Bahia, no mês de julho de 2020, dos trabalhadores que responderam a pesquisa, 31,2% afirmam que antes da pandemia do Covid-19, os rendimentos eram menores que um salário mínimo e na pandemia, 47,9% declaram que os rendimentos somam menos que um salário mínimo. Conseqüentemente a única alternativa que esses trabalhadores que dependem exclusivamente das empresas-aplicativo, é a extensão da jornada de trabalho, evidenciando a relação de precarização e exploração da força de trabalho.

Ainda conforme a pesquisa realizada pela Faculdade de Economia - Projeto Caminhos do Trabalho – da Universidade Federal da Bahia, no mês de julho de 2020, entre os dias 26 e 31, com 72 motociclistas e 31 ciclistas em todo o Brasil, demonstra que os entregadores trabalham em média 60,5 horas semanais – podendo ser entre 10 e 16 horas por dia – que tem nos aplicativos a única forma de remuneração e aqueles que possuem outra ocupação ou são entregadores em tempo parcial, a jornada é em média 55 horas por semana.

Apesar da flexibilidade e superficial discurso das empresas-aplicativos de que são somente mediadoras entre os consumidores e os trabalhadores e que esses trabalhadores são autônomos, empreendedores porque não existe vínculo empregatício ou obrigações trabalhistas com as empresas, há evidências da relação de subordinação e da conseqüente precarização do trabalho. O trabalhador deve estar disponível para realizar as entregas, não pode haver recusa do pedido, há o sistema de pontuação e avaliação, induzindo o trabalhador a estender sua jornada e caso o trabalhador não cumpra umas das regras estabelecidas pelo aplicativo, mesmo não sendo uma relação contratual, o entregador é desligado sem uma justificativa.

Mesmo se o trabalhador sofrer um acidente durante o transporte e avisar aos “robôs”, ele pode ser desligado por não estar trabalhando, ou ter finalizado a entrega. De acordo com um entregador entrevistado – nome não identificado – na pesquisa do Projeto Caminhos do Trabalho da UFBA (2020, p. 20), quando o aplicativo bloqueia o acesso, há uma tela de aviso com a mensagem eletrônica:

*[...] Mas só que, tem aí entre em contato com o suporte, né. Mas só que não tem, não dá para, não tem número para a gente falar, e aí, você manda um e-mail e ele simplesmente manda uma mensagem automática também, da mesma coisa, mas não fala o porquê você foi bloqueado.’*

11 Conforme Abílio (2019) o trabalho amador tornou-se uma característica dessa nova modalidade de trabalho, ou seja, não é necessário ser um profissional para ingressar na plataforma.

12 METEORO BRASIL. **A greve dos entregadores**. 2020 (10m02s). Disponível em: <<https://youtu.be/Zhpy6D0pS2k>>. Acesso em: 15 nov. 2020.



Outra característica da precarização do trabalho é a falta de condições mínimas de trabalho para os entregadores. A alegação das empresas-aplicativo da não existência de vínculo empregatício e da disponibilização somente da plataforma, não exclui a necessidade de força de trabalho que são o fator dessas empresas continuarem lucrando. Consequentemente, deveriam existir mínimas condições de trabalho (alimentação, saúde e segurança), mas ainda não há uma legislação que obrigue essas empresas a oferecerem o mínimo de humanidade. Segundo Tirza, uma estudante universitária entrevistada pela revista digital Radis Fiocruz (2020): “O que acontece é que o processo é tão complexo que a precarização acaba sendo naturalizada”, não somente pelos trabalhadores, mas pela população e principalmente pelas empresas. Concernem a nós, trabalhadores a nos reconhecermos como classe explorada e a unirmos não só pelas melhores condições de vida e emprego, bem como, unirmos por uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante da pandemia do Covid-19, devido ao consequente isolamento social, muitos entregadores das empresas-aplicativo teve sua jornada de trabalho aumentada para suprir a demanda necessária. Outros trabalhadores, com vínculo formal de emprego, depararam com o desemprego com fechamento das empresas ou a redução de custos e para continuar mantendo a alimentação da família, se inseriram nas plataformas de entrega. Desse modo, além da exposição ao vírus, esses entregadores vivenciam diariamente as negligências das empresas-aplicativo, o aumento da concorrência, da jornada de trabalho e baixa remuneração, evidenciando mais a precarização do trabalho. Um exemplo dessa realidade está na entrevista da revista digital Radis Fiocruz (2020) a um entregador:

*‘Se a gente pega coronavírus agora na pandemia, para ter direito a algum auxílio-doença, tem que tem feito uma quantidade “x” de entregas durante um determinado período de tempo. O mesmo acontece em relação a outras doenças. Se sofre um acidente, a mesma coisa. Tem que cumprir vários requisitos para conseguir o suporte. São vários entraves. Eu conheço pelo menos um caso, de um entregador que sofreu um acidente fazendo uma entrega e que cumpria todos os requisitos, mas simplesmente ignoraram e ele foi bloqueado da plataforma permanentemente. É surreal. Os caras acham que a gente é só um lixo descartável.’*

Perante a negligência das empresas-aplicativo com os trabalhadores, o movimento dos Entregadores Antifascistas<sup>13</sup>, junto com os demais entregadores, se organizaram para realizar no dia 1 e 25 de julho o ‘Breque dos Apps’, uma mobilização nacional considerada um marco histórico na luta em busca dos direitos dos entregadores, com o objetivo emergencial de melhores condições de trabalho diante da precarização evidente e despertou a atenção da população como um todo, paralisando parcialmente os pedidos e as entregas nas plataformas. Segundo Paulo Lima conhecido como ‘Galo’, entregador de 31 anos, narrou as dificuldades vivenciadas na pandemia, disponível no canal do YouTube do *The Intercept Brasil* (2020)<sup>14</sup>:

*[...] Você sabe o quanto é tortura um motoboy com fome tendo que carregar comida nas costas? E a logo deles nas costas, porque o que tem feito esses aplicativos crescerem é o tanto de motoboy divulgando esses aplicativos por SP. E a gente não recebe por isso. A gente, motoboy, tem se sentido os músicos do Titanic: está vendo o barco afundar, e tem que continuar tocando a música [...].’*

Dentre as reivindicações que os entregadores evidenciaram nessas mobilizações é a busca por melhores remunerações, denominado “frete”<sup>15</sup> e a solicitação da majoração da tarifa quilométrica e do valor

---

13 O movimento dos Entregadores Antifascistas surgiu durante os protestos antirracistas e antifascistas que ocorreram em Junho de 2020, o líder do movimento é o motoboy e entregador Paulo Lima, conhecido como ‘Galo’ que se tornou conhecido após discursar sobre as condições precárias de trabalho no ato que ocorreu em São Paulo. Os integrantes desse movimento, compreendem que “esses aplicativos são uma ferramenta de exploração que acontece dentro da lógica do sistema capitalista” (TIRZA, 2020 *apud* RADIS, 2020).

14 THE INTERCEPT BRASIL. **Coronavírus: como é entregar comida por aplicativos em tempos de pandemia**. 2020 (1min52s). Disponível em: <<https://youtu.be/rMF3ruk6ivE>>. Acesso em 15 de nov. de 2020.

15 DELGADO, Gabriela N. CARVALHO, Bruna V. **Breque dos Apps: direito de resistência na era digital**. Diplomatie.org.br [2020]. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/breque-dos-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital/>> Acesso em 16 de nov. de 2020.

mínimo por cada entrega feita; a solicitação de amparo social diante dos riscos que os entregadores estão expostos, bem como acidentes no trânsito; a reivindicação por seguro de vida e acidente, distribuição de equipamentos de proteção individual – EPI e um auxílio financeiro por adoecimento – especialmente devido ao risco do Covid-19; o fim do desligamento e bloqueios realizados injustamente; dentre outros.

O resultado das primeiras mobilizações foi à apresentação de projetos de lei, na Câmara dos Deputados em relação aos trabalhadores inseridos na informalidade, a exemplo do PL 1665/2020, de autoria do deputado Ivan Valente – PSOL/SP, que trata acerca dos direitos dos entregadores durante a pandemia do coronavírus – Covid-19. Esse projeto que ainda está em processo de tramitação, foi apensado ao PL 794/2020; Também foi apresentado o PL 3748/2020 de autoria da deputada Tábata Amaral– PDT/SP, trata sobre o “o regime de trabalho sob demanda”, mas o projeto não foi adiante. E no Senado Federal, foi protocolado o PL 3.748/2020, semelhante o da deputada Tábata Amaral, de autoria do Senador Alessandro Vieira – CIDADANIA/SE – no mês de julho de 2020, mas sem atualização. Esses projetos de Lei, anteriormente, buscam responder emergencialmente as demandas solicitadas pelos entregadores, não há conformidade com a constituição e as legislações existentes de proteção ao trabalhador. Portanto a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho continua.

Entretanto, sabemos que essa luta não é somente dos entregadores ou dos trabalhadores informais. Estamos inseridos em uma lógica capitalista, que visa à acumulação diante da exploração da força de trabalho e diante das crises do sistema do capital, ele tenta se restabelecer mediante várias estratégias. Tais estratégias possuem consequências nefastas para a vida da classe trabalhadora e com a inserção dessas novas modalidades de trabalho diante da inserção tecnológica, essas consequências se agravam.

De acordo com Slee: “[...] novas tecnologias podem desempenhar um papel importante em construir um futuro melhor, mas eles não fornecem um atalho para resolver problemas sociais complexos ou anti-gas fontes de conflito social” (SLEE, 2017, p. 45), ou seja, a relação conflituosa entre capital x trabalho irá continuar até à organização da classe trabalhadora e o reconhecimento da classe explorada – proletariado urbano em geral e demais trabalhadores a necessidade de romper com as bases da sociedade capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

---

Diante da exposição realizada ao longo do artigo, apreende-se que diante da crise estrutural capitalista, que expressou fenomenalmente o desgaste do sistema taylorista-fordista e a lei de tendência decrescente da taxa de lucros, a resposta do sistema do capital para amenizar os impactos dessa crise, foi o processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação e em específico a reestruturação produtiva e trabalhista. O objetivo da reestruturação produtiva é a redução de custos, incluindo a força de trabalho. Dentro da reestruturação produtiva há a inserção do modelo flexível de produção e também organização do trabalho, mediante a subcontração e a terceirização.

A aplicação das novas tecnologias no processo de trabalho (microeletrônica e informática), requerida pela flexibilidade produtiva, para inovar a produção de mercadorias produziu um excedente de trabalhadores desempregados, uma instabilidade social, a desterritorialização de plantas industriais, o enfraquecimento do poder sindical que facilitou a expansão de modalidades de trabalho de natureza terceirizado em diversos setores - do produtivo ao setor de serviços -, o que era exceção virou regra no capitalismo contemporâneo, pós 1980, mundialmente. O emprego regular perde em relação ao temporário, terceirizado. Mudam-se os vínculos, contratos, relações e condições de trabalho, cresce assustadoramente a terceirização. A falácia da urgência da redução dos custos de produção e com recursos humanos em face da crise sistêmica do capital virou o discurso do projeto dominante burguês, que entronizou a terceirização como uma das alternativas viáveis para a retomada do crescimento econômico, da recomposição orgânica do capital.

Entende-se que o trabalho terceirizado, uberizado em suas novas configurações transforma substantivamente relações e vínculos de trabalho, quando torna o trabalho temporário a regra geral, pois generaliza

a terceirização, ampliando-a, impactando efetivamente na reprodução da classe trabalhadora. O contexto atual de configuração contemporânea da terceirização se diferencia das suas origens, pois a gravidade da crise estrutural expõe os limites de reprodução do capital, acirra as contradições imanentes do capital, ampliando o quadro de instabilidade econômica e social, que tendencialmente só leva a fortalecer a lógica que preside a terceirização e mascara a condição de exploração dos trabalhadores, mediante a disseminação do ideário empreendedor, ou “autogerente subordinado”.

Nessa complexa relação de trabalho estão inseridos os trabalhadores uberizados, aqui relatado especificamente, os entregadores por aplicativo que diante do desemprego, encontra como única forma de sobrevivência as empresas-aplicativo. Muitos motociclistas e ciclistas enfrentam diariamente o risco de acidentes, preconceitos, longas jornadas de trabalho, em troca de um rendimento abaixo de um salário mínimo, sem garantias ou direitos trabalhistas, correndo o risco de perder o “vínculo” com o aplicativo sem justificativa, sendo controlados pelo gerenciamento algorítmico, sem uma regulamentação ou acesso a empresa que eles estão inseridos, pois não há um “contrato”. E diante dessa precarização e exploração do trabalho, os trabalhadores uberizados se unem de forma inicial, abrindo a discussão no que tange aos direitos básicos do ser humano. Por conseguinte, há a necessidade de continuar as discussões e reflexões sobre essa complexa relação contemporânea entre capital x trabalho e a pesquisa de dados sobre a uberização do trabalho no Brasil.

## REFERÊNCIAS

---

- ABÍLIO, Ludmila. C. (2019). **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado**. *Psicoperspectivas*, 18 (3). Disponível em: <<https://scielo.conicyt.cl/pdf/psicop/v18n3/0718-6924-psicop-18-03-41.pdf>>. Acesso em: Out. 2020.
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 1665/2020**. Dispõe sobre os direitos dos entregadores que prestam serviços a aplicativos de entrega durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do coronavírus (Covid-19). Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2244218>>. Acesso em: Nov. 2020.
- BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 3748/2020**. Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2257468>>. Acesso em: Nov. 2020.
- BRASÍLIA. Senado Federal. **Projeto de Lei PL nº 3754, de 2020**. Institui e dispõe sobre o regime de trabalho sob demanda. Disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143376>>. Acesso em: Nov. 2020.
- COLAVITTI, Fernanda. **Trabalhar mais por menos**: a dura realidade de entregadores dos aplicativos. *Vocesa.abril.com.br* [2020]. Disponível em: <<https://vocesa.abril.com.br/carreira/trabalhar-mais-por-menos-a-dura-realidade-de-entregadores-dos-aplicativos/>>. Acesso em: Nov. de 2020.
- DELGADO, Gabriela N. CARVALHO, Bruna V. **Breque dos Apps**: direito de resistência na era digital. *Diplomatique.org.br* [2020]. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/breque-dos-apps-direito-de-resistencia-na-era-digital/>>. Acesso em: 16 de nov. de 2020.
- DIEESE. **O processo de terceirização e seus efeitos sobre os trabalhadores no Brasil**. Dezembro de 2007. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/relatoriotecnico/2007/terceirizacao.pdf>>. Acesso em: Out. 2020.
- DRUCK, Maria das Graças. **Terceirização (des) fordizando a fábrica**: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo Editorial; Salvador: EDUFBA, 1999.
- DUARTE, Ana Rute O. **Terceirização e sua relação com as cooperativas no contexto da reestruturação produtiva brasileira**. 122 páginas. (Monografia) Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Maceió: 2019.
- FACULDADE DE ECONOMIA – UFBA. Projeto caminhos do trabalho: tendências, dinâmicas e interfaces, do local ao global. **Levantamento sobre o Trabalho dos Entregadores por Aplicativos no Brasil** (Relatório 1 de pesquisa). Bahia: 2020.
- MÉSZARÓS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.
- METEORO BRASIL. **A greve dos entregadores**. 2020 (10m02s). Disponível em: <<https://youtu.be/Zhpy6DopS2k>>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- PANDELIVERY - QUANTAS VIDAS VALE O FRETE GRÁTIS?. 2020 (14min59s). Disponível em: <<https://youtu.be/gwLgQdS7kbA>>. Acesso em: Nov. 2020.

PEREZ, Ana Cláudia. **Olha o Breque! Movimento de entregadores expõe precariedade das relações de trabalho nas plataformas digitais.** Radis.ensp.fiocruz.br [2020]. Disponível em: < <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/reportagem/olha-o-breque>>. Acesso em: Nov. de 2020.

SLEE, Tom. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado** / tradução de João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SUDRÉ, André. **"A guerra continua", prometem entregadores dos breques contra apps.** Brasildefato.com.br [2020]. Disponível em: < <https://www.brasildefato.com.br/2020/07/30/a-guerra-continua-prometem-entregadores-dos-breques-contr-apps>> . Acesso em: Nov. de 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. **Coronavírus: como é entregar comida por aplicativos em tempos de pandemia.** 2020 (1min52s). Disponível em:<<https://youtu.be/rMF3ruk6ivE>>. Acesso em: 15 de nov. de 2020.

# TRABALHO DECENTE X TRABALHO PRECÁRIO: CONCEITOS DE UM MUNDO NEOLIBERAL

**Fernanda Barcellos Mathiasi**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
fernandabarcellosmathiasi@gmail.com

**Thiago Duarte Pimentel**

Universidade Federal de Juiz de Fora  
thiago.pimentel@ich.ufjf.br

**Resumo:** O objetivo deste estudo científico é entender as transformações na categoria “trabalho” em diferentes momentos históricos e identificar o que é um “bom trabalho”, um “trabalho decente”, um “trabalho ruim” e “trabalho precário”. A questão da pesquisa é: o trabalho precário é um produto do neoliberalismo? Para isso faremos uma análise histórico-bibliográfica para apresentar as características dos Estados Sociais, de Bem-Estar Social e neoliberais, construindo o espaço social contemporâneo e, em seguida, elucidar as diferentes percepções do “trabalho” atual. “Trabalho decente” é um conceito fundamental para o desenvolvimento humano segundo a Organização Internacional do Trabalho, enquanto o “trabalho precário” é a forma de atividade com piores condições de trabalho. O resultado desta pesquisa é que o trabalho precário piorou com o neoliberalismo devido à diminuição das garantias legais, formais e institucionais do trabalhador, portanto, a precariedade é um atributo do trabalho no sistema capitalista.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo- Trabalho Decente-Trabalho Precário-Bom Trabalho-Trabalho Ruim

## INTRODUÇÃO

As mudanças no Estado ao longo da história geraram várias transformações nas características do “trabalho”, que deixou de ser um instrumento de desenvolvimento social, laboral e económico e se tornou um espaço de insegurança para o trabalhador (Standing, 2014, 2015; Kallenberg, 2009; Wright, 2015).

A questão do trabalho precário como estressante, degradante para a individualidade do ser humano não é nova na história da humanidade (Ramos, 2009), mas após um período histórico de bem-estar social (Bobbio, 1998) com o avanço do modelo neoliberal de desregulamentação e flexibilidade laboral houve o agravamento das condições de trabalho para com os trabalhadores.

É por isso que os teóricos começam a elucidar os conceitos de «trabalho precário» (Standing, 2014, 2015), reconhecem características de empregos como bons ou maus (Kalleberg, 2011) e normas internacionais como as relatadas pela Organização Internacional do Trabalho para promover o “trabalho decente” (Abramo, 2006; Ghai, 2003) como um objetivo de todo e qualquer Estado. O aumento do trabalho precário é também um produto da globalização, da interdependência económica e da expansão do neoliberalismo (Kallenberg, 2009).

Então a questão de investigação que se coloca neste contexto é: o trabalho precário é um produto do neoliberalismo?

Para responder a essa questão através de uma análise histórico-bibliográfica, passaremos por quatro momentos diferentes: 1) apresentar as características do Estado Social, do Bem-Estar Social e da construção neoliberal do espaço social contemporâneo, e depois, 2) esclarecer as diferentes percepções do “trabalho” atual, diferenciando o que é reconhecido como um “bom trabalho” e um “mau trabalho”, 3) apresentar em conceito de “trabalho digno” da OIT, fundamental para o desenvolvimento humano, e, finalmente, 4) as diferenças entre “trabalho precário”, “precarização do trabalho” e “precarização do trabalho”, fenómeno de agravamento das condições de trabalho em relação ao neoliberalismo.



O argumento central do artigo é que a precariedade laboral é mais forte no Estado Neoliberal devido a uma questão de diminuição das garantias legais, formais e institucionais do trabalhador, mas, a exploração e depois a precariedade é um atributo do trabalho no sistema capitalista.

## **O ESPAÇO SOCIAL DO ESTADO SOCIAL, DE BEM ESTAR SOCIAL AO NEOLIBERALISMO**

---

O mundo europeu antes dos anos 80 caracterizou-se como um espaço estável (Santos, 1989), no qual havia segurança nas relações sociais e laborais não é o mesmo que no mundo contemporâneo (Santos & Ferreira, 2001; Santos, 1992; Sassen, 2010; Sen, 2000).

O Estado Social surge como aquele que desenvolve políticas sociais (Blank, 2012), é o Estado que intervém na economia, através de leis, regulando as relações laborais, propondo políticas públicas sociais. O Estado Social é um género do qual o Estado Providência pode ser uma espécie, uma variedade do primeiro (Blank, 2012).

Estes direitos sociais alcançados e tornados efetivos pelo Estado Social foram o resultado de fortes lutas sociais (Marshall, 2001), marchas, greves, movimentos sociais, representados pelos sindicatos (Marshall, 2001), ou seja, as mudanças nas características sociais do “trabalho” são o resultado de fortes ações sindicais, mobilizações e demonstrações desta organização social que permitiram o reconhecimento social e garantias legais para os trabalhadores, confirmando a teoria que apoia esta investigação (Ramos, 2009).

A força dos sindicatos tem sido as greves e manifestações sociais de massas (Marshall, 2001). O instrumento utilizado continua a ser a negociação coletiva dos direitos e a valorização dos salários, utilizando sempre as greves como um forte poder de negociação (Stein, 2009). O poder de negociação que parte dos sindicatos de trabalhadores para os empregadores, grupo de empregadores de um sector económico ou mesmo para o governo, utilizando as greves, tem sido historicamente um elemento eficiente para alcançar as suas exigências laborais, uma vez que antes de todo um espaço geográfico comum, seja empresa, cidade, órgão público, instituições públicas ou privadas, tinha um corpo de trabalhadores ligado ao mesmo órgão empregador e depois ao sindicato, ou seja, quando entraram em greve tinham força porque todo um espaço de produção de prata, órgão público, trabalho suspendeu as suas atividades.

O Estado de direito é um garante da formação capitalista liberal (Mascaro, 2005), ou seja, o núcleo forte e petrificado da Constituição são os direitos de liberdade, civis e políticos (Marshall, 2001), e não os direitos de igualdade, que seriam os direitos sociais, que exigem a intervenção do Estado, políticas públicas ativas, dinheiro para os aplicar. Os direitos sociais são desenvolvidos por legislação infraconstitucional e para os aplicar precisamos do aparelho administrativo do Estado (Bobbio, 1998).

Segundo Norberto Bobbio (1998), a diferença entre o Estado Social para o Estado de Direito é a estrutura formal do Estado burguês onde contém na Constituição os direitos fundamentais, que fazem parte, os direitos de liberdade (Bobbio, 1998), esta é a união dos direitos civis, das manifestações religiosas, do pensamento, das eleições, com os direitos políticos, do voto, da candidatura, da participação nos partidos políticos (Marshall, 2001).

Por essa razão, para os trabalhadores tem sido uma grande conquista ter direitos sociais nas Constituições (Castell, 1997; Boyer & Saillard, 2005; Gajst, 2010), para que haja uma mudança na sociedade para diminuir a diferença entre capitalistas e trabalhadores, as leis laborais, a Justiça Laboral e o aparelho administrativo do Estado são necessárias para serem cumpridas.

Por outro lado, o Estado “Providência Social” (Bobbio, 1998) é aquele que tem como objetivo garantir aos seus cidadãos uma condição de vida mínima digna, isto é, na concepção do Estado entende-se que deve promover o emprego, a segurança social, a saúde, a educação, um rendimento básico para os desempregados ou para os incapazes de trabalhar, entre outras prestações (Bobbio, 1998). Por outras palavras, visa

garantir o que está nas Constituições e normas nacionais ou internacionais como um plano de desenvolvimento social.

Esta é uma percepção diferente da do Estado Liberal que, para além de não intervir na economia e na luta da classe trabalhadora (Mascaro, 2005), não a vê como a função do Estado promover condições mínimas de vida decentes para os seus cidadãos.

O Estado Social surgiu especialmente após a Segunda Guerra Mundial; em lutas e exigências constantes dos trabalhadores urbanos para alcançar mais direitos ou para o cumprimento dos já estabelecidos nas constituições, como o direito à saúde, educação, habitação, trabalho decente, entre outros (Santos, 1992).

Desta forma, a importância do Estado Providência Social (Bobbio, 1998) estaria na possibilidade de mudanças na sociedade, progressivas, sem a existência de uma revolução ou mudanças fortes, mas que fazem a diminuição da desigualdade, que está a aumentar na contemporaneidade.

Para Braverman (1974), pelo contrário, defende que o Estado é um ator social que contribuiu para garantir não só a propriedade privada, mas também a acumulação de capital por parte das grandes empresas. Para ele, houve um tempo em que o Estado apresentou um discurso de reformas e mudanças, aceitando dar ao povo e aos trabalhadores direitos e benefícios sociais, como no caso do Estado-Providência, mas, apenas foi uma estratégia para evitar uma revolução dos trabalhadores ou uma reforma profunda em que todos os privilégios das elites económicas seriam eliminados.

O jurista brasileiro Allyson Mascaro (2015) esclarece que o capitalista, usando o Estado como garante da propriedade e manutenção dos privilégios, é um sistema competitivo que muitas vezes, devido à pressão social, movimentos e agendas civis, faz concessões aos trabalhadores, como no Estado Providência Social, por desconfiança de uma revolução, mas em qualquer instabilidade económica, estes benefícios são retirados, porque não houve mudança na estrutura social ou distribuição ou redistribuição da riqueza económica.

De acordo com esta ideia Claus Offe (1991) elucidou que o bem-estar social não desenvolve a sociedade nem muda as estruturas sociais ou as classes, apenas ludibriar o indivíduo, especialmente o trabalhador que consegue pequenos direitos e melhorias na sua vida, e é por isso que esquece o que se perdeu, a consciência da luta de classes.

Mascaro (2015) conclui que as crises do capitalismo não são episódicas ou temporárias, mas um elemento do mesmo; e para controlar os conflitos sociais e as lutas de classe, surgem as ideias de regulação social, como uma forma de diminuir a insatisfação pela percepção da desigualdade, mas sem uma mudança estrutural social. A regulamentação não pretende resolver a crise, mas sim gerenciá-la de acordo com um modelo organizacional (Mascaro, 2015).

No contexto global da crise económica, o discurso do declínio do Estado Providência e Regulação Social ganhou força (Bobbio, 1998; Offe, 1991; Santos 1989,1992; Castell 1997), para introduzir o Estado Neoliberal, a partir dos anos 80 na Europa (Standing, 2015) e nos anos 90 na América Latina (Valência, 2015; De La Garza; 2003). Foi assim que foram escolhidas políticas públicas de governos eleitos com agendas de diminuição do Estado Providência Social (Santos, 1992).

Nos anos setenta, ocorreu um acontecimento histórico fundamental para legitimar o discurso sobre o declínio do Estado de Bem Estar Social: a crise económica (Santos, 1990;). Com efeito, foi necessário para a evasão, embora subtil, o estado “diminuído” dos direitos laborais e da segurança social, para além da irresponsabilidade da empresa, menos regulamentação e supervisão do Estado.

Este contexto social que se estendeu por todo o mundo também surgiu na América Latina, o reforço dos discursos do Estado diminuiu em favor de uma recuperação da economia, ou seja, a visão de uma diminuição do Estado Providência como solução para a estabilidade económica (Braga, 2012; Cuevas, 2015; Valência, 2015).

Na América Latina, o problema da insegurança no emprego, da falta de direitos e do seu cumprimento, do acesso dos trabalhadores aos direitos sociais ainda não tinha sido perfeitamente satisfeito, e depois um “pote” de retirada dos direitos laborais, flexibilidade e insegurança no emprego a partir dos anos 90 (De La Garza; 2003)

O avanço das forças conservadoras com a criação e implementação de uma agenda neoliberal torna as constituições ou quadros normativos legais mais “progressistas” e impede uma base de direitos civis, políticos e sociais mínimos (Mascaro, 2015), mas não fazem as mudanças estruturais na sociedade para procurar apenas a eficácia de alguns direitos e constituição.

Como Wacquant (2001) salienta, um dos problemas que vieram com o neoliberalismo é a internalização ou revisão para o indivíduo da questão da pobreza, para as ideias meritocráticas se não se tem sucesso ou se é pobre, tem a ver com as suas capacidades individuais e não com a distribuição da riqueza social.

Assim, é fácil observar na sociedade neoliberal o discurso meritocrático de que o trabalhador deve “assumir mais riscos”, que “para prosperar é preciso treinar”, “trabalhar mais e mais” ou “começar a empreender”, construindo uma empresa ou como trabalhador independente. Se o trabalhador não consegue um bom emprego ou sucesso na sua empresa, é porque o sujeito não formou ou não trabalhou o suficiente, ou seja, transferindo a responsabilidade de uma sociedade instável e insegura, sem menos desenvolvimento individual para o sujeito, trabalhador.

Se no Estado Providência havia normas laborais que faziam pelo menos a tentativa de gerar uma distribuição de riqueza para os trabalhadores, com o neoliberalismo e a fraqueza das instituições, pela desregulamentação e flexibilidade laboral, resultado do discurso e ação de menor intervenção do Estado na economia, o trabalho deixa de ser um instrumento do Estado para diminuir a pobreza e o desenvolvimento humano.

Assim, o mercado de trabalho está a atravessar uma crise que pode empurrar as pessoas para uma vida de trabalho precário ou mesmo criminoso (Wacquant, 2001). Já que para a classe trabalhadora, mesmo que tenham trabalho, formal, informal ou autônomo, não conseguem sair da zona de pobreza, porque recebem baixos salários, longas horas de trabalho e instalações pouco saudáveis, o que os impede de desenvolver uma vida decente.

**Tabela 1:** Transformações do trabalho

| CATEGORIA SOCIAL DA INVESTIGAÇÃO | ESTADO                        | CARACTERÍSTICAS DA CATEGORIA SOCIAL TRABALHO   |
|----------------------------------|-------------------------------|--|
| TRABALHO                         | ESTADO SOCIAL                 | Trabalho livre, operário moderno, greves e manifestações para garantir e conquistar os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. |
|                                  | ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO | Legislação que garante nas constituições os direitos sociais dos trabalhadores.  |
|                                  | ESTADO DE BEM ESTAR SOCIAL    | O operário, trabalhador livre, consegue viver, buscar e demandar seus direitos sociais, trabalhistas e previdenciários.                  |
|                                  | ESTADO NEOLIBERAL             | Flexibilidade das leis trabalhistas, insegurança no emprego, direitos, jornada, condições e salário.                                     |

Elaboração da autora com base em Ramos (2009)

Consequentemente, as características do trabalho mudaram ao longo do tempo, com as diferentes formas do Estado, governo e “fazer política”, tanto que transformaram as condições de trabalho com direitos laborais garantidos na Constituição, garantindo segurança ao trabalhador, então, o mercado de trabalho, para um ambiente laboral e social de insegurança laboral, salários baixos, maior flexibilidade reguladora, intensificação do trabalho, em que o risco económico é para o trabalhador. Neste contexto neoliberal, o trabalho inseguro já não atinge a ascendência social, laboral e financeira.

## CARACTERÍSTICAS DO TRABALHO: BOM TRABALHO VERSUS TRABALHO RUIM

---

A questão do trabalho precário começa por reconhecer que existem diferentes ideias e características que devem existir numa atividade de trabalho, o que pode torná-la um bom emprego (Kalleberg, 2011), decente ou digna, mesmo um emprego com más características, tornando-a precária.

Para Howell, D. R., & Kalleberg, A. L. (2019) a qualidade do emprego<sup>1</sup> é muito difícil de quantificar em atributos, uma vez que depende, acima de tudo, do contexto económico de cada país, das oportunidades de emprego, segurança social e benefícios, e das leis laborais locais, mas uma questão fundamental é a compensação financeira<sup>2</sup>, que também será diferente em cada país, mas é um dos fatores mais importantes para identificar um emprego qualificado como bom.

O salário é, portanto, um dos primeiros fatores na qualificação de um emprego como bom ou mau (Kalleberg, 2009; Standing, 2014, 2015). Obviamente, quanto maior for a capacidade de consumo, melhor será o trabalho, mas é necessário promover condições dignas de consumo, tornando possível fornecer alojamento, alimentação, saúde, formação/educação, atividades de lazer, vestuário, transporte, e manutenção doméstica.

Mas para além da questão económica, qualificar um emprego como bom é reconhecer que existe uma limitação temporal na jornada de trabalho que está relacionada com a quantidade suficiente de rendimento que será recebido diariamente, ou seja, um dia diário que proporciona ao trabalhador outras atividades de interesse, tais como família, desporto, lazer criativo, e o salário destas horas diárias é suficiente para uma vida familiar digna.

É também importante que os trabalhadores tenham estabilidade no trabalho, que sintam que podem fazer planos a longo prazo para o consumo familiar, uma vez que terão perspectivas de trabalho e económicas. Por outras palavras, é o trabalhador que se sente seguro no trabalho, mesmo que não o tenha ou se, por desgraça ou crise económica, o perca, que o Estado lhe forneça segurança social temporária.

Mesmo com a ideia da responsabilidade do Estado para com os trabalhadores e a qualidade do trabalho, o seguro de saúde é importante para todos, trabalhadores formais e informais e suas famílias, porque é também um fator de segurança emocional e uma condição mínima de dignidade no trabalho.

A segurança social acrescenta a ideia de despedimento, a proteção da saúde do trabalhador e dos membros da família, bem como a questão de um sistema de reforma decente, para que, desde o início da vida ativa, o trabalhador conheça as condições de reforma, que devem ser asseguradas e garantidas pelo Estado, com um salário capaz de manter a mesma qualidade de consumo.

Outra característica de um bom trabalho é que é possível alcançar melhores oportunidades de conhecimento, estudo, bem como promoções e reconhecimento no sentido de estimular e recompensar a força de trabalho.

---

1 "Defining whether a job is good for a person depends in part on individuals' motivations for taking one (for example, whether mainly for the money, to make contributions to society or particular groups, or to obtain intrinsic meaning and accomplishment). In general, a good job is likely to be harder to define than a bad one: what we consider to be a good job depends not only on economic benefits—wages and nonwage benefits such as health and pension coverage—but also on having control over one's schedule and autonomy over the content of work (Kalleberg 2011, 2016). Some good jobs can also be considered better than others, and so we distinguish good from merely decent jobs. By contrast, it is easier to define certain types of jobs as bad if they have extremely low levels of earnings and benefits that are not enough for full-time workers to achieve a minimal standard of living and allow workers little control over the scheduling and conditions of their work." (Howell, D. R., & Kalleberg, A. L., 2019:5)

2 "The core dimensions of job quality certainly include economic compensation such as earnings and (especially in the United States), benefits such as health insurance and pensions, as well as the degree of job security and opportunities for advancement to better jobs, the extent to which people are able to exercise control over their work activities and to experience their jobs as interesting and meaningful, and whether people are able to exercise control over their work schedules so as to permit them to spend time with their families or engage in other, nonwork activities they enjoy" (Howell, D. R., & Kalleberg, A. L., 2019:4)

Deve haver um ambiente de trabalho saudável, condições de higiene e saúde suficientes para não pôr em risco a vida dos trabalhadores, pelo que devem existir instrumentos de trabalho, normas, controlo das empresas, para o desenvolvimento das atividades mais perigosas.

Finalmente, para garantir um bom emprego, é importante que a empresa ou o organismo empregador cumpra todas as normas nacionais, a Lei Federal do Trabalho, e os regulamentos internacionais, da OIT. Na medida em que contribui mais do que as leis laborais, melhor é a percepção do trabalhador em relação ao trabalho que realiza. Por esta razão, é fundamental que as agências governamentais monitorizem o trabalho.

É importante salientar que socialmente a questão do trabalhador está ligada a um sindicato, muitas vezes sem importância para qualificar um emprego como bom ou mau, mas é exatamente o facto de existir uma organização sindical ativa, mobilizada e representando os trabalhadores que torna possível a existência de todas as outras características do bom trabalho (bom salário, horário de trabalho suficiente, segurança social, oportunidade de desenvolvimento profissional e ambiente de trabalho saudável).

Portanto, o primeiro nível é a organização sindical forte e ativa, como condição para o desenvolvimento das características de um bom trabalho.

**Tabela 2:** Trabalho bom versus Trabalho ruim

| MOMENTOS | CARACTERÍSTICAS   | TRABALHO BOM                          | TRABALHO RUIM                               |
|----------|---|---------------------------------------|---|
| 1º NIVEL | PARTICIPAÇÃO SINDICAL   | Sim                                   | Não participa ou não existe sindicato       |
| 2º NIVEL | SALÁRIO   | Promove condições dignas de consumo   | Não consegue condições dignas de consumo    |
|          | JORNADA LABORAL   | Suficiente                            | Insuficiente                                |
|          | SEGURO SOCIAL<br>(DEMISSÃO, APOSENTADORIA, AUXÍLIO<br>INVALIDEZ ETC.) | Existe                                | Inexistente ou insuficiente                 |
|          | OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO<br>PROFISSIONAL                       | Estimula e gratifica o<br>trabalhador | Não estimula nem gratifica o<br>trabalhador |
|          | MEIO AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL  | Suficiente                            | Insuficiente                                |

Elaboração própria.

Assim, reconhecendo as características do trabalho como bom ou mau, de acordo com seis pontos diferentes, participação sindical, salário, horário de trabalho, segurança social, oportunidade de desenvolvimento profissional e ambiente de trabalho, é tempo de conceptualizar o trabalho decente tal como visto pela Organização Internacional do Trabalho.

## **TRABALHO DECENTE: CONCEITO DA OIT**

Neste olhar para as mudanças das características do trabalho no mundo contemporâneo, especialmente depois do neoliberalismo, há diversos autores e instituições que procuram tratar o tema com conceitos diferentes, como é o caso da categoria “Trabalho Decente” que foi desenvolvida pela Organização Internacional do Trabalho e tem como objetivo apresentar factos sociais que devem ser o objetivo de cada Estado-nação para proporcionar um desenvolvimento económico igualitário e digno de condições de vida para os trabalhadores.



A OIT nasceu em 1919 e já na sua constituição tem três eixos principais de objetivo que são a paz, a justiça e a concorrência económica de uma forma equitativa (GIL, 2017). É importante notar que nessa altura o sistema económico em vigor era o Estado Liberal, no qual a liberdade de comércio era um valor fundamental e imbatível, mas já com sinais de exaustão.

O estabelecimento de normas mínimas de trabalho, com a consequente restrição do *laissez faire* na determinação das condições de trabalho, é uma preocupação não só de natureza humanitária, mas também económica. As empresas que desejem melhorar as condições de trabalho podem ser penalizadas, em relação aos seus concorrentes, pelo aumento dos custos de produção. Assim, procuram assegurar que as garantias mínimas para os trabalhadores sejam generalizadas e que os regulamentos laborais se apliquem a todos os empregadores (Gil, 2017)

A ideia de limitar o Estado (Sen, 2000; Gil, 2017; Abramo, 2006) no sentido de regular as condições mínimas de trabalho tem três objetivos importantes: primeiro é garantir aos empregadores que todos devem cumprir a lei e os direitos dos trabalhadores, porque desta forma, todos terão o mesmo custo na produção e, portanto, a concorrência no mercado entre as empresas não seria desleal (Gil, 2017); segundo é fazer com que o próprio trabalhador tenha condições para comprar e deslocar o mercado consumidor, “virar” a economia; e o terceiro ponto é a própria concorrência entre empresas de diferentes países, que, mais forte após a globalização, metade do século XX até agora, em que a legislação entre diferentes países gera custos diferentes para os empresários, portanto, estes competem de forma “desigual”, razão pela qual a ideia de uma legislação “comum” ou semelhante para facilitar o próprio poder do capital.

A regulação dos mercados pelo Estado está a diminuir face ao crescimento da acumulação de capital pelo mercado (Alves, 2009; Harvey 2015; Mascaro, 2015), pelas elites económicas nacionais e internacionais que cada vez mais influenciam as políticas do Estado para reduzir a intervenção na economia e especialmente em relação à regulação do trabalho.

(...) Hoje podemos observar o declínio do governo público da economia. A relação entre o mercado e o Estado foi invertida. Não é o Estado que controla o mercado, mas os mercados que limitam as decisões dos Estados. Basta pensar, por exemplo, no poder das agências de classificação. Existe assim uma crise do carácter estatal da lei (GIL, 2017:26).

Assim, como uma responsabilidade das instituições da OIT, há a criação do conceito de trabalho digno para definir o objetivo das normas e políticas públicas que devem ser a procura dos Estados nacionais. Este conceito é suficiente para definir condições mínimas ou mais simples que devem ter todos os trabalhadores, incluindo os informais, autónomos, assalariados, temporários, ou seja, todos.

Por tanto um mercado de trabalho, que oferte um trabalho decente, deve ter as seguintes características, segundo Ghai (2003): possibilidade de emprego/empregar-se, um emprego que seja remunerador, condições de trabalho estabelecidas em lei (jornada, salubridade, férias, 13º, etc.), seguro social (previdência), respeito aos direitos humanos (liberdade sindical, não discriminação), diálogo social (negociação coletiva, democracia económica).

No final podemos ver que existem três conceitos fundamentais que estão próximos da questão do trabalho, que é trabalho digno, trabalho decente e trabalho precário em sentido inverso. O que se pode ver é a diferença de perspectiva em relação ao trabalho, uma vez que o trabalho digno (um conceito patrocinado pela OIT) está relacionado com indicadores macrossociais, que podem mesmo ser utilizados para medir e comparar países (Ghai, 2003; Gil, 2017).

Para Anker et al (2003), os pontos da procura de trabalho decente podem ser definidos mais claramente nos seis pontos: a) oportunidades de trabalho; b) trabalho em condições de liberdade; c) trabalho produtivo; d) equidade no trabalho; e) segurança no emprego; e f) dignidade laboral. Mas, como se pode ver, estes são factos sociais muito amplos que são difíceis de medir. É por isso que é estabelecida uma medição do conceito de trabalho digno com 9 (Anker, 2003) categorias de análise: 1) oportunidades de emprego; 2) trabalho inaceitável (dá a ideia de trabalho em condições de liberdade); 3) remuneração suficiente e trabalho

produtivo (dá a ideia de trabalho produtivo); 4) tratamento justo no trabalho; 5) conciliação do trabalho com a vida familiar; 6) diálogo social e relações laborais; 7) dar a ideia de equidade e dignidade no trabalho; 8) segurança no trabalho; 9) proteção social, estabilidade e segurança no emprego (Anker, et al, 2003).

Depois pode observar-se que o trabalho decente é uma categoria de análise da procura do Estado de preencher condições mínimas de dignidade para com os trabalhadores que foi transformada após a flexibilidade laboral que o Estado neoliberal contemporâneo incorporou com as ações de desregulamentação do mercado.

Uma vez passados os objetivos do trabalho decente, o “trabalho precário” será conceptualizado, diferenciando-o da ideia de “precariedade laboral” e “precarização laboral” através da identificação das características do neoliberalismo.

## **TRABALHO PRECÁRIO: DEBATE ENTRE AUTORES**

---

O termo “precário”, “trabalho precário”, entre outros sinónimos, tem sido utilizado para descrever as transformações que o “mundo do trabalho” tem sofrido durante toda a legislação mundial, na América Latina, México, com a retirada do Estado e o avanço das políticas e agendas de mercado, especialmente depois dos anos 90 (Standing, 2014, 2015; Kalleberg, 2009; Braga, 2012).

O trabalho precário começou a ser uma preocupação na década de 1970, segundo o sociólogo Arne Kalleberg (2009). Para o autor, a obra precária é essa,

(...) incertos, imprevisíveis, e onde os riscos são principalmente assumidos pelo empregado, e não pelos empregadores ou pelo governo. Exemplos de atividades incluem o trabalho precário no sector informal e o emprego temporário no sector formal. O trabalho precário não é novo e já existe desde o início do trabalho assalariado. No entanto, as forças sociais, económicas e políticas que têm funcionado durante várias décadas tornaram as mais precárias do mundo (Kalleberg 2009, p. 21).

O trabalho, como precário causou insegurança aos trabalhadores, o que constitui um problema na concepção subjetiva, ou seja, nas relações interpessoais, quer no aspecto familiar, quer mesmo nas relações entre os próprios trabalhadores não são mais amizade e afinidade do que competição, e, além disso, a relação objetiva com a instabilidade política estabelece uma relação de emprego.

De acordo com Guy Standing (2014, 2015), o conceito marxista do proletariado não é suficiente para conter todas as categorias sociais e características do trabalho globalizado contemporâneo (Standing, 2015).

Para o sociólogo André Gorz (1998) os atributos da classe social marxista: identidade ocupacional, retirada do poder pela revolução, minoria alienada ao sistema de emprego, mas com segurança e bem remunerada, compromisso histórico com a revolução e as mudanças.

O precário é uma parcela da sociedade que difere do proletariado porque este tem direitos garantidos por lei, sindicatos que os representam, segurança e benefícios sociais, são reconhecidos pelos empregos ou funções que desempenham; já o primeiro, precário, não trabalha na função que é formada, se tem formação, é uma classe politicamente conservadora, não tem sindicatos que os representam, nem direitos que lhes garantam emprego, despedimento arbitrário, não têm horas de trabalho fixas, nem salário garantido, continuam sem identidade profissional (Standing, 2015).

Também para o sociólogo Ruy Braga (2012) o objeto que entende como o “precariado” é o mais excluído da sociedade, não é o “lumpemproletariado” de Marx, porque tem trabalho, entretanto é o mais mal pago, com a maior exploração no dia de trabalho urbano e rural, sem contrato de trabalho formal, sem seguro social, é a parcela da população mais desprotegida socialmente.

É por isso que Standing (2015) identifica uma nova classe social, estrutural e socialmente diferente daquelas propostas por Marx. O proletariado ou classe trabalhadora em Marx tinha → Trabalhos duradouros;

Trabalhos estáveis; Horário de trabalho fixo; Trabalhadores sindicalizados; caracterizados pelo trabalho que fazem

Não é possível identificar esta nova classe de trabalhadores flexíveis, sem direitos, com a classe média ou os trabalhadores informais: “não é a classe trabalhadora espremida nem uma subclasse nem a camada inferior da classe trabalhadora, mas tem o seu próprio conjunto de inseguranças e terá também um conjunto de exigências igualmente singular” (Standing, 2015, p.16)

Guy Standing (2015), para o desenvolvimento da teoria da estratificação social fragmentada do corte weberiano, utiliza o conceito do “tipo ideal” para construir a nova classe social formada pelo trabalhador “precarizado” (Standing, 2015). Ou seja, vai constituir os atributos que este trabalhador tem para o identificar no mundo real, além disso, vai compor as características externas a este trabalhador, para identificar de que forma no contexto social ele influencia na formação desta nova classe (Standing, 2015).

Então, quais são os atributos dessa nova classe social existente após o neoliberalismo? Estão com estes sete pontos de características, sobretudo a insegurança, ausência ou insuficiência destes factos: a) Insegurança no mercado de trabalho; b) Insegurança no emprego; c) Insegurança no local de trabalho; d) Insegurança no próprio trabalho; e) Insegurança na reprodução de competências; f) Insegurança no rendimento; g) Insegurança na representação.

É neste ponto que a teoria da precariedade de Standing (2015) tem recebido muitas críticas, pois coloca a migração como um fator gerador de trabalho precário e o migrante como um trabalhador precário. Mas no contexto da Europa e dos Estados Unidos, a questão da migração é muito forte e gera impactos no mercado de trabalho, mas no contexto da América Latina, a migração ainda não é um fator tão importante, apesar de termos um mercado de trabalho bastante precário (Wright, 2015).

Entretanto, Eric Olin Wright (2015), analisando as classes sociais e a teoria de Guy Standing sobre a “precariedade”, elucida os atributos necessários para considerar um conjunto de pessoas como uma classe social, dentro da teoria marxista e weberiana, são os interesses materiais perseguidos por estas pessoas. Embora seja evidente que o neoliberalismo agravou as condições materiais dos trabalhadores, tornando impossível tirá-los da pobreza, isto não é suficiente para fazer deles uma nova classe social, uma vez que continuam a ser desenfreados pelos meios de produção capitalistas, necessitando de trabalho assalariado para sobreviver (Wright, 2015).

Não há alterações nas condições materiais de produção, seguindo os trabalhadores precários como proletários, embora sem direitos, sem segurança contratual, representação sindical, intensidade no dia de trabalho, com agravamento do mercado de trabalho (Wright, 2015).

Do reconhecimento da intensificação do trabalho, da desregulamentação normativa e da flexibilidade laboral no modelo neoliberal (Padilha, 2009; Braga, 2012; Standing 2014) é reconhecido o processo de “precarização laboral” (Galeazzi, 2006; Cuevas Valenzuela, 2015).

O processo de precarização do trabalho gera um mercado de trabalho precário, ou seja, a precariedade laboral, um conceito amplo, com muitas variáveis de análise, mesmo subjetivas, uma estrutura fatorial (Mora Salas, 2012).

Para o sociólogo Minor Mora (2012), a precariedade do trabalho<sup>3</sup> que existe dentro desta formação contemporânea do Estado tem como objeto o emprego precário e as suas variáveis seriam os trabalhadores: 1) sem um contrato de trabalho formal; 2) sem benefícios (subsídio de Natal e férias); 3) salário inferior a 2 salários mínimos; 4) sem segurança social; 5) desregulamentação da jornada de trabalho (mais de 48 horas por semana ou menos de 35 horas por semana).

---

3 “Para efectos de medición se han considerado las cuatro dimensiones principales del concepto de precariedad laboral antes señaladas: inseguridad sobre la continuidad de la relación laboral, degradación y vulnerabilidad de la situación del trabajo, incertidumbre e insuficiencia de los ingresos salariales y desprotección social del trabajador. Se ha introducido un pequeño matiz, pues se ha agregado una quinta dimensión que aludió a la desregulación de la jornada laboral para intentar captar un factor temporal en materia de precarización laboral resultado del cambio en las estrategias de gestión del tiempo de trabajo inducidas por la flexibilidad laboral” (Mora Salas, 2012:96)

Note-se que considerar um emprego ou trabalho como precário é considerar condições subjetivas de emprego para mais do que a análise macrosocial do Estado ou governo.

Para a socióloga e professora Valquíria Padilha (2009), o trabalho precário pode ser entendido como o conjunto de factores, combinados ou não, que seriam: 1) desregulamentação e perda de direitos laborais e sociais (flexibilidade); 2) legalização do trabalho temporário, a tempo parcial e informal; 3) externalização; 4) melhoria do trabalho; 5) aumento das deslocações e acumulação de funções; 6) maior exposição a factores de risco para a saúde; 7) redução dos níveis salariais; 8) aumento da instabilidade do emprego; 9) enfraquecimento dos sindicatos e ações de resistência coletiva; 10) rotação estratégica (para salários inclinados) (Padilha, 2009: 550).

No Relatório de 2011, a Organização Internacional do Trabalho nota que esta é uma questão de definição muito complexa, o trabalho precário continua a mudar e apresenta novas formas de precariedade<sup>4</sup>, ou seja, mais atributos que transformam o trabalho em condições más, inseguras e instáveis. Assim, para a OIT (2011) o trabalho precário tem as seguintes características:

i. a duração limitada do contrato (a termo certo, a curto prazo, temporário, sazonal, trabalho diurno e trabalho ocasional); ii. a natureza da relação de trabalho (relações de trabalho triangulares e disfarçadas, falsos contratos de trabalho independente, de agência ou de subcontratação). Condições precárias: i. baixos salários; ii. pouca proteção contra o despedimento; iii. falta de acesso à proteção social e benefícios geralmente associados ao emprego a tempo inteiro normal; iv. possibilidade limitada ou nenhuma de os trabalhadores exercerem os seus direitos no seu trabalho”. (OIT,2011:34).

Dentro desta ideia Arne Kalleberg (2009) mostra que a OIT, Organização Internacional do Trabalho, distingue sete qualidades de trabalho precário, ou seja, existem características que caracterizam um trabalho tão precário. Pelo contrário, é de notar que o autor identifica a semelhança entre precariedade e insegurança, como sinónimos. As sete características são definidas da seguinte forma:

- 1) falta de oportunidades de emprego;
- 2) proteção inadequada contra perda de emprego ou demissão arbitrária;
- 3) incapacidade de continuar em uma determinada ocupação devido à falta de habilidades artesanais e profissionais;
- 4) más condições de segurança e saúde ocupacional;
- 5) falta de acesso à educação básica e à formação profissional;
- 6) renda insuficiente; nenhum pagamento garantido ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura;
- 7) falta de direitos individuais na lei e de direitos coletivos para negociar (KALLENBERG, 2009: 25).

É evidente que os conceitos de «precariedade», «precarização» do trabalho e «trabalho precário» não são a mesma coisa. A precariedade laboral é um fator externo da sociedade e da economia, é o espaço social, que fornece certos atributos, características para o trabalho contemporâneo. A precarização do trabalho é o fenómeno social de agravamento das condições de trabalho, é um processo ao longo do tempo, não é algo fixo. Aqui é a ideia de Marx que «trabalho precário» outra categoria de análise é a qualidade, qualificação, atributo que especifica um tipo de trabalho.

---

4 “(...) los tipos de precariedad se siguen expandiendo a medida que los empleadores descubren nuevas formas de evadir regulaciones o encuentran resquicios legales en ellas que les permiten incrementar la rentabilidad de su empresa a costa de sus empleados.” (ILO, 2011:35)

## CONCLUSÃO

---

O argumento central do artigo é que a precariedade laboral é mais forte no Estado Neoliberal devido a uma questão de diminuição das garantias legais, formais e institucionais do trabalhador, mas, a exploração e depois a precariedade é um atributo do trabalho no sistema capitalista.

Sob a questão da investigação: o trabalho precário é um produto do neoliberalismo? Procurámos responder através de uma análise histórico-bibliográfica, as características do Estado Social, que é acima de tudo a regulação dos direitos sociais na Constituição do país, para continuar no período da Previdência Social, que tem procurado cumprir as determinações legais nacionais e internacionais para gerar segurança e distribuição de rendimentos, para garantir uma melhor condição de vida aos trabalhadores. Finalmente, após as crises dos anos 70, o discurso vencedor do declínio do Estado, a desregulamentação, a flexibilidade laboral, a construção do espaço social contemporâneo do Estado Neoliberal.

Reconhecendo o espaço social, tentou-se apresentar os conceitos de “bom trabalho” e “mau trabalho”, de “trabalho decente” da OIT, e finalmente, as diferenças entre “trabalho precário”, “precariedade do trabalho” e “precarização do trabalho”, um fenómeno de agravamento das condições de trabalho do neoliberalismo, pelas formas generalizadas de desregulamentação e flexibilização do trabalho com o discurso e ação política neoliberal é o que constrói o espaço social contemporâneo da precarização do trabalho, ou seja, um processo contínuo de flexibilidade do trabalho, enfraquecendo as instituições de trabalho, agravando então as condições de trabalho, emergindo o trabalho precário.

## REFERÊNCIAS

---

- Abramo, L. W. (2006). Trabajo decente y equidad de género en América Latina (pp. 978-92). Oficina Internacional del Trabajo.
- Alves, G. (2015). Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. Boitempo Editorial.
- Anker, R., Chernyshev, I., Egger, P., Mehran, F., & Ritter, J. A. (2003). La medición del trabajo decente con indicadores estadísticos. *Revista Internacional del trabajo*, 122(2), 161-195.
- Bourdieu, P., & Wacquant, L. (2013). O imperialismo da razão neoliberal. *Sociologia em Rede*, 3(3), 82-87
- Boyer, R., & Saillard, Y. (2005). *Régulation Theory: the state of the art*. Routledge.
- Braga, Ruy (2012). *A Política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo.
- Braverman, H. (1974). *Trabajo y capital monopolista*. México: Nuestro Tiempo.
- Castel, R. (1997). *Metamorfosis de La Cuestión Social*, Las. Paidós.
- Cuevas Valenzuela, H. (2015). Precariedad, Precariado y Precarización. Un comentario crítico desde América Latina a The Precariat. *The New Dangerous Class de Guy Standing*. Polis. *Revista Latinoamericana*, (40).
- De La Garza Toledo, Enrique (Ed.). (2003). *Tratado latinoamericano de sociología del trabajo*. FLACSO México, UAM, FCE.
- FRIEDMANN, G. et al (1973). *Tratado de sociologia do trabalho*. Editora Cultrix.
- Gajst, Natalia. (2010). La escuela francesa de la regulación: Una revisión crítica. *Visión de futuro*, 13(1)
- Galeazzi, Irene. Precarização do trabalho. In: CATTANI, Antonio David; HOLZMANN, Lorena. *Dicionário de trabalho e tecnologia*, Porto Alegre: UFRGS Editora, 2006
- Ghai, D. (2003). Trabajo decente. Concepto e indicadores. *Revista internacional del trabajo*, 122(2), 125-160.
- Gil, Jose Luis. (2017). Trabajo decente y reformas laborales. *Revista Derecho social y empresa*, (7), 21-78.
- Gorz, A., & Piña, C. (1998). *Misérias del presente, riqueza de lo posible*.
- Gorz, Andre (1994). *Salir de la sociedad salarial*. Debats, (50), 74-83.
- Gorz, Andre (2001). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo: Martins Fontes.



- Harvey, D. (1998). *La condición de la posmodernidad* (Vol. 228, No. 7). Buenos Aires: Amorrortu.
- Harvey, David et al (2015). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo Editorial.
- Hirata, H (2002). Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, (17-18), 139-156.
- JESSOP, B. (2007). O Estado e a construção de Estados. *Outubro*, (15), 11-43.
- Juárez, R. A. A. (2018). *La reforma laboral*. Fondo de Cultura Economica.
- Kallenberg, Arne (2011). *Good jobs, bad jobs*. New York.
- Kallenberg, Arne (2009). O crescimento do trabalho precário: um desafio global. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21.
- Kallenberg, Arne (2011). *Good jobs, bad jobs*. New York.
- Kergoat, Danièle. (2003). De la relación social de sexo al sujeto sexuado. *Revista mexicana de sociología*, 65(4), 841-861.
- Marshall, T.H. (2001). *Cidadania, classes sociais e status*. 1967.
- Marx, K (2010). *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. São Paulo: Expressão Popular.
- Mascaro, A. L. (2015). *Estado e forma política*. Boitempo Editorial.
- May, Tim (2004). *Pesquisa social. Questões, métodos e processos*, v. 3.
- Mora, Minor (2012). La medición de la precariedad laboral: problemas metodológicos y alternativas de solución. *Trabajo*, 5(9), 87-122.
- OIT (1999). *Trabajo decente. Memoria del Director General a la 87ª reunión de la Conferencia Internacional del Trabajo*. Ginebra. Recuperado de <https://www.ilo.org/public/spanish/standards/relm/ilc/ilc87/rep-i.htm>
- Ramos, Guerreiro. (2009). *Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho: ensaio de sociologia do conhecimento*. Conselho Federal de Administração.
- Santos, B., & Ferreira, S. (2001). A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflitantes. *Risco Social e incerteza: pode o Estado social recuar mais?*, 177-citation\_lastpage.
- Santos, Boaventura de Sousa (1992). *O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português*.
- Sassen, Saskia (2010). *A sociology of globalization*. London. Ed. Routledge.
- Sen, Amartya (2000). *Trabajo y derechos*. *Revista internacional del trabajo*, 119(2), 129-139.
- Spencer, H. (1887). *Obras filosóficas de Spencer*. Libr. de Fernando Fé.
- Standing, Guy (2014). O precariado e a luta de classes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 103, 2014.
- Standing, Guy (2014). *O Precariado: A nova classe perigosa*. 1. Ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora.
- Standing, Guy (2015). *The Precariat and Class Struggle*. *RCCS Annual Review* [Online], 7, 2015, Online since 01 October 2015, connection on 29 January 2016. Disponível em: <<http://rccsar.revues.org/585>>.
- Tilly, C. (1998). *Durable inequality*. Berkeley: University of California Press.
- Tilly, C., de la Garza Toledo, E., Sarmiento, H., & Ramírez, J. L. G. (2014). Los trabajadores que se organizan en la plaza: contra-movimiento de una fuente inesperada. *Revista de Economía Crítica*, 18, 160-180.
- Valencia, Adrián. (1999). *Globalización y precarización del trabajo en México*. Ciudad de México, México. Ediciones El Caballito.
- Valencia, Adrián. (2015). *El precariado: ¿nueva clase social?*. Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Posgrado en Estudios Latinoamericanos.
- Gorz, Andre (1982). *Adeus ao proletariado: para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Wright, Erik Olin (2015). *Understanding Class (Is the Precariat a Class?)*. Ed. University of Wisconsin. Madison.

# XII SEMINÁRIO DO TRABALHO

## VII Fórum "Trabalho e Saúde"

**Crise Capitalista, Precarização do Trabalho e Colapso Ambiental**



**De 22 A 27 DE NOVEMBRO DE 2020**

Este é volume 2 dos ANAIS DAS COMUNICAÇÕES DE PESQUISA DO XII SEMINÁRIO DO TRABALHO – CRISE CAPITALISTA, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E COLAPSO AMBIENTAL, promovido pela Rede de Estudos do Trabalho (RET) e realizado na Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Marília, de 22 a 27 de novembro de 2020. A riqueza dos artigos enviados diz respeito à diversidade de importantes temáticas que compõem o mundo social do trabalho no capitalismo global. Apesar das dificuldades decorrentes da pandemia e dos recursos tecno-operacionais limitados, conseguimos organizar o evento e inovar no que diz respeito às sessões de comunicações de pesquisa, tendo em vista a impossibilidade de fazê-las presencialmente. Deste modo, os inscritos que queriam apresentar sua comunicação de pesquisa nos Grupos de Trabalho, deveriam enviar um artigo científico à título de comunicação de pesquisa. O artigo científico deveria ser publicado num livro que seria registrado pelos pesquisadores como publicação de capítulo de livro. Esta experiência de comunicação de pesquisa é bastante inovadora. Cada volume dos Anais do XII Seminário do Trabalho contém a riqueza de temas pesquisados pelos participantes, reunindo uma variedade de perspectivas disciplinares tratando do mundo do trabalho no Brasil. Agradecemos a todos que acreditaram na possibilidade de realização virtual do XII Seminário do Trabalho.

ISBN 978-65-995130-8-4



9 786599 513084